



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2115

Quinta-feira - 03 de Novembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Garopaba.....	271	Planalto Alegre.....	367
Alto Bela Vista.....	3	Gaspar.....	272	Pomerode.....	368
Antônio Carlos.....	5	Grão Pará.....	273	Ponte Serrada.....	371
Balneário Piçarras.....	7	Guaraciaba.....	280	Porto Belo.....	372
Balneário Rincão.....	8	Guaramirim.....	281	Porto União.....	373
Barra Bonita.....	19	Guarujá do Sul.....	282	Presidente Nereu.....	374
Barra Velha.....	20	Herval d'Oeste.....	283	Princesa.....	375
Bela Vista do Toldo.....	21	Ilhota.....	284	Rio do Sul.....	376
Benedito Novo.....	22	Imbituba.....	285	Romelândia.....	385
Biguaçu.....	33	Indaial.....	292	Santa Cecília.....	386
Blumenau.....	35	Irineópolis.....	293	Santa Rosa do Sul.....	387
Bom Jardim da Serra.....	42	Itá.....	297	Santiago do Sul.....	390
Botuvera.....	43	Itapema.....	299	São Bento do Sul.....	391
Braço do Trombudo.....	44	Itapiranga.....	300	São Cristóvão do Sul.....	393
Brusque.....	45	Itapoá.....	304	São Domingos.....	394
Campo Alegre.....	48	Ituporanga.....	305	São João do Oeste.....	395
Campo Erê.....	66	Jaraguá do Sul.....	306	São José.....	396
Campos Novos.....	68	Joaçaba.....	317	São José do Cedro.....	410
Canoinhas.....	75	Lages.....	327	São Lourenço do Oeste.....	411
Capinzal.....	88	Lauro Muller.....	330	São Miguel da Boa Vista.....	414
Catanduvas.....	91	Lindóia do Sul.....	331	São Miguel do Oeste.....	415
Caxambu do Sul.....	124	Luzerna.....	334	São Pedro de Alcântara.....	419
Chapadão do Lageado.....	125	Mafra.....	336	Schroeder.....	425
Chapecó.....	126	Maracajá.....	337	Seara.....	452
Cocal do Sul.....	133	Marema.....	338	Serra Alta.....	456
Concórdia.....	134	Massaranduba.....	339	Sombrio.....	460
Cordilheira Alta.....	139	Meleiro.....	346	Sul Brasil.....	461
Correia Pinto.....	141	Monte Carlo.....	347	Timbé do Sul.....	463
Corupá.....	147	Morro da Fumaça.....	351	Timbó.....	465
Curitibanos.....	152	Navegantes.....	353	Tunápolis.....	467
Doutor Pedrinho.....	159	Orleans.....	354	União do Oeste.....	468
Ermo.....	167	Palhoça.....	355	Urussanga.....	469
Eral Velho.....	246	Palma Sola.....	357	Videira.....	470
Faxinal dos Guedes.....	247	Passo de Torres.....	358	Vitor Meireles.....	471
Flor do Sertão.....	252	Penha.....	359	Xanxerê.....	472
Forquilha.....	253	Peritiba.....	364	Xavantina.....	478
Fraiburgo.....	260	Petrolândia.....	365	Xaxim.....	479
Frei Rogério.....	270	Pinheiro Preto.....	366		

Consórcios

AGIR.....	482
CIMCATARINA.....	489
CIMVI.....	490
CIS-AMAVI.....	491
CIS/AMURES.....	492

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 265/2016

PORTARIA Nº 265/2016 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce-SC, no uso de suas atribuições legais:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI:

PRESIDENTE NOMEADO PELO CHEFE DO EXECUTIVO

I – MARLON ZUANAZZI LEMOS, brasileiro, casado, portador do RG nº 3676682 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 007.215.209-52 e da CNH nº 01350414537, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, Centro, Água Doce – SC.

REPRESENTANTE INDICADO PELA DIRETORIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

II – LUIZ HENRIQUE LUVISON, brasileiro, solteiro, servidor público estadual, inscrito no CPF sob o nº 03017617955, portador do RG nº 3563716/SC SSP e da CNH nº 02030541350, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 30, Centro, Água Doce - SC.

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE

III - ZELAINE APARECIDA PELICIORLI, brasileira, solteira, servidora pública municipal, inscrita no CPF sob o nº 560.164.929-49 e portadora do RG nº 11/R 1.881.862, residente e domiciliada na Rua Anita Garibaldi, nº 50 centro, Água Doce-SC;

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n. 157/2011 de 06 de maio de 2011.

Água Doce-SC, 01 de novembro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

PREFEITO

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2271 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder trinta (30) dias de férias a Servidora Pública Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, ALINE MONICA LOHMANN, ocupante do cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE, lotada na Gerência de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Período aquisitivo de 18/06/2015 à 17/06/2016, período de gozo de 01 a 30 novembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 1º de novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 131 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

DESTITUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA À SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Destituir Função de Confiança (FG) de RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO-SSB, conforme dispõe o anexo IV da Lei Complementar nº 066 de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações do servidor JOELSON ROBERTO WUADEN, Matrícula 559, ocupante de cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na presente data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando a portaria 035 de 11 de março de 2013 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 1º de novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 132 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

DESTITUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA À SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Destituir Função de Confiança (FG) de DIRETOR DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO – SSB, conforme dispõe o anexo IV da Lei Complementar nº 066 de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações do servidor JOSÉ LUIZ RETTORE, Matrícula 25, ocupante de cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, na presente data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando a portaria 025 de 23 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 1º de novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 133 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

DESTITUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA À SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Destituir Função de Confiança (FG) de RESPONSÁVEL PELA Balsa, conforme dispõe o anexo IV da Lei Complementar nº 066 de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações do servidor IVAIR CARLOS DA SILVA, Matrícula 479, ocupante de cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE Balsa, na presente data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando a portaria 044 de 1º de abril de 2016 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 1º de novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 134 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

DESTITUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA Á SERVIDOR PUBLICO EFETIVO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Destituir Função de Confiança (FG) de RESPONSÁVEL PELA FROTA DE VEÍCULOS DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme dispõe o anexo IV da Lei Complementar nº 066 de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações do servidor ADILSON SCHWINGEL, Matrícula 11, ocupante de cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, na presente data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando a portaria 045 de 14 de abril de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 1º de novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 084/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 084/2016; Origem: Pregão Presencial nº 030/2016. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.; Objeto: O presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 084/2016, que consiste no Registro de Preços para aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do medicamento "Amitriptilina 25 mg" para R\$ 0,030. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 01 de novembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 384/2016

PORTARIA Nº 384/2016.

Concede Licença p/Tratamento de saúde.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora TAINARA INES GUESSER KUHN, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40H, a partir de 27 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de novembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2016.

PORTARIA N 385/2016

PORTARIA Nº 385/2016.

Concede Adicional por Tempo de Serviço servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidor efetivo, a partir do mês de novembro de 2016, conforme relação abaixo:

NOME	MATRIC.	NIVEL	ADICIONAL
JOSE NILTON JUNCES	814	04	18%

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de novembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO ADITIVO 02/2016****TERMO ADITIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 07.409.010/0001-24, com sede estabelecida à Rua Saul Antônio Scherer, nº 07, sala 06 Centro, Antônio Carlos/SC, CEP: 88180-000, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, brasileiro, casado, portador da RG nº 1.058318 e CPF nº 520.621.719-00, residente e domiciliado na Rua Beira Rio, nº 205, Centro, Antônio Carlos/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa EDSON WILSON ESPINDOLA JUNIOR-ME com sede na Rua Papa João Paulo I, nº 98, Centro, Palhoça/SC, inscrito no CNPJ sob nº 17.970.420/0001-01, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. EDSON WILSON ESPINDOLA JUNIOR, residente e domiciliado na Rua Papa João Paulo I, nº 98, Centro, Palhoça/SC, portador do CPF 084.834.629-74 e RG 5966235 doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem firmar o segundo TERMO ADITIVO ao Contrato nº 002/2015, do processo de Licitação nº 02/2015 – Tomada de Preço nº 01/2015, conforme Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, conforme cláusulas abaixo:

Cláusula PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula V – DOS PRAZOS, do Contrato em comento.

Cláusula SEGUNDA

Fica alterada a cláusula V, do item 5.1 e sub-item 5.1.1, referente ao prazo de execução da obra, passando a ser de mais 90 (noventa) dias, na forma estabelecida pelo § 1º - item I, do artigo 57 da Lei de licitações 8666/93.

CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo, a tudo presente.

Antônio Carlos/SC, em 25 de outubro de 2016.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT
CONTRATANTE

EDSON WILSON ESPINDOLA JUNIOR
CONTRATADO

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 30/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2016 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016 - FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para prestar serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos hospitalares gerados pelas Unidades de Saúde, Pronto- Atendimento, CAPS e NASF, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

HERA SUL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA Total do Fornecedor: R\$111.000,00

Balneário Piçarras(SC), 26 de outubro de 2016.

Dorval Vieira de Oliveira – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2016 - FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 034/2016 - FMS

Pregão Presencial nº 031/2016 - FMS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para contratação de empresa fornecedora de lubrificantes e filtros automotivos para veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 18/11/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 18/11/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 01 de novembro de 2016. Dorval Vieira de Oliveira – Secretário de Saúde.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2016-PMBP TOMADA DE PREÇO Nº 009/2016-PMBP

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 051/2016-PMBP

Tomada de Preço nº 009/2016-PMBP

A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos Lei nº 8.666/93 e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Tomada de Preço, Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para Pavimentação, Drenagem Pluvial e Sinalização das Rua das Figueiras - Trecho 1. Recebimento dos Envelopes até: 22/11/2016 às 14:00h. Data da Sessão Pública: 22/11/2016 às 14:00h, na Secretaria de Administração e Fazenda, sito à Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, endereço acima citado, no horário das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 01 de novembro de 2016. Leonel José Martins - Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º. GRUPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 16/11/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de expediente, Higiene e limpeza e equipamento de informática para uso do Primeiro Grupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/SC., durante o ano de 2016.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 31 de Outubro de 2016.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

DECRETO Nº431

Decreto nº431 de 26 de outubro de 2016.

Dispõe sobre o processo de transição do mandato que encerra em 2016 para o mandato que inicia em 2017, na Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC.

Art. 1º Este decreto dispõe sobre a transição do mandato que encerra em 2016 para o mandato que inicia em 2017 na Prefeitura de Balneário Rincão.

§ 1º Para fins deste decreto, considera-se como transição de mandato governamental o processo que assegura que o candidato eleito receba de seu antecessor, de forma transparente, todas as informações necessárias à continuidade da gestão pública, para assegurar a não interrupção de serviços, assim como garantir o planejamento das ações de governo.

§ 2º A Administração Municipal em exercício organizará relatório de gestão/transição até o prazo final de seu mandato, entregando tal documento em todos os órgãos de controle, como Ministério Público, Câmara de Vereadores do Município e Comissão de Transição indicada pelo prefeito eleito.

§ 3º A Administração Municipal em exercício oferecerá ao candidato eleito acesso, assim como a população, através de seu portal da transparência informações relativas à administração pública do ente da Federação ou no caso da não existência da informação, a mesma será fornecida por escrito, em prazo não superior a quinze dias a contar da data de recebimento de requerimento, as informações julgadas necessárias ao processo de transição.

§ 4º É de responsabilidade da Administração Municipal em exercício, até o término de seu mandato, a atualização de dados e documentos do ente nos cadastros estabelecidos pelos órgãos concedentes, para fins de controle e autorização da realização de transferências voluntárias.

Art. 2º São preceitos da transição de mandatos governamentais, além dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal:

I - colaboração entre o governo atual e o governo eleito;

II - transparência da gestão pública;

III - planejamento da ação governamental;

IV - continuidade dos serviços prestados à sociedade;

V - supremacia do interesse público; e

VI - boa-fé e executoriedade dos atos administrativos.

Art. 3º O processo de transição governamental tem início com a proclamação do resultado da eleição e se encerra com a entrega do balanço de gestão do exercício de 2016, que ocorrerá no final de janeiro de 2017.

§1ºCaberá ao Secretário de Administração e Finanças a coordenação dos trabalhos relacionados ao processo de transição de mandatos governamentais.

§2º Os secretários municipais, assim como os servidores, ficam à disposição da equipe representante do governo para o repasse de informações referentes às suas respectivas pastas ou funções, assim como poderão ser convocados para a participação das reuniões da Comissão de Transição a fim de esclarecer dúvidas, dar apoio técnico e providenciar relatórios.

Art. 4º Conforme designação do candidato eleito, por meio de ofício datado de 24/10/2016, remetido diretamente ao prefeito municipal, serão nomeados abaixo os componentes da Comissão de Transição formada por membros do governo atual e equipe indicada pelo prefeito eleito, aos quais serão delegados o acesso às informações, documentos, registros de que trata este Decreto.

§ 1º Aplicam-se ao candidato eleito e à equipe de transição os mesmos deveres da autoridade em exercício relativos a informações, documentos, registros a que tiveram acesso em função do disposto neste Decreto.

§ 2º A autoridade eleita e a equipe de transição responderão por crimes comuns ou de responsabilidade, sem prejuízo da responsabilidade civil por improbidade administrativa, pelo descumprimento dos deveres de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º O candidato eleito tem direito de requisitar a sala de reuniões, para uso da equipe de transição, nas dependências da administração envolvida, para vistas de documentos requeridos.

§ 4º Os pedidos de acesso às informações não constantes no Relatório Sintético de Transição, qualquer que seja a sua natureza, deverão ser formulados por escrito e encaminhados ao Secretário de Administração e Finanças Valberto Berkenbrock, a quem competirá requisitar dos órgãos e entidades públicas os dados solicitados pela equipe de transição, observadas as condições estabelecidas neste Decreto.

§ 5º As reuniões de servidores com integrantes da equipe de transição devem ser objeto de agendamento, no mínimo uma reunião mensal, no máximo duas, com registro sumário em atas que indiquem os participantes e os assuntos tratados.

Art. 5º Para fins do cumprimento deste decreto, a autoridade em exercício, atual Prefeito Municipal, nomeia a Comissão de Transição, contendo oito componentes, sendo seis titulares e dois suplentes:

I- Representantes do Governo atual:

- a) Valberto Berkenbrock (titular)
- b) Angélica Zenato Rocha (titular)
- c) Alberto de Souza (titular)
- d) Renata Zaccaron (titular)

II- Representantes do prefeito eleito:

- a) José Augusto Freitas (titular)
- b) Rafael Motta (titular)
- c) Julio Neis Cruz (titular)
- d) Elenice Terezinha Souza (suplente)

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Rincão 26/10/2016.
DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 26 de outubro de 2016.

LEI Nº 276/2016

LEI Nº 276/2016

INSTITUI O PROGRAMA "FAMÍLIA ACOLHEDORA" DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Família Acolhedora de Crianças e Adolescentes, como parte inerente da política de atendimento à criança e ao adolescente do Município.

Art. 2º. O programa fica vinculado à Secretaria de Assistência Social e tem por objetivos:

I - garantir as crianças e adolescentes que necessitam de proteção, o acolhimento provisório por famílias acolhedoras, respeitando seu direito a convivência em ambiente familiar e comunitário, em consonância com a previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente, de estímulo e apoio à guarda subsidiada;

II - oferecer apoio as famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível;

III - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta;

IV - proporcionar às famílias acolhedoras cadastradas apoio material e técnico, através de subsídio financeiro mensal à guarda e atendimento sistemático por equipe multidisciplinar, de forma a

viabilizar a convivência harmoniosa e positiva com as crianças acolhidas e, quando for o caso, com as famílias de origem.

§ 1º - A colocação em família substituta de que trata o inciso I se dará através da modalidade de guarda provisória e é de competência exclusiva do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Içara.

§ 2º - Em situações emergenciais, poderá o ente público firmar Convênio com Instituições de amparo.

Art. 3º. O Programa Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes do Município, menores de 18 anos, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, vitimados de violência sexual, física, psicológica, negligência e em situação de abandono, aguardando definição de sua situação familiar.

Parágrafo Único - O atendimento dependerá da disponibilidade de acolhimento pelas famílias cadastradas e parecer favorável da Equipe Técnica respectiva.

Art. 4º. São parceiros no programa:

I - Juizado e Promotoria da Infância e da Juventude da Comarca de Içara/SC;

II - Conselho Tutelar;

III - Secretaria de Assistência Social;

IV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º. A criança ou adolescente no Programa receberá:

I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas existentes;

II - acompanhamento psicológico e do profissional de Serviço Social pelo Programa Família Acolhedora;

III - estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;

IV - permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora, sempre que possível.

Art. 6º. A inscrição das famílias interessadas em participar do Programa Família Acolhedora será gratuita, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Programa, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, apresentando os seguintes documentos:

I - carteira de identidade;

II - carteira de cadastro de pessoas físicas da Receita Federal - CPF;

III - certidão de nascimento ou casamento;

IV - comprovante de residência;

V - certidão negativa de antecedentes criminais.

VI - comprovante de rendimento familiar.

Parágrafo Único - O pedido de inscrição será repassado à Equipe Técnica, a qual caberá formar e administrar um banco de dados, cabendo ainda a análise do conjunto fático/probatório, além de decidir sobre a viabilidade do pedido de inscrição, com base nos critérios legais.

Art. 7º. As famílias acolhedoras prestarão serviços de caráter voluntário e sem vínculo empregatício com o Município, sendo requisitos para participar do Programa Família:

I - pessoas maiores de vinte e um anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;

II - não estar cadastrada em nenhum programa de adoção;

III - anuência de todos os membros da família;

IV – pessoas /famílias residentes em Balneário Rincão;

V – disponibilidade de tempo para oferecer cuidados, proteção e amor às crianças e adolescentes;

VI - parecer psicológico favorável da Equipe Técnica do Programa.

Art. 8º. A seleção entre as famílias inscritas será feita através de entrevista psicológica e de visitas domiciliares, de responsabilidade da Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora, como emissão de parecer psicossocial favorável ou não à inclusão da família no Programa.

§ 1º - A entrevista psicológica, bem como o estudo social, feita através de visita domiciliar envolverá todos os membros da família, para a observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º - Após a emissão de parecer psicológico e de estudo social favorável à inclusão no Programa, a família assinará Termo de Adesão ao Programa Família Acolhedora.

§ 3º - Em caso de desligamento do Programa, as famílias acolhedoras que desejam retornar ao Programa deverão fazer solicitação por escrito.

§ 4º - O desligamento da família ocorrerá a pedido desta ou a partir de parecer da equipe técnica.

Art. 9º. As famílias cadastradas serão acompanhadas e preparadas, sendo orientadas sobre os objetivos do programa, sobre a diferenciação com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças/adolescentes, feita a referida preparação através de:

I - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II - participação em encontros de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda, como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;

III - participação em cursos e eventos de formação.

Art. 10. Quando necessário, os profissionais do Programa Família Acolhedora ou o representante do Conselho Tutelar efetuarão contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades da criança ou adolescente e as preferências expressas pela família acolhedora no processo de inscrição.

§ 1º - A duração do acolhimento varia de acordo com a situação apresentada, podendo durar de dias a meses, sendo que a duração máxima de referência será de 06 (seis) meses, podendo haver acolhimento mais prolongado, se criteriosamente avaliada a necessidade.

§ 2º - As famílias acolhedoras atenderão somente uma criança ou adolescente por vez, salvo se grupo de irmãos.

§ 3º - O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante Termo de Guarda Responsabilidade, concedido em procedimento judicial específico.

§ 4º - A família acolhedora será previamente informada com relação à previsão de tempo do acolhimento da criança que foi chamada a acolher.

Art. 11. As famílias acolhedoras têm responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, responsabilizando-se especialmente pelo seguinte:

I – exercer plenamente todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, dando-lhe afeto e respeitando suas necessidades individuais;

II - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;

III - prestar informações sobre a situação da criança/adolescente acolhidos, aos profissionais que estão acompanhando a situação;

IV - contribuir na preparação da criança/adolescente para futura colocação em família substituta ou retorno a família biológica, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Programa;

V - nos casos de inadaptação, a família procederá a desistência formal de responsabilidade, responsabilizando-se pelos cuidados do menor acolhido até novo encaminhamento;

VI - a transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

Parágrafo Único - A obrigação de assistência material pela família acolhedora se dará com base no subsídio financeiro oferecido pelo Programa, sem prejuízo de atendimento de outras necessidades.

Art. 12. A coordenação do Programa Família Acolhedora estará a cargo de profissional de carreira da Equipe Técnica, que contará com irrestrito apoio dos demais profissionais e da Secretaria de Saúde e de Assistência Social, Conselho Tutelar e Poder Judiciário.

Art. 13. A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família de apoio, à criança acolhida e à família de origem, emitindo relatório de situação às autoridades competentes.

§ 1º - O acompanhamento às famílias acolhedoras acontecerá na forma seguinte:

I - visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam informalmente sobre a situação da criança/adolescente, sua evolução e o cotidiano da família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II – atendimento psicológico;

III - presença das famílias com a criança/adolescente nos encontros de preparação e acompanhamento, se necessário for;

§ 2º - O acompanhamento à família de origem e o processo de reintegração familiar da criança/adolescente será realizado pelos profissionais da equipe técnica do Programa.

§ 3º - Os profissionais acompanharão as visitas entre criança-adolescente/família de origem,/família de apoio, a serem realizados em

espaço físico neutro.

§ 4º - A participação da família acolhedora nas visitas será decidida em conjunto com a família de origem.

§ 5º - Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou pelo Ministério Público, a Equipe de Técnica prestará informações sobre a situação da criança/adolescente acolhidos, e informará quanto à possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como, poderá ser solicitado a realização de avaliação psicológica e estudo social com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

Art. 14. O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente se dará por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I - a Equipe Técnica fará o acompanhamento da criança ou do adolescente após a reintegração familiar, pelo prazo de 90 (noventa) dias, visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança ou do adolescente;

II - acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento da criança ou do adolescente, sempre que avaliada esta necessidade;

III - orientação e supervisão do processo de visitação entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança ou o adolescente (família de origem ou adotiva).

§ 1º - Nos casos em que a criança ou o adolescente acolhido forem encaminhados em adoção deverá ser respeitado o Cadastro de Pretendentes à Adoção existente na Comarca.

§ 2º - O acompanhamento do processo de adaptação da criança e do adolescente na família substituta será realizado pelos profissionais do Judiciário, podendo haver parceria com a Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora.

Art. 15. O Programa Família Acolhedora será subsidiado, prioritariamente, com recursos do Fundo para Infância e Adolescência – FIA e pelo Município de Balneário Rincão, nos termos do orçamento vigente.

Art. 16. As famílias cadastradas no Programa Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por criança/adolescente em acolhimento, nos seguintes termos:

I - no acolhimento superior a 01 (um) mês, ao completar o mês, a família acolhedora receberá subsídio financeiro no valor de 01 (um) salário mínimo nacional mensal, para despesas com alimentação, vestuário, higiene pessoal, lazer e material de consumo;

II - nos acolhimentos inferiores a 01 (um) mês, e no caso de desligamento, a família acolhedora receberá subsídio equivalente aos dias de permanência da criança e do adolescente, tomando por base 01 (um) salário mínimo nacional mensal;

III - o subsídio financeiro será repassado às famílias acolhedoras através de depósito bancário em conta corrente em nome do cadastrado responsável;

IV - a família poderá optar pelo recebimento ou não do subsídio financeiro.

§ 1º - As crianças/adolescentes e as famílias serão encaminhadas para os serviços e recursos sociais da comunidade, tais como

creche, escola, unidades de saúde, atividades recreativas de lazer e culturais, entidades sociais de apoio e outras.

§ 2º - Quando a criança e o adolescente forem reintegrados à família de origem, havendo necessidade, será fornecido à família subsídio financeiro no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, pelo período de até 03 (três) meses, sendo que os profissionais da Equipe Técnica farão a avaliação quanto à necessidade e duração do repasse do subsídio financeiro.

Art. 17. A Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora será formada pelos profissionais da Secretaria de Assistência Social, devendo ser composta, com no mínimo, os seguintes profissionais:

I – Assistente Social;

II – Psicólogo.

Parágrafo único: Dentre os profissionais elencados nos incisos I e II deste artigo, será designado, mediante ato do Secretário de Assistência Social, um Coordenador, que dentre suas atividades, Coordenará a equipe Técnica do programa, não importando qualquer remuneração adicional ou outro benefício na forma da legislação em vigor.

Art. 18. A equipe técnica tem por finalidade:

I - avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II - acompanhar as famílias acolhedoras, famílias de origem e crianças/adolescentes durante o acolhimento;

III - dar suporte a família acolhedora após a saída da criança adolescente;

IV - acompanhar as crianças/adolescentes e famílias nos casos de reintegração familiar ou adoção.

Parágrafo Único - Outros profissionais poderão fazer parte integrante da Equipe Técnica, de acordo com a necessidade do Programa.

Art. 19. O Grupo de Trabalho é formado pelos profissionais elencados no art. 17, bem como representantes dos parceiros na implantação e execução do Programa Famílias Acolhedoras:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;

II - 01 (um) representante do Conselho Tutelar;

III - 01 (um) representante do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção;

IV - 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Educação;

VII - 01 (um) representante da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

VIII - 01 (um) representante do Juizado da Infância e Juventude;

IX - 01 (um) representante da Equipe Técnica do Programa Famílias Acolhedora;

X - 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município de Balneário Rincão;

Art. 20. O Grupo de Trabalho tem por finalidade:

I - investir esforços na efetivação do Programa, na sua estruturação humana e financeira;

II - organizar encontros, cursos e eventos de formação;

III - recomendar, motivadamente, quando entender necessário, a ampliação, redução e mesmo a extinção do Programa, apresentando suas razões ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e à Secretaria de Assistência Social.

§ 1º - O Grupo de Trabalho se reunirá, preferencialmente, uma vez por mês, em data e horário a ser definido pelos integrantes, constando em ata os assuntos discutidos e as deliberações sobre o Programa.

§ 2º - A Secretaria de Assistência Social, juntamente com a Secretaria de Administração e Finanças, serão os responsáveis pela administração dos recursos financeiros do Programa e pelo repasse dos subsídios fornecidos às famílias acolhedoras, submetendo a prestação de contas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§ 3º - O Grupo de Trabalho será nomeado por Decreto Municipal, fazendo-se a composição deste de acordo com a indicação dos órgãos e instituições representados, conforme art. 19, da presente Lei.

Art. 21. O Programa Família Acolhedora contará com os seguintes recursos materiais:

I - subsídio financeiro para as famílias acolhedoras, nos termos do disposto no Art. 16, incisos I e II e parágrafos desta Lei;

II - capacitação para a Equipe Técnica, preparação e formação das famílias acolhedoras;

III - espaço físico para reuniões;

IV - espaço físico para atendimento pelos profissionais do Programa, de acordo com a necessidade de cada área profissional e equipamentos necessários.

Art. 22. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, acompanhar e verificar a regularidade do Programa encaminhando ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades em seu funcionamento.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão (SC), 27 de outubro de 2016.

DÉCIO GOMES GOES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº.433/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO/ GP/Nº 433 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

**DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS
PELO CICLONE EXTRATROPICAL.**

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município;

Considerando:

I – a ação do ciclone extratropical, uma Maré de tempestade atingiu o município provocando erosão na faixa de areia e dunas, mortes de animais marinhos (tartaruga e leão marinho), entulhos na orla marítima, alagamento nas ruas próximas à orla, entupimento e danos na rede de drenagem pluvial, destruição das passarelas que dão acesso à orla, danos estruturais nos postos de guarda-vidas, casas alagadas e mobilidade urbana comprometida;

II – que o Município disponibilizou todo o aparato disponível para minimizar os efeitos do desastre, bem como para assistência e socorro aos afetados;

III – que, em consequência deste desastre resultaram os danos materiais e os prejuízos econômicos e sociais acima descritos, bem como aqueles constantes no Requerimento/FIDE em anexo;

IV – que concorrem como agravantes da situação de anormalidade: o grande volume precipitado em um pequeno intervalo de tempo que com a precariedade do sistema de drenagem de águas pluviais, resultaram em danos materiais e prejuízos econômicos e sociais constantes no Requerimento/relatório em anexo;

V – que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de situação de emergência;

VI – com a proximidade da temporada de verão que a população do município passa de aproximadamente 13.000 (treze mil) para 180.000 (cento e oitenta mil) habitantes.

Av. Leoberto Leal, 1.071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência em virtude de desastre classificado como Ciclone Extratropical (Marés de Tempestade – Ressacas) Código 13.112 do FIDE.

Parágrafo único: a situação de anormalidade é válida para as áreas comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme o contido no Requerimento/FIDE anexo a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINPDEC), no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta as situações emergências.

Parágrafo Único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Secretaria Pesca, Agricultura e Meio Ambiente e a Comissão Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 31 de outubro de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 31 de outubro de 2016.

Av. Leoberto Leal, 1.071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Formulário de Informações do Desastre - FIDE

1. IDENTIFICAÇÃO

UF: SC	Município: Balneário Rincão	Código IBGE: 4220000	
População (habitantes)	PIB (Anual)	Orçamento (anual)	Arrecadação (anual)
12.212	11.295,02	0,00	0,00
Receita corrente líquida (mensal)		Receita corrente líquida (anual)	
2.066.109,75		24.793.317,03	

PROTOCOLO Nº SC-F-4220000-13112-20161028

2. TIPIFICAÇÃO

COBRADE	Denominação(Tipo ou Subtipo)
13112	Ciclones - Marés de Tempestade (Ressacas)

3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE

Dia	Mês	Ano	Horário
28	10	2016	09:00

4. ÁREA AFETADA

4.1 Área afetada/Tipo de ocupação	Não existe/ Não afetada	Urbana	Rural	Urbana e rural
Residencial		X		
Comercial		X		
Industrial	X			
Agrícola			X	
Pecuária	X			
Extrativismo vegetal	X			
Reserva florestal ou APA		X		
Mineração	X			
Turismo e outras	X			
4.2 Seleção das áreas afetadas				

4.3 Descrição das áreas afetadas

Área Urbana: Toda a rola marítima do município, cito os bairros Barra Velha, Zona Sul, Centro e Morada do Sol. Área Rural: Urussanga Velha.

5. CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE

Devida a ação do ciclone extratropical, uma maré de tempestade atingiu o município, provocando erosão na faixa de areia e dunas, morte de animais marinhos (tartaruga e leão marinho), entulhos na orla marítima, alagamentos na ruas próximas a orla, entupimento e danos na rede de drenagem pluvial, destruição das passarelas que dão acesso à orla, danos estruturais nos postos guarda-vidas, casas alagadas e mobilidade urbana comprometida.

6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS

6.1 DANOS HUMANOS Informar a quantidade de mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados, desaparecidos e outras pessoas que foram diretamente afetadas pelo desastre, desde que necessitem de auxílio do poder público ou cujos bens materiais tenham sido danificados/destruídos.	Discriminação		Quantidade
	Mortos	Pessoas que perderam suas vidas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Feridos	Pessoas que sofreram lesões em decorrência direta dos efeitos do desastre e necessitam de intervenção médico-hospitalar, materiais e insumos de saúde (medicamentos, médicos, etc.).	0
	Enfermos	Pessoas que desenvolveram processos patológicos em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Desabrigados	Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causados em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Desalojados	Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.	0
	Desaparecidos	Pessoas que necessitam ser encontradas, pois, em decorrência direta dos efeitos do desastre, estão em situação de risco de morte iminente e em locais inseguros/perigosos.	0
	Outros afetados	Pessoas afetadas diretamente pelo desastre (excetuando as já informadas acima)	1.560
TOTAL DE AFETADOS			1.560

6.1.1 Descrição

1560 pessoas foram afetadas pela ação da maré de tempestade pela mobilidade urbana comprometida e/ou residências alagadas.

6.2 DANOS MATERIAIS Informar a quantidade de instalações de ensino, saúde, uso comercial ou comunitário, unidades habitacionais ou de obras de infraestrutura danificadas ou destruídas pelo desastre.	Discriminação	Quantidades danificadas	Quantidades destruídas	Valor (R\$)
	Unidades habitacionais	780	0	30.000,00
	Instalações públicas de saúde	0	0	0,00
	Instalações públicas de ensino	0	0	0,00
	Instalações públicas prestadoras de outros serviços	0	0	0,00
	Instalações públicas de uso comunitário	0	0	0,00
	Obras de infraestrutura pública	16	0	411.047,36

6.2.1 Descrição

* Destruição de 5 passarelas de acesso à orla, totalizando 180,00 m² de material destruído; * Destruição de 5 postos guarda-vidas; * Quebra ou obstrução de 47,00 metros de drenagem pluvial de 60 cm de diâmetro; * Destruição de 5 mil metros de cerca de madeira para contenção das dunas; * Danificação de duas pontes de concreto; * Danificação de 800,00 m² de pavimentação em lajotas e 200 metros de meio-fio; * Obstrução do Arroio por areia e entulho; * Obstrução de ruas por areia e entulhos.

6.3 DANOS AMBIENTAIS Informar as alterações ocorridas no meio ambiente que comprometeram a qualidade ambiental em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Discriminação	Sím	Não	População do município atingida
	Poluição ou contaminação da água		X	
	Poluição ou contaminação do ar		X	
	Poluição ou contaminação do solo		X	
	Diminuição ou exaurimento hídrico		X	
	Incêndios em parques, APA's ou APP's	Sím	Não	Área atingida
			X	

6.3.1 Descrição

Registra-se que APA Baleia Franca apresentou danos nas dunas e restingas, provocados pela maré de tempestade, além da morte de um leão marinho e uma tartaruga.

7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS**7.1 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS**

Informar o valor estimado de prejuízos econômicos públicos relacionados com os serviços essenciais prejudicados.

Valor total do prejuízo econômico (setor público)
R\$ 411.047,36

Serviço essencial prejudicado Serviço essencial público prejudicado ou interrompido.	Valor do prejuízo (R\$)
Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	0,00
Abastecimento de água potável	0,00
Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	6.295,18
Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	157.686,27
Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/controle de pragas e vetores	0,00
Geração e distribuição de energia elétrica	0,00
Telecomunicações	0,00
Transportes locais, regionais e de longo curso	153.146,81
Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	0,00
Segurança pública	93.919,10
Ensino	0,00
7.1.1 Descrição	
<p>Limpeza Orla Barra Velha à Barra do Torneiro m² 54312 R\$ 0,56 R\$ 30.414,72 Passarela de acesso à orla na Zona Sul m² 30,00 R\$ 200,00 R\$ 6.000,00 Passarela de acesso à orla Rua Rafael Viscardi m² 15,00 R\$ 200,00 R\$ 3.000,00 Passarela de acesso à orla Rua da Matriz m² 30,00 R\$ 200,00 R\$ 6.000,00 Passarela de acesso à orla Rua Paraná m² 45,00 R\$ 200,00 R\$ 9.000,00 Passarela de acesso à orla Av. Nereu Ramos m² 60,00 R\$ 200,00 R\$ 12.000,00 Posto Guarda Vidas Barra Velha und 1,00 R\$ 10.683,82 R\$ 10.683,82 Posto Guarda Vidas Zona Sul (Rua Rafael Viscardi) und 1,00 R\$ 10.683,82 R\$ 10.683,82 Posto Guarda Vidas Centro (Rua Minas Gerais) und 1,00 R\$ 10.683,82 R\$ 10.683,82 Posto Guarda Vidas Centro (Avenida Nereu Ramos) und 1,00 R\$ 10.683,82 R\$ 10.683,82 Posto Guarda Vidas Centro (Avenida dos Esportes) und 1,00 R\$ 10.683,82 R\$ 10.683,82 Tubo drenagem Pluvial diâmetro 60 cm Rua Espírito Santo ml 20,00 R\$ 133,94 R\$ 2.678,80 Tubo drenagem Pluvial diâmetro 60 cm Rua Minas Gerais ml 27,00 R\$ 133,94 R\$ 3.616,38 Cerca de madeira para contenção das duas ml 5000,00 R\$ 8,10 R\$ 40.500,00 Ponte de concreto Av. Waldemar Carlos Petrini m² 36 R\$ 837,01 R\$ 30.132,36 Ponte de concreto Rua Rio de Janeiro m² 40,92 R\$ 837,01 R\$ 34.250,45 Repavimentação em lajota m² 800 R\$ 61,01 R\$ 48.808,00 Meio Fio ml 200 R\$ 19,78 R\$ 3.956,00 Escavação mecanizada com retroescavadeira m³ 5775 R\$ 16,47 R\$ 95.114,25 Carga de material escavado com retroescavadeira m³ 5775 R\$ 3,55 R\$ 20.501,25 Transporte Comercial em caminhão basculante em via urbana (DMT = 1KM) m³xKm 5775 R\$ 1,12 R\$ 6.468,00 Limpeza e desobstrução do arroio m³ 315 R\$ 16,47 R\$ 5.188,05 TOTAL DE PREJUÍZOS PÚBLICOS: R\$ 411.047,36</p>	
7.2 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS Valor das perdas nos setores da agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços ocorridas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Valor total do prejuízo econômico (setor privado) R\$ 0,00
Setores da economia	Valor do prejuízo (R\$)
Agricultura	0,00
Pecuária	0,00
Indústria	0,00
Comércio	0,00
Serviços	0,00
7.2.1 Descrição	

8. INSTITUIÇÃO INFORMANTE		Data do preenchimento		
Nome do responsável pelas informações: Márcia Fernandes		Dia	Mês	Ano
Cargo: Coordenador da Compdec		31	10	2016
Telefone de contato: 4888654753		Última alteração		
E-mail: defesacivil@balneariorincao.sc.gov.br		31	10	2016
<p>SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º andar, sala 704 CEP: 70.067-901 – Brasília/DF Contato: 0800 644 0199</p>				
		 <p>Ministério da Integração Nacional</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
 Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
LEVANTAMENTO DE PREJUÍZOS PÚBLICOS

EQUIPAMENTO	UND	QTD	R\$ UNIT	TOTAL
Limpeza Orla Barra Velha á Barra do Torneiro	m²	54312	0,56	R\$ 30.414,72
Passarela de acesso à orla na Zona Sul	m²	30,00	R\$ 200,00	R\$ 6.000,00
Passarela de acesso à orla Rua Rafael Viscardi	m²	15,00	R\$ 200,00	R\$ 3.000,00
Passarela de acesso à orla Rua da Matriz	m²	30,00	R\$ 200,00	R\$ 6.000,00
Passarela de acesso à orla Rua Paraná	m²	45,00	R\$ 200,00	R\$ 9.000,00
Passarela de acesso à orla Av. Nereu Ramos	m²	60,00	R\$ 200,00	R\$ 12.000,00
Posto Guarda Vidas Barra Velha	und	1,00	R\$ 10.683,82	R\$ 10.683,82
Posto Guarda Vidas Zona Sul (Rua Rafael Viscardi)	und	1,00	R\$ 10.683,82	R\$ 10.683,82
Posto Guarda Vidas Centro (Rua Minas Gerais)	und	1,00	R\$ 10.683,82	R\$ 10.683,82
Posto Guarda Vidas Centro (Avenida Nereu Ramos)	und	1,00	R\$ 10.683,82	R\$ 10.683,82
Posto Guarda Vidas Centro (Avenida dos Esportes)	und	1,00	R\$ 10.683,82	R\$ 10.683,82
Tubo drenagem Pluvial diâmetro 60 cm Rua Espirito Santo	ml	20,00	R\$ 133,94	R\$ 2.678,80
Tubo drenagem Pluvial diâmetro 60 cm Rua Minas Gerais	ml	27,00	R\$ 133,94	R\$ 3.616,38
Cerca de madeira para contenção das duas	ml	5000,00	R\$ 8,10	R\$ 40.500,00
Ponte de concreto Av. Waldemar Carlos Petrini	m²	36	R\$ 837,01	R\$ 30.132,36
Ponte de concreto Rua Rio de Janeiro	m²	40,92	R\$ 837,01	R\$ 34.250,45
Repavimentação em lajota	m²	800	R\$ 61,01	R\$ 48.808,00
Meio Fio	ml	200	R\$ 19,78	R\$ 3.956,00
Escavação mecanizada com retroescavadeira	m³	5775	R\$ 16,47	R\$ 95.114,25
Carga de material escavado com retroescavadeira	m³	5775	R\$ 3,55	R\$ 20.501,25
Transporte Comercial em caminhão basculante em via urbana (DMT = 1KM)	m³xKm	5775	R\$ 1,12	R\$ 6.468,00
Limpeza e desobstrução do arroio	m³	315	R\$ 16,47	R\$ 5.188,05
TOTAL				R\$ 411.047,36

Balneário Rincão, 31 de Outubro de 2016.

Barra Bonita**PREFEITURA****PORTARIA N.º316, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA N.º316, de 01 de novembro de 2016.
Concede Férias a Servidor e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º. Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, no período de 01 a 30 de novembro de 2016.

Nome	Matricula	Período aquisitivo
Lauri Luiz Mazzardo	416501	07.10.2016 a 06.10.2016
Sanir Bedin	150203	05.11.2015 a 04.11.2016

Art.3º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a contas do Orçamento Municipal Vigente.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de novembro de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA N.º 318, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016. "PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N.º 318, de 01 de novembro de 2016.
"Prorroga contrato de servidor e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 039/2011

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato do servidor, Reni Zilio, ocupante do Cargo de Operador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para substituição do servidor Sanir Bedin que encontra-se em férias, pelo período de 02 de novembro a 30 de novembro de 2016, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 01 de novembro de 2016.

Darci Joao Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA N.º315 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016 NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO, DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PORTARIA N.º315 de 01 de novembro de 2016
Nomeia servidor comissionado, de livre nomeação e exoneração e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 047/2013.

Resolve,

Art.1º. Nomear o senhor, Alfredo Bernat CPF nº147.884.709-34 para ocupar o cargo de Secretario Municipal de Saúde, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de novembro de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 317, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016. CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 317, de 01 de novembro de 2016.
Concede Licença-Prêmio ao servidor e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Art.nº108, da Lei Complementar Nº037, de 07 de novembro de 2011.

Resolve,

Art. 1º - Conceder pecúnia de 50% da Licença-Prêmio ao servidor Emerson Filimberti, matrícula nº113.9, ocupante do Cargo de Contador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, indenizando o mês de novembro e usufruindo no período de 01 de dezembro a 30 de dezembro de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de novembro de 2016.

Darci Joao Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 012/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 012/2016

Contratada: MARLENE MARIA POLICARPO 01632186926

Licitação: Proc. Administrativo 028/2016 -Concorrência. nº 001/2016

Objeto: permissão de uso para exploração comercial de quiosque localizado na Praça Horacio Martins no Bairro São Cristóvão município de Barra Velha - SC

Valor do Contrato: R\$ R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)

Data da assinatura: 01/11/2016

Data do vencimento: 01/11/2021

Barra Velha, 01 de novembro de 2016

MARLENE MARIA POLICARPO –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PORTARIAS 11/2016

PORTARIA Nº 186-A/2016, DE 17 DE JUNHO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolvo expedir a presente:

PRORROGAR PRAZO

Art. 1º. Fica prorrogada por mais 210 (duzentos e dez) dias o prazo de afastamento da servidora Rita de Cássia Damaso da Silveira, nos moldes da Portaria nº 162/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 17 de junho de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 225-B/2016, DE 15 DE JULHO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolvo expedir a presente:

PRORROGAR PRAZO

Art. 1º. Fica prorrogada por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo para a Comissão de Sindicância nomeada pela Portaria nº 162/2016, exare parecer conclusivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 15 de julho de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 272/2016, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolvo expedir a presente:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º. Fica concedida 30 (trinta) dias de licença prêmio a servidora ALICE ARNOLDO DE LIMA, ocupante do cargo de Professora junto à Secretaria Municipal de Educação pelo período de 01/11/2016 à 30/11/2016, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de novembro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 273/2016, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolvo expedir a presente:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º. Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a MIGUEL DA SILVA, Servente junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/11/2016 à 30/11/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de novembro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016 - RETIFICADO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

Cadastro de Reserva de Vagas – Contratação Temporária

RETIFICADO PELA ERRATA Nº 01

ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO À FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE VAGAS PARA O QUADRO GERAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Senhor JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo/SC, torna pública a realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para formação de CADASTRO DE RESERVA DE VAGAS do Quadro Permanente dos Servidores do Poder Executivo do Município de Benedito Novo e, para o provimento de vagas nos Empregos Públicos dos Programas Federais Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Agentes Comunitários da Saúde (ACS) no Município de Benedito Novo, que serão regidos pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente Edital, a serem contratados conforme a necessidade do município, em caráter temporário até a realização de concurso público ou até um ano, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme segue:

1 - DOS CARGOS, ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS

1.1 - Este Processo Seletivo Simplificado destina-se à formação de cadastro de reserva de vagas descritas neste Edital.

1.2 - Os cargos/especialidades, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo Simplificado, encontram-se descritos nos Anexos I e II deste Edital.

1.3 - A Escolaridade e os requisitos exigidos, conforme Anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão, após a convocação.

2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016 será efetuada através de publicação na íntegra no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situado à Rua Celso Ramos, nº 5.070, Centro, cidade de Benedito Novo/SC, no site oficial do Município www.beneditonovo.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>.

3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital, que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos locais descritos no item 2.1 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente na sede da Prefeitura de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, nº 5070, bairro Centro, no período informado no Anexo IV deste edital.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição cuja divulgação será feita nos locais descritos no item 2.1 deste Edital.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo à Comissão do Processo Seletivo 003/2016, na Prefeitura Municipal de Benedito Novo, pelo próprio candidato.

3.4 - Para inscrever-se, o candidato deverá apresentar:

3.4.1 - Fotocópia dos Documentos Pessoais (Carteira de Identidade e CPF).

ATENÇÃO: NÃO SERÃO FOTOCOPIADOS DOCUMENTOS NA PREFEITURA

3.4.2 - A inscrição poderá ser efetuada por procuração, devendo o procurador, no ato da inscrição, entregar cópia do documento de identidade e CPF.

3.5 - Efetuada a inscrição, o candidato receberá um comprovante de inscrição.

3.6 - O candidato deverá ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer.

3.7 - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada à Rua Celso Ramos, nº 5.070, bairro Centro, cidade de Benedito Novo/SC de segundas-feiras, das 09h00min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min, e de terças às sextas-feiras, das 07h30min às 12h30min na Sala de Reuniões da Prefeitura, para preenchimento e entrega da documentação de inscrição.

3.8 - Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos do presente processo seletivo.

3.9 - A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

3.10 - O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo por escrito no ato de inscrição, encaminhando o requerimento por escrito e protocolado para a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, na Prefeitura Municipal de Benedito Novo, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

3.11 - A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.12 - Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.13 - As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016.

3.14 - O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados nos locais descritos no item 2.1 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita em ordem alfabética.

3.15 - Após a publicação das inscrições, o candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, que se dará por meio de requerimento protocolado para a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016.

3.16 - A comissão, procederá a análise dos recursos e divulgará o resultado nos locais descritos no item 2.1 deste Edital, no prazo estabelecido no Anexo IV.

3.17 - Findo o prazo de recurso, as inscrições deferidas serão automaticamente homologadas, dando-se início ao processo de seleção.

4 - DA DATA E DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

4.1 - As provas para os cargos que trata este Edital serão realizadas na data prevista no Anexo IV, com início às 18h00min, sendo aplicadas nas dependências da Escola de Educação Básica Teófilo Nolasco de Almeida (EEBTNA), situada na Rua Celso Ramos, nº 4.686, bairro Centro, cidade de Benedito Novo/SC, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.1 deste Edital.

4.2 - O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de, 15 minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto ou seu comprovante de inscrição.

4.3 - Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

4.4 - As provas terão a duração conjunta de 02 (duas) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

4.5 - O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

4.6 - Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

4.6.1 - Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

4.6.2 - Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado;

4.6.3 - Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário de início estipulado;

4.6.4 - Prestar provas fora do horário estipulado ou espaço físico pré-determinados.

4.7 - Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao processo seletivo, em qualquer local de prova, durante a realização das provas.

4.8 - Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital. O candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do processo seletivo.

4.9 - Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

4.10 - Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consultas ou comunicações entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.

4.11 - Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

4.12 - Será também, eliminado do Processo Seletivo o candidato que incorrer nas seguintes situações:

4.12.1 - Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização;

4.12.2 - Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes;

4.12.3 - Proceder de forma a tumultuar a realização das provas;

4.12.4 - Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio;

4.12.5 - Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;

4.12.6 - Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

4.13 - Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

4.13.1 - O cartão resposta deverá ser preenchido conforme o que segue:

4.13.2 - O candidato só deverá preencher uma escolha de resposta por questão, sendo as escolhas possíveis A B C D.

4.13.3 - Se o candidato marcar mais de uma escolha de resposta por questão, a questão referida será considerada como incorreta.

4.14 - Os últimos 3 (três) candidatos que permanecerem na sala deverão sair juntos no final da prova.

5 - DAS PROVAS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 - Para os cargos de que trata este Edital, a avaliação deste Processo Seletivo Simplificado constará, somente, de prova escrita.

5.2 - A prova escrita terá 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, sendo 10 de Conhecimentos Específicos, 5 de Português, 5 de Matemática e 5 de Conhecimentos Gerais, distribuídas e avaliadas conforme tabela abaixo:

ÁREA DE CONHECIMENTO	QUESTÕES	VALOR	
		INDIVIDUAL	TOTAL
Conhecimentos Específicos	10	0,40	4,00
Português	5	0,40	2,00
Matemática	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais	5	0,40	2,00
Total	25		10,00

5.3 - Para o candidato ser considerado aprovado, precisará acertar, pelo menos, 1 (uma) questão de Conhecimentos Específicos, 1 (uma) questão de Português, 1 (uma) questão de Matemática e 1 (uma) questão de Conhecimentos Gerais.

5.4 - Além do disposto no item anterior, serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acerto do total do valor de pontuação da prova, ou seja, conseguirem nota total de valor 5,00 (cinco) ou superior.

5.5 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados critérios de desempate, conforme a seguinte ordem:

5.5.1 - O candidato que tiver maior nota individual em Conhecimentos Específicos;

5.5.2 - O candidato que tiver maior nota individual em Português;

5.5.3 - O candidato que tiver maior nota individual em Matemática;

5.5.4 - O candidato que tiver maior nota individual em Conhecimentos Gerais;

5.5.5 - O candidato que tiver a maior idade;

5.5 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da inscrição, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

5.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo III deste Edital.

6 - DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO

6.1 - O gabarito da prova escrita será divulgado conforme o Anexo IV deste Edital, nos locais descritos no item 2.1 deste Edital.

6.2 - Quanto ao gabarito divulgado, caberá pedido de recurso, desde que devidamente fundamentado, protocolado junto à Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, no prazo conforme previsto no Anexo IV deste Edital.

6.3 - O recurso deverá ser protocolado junto a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, com as seguintes especificações:

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Cargo/Emprego para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

6.4 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

6.5 - Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax ou via eletrônica, devendo ser digitado ou datilografado e estar embasado em argumentação lógica e consistente.

6.6 - Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

6.7 - Os recursos inconsistentes serão indeferidos e os encaminhados fora dos prazos serão desconsiderados.

6.8 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

6.9 - As respostas dos recursos ficarão à disposição do candidato, que deverá retirá-la junto a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, na Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, nº 5070, bairro Centro, cidade de Benedito Novo/SC. A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

6.10 - Se da análise do recurso resultar anulação das questões, os pontos referentes as mesmas serão atribuídas a todos os candidatos.

7 - DO RESULTADO

7.1 - A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo IV deste Edital, através de publicação nos locais descritos no item 2.1 deste Edital.

7.2 - Quanto à classificação divulgada, caberá pedido de recurso, no estabelecido no Anexo IV deste Edital.

7.2.1 - Os recursos deverão conter também o endereço completo para correspondência, e serão dirigidos à Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, que decidirá sobre este no prazo previsto no Anexo IV.

7.3 - A resposta do recurso ficará à disposição do candidato, que poderá retirá-la junto a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016.

7.4 - Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial nos locais descritos no item 2.1 deste Edital.

7.5 - A Comissão, coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

8 - DAS VAGAS

8.1 - Os candidatos selecionados serão chamados individualmente, através de contato telefônico ou meio eletrônico, se houver, de acordo com a necessidade da Administração Pública Municipal.

8.2 - Na convocação dos candidatos aprovados para assunção de vaga temporária, pela ordem de classificação neste Processo Seletivo Simplificado, o mesmo poderá aceitar a vaga e assumir as funções após a apresentação dos documentos pertinentes e o registro de seu contrato, ou declinar da vaga por escrito.

8.3 - Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

9 - DA CONTRATAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

9.1 - Para a contratação será necessário apresentar os requisitos exigidos para cada cargo e as cópias dos seguintes documentos:

- RG (Registro Geral – Carteira de Identidade);
- CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- Comprovante de Escolaridade (Registro no Órgão Regulamentador)
- Título de Eleitor e o Comprovante de Quitação Eleitoral da última eleição;
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Número da agência e da conta bancária
- Comprovante de Residência; e

- Declaração de vacinação.

9.2 - Caso o candidato chamado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a contratação, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Benedito Novo convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

9.3 - Para todas as admissões é obrigatório o exame médico admissional. Os candidatos serão avaliados com os conceitos "Apto" ou "Inapto", sendo considerados aprovados para contratação os candidatos que obtiverem conceito "Apto".

9.4 - Os cargos integrantes deste Processo Seletivo com Reserva de Vaga, serão convocados dentro das necessidades, conforme surgirem novas vagas através de chamada individual dos candidatos, por ordem de classificação.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - A homologação do Processo Seletivo se dará após o decurso do prazo recursal da classificação ou após o julgamento dos recursos recebidos, através de publicação nos locais descritos no item 2.1 deste Edital.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo simplificado.

11.1.1 - A aprovação neste Processo Seletivo Simplificado não cria o direito à contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

11.1.2 - Os candidatos aprovados neste Processo Seletivo e contratados temporariamente para o cargo, ficarão submetidos ao Regime Celetista e ao Regime Geral de Previdência Social, bem como, no que couber, à Lei Complementar Municipal nº 004/1995 e suas alterações.

11.2 - Durante a vigência deste Edital o candidato classificado deverá manter seu endereço e número telefônico devidamente atualizado, protocolando comunicação das alterações junto ao Setor Pessoal do Município de Benedito Novo.

11.2.1 - Se o candidato não residir no endereço informado e não for possível a convocação o mesmo perderá o direito à vaga.

11.3 - Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

11.4 - Fica delegada a competência à Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, constituída pela Portaria Municipal nº 233 de 25/10/2016, para elaborar, aplicar, julgar, avaliar e rever as provas do presente Processo Seletivo Simplificado, direta ou indiretamente.

11.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Setor Jurídico do Município de Benedito Novo, de acordo com a legislação vigente.

11.6 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Processo Seletivo Simplificado, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo Simplificado os registros eletrônicos a ele referentes.

11.7 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova, indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

11.8 - O presente Edital de Seleção Pública terá validade pelo período que anteceder a efetivação por meio de Concurso Público e poderão ocorrer mudanças com alterações ou cancelamento de contratos, inclusive, prevalecendo o excepcional interesse público.

11.9 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Cargos, Escolaridade, Carga Horária e Vencimentos.

Anexo II - Abrangência de Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde.

Anexo III - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.

Anexo IV - Cronograma do Processo Seletivo.

11.10 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, 25 de outubro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

ANEXO I

Cargos, Escolaridade, Carga Horária e Vencimentos

CARGOS	CÓDIGO	SÍMBOLO	CARGA HORARIA SEMANAL	VAGAS	ESCOLARIDADE	VENCIMENTO
Auxiliar de Serviços Gerais I	531004	ASG-I	40h	RV*	Anos iniciais do Ensino Fundamental	R\$ 921,24
Auxiliar de Serviços Gerais II	531005	ASG-II	20h	RV*	Anos iniciais do Ensino Fundamental	R\$ 460,62
Professor I-40	141003	P-I-40	40h	RV*	Magistério Completo, ou Ensino Médio Completo Cursando nível superior a partir da 4ª fase, em pedagogia, normal superior.	R\$ 2.135,64
Professor I-20	141002	P-I-20	20h	RV*	Magistério Completo, ou Ensino Médio Completo Cursando nível superior a partir da 4ª fase, em pedagogia, normal superior.	R\$ 1.067,82
Auxiliar de Creche	40	AC	40h	RV*	Ensino Médio Completo	R\$ 1.279,72
Auxiliar de Desenvolvimento da Educação Infantil	7	ADEI	40h	RV*	Magistério completo, ou a partir da 2ª fase em Nível Superior em pedagogia - Normal Superior e/ ou 2ª fase de Nível Superior de Cursos afins da Educação	R\$ 2.135,64
Instrutor de Modalidades - II	144007	IMO-II	40h	RV*	Ensino Médio Completo, com formação em música.	R\$ 1.240,46
Agente Comunitário de Saúde ESF Área 001 – ESF Santa Maria (abrangência vide Anexo II)	319009	ESF	40h	RV*	Ensino Fundamental Completo, Residir na Área de Abrangência da Unidade de Saúde da Família conforme descrito no Anexo II	R\$ 1.198,67
Agente Comunitário de Saúde ESF Área 002 – ESF Centro (abrangência vide Anexo II)	319009	ESF	40h	RV*	Ensino Fundamental Completo, Residir na Área de Abrangência da Unidade de Saúde da Família conforme descrito no Anexo II	R\$ 1.198,67
Agente Comunitário de Saúde ESF Área 005 – ESF Barra São João (abrangência vide Anexo II)	319009	ESF	40h	RV*	Ensino Fundamental Completo, Residir na Área de Abrangência da Unidade de Saúde da Família conforme descrito no Anexo II	R\$ 1.198,67
Técnico de Enfermagem ESF	18	TE-ESF	40h	RV*	Ensino Médio Completo e Curso Técnico com registro no órgão fiscalizador.	R\$ 1.359,67
Técnico em Saúde Bucal ESF	27	ESF	40h	RV*	Ensino Médio Completo e Curso Técnico com registro no órgão fiscalizador.	R\$ 1.359,45
Médico Ginecologista	17	MD-G	4h/s	RV*	Graduação na área com registro no órgão fiscalizador.	R\$ 2.114,32
Médico Pediatra	24	MD-P	4h/s	RV*	Graduação na área com registro no órgão fiscalizador	R\$ 2.114,32
Servente	991011	SE	40h/s	RV*	Anos iniciais do Ensino Fundamental.	R\$ 880,00
Operário	991010	OP	40h	RV*	Anos iniciais do Ensino Fundamental	R\$ 964,43
Operador de Máquinas	974010	OM	40h	RV*	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.182,53
Motorista	985001	MO	40h	RV*	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.154,79

* RV = Reserva de Vagas.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

ANEXO II

Abrangência de Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde

Área	Abrangência
Área 001 – ESF Santa Maria	MICROÁREA 1 – RUA LUIZ GIRARDI (depois da ponte), BRAÇO SANTA MARIA, RIBEIRÃO DO CAMPO, ESTRADINHA.
	MICROÁREA 2 – BAIXO SANTA MARIA (Entrada Baixo Santa Maria até Ponte Gessner), RUA IRMÃO MANSUETO (até casa de Leocides Massaneiro) e ACESSO A RUA JOINVILLE (via Santa Maria até casa de Nelson Wollert).
	MICROÁREA 3 – RUA FREI ERNESTO, RIBEIRÃO PINHEIRO, RIBEIRÃO DA PENCA, TRAVESSÃO DO TIGRE (até a Igreja Santo Estanislau).
	MICROÁREA 6 – RUA IRMÃO MANSUETO (depois da Ponte do Gessner até Ponte depois do Posto de Saúde), RUA ALBERTO BUZZI, RUA PADRE BACKES E ESTRADA GERAL FAXINAL (até casa de Arlene Campestrini).

<p>Área 002 – ESF Centro</p>	<p>MICROAREA 10 – RIBEIRAO DOS RUSSOS (todas as localidades).</p> <p>MICROAREA 12 – RUA ARTUR BLOEDORN, CONTINUA AVENIDA BRASIL A DIREITA, RUA CELSO RAMOS (imóvel nº 4.350) ATÉ TREVO DE SANTA ROSA (inclusive), E TRANSVERSAIS.</p> <p>MICROAREA 13 – RUA PEDRO MAUS (do final do asfalto até final da rua) e RIBEIRAO PROCKNOW.</p> <p>MICROAREA 15 – SC 477 – ATÉ TREVO SANTA ROSA - RUA HEINZ MAYER – RUA JOÃO BREHMER – BECO BREHMER – BECO THEILACHER – BECO GASPAR – RUA SANTA ROSA (inclusive).</p> <p>MICROAREA 16 – RUA RODEIO – RUA KARL BLAESE – RUA GUSTAVO ROEDER – RUA PEDRO MAUS (até o final do asfalto).</p>
<p>Área 005 – ESF Transitória Barra São João</p>	<p>MICROÁREA 4 – RUA MINISTRO LUIZ GALOTTI, RUA BOM RETIRO, ESTRADA GERAL RIBEIRÃO DO COURO (até a divisa com o Município de Dr. Pedrinho) e ESTRADA GERAL FAXINAL (até casa de Scheilliane Fernandes).</p> <p>MICROÁREA 5 – RUA JORGE BECKER, RUA GUILHERME KONELL, TIFA ZARLING, ESTRADA GERAL SÃO JOÃO (até Renaldo Wetzel e Gustavo Lickfeld).</p> <p>MICROÁREA 7 – ESTRADA GERAL SÃO JOÃO (depois da casa de Fridolin Wetzel), SERRA SÃO JOÃO, ALTO SÃO JOÃO e TODAS AS TRANSVERSAIS.</p> <p>MICROÁREA 8 – RUA MINISTRO LUIZ GALOTTI (até Cristiane Becker), RUA POMERODE, RUA JORGE BECKER (até casa de Eva Maria Groni).</p>

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

ANEXO III

Conteúdo Programático da Prova Escrita

COMUM A TODOS OS CARGOS

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

Notícias nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades. História do Município de Benedito Novo, www.beneditonovo.sc.gov.br e História do Brasil.

COMUM AOS CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL

PORTUGUÊS

Fonética: acentuação gráfica, ortografia. Morfologia: Classes de palavra, substantivo, adjetivo, plural, singular, aumentativo, diminutivo.

MATEMÁTICA

Operações: adição, subtração, multiplicação, divisão. Medidas de tempo, de comprimento, de capacidade, de área e de volume. Sistema monetário brasileiro e uso no comércio no dia-a-dia. Porcentagem.

COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

PORTUGUÊS

Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Significação literal e contextual de vocábulos. Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

MATEMÁTICA

Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores.

COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

PORTUGUÊS

Fonética: Ortografia, pontuação, acentuação gráfica e crase. Morfologia: classes de palavras. Sintaxe: concordância verbal e nominal. Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem.

MATEMÁTICA

Noções de lógica: proposições, conectivos, negação de proposições compostas.

Conjuntos: caracterização, pertinência, inclusão, igualdade e intervalos. Conjuntos numéricos. Composição de funções. Função inversa. Médias aritméticas e geométricas. Regra de três simples e composta. Juros e porcentagem. Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I E II

Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos e seu valor nutricional. Conhecimentos sobre características e qualidade dos alimentos. Conhecimentos sobre quantidades, porções e medidas caseiras. Etapa da produção de refeições: recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Noções básicas de conservação, manutenção, cozimento, armazenamento e reposição dos alimentos. Adequação da alimentação do escolar e do adolescente. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de gêneros alimentícios. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios. Higienização de alimentos: procedimentos para lavagem de frutas e legumes, abertura de embalagens e acondicionamento de alimentos prontos. Noções básicas de conservação, manutenção, higiene e limpeza e conservação de móveis e instalações. Noções básicas sobre a utilização, guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção de utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e manutenção do patrimônio. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional.

PROFESSOR

A função social da escola pública; A Educação na nova LDB; FUNDEB; Princípios éticos profissionais; O Projeto Político Pedagógico na escola; Análise verbal, acentuação gráfica, pronomes retos e oblíquos, substantivo, adjetivo, preposição, composição e interpretação de texto, termos integrantes da oração, estrofe e verso; Orientação e localização quanto ao sistema planetário, o Estado no território brasileiro, econômico e político, fatores preponderantes no processo de desenvolvimento sustentável, A ação matemática no cotidiano, sistema de numeração, operações da matemática, a noção de fração, porcentagem, valores decimais, unidades de medidas (arroba, hectare, tonelada, morgo, etc.), cálculo de área; O ser humano e sua relação com a natureza, o meio biótico e abiótico; a matéria e os estados físicos, os reinos, fauna e flora catarinense, a terra, a água e o ar, reservas ecológicas. Conhecimento da lei 8.009/90 (ECA). Concepções teóricas – metodológicas da proposta curricular do município.

AUXILIAR DE CRECHE

O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil. - Ética e cidadania. Informática básica, Constituição Federal - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade.

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social da educação infantil; Educar e cuidar; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil.

INSTRUTOR DE MODALIDADE II

Tonalidades. Teoria musical. Intervalos. Notação musical. Formação de acordes. Síncopes. Quiálteras. Cifras Escalas. Campo harmônico. Claves. Propriedades do som. Valores. Graus de uma escala. Tom e semitom. Ritmo tético, anacrústico e acéfalo.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Saúde pública e saneamento básico; Endemias e epidemias; Noções básicas das seguintes endemias: Dengue, Esquistossomose, Leishmaniose, Leptospirose; Prevenção primária das endemias citadas anteriormente; Classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias citadas anteriormente; Combate aos agentes transmissores das endemias citadas anteriormente, conforme estratégias e normas vigentes do Ministério da Saúde; Visitas domiciliares e aos pontos estratégicos: fiscalização para a promoção e preservação da saúde da comunidade, papel do agente na educação ambiental e saúde da população; Saúde como dever do estado; Saúde como direito social; Noções básicas sobre o SUS; Entendimento sobre a participação da comunidade na gestão do SUS; As atribuições do agente comunitário de saúde; A participação do agente comunitário de saúde a grupos específicos; Promoção da saúde: conceito e estratégias; Formas de aprender e ensinar em educação popular, Cultura popular e sua relação com processos educativos; Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais; Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; Noções de ética e cidadania; Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos. Legislação: Lei nº 8.080, de 19/09/1990 e suas alterações, Lei nº 8.142, de 28/12/1990 e Constituição Federal nos Artigos 196 a 200, sobre

o Sistema Único de Saúde (SUS); Ações e Programas do Ministério da Saúde; Lei nº 8.069, de 13/07/1990, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 10.741, de 01/10/2003 sobre o Estatuto do Idoso; Lei nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõem sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias; Portaria nº 648, de 28/03/2006 do Ministro da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

Técnicas Básicas de Enfermagem; Sinais Vitais, Temperatura, Pulsação, Respiração, Pressão Arterial, Procedimentos em Unidades Básicas de Saúde; Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). 2. Doenças Transmissíveis. 3. Saneamento Básico, Ações de Vigilância Epidemiológica, Programas de Saúde Públicas, Noções básicas na administração de fármacos; Noções de anatomia e fisiologia; Fundamentos de Enfermagem: técnicas básicas. 4. Enfermagem Médico Cirúrgica: Assistência de enfermagem em Doenças Transmissíveis – defesa do organismo, conceito e tipo de imunidade, noções de vacinação. 5. Assistência de enfermagem em distúrbios crônico-degenerativos: respiratórios, cardiovasculares, gastrointestinais, musculoesqueléticos. 6. Atuação de enfermagem em Centro Cirúrgico de Central de Material. 7. Enfermagem Materno-Infantil e Pediatria: Atendimento de enfermagem à saúde materno-infantil e pediatria: pré-natal, parto e puerpério e período neonatal. 8. Enfermagem de urgência e emergência: primeiros socorros. 9. Procedimentos de urgência para ferimentos, desmaio, vertigens e corpos estranhos.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL ESF

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Anatomia da cavidade bucal. Anatomia dental. Anatomia do corpo humano/sistemas. Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia (Lei 11.889/2008). Biossegurança, controle de infecção, prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica / número 17. Cárie dentária/cariologia. Ciclos de vida na Saúde Bucal. Dentição humana. Dieta, nutrição, saúde bucal. Doenças infectocontagiosas. Doenças periodontais. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Educação em Saúde. Epidemiologia. Equipamento, aparelhos odontológicos, material e instrumental odontológico. Ergonomia, riscos ocupacionais. Estratégias de educação em saúde. Ética. Ficha clínica. Imunidade, resistência, seres vivos. Financiamento e participação social no SUS. Fluoretos. História das Políticas de Saúde no Brasil. Identificação dos dentes. Imunidade/Imunização. Lei Estadual, Municipal de SC referente à saúde bucal. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Periodontia, doenças periodontais. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Humanização. Política pública de saúde. Prevenção das doenças bucais. Prevenção/controle de riscos. Processo Saúde-Doença / determinantes/ condicionantes. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Programa Saúde da Família. Promoção de Saúde. Radiologia odontológica, processamento filme radiográfico. Segurança contra radiação. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Técnicas de escovação supervisionada. Vigilância em saúde.

MÉDICO GINECOLOGISTA

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Anatomia, embriologia e fisiologia do aparelho genital. Anamnese e exame ginecológico. Exames complementares em Ginecologia. Malformações genitais. Estados intersexuais. Ginecologia infanto-puberal. Doenças sexualmente transmissíveis. Vulvovaginites. Doença inflamatória pélvica. Dismenorréia. Síndrome pré-menstrual. Hemorragia uterina disfuncional. Amenorréias. Distopias genitais. Distúrbios urogenitais. Incontinência urinária. Infertilidade conjugal. Endometriose. Métodos contraceptivos. Climatério descompensado. Patologias benignas do colo e do corpo uterino. Miomatose uterina. Doenças da vulva. Síndrome dos ovários policísticos. Câncer do colo do útero. Tumores malignos e benignos dos ovários. Lesões benignas e malignas das mamas. Abdômen agudo em ginecologia. Cirurgias ginecológicas e suas complicações. Obstetrícia. Fisiologia e endocrinologia do ciclo gravídico-puerperal. Assistência pré-natal e propedêutica da gestação. Estudo das doenças intercorrentes do ciclo gravídico. Gestação de alto risco. Medicina fetal. Deslocamento prematuro de placenta. Inserção viciosa placentária. Abortamento. Prematuridade. Gravidez pós-termo. Doenças hipertensivas do ciclo gravídico-puerperal. Rotura prematura de membranas. Crescimento intra-uterino restrito. Diabetes Mellitus e gestação. Infecções pré-natais. Prenhez ectópica. Gemelaridade. Parto e puerpério: estudo e assistência. Sofrimento fetal agudo. Doença hemolítica Peri natal. Doença trofoblástica gestacional. Hemorragias da gestação e do puerpério.

MÉDICO PEDIATRA

Política Nacional de Humanização; Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil. Crescimento e desenvolvimento da criança: do período neonatal à adolescência. Alimentação da criança e do adolescente. Morbidade e mortalidade na infância. Imunizações na criança e adolescência. Prevenção de acidentes na infância. Assistência à criança vítima de violência. Anemias. Parasitoses intestinais. Distúrbios do crescimento e desenvolvimento. Baixa estatura. Obesidade. Infecções urinárias. Hematúrias. Enurese. Encoprese. Constipação crônica funcional na infância. Atendimento ambulatorial da criança com necessidades especiais. Dificuldades escolares. Distúrbios psicológicos mais frequentes em pediatria. Dores recorrentes na infância. Abordagem do sopro cardíaco na criança. Adenomegalias. Infecções congênitas. Asma brônquica. Abordagem do lactente chiador. Infecções de vias aéreas superiores e inferiores. Infecções pulmonares bacterianas. Tuberculose na criança.

SERVENTE

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e

equipamentos; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Noções de ética e cidadania; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. Desenvolvimento sustentável. Cidadania e Participação Social; 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar).; Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo.; Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho; Noções sobre primeiros socorros; Uso de equipamentos de proteção individual –EPIs; Ergonomia.

OPERÁRIO

Noções básicas de manutenção, higiene, limpeza e conservação de móveis, instalações e terrenos. Equipamentos, utensílios e ferramentas empregados na manutenção de edifícios, calçadas, pontes e ruas. Pintura de paredes, tetos, assoalhos, árvores, muros, ruas, pontes, palcos, palanques e móveis: técnicas, ferramentas e materiais. Carga, transporte e descarga de materiais. Noção básica sobre a utilização guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção de utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e manutenção do patrimônio. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional.

OPERADOR DE MÁQUINA

Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Normas Gerais de Circulação e Conduta; Do Cidadão; Da educação para o trânsito; Da sinalização de trânsito; Das infrações; Dos crimes de Trânsito; Direção Defensiva; Inspeção e cuidados com os veículos. Noções de mecânica leve e pesada. Conhecimentos gerais sobre máquinas e equipamentos: preparativos para funcionamento da máquina; parada do motor; painel de controle; combustível, fluídos e lubrificantes; compartimento do operador; principais controles de operação; controles da caixa de mudanças; instruções para o manejo da máquina; manutenção e lubrificação: principais pontos de lubrificação; tabelas de manutenção periódica; sistema de arrefecimento do motor (radiador, correias, bomba d'água); sistema de combustível; sistema elétrico; sistema de frenagem; sistema de purificação de ar do motor; procedimentos de segurança; funcionamento básico dos motores, direção, freios e pneus. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional.

MOTORISTA

Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Normas Gerais de Circulação e Conduta; Do Cidadão; Da educação para o trânsito; Da sinalização de trânsito; Das infrações; Dos crimes de Trânsito; Direção Defensiva; Inspeção e cuidados com os veículos. Noções de mecânica leve e pesada. Conhecimentos gerais sobre veículos: conhecimentos práticos de operação e manutenção do veículo; procedimentos de segurança; funcionamento básico dos motores; sistema de lubrificação; arrefecimento; transmissão; suspensão; direção; freios; pneus; painel de instrumentos; sistema elétrico. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

ANEXO IV

Cronograma do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016

DATA	ATO
25/10/2016	Publicação do Edital
26/10/2016	Início do Período de inscrições
16/11/2016	Término do Período de inscrições
17/11/2016	Homologação provisória das inscrições
18/11/2016	Início do prazo para recurso contra não homologação da inscrição
22/11/2016	Término do prazo para recurso contra não homologação da inscrição
24/11/2016	Homologação final das inscrições
28/11/2016	Data das provas escritas
30/11/2016	Publicação do gabarito provisório
01/12/2016	Início do prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório
02/12/2016	Término do prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório
05/12/2016	Publicação do gabarito oficial da classificação provisória
06/12/2016	Início do prazo para recurso contra a classificação provisória
07/12/2016	Término do prazo para recurso contra a classificação provisória
12/12/2016	Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 003/2016

Obs.: Cronograma sujeito a alterações, divulgadas pelos meios previstos no Item 2.1 do presente edital.

ERRATA Nº 01 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

ERRATA Nº 01

Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016

O Senhor JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo/SC, torna pública a primeira retificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, conforme segue:

1. - O item 5 (Das Provas e Critérios de Desempate) passa a vigorar com a seguinte redação:

5 - DAS PROVAS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 - Para os cargos de que trata este Edital, a avaliação deste Processo Seletivo Simplificado constará, somente, de prova escrita.

5.2 - A prova escrita terá 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, sendo 10 de Conhecimentos Específicos, 5 de Português, 5 de Matemática e 5 de Conhecimentos Gerais, distribuídas e avaliadas conforme tabela abaixo:

ÁREA DE CONHECIMENTO	QUESTÕES	VALOR	
		INDIVIDUAL	TOTAL
Conhecimentos Específicos	10	0,40	4,00
Português	5	0,40	2,00
Matemática	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais	5	0,40	2,00
Total	25		10,00

5.3 - Para o candidato ser considerado aprovado, precisará acertar, pelo menos, 1 (uma) questão de Conhecimentos Específicos, 1 (uma) questão de Português, 1 (uma) questão de Matemática e 1 (uma) questão de Conhecimentos Gerais.

5.4 - Além do disposto no item anterior, serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acerto do total do valor de pontuação da prova, ou seja, conseguirem nota total de valor 5,00 (cinco) ou superior.

5.5 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados critérios de desempate, conforme a seguinte ordem:

5.5.1 - O candidato que tiver maior nota individual em Conhecimentos Específicos;

5.5.2 - O candidato que tiver maior nota individual em Português;

5.5.3 - O candidato que tiver maior nota individual em Matemática;

5.5.4 - O candidato que tiver maior nota individual em Conhecimentos Gerais;

5.5.5 - O candidato que tiver a maior idade;

5.5 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da inscrição, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

5.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo III deste Edital.

2. - Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

Município de Benedito Novo, 01 de novembro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 194/2016

DECRETO Nº 194/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3589/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2015, apurado em fonte de recurso:

19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR (R\$)
1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênio	54.000,00
3.3.20.00/0.3.80.0381118	Outras Despesas Correntes	54.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 195/2016

DECRETO Nº 195/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3604/2015 - Lei Orçamentária para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3604/2015:

19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR (R\$)
1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênio	54.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	54.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	54.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 199/2016

DECRETO Nº 199/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.673, de 23 de outubro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para a gestão 2016/2018, o qual passará a funcionar da seguinte forma:

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Titular: Zilsa Roseni Corrêa
Suplente: Alexsandro Otávio Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Titular: Mariana Ester Borges Costa
Suplente: Patrícia Moreira Hoffmann Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Titular: Marceline Griss Pietroski Anderson
Suplente: Luceir Orsi Delhano

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Titular: Francisco de Souza Pereira
Suplente: Ailton Ventura dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Titular: Fernanda dos Passos Soares
Suplente: Kleber Gentil Khun

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Titular: Claudete Maria Steil Pereira
Suplente: Rosinha Meister Arnold

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS.**ENTIDADES DE ATENDIMENTO A CRIANÇA.**

Titular: Simone Pereira Marçal
Suplente: Vastir Maria Marques.

ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE E JOVENS.

Titular: Paula Hoffmann Costa
Suplente: Josiane Kohls

ENTIDADES DE ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Titular: Kreize Fernanda de Souza Machado
Suplente: Suellen Carolini Kair Cristofolini

ENTIDADES DE ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA.

Titular: Ana Carolina Lessa
Suplente: Nathalia Siqueira Bento.

ENTIDADES QUE REPRESENTAM OS PROFISSIONAIS COM ATUAÇÃO ESPECÍFICA NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENTIDADES DE ACESSORAMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA.

Titular: Leonardo Vieira de Ávila,
Suplente: Eunice Anisete de Souza Trajano

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 134, 17 de Setembro de 2014 e demais disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de outubro de 2016.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 200/2016

DECRETO Nº 200/2016 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.
Libera recursos orçamentários bloqueados pelo Decreto nº 23/2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 1º, §1º c/c artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3589/2015 - LDO,

Considerando, que na avaliação do cumprimento das metas de arrecadação até o 3º bimestre de 2016, as fontes ordinárias registraram um déficit de R\$ 5.462.900,00;

Considerando, que o Decreto Municipal nº 23, editado em fevereiro de 2016, bloqueou R\$ 13.690.000,00 de dotações financiadas com recursos ordinários em obediência ao princípio da prudência;

Considerando, que esses números indicam um provável bloqueio de R\$ 2.764.200,00 acima do necessário,

DECRETA:

Art. 1º Fica liberada parcial ou totalmente as dotações financiadas com recursos ordinários abaixo indicados e bloqueadas pelo Decreto Municipal nº 23/2016:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	100.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 01 de novembro de 2016.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

EXTRATO EDITAL 01 - ELEIÇÃO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

EXTRATO DE EDITAL Nº 001/2016 DE ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Prefeito Municipal Ramon Wollinger, em cumprimento a orientação de gestão democrática conforme LDB 9394/96, resolve, por meio do presente instrumento editalício, tornar público o processo de escolha do Secretário Municipal de Educação, bem como, estabelecer datas, normas, procedimentos para a realização das eleições e convocar todos os servidores efetivos Municipais da Educação, que estejam lotados na Rede Municipal de Ensino e na Secretaria Municipal de Educação para eleição do Secretário Municipal.

Comunica aos interessados que a partir do dia 03 de novembro de 2016 o Edital estará à disposição dos interessados que queiram participar da Escolha do Secretário Municipal de Educação, conforme edital 001/2016.

Data de inscrição: 16 de novembro de 2016
Maiores informações: www.bigua.sc.gov.br

Biguacu, 01 de novembro de 2016.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.338/2016

LEI Nº 8.338, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA DE "ARMIN PAUL WOTMEYER", A PASSARELA PARA PEDESTRES LOCALIZADA NO BAIRRO VELHA GRANDE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Armin Paul Wotmeyer, a passarela metálica para pedestres, localizada sobre o Ribeirão da Velha, entre as Ruas Germano Kruger e Franz Mueller, no Bairro Velha Grande.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.339/2016

LEI Nº 8.339, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA DE "HILDA FIEDLER", SEGUNDA PASSAGEM ELEVADA DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS, LOCALIZADA NO BAIRRO VELHA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Hilda Fiedler, a segunda passagem elevada da Rua Humberto de Campos sobre a Rua Gustavo Budag, com 13,00m (treze metros) de extensão e localizada no Bairro Velha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 de outubro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.067/2016

DECRETO Nº 11.067, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes

de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 70.835,06 (setenta mil, oitocentos e trinta e cinco reais e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3302 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 33.02.04.122.0002.2213 – Man. Ativ. Adm. e Financeira do SETERB

Modalidade 3.3.90 (9) Aplicações diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3304 – Diretoria de Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.1.91 (39) Aplicações Diretas R\$ 10.835,06

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERVIÇO AUTON. MUNIC. TRANSITO E TRANSPORTE – SETERB

3302 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 33.02.04.122.0002.2213 – Man. Ativ. Adm. e Financeira do SETERB

Modalidade 3.1.91 (7) Aplicações diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 00206.00000

3304 – Diretoria de Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.1.90 (49) Aplicações Diretas R\$ 7.835,06

Modalidade 3.3.91 (42) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de setembro de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.001/2016

PORTARIA Nº 20.001, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

DEMITE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL M.S.M.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com os arts. 185, III e 190, do mesmo diploma legal, resolve:

DEMITIR

M.S.M., matrícula nº 19084-5, do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por ter infringido os artigos 176, III, V e 177, XXXI, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 016/2015, com observância

ao disposto no artigo 196 da LC 600/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.051/2016

PORTARIA Nº. 20.051, DE 05 DE SETEMBRO DE 2016.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 006/2015, QUE TRAMITOU PERANTE A 1ª CPASD.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos do PAD nº 006/2015, resolve:

DETERMINAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de setembro 2016.
MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.186/2016

PORTARIA N.20.186, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL S.F.L.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e art. 209, da Lei Complementar

n.º 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo solicitação efetuada pelo Diretor Presidente do ISSBLU, através do Ofício n. 144/2016, de 18/10/2016, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido pela Terceira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias 15.146, 31/10/2011 e 15.578, de 02/04/2012 e 16.749, de 06/03/2013, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal S.F.L., matrícula n. 228816, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de acordo com os documentos anexados ao Ofício n. 144/2016, de 18/10/2016, subscrito pelo Diretor Presidente do ISSBLU, por infringir, em tese, os artigos 176, VI e 177, XXII da Lei Complementar n.º 660/07 combinado com o art. 11 e inciso I da Lei Federal n.º 8.429/92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.187/2016

PORTARIA Nº 20.187, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A.C.B.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos da SAD nº 005/2016, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nºs 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 18.830, de 08/06/2015, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal A.C.B., matrícula nº 228280, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica de Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o que consta da Sindicância Administrativa nº 05/2016 e documentos acostados, por infringir em tese, os artigos 176, III; 177, XI, XIII e XXII, da Lei Complementar nº 660/07, combinado com o art. 9º, IV e 11, I da Lei Federal n. 8.429/92, de acordo com a conclusão da presente Sindicância Administrativa com documentos anexos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.188/2016

PORTARIA Nº 20.188, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA JANE LÚCIA ALBANO RODRIGUES PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ATOS LEGISLATIVOS, NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015 e alterações posteriores, resolve:

NOMEAR

JANE LÚCIA ALBANO RODRIGUES, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Atos Legislativos, símbolo CC-3, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, a contar de 31 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.190/2016

PORTARIA Nº 20.190, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA MARCELO GUEDES SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

MARCELO GUEDES SILVA, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Segurança Alimentar, símbolo CC-4, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeado pela Portaria nº 20.146, de 11/10/2016, no dia 31 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.191/2016

PORTARIA Nº 20.191, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA MOACIR ROBERTO THEISS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

MOACIR ROBERTO THEISS, para o exercício do cargo em comissão de Assessor de Segurança Alimentar, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 01 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.192/2016

PORTARIA Nº 20.192, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA JADISON ALEXSANDER FERNANDES PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE PLANEJAMENTO URBANO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO – SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, conformidade

com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015 e alterações posteriores, e atendendo ao pedido efetuado através do Memorando nº SEPLAN/GAD nº 090/2016, de 28/10/2016, resolve:

NOMEAR

JADISON ALEXSANDER FERNANDES, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Planejamento Urbano, símbolo CC-2, ns Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, a contar de 31 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.193/2016

PORTARIA Nº 20.193, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA, para o exercício do cargo em comissão de Assessor Especial de Relações Institucionais, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito, a contar de 31 de outubro de 2016;

CAMILA DOS SANTOS BISSONI, para o exercício do cargo em comissão de Assessor Especial de Auditoria de Gestão, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito, a contar de 31 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.202/2016

PORTARIA Nº 20.202, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA GORETE APARECIDA COELHO DE ÁVILA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

GORETE APARECIDA COELHO DE ÁVILA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Assistência ao Servidor, símbolo CC-3, da Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeada pela Portaria nº 19.876, de 05/07/2016, no dia 01 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMI Nº 21/2016

RESOLUÇÃO CMI Nº 21/2016

APROVA AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DOS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2016 DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO – FMI.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 21 de outubro de 2016 e,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 906 de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Fundo Municipal do Idoso - FMI e tem sua estrutura de execução e controle contábeis vinculados ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social;

- a finalidade do Fundo Municipal do Idoso como instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos, destinado a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltados aos idosos do Município de Blumenau, atendendo as diretrizes e deliberações do Conselho Municipal do Idoso;

- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação, conforme consta no relatório da reunião, realizada em 13 de outubro de 2016, que analisou as Movimentações Financeiras dos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2016;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal do Idoso – FMI, dos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2016 como seguem:

I – Mês de Julho de 2016 receitas no valor de R\$ 4.049,01 (quatro mil quarenta e nove reais e um centavos), não havendo despesas, sendo o saldo final no valor de R\$ 530.639,44 (quinhentos e trinta mil e seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

II – Mês de Agosto de 2016 receitas no valor de R\$ 4.475,81 (quatro mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos), não havendo despesas, sendo o saldo final no valor de R\$ 535.115,25 (quinhentos e trinta e cinco mil cento e quinze reais e vinte e cinco centavos).

III – Mês de Setembro de 2016 receitas no valor de R\$ 4.113,78 (quatro mil e cento e treze reais e setenta e oito centavos), despesas no valor de R\$ 312,40 (trezentos e doze reais e quarenta centavos), sendo o saldo final no valor de R\$ 538.916,63 (quinhentos e trinta e oito mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 28 de outubro de 2016.

Fabiana Gonçalves Felix Maciel
Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso – CMI
2015 - 2017

RESOLUÇÃO CMDR Nº 01/2016

RESOLUÇÃO CMDR N.01, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

REGULAMENTA O USO DAS EDIFICAÇÕES, TIPO BOX, EXISTENTES NA ÁREA DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – CMDR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Lei n. 5.666, de 18 de julho de 2001, que “autoriza a concessão remunerada de uso de bens públicos municipais”,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do uso das edificações, tipo box, existentes na área da Feira Livre Municipal da Rua Humberto de Campos,

RESOLVE:

Art. 1º Será permitida a exploração comercial das seguintes atividades nas edificações, tipo box, existentes na área da Feira Livre Municipal da Rua Humberto de Campos:

I – bar e lanchonete;

II – comércio de artes manuais;

III – comércio de artesanatos em geral;

IV – comércio de artigos para presente;

V – comércio de frutas e verduras;

VI - comércio de material de embalagem, limpeza e conservação;

VII – comércio de pastelaria e massas congeladas;

VIII – comércio de peixes e frutos do mar;

IX – empório gourmet;

X – floricultura;

XI – restaurante.

Art. 2º Os concessionários deverão manter o estabelecimento em pleno funcionamento, no mínimo, no horário compreendido entre as 8 e 20 horas durante a semana e entre as 6 e 13 horas aos sábados.

Parágrafo único. Em datas consideradas especiais, poderá ser estabelecido horário mínimo de funcionamento em comum acordo entre o concessionário e a Diretoria de Desenvolvimento Rural da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEDEC.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de outubro de 2016.

ALIOS MANTAU
Presidente do CMDR

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2226/2016 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2226/2016 - Processo Licitação Pregão Presencial 2234/2016

Objeto: Registro de preços - Fornecimento/entrega de lanches, bolos, cucas, mini salgados, pastelão, sanduíches, pães, e outros, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Empresa(s):

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA. CNPJ: 80.413.479/0001-27

Item 01: Valor unitário R\$ 29,20 (vinte e nove reais e vinte centavos) e valor total R\$ 1.460,00 (um mil, quatrocentos e sessenta reais)

Item 02: Valor unitário R\$ 34,00 (trinta e quatro reais) e valor total R\$ 1.700,00 (um mil, setecentos reais)

Item 03: Valor unitário R\$ 40,00 (quarenta reais) e valor total R\$ 2.800,00 (dois mil, oitocentos reais)

Item 04: Valor unitário R\$ 17,00 (dezessete reais) e valor total R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)

Item 05: Valor unitário R\$ 15,60 (quinze reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais)

Item 06: Valor unitário R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais)

Item 07: Valor unitário R\$ 8,30 (oito reais e trinta centavos) e valor total R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais)

Item 08: Valor unitário R\$ 70,50 (setenta reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais)

Item 09: Valor unitário R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) e valor total R\$ 3.300,00 (três mil, trezentos reais)

Item 10: Valor unitário R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos) e valor total R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais)

Item 11: Valor unitário R\$ 51,10 (cinquenta e um reais e dez centavos) e valor total R\$ 2.555,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)

Item 12: Valor unitário R\$ 43,00 (quarenta e três reais) e valor total R\$ 2.150,00 (dois mil, cento e cinquenta reais)

Item 13: Valor unitário R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais)

Item 14: Valor unitário R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e valor total R\$ 532,00 (quinhentos e trinta e dois reais)

Item 15: Valor unitário R\$ 10,86 (dez reais e oitenta e seis centavos) e valor total R\$ 543,00 (quinhentos e quarenta e três reais)

Item 16: Valor unitário R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais)

Item 17: Valor unitário R\$ 14,00 (quatorze reais) e valor total R\$ 700,00 (setecentos reais)

Item 18: Valor unitário R\$ 20,00 (vinte reais) e valor total R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Item 19: Valor unitário R\$ 22,00 (vinte e dois reais) e valor total R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.106/02, que regula o Sistema de Registro de Preços, e o Decreto 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 28 de Outubro de 2016.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

EXTRATO Nº 378/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 378/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Oswaldo Nascimento da Silva Metais – ME

OBJETO: Aquisição de equipamento retificador de corpos de prova cilíndricos de concreto para o Laboratório de Materiais de Construção Civil da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 225/2016 e Contrato nº. 174/2016 firmado em 24 de Outubro de 2016.

PREÇO Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 13.989,00 (treze mil novecentos e oitenta e nove reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço do Item (em R\$)
1	37437	1	Peca	Aparelho Retificador de Corpos de Prova Cilíndricas de Argamassa e Concreto com as seguintes características: • Alimentação: 380 v, trifásico, 2 CV ou mais; • Dimensões dos corpos de prova a serem retificados; Diâmetro de 5 cm e altura de 10cm Diâmetro de 10 cm e altura de 20cm Diâmetro de 15 cm e altura de 30cm • Operação automática; • Ferramenta de corte: disco diamantado (incluso); • Posicionamento de corte: posicionador pneumático para regular a espessura de corte em camada fina; • Travamento pneumático; • Sistema de proteção para motor e disco; • Sistema de refrigeração do disco de corte: automático por água com reservatório próprio.	13.989,00
Marca e Modelo				Setor Indústria / Modelo: SET 100P	

Prazo de Garantia e assistência técnica em meses (mínimo 12 meses)	Doze Meses.
Preço do Item (em reais, por extenso)	Treze mil novecentos e oitenta e nove reais.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 20% (vinte por cento) em até 5 (cinco) dias consecutivos após a assinatura do contrato, condicionado a entrega da Nota Fiscal referente este pagamento, e 80% (oitenta por cento) em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do equipamento, desde que este seja aprovado pela Gestão Contratual e que a respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) seja encaminhada à Administração, através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e);

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 31/10/2016.

EXTRATO Nº 381/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 381/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e a empresa

Tesouro Distribuidora Ltda. ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de água mineral e vasilhames para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 246/2016 e Ata Registro de Preços nº. 178/2016 firmado em 26 de Outubro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
01	936	2000	Vasilhame	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafão plástico retornável, com tampa de pressão e lacre, contendo 20 litros. Produto em conformidade com a legislação em vigor. O vasilhame disponibilizado deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses, contados a partir da data de entrega, verificável no fundo do mesmo.	5,80	11.600,00
02	826	1800	Garrafa	Água mineral, natural sem gás, acondicionada em garrafa plástica, com tampa e lacre, contendo 500 ml. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	0,90	1.620,00
03	928	1500	Copo	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em copo plástico, lacrado, com tampa aluminizada, contendo 200 ml. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	0,45	675,00
04	16524	600	Garrafa	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafa plástica, com tampa e lacre, contendo 1.500 ml. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	1,90	1.140,00
Preço Total (em reais)					15.035,00	
Preço Total (em reais, por extenso)					Quinze mil e trinta e cinco reais	

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com duração limitada a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 31/10/2016.

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2016**

Reunião Ordinária do dia 27 de outubro de 2016.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente em exercício
Célio Dias	- 1º Secretário
Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Jens Juergen Mantau
Roberto Tribess	Oldemar Becker
Vanderlei Paulo de Oliveira	Robinson Soares (Robinho)

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei Complementar nº 1.614 e dos Projetos de Lei nºs 6.912 e 7.256. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as Cessões do Plenário à Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização e à Diretoria Legislativa. Destino: comunique-se.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.258 e 7.259. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.267, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O "INSTITUTO WILLIAM NAATZ".

MD 2639

RESOLUÇÃO MD Nº 2.639

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DO VEREADOR IVAN NAATZ EM REUNIÃO TÉCNICA E REVOGA A RESOLUÇÃO MD Nº 2.638, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

MARCOS DA ROSA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Ivan Naatz em reunião com a Deputada Federal Carmem Zanotto, para tratar do fortalecimento da Universidade Federal em Blumenau, nos dias 9 e 10 de novembro de 2016, em Brasília (DF).

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de duas diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação na reunião técnica.

Art. 5º Fica revogada a Resolução da Mesa Diretora nº 2.638, de 20 de outubro de 2016.

Art. 6º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

MARCOS DA ROSA

Presidente em exercício

CÉLIO DIAS

1º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 30/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC

Processo licitatório: Nº 50/2016

Modalidade: Pregão presencial 30/2016

Forma de julgamento: menor preço por item.

Objeto AQUISIÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS CONFORME DESCRIÇÃO NOS CONTRATOS 832924/2016, 833690/2016 e 833693/2016 DO PRODESA. O Prefeito municipal torna público que dia 16/11/2016 às 14horas, realizará abertura das propostas em conformidade com o instrumento convocatório que está disponível no site: www.bomjardimdaserra.sc.gov.br ou na sede do município. Base legal Lei 10.520/02 e 8.666/93, LC 123/2006 e suas alterações.

Bom Jardim da Serra (SC), 01 de novembro de 2016.

Edelvânio Nunes Topanoti

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, CNPJ Nº 83.102.350/0001-96.

CONTRATADA: DEDALUS CONCURSOS E TREINAMENTO EIRELI - ME - CNPJ Nº 10.336.643/0001-64

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada Para Realização de Processo Seletivo Público Para Contratação de Profissionais Para os Anos Letivos de 2017 e 2018 Para Secretaria de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 76/2016 – Dispensa de Licitação nº 07/2016.

VIGÊNCIA PRAZO: Início: 01/11/2016 a 31/01/2017.

EXECUÇÃO PRAZO: 90 (noventa) dias, após emissão AF para execução dos serviços.

PREÇO: R\$6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

DATA: Botuverá-SC, 01 de Novembro de 2016

Nilo Barni

Prefeito Municipal Em Exercício

Braço do Trombudo

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 32 2016 - SRP

RETIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 43/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 32/2016 - SRP

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmeras e protetores para manutenção da frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

O Município de Braço do Trombudo, SC, informa aos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 32/2016, sofreu alterações dos itens do Anexo I conforme segue:

ONDE SE LÊ:

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário Máximo	Total Preço Máximo
40	16	UND	Pneu 250/60 R 16 92v		517,67	8.282,72

(valores expressos em Reais R\$)	Total Máximo Geral	482.391,95
----------------------------------	--------------------	------------

LEIA-SE:

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário Máximo	Total Preço Máximo
40	16	UND	Pneu 205/60 R 16 92v		517,67	8.282,72

(valores expressos em Reais R\$)	Total Máximo Geral	472.557,95
----------------------------------	--------------------	------------

EXCLUI-SE:

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário Máximo	Total Preço Máximo
46	26	UND	Pneu 215/75 R 15.5 misto liso		819,50	9.834,00

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 23/11/2016 a partir das 08h00min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação e credenciamento. A abertura da sessão fica marcada para as 08h30min da mesma data da entrega dos documentos. Permanecem inalteradas as demais condições.

Braço do Trombudo, em 01 de novembro de 2016.

Romildo Teske - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2436/2016

PORTARIA Nº 2436/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o(a) servidor(a) Sr(a). KATIUSCIA VIVIANE LIESENBERG, matrícula nº 1028820-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado médico do dia 18/10/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 02/11/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de outubro de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2475/2016

PORTARIA Nº 2475/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o(a) servidor(a) Sr(a). JOANITA MARCHEVSKY, matrícula nº 435287-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico do dia 20/10/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 04/11/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.593/2016

PORTARIA Nº 2.593/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora EDNA MARIA KUHNEN, matrícula nº 13340 nomeada pela Portaria nº 8.314/2012 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Outubro de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.594/2016

PORTARIA Nº 2.594/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARCELA JAQUELINE CADORE, matrícula nº 732354 nomeada pela Portaria nº 8.719/2013 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/09/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Outubro de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.595/2016

PORTARIA Nº 2.595/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor DAVIS ALBERT DAYE, matrícula nº 1040197 nomeado pela Portaria nº 8.725/2013 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Outubro de 2016.
ROGÉRIO ADILSON LANA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.596/2016

PORTARIA Nº 2.596/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CAROLINE MAÇANEIRO, matrícula nº 677124 nomeada pela Portaria nº 8.763/2013 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Outubro de 2016.
ROGÉRIO ADILSON LANA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.597/2016

PORTARIA Nº 2.597/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CLARISSA DOS SANTOS PADILHA, matrícula nº 1043463 nomeada pela Portaria nº 8.764/2013 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Jornalista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Outubro de 2016.
ROGÉRIO ADILSON LANA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.598/2016

PORTARIA Nº 2.598/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor ANGELO SEGATTA, matrícula nº 1043056 nomeado pela Portaria nº 8.779/2013 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Outubro de 2016.
ROGÉRIO ADILSON LANA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 11.456/2016

PORTARIA nº 11.456, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 145/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Célio de Souza para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Símbolo CC-IV, lotado na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 135/2016

ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO Nº 135/2016

PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO À PARTICULAR DA QUADRA DE ESPORTES "DYLAN MUNHOZ", LOCALIZADA NA PRAÇA DE ESPORTES "MAURÍCIO FOITTE" QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC E ELANE CRISTINA GERMANO MACHADO.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, CNPJ nº 83.102.749/0001-77, e de outro lado ELANE CRISTINA GERMANO MACHADO, CNPJ nº 23.466.897/0001-49, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Termo de Concessão 122/2015 até 05 de novembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art.57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Termo de Concessão 122/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 01 de novembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONCEDENTE	ELANE CRISTINA GERMANO MACHADO CONCESSIONÁRIA
--	--

DECRETO Nº 10.062 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.062 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor Público Municipal PAULO PACHECO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000772, Registro no Sistema sob nº 955389, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 01 de novembro de 2016.

Parágrafo único: A exoneração de que trata o Caput deste Artigo em atenção ao requerimento devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 31 de outubro de 2016, sob nº 6252.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.063 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.063 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.542 de 01 de novembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 6.873,86 (seis mil, oitocentos e setenta e três reais, oitenta e seis centavos) nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental			
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar			
300000.00.140 -	Despesas Correntes			
339000.00.140 -	Outras Despesas Correntes			
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 6.873,86		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Exercício Vigente, do seguinte Recurso: Código 140 – Salário Educação.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.064 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.064 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.543 de 01 de novembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 31.273,94 (trinta e um mil, duzentos e setenta e três reais, noventa e quatro centavos) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental.			
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar.			
300000.00.140 -	Despesas Correntes			
330000.00.140 -	Despesas de Custeio			
339000.00.140 -	Aplicações Diretas			
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 31.273,94		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.			
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação.			
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares.			
400000.00.140 -	Despesas de Capital			
440000.00.140 -	Investimentos			
449000.00.140 -	Aplicações Diretas			
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 2.273,94		
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.			
400000.00.140 -	Despesas de Capital			
440000.00.140 -	Investimentos			
449000.00.140 -	Aplicações Diretas			

449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 29.000,00			
	TOTAL	R\$ 31.273,94			

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.065 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.065 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.544 de 01 de novembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 9.811,68 (nove mil, oitocentos e onze reais, sessenta e oito centavos) nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.				
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar				
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar				
300000.00.151 -	Despesas Correntes				
339000.00.151 -	Outras Despesas Correntes				
339030.00.151 -	Material de Consumo	R\$ 6.478,58			
339030.00.158 -	Material de Consumo	R\$ 2.751,30			
339030.00.764 -	Material de Consumo	R\$ 581,80			
	TOTAL	R\$ 9.811,68			

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Exercício Vigente, dos seguintes Recursos: Código 151 – PNAEF – Merenda Escolar Fundamental; Código 158 – PNAC – Programa Merenda Escolar Creche e 764 – Recursos PNAP – Merenda Escolar Pré Escolar.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.066 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.066 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.545 de 01 de novembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 35.952,00 (trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais), nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores		
01.01 -	Câmara de Vereadores		
01.031.001.2.004 -	Vale Alimentação		
300000.00.136 -	Despesas Correntes		
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.136 -	Aplicações Diretas		
339046.00.136 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 190,00	
01.031.0001.2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores		
300000.00.136 -	Despesas Correntes		
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.136 -	Aplicações Diretas		
339011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 35.000,00	
339113.00.136 -	Obrigações Patronais – IPRECAL	R\$ 762,00	
	Total	R\$ 35.952,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores		
01.01 -	Câmara de Vereadores		
01.031.0001.2.003 -	Diárias		
300000.00.136 -	Despesas Correntes		
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.136 -	Aplicações Diretas		
339014.00.136 -	Diárias – Civil	R\$ 5.323,00	
01.031.0001.2.006 -	Capacitação de Servidores		
300000.00.136 -	Despesas Correntes		
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.136 -	Aplicações Diretas		
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 12.529,00	
01.031.0001.2.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios		
400000.00.136 -	Despesas de Capital		
440000.00.136 -	Investimentos		
449000.00.136 -	Aplicações Diretas		
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$18.100,00	
	Total	R\$ 35.952,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.542 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

LEI Nº 4.542 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 6.873,86 (seis mil, oitocentos e setenta e três reais, oitenta e seis centavos) nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.				
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental				
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar				
300000.00.140 -	Despesas Correntes				
339000.00.140 -	Outras Despesas Correntes				
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 6.873,86			

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Exercício Vigente, do seguinte Recurso: Código 140 – Salário Educação.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.543 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.543 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 31.273,94 (trinta e um mil, duzentos e setenta e três reais, noventa e quatro centavos) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.				
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental.				
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar.				
300000.00.140 -	Despesas Correntes				
330000.00.140 -	Despesas de Custeio				
339000.00.140 -	Aplicações Diretas				
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 31.273,94			

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.				
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação.				
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares.				
400000.00.140 -	Despesas de Capital				
440000.00.140 -	Investimentos				
449000.00.140 -	Aplicações Diretas				
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 2.273,94			
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.				
400000.00.140 -	Despesas de Capital				
440000.00.140 -	Investimentos				

449000.00.140 -	Aplicações Diretas			
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 29.000,00		
	TOTAL	R\$ 31.273,94		

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.544 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

LEI Nº 4.544 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 9.811,68 (nove mil, oitocentos e onze reais, sessenta e oito centavos) nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.			
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar			
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar			
300000.00.151 -	Despesas Correntes			
339000.00.151 -	Outras Despesas Correntes			
339030.00.151 -	Material de Consumo	R\$ 6.478,58		
339030.00.158 -	Material de Consumo	R\$ 2.751,30		
339030.00.764 -	Material de Consumo	R\$ 581,80		
	TOTAL	R\$ 9.811,68		

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Exercício Vigente, dos seguintes Recursos: Código 151 – PNAEF – Merenda Escolar Fundamental; Código 158 – PNAC – Programa Merenda Escolar Creche e 764 – Recursos PNAP – Merenda Escolar Pré Escolar.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.545 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.545 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 35.952,00 (trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais), nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.001.2.004 -	Vale Alimentação	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339046.00.136 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 190,00
01.031.0001.2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 35.000,00
339113.00.136 -	Obrigações Patronais – IPRECAL	R\$ 762,00
	Total	R\$ 35.952,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.0001.2.003 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias – Civil	R\$ 5.323,00
01.031.0001.2.006 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 12.529,00
01.031.0001.2.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$18.100,00
	Total	R\$ 35.952,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.546 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.546 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º) Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da CF/88, e Lei Complementar Federal nº 101/2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2017, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art.2º) A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000:

V I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art.3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária Anual de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art.4º) Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

-
IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

-
V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

-
VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

-
VII - Concedente, o órgão ou a Entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

-
VIII - Conveniente, o órgão ou a Entidade da Administração Pública Direta ou Indireta dos Governos Federal, Estaduais, Municipais, e as Entidades Privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e Entidades Federais constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

-
XII - Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

-
XIII - Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

-
§1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

-
§2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a Subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria Federal nº 42 de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

-
§3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

-
§4º - O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/ 2017.

-
§5º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

-
§7º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

-
§8º - A Subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a Entidades Públicas e Privadas.

Art.5º) Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

-
Art.6º) Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em consonância com os dispositivos da Portaria Federal nº 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de Maio de 2001 e suas alterações, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

-
§1º - A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o Orçamento é Fiscal (F), da Seguridade Social.

-
§2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

-
I - pessoal e encargos sociais - 1;

-
II - juros e encargos da dívida - 2;

-
III - outras despesas correntes - 3;

-
IV - investimentos - 4;

-
V - inversões financeiras - 5;

-
VI - amortização da dívida - 6.

-
§3º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 20 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

-
§4º - Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

-
§5º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

-
I - mediante transferência financeira:

-
a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

-
b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras

instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§6º - O Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei Federal nº 4.320/64.

§7º - É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§8º - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art.7º) O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - Texto da Lei;

II - Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/64;

III - Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a Receita e a Despesa na forma definida nesta Lei;

IV - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; e

V - Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da CF/88, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único – Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei Federal nº 4.320/64;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei Federal nº 4.320/64;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei Federal nº 4.320/64;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei Federal nº 4.320/64;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei Federal nº 4.320/64;

VI - Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de Funções, Sub funções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei Federal nº 4.320/64;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub funções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei Federal nº 4.320/64;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei Federal nº 4.320/64;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e Desenvolvimento do Ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

XV - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101/2000;

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

CAPÍTULO I-

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art.8º) A estimativa da Receita e a fixação da Despesa, constante do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art.9º) A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

Art.10) Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art.11) A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão.

SEÇÃO II

DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art.12) A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da Administração Municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art.13) O Projeto de Lei Orçamentária Anual, relativo ao exercício de 2017, deverá assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

-
I – O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

-
II – O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

-
Art.14) Será assegurada aos cidadãos à participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção I-

-
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

-
Art.15) Na de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

-
§1º - O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§2º - Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

-
§3º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

-
I - com pessoal e encargos patronais; e

-
II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101/2000.

-
§4º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

-
Seção -

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art.16) Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, e dos Fundos Municipais se:

-
I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

-
II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

-
III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

-
IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de

concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

-

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

-

Art.17) Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

-

Seção VII

-

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

-

Art.18) É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

-

§1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a Entidade Privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2016 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

-

§2º - As Entidades Privadas beneficiadas com Recursos Públicos Municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

-

§3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de Dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

-

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

-

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

-

§4º - A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

-

Seção VIII

-

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

-

Art.19) A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

-

Seção IX

-

Da Destinação de Reserva de Contingência

-

Art.20) A Lei Orçamentária conterá Dotação para Reserva de Contingência, constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida

prevista para o exercício de 2017, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Seção X

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art.21) O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO -

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.22) A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a Previdência Social.

Art.23) O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da Receita total do Município, recursos provenientes de Operações de Crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da CF/88.

Parágrafo único – A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por Operação de Crédito, as Dotações a nível de Projeto e Atividades financiados por estes recursos.

Art.24) A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.25) No exercício financeiro de 2017, as Despesas com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos Art's. 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art.26) Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da CF/88, preservará Servidores Públicos Municipais das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

Art.27) Se a Despesa de Pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de Saúde e de Saneamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.28) A estimativa de Receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art.29) O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder

ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da Dívida Ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto Orçamentário e Financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes do Art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art.30) Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de Receita para efeito do disposto no Art. 14, Parágrafo 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art.31) O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente, Art. 14, Parágrafo 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.32) É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art.33) Até trinta dias após a publicação dos Orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, por Decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no Art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art.34) A reabertura dos créditos especiais extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da CF/88, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art.35) A abertura de Créditos Suplementares e Especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64 e da CF/88.

F d

§1º - A Lei Orçamentária Anual conterá autorização e disporá sobre o limite para abertura de créditos adicionais suplementares.

§2º - Acompanharão os Projetos de Leis relativos a créditos adicionais exposição dos motivos circunstanciados que os justifique e que indiquem as consequências, dos cancelamentos de Dotações propostas.

Art.36) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.547 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.547 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Institui no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, e coordenado por esta, o Fórum Municipal de Educação – FME, de caráter permanente com finalidade de coordenar as Conferências de Educação do Município e acompanhar, monitorar, avaliar, revisar e efetivar emendas do Plano Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º O Fórum Municipal de Educação, terá atribuições deliberativas e será composto pelos representantes dos seguintes segmentos e setores:

- I – Secretário(a) Municipal de Educação – gestor(a);
- II – 02 servidores do órgão central da Secretaria Municipal de Educação – 01 Diretor Pedagógico e 01 Diretor Administrativo;
- III – 01 Representante do Poder Executivo Público Municipal, escolhido entre os Secretários Municipais, exceto a Secretária Municipal de Educação, indicado pelo Prefeito;
- IV – 04 Representantes dos Diretores das Escolas Públicas – 01 Diretor dos Centros Municipais de Educação Infantil, 02 Diretores das Escolas de Ensino Fundamental e 01 Diretor do Ensino Médio;
- V – 02 Representantes de Pais das Escolas Públicas, escolhidos entre os Presidentes das Associações de Pais e Professores - APP;
- VI – 01 Representante da Educação Especial – APAE;
- VII – 01 Representante do Serviço de Desenvolvimento Social deste Município;
- VIII – 01 Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE;
- IX – 01 Representante do Controle do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB,
- X – 01 Representante do Conselho Municipal de Educação – CME;
- XI – 01 Representante da Câmara de Vereadores;

§1º - Cada representante Titular terá um Suplente.

§2º - A nomeação será formalizada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.3º Ao Fórum Municipal de Educação será disponibilizada uma Comissão Técnica, indicada pela Secretaria Municipal de Educação, para dar suporte logístico às proposições de alterações do Plano Municipal de Educação e esta será nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.4º O Fórum Municipal de Educação terá participação da sociedade na formulação e no acompanhamento da política educacional do Município e sua forma de composição, funcionamento e atribuições serão definidos no seu Regimento Interno.

Art.5º Compete ao Fórum Municipal de Educação – FME:

- I – Elaborar seu Regimento Interno que normatizará toda a dinâmica do Fórum;
- II – Planejar e organizar espaços para debates sobre o monitoramento do Plano Municipal de Educação;
- III – Planejar e Coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação deste Município, instituídas por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal;
- IV – A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela divulgação das Conferências Municipais e, ainda divulgar as deliberações ocorridas durante as Conferências;

V – Desempenhar outras ações de sua competência.

Art.6º Os membros da comissão técnica terão acesso imediato às informações e estatísticas educacionais, administrativas e financeiras do Governo Municipal, necessárias para o bom desempenho do seu trabalho.

Art.7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.8º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 4.522 de 05 de outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.535 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 13.535 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, CLAUDISSANDRA FRANTZ PSCHIEDT, Matrícula Funcional nº 000855, Registro no Sistema sob nº 955554, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil, e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 28 de setembro de 2016 a 12 de outubro de 2016.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Caput do Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 28 de setembro de 2016 a 28 de dezembro de 2016; já o período de 13 de outubro de 2016 a 28 de dezembro de 2016 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 28 de setembro de 2016.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no

endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.536 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 13.536 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, JOELISE IENSEN, Matrícula Funcional nº 000659, Registro no Sistema Sob nº 955085, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 10 de outubro de 2016 a 09 de janeiro de 2017.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Caput do Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 10 de outubro de 2016 a 24 de outubro de 2016; já o período de 25 de outubro de 2016 a 09 de janeiro de 2017 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2016.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.537 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 13.537 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, MARCOS PISKE, Matrícula Funcional nº 000770, Registro no Sistema sob nº 955386, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste artigo, refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 01 de novembro de 2016 a 10 de novembro de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 01 de novembro de 2016 sob nº 6275.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.538 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 13.538 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias ao Secretário Municipal, Saneamento Ambiental PETERSON ALUISIO KOHLER, Registro no Sistema sob nº 955162, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Secretário gozará as férias no período de 03 de novembro de 2016 a 11 de novembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.539 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 13.539 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e Artigos 40 e 44 da Lei Complementar Municipal nº 088/12 e suas alterações; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAPE, em data de 26 de outubro de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, JOSIANE VALÉRIA FRITZEN ROELL, Matrícula Funcional nº 000715, Registro no Sistema sob nº 955213, ocupante do

Cargo Público de Professor VII, exercendo a Função de Professor de Ciências, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – A homologação de que trata o Caput deste Artigo, em atenção ao Ofício nº 006/CAPE/2016, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 01 de novembro de 2016 sob nº 6291.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de novembro de 2016.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 99/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2016
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de gêneros alimentícios para o 2º Grupamento de Bombeiros do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	24	LT	Achocolatado em pó obtido pela mistura de: cacau em pó solúvel, açúcar refinado, extrato de malte e/ou maltodextrina, podendo conter sal, leite em pó e/ou soro de leite, vitaminas e minerais, além de outras substâncias alimentícias aprovadas que caracterizem o produto, as quais devem ser mencionadas. Peso 400 (quatrocentos) gramas.	6,99	167,76
02	120	KG	Açúcar branco refinado, de primeira, branco, especial peneirado, isento de fermentações, matéria terrosas, parasitas e detritos animais e vegetais. Embalagens: primária – polietileno ou polietileno de baixa densidade, atóxica, original do fabricante, de 1 kg.	2,75	330,00
03	60	MÇ	Alface, em maços, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	2,50	150,00
04	12	KG	Alho de primeira qualidade, branco, embalagem de 100 a 150 gramas. Apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	24,00	288,00
05	400	KG	Arroz parboilizado, Tipo 1, agulhinha, classe longo fino, constituídos de grãos inteiros, com teor de unidade máxima 15% (g /100 g), isento de sujidades (parasitas, mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, matérias terrosas) e materiais estranhos. Embalagens: de polietileno, transparente original do fabricante, de 01 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	2,50	1.000,00
06	06	UN	Azeite de oliva tipo extra virgem, de primeira, produto da prensagem a frio da azeitona, acidez máxima de 0,8 g/100g, coloração amarela esverdeado, que possam ser novamente tampadas após aberta. Embalagens: primária – lata, vidro ou PET, original do fabricante, de com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto e número de registro.	14,65	87,90

07	12	KG	Bacon de primeira qualidade, com fina capa de gordura, em embalagem máxima de 300g, de PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99	19,90	238,80
08	250	KG	Banana caturra de primeira qualidade, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	1,99	497,50
09	250	KG	Batata lavada de primeira, tipo inglesa, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	3,99	997,50
10	60	KG	Batata-doce lavada apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	3,50	210,00
11	180	UN	Brócolis apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	3,75	675,00
12	120	PCT	Café torrado e moído, 500g, tipo Tradicional ou de melhor qualidade, procedente de grãos sãos, limpos e isentos de impurezas, de qualidade tradicional (nota mínima 4,9), constituído de café rábica ou combinado com robusta/conillon, que atenda os requisitos de qualidade global da bebida. Comprovar as seguintes características: sensoriais - aspecto, cor, odor, sabor; físico - químicas - cafeína, umidade e substâncias voláteis a 150oc; microscopia - identificação da composição de elementos histológicos, matéria macroscópica e matéria microscópica; microbiologia - coliformes a 45oC. (marcas de referência: Melita, damasco, 3 corações)	7,50	900,00
13	400	KG	Carne bovina, de coxão mole, cortado em bifes, resfriada, de primeira qualidade, sem osso c/ 4% gordura e carimbo SIE, em embalagens com, no máximo, 1 Kg. Embalada em PVC, transparente ou saco plástico transparente e segunda embalagem de papel ou papelão, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	22,90	9.160,00
14	12	KG	Carne defumada de tipo charque, embalagem máxima de 500g, em PVC, transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	14,00	168,00
15	24	KG	Carne suína, corte tipo carré, resfriada, de primeira qualidade, cortada unitariamente e embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	9,50	228,00
16	250	KG	Cebola de primeira, branca, tamanho médio com casca, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	4,25	1.062,50
17	60	MÇ	Cebolinha verde para tempero, em maço, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	4,00	240,00
18	120	KG	Cenoura extra especial, sem folhas, tamanho médio, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	3,00	360,00
19	6	UN	Cominho em pó, embalagem de polietileno transparente, resistente, de 50g, com dizeres de rotulagem, data de fabricação e validade.	2,75	16,50
20	60	UN	Couve-flor apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	3,75	225,00
21	24	PT	Doce de frutas de 1a qualidade, sabores uva, morango, goiaba, figo ou banana. produtos elaborados a partir de fruta(s), inteira(s) ou em parte(s) e ou semente(s), obtidos por secagem e ou desidratação e ou laminação e ou cocção e ou fermentação e ou concentração e ou congelamento e ou outros processos tecnológicos considerados seguros para a produção de alimentos. Embalagens: polietileno tereftalado (PET) de 400 g , com dizeres de rotulagem, data de fabricação e validade.	2,50	60,00
22	60	UN	Extrato de tomate, de 1a qualidade, concentrado puro (à base de tomate, sal e aditivos permitidos pela legislação vigente), cor vermelho, cheiro e sabor característico, isento de peles e sementes. Embalagens: embalagem cartonada "Longa Vida" (Tetra Pak), lata ou sachet de 340g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto.	3,15	189,00

23	12	PCT	Farinha de mandioca de primeira qualidade, torrada, fina, obtido dos processos de ralar e torrar mandioca, seca, branca, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livres de umidade e fragmentos estranhos. Embalagens: Embalagem de polietileno de baixa densidade de 1 kg.	3,50	42,00
24	30	KG	Feijão preto, 1o qualidade (tipo 1), novo, constituído de grãos inteiros grandes e são, isento de material terroso, sujidades e outras variedades e espécies. registrado no Ministério da Saúde e atender a Portaria 451/97 e a Resolução 12/78 da CNNPA. Embalagens: plástico de polietileno, transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes, original do fabricante, de 1Kg, acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	4,50	135,00
25	100	CX	Filtro de café 103 100% polietileno. Embalagem com 30 unidades	2,65	265,00
26	700	LT	Leite líquido integral, homogeneizado, submetido ao processo de ultra pasteurização, esterilizado (UHT), longa vida, contendo marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Ter registro no MA e/ou MS. Embalagens: embalagem cartonada "Longa Vida" (tetra pak) de 1 litro. Primária: U.H.T. (do inglês Ultra High Temperature), hermeticamente fechadas. Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto. A rotulagem deve atender a legislação vigente .	2,50	1.750,00
27	6	KG	Linguiça suína tipo calabresa. Embalagem máxima de 500g em PVC, transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	19,90	119,40
28	150	KG	Maçã nacional Gala ou Fuji de primeira qualidade, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	4,99	748,50
29	100	PCT	Macarrão tipo espagete ou talharim com ovos, de 1a qualidade, intacto e hermeticamente vedado, na porção de 80g aproximadamente, de 62g de carboidratos, 8,8g de proteínas e 0,8g de lipídios. Ingredientes: farinha de trigo comum enriquecida com ferro e ácido fólico, sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais cúrcuma e urucum. contém glúten. as massas ao serem postas na água não devem turvar antes da cocção, não podem estar fermentadas ou rançosas. Devem estar isenta sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%. Embalagens: embalagem de polietileno transparente, atóxica de 500g, devendo conter a data de fabricação e validade.	3,75	375,00
30	24	PT	Margarina cremosa com sal, de primeira qualidade, com no mínimo 80% de lipídios, isenta de gorduras trans. A apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e outras características indesejáveis. Embalagens: potes de polipropileno atóxico resistente, original do fabricante, apresentando vedação adequada, com 500g. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade.	3,99	95,76
31	100	UN	Óleo de soja refinado, de primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, acidez máxima de 0,6 mg KOH/g, isento de gorduras trans. Embalagens: Embalagem em polietileno tereftalado (PET), original do fabricante, de 900ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto.	3,90	390,00
32	6	PCT	Orégano, em folhas desidratadas, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, resistente e hermeticamente vedado. Embalagens: embalagem de 100g, com dizeres de rotulagem, data de fabricação.	20,00	120,00
33	120	DZ	Ovos vermelhos tipo grande de primeira qualidade. Caixa com 12 unidades.	4,90	588,00
34	400	KG	Pães de trigo e/ou doce, 50 g.	8,50	3.400,00
35	60	PCT	Filé de Peixe congelado. Embalagem com 500 gramas.	15,90	954,00
36	150	KG	Presunto suíno cozido fatiado, resfriado, de primeira qualidade. Embalagem de 200 a 300g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, com registro no MA ou MS.	22,50	3.375,00
37	150	KG	Queijo tipo prato fatiado, de primeira qualidade, resfriado, interfolhado, embalagem de 200g a 300g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, com registro no MA ou MS.	24,50	3.675,00
38	60	UN	Repolho verde, de primeira, tamanho médio, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	2,99	179,40
39	15	KG	Sal refinado, iodado ou iodatado, para consumo doméstico, com granulação uniforme e com cristais brancos, isento de impurezas e umidade, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais iodo de no mínimo 10 mg e no máximo 15 mg de iodo por quilo de acordo com a legislação federal especificada, acondicionado em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Com registro no Ministério da Agricultura ou Ministério da Saúde. Embalagens: plástico de polietileno, transparente original do fabricante, de 1 kg.	1,50	22,50

40	60	MÇ	Salsa verde para tempero, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	5,00	300,00
41	200	KG	Sobrecoxa de frango de primeira qualidade, embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	9,90	1.980,00
42	300	PCT	Suco em pó, sabores (laranja, limão, abacaxi, uva, morango, cajú e maracujá), já adoçado, rendimento de 1 Litro, preparado sólido artificial para refresco de diversos sabores. Devem estar isentos de matéria terrosa, parasitas, fungos insetos, bem como livres de umidade. Embalagem: Embalagem de polietileno atóxico, resistentes, com peso líquido de 30 ou 35 gramas, com rendimento de 1 Litro.	0,99	297,00
43	120	KG	Tomate extra, tipo salada longa vida de primeira, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	5,25	630,00
44	6	UN	Vinagre de álcool, líquido límpido, cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem: Embalagem em PVC (policloreto de vinila) ou polietileno tereftalado (pet), atóxico, com 900ml.	1,25	7,50
45	120	KG	Laranja, tipo Pêra, procedente de planta sadia, destinado ao consumo in natura devendo ser entregue fresca, ter atingido o desenvolvimento ideal para consumo, não sendo muito madura, tamanho, aroma, cor e sabor próprios das variedades "Bahia" ou "Pêra". O manejo, transporte e manipulação da fruta não deve acarretar danos físicos ou mecânicos ou prejudicar a conservação da mesma. As frutas devem estar aptas ao consumo imediato, não conter elementos terrosos na casca, parasitas e outras sujidades, bem como produtos químicos ou corpos estranhos no seu interior e exterior. Tamanho médio e uniforme, obedecendo aos padrões da ANVISA.	2,25	270,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 36.970,52	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 03/11/2016 às 09h45min do dia 22/11/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 22/11/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	09.00	FUNREBOM – Fundo Munic. de Reequip. da Organ. de Bomb.
Unidade	09.01	Serviço de Manutenção do FUNREBOM
Função	6	Segurança Pública
Subfunção	182	Defesa Civil
Programa	71	FUNREBOM
Projeto	2.717	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 01 de novembro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 1788/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1788/2016, na modalidade Pregão de nº 35/2016 tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresas para prestação de serviços técnico profissionais para a regularização fundiária de loteamentos de interesse social no Município de Campo Erê.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Qntd.	Unitário	Total Item
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA - ADEHASC	1	1	125,00	870,0000	108.750,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA - ADEHASC	108.750,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 31 de outubro de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 1835/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1835/2016, na modalidade Pregão Presencial de nº 36/2016 tendo como objeto a: Seleção de instituição financeira para a prestação de serviços, em caráter de exclusividade, pelo período de 60 (sessenta) meses, de processamento e gerenciamento dos créditos de proventos da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura Municipal de Campo Erê - SC..

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
BANCO BRADESCO S.A.	1	1	1,00	150.005,00	150.005,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
BANCO BRADESCO S.A.	150.005,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 01 de novembro de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 38/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2051/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC, representado por se prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 22 de Novembro de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no Pregão Presencial Nº 38/2016 cujo objeto é a Aquisição de parquinho infantil e abrigo para ponto de ônibus, conforme descrito no edital supracitado, em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07:00hs às 13:00hs, pelo telefone (49)3655-3035, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC 01 de Novembro de 2016 - RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 39/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2052/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08horas do dia 23 de Novembro de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 2052/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 39/2016 – Ata de Registro de Preços, do Tipo menor preço por Lote, para a Aquisição de Livros para Bibliotecas para a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7:00hs às 13:00hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 01 de Novembro de 2016 - RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇOS 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2050/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado por seu prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 10 horas do dia 18 de Novembro de 2016, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 2050/2016 na modalidade de Tomada de Preços Nº 13/2016 do Município de Campo Erê, cujo objeto é a execução de obra de cobertura do acesso na Escola Odila Marcolino de Lima, no Bairro Primavera, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital, serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:00h às 13:00h, no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br , e pelo fone 49 3655 3035 - Campo Erê - SC, 01 de Novembro de 2016. RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1728/16

PORTARIA Nº 1728/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSE ALVES RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSE ALVES RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 01/06/15 a 31/05/16 a serem gozadas no período de 01/12/16 a 30/12/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1729/16

PORTARIA Nº 1729/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANTONIO WALDEMAR OLIVEIRA DOS ANJOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANTONIO WALDEMAR OLIVEIRA DOS ANJOS referente ao período aquisitivo de 31/03/15 a 30/03/16 a serem gozadas no período de 05/09/16 a 04/10/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1730/16

PORTARIA Nº 1730/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JUCEMAR RAMOS FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JUCEMAR RAMOS FERREIRA referente ao período aquisitivo de 13/09/14 a 12/09/15 a serem gozadas no período de 03/11/16 a 01/12/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1731/16

PORTARIA Nº 1731/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DILSE BORTOLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DILSE BORTOLI referente ao período aquisitivo de 02/12/12 a 01/12/13 a serem gozadas no período de 01/11/16 a 30/11/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1732/16

PORTARIA Nº 1732/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANES APARECIDA VENTURIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANES APARECIDA VENTURIN referente ao período aquisitivo de 02/07/15 a 01/07/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1733/16

PORTARIA Nº 1733/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MOACIR DORNELES CORREIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MOACIR DORNELES CORREIA referente ao período aquisitivo de 11/03/11 a 10/03/12 a serem gozadas no período de 17/10/16 a 15/11/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1734/16

PORTARIA Nº 1734/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA DA SILVA ROVEDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA DA SILVA ROVEDA referente ao período aquisitivo de 11/04/13 a 10/04/14 a serem gozadas no período de 13/10/16 a 11/11/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1735/16

PORTARIA Nº 1735/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MAYZA O. PORTUGAL VAZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MAYZA O. PORTUGAL VAZ referente ao período aquisitivo de 02/01/15 a 01/01/16 a serem gozadas no período de 01/12/16 a 30/12/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1736/16

PORTARIA Nº 1736/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GESIEL RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GESIEL RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 10/10/16 a 09/11/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1737/16

PORTARIA Nº 1737/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SONIA APARECIDA MORESCO SARMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SONIA APARECIDA MORESCO SARMENTO referente ao período aquisitivo de 13/09/15 a 12/09/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1738/16

PORTARIA Nº 1738/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADRIANA FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADRIANA FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 13/10/16 a 12/11/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1739/16

PORTARIA Nº 1739/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA CRISTINA PEDROSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA CRISTINA PEDROSO referente ao período aquisitivo de 23/01/14 a 22/01/15 a serem gozadas no período de 03/10/16 a 02/11/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1740/16

PORTARIA Nº 1740/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALZIMAR DALLOGIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALZIMAR DALLOGIO referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 13/10/16 a 11/11/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1741/16

PORTARIA Nº 1741/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CELSO GELLER JUNIOR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CELSO GELLER JUNIOR referente ao período aquisitivo de 01/07/15 a 30/06/16 a serem gozadas no período de 17/10/16 a 11/11/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1742/16

PORTARIA Nº 1742/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SONIA APARECIDA VARGAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SONIA APARECIDA VARGAS referente ao período aquisitivo de 19/02/15 a 18/02/16 a serem gozadas no período de 23/11/16 a 22/12/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1743/16

PORTARIA Nº 1743/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DAIANE APARECIDA CONCEIÇÃO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DAIANE APARECIDA CONCEIÇÃO referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/16 a serem gozadas no período de 13/10/16 a 11/11/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1744/16

PORTARIA Nº 1744/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CATIA REGINA ALVES FESTUGATTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CATIA REGINA ALVES FESGUNATTO referente ao período aquisitivo de 14/08/15 a 13/08/16 a serem gozadas no período de 13/10/16 a 12/11/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1745/16

PORTARIA Nº 1745/16 de 26/10/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANDRA FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANDRA FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 03/11/16 a 01/12/16.

COMUNIQUE – SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1746/16

PORTARIA Nº 1746/16 DE 26/10/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ANA QUEZIA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ANA QUEZIA RIBEIRO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1747/16

PORTARIA Nº 1747/16 DE 26/10/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CLEONICE OLIVEIRA FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a CLEONICE OLIVEIRA FAGUNDES pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 07 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1748/16

PORTARIA Nº 1748/16 DE 26/10/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARIZETE FATIMA C. BRAGHIROLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a MARIZETE FATIMA C. BRAGHIROLI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. A partir de 28 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1749/16

PORTARIA Nº 1749/16 DE 26/10/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ELIANA DE MENECH

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ELIANA DE MENECH pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 28 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1750/16

PORTARIA Nº 1750/16 DE 26/10/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA JANAINA APARECIDA FABIANO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a JANAINA APARECIDA FABIANO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 12 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1751/16

PORTARIA Nº 1751/16 DE 26/10/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1752/16

PORTARIA Nº 1752/16 DE 26/10/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ANA PAULA MACEDO PETRY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ANA PAULA MACEDO PETRY no período de 13/10/16 a 09/02/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1753/16

PORTARIA Nº 1753/16 DE 26/10/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA LUCIANA ALMEIDA DA SILVA DURIGON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora LUCIANA ALMEIDA DA SILVA DURIGON no período de 13/10/16 a 09/02/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1754/16

PORTARIA Nº 1754/16 DE 26/10/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ROSENILDA FOGAÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ROSENILDA FOGAÇA no período de 04/10/16 a 31/01/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1755/16

PORTARIA Nº 1755/16 DE 26/10/16

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR OSVALDO DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao servidor OSVALDO DE SOUZA referente ao cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 10/05/15 a 01/11/15 (5 meses e 20 dias) e 01/02/16 a 10/08/16 (06 meses e 10 dias) , na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1756/16

PORTARIA Nº 1756/16 DE 26/10/16

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR NELSON RODRIGUES DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao servidor NELSON RODRIGUES DE SOUZA referente ao cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/05/15 a 31/05/16 (1 mês) e 01/02/12 a 31/12/12 (11 meses) , na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1757/16

PORTARIA Nº 1757/16 DE 26/10/16

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA VANESSA APARECIDA TORRES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora VANESSA APARECIDA TORRES, referente a GFDE LICITAÇÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 06/02/15 a 01/11/15 (08 meses e 25 dias) e 01/02/16 a 05/05/16 (03 meses e 05 dias), na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1758/16

PORTARIA Nº 1758/16 de 26/10/16

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora CLEMIR DE FATIMA MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, gratificação por titulação, referente à conclusão do Ensino Médio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1759/16

PORTARIA Nº 1759/16 de 26/10/16

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA LARA FERNANDA CHIAMOLERA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora LARA FERNANDA CHIAMOLERA do cargo de ARQUITETA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1760/16

PORTARIA Nº 1760/16 DE 26/10/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA EDINEIA RIBEIRO SILVA DALPIVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora EDINEIA RIBEIRO SILVA DALPIVA, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 25/10/16 a 22/01/16, esta portaria em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1761/16

PORTARIA Nº 1761/16 DE 26/10/16

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA DILSE BORTOLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora DILSE BORTOLI, referente a cargo de diretora de departamento, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 22/07/08 a 21/07/09 e 22/07/09 a 21/07/10 e 22/07/10 a 21/07/11 e 22/07/11 a 21/07/12 e 22/07/12 a 31/12/12(05 meses e 08 dias) e 14/01/13 a 06/08/13 (06 meses e 22 dias), na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1762/16

PORTARIA Nº 1762/16 DE 26/10/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TASSIANE FRANCINE ALVARENGA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, contrata,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário TASSIANE FRANCINE ALVARENGA DA SILVA, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT CT 44/2016**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 44/2016

TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO

CNO Nº - 32/2015

DATA DE ASSINATURA: 19 de Outubro de 2016.

OBJETO: Fica reajustado para R\$2.619,60 (dois mil seicentos e dezenove reais e sessenta centavos) mensais pela locação, manutenção e atualização de software, pagos no decimo dia útil de cada mês.

Fica alterado também o valor da hora técnica para R\$213,60 (duzentos e treze reais e sessenta centavos).

Este valor será reajustado conforme a variação do INPC-IBGE.

CONTRATADA: J-TECH Soluções em Informática Ltda.

VALOR: R\$31.435,20 (Trinta e um mil quatrocentos e trinta e cinco e vinte centavos).

Campos Novos – SC, 19 de Outubro de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 276/2016

DECRETO Nº. 276/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 8.752,00 m² (Oito mil, setecentos e cinquenta e dois metros quadrados), procedido por FRANCISCO VITAL PEREIRA, situado na Avenida Júlio Budant Neto, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 38.180 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 32 com área de 300,00 m², lote nº 33 com área de 300,00 m², lote nº 34 com área de 300,00 m², lote nº 35 com área de 300,00 m², lote nº 36 com área de 300,00 m², lote nº 37 com área de 300,00 m², lote nº 38 com área de 419,73 m², lote nº 39 com área de 2.869,47 m², lote nº 40 com área de 1.020,00 m² e lote nº 41 com área de 2.642,90 m², todos pertencentes à quadra nº 1372, conforme requerimento protocolado sob nº. 5486/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 278/2016

DECRETO Nº. 278/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar;

CONSIDERANDO a solicitação da Comunicação Interna n.º 179/2016 do Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas, RESOLVE:
DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste Decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2014 e 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 278/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02– FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000891/14	30/09/2014	IMPrensa NACIONAL	574,82
0001241/14	09/12/2014	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	878,24
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02– FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000024/15	05/01/2015	RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	300,00
0000926/15	12/08/2015	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	187,00
0001036/15	03/09/2015	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	134,53
0001174/15	08/10/2015	IMPrensa NACIONAL	301,49
0001200/15	16/10/2015	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	139,44
0001201/15	16/10/2015	IMPrensa NACIONAL	140,75
0001403/15	13/11/2015	FARMACIA E DROGARIA VITAL LTDA	67,41
0001673/15	29/12/2015	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	1.256,98
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02– FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 66520 – RECURSOS CRAS ESTADO CUSTEIO SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000983/15	18/08/2015	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	75,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02– FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 23570 – RECURSOS IGD BOLSA FAMÍLIA			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000641/15	16/06/2015	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	40,32
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 04– FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000012/14	26/03/2014	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	300,00

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

DECRETO Nº. 279/2016

DECRETO Nº 279/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar.

CONSIDERANDO o solicitado através da Comunicação Interna n.º 179/2016, expedida pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste Decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2015, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que à época ocorrera liquidação maior que o documento fiscal emitido e/ou liquidação indevida.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO N.º 279/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02– FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 23540 – RECURSOS TRANSF. FNAS PBF P/CRAS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000153/15	04/03/2015	Mercado Odachowoski Ltda Me (Ordem de Pagamento n.º 252/15)	101,24
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 02– FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS			
RECURSO 23560 – RECURSOS IGD SUAS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000252/15	19/03/2015	Escola de Gestão Pública Egem (Ordem de Pagamento n.º 115/15)	150,00
Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2016.			
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA			
Prefeito			

DECRETO Nº. 281/2016

DECRETO Nº. 281/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00 m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por ORLANDO NASCIMENTO, situado na Rua Agenor Fabio Gomes, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a transcrição nº 30.170, livro 3 – AD, fls 228 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 22 com área de 500,00 m² e lote nº 23 com área de 300,00 m², todos pertencentes à quadra nº 84, conforme requerimento protocolado sob nº. 6114/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 282/2016

DECRETO Nº. 282/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar;

CONSIDERANDO a solicitação do Ofício n.º 973/2016 do FUMREBOMPM de Canoinhas, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste Decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2014 e 2015, inscritos em Restos a Pagar

– Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 282/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 05– FUMREBOMPM DE CANOINHAS			
RECURSO 182 – RECURSOS ORDINÁRIOS CB FUNREBOM			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000094/14	25/03/2014	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	620,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 05– FUMREBOMPM DE CANOINHAS			
RECURSO 535 – RECURSOS ORDINÁRIOS PM FUNPOM			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000095/14	25/03/2014	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	30,25
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 05– FUMREBOMPM DE CANOINHAS			
RECURSO 10040 – RECURSOS ORD. TXS FUNREBOM CB			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000068/15	03/03/2015	CENTRO DE INTEG. EMP-ESCOLA DO EST. DE SC – CIEE	3,23
0000085/15	12/03/2015	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	1.068,00
0000086/15	12/03/2015	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	875,00
0000087/15	12/03/2015	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	45,00
0000095/15	13/03/2015	ORTOCENTER APARELHOS ORTOPÉDICOS LTDA EPP	913,60
0000105/15	20/03/2015	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	1.906,00
0000108/15	24/03/2015	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	164,07
0000126/15	09/04/2015	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	27,12
0000202/15	29/05/2015	HEBERT LIMA DE OLIVEIRA PADILHA	180,00
0000225/15	26/06/2015	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	608,32
0000243/15	03/07/2015	REI DAS EMBALAGENS LTDA	95,70
0000251/15	08/07/2015	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	250,00
000267/15	07/08/2015	NOVO POSTO CONTESTADO LTDA	1.657,67
0000279/15	31/08/2015	DU PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO	160,00
0000291/15	15/09/2015	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	69,97
0000297/15	30/09/2015	STANG & STANG LTDA	715,10
0000301/15	09/10/2015	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	200,00
0000302/15	09/10/2015	RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	600,00
0000309/15	19/10/2015	NOVO POSTO CONTESTADO LTDA	122,62
0000315/15	29/10/2015	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	60,13
0000318/15	29/10/2015	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	31,89
0000319/15	29/10/2015	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	2,77
0000320/15	29/10/2015	STANG & STANG LTDA	2.409,04
0000323/15	24/11/2015	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	65,06
0000324/15	24/11/2015	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	79,00
0000332/15	03/12/2015	STANG & STANG LTDA	3.230,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 05– FUMREBOMPM DE CANOINHAS			
RECURSO 10080 – RECURSOS ORD. TXS SINISTROS PM FUNPOM			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado

0000029/15	05/02/2015	ELMO PAPELARIA LTDA	14,92
0000115/15	31/03/2015	COMERCIAL CHAMBER LTDA	51,00
0000292/15	15/09/2015	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	80,81
0000300/15	09/10/2015	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	42,64
0000303/15	09/10/2015	RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	300,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 05– FUMREBOMPM DE CANOINHAS			
RECURSO 30030 – RECURSOS REMUN. ORD./TXS CB SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000336/14	17/12/2014	RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	600,00
0000313/15	23/10/2015	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	51,38

Canoinhas/SC, 18 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

DECRETO Nº. 284/2016

DECRETO Nº. 284/2016

ALTERA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Portaria nº 902/2016, que nomeia o Diretor Executivo do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV;

CONSIDERANDO o art. 10, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 054/2016, que trata da composição do Conselho de Administração do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV;

CONSIDERANDO o art. 10, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 054/2016, que trata da composição do Conselho de Administração do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV;

CONSIDERANDO o art. 13, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 054/2016, que trata da composição do Conselho Fiscal do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam nomeados os 09 (nove) membros titulares e 08 (oito) membros suplentes, abaixo relacionados, para comporem o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV, para o Quadriênio 2016/2020, como segue:

I) Diretor Executivo do ICPREV (membro nato)

a) Titular: Luís Gustavo Vieira de Britto

II) Representante do Poder Executivo

a) Titular: Diogo Carlos Seidel

a1) Suplente: Arnaldo Soares

III) Representante do Poder Legislativo

a) Titular: Diego Rafael Alves

a1) Suplente: Márcio Juliano Seleme

IV) Representantes dos segurados ativos e aposentados

a) Titular: Izane Maria Pereira

b) Titular: Claudio Henrique Mathias

c) Titular: Cibebe Neudorf Batista

d) Titular: Viviana Wachtel Seleme Uba

e) Titular: Marilyn Rosana Munhoz da Silva Werka

f) 1º Suplente: José Carlos Herbst

g) 2º Suplente: Roseli Dobroshinskei

h) 3º Suplente: Mauro Edson Jungles

i) 4º Suplente: Lorival Schipitoski

j) 5º Suplente: Vilcéia Regina Tavares

V) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

a) Titular: Paulo Drachinski

a1) Suplente: Marilene Terezinha Paulo Artner

Art. 2º - Ficam nomeados os 07 (sete) membros titulares com igual número de suplentes, abaixo relacionados, para comporem o CONSELHO

FISCAL DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV, para o Quadriênio 2016/2020, como segue:

I) Representante do Poder Executivo

- a) Titular: Zenilda Lemos de Souza
- a1) Suplente: Elaine Cristina da Silva

II) Representante do Poder Legislativo

- a) Titular: Morgana Dirschnabel Lessak
- a1) Suplente: Jaqueline Wrublewski

III) Representantes dos segurados ativos e aposentados

- a) Titular: Danielle Ludka
- b) Titular: Marilise Vieira de Lima Krauss
- c) Titular: Marili de Fatima Pereira Ecker
- d) Titular: Luciane Wagner de Miranda
- e) 1º Suplente: Eliane Pereira Pieczarka
- f) 2º Suplente: Joana Scheffer de Castilho
- g) 3º Suplente: Zenite Lech
- h) 4º Suplente: Francisco Tischler Filho

IV) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

- a) Titular: Roberto Ivan Ludka
- a1) Suplente: Lúcia Sueli Brzozowski

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 286/2016

DECRETO Nº 286/2016

APROVA LOTEAMENTO URBANO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Municipal nº 4.342 de 20/08/2008; RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento Urbano denominado "LOTEAMENTO RESIDENCIAL URBANO WALDEMAR WENDT" procedido por WILSON JOSÉ WENDT E OUTROS, de um terreno com área de 30.977,00 m² (Trinta mil, novecentos e setenta e sete metros quadrados), situado na Rodovia SC 477 no Bairro Industrial Nº 02, neste município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 39.229, conforme requerimento protocolado sob o número 5424/2016;

Art. 2º - A distribuição dos lotes por quadra fica do seguinte forma:

a) Lote nº 12 com área de 450,00 m², lote nº 13 com área de 450,00 m², lote nº 14 com área de 450,00 m², lote nº 15 com área de 450,00 m², lote nº 16 com área de 450,00 m², lote nº 17 com área de 450,00 m², lote nº 18 com área de 450,00 m², lote nº 19 com área de 450,00 m², lote nº 20 com área de 450,00 m² e lote nº 21 com área de 450,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1650.

b) Lote nº 12 com área de 711,81 m², lote nº 13 com área de 450,00 m², lote nº 14 com área de 450,00 m², lote nº 15 com área de 450,00 m², lote nº 16 com área de 450,00 m², lote nº 17 com área de 450,00 m², lote nº 18 com área de 450,00 m², lote nº 19 com área de 450,00 m², lote nº 20 com área de 390,00 m², lote nº 21 com área de 390,00 m², lote nº 22 com área de 390,00 m² e lote nº 23 com área de 450,00 m², todos pertencentes a quadra nº 1652.

c) Lote nº 01 com área de 539,43 m², lote nº 02 com área de 519,23 m², lote nº 03 com área de 500,00 m², lote nº 04 com área de 478,74 m², lote nº 05 com área de 388,00 m², lote nº 06 com área de 888,87 m², lote nº 07 com área de 855,29 m², lote nº 08 com área de 821,70 m², lote nº 09 com área de 788,12 m², lote nº 10 com área de 754,53 m², lote nº 11 com área de 450,40 m², lote nº 12 com área de 449,89 m² e lote nº 13 com área de 508,31 m², todos pertencentes a quadra nº 1763.

d) Lote nº 01 com área de 392,00 m², lote nº 02 com área de 392,00 m², lote nº 03 com área de 342,34 m², lote nº 04 com área de 483,06

m² e lote nº 05 com área de 422,94 m², todos pertencentes a quadra nº 1764.

Art. 3º - Fica reservada ao Município a propriedade da Área Institucional com uma área total de 2.066,41 m², pertencente a quadra nº 1764, o qual deverá ser doado a Prefeitura do Município de Canoinhas por escritura pública, conforme prevê a Lei Federal nº. 6.766 e a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008.

Art. 4º - Fica reservado para a Área Verde com um total de área de 1.601,59 m², pertencente a quadra nº 1761, conforme prevê a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008 e a FATMA/SC.

Art. 5º - Fica reservado ao Município, a propriedade da área destinada a abertura de ruas numa área de 7.412,34 m², a qual deverá ser doada a Prefeitura do Município de Canoinhas, efetivando-se por ocasião do Registro do Loteamento em pauta, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 6º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o loteamento demarcado, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico e aferição dos dados.

Art. 7º - O presente loteamento está adstrito ao cumprimento das obrigações previstas no Art. 60 da Lei Complementar 22/2.008, sendo que após atendidas essas obrigações será expedido o Alvará de Operação nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 22/2.008.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 287/2016

DECRETO Nº. 287/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar;

CONSIDERANDO a solicitação da Comunicação Interna n.º 098/2016 da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, RESOLVE: DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste Decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 287/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 06– FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS			
RECURSO 10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado

0000037/15	20/02/2015	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	366,96
0000168/15	10/08/2015	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	10,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 06- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS			
RECURSO 30000 – RECURSOS ORDINÁRIOS SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000310/15	29/12/2015	ASS. CULTURAL SOCIAL DESPORTIVA E EVENTOS SI	8.208,00

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

DECRETO Nº. 288/2016

DECRETO Nº 288/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

NOMEAR

Art.1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº 242/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art.1º - Ficam nomeados pelo biênio 2015/2017 os integrantes abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

ENTIDADES NÃO – GOVERNAMENTAIS:

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canoinhas

Membro Titular: Romualdo Stein;

Membro Suplente: Edmar Gonçalves Padilha.

UnC –Universidade do Contestado

Membro Titular: Mariana Wrublevski de Carvalho;

Membro Suplente: Liz Regina Ghislandi.

COMSOL – Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte – SC.

Membro Titular: Antonio Bail Sobrinho;

Membro Suplente: Marilda Batista Zorek.

SINTRAF – Regional do Planalto Norte – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Planalto Norte

Membro Titular: Lucilda Condras Grein;

Membro Suplente: Amauri Peters.

Sindicato dos Produtores Rurais de Canoinhas

Membro Titular: Leônidas Pacheco de Miranda Lima;

Membro Suplente: Alcir Cavalheiro.

APASC – Associação dos Produtores de Alimentos Saudáveis do Contestado

Membro Titular: Lourí Domingues Maciel;

Membro Suplente: Elizabete Pazdziora da Silva.

COOPAFIC – Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar do Interior de Canoinhas

Membro Titular: Cintia Duvoisin Artner;

Membro Suplente: Paulo Bai.

AMCAV – Associação dos Moradores do Campo d’ Água Verde

Membro Titular: Vilmar Niejelski;

Membro Suplente: Maria Olíria Machado.

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Secretaria Municipal de Saúde

Membro Titular: Ricardo Olsen Rodrigues;

Membro Suplente: Francisco Tischler Filho.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família

Membro Titular: Zenilda Lemos de Souza;

Membro Suplente: Renato Leandro.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Membro Titular: Ednilson Alves Cardoso;
Membro Suplente: Jeferson Morteau Gonçalves.

Secretaria Municipal de Educação
Membro Titular: Milena Larissa Conceição
Membro Suplente: Cristiane de Lima Carvalho"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 952/2016

PORTARIA Nº. 952/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; RESOLVE:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, RESOLVE:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 804/2016, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme Ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 953/2016

PORTARIA Nº. 953/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora SONIA MENDES, efetiva no cargo de Professor 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 18/10/2016 à 19/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 520/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 954/2016

PORTARIA Nº. 954/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 87 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora KELLY JAQUELINE SOBRINHO, contratada no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/09/2016, conforme Comunicação Interna nº 521/DP/2016, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença a servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 955/2016

PORTARIA Nº. 955/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Art. 1º - Fica nomeado EDUARDO CARVALHO DO PRADO para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Escolar na EBM Alberto Wardenski, com gratificação de 40%, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 273/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 956/2016

PORTARIA Nº. 956/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; RESOLVE:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº. 941/2016, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica exonerada SALETE SOARES DE LIMA KALEMPA, contratada na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/10/2016, por motivo de retorno da titular, conforme Comunicação Interna nº 274/SME/2016.

Art. 2º - Fica exonerada JAQUELINE MARIA PERTILE AUMONDI, contratada na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/10/2016, por motivo de retorno da titular, conforme Comunicação Interna nº 274/SME/2016.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 957/2016

PORTARIA Nº. 957/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora TANISE BONFANTI MAES, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 31/10/2016 a 14/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 25/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 958/2016

PORTARIA Nº. 958/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90; RESOLVE:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. RITA ROSÉLIS SCHULKA VICENTE DE SOUZA
2. SIMONE MARIA WENDT
3. DANIELLE LUDKA

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº190/SEMAS/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 959/2016

PORTARIA Nº. 959/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora ELIANE GRACIANO LEITE, efetiva no cargo de Professor 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 14/10/2016 à 28/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 523/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 960/2016

PORTARIA Nº. 960/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, RESOLVE:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal ROSILENE NOGATH, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 26/10/2016 à 24/11/2016, conforme Comunicação Interna nº 524/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 961/2016

PORTARIA Nº. 961/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, RESOLVE:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença do servidor público municipal JOSÉ CARVALHO JUNIOR, efetivo no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 25/10/2016 à 23/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 525/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 962/2016
PORTARIA Nº. 962/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada a pedido MARIA ELIZETE DE MATOS, efetiva no cargo de Pedagogo Especialista, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/10/2016, conforme Requerimento.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 963/2016
PORTARIA Nº. 963/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido KARINE CARVALHO DO PRADO, efetiva no cargo de Assistente de Gestão, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/10/2016, conforme Requerimento.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 964/2016
PORTARIA Nº. 964/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

CANCELAR ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica cancelado o Adicional de Tempo Integral concedido ao servidor JOCONDO SANTER, efetivo no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 196/SMS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 965/2016
PORTARIA Nº 965/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; RESOLVE:
PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação à servidora MARILSE DE FATIMA AGOSTINHO, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 02/11/2016 a 31/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 966/2016

PORTARIA Nº. 966/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora CACIANE HENNING MEIRELLES, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 24/10/2016 a 21/04/2017, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 970/2016

PORTARIA Nº. 970/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido JOVINA MARIA DOS SANTOS PACHECO CAETANO, matrícula nº 431, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico Administrativo nível (III), referência (23), junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/11/2016, por motivo de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, junto ao Instituto Canoinhense de Previdência

- ICPREV, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 971/2016

PORTARIA Nº. 971/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, no artigo 22, §1º da Lei Complementar Municipal nº 54/2016, RESOLVE:

NOMEAR DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 01/11/2016, o servidor efetivo JOSÉ CARLOS HERBST, para exercer o cargo de Diretor Administrativo Financeiro do INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV, nos termos do artigo 23, da Lei Complementar Municipal nº 54/2016.

Art. 2º - Permanece o Adicional de Tempo Integral de 30% concedido ao servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 40/2016 - EXONERA ASSESSORA DE APOIO PARLAMENTAR

PORTARIA Nº 40/2016

EXONERA ASSESSORA DE APOIO PARLAMENTAR EM CARATER EM COMISSÃO

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica exonerada do cargo de Assessora de Apoio Parlamentar em caráter em comissão, do quadro de Pessoal do Poder Legislativo, a servidora DANIELE ALINE GROSSKLAUS, a partir de 01 de novembro de 2016, contratada através da Portaria 22/2016.

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 21 de outubro de 2016.

Célio Galeski

Presidente

Chiquinho da Silva

1º Secretário

João Grein

2º Secretário

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 136/2016

DECRETO No 136, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRE-ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-077	Aplicações Diretas	1018	00	R\$	700.000,00
	Total			R\$	700.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), na forma do quadro a seguir.

0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRE-ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-078	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	700.000,00
	Total			R\$	700.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 24 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

PORTARIA 935/2016

PORTARIA Nº 935, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 15/2016 de Rosemari Pires Saretta, matrícula nº 333042/07, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 936/2016

PORTARIA Nº 936, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 71/2016, Scheyla Cristina Alves Schmidt de Vargas, matrícula nº 325163/08, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 937/2016

PORTARIA Nº 937, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 75/2016 de Tailana Bazzo, matrícula nº 333689/06, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 938/2016

PORTARIA Nº 938, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 10/2016 de Tracy Mary Betinardi, matrícula nº 407472/03, ocupante do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 939/2016

PORTARIA Nº 939, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 26/2016, Valdelir Antonio Carniel, matrícula nº 410085/02, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Leve, nível 199, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 940/2016

PORTARIA Nº 940, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 319/2016 de Vanderlei Lazarotto, matrícula nº 399817/04, ocupante do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**PORTARIA N º 62/2016/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 62/2016/SIMAE-CAO, de 01 de novembro de 2016.

Estabelece Horário Especial de Funcionamento. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar nº 0147/2012, Anexo II, Item I, de 04 de abril de 2012, e considerando o Decreto nº 125/2016, de 03 de outubro de 2016, do Município de Capinzal/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer turno único aos servidores do SIMAE, das 07:00 às 13:00 horas, no período de 07 de novembro a 31 de dezembro de 2016, considerando as atividades administrativas relativas ao encerramento do exercício e a necessidade de planejamento para o exercício de 2017.

Art. 2º Não se aplicam as disposições contidas nesta Portaria aos servidores que exercem suas atividades em regime de escala de trabalho (Estação de Tratamento de Água e Esgoto, Vigilância, Plantão e Sobreaviso), bem como aos servidores designados para cumprimento de horário diferenciado, conforme memorando a ser emitido por esta Direção.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0087/2016 - CONCORRÊNCIA Nº 0004/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0087/2016

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO Nº 0004/2016

Objeto: Outorga de cessão de direito real de uso de terreno constante do Distrito Industrial II.

Abertura das Propostas: às 13:45 horas, do dia 08 de dezembro de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 03 de novembro de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas.Informações: Maiores Informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, das 13 horas às 19 horas, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 01 de novembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 2.201 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.201/2016 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

ALBERTO BROLL, Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.550/16 de 26 de outubro de 2016 e Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 669.000,00 (Seiscentos e sessenta e nove mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO		
UNID. ORÇ.	0201	GABINETE DO PREFEITO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios	R\$	20.000,00

ÓRGÃO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
UNID. ORÇ.	0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Aquisição de Bens Móveis		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Rec. Próprios	R\$	12.000,00

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Manutenção do Ensino Fundamental		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Imp. Educação	R\$	60.000,00

		Transporte Escolar do Ensino Fundamental		
	101	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)–Rec. Imp. Educ.	R\$	13.000,00

UNID. ORÇ.	0402	DIVISÃO DO ENSINO MÉDIO		
	366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
		Manutenção das Atividades do Ensino Médio		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) – Rec. Próprios	R\$	13.000,00

UNID. ORÇ.	0405	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		
------------	------	----------------------------	--	--

	392	DIFUSÃO CULTURAL		
		Conservação de Espaços Artísticos e Culturais		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) – Rec. Próprios	R\$	7.000,00
		Manutenção Repetidoras de Sinais de Televisão		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) – Rec. Próprios	R\$	5.000,00
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Rec. Próprios	R\$	7.000,00
ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	451	INFRAESTRUTURA URBANA		
		Construção e Reforma de Espaços Públicos		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	25.000,00
UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES		
	782	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS		
		Construção de Pontes Pontilhões Galerias e Boeiros		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	10.000,00
		Manutenção dos Serviços Urbanos		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios	R\$	45.000,00
		Conservação, Reparo de Bens Móveis e Imóveis		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios	R\$	50.000,00
UNID. ORÇ.	0603	DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
	334	FOMENTO AO TRABALHO		
		Infraestrutura em Áreas do Distrito Industrial		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	22.000,00
		Apoio a Empresas		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios	R\$	40.000,00
UNID. ORÇ.	0605	PROMOÇÃO EXTENSÃO RURAL		
	606	EXTENSÃO RURAL		
		Aquisição de Bens Móveis Agrícolas		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	50.000,00
ÓRGÃO	07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
UNID. ORÇ.	0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Pagamento de Inativos e Pensionistas		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190)– Rec. Próprios	R\$	50.000,00
		Amortização e Encargos da Dívida		
	100	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS (4690)– Rec. Próprios	R\$	30.000,00
ÓRGÃO	09	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL		
UNID. ORÇ.	0901	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		
	482	HABITAÇÃO URBANA		
		Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares		
	100	DESPESAS CAPITAL (4590)– Rec. Próprios	R\$	186.000,00
ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Aquisição de Bens Móveis e Imóveis		
	100	DESPESAS CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	4.000,00
		Construção, Ampliação, Aquisição de Espaços Sociais		
	100	DESPESAS CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	10.000,00
		Conservação, Ampliação, Reforma de Espaços Sociais		
	100	DESPESAS CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	10.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionada no artigo primeiro, fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLENTAÇÃO,



na importância de R\$ 669.000,00 (Seiscentos e sessenta e nove mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura e Fundo Municipal de Assistência Social, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
UNID. ORÇ.	0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190)– Rec. Próprios	R\$	223.000,00
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	30.000,00
ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Manutenção do Ensino Fundamental		
	101	DESPESAS CORRENTES (3190)– Rec. Trans. Educação	R\$	160.000,00
UNID. ORÇ.	0403	DIVISÃO DO ENSINO SUPERIOR		
	364	ENSINO SUPERIOR		
		Apoio ao Ensino Superior		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios	R\$	40.000,00
ÓRGÃO	07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
UNID. ORÇ.	0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Precatórios – Sentenças Judiciais		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios.	R\$	66.000,00
ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção da Assistência Social Geral		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190) – Rec. Próprios	R\$	150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 26 de outubro de 2016.

ALBERTO BROLL DAVI PECINATO
 Prefeito Municipal em Exercício Resp. pela Secretaria de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 26/10/2016

LEI Nº 2.549/2016 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 2.549/2016 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

"Dispõe sobre a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para 2017 e dá outras providências".

ALBERTO BROL, Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições Legais, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Catanduvas, SC, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - As metas fiscais;

II - As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014-2017 e suas alterações;

III - A estrutura dos orçamentos;

IV - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - As disposições sobre a dívida pública municipal;

VI - As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - As disposições gerais.

CAPÍTULO II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017 de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, estão identificadas nos seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo I Metas anuais (LRF art. 4º, § 1º);

II – Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo II Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior (LRF art. 4º, § 2º, I);

III – Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo III Das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores (LRF art. 4º, § 1º);

IV – Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo IV Evolução do patrimônio líquido (LRF art. 4º, § 2º, III);

V – Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo V Origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos (LRF art. 4º, § 2º, III);

VI – Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo VII Estimativa e compensação da renúncia de receita (LRF art. 4º, § 2º, V);

VII – Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo VIII Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LRF art. 4º, § 2º, V);

VIII – Anexo Estimativa das Receitas Orçamentárias (Discriminação

das Receitas);

IX – Anexo da Relação de Despesas Planejadas;

X – Anexo de Metas Fiscais – Anexo VII Demonstrativo de riscos fiscais e providências (LRF 4º, §3º);

XI – Demonstrativo da Receita e Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320/64);

XII – Natureza da Despesas por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64).

CAPÍTULO III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Ação: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário a manutenção da atuação governamental;

IV – Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Receita ordinária: as previstas para ingresso no caixa da unidade gestora de forma regular pela competência de tributar e arrecadar e por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – Execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – Execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – Execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º A categoria de programação de que trata o art. 167, inciso VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os Orçamentos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente; do Fundo Municipal da Assistência Social; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Reequipamento do Bombeiro integrarão o Orçamento do Poder Executivo como unidades gestoras, respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º Os Orçamentos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, Fundo Municipal de Defesa Civil, Fundo Municipal do Meio Ambiente e Fundo Municipal da Habitação e Interesse Social integrarão o Orçamento do Poder Executivo como órgão da administração municipal vinculados a suas respectivas secretarias e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º O Orçamento do Fundo Municipal da Cultura integrará o Orçamento do Poder Executivo como unidade orçamentária vinculado a sua respectiva secretaria e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Direitos dos Idosos integrará o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social como unidade orçamentária vinculado a sua respectiva secretaria e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária Anual evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas como código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº 101, de 2000 e Lei nº 4.320, de 1964.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa por Categorias Econômicas – QDDCE, fixará a despesa ao nível de Grupo de Despesa e Categoria Econômica, conforme disposto nas Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitido o remanejamento por lei específica, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem da proposta orçamentária conterá o disposto no inciso I, art. 22 da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" – Ordinários do orçamento fiscal até o limite de 1% da Receita Corrente Líquida Prevista.

CAPÍTULO V – DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art. 10 O orçamento para o exercício seguinte e suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 11 Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 7º.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balanços apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

Art. 12 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 13 Se a receita estimada, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observados a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 16 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aquelas constantes dos anexos desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 Os orçamentos para o exercício financeiro seguinte destinam recursos para a Reserva de Contingência, nos limites previstos no art. 9º, desta Lei.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto nas Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demonstrativo de riscos fiscais nos anexos.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro do exercício financeiro seguinte, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante prévia autorização legislativa por lei específica para abertura de Créditos Adicionais Suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual - PPA.

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio do fluxo de caixa.

Art. 20 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para o exercício financeiro seguinte, com dotações vinculadas e destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos art. 8º, parágrafo único e art. 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual, os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das

destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 21 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro seguinte, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita, demonstrado na Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, integrante desta lei.

Art. 22 A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas beneficiará preferencialmente aquelas de caráter educativo, cultural, esportivo, assistencial, de saúde, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Art. 23 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro seguinte, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I, do art. 24 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

Art. 24 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferência voluntárias e operações de crédito.

Art. 25 Despesas de competência de outros entes da Federação poderão ser assumidas pela Administração Municipal, desde que firmado por Convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária anual, devendo, obrigatoriamente estar acompanhada da estimativa de impacto financeiro e demonstrado e devidamente justificado a necessidade, o interesse público e capacidade orçamentária e financeira do Município, sem comprometimento de obras ou ações.

Art. 26 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício seguinte a preços/valores correntes.

Art. 27 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata as Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, somente poderá ser efetivada se precedido de lei específica, exceto os de Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro.

Art. 28 Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício financeiro seguinte e constante desta lei.

Art. 29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, serão desenvolvidas de forma a apurar os gastos dos

serviços, tais como: dos programas, das ações, do metro quadrado das construções, do metro quadrado das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para a contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 13 desta lei.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa específica, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou majorar a remuneração dos seus servidores e agentes políticos do Poder Executivo, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observado os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento Anual ou em créditos adicionais.

Art. 35 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extraordinárias pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso estas ultrapassem os limites estabelecidos da Lei Complementar nº 101/2000:

I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – Eliminação das despesas com horas extras;

III – Exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Carreira, Cargos e Salários da Administração Municipal de Catanduvas ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa.

Art. 38 O Executivo Municipal poderá colocar a disposição com ônus para o Município servidores do Quadro Geral a outros órgãos da administração pública direta ou indireta, ou a entidades sem fins lucrativos ou beneficentes conforme relação abaixo:

I – Justiça Eleitoral, para serviços desenvolvidos na 18ª Zona Eleitoral;

II – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduvas;

III – Corpo de Bombeiros – FUNREBOM – de Catanduvas; e,

IV – Entidades de Serviços de Segurança no Município (Policia Civil e Militar).

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 39 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois últimos subseqüentes.

Art. 40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 41 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesa em valor equivalente.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária a Câmara Municipal que a apreciará e a devolverá para sanção no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até

o início do exercício financeiro seguinte, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, mediante apuração de responsabilidades e, em caso de responsabilidade de agente administrativo, a cobrança do valor dos juros e multas do responsável.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por lei específica.

Art. 45 O Executivo Municipal poderá assinar convênios com o Governo Federal, Estadual ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 46 Ficam alterados os anexos da Lei nº 2.417, de 2 de outubro de 2013 (PPA - Plano Plurianual do Quadriênio 2014/2017), revogando-se as disposições em contrário, de acordo com as disposições e anexos desta Lei.

Art. 47 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, SC, 21 de outubro de 2016.

ALBERTO BROLL DAVI PECINATO

Prefeito Municipal em Exercício Resp. pela Secretaria de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 21/10/2016.

MENSAGEM A LEI Nº 2.549/16 NA ELABORAÇÃO DA LDO PARA 2016.

Excelentíssima Senhora Presidente

Excelentíssimos Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras,

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) recebeu muitas atribuições importantes, fortalecendo em alto grau a função planejamento, ao exigir apresentação de anexo de metas fiscais, reserva para riscos fiscais, regras para controle de custos, avaliação de resultados e muitos outros mecanismos de limites e condições na gestão pública.

Para elaboração e discussão da LDO, por imposição legal, o Poder Executivo convocou e incentivou a participação da sociedade em audiências públicas, para decidir sobre as prioridades e metas da administração que serão contempladas no exercício seguinte, extraídas do Plano Plurianual de Investimentos – PPA.

Nos demonstrativos e anexos que compõe este projeto de lei, vamos conhecer o seu conteúdo e sua importância para o planejamento das ações governamentais, exigidos pelo artigo 165, II, § 2º da Constituição Federal, que estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é de iniciativa do Poder Executivo e compreenderá as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte.

Conforme disposto no artigo 169, § 1º, II da Constituição Federal, ela deve ainda orientar a elaboração da proposta orçamentária e dispor sobre alterações na legislação tributária, além de dispor sobre autorização para criar cargos, empregos e funções, concessão de vantagens e aumento, alteração da estrutura de carreira e admissão de pessoal a qualquer título, quando for o caso.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) deu uma importância ainda maior à Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao valorizar o

princípio do planejamento e atribuir a ela competência para disciplinar os mecanismos de limites e condições impostas à gestão responsável da causa pública.

Neste contexto destacam-se:

- O Equilíbrio entre a receita e despesas;
- Limitação de empenho e movimentação financeira;
- Controle de custos;
- Avaliação dos resultados dos programas;
- Transferências a entidades públicas e privadas;
- Metas fiscais para três exercícios;
- Evolução do patrimônio líquido;
- Estimativa e compensação para renúncia de receita;
- Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- Anexos de riscos fiscais;
- Definição da forma de utilização e montante da reserva de contingência;
- Programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso;
- Prioridade para obras em andamento e conservação do patrimônio;
- Autorização para assumir custeio de competência de outras entidades;
- Situação em que poderá ser autorizada a realização de hora extra; e
- Definição dos incentivos ou benefícios de natureza tributária, entre outros.

O Projeto de Lei ora apresentado a esta Augusta Câmara Municipal, cuja Ementa “Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2017” deixa de representar um documento elaborado para cumprir obrigações legais, e assume a forma e conotação de instrumento estratégico de planejamento.

Ante ao exposto, na expectativa de deliberação favorável por parte desta Casa Legislativa, renovamos protestos de estima, consideração e apreço.

Atenciosamente,

ALBERTO BROLL

Prefeito Municipal em Exercício

DAVI PECINATO

Resp. pela Secretaria de Administração

LEI Nº 2.550/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 2.550/2016 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

ALBERTO BROLL, Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 736.000,00 (Setecentos e trinta e seis mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO		
UNID. ORÇ.	0201	GABINETE DO PREFEITO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios	R\$	20.000,00
ÓRGÃO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
UNID. ORÇ.	0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Aquisição de Bens Móveis		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Rec. Próprios	R\$	12.000,00
ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Manutenção do Ensino Fundamental		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Imp. Educação	R\$	100.000,00
		Transporte Escolar do Ensino Fundamental		
	101	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)–Rec. Imp. Educ.	R\$	13.000,00
UNID. ORÇ.	0402	DIVISÃO DO ENSINO MÉDIO		
	366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
		Manutenção das Atividades do Ensino Médio		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) – Rec. Próprios	R\$	13.000,00
UNID. ORÇ.	0405	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		
	392	DIFUSÃO CULTURAL		
		Conservação de Espaços Artísticos e Culturais		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) – Rec. Próprios	R\$	7.000,00
		Manutenção Repetidoras de Sinais de Televisão		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) – Rec. Próprios	R\$	5.000,00
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Rec. Próprios	R\$	7.000,00
ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	451	INFRAESTRUTURA URBANA		
		Construção e Reforma de Espaços Públicos		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	25.000,00
UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES		
	782	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS		
		Construção de Pontes Pontilhões Galerias e Boeios		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	12.000,00
		Manutenção dos Serviços Urbanos		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios	R\$	70.000,00
		Conservação, Reparo de Bens Móveis e Imóveis		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios	R\$	50.000,00
UNID. ORÇ.	0603	DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
	334	FOMENTO AO TRABALHO		
		Infraestrutura em Áreas do Distrito Industrial		

	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	22.000,00
		Apoio a Empresas		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios	R\$	40.000,00
UNID. ORÇ.	0605	PROMOÇÃO EXTENSÃO RURAL		
	606	EXTENSÃO RURAL		
		Aquisição de Bens Móveis Agrícolas		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	50.000,00
ÓRGÃO	07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
UNID. ORÇ.	0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Pagamento de Inativos e Pensionistas		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190)– Rec. Próprios	R\$	50.000,00
		Amortização e Encargos da Dívida		
	100	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS (4690)– Rec. Próprios	R\$	30.000,00
ÓRGÃO	09	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL		
UNID. ORÇ.	0901	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		
	482	HABITAÇÃO URBANA		
		Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares		
	100	DESPESAS CAPITAL (4590)– Rec. Próprios	R\$	186.000,00
ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Aquisição de Bens Móveis e Imóveis		
	100	DESPESAS CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	4.000,00
		Construção, Ampliação, Aquisição de Espaços Sociais		
	100	DESPESAS CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	10.000,00
		Conservação, Ampliação, Reforma de Espaços Sociais		
	100	DESPESAS CAPITAL (4490)– Rec. Próprios	R\$	10.000,00
Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionada no artigo primeiro, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a SUPLENTAÇÃO, na importância de R\$ 736.000,00 (Setecentos e trinta e seis mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura e Fundo Municipal de Assistência Social, nas seguintes dotações orçamentárias.				
ÓRGÃO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
UNID. ORÇ.	0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190)– Rec. Próprios	R\$	250.000,00
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	30.000,00
ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Manutenção do Ensino Fundamental		
	101	DESPESAS CORRENTES (3190)– Rec. Trans. Educação	R\$	200.000,00
UNID. ORÇ.	0403	DIVISÃO DO ENSINO SUPERIOR		
	364	ENSINO SUPERIOR		
		Apoio ao Ensino Superior		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios	R\$	40.000,00
ÓRGÃO	07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
UNID. ORÇ.	0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Precatórios – Sentenças Judiciais		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Rec. Próprios.	R\$	66.000,00

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção da Assistência Social Geral		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190) – Rec. Próprios	R\$	150.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 26 de outubro de 2016.

ALBERTO BROLL

Prefeito Municipal em Exercício

DAVI PECINATO

Resp. pela Secretaria de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 26/10/2016

LEI Nº 2.551/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 2.551, de 31 de outubro de 2016.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS A REALIZAR O REPASSE DE R\$ 15.000,00 À CLD DE CATANDUVAS, PARA CUSTEAR DESPESAS COM DECORAÇÃO NATALINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALBERTO BROLL, Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) á CDL de Catanduvas/SC, para custear despesas com DECORAÇÃO NATALINA, na cidade de Catanduvas.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 31 de outubro de 2016.

ALBERTO BROLL

Prefeito em exercício.

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças Registrada e publicada nesta data.

LEI Nº 2.552/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 2.552, de 31 de outubro de 2016.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS A REALIZAR DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE PRESENTES DE NATAL PARA CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS DE IDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALBERTO BROLL, Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas até o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para aquisição de brinquedos, a serem distribuídos gratuitamente, no mês de dezembro, em comemoração ao Natal, para crianças até 10 (dez) anos de idade.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 31 de outubro de 2016.

ALBERTO BROLL

Prefeito em exercício.

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças Registrada e publicada nesta data.

CÂMARA MUNICIPAL**LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE CATANDUVAS SC - PROMULGADA EM 30.03.1990 COM AS NOVAS EMENDAS**

ORGÂNICA DO MUNICÍPIO
DE CATANDUVAS - SC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE CATANDUVAS - SC

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL
Promulgada em 30/03/1990

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE
CATANDUVAS - SC

PREÂMBULO

Nós, os representantes do povo de Catanduvas, constituídos em Poder Legislativo Orgânico deste Município, reunidos em Câmara Municipal, sob a proteção de Deus e o auspício do direito e da razão, com as atribuições previstas no Art. 29 da Constituição Federal, votamos e promulgamos a primeira Lei Orgânica do Município.

TITULO I**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º - O Município de Catanduvas é uma unidade da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, com personalidade de direito público interno que, no âmbito de seu território e autonomia que lhe é assegurado pela Constituição Federal, objetiva o seu desenvolvimento com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, fundamentada nos princípios que norteiam o Estado Democrático, na dignidade de pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político, exercendo o seu poder por decisão dos munícipes, pelos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei Orgânica. Parágrafo Único: A Ação Municipal será desenvolvida em todo o seu território, sem privilégios de distritos ou bairros, orientada no sentido de reduzir as desigualdades sociais e promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, credo religioso e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 2º - São símbolos do Município a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e outros estabelecidos em lei.

Art. 3º - O Município, visando integrar a organização, planejamento e execução de funções públicas e a defesa de interesses comuns, pode associar-se ao Estado e aos demais Municípios, neste caso, sob a forma de associações microrregionais.

**TITULO II
DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA
DO MUNICÍPIO****CAPITULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 4º - O Município de Catanduvas organiza-se política e administrativamente nos termos desta Lei Orgânica e das leis que adotar.

Art. 5º - O território do Município compreende o espaço físico que atualmente se encontra sob a sua jurisdição.

Parágrafo Único: Qualquer alteração territorial, só poderá ser feita,

na forma da Lei Complementar Estadual e depende sempre de consulta prévia às populações diretamente interessadas mediante plebiscito.

Art. 6º - A criação, a organização e a supressão de distritos depende da lei, observando o que dispuser a legislação estadual.

Art. 7º - É vedado ao Município:

- I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhe o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público;
- II - Recusar fé aos documentos públicos;
- III - Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

**CAPITULO II
DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO**

Art. 8º - Ao Município compete:

I - Dispor sobre assuntos de interesses local, cabendo-lhe, entre outras as seguintes atribuições:

- a) elaborar e exercer o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;
- b) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, fixar e cobrar preços;
- c) arrecadar e aplicar as rendas que lhe pertencem, na forma da lei;
- d) organizar e prestar, diretamente ou sob a forma de concessão ou permissão, os seus serviços públicos;
- e) dispor sobre a administração, utilização e alienação de seus bens;
- f) adquirir bens, inclusive através de desapropriação, por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;
- g) elaborar o seu Plano Diretor;
- h) promover o adequado ordenamento do seu território urbano, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo;
- i) estabelecer as servidões necessárias aos seus serviços;
- j) regulamentar a utilização dos logradouros públicos, especialmente no perímetro urbano;
- 1) regulamentar o transporte coletivo urbano, que poderá ser operado através de concessão ou permissão, fixando o itinerário, os pontos de parada e as respectivas tarifas;
- 2) prover sobre o transporte individual de passageiros, fixando os locais de estabelecimento e as tarifas respectivas;
- 3) fixar e sinalizar os locais de estacionamento de veículos, os limites da zona de silêncio e de trânsito e de tráfego em condições especiais;
- 4) disciplinar os serviços de carga e de descarga e fixar a tonagem e a velocidade máxima permitida a veículos que circulam em vias públicas;
- k) sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;
- k) dispor sobre limpeza das vias e logradouros públicos, remoção, e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;
- l) ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horário para funcionamento de estabelecimento industriais, comerciais e similares observando as normas federais pertinentes;
- m) dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertinentes a entidades privadas;
- n) regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros locais sujeitos ao

poder de polícia municipal;

o) dispor sobre depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão a legislação municipal;

p) quanto aos seus estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e similares;

1) conceder ou renovar licença para instalação, localização e funcionamento;

2) renovar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego público ou aos bons costumes;

3) promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença ou em desacordo com lei;

I - estabelecer e impor as penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

II - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

III - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

IV - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual;

V - constituir guarda municipal destinada à proteção das instalações, bens e serviços municipais;

VI - celebrar e firmar ajustes, convênios e acordos com a União, com o Estado e com outros municípios para a execução de suas leis, serviços ou decisões;

VII - suplementar a legislação Federal e a Estadual no que couber.

Art. 9º - É competência comum do Município, do Estado e da União:

I - zelar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das leis destas esferas de governo, das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão e destruição e a descaracterização de obras de artes e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna, a flora e os recursos naturais;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII - estabelecer e implantar a política de educação para a segurança do trânsito.

CAPÍTULO III

DOS BENS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Constituem patrimônio do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, lhe pertençam e os bens:

I - de uso comum do povo, tais como, as estradas municipais, as ruas e praças;

II - de uso especial, tais como, os edifícios ou terrenos aplicados ao serviço municipal;

III - dominicais, que constituem o patrimônio do Município, como objeto de direito pessoal ou de direito real;

Art. 11 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara, quanto aqueles utilizados em seus serviços.

Art. 12 - A alienação de bens do Município e de suas autarquias, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre procedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, constando da lei e da escritura pública os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) permuta;

c) investidura.

II - quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, permitida exclusivamente para fins de interesse social;

b) permuta;

c) venda de ações, que deverão, obrigatoriamente, serem negociadas na bolsa;

d) venda de títulos, na forma da legislação pertinente.

§ 1º - A administração, preferentemente à venda ou doação de bens imóveis, concederá direito real de usos, mediante concorrência, dispensada esta, quando o uso se destinar à concessionário de serviço público ou a entidades assistências.

§ 2º - Entende-se por investidura, para fins desta lei a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros, por preço nunca inferior a avaliação, de área remanescente de obra pública, área esta que se torne inaproveitável isoladamente.

Art. 13 - Os bens imóveis necessários à realização de obra e serviços, de interesse do Município, serão adquiridos por compra, permuta, doação e desapropriação.

§ 1º - A aquisição por compra ou permuta dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

§ 2º - Sempre que o exigir o interesse social, a necessidade ou utilidade pública, o Município poderá intervir na propriedade particular e promover a desapropriação na forma da legislação própria, observando-se o seguinte:

I - A lei de desapropriação deverá indicar, especialmente, a destinação do bem desapropriado;

II - Não sendo utilizado para a finalidade específica, o antigo proprietário poderá reaver o bem, nas mesmas condições e por igual valor, corrigido monetariamente.

Art. 14 - Os bens móveis inservíveis, obsoletos ou excedentes serão alienados por concorrência ou leilão, permitida a doação para entidade filantrópica, educacional, cultural, cívica ou esportiva, através de Lei Municipal.

Art. 15 - Os imóveis adquiridos para fins especiais de urbanização e estímulo à agricultura, à indústria e ao turismo, serão alienados na forma que dispuser lei específica, elaborada com as seguintes cautelas:

I - será abstrata e geral, de forma a aplicar-se a todos os casos semelhantes;

II - obedecerá o princípio da isonomia;

III - estabelecerá os requisitos básicos para a concessão do benefício, de modo a poder ser aplicado no caso concreto, independentemente de nova autorização legislativa, resguardando o interesse público.

Art. 16 - O uso de bens municipais, por terceiros, poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso quando houver interesse público, devidamente justificado, mediante aprovação pela Câmara de Vereadores.

Art. 17 - O Município poderá com suas máquinas e equipamentos

executar serviços particulares, mediante remuneração, na forma que for disciplinado em lei.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - A administração municipal compreende:

I - os órgãos da administração direta: secretarias ou órgãos equiparados, na forma como dispuser a lei da estrutura administrativa;
II - entidades da administração direta ou fundacional, dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º - As entidades compreendidas na administração direta serão criadas por lei específica e vinculada às secretarias ou órgãos equiparados, em cuja área de competência estiverem enquadradas sua principal atividade.

§ 2º - O número máximo de secretarias é de 6 (seis)

Art. 19 - A administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes do Município obedecerá os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei; assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

VII - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade: temporária de excepcional interesse público;

VIII - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais, não poderão exceder o limite fixado em lei, observado o disposto na Constituição Federal.

IX - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índice, far-se-á sempre a mesma data;

X - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XI - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração dos servidores do Município.

XII - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor municipal não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimo sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XIII - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos no Município são irredutíveis.

XIV - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso VIII ;

a) de dois cargos de professor;

b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) de dois cargos privativos de médico.

XV - a proibição de acumular estende-se a de empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XVI - nenhum servidor será designado para funções não constantes das atribuições do cargo que ocupa, a não ser em substituições e, se acumulada, com gratificação de lei;

XVII - a administração fazendária e seus servidores terão, dentro de duas áreas de competência e jurisdição, procedência sobre os demais setores administrativos na forma da lei;

XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

XIX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XX - ressalvadas em casos determinados na legislação federal específica, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas em condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e as campanhas dos órgãos e entidades da administração pública, ainda que não custeadas diretamente por esta, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar símbolos, expressões, nomes ou imagens que caracterizem promoção pública, e serão suspensos noventa dias antes das eleições, ressalvadas as essenciais ao interesse público.

§ 2º - A não observância do disposto no inciso II e III implicará em nulidade do ato e na punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos municipais serão disciplinadas em lei.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista na legislação federal, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - O Município e os prestadores de serviços públicos municipais responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 6º - A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas;

§ 7º - A autonomia e gerência, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

§ 8º - É vedada a nomeação ou designação para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança, bem como a contratação em caráter temporário sem processo seletivo, de cônjuge, companheiro (a) ou parente consanguíneo em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o terceiro grau em linha reta e até o segundo grau na linha colateral. (Parágrafo incluído pela

Emenda Aprovada em 27/08/2007)

§ 9º - Igualmente é vedada a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual algum dos sócios seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas arroladas nos incisos I e II do parágrafo anterior. (Parágrafo incluído pela Emenda Aprovada em 27/08/2007)

§ 10 - O servidor, antes da posse, bem como os sócios de pessoas jurídicas a serem contratadas em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, antes da contratação, declaração, por escrito, não ter relação de matrimônio, união estável ou de parentesco que importe em prática vedada na forma dos parágrafos 8º e 9º, deste artigo. (Parágrafo incluído pela Emenda Aprovada em 27/08/2007)

Art. 20 - Os convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres firmados pelos órgãos e entidades da administração pública serão submetidos à Câmara Municipal, no prazo de trinta dias, contados da celebração e serão apreciados na forma e nos prazos previstos em seu Regimento Interno.

Art. 21 - A publicação das leis e atos municipais será feita em jornal de circulação local, na falta deste, no boletim oficial do Município ou da Associação Microrregional e no átrio da Prefeitura.

§ 1º - A publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

§ 2º - Os atos de efeitos externos só produzirão efeito após a sua publicação.

Art. 22 - Ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo aplicam-se as disposições da Constituição Federal.

SEÇÃO II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 23 - O regime jurídico único dos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas será o definido em lei.

Parágrafo único:- Aplicam-se aos servidores municipais o disposto no art. 7º, IV, VII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição Federal.

Art. 24 - A aposentadoria do servidor municipal, bem como a fixação e reajuste dos proventos e da pensão por morte, obedecerá as regras estabelecidas na Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda 20/98.

Art. 25 - São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante processo administrativo de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;

IV - na hipótese prevista no artigo 169 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

§ 2º - Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 26 - É livre a associação profissional ou sindical do servidor público municipal na forma da lei federal, observando o seguinte:

§ 1º - Haverá uma só associação sindical para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações;

§ 2º - É assegurado o direito de filiação de servidores, profissionais liberais da área da saúde e professores, à associação sindical de sua categoria.

§ 3º - Os servidores da administração indireta, das empresas públicas e de economia mista, todos celetistas, poderão associar-se em sindicato próprio.

Art. 27 - Aos servidores públicos municipais é vedado:

I - instalar equipamentos, mobiliários ou aparelho de sua propriedade no recinto em que trabalha;

II - exercer atividades particulares em horário de expediente;

III - utilizar equipamentos, materiais e serviços da Prefeitura Municipal com a finalidade de executar suas atividades particulares.

Parágrafo único:- A não observância do disposto no presente artigo implicará na aplicação de penalidades previstas em lei.

Art. 28 - O servidor Municipal, quando convocado pela Câmara de Vereadores, para prestar quaisquer esclarecimentos, deverá fazê-lo no prazo determinado pela convocação, sob pena de sofrer as penalidades previstas em lei.

SEÇÃO III

DAS INFORMAÇÕES DO DIREITO DE PETIÇÃO E DAS CERTIDÕES

Art. 29 - Todos tem direito a receber dos órgãos públicos municipais informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo de quinze dias úteis, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade ou das instituições públicas. Parágrafo Único: São assegurados a todos, independentemente do pagamento de taxas;

I - o direito de petição aos Poderes Públicos Municipais para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesses pessoais;

II - a obtenção de certidões referente ao inciso anterior.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 - São poderes do Município, independente e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único:- Salvo as expressas exceções previstas nesta Lei Orgânica, é vedada a qualquer dos poderes delegar competência.

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 - O poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal constituída de vereadores, representantes do povo, eleitos pelo voto direto e secreto, em sistema proporcional, dentre os brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos, atendidos as demais condições

da legislação eleitoral.

Parágrafo único: Cada legislatura terá duração de 4 (quatro) anos.

Art. 32 - A eleição para Vereador se fará, simultaneamente, com a do Prefeito e Vice-Prefeito, até noventa dias antes do término do mandato dos que devem suceder.

Art. 32 - A eleição para Vereador se fará, simultaneamente, com a do Prefeito e Vice-Prefeito". (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

SEÇÃO II

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 33 - A Câmara Municipal compõe-se de Vereadores eleitos pelo voto direto e secreto.

Parágrafo único:- O número de vereadores proporcional à população do Município será fixado pela Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, até cento e oitenta dias das eleições, obedecidos os limites estabelecidos na Constituição Federal e no Art. 29, inciso IV, e Art. 111, inciso V da Constituição do Estado.

Art. 34 - Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia administrativa e financeira na forma desta Lei Orgânica,.

Art. 35 - Salvo disposto em contrário desta Lei, as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas por maioria dos votos, presentes a maioria absoluta dos seus vereadores.

Art. 36 - A Câmara Municipal será representada judicial e extrajudicialmente pelo Presidente.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Art. 37 - Cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual;

II - legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III - votar o orçamento anual e o plurianual de investimento, a lei de diretrizes orçamentárias bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamentos;

V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI - autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;

VII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

VIII- autorizar a alienação de bens imóveis;

IX - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doações sem encargo;

X - dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos mediante prévia consulta plebiscitária;

XI - aprovar o Plano Diretor;

XII - autorizar a constituição de consórcio com outros municípios;

XIII - delimitar o perímetro urbano;

XIV - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XV - exercer, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município;

XVI - uso da propriedade e zoneamento urbano;

XVII - símbolos do Município.

XVIII - fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Vereadores

e dos Secretários Municipais, observando o disposto nos artigos 29, incisos V e VI e 39 § 4º da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98.

Art. 38 - À Câmara compete, privativamente, as seguintes atribuições:

I - eleger sua Mesa, bem como destitui-la na forma regimental;

II - elaborar o regimento interno;

III - organizar os seus serviços administrativos;

IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-lo definitivamente do exercício do cargo;

V - conceder licença;

a) aos Vereadores, por motivo de saúde, para tratar de interesse particular, ou missão temporária.

a) aos vereadores, conforme estabelecido no Regimento Interno; (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

b) ao Prefeito, para se afastar temporariamente do cargo;

VI - autorizar o Prefeito, para ausentar-se do Município por período superior a dez dias;

VII - fixar os subsídios e a verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores;

VII - fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores; (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

VIII - criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, sempre que o requer pelo menos um terço de seus membros;

IX - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

X - convocar o Prefeito e os Secretários Municipais, para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XI - autorizar referendo e plebiscito;

XII - julgar o Prefeito e os Vereadores, casos previstos pela lei;

XIII - decidir sobre a perda do mandato de Vereador, por voto secreto e maioria absoluta nas hipóteses previstas nos incisos I, II, VI, VII do Art. 46 mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido representado na Câmara, assegurada ampla defesa;

XVI - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observada os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º - A Câmara Municipal deliberará, mediante resolução sobre assuntos de economia interna e nos demais casos de sua competência privada, por meio de decreto legislativo.

§ 1º - A Câmara Municipal deliberará, mediante resolução sobre assuntos de economia interna e nos demais casos de sua competência privada. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

§ 2º - É fixado em dez dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo na forma do disposto na presente Lei.

§ 2º - É fixado em 30 (trinta) dias, improrrogável, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo na forma do disposto na presente Lei. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

§ 3º - O não atendimento ao prazo estimulado no parágrafo anterior, faculta ao presidente da Comissão solicitar, na conformidade da Legislação Federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação;

Art. 39 - Cabe, ainda a Câmara, conceder título de cidadão honorário a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviço ao Município, mediante decreto legislativo, aprovado pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros.

Art. 39 - Cabe, ainda à Câmara, conceder título de cidadão honorário

a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviço ao município, com a aprovação de dois terços de seus membros. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

SEÇÃO IV

DOS VEREADORES

Art. 40 - No primeiro ano de cada legislatura, no dia primeiro de janeiro às dez horas, independentemente de convocação, sob a presidência do mais votado entre os presentes, os Vereadores eleitos, em sessão solene de instalação, prestarão compromisso e tomarão posse.

Art. 40 - No primeiro ano de cada legislatura, no dia primeiro de janeiro às dez horas, independentemente de convocação, sob a presidência do vereador mais idoso, em sessão Solene de Instalação, prestarão compromisso e tomarão posse. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

§ 1º - O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º - No ato da posse os Vereadores deverão desincompatibilizar-se. Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão fazer declaração de seus bens, a qual deverá ser transcrita em livro próprio.

Art. 41 - O mandato do Vereador será remunerado.

Parágrafo único:- A remuneração a que se refere este artigo obedecerá ao disposto no § 4º do art. 39 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

Art. 42 - O Vereador poderá licenciar-se somente:

Art. 42 - O Vereador poderá licenciar-se nos casos previstos no Regimento Interno. (Nova Redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

Art. 43 - O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, não perderá o mandato e considera-se automaticamente licenciado.

Art. 44 - Os vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do Município.

Art. 45 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum" nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

b) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

c) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

Art. 46 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença, doença comprovada ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça, nos casos previstos em lei;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível;

VII - que fixar residência fora do Município.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político com representação na Câmara, assegurada a ampla defesa. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III, IV e V, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

Art. 47 - Não perderá o mandato o Vereador:

I - investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente;

II - licenciado pela Câmara, por motivo de doença, para tratar sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

II - licenciado pela Câmara, por motivo de doença, para tratar sem remuneração de interesse particular, nos termos do regimento Interno. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

§ 1º - O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a trintas (30) dias.

§ 1º - O suplente será convocado nos casos de vaga, com base no Regimento Interno. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, ao Tribunal Regional Eleitoral, procedendo-se nova eleição se faltar mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 48 - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou deles receberam informações.

Art. 49 - Será concedido aos dependentes do Vereador em caso de invalidez permanente, ou de morte durante o exercício de suas funções, o valor do subsídio até que se expire o mandato.

SEÇÃO V

DAS REUNIÕES

SUBSEÇÃO I

DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Art. 50 - Independentemente de convocação, a sessão legislativa anual desenvolve-se de 15 de fevereiro a 15 de dezembro.

Art. 50 – Independentemente de convocação, a sessão legislativa anual reunir-se-á do dia 11 de fevereiro a 31 de dezembro. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

Art. 50 – Independentemente de convocação, a sessão legislativa anual ordinária iniciará no dia 01 de mês de fevereiro, encerrando-se no dia 15 de dezembro. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 10/10/2016).

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes e o orçamento anual.

§ 3º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu regimento interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido na legislação específica, obedecido o disposto no parágrafo 1, do artigo 41.

§ 3º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

Art. 51 - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de dois terços dos membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Art. 52 - As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

SUBSEÇÃO II

DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Art. 53 - A convocação extraordinária da Câmara Municipal obedecerá o que dispuser o Regimento Interno e se fará:

I - pelo Presidente da Câmara, para o compromisso de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

II - pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta dos seus membros, em caso de urgência ou interesses público-relevante.

Parágrafo único:- Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

SEÇÃO VI

DA MESA E DAS COMISSÕES

SUBSEÇÃO I

DA MESA DA CÂMARA

Art. 54 - Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado dentre os presentes, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Art. 54 – A eleição da Mesa Diretora, será realizada, imediatamente após a posse dos vereadores sobre a presidência do vereador mais idoso entre os eleitos e obedecendo o disposto no Regimento Interno. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

Art. 55 - Na constituição da Mesa é assegurada tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos Parlamentares que integram a Câmara.

Art. 56 - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre na última reunião ordinária do 2º ano, com posse automática no dia 1º de janeiro do 3º ano de Legislatura.

Parágrafo único:- O regimento disporá sobre a forma de eleição e a composição da Mesa.

Art. 57 - O mandato da Mesa será de dois anos, proibida a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo.

Parágrafo único:- Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro vereador para complementar o mandato.

Art. 58 - À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

Art. 58 – À Mesa, além do estabelecido no Regimento Interno compete: (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

I - propor projetos de lei dispondo sobre a criação ou extinção de cargos nos serviços da Câmara e sobre a fixação dos vencimentos destes e dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais.

I – propor a criação ou extinção de cargos nos serviços da Câmara e sobre a fixação dos vencimentos destes. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

II - elaborar e expedir, mediante Ato, a discriminação das dotações orçamentárias da Câmara bem como alterá-las, quando necessária;

III - apresentar projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total de dotação da Câmara;

IV - suplementar, mediante Ato, as dotações do orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

V - devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo do caixa existente na Câmara ao final do exercício;

VI - enviar ao Prefeito, até o último dia do mês de fevereiro as contas do exercício anterior;

VII - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, demitir e punir funcionários ou servidores da Câmara Municipal, nos termos da lei,

VIII - declarar a perda do mandato do Vereador, de ofício ou provocação de qualquer de seus membros, ou ainda, de partido político representado na Câmara, nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e V do artigo 46.

Art. 59 - Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

I - representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

V - fazer publicar os Atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI - declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei, salvo as hipóteses dos incisos III, IV e V do artigo 46;

VII - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara, aplicar as disponibilidades financeiras no mercado de capitais;

VIII - apresentar ao Plenário, até dia o vinte de cada mês, os balancetes relativos aos recursos recebidos e as despesas do mês anterior;

IX - representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

IX – fixar por lei o subsídio dos vereadores, conforme estabelecido no art. 29, VI e alíneas, art. 37, X e art. 39, § 4º da Constituição Federal; (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

X - solicitar a intervenção do Município nos casos admitidos pela Constituição do Estado;

X - fixar por lei o subsídio do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais, conforme o estabelecido no art. 29, V e alíneas, art. 37, X e XI e art. 39, § 4º da Constituição Federal; (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

XI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XII - tomar parte das discussões, deixando a Presidência, passando-a a seu substituto, quando se tratar de matéria que se propuser discutir.

Art. 60 - O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

III - quando houver empate em qualquer votação no Plenário.

§ 1º - Não poderá votar o vereador que tiver interesse pessoal na deliberação anulando-se a votação se o seu voto for decisivo.

§ 2º - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, exceto nos seguintes casos:

§ 2º - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, exceto na eleição da Mesa Diretora: (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

SUBSEÇÃO II DAS COMISSÕES

Art. 61 - A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento Interno ou no ato de que resulta a sua criação.

§ 1º - Em cada Comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projetos de lei que dispensa, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo com recurso de um quinto dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV - acompanhar, junto ao governo, os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;

V - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra ato ou omissão das autoridades ou entidades públicas;

VI - acompanhar junto à Prefeitura a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII - apreciar programas de obras e sobre eles emitir parecer;

Art. 62 - As Comissões especiais de inquérito terão poderes de investigações próprias das autoridades jurídicas, além de outras previstas no Regimento Interno e serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º - As Comissões especiais de inquérito, no interesse de investigações, poderão:

I - proceder a vistoria e levantamento nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

III - transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem.

§ 2º - No exercício de suas atribuições poderão, ainda as comissões

especiais de inquérito, por intermédio de seu Presidente:

I - determinar as diligências que reputarem necessárias;

II - requerer a convocação de Secretário Municipal;

III - tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV - proceder a verificação contábil em livros, papéis e documentos dos órgãos da administração direta e indireta.

§ 3º - Durante o recesso haverá uma comissão representativa da Câmara, cuja organização reproduzirá, quando possível, a proporcionalidade da representação partidária, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no Regimento.

SEÇÃO VII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 63 - O processo legislativo compreende:

I - emenda à Lei Orgânica do Município;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - decretos legislativos;

VI - resoluções.

SUBSEÇÃO II

DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

Art. 64 - A Lei Orgânica do Município será emendada por proposta:

I - do Prefeito;

II - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

III - da mesa diretora. (Inciso incluído pela Emenda Aprovada em 20/10/2014).

§ 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos, com interstício de 10 dias, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

§ 2º - A emenda aprovada nos termos deste artigo será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com respectivo número de ordem.

§ 3º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada, ou havida prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta da mesma sessão legislativa.

SUBSEÇÃO III

DAS LEIS

Art. 65 - As leis complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único:- São leis complementares as concernentes às seguintes matérias:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras ou de Edificações;

III - Estatuto dos Servidores Municipais;

IV - Estrutura Administrativa do Município;

V - Plano Diretor do Município;

VI - Zoneamento urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo.

Art. 66 - As leis ordinárias exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Art. 67 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento.

§ 2º A delegação do Prefeito terá forma de resolução da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 68 - A votação e a discussão da matéria constante da ordem do dia só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único: A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes a esta sessão, ressalvados casos previstos nesta lei.

Art. 69 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara, e aos cidadãos, observando o disposto nesta lei.

Art. 70 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou indireta;

II - fixação ou aumento de remuneração dos servidores;

III - regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

IV - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

V - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 71 - É de competência exclusiva da Câmara a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

Art. 71 - É de competência exclusiva da Câmara matérias que disponham sobre: (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos de seus serviços;

II - fixação e aumento de remuneração de seus servidores;

III - organização e funcionamento dos seus serviços.

IV - a fixação dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais.

IV - a fixação, por lei, dos subsídios do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários, do presidente da Câmara e dos vereadores. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

Art. 72 - Não será admitida emenda que implique no aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvado o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 166 da Constituição Federal;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 73 - A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.

§ 1º - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para seu recebimento, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.

§ 2º - A tramitação de projetos de lei de iniciativa popular obedecerá as normas relativas ao processo legislativo estabelecidas nesta lei.

Art. 74 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de

projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de quarenta e cinco dias.

§ 1º - Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no "caput" deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, com exceção do disposto no parágrafo 4º do artigo 76.

§ 2º - O prazo referido neste artigo não ocorre nos períodos de recesso da Câmara e não se aplica aos projetos de codificação.

Art. 75 - O projeto aprovado será no prazo de cinco dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito Municipal, que concordando, o sancionará e promulgará, no prazo de quinze (15) dias úteis.

Parágrafo único:- Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

Parágrafo único: Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do prefeito municipal importará em sanção tácita observado o disposto no § 6º do art. 76. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

Art. 76 - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 1º - O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º - As razões aduzidas no veto serão apreciadas no prazo de trinta dias, contados do seu recebimento, em uma única discussão.

§ 3º - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação em escrutínio secreto.

§ 3º - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos vereadores, realizada através de votação nominal." (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 20/10/2014).

§ 4º - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no parágrafo 2º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que tratam o parágrafo 1º do artigo 74.

§ 5º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito em quarenta e oito horas, para a promulgação.

§ 6º - Se o Prefeito não promulgar a lei em quarenta e oito horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição de veto, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual prazo fazê-lo.

§ 7º - A lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 8º - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo Presidente, com o mesmo número de lei original, observado o prazo estipulado no parágrafo 6º.

§ 9º - O prazo previsto no parágrafo 2º, corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 10 - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11 - Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 77 - A matéria constante do projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir o objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 77 - A matéria constante do projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante deliberação do recebimento pela maioria absoluta dos membros da Câmara. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 20/10/2014).

Parágrafo único:- O disposto neste artigo não se aplica aos Projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos à

deliberação da Câmara.

Parágrafo único: Revogado pela Emenda Aprovada em 20/10/2014).

SUBSEÇÃO IV DOS DECRETOS LEGISLATIVOS

Art. 78 - O projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria de competência exclusiva da Câmara, que produza efeitos externos, não dependendo, porém, de sanção do Prefeito.

Parágrafo único:- O decreto legislativo aprovado pelo Plenário em um só turno de votação será promulgado pelo Presidente da Câmara.

SUBSEÇÃO V DAS RESOLUÇÕES

Art. 79 - O projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, e não depende de sanção do Prefeito.

Parágrafo único:- O projeto de resolução aprovado pelo Plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

SEÇÃO VIII DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

Art. 80 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

Parágrafo único:- Prestará contas, nos termos e prazos de lei, qualquer pessoa física ou entidade jurídica de direito público ou privado que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em seu nome assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 81 - O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com auxílio do tribunal de contas do Estado, ao qual compete:

I - emitir parecer prévio sobre as contas que o Prefeito Municipal deve prestar anualmente, incluídas nestas as da Câmara Municipal, até o último dia de exercício financeiro em que foram prestadas;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, e as contas daqueles que deram causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações de aposentadoria, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alteram o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, especialmente quando forem requeridas pela Câmara Municipal ou por iniciativa de comissão técnica ou de inquérito, nas unidades administrativas dos poderes Legislativo e Executivo e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos recebidos do Estado e seus órgãos da administração direta e indireta, decorrentes de convênio, de acordo, ajuste, auxílio e contribuições, ou outros atos análogos;

VI - prestar dentro de trinta dias as informações solicitadas pela Câmara Municipal ou pela comissão técnica referida no artigo 136,

parágrafo 1º, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre o andamento e resultado de auditorias e inspeções realizadas;

VII - aplicar aos responsáveis, em casos de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, que estabelecerá entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário público;

VIII - assinar prazo para que o órgão ou entidades adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade ou irregularidade;

IX - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Municipal;

X - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - O Prefeito remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, até trinta e um de março do exercício seguinte, as contas do Município, incluídas nestas as da Câmara, as quais ser-lhe-ão entregues até o último dia útil do mês de fevereiro.

§ 2º - O parecer prévio a ser emitido pelo tribunal de contas do estado, consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício e a execução do orçamento, e concluirá pela aprovação ou não das contas, indicando, se for o caso, as parcelas impugnadas.

§ 3º - As decisões do Tribunal de Contas do Estado de que resulte imputação de multa terão eficácia de título executivo.

Art. 82 - A comissão permanente a que se refere o artigo 136, parágrafo 1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou subsídios não aprovados, poderá solicitar a autoridade responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - Não prestados os esclarecimentos ou julgados insuficientes, a comissão solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria no prazo de trinta dias.

§ 2º - Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão ao tesouro do Município, determinará a sua sustentação.

§ 2º - Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão ao tesouro do Município, determinará a sua sustação.” (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 20/10/2014).

Art. 83 - Para o exercício da auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional; e patrimonial, os órgãos da administração direta e indireta municipal deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos e prazos estabelecidos, balancetes mensais, balanços anuais e demais demonstrativos e documentos que forem solicitados.

Art. 84 - O Tribunal de Contas do Estado, para emitir parecer prévio sobre as contas anuais que o Prefeito deve prestar, poderá requisitar documentos, determinar inspeções e auditorias e ordenar diligências que se fizerem necessárias a correção de erros, irregularidades, abusos e ilegalidades.

Art. 85 - No exercício do controle externo, caberá à Câmara Municipal:

I - julgar as contas anuais prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução do plano do governo;

II - fiscalizar e controlar os atos do poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

III - realizar, por delegados de sua confiança, inspeções sobre quaisquer documentos de gestão da administração direta e indireta municipal, bem como a conferência dos saldos e valores declarados como existentes ou disponíveis em balancetes e balanços;

IV - representar às autoridades competentes para apuração de responsabilidades e punição dos responsáveis por ilegalidade ou irregularidades praticadas, que caracterizem corrupção, descumprimento de normas legais ou que acarretem prejuízo ao patrimônio municipal.

§ 1º - O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais que o Prefeito deve prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A Câmara Municipal remeterá ao Tribunal de Contas do Estado cópias do ato de julgamento das contas do Prefeito.

§ 3º - As contas anuais do Município ficarão na Câmara Municipal, a partir de trinta e um de março do exercício subsequente, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte para o exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade.

§ 4º - A Câmara Municipal julgará as contas independentemente do parecer prévio do Tribunal de Contas caso este não o emita até o último dia do exercício financeiro em que forem prestadas.

§ 4º - A Câmara Municipal julgará as contas do Executivo mediante parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.” (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 20/10/2014).

Art. 86 - A Câmara Municipal na deliberação sobre as contas do Prefeito, deverá observar os preceitos seguintes:

I - julgamento das contas do Prefeito, incluídas as da Câmara Municipal, far-se-á em até setenta e cinco dias, contados da data da sessão em que for procedida a leitura do parecer do Tribunal de Contas do Estado;

I - julgamento das contas do Prefeito, far-se-á em até setenta e cinco dias, contados da data da sessão em que for procedida a leitura do parecer do Tribunal de Contas do Estado; (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014).

II - recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado o Presidente da Câmara Municipal procederá a leitura, em Plenário, até a terceira reunião ordinária subsequente.

II - recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado o Presidente da Câmara Municipal procederá a leitura, em Plenário, na primeira sessão ordinária após o recebimento. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014).

III - decorrido o prazo de setenta e cinco dias sem deliberação as contas serão incluídas na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto os demais assuntos, para que se proceda a votação;

IV - rejeitadas as contas, deverá o Presidente da Câmara Municipal, no prazo de trinta dias, remetê-las ao Ministério Público, para os devidos fins;

V - na apreciação das contas, a Câmara Municipal poderá, em deliberação por maioria simples, converter o processo em diligência ao Prefeito do exercício correspondente, abrindo vistas pelo prazo de trinta dias, para que sejam prestados os esclarecimentos julgados convenientes;

VI - a Câmara Municipal poderá, antes do julgamento das contas em deliberação por maioria simples, de posse dos esclarecimentos prestados pelo Prefeito, ou à vista de fatos novos que evidenciem indícios de irregularidade, devolver o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para reexame, e novo parecer;

VII - recebido o segundo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal deverá julgar definitivamente as contas, no prazo estabelecido no inciso I;

VIII - o prazo a que se refere o inciso I interrompe-se durante o recesso da Câmara Municipal e suspende-se quando o processo sobre as contas for devolvido ao Tribunal de Contas do Estado para reexame e nove parecer.

Art. 87 - O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto a eficácia e a eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo do exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, ou ilegalidade dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado e a Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Câmara Municipal.

Art. 88 - O controle interno, a ser exercido pela administração direta e indireta municipal, deve abranger:

I - o acompanhamento da execução do orçamento municipal e dos contratos e atos jurídicos análogos;

II - a verificação da regularidade e contabilização dos atos que resultem na arrecadação de receitas e na realização de despesas;

III - a verificação da regularidade e contabilização de outros atos que resultem no nascimento ou extinção de direitos ou obrigações;

IV - a verificação e registros da fidelidade funcional dos agentes da administração e de responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 89 - As contas da administração direta e indireta municipal serão submetidas ao sistema de controle externo, mediante encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, nos prazos seguintes:

I - até trinta e um de janeiro, as leis estabelecendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual em vigor;

II - até trinta dias subsequentes ao mês anterior, o Balancete Mensal;

III - até o dia trinta e um de março do exercício seguinte, o Balanço Anual.

Parágrafo único:- Os balancetes a serem remetidos à Câmara Municipal, no prazo do inciso II, serão acompanhados dos respectivos empenhos e do decreto de alterações do orçamento.

Art. 90 - A Câmara Municipal, em deliberação por dois terços dos seus membros, ou o Tribunal de Contas do Estado, poderá representar ao Governo do Estado, solicitando intervenção no Município, quando:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por um ano, a dívida fundada, exceto quando o credor não exigir o pagamento;

II - não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PREFEITO

Art. 91 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários.

Art. 92 - O Prefeito é eleito simultaneamente com o Vice-Prefeito e os Vereadores, por eleição direta em sufrágio universal e secreto, até noventa dias antes do término do mandato de seu antecessor, dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício de seus direitos políticos.

Art. 92 “A” – No ano de encerramento do mandato, será nomeado Comissão de Transição de Mandato, com o objetivo de inteirar-se sobre a situação das contas da administração pública, as dívidas assumidas, os projetos em andamento, o estágio das obras públicas em implementação, entre outros temas relevantes e iniciará seus trabalhos no dia 01 de novembro do mesmo ano. (Incluído através da Emenda Aprovada em 21/12/2009).

Parágrafo único: A Comissão de Transição de Mandato será composta por 03 (três) pessoas designadas pelo candidato eleito e terá

livre acesso a todos os setores da prefeitura. (Incluído através da Emenda Aprovada em 21/12/2009).

Art. 93 - O Prefeito tomará posse em sessão solene da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, prestando o compromisso de manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e a do Estado, a Lei Orgânica do Município e observar as leis, promover o bem estar geral e desempenhar o seu cargo honrado, leal e patrioticamente.

§ 1º - Se, decorrido dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de forma maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

§ 3º - No ato da posse e ao término do mandato; o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio.

§ 4º - O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando a lei o exigir, deverão desincompatibilizar-se, no ato da posse.

Art. 94 - O Prefeito não poderá, desde a posse, e enquanto durar o mandato, sob pena de perda deste;

I - firmar ou manter contrato com o Município, com autarquia, empresa pública municipal, sociedade de economia mista de que participe o Município ou com empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissível, "ad nutum" nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

III - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades já referidas;

V - ser proprietário, controlador ou diretor de empresas que goze de favor, concessão ou privilégio, decorrente de contrato com qualquer das entidades a que se refere o inciso I, nem exercer na empresa qualquer função ou atividade remunerada;

V - constituir-se fornecedor ou credor de qualquer das entidades referidas no inciso I ou em seu devedor a qualquer título. Estende-se a proibição de ser fornecedor ou credor a seu cônjuge e aos demais parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau inclusive;

VI - celebrar contrato oneroso, através de dispensa ou inexigibilidade de licitação, com pessoa jurídica em que figurem como sócios: cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/08/2007)

VI - fixar residência fora do Município;

VII - ausentar-se do Município, ou afastar-se do cargo, por mais de dez dias, sem licença da Câmara.

Art. 95 - Será de quatro anos o mandato do Prefeito e Vice-Prefeito, a iniciar-se no dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Art. 96 - O Prefeito poderá ser candidato ao mesmo cargo, observado o disposto na Constituição Federal;

Art. 97 - Para concorrer ao mesmo cargo ou a outro, o Prefeito e o Vice-Prefeito, deverão observar o disposto na Constituição Federal e Legislação Eleitoral própria;

Art. 98 - A remuneração do Prefeito Municipal, será fixada através de lei, observadas as regras estabelecidas no § 4º do Art. 39 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

Art. 99 - Revogado.

Art. 100 - Revogado.

Art. 101 - A extinção ou a cassação do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidades do Prefeito ou seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal.

Art. 102 - Será concedido aos dependentes do Prefeito em caso de invalidez permanente, ou de morte durante o exercício de seu cargo, o valor do subsídio até que se expire o mandato.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 103 - Ao Prefeito compete privativamente:

I - nomear e exonerar os Secretários Municipais;

II - exercer, com o auxílio dos secretários municipais, a direção superior da administração municipal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV - representar o Município, em juízo ou fora dele, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, na forma estabelecida em lei especial;

V - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para sua fiel execução;

VI - vetar, no todo ou em parte, projeto de lei;

VII - decretar desapropriação e instituir servidores administrativos;

VIII - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

IX - permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros;

X - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;

XI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

XII - prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

XIII - remeter mensagens e plano de governo à Câmara, por ocasião da abertura das providências que julgar necessárias;

XIV - enviar à Câmara o projeto de lei do orçamento anual das diretrizes orçamentárias e do orçamento plurianual, nos prazos definidos em lei;

XIV - enviar à Câmara o projeto de lei do orçamento anual das diretrizes orçamentárias e do orçamento plurianual, nos prazos estabelecidos no art. 134; (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

XV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia trinta e um de março de cada ano, a sua prestação de contas e da Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;

XVI - encaminhar à Câmara o balancete mensal acompanhado dos respectivos empenhos, até trinta dias subsequente ao mês anterior;

XVII - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XVIII - fazer publicar os atos oficiais;

XIX - prestar à Câmara, dentro de dez dias, prorrogáveis por igual período, as informações solicitadas na forma regimental;

XIX - prestar à Câmara, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas na forma regimental; (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009)

XX - superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pelo Câmara;

XXI - colocar à disposição da Câmara, dentro de dez dias de sua requisição, as quantias que devem ser despedidas de uma só vez, e, até o dia vinte de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;

XXII - aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como relevá-las quando impostas irregularmente;
XXIII - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;
XXIV - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, os logradouros públicos;
XXV - dar denominação a próprios municipais e logradouros públicos;
XXVI - aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;
XXVII - solicitar o auxílio da Polícia do Estado para garantia de cumprimento de seus atos;
XXVIII - convocar e presidir o Conselho do Município;
XXIX - decretar o estado de emergência quando for necessário preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos do Município, a ordem pública ou a paz social;
XXX - elaborar o Plano Diretor;
XXXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;
XXXII - celebrar com a União, Estado e outros Município, convênios e ajustes "ad referendum" da Câmara;
XXXIII - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.
Parágrafo único:- O Prefeito poderá delegar por decreto aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva.

Art. 104 - Uma vez em cada sessão legislativa, o Prefeito poderá submeter a Câmara Municipal medidas legislativas que considere programáticas e de relevante interesse municipal.

SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 105 - São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito que atenderem contra esta Lei Orgânica e os previstos na lei federal.

Art. 105 - São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito que atentarem contra esta Lei Orgânica e os previstos na lei federal. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014)
Parágrafo único: Quando acusado de crime de responsabilidade o Prefeito será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 106 - São infrações político-administrativas do Prefeito sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal e sancionada com a cassação do mandato:

- I - impedir o funcionamento regular da Câmara;
- II - impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria regularmente instituída;
- III - desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitas a tempo e em forma regular;
- IV - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;
- V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, em forma regular, a proposta orçamentária, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;
- VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;
- VII - praticar, contra expressa disposição da lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;
- VIII - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesse do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;
- IX - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei;
- X - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decore do cargo.

Art. 107 - O processo de cassação do mandato do Prefeito, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá o rito estabelecido

do Regimento Interno e na Lei Federal.

Art. 108 - O Prefeito perderá o mandato por extinção, cassação ou condenação, por crime de responsabilidade, na forma e condições estabelecidas em lei federal.

Parágrafo único:- A extinção do mandato, que independerá de deliberação da Câmara Municipal, se tornará efetiva com a declaração pelo Presidente, registrando-se em ata.

Art. 109 - A suspensão do mandato do prefeito, poderá ocorrer por ordem judicial e de conformidade com a legislação federal, e ainda, quando ocorrer intervenção no Município.

SEÇÃO IV DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 110 - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Prefeito.

Art. 111 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou na vacância dos respectivos cargos, assumirá o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 112 - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleições noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos de mandato, a eleição para ambos os cargos será feita pela Câmara Municipal, trinta dias depois da última vaga, por voto secreto e maioria absoluta.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos de mandato, a eleição para ambos os cargos será feita pela Câmara Municipal, trinta dias depois da última vaga, por voto nominal de dois terços do total dos vereadores." (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014)

§ 2º - Em qualquer dos casos os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 113 - O Prefeito poderá licenciar-se:

I - quando a serviço ou em missão de representação do Município, devendo enviar à Câmara Municipal relatório circunstanciado dos resultados de sua viagem;

II - quando impossibilitado do exercício do cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

III - para gozo de férias, em período continuado não superior a trinta dias por ano.

Parágrafo único:- Nos casos deste artigo, o Prefeito licenciado terá direito ao subsídio.

Art. 114 - O substituto quando no exercício do cargo de Prefeito perceberá a remuneração a este atribuída.

SEÇÃO V DO VICE-PREFEITO

Art. 115 - O Vice-Prefeito, eleito simultaneamente como o Prefeito, sujeito às mesmas condições de elegibilidade, exerce o mandato, como expectante, de direito.

§ 1º - Prestará compromisso juntamente com o Prefeito e com ele tomará posse.

§ 2º - Substituirá no caso de impedimento, e suceder-lhe-á no caso de vaga.

§ 3º - A substituição far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio assinado no gabinete do Prefeito, dando-se imediata ciência a Câmara Municipal.

§ 4º - A reassunção do cargo pelo Prefeito independe de qualquer formalidade.

Art. 116 - Quanto a incompatibilidade, o Vice-Prefeito:

I - quando no exercício do cargo do Prefeito submete-se às mesmas

incompatibilidades, na forma e condições estabelecidas;

II - fora do exercício do cargo de Prefeito, salvo a hipótese do parágrafo único deste artigo, sujeita-se as incompatibilidades estabelecidas no artigo 94 menos as previstas nos itens II e VII.

Parágrafo único:- Independentemente do disposto neste artigo, ao Vice-Prefeito além da substituição podem ser definidos outros encargos, como seguem:

I - manter e dirigir o seu gabinete, aplicando as respectivas dotações orçamentárias;

II - desempenhar, a convite do Prefeito missões especiais, protocolares ou administrativas;

III - exercer em comissão funções administrativas, não podendo haver cumulação de subsídio com remuneração.

Art. 117 - A remuneração do Vice-Prefeito, será fixada através de lei, observadas as regras estabelecidas no art. § 4º do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

Art. 117 A remuneração do Vice-Prefeito, será fixada através de lei, observadas as regras estabelecidas no § 4º do art. 39 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/98. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014)

Art. 118 - O Vice-Prefeito não poderá recuar-se a substituir o Prefeito, salvo para não incidir em ineligibilidade, sob pena de extinção do respectivo mandato.

Art. 118 - O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, salvo para não incidir em ineligibilidade, sob pena de extinção do respectivo mandato. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014)

SEÇÃO VI DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 119 - Os Secretários Municipais serão escolhidos dentre brasileiros maiores de dezoito anos, residentes no Município, e no exercício dos direitos políticos.

Art. 120 - A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias.

Art. 121 - Compete ao Secretário Municipal, além das atribuições que esta Lei Orgânica e as leis estabelecerem:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos entidades da administração municipal, na área de sua competência;

II - referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito, pertinentes a sua área de competência;

III - apresentar ao Prefeito e a Câmara Municipal de Vereadores relatório anual dos serviços realizados na Secretaria;

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

V - expedir instruções para execução das leis, regulamentos e decretos;

VI - comparecer à Câmara Municipal sempre que convocados pela norma a prestarem esclarecimentos oficiais.

Parágrafo único:- A não observâncias dos incisos III e VI acarretam penalidades previstas em lei.

Art. 122 - A competência dos Secretários Municipais abrangerá todo o território do Município, nos assuntos pertinentes às respectivas secretarias.

Art. 123 - Os Secretários serão nomeados, farão declaração pública de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo e terão os mesmos impedimentos dos Vereadores e do Prefeito, enquanto nele permanecer.

Art. 124 - Os Secretários Municipais ou equivalentes são solidariamente responsáveis como o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

SEÇÃO VII DO CONSELHO DO MUNICÍPIO

Art. 125 - O Conselho do Município é o órgão superior de consulta do Prefeito e dele participam:

I - o Prefeito, que preside;

II - O Vice-Prefeito;

III - O Ex-Prefeito;

IV - O Presidente da Câmara Municipal;

IV - Revogado (Por força da Emenda Aprovada em 27/10/2014)

V - os líderes das bancadas dos partidos políticos representados na Câmara Municipal;

V - Revogado (Por força da Emenda Aprovada em 27/10/2014)

VI - seis cidadãos com mais de vinte um anos de idades, sendo três nomeados pelo Prefeito e três eleitos pela Câmara Municipal, todos com mandato de dois anos;

VI - três cidadãos com mais de vinte um anos de idades, nomeados pelo Prefeito, para um mandato de dois anos;" (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014)

VII - três membros indicados por associações representativas de bairros, também com mandato de dois anos;

VIII - os dois suplentes de Vereadores mais votados.

Art. 126 - Compete ao Conselho do Município pronunciar-se sobre questões de relevante interesse para o Município.

Art. 127 - O Conselho do município, reunir-se-á no mínimo uma vez por trimestre, e sempre que for convocado pelo Prefeito, quando este o entender necessário.

Parágrafo único:- O Prefeito poderá convocar o Secretário Municipal para participar da reunião do Conselho.

TÍTULO IV DAS FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 128 - A Legislação Municipal sobre finanças públicas observará as normas g

erais de direito financeiro, fixado pela União e pelo Estado.

§ 1º - Ressalvadas as de antecipado e recitas, nenhuma operação de crédito poderá ser contratada pelo Município e seus órgãos da administração direta, autarquia ou fundacional, sem prévia e específica autorização legislativa.

§ 2º - A lei que autorizar operações de crédito, cuja liquidação ultrapasse o exercício financeiro deverá dispor sobre os valores que devem ser incluídos nos orçamentos anuais, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate, durante o prazo para a sua liquidação.

§ 3º - Na administração da dívida pública, o Município observará a competência do Senado Federal para:

I - autorizar operações externas da natureza financeira;

II - fixar limites globais para o montante da dívida consolidada;

III - dispor sobre limites globais e condições para operações de crédito externo e interno.

Art. 129 - As disponibilidades de caixa do município, de suas autarquias, fundações e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais e somente através delas poderão ser aplicados.

Parágrafo único:- A lei, quando o interesse público recomendar poderá executar depósitos e aplicações dessa obrigatoriedade.

Parágrafo único: Quando a lei autorizar e o interesse público recomendar poderá executar depósitos e aplicações. (Nova redação

atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014)

Art. 130 - As dívidas do Município e dos seus órgãos e entidades da administração direta, quando inadimplidas, independentemente de sua natureza, serão atualizadas monetariamente, a partir do dia de seu vencimento até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para corrigir as obrigações tributárias.

Parágrafo único:- As disposições deste artigo, não se aplicam às operações de crédito contratadas com instituições financeiras.

Art. 131 - As despesas com pessoal ativo e inativo do Município, inclusive encargos sociais, não poderá exceder o limite de 60% (sessenta por cento) das suas receitas correntes.

Parágrafo único:- A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e os acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 132 - O Poder Executivo publicará, até o último dia de mês subsequente, relatório resumido da execução orçamentária mensal, evidenciado as fontes dos recursos e a destinação dos mesmos.

CATÍTULO II DOS ORÇAMENTOS

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma setorizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentária:

I - detalhará as metas e as prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;

II - orientará a elaboração da lei orçamentária anual;

III - disporá sobre alterações na legislação tributária.

§ 3º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município;

II - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, com direito a voto.

§ 4º - A lei orçamentária anual não conterà matéria estranha a previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para:

I - abertura de créditos suplementares, até o limite de um terço do montante das respectivas dotações orçamentárias;

II - a contratação de operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 5º - Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

Art. 134 - Lei Complementar, respeitada a Lei Complementar Federal disporá sobre:

Art. 134 - Os prazos para encaminhamento dos projetos que trata o artigo 133 serão os seguintes: (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

I - o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e

organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

I - Plano Plurianual: (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

a) Encaminhamento para a Câmara Municipal de Vereadores até o dia 30 de junho da primeira sessão legislativa. (Incluída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

b) A Câmara devolverá o projeto para sanção até o dia 15 de dezembro da primeira sessão legislativa. (Incluída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

II - as normas de gestão financeira patrimonial da administração direta e indireta, bem como as condições para a instituição e funcionamento de fundos.

II - Projeto das Diretrizes Orçamentárias: (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

a) Encaminhamento para Câmara Municipal de Vereadores até o dia 30 de agosto de cada ano. (Incluída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

b) A Câmara devolverá o projeto para sanção até o dia 15 de dezembro. (Incluída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

III - Projeto de Lei do Orçamento Anual: (Incluída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

a) Encaminhamento pra Câmara Municipal de Vereadores até o dia 30 de outubro de cada ano. (Incluída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

b) A Câmara devolverá o projeto para sanção até o dia 15 de dezembro. (Incluída pela Emenda Aprovada em 21/12/2009).

Art. 135 - Os projetos de lei no plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal nos termos e prazos estabelecidos na lei complementar prevista no artigo 134.

"Art. 135. Os projetos do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, obedecerão os seguintes prazos: (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014).

I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, será encaminhado para a Câmara de Vereadores até o dia 31 de agosto e devolvido para sanção até o dia 31 de dezembro; (Incluída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014).

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até 30 de abril e devolvido para sanção até o dia 30 de junho; (Incluída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014).

III - o projeto de lei orçamentária do Município será encaminhado 31 de agosto e devolvido para sanção até o dia 31 de dezembro. (Incluída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014).

Parágrafo único: Não enviados no prazo legal, a comissão técnica de que trata o artigo 136, parágrafo 1º, elaborará nos trinta dias seguintes, os projetos à proposta de que trata este artigo.

Art. 136 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e a créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de Regimento Interno, obedecendo o disposto neste artigo.

§ 1º - Caberá a uma comissão técnica permanente:

§ 1º - Caberá à comissão finanças e orçamento: (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014).

I - examinar e emitir parecer sobre esses projetos e sobre as contas anualmente apresentadas pelo Prefeito;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, distritais, de bairros e setoriais previstos nesta Lei Orgânica;

III - exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais comissões técnicas;

§ 2º - As emendas só serão apresentadas na comissão, que sobre elas emitirá parecer para posterior apreciação do plenário.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos de créditos adicionais somente poderão ser acolhidos caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de

diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos somente os provenientes de anulação de despesas, excluídas as relativas:

- a) à dotação para pessoal e seus cargos;
- b) ao serviço da dívida;

III - sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões, ou com dispositivos do texto do projeto de lei;

§ 4º - As emendas do projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Poder Executivo poderá mandar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação na comissão técnica, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 137 - É vedado:

I - iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - realizar despesas ou assumir obrigações diretas que excedem os créditos orçamentários ou adicionais;

III - iniciar investimento, cuja execução ultrapasse o exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão;

IV - vincular receitas de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelecimento na Constituição Federal, e a prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita;

V - realizar operações de crédito que excedam o montante das de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

VI - abrir crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondente;

VII - transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de promoção para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VIII - utilizar, sem autorização legislativa específica do orçamento fiscal para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - instituir fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X - conceder ou utilizar créditos ilimitados.

§ 1º - Os créditos especiais extraordinários, terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º - A abertura de créditos extraordinários, somente será admitida para atender à despesas imprevisíveis e urgentes.

Art. 138 - Os recursos correspondentes à dotações orçamentárias, inclusive créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, lhe serão entregues em duodécimo até o dia vinte de cada mês.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 139 - O Sistema Tributário Municipal obedecerá as disposições da Lei Complementar prevista no artigo 146 da Constituição

Federal:

I - sobre conflito de competência;

II - sobre a regulamentação às limitações constitucionais do poder de tributar;

III - as normas gerais sobre:

a) definição de tributos e suas espécies, bem como fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

b) obrigação, lançamentos, crédito, prescrição e decadência tributária;

c) adequado tratamento tributário do ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas;

§ 1º A função social dos tributos constitui princípio a ser observado na legislação que sobre ela dispuser.

§ 2º - Os prazos e recolhimento dos tributos serão fixados por lei.

§ 3º - A lei poderá determinar a atualização monetária dos tributos, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo pagamento.

Art. 140 - O Município poderá celebrar convênios com a união, estado ou com outros Municípios para fiscalizar e arrecadar os tributos de sua competência.

SEÇÃO II

DAS LIMITAÇÕES DO PODER TRIBUTAR

Art. 141 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça;

II - estabelecer tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributo:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituir ou aumentar;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público Municipal;

VI - instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônios, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

VII - estabelecer diferenças tributárias entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

VIII - instituir taxas sobre:

a) as petições encaminhadas ao Poder Municipal em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso do Poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas municipais, para defesa e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

§ 1º - A redação do inciso VI "a" é extensivo e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, a renda e aos serviços vinculados à sua finalidade essenciais ou às datas decorrentes.

§ 2º - As redações do inciso IV "a" e a do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou que haja contraprestação de pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o primeiro comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel.

§ 2º - As redações do inciso VI "a" e a do parágrafo anterior não

se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou que haja contraprestação de pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o primeiro comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel.” (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014)

§ 3º - As redações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c” compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades mencionadas.

§ 4º - Qualquer anistia, remissão ou isenção de tributo, só poderá ser concedida mediante lei específica aprovada com o voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

SEÇÃO III DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 142 - Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;

II - imposto sobre a transmissão “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito e sua aquisição;

III - imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel e gás de cozinha;

IV - imposto sobre serviços de qualquer natureza não incluídos no artigo 155, I, b, da Constituição Federal, definidos em Lei Complementar Federal;

IV - imposto sobre serviços de qualquer natureza não incluídos no artigo 155, IX, b, da Constituição Federal, definidos em Lei Complementar Federal; (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014)

V - taxas:

a) em razão do exercício do poder de polícia;

b) pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VI - contribuição de melhorias de obras públicas;

VII - contribuição cobrada de seus servidores, para custeio de sistema de previdência e assistência social.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I, será progressivo, na forma a ser estabelecida em lei, de modo a assegurar o cumprimento da função social da prioridade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

a) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens e direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

b) incide sobre imóveis situados na área territorial do Município.

§ 3º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos, e também, não poderão ser cobradas em valor superior ao custo de seus fatos geradores.

VIII - O município poderá instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública. (Nova redação atribuída pela Emenda Aprovada em 27/10/2014)

CAPÍTULO IV DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 143 - Pertence ao Município:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações por ele instituídas e mantidas;

II - cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto

da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no território do Município;

III - cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do Município;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre as operações relativas de serviços e transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, realizada no território do Município.

§ 1º - As parcelas da receita pertencente ao Município mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme o seguinte critério:

a) Três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seu território;

b) Até um quarto, de acordo com o que dispuser a lei estadual;

§ 2º - Para fins do disposto no parágrafo 1º, “a” deste artigo, a definição do valor adicionado cabe a Lei Complementar Federal.

Art. 144 - Pertence ao Município, vinte e dois inteiros e cinco décimos do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados que constituem o Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo único:- As normas de entrega desses recursos são estabelecidas em Lei Complementar Federal.

Art. 145 - Pertence ao Município setenta por cento do montante relativo ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativo a títulos ou valores imobiliários que venham a incidir sobre ouro originário do Município.

Art. 146 - Pertence, também ao Município vinte e cinco por cento dos recursos que a União entregar ao estado, a título de participação no imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente as respectivas exportações de produtos industrializados, distribuídos segundo os critérios de distribuição do ICMS.

Art. 147 - O Município participará no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos naturais em seu território, nos termos definidos em Lei Federal.

Art. 148 - O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e dos recursos recebidos.

TÍTULO V DA ORDEM ECONÔMICA

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 149 - A ordem econômica do Município de Catanduvas, obedecidos os princípios da Constituição Federal fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Art. 150 - Para incrementar o desenvolvimento econômico o Município tomará, entre, outras, as seguintes providências:

I - apoio e estímulo ao cooperativismo e outras formas associativas;

II - estímulo a produtividade agrícola e pecuária, mediante a disseminação de técnicas adequadas;

III - apoio e estímulo ao desenvolvimento industrial, com preferência para as não poluentes;

IV - tratamento diferenciado às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos produtores rurais que trabalham em regime de economia familiar, assim definidas em lei, visando a apoiá-los mediante:

a) simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias;

b) criação de programas específicos;

c) redução escalonada ou eliminação de tributos, através de lei específica.

Art. 151 - Ao Município incumbe a prestação de serviços públicos de sua competência, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão.

Parágrafo único:- A execução desses serviços será regulada em lei complementar que assegurará:

I - a existência de licitação;

II - definição do caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos dos usuários;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter serviço adequado.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SEÇÃO I

DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 152 - A política de desenvolvimento urbano, executado pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e seus bairros, dos aglomerados urbanos e povoados, e garantir o bem estar se seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal, de implantação e observância obrigatória, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana, podendo ser elaborada em etapas sucessivas e parciais respeitada a unidade e integração das partes.

§ 2º - A propriedade cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação urbana expressas no Plano Diretor.

§ 3º - Os imóveis urbanos desapropriados pelo Município serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo casos do inciso III, do parágrafo seguinte.

§ 4º - O proprietário do solo urbano incluído no Plano Diretor, com área não edificada ou não utilizada nos termos da Lei Federal, deverá promover seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente de :

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante título da dívida municipal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais iguais e sucessivas, assegurado o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 153 - No estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o município assegurará:

I - política de uso e de ocupação do solo que garanta:

a) controle de expansão urbana;

b) controle dos vazios urbanos;

c) proteção e recuperação do ambiente cultural;

d) manutenção de características do ambiente natural.

II - criação de áreas de especial interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública;

III - participação de entidades técnicas comunitárias e representativas de classe na elaboração de soluções para problemas urbanos;

IV - eliminação de obstáculos arquitetônicos às áreas ocupadas por população de baixa renda.

V - projeto "padrão" de engenharia para habitações de até 70 m², fornecidos às populações de baixa renda, gratuitamente.

Art. 154 - A legislação de política de desenvolvimento urbano compreenderá:

I - Plano diretor do uso do solo;

II - Plano de transporte urbanos;

III - Lei de parcelamento do solo;

IV - Código de obras e de edificações;

V - Código de posturas.

SEÇÃO II

DA POLÍTICA HABITACIONAL

Art. 155 - A política habitacional, à forma da legislação federal, atenderá as diretrizes dos planos de desenvolvimento para garantir, gradativamente, habitação a todas as famílias.

Parágrafo único:- Terão tratamento prioritário as famílias de baixa renda e os problemas de sub-habitação dando ênfase a programa de loteamentos urbanísticos.

Art. 156 - Na elaboração de seus planos plurianuais e orçamentos anuais, o Município estabelecerá as metas e prioridades e fixará as dotações necessárias à efetividade e eficácia da política habitacional.

SEÇÃO III

DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 157 - A política de desenvolvimento rural será planejada, executada e avaliada na forma que dispuser o Plano de Desenvolvimento Rural aprovado pela Câmara Municipal, para cada quadriênio com a participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais, técnicos e profissionais da área e dos setores de comercialização, armazenamento e transporte, levando em conta especialmente:

I - as condições de produção, comercialização e armazenagem, prestigiada a comercialização direta entre produtor e consumidor;

II - a utilização e desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades;

III - a habitação, educação e saúde para o produtor rural;

IV - a garantia de vias de acesso para escoamento da produção;

V - a execução de programas de recuperação e conservação do solo, reforestamento dos recursos naturais;

VI - as microbacias hidrográficas constituirão nas unidades básicas de planejamento de uso, conservação e recuperação dos recursos naturais;

VII - a proteção do meio ambiente;

VIII - o incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e ao sindicalismo;

IX - a prestação de serviços públicos e fornecimento de insumos, a preços diferenciados para a pequena propriedade rural;

X - a assistência técnica e extensão rural, em articulação com órgãos estaduais e federais;

XI - a infra-estrutura física e social do setor rural.

SEÇÃO IV

DO TURISMO

Art. 158 - O Município promoverá e incentivará o turismo como fonte de desenvolvimento social e econômico.

SEÇÃO V

DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 159 - O Município promoverá, no âmbito de sua competência, a defesa do consumidor.

§ 1º :- As ações para a execução da política de defesa do consumidor, definidas com participação dos segmentos organizados da sociedade, serão desenvolvidas:

I - pela Comissão Municipal de Defesa do Consumidor cuja constituição e funcionamento serão regulados por lei;

II - pelo serviço Municipal de Defesa e Proteção do Consumidor que será instalado e funcionará junto à Prefeitura Municipal.

§ 2º - A Administração municipal terá o prazo até 31 de dezembro de 2000, para implementar a Comissão Municipal de Defesa do Consumidor.

TÍTULO VI DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 160 - A ordem social do Município fundamenta-se no primado dos direitos humanos e tem como objetivo o bem-estar e a justiça social.

CAPÍTULO II DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DES- PORTO

SEÇÃO I DA SAÚDE

Art. 161 - A saúde é direito de todos e dever do Município, no âmbito de sua competência, de executar políticas sociais que visem a redução do risco de doenças e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 162 - São consideradas de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público Municipal, dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua exceção ser feita diretamente ou através de terceiros.

Art. 163 - O Município integra com a União e o Estado o sistema único de saúde, cuja organização, entre outras, obedecerá as seguintes diretrizes:

- I - programas de prevenção ao uso de drogas;
- II - atendimento integral, com prioridade para as ações preventivas e coletivas, adequadas à realidade epidemiológica, sem prejuízo das assistências individuais;
- III - descentralização política, administrativa e financeira;
- IV - universalização da assistência de igual qualidade dos serviços de saúde à população urbana e rural;
- V - participação da comunidade.

Art. 164 - As instituições, as pessoas físicas e jurídicas de direito privado poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, obedecendo as diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

Parágrafo único: É vedado a destinação de recursos do Município para auxiliar e subvencionar as instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 165 - Ao município cabe a manutenção, a preservação e a melhoria dos estabelecimentos de saúde que compõe o seu patrimônio, bem como o aparelho necessário ao desenvolvimento das ações de saúde.

SEÇÃO II DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 166 - O Município prestará, em cooperação com os órgãos da União e do Estado, assistência social a quem dela necessita, objetivando:

- I - proteção à família, à maternidade, infância, à adolescência, à velhice e aos deficientes;
- II - o amparo à criança, ao adolescente e ao idoso carente;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Art. 167 - As ações na área de assistência social, serão organizadas e desenvolvidas, com base nas seguintes:

- I - participação da comunidade, por meio de suas organizações

representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

II - integração das entidades beneficentes e de assistência social sediadas no Município na execução dos programas de assistência.

SEÇÃO III DA EDUCAÇÃO

Art. 168 - Município organizará o seu sistema de ensino inspirado nos ideais de igualdade, da liberdade, da solidariedade humana, do bem-estar social e da democracia, visando pelo exercício da cidadania.

Art. 169 - O sistema de ensino do Município será mantido com a colaboração técnica e financeira da União e do Estado e atuará prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º - Os recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão:

I - vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, incluída a proveniente de transferências;

II - as transferências específicas da União e do Estado.

§ 2º - Os recursos referidos no parágrafo anterior poderão ser dirigidos, também às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas e ao fornecimento de bolsas de estudo para alunos que demonstrem insuficiência de recursos, assegurando-se sempre prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório nos termos do plano nacional de educação.

§ 3º - Que seja estendido aos Universitários uma ajuda de custo para os mesmos desenvolverem seus estudos.

Art. 170 - O ensino municipal será mantido com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

V - gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos do Município.

VI - garantia do padrão de qualidade;

VII - promoção escola-comunidade;

VIII - organização de currículos e calendários adaptados à realidade de cada escola;

IX - valorização dos profissionais de ensino, com adoção de planos de carreira para o magistério público, piso salarial profissional e ingresso, exclusivamente por concurso público de provas ou provas e títulos;

X - gestão democrática do ensino público, adotado o sistema eletivo, mediante voto direto e secreto para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, nos termos da lei.

Art. 171 - O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - oferta de creches e pré-escola para as crianças de zero a seis anos;

II - ensino fundamental, gratuito para todos, inclusive para os que não tiverem acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial;

IV - condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas;

V - atendimento ao educando através de programas suplementares de alimentação, assistencial à saúde, material didático e transporte;

VI - membros do magistério em número suficiente para atender à demanda escolar.

Art. 172 - O Plano Municipal de Educação, articulado com os planos nacional e estadual, será elaborado com a participação da comunidade e submetido à Câmara Municipal para aprovação.

SEÇÃO IV DA CULTURA

Art. 173 - O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, às diretamente ligadas à história do Município, às origens do seu povo, à comunidade e aos seus bens.

Art. 174 - Ficam sobre a proteção do Município, os conjuntos e bens de valores históricos, paisagísticos, artísticos e ecológicos tombados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único:- Os bens tombados pela União e pelo Estado merecerão igual tratamento mediante convênio.

Art. 175 - Será organizado o arquivo oficial do Município, cuja documentação é livre.

Art. 176 - O Município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais da memória da cidade e promoverá concursos, exposições e publicações para sua divulgação.

Art. 177 - Fica criado o Centro de Atividades Culturais e Artísticas do Município, cujas atividades e funcionamento serão regulamentadas por lei.

SEÇÃO V DO DESPORTO

Art. 178 - O município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, observando:

I - a prioridade aos alunos de sua rede de ensino e a promoção desportiva dos clubes locais;

II - destinação de recursos públicos para a promoção do desporto, com prioridade para o educacional;

III - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

IV - a educação física como disciplina obrigatória.

Parágrafo único:- Observadas essas diretrizes, o Município promoverá:

a) o incentivo à competições desportivas municipais e regionais;

b) a prática de atividades desportivas pelas comunidades facilitando o acesso às áreas públicas destinadas à prática do esporte.

CAPÍTULO III DO MEIO AMBIENTE

Art. 179 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município em articulação com os órgãos federais e estaduais:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover manejo adequado das espécies de ecossistemas;

II - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e ao meio ambiente;

III - promover a educação ambiental na sua rede de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

IV - proteger a flora e a fauna, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Incumbe ainda ao Município:

I - definir em lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos e a forma da permissão para alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção;

II - exigir, na forma da lei, para instalação de obra, atividade ou parcelamento do solo, potencialmente causadora de degradação

do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Art. 180 - Aquele que explorar recursos minerais, inclusive extração de areia, cascalho ou pedreira, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão competente do Município.

Art. 181 - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas e penais independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 182 - O Município criará e instalará o Conselho Municipal de defesa do meio ambiente cuja constituição e competência serão definidos em lei.

CAPÍTULO IV DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

SEÇÃO I DA FAMÍLIA

Art. 183 - A família, base da sociedade terá especial proteção do Município, observados os princípios e normas das Constituições Federal e Estadual.

Parágrafo único:- Cabe ao Município, no âmbito de sua competência e em articulação com os órgãos federais e estaduais, promover: I - programas de planejamento familiar, fundados na dignidade da pessoa humana, na paternidade responsável e na livre decisão do casal, através de recursos educativos e científicos, proporcionados gratuitamente, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas;

II - assistência educativa à família em estado de privação.

SEÇÃO II DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 184 - O Município criará e manterá organismos estruturados para dar cumprimento às ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 1º - A criança ou adolescente infrator ou de conduta social irregular será, prioritariamente, atendido no âmbito familiar e comunitário.

§ 2º - A medida de internação será aplicada como últimos recursos, malgrado os esforços de outras alternativas, e pelo menor espaço de tempo possível.

§ 3º - A internação em estabelecimentos de recuperação dependerá de processo legal e técnico e será restrita aos casos previstos em lei.

§ 4º - A escolarização e a profissionalização de crianças ou adolescentes serão obrigatórios, inclusive em instituições fechadas, sempre que não for possível a frequência às escolas da comunidade.

SEÇÃO III DO IDOSO

Art. 185 - O Município, em articulação com o Estado, implementará política destinada a amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, observando o seguinte:

I - os programas de amparo aos idosos serão executados, preferencialmente, em seus lares;

II - aos maiores de sessenta e cinco anos é garantia a gratuidade dos transportes coletivos em linhas urbanas, assim classificados pelos poderes concedentes;

III - definição das condições para criação e funcionamento de asilos e instituições similares, cabendo ao Poder Público acompanhar

e fiscalizar as condições de vida e o tratamento dispensado aos idosos.

Parágrafo Único - O Município prestará apoio financeiro às iniciativas comunitárias, bem com às instituições beneficentes e executoras de programas de atendimento ao idoso.

SEÇÃO IV

DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Art. 186 - O Município, no âmbito de sua competência, assegurará às pessoas portadoras de deficiência, os direitos previstos nas Constituições Federal e Estadual.

Parágrafo único:- O Município, isoladamente ou em cooperação, manterá programas de assistência às pessoas portadoras de deficiências, com o objetivo de assegurar:

I - respeito aos direitos humanos;

II - tendo discernimento, ser ouvida sempre que esteja em causa o seu direito

III - não ser submetida a intromissões arbitrárias e ilegais na vida privada, na família, no domicílio ou correspondência;

IV - exprimir livremente sua opinião sobre todas as questões, consoante a idade e maturidade;

V - atendimento médico e psicológico.

ATOS DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 187 - Ao civil ex-combatente da II Guerra Mundial que tenha participado efetivamente de operações bélicas da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha, da Força Aérea Brasileira, da Marinha Mercante ou Força do Exército serão assegurados pelo Município os seguintes direitos:

I - assistência médica, hospitalar e educacional;

II - isenção do Imposto Municipal.

Art. 188 - Os projetos relativos a criação de loteamentos urbanos, estarão condicionados à aprovação da Lei de Parcelamento do Solo Urbano e do Código de Postura do Município, que deverá ser encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores para apreciação até a data de 31 de dezembro de 2000

Art. 189 - O Poder Executivo Municipal deverá apresentar à Câmara de Vereadores, 31 de dezembro de 2000, o Código de Obras e de Edificações.

Art. 190 - O Poder Executivo Municipal deverá apresentar até 31 (trinta e um) de dezembro de 2000, parte do Plano Diretor, conforme previsto no § 1º do artigo 152.

Art. 191 - O Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e os Vereadores no Ato da Promulgação da Lei Orgânica do Município de Catanduvas, prestarão o compromisso de mantê-la, defendê-la e cumpri-la.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Sumário

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 3º) 4

TÍTULO II

Da Organização Política Administrativa do Município 4

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares (arts. 4º a 7º) 5

CAPÍTULO II

Da Competência do Município (arts. 8º a 9º) 5

CAPÍTULO III

Dos Bens do Município (arts. 10 a 17) 9

CAPÍTULO IV

Da Administração Pública 12

Seção I - Das Disposições Gerais (arts. 18 a 22) 12

Seção II - Dos Servidores Públicos Municipais (arts.23 a 28) 17

Seção III - Das Informações do Direito de Petição e das Certidões (art. 29) 19

TÍTULO III

Da Organização dos Poderes 20

CAPÍTULO I

Disposições Gerais (art.30) 20

CAPÍTULO II

Do Poder Legislativo 20

Seção I - Das Disposições Gerais (arts.31 e 32) 20

Seção II - Da Câmara Municipal (arts. 33 a 36) 21

Seção III - Das Atribuições da Câmara (arts. 37 a 39) 22

Seção IV - Dos Vereadores (arts. 40 a 49) 25

Seção V - Das Reuniões 29

Subseção I - Da Sessão Legislativa Ordinária (arts. 50 a 52) 29

Subseção II - Da Sessão Legislativa Extraordinária (art. 53) 30

Seção VI - Da Mesa e das Comissões 31

Subseção I - Da Mesa da Câmara (arts.54 a 60) 31

Subseção II - Das Comissões (arts. 61 e 62) 35

Seção VII - Do Processo Legislativo 37

Subseção I - Disposições Gerais (art.63) 37

Subseção II - Das Emendas à Lei Orgânica (art.64)....37

Subseção III - Das Leis (arts.65 a 77) 38

Subseção IV - Dos Decretos Legislativos (art.78) 43

Subseção V - Das Resoluções (art.79) 43

Seção VIII - Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial (arts. 80 a 90) 44

CAPÍTULO III

Do Poder Executivo51

Seção I - Do Prefeito (arts.91 a 102) 51

Seção II - Das Atribuições do Prefeito (arts. 103 a 104) 55

Seção III - Da Responsabilidade do Prefeito (arts.105 a 109) 58

Seção IV - Da Substituição (arts.110 a 114) 59

Seção V - Do Vice-Prefeito (arts.115 a 118) 60

Seção VI Dos Secretários Municipais (arts. 119 a 124) 62

Seção VII - Do Conselho do Município (arts. 125 a 127) 63

TÍTULO IV

Das Finanças Públicas 64

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais (arts.128 a 132) 64

CAPÍTULO II

Dos Orçamentos (arts.133 a 138) 66

CAPÍTULO III

Do Sistema Tributário 72

Seção I - Dos Princípios Gerais (arts.139 a 140) 72

Seção II - Das Limitações do Poder de Tributar (art.141) 73

Seção III - Dos Tributos Municipais (art.142) 75

CAPÍTULO IV

Da Participação do Município nas Receitas Tributárias (arts.143 a 148) 77

TÍTULO V

Da Ordem Econômica 78

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais (arts.149 a 151) 78

CAPÍTULO II

Da Política de Desenvolvimento Econômico 80

Seção I – Do Desenvolvimento Urbano (arts. 152 a 154) 80

Seção II - Da Política Habitacional (arts.155 a 156)...82

Seção III - Do Desenvolvimento Rural (art.157)82

Seção IV - Do Turismo (art.158) 83

Seção V - Da Defesa do Consumidor (art.159) 83

TÍTULO VI

Da Ordem Social 84

CAPÍTULO I

Disposição Geral (art.160) 84

CAPÍTULO II

Da Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto 84

Seção I - Da Saúde (arts.161 a 165) 85

Seção II - Da Assistência Social (arts.166 a 167) 86

Seção III - Da Educação (arts.168 a 172) 87

Seção IV - Da Cultura (arts.173 a 177) 89

Seção V - Do Desporto (art.178) 90

CAPÍTULO III

Do Meio Ambiente (arts.179 a 182) 90

CAPÍTULO IV

Da Família, da Criança, do Adolescente e da

Pessoa Portadora de Deficiência 92

Seção I - Da Família (art.183) 92

Seção II - Da Criança e do Adolescente (art.184) 93

Seção III - Do Idoso (art.185) 93

Seção IV - Da Pessoa Portadora de Deficiência
(art. 186) 94

Atos das Disposições Transitórias (arts.187 a 191)....95

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 096 2016

PORTARIA Nº 096/2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SIUMARA G. MUCELINI, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 02/06/2012 à 01/06/2013.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 01/11/2016 à 30/11/2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 01 de Novembro de 2016

Registre-se e Publique-se

ACIR LOURENÇO ROSSETTO
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 097 2016

PORTARIA Nº 097/2016

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor MARCOS EUGENIO LAVALL, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 17/03/2015 à 16/03/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 01/11/2016 à 30/11/2016 .

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 01 de Novembro de 2016

Registre-se e Publique-se

ACIR LOURENÇO ROSSETTO
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 098 2016

PORTARIA N. 098/2016

“ CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 76, da Lei Complementar n. 001/2001, de 06 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando, o requerimento formulado pelo Servidor subscrito e, conseqüentemente, possuir direito à dita Licença Prêmio com remuneração, por um período de trinta dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2008 à 28/02/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder trinta dias de Licença Prêmio com remuneração, ao Servidor Público Municipal, Senhor DIOMAR PEDRO FARINA, ocupante do Cargo de Motorista para Caminhão, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, contados para o período de gozo do dia 30/11/2016 à 29/12/2016.

Art. 2ª . Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/11/2016.

Art. 3ª . Revogam-se as disposições em contrário

Caxambu do Sul/SC, 01 de Novembro de 2016

Registre-se e Publique-se

ACIR LOURENÇO ROSSETTO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 099 2016

PORTARIA Nº 99/2016

“Dispõe sobre designação de servidor publico municipal que especifica e dá outras providencias”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 71, IV e V da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a necessidade de adequação, organização administrativa e a formalização dos serviços prestados pelo servidor que especifica.

RESOLVE

Art. 1º - Fica designado(a) o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal, Sr(a). Sônia Devilla Tomasi, ocupante do cargo de Assistente Social, para desempenhar suas funções junto ao CRAS (Centro de Referência em Assistência Social).

Art. 2º - A jornada de trabalho da servidora será de 30 horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul – SC, 1 de novembro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETO
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 16 de novembro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de panificação em geral para atender a necessidade oriunda de eventos especiais, de interesse público, como cursos, seminários e encontros, promovidos pelo Município de Chapadão do Lageado, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no presente Edital e anexos. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 03 de novembro de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2016
TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 5/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 18 de novembro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a execução/construção de DECK, MIRANTE E LOCAL PARA ESTATUA NA PARADA DA SERRA, localizada na Rodovia Luiz Henrique da Silveira, Rio Lageado, Município de Chapadão do Lageado – SC, de conformidade com os projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos), cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 03 de novembro de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 5/2016

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: JOSÉ CRISTÓVÃO BATISTA
Vigência: 03/11/2016 à 31/12/2016.
Processo Licitatório nº 79/2016 – PM
Fundamento Legal: art. 25, caput e inciso III, da Lei n. 8.666/93;
Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
Objeto: CONTRATAÇÃO DE ARTISTA PLÁSTICO PARA A CRIAÇÃO E EXECUÇÃO DE UMA ESCULTURA DE SÃO CRISTÓVÃO EM CONCRETO COM ALTURA DE 3.0 METROS DE ALTURA A SER INSTALADO JUNTO À PARADA DA SERRA, LOCALIZADA NA RODOVIA LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, RIO LAGEADO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO – SC.

DATA DA ASSINATURA: 03 de novembro de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, no uso de suas atribuições e em observância às disposições do artigo 43, §3º, do Plano Diretor de Chapecó, Lei Complementar nº 541, de 26 de novembro de 2014, torna público o presente Edital e CONVOCA a comunidade em geral para Audiência Pública para discutir o anteprojeto de Lei Complementar referente ao Condomínio Vista Valle, a ser realizada:

Dia: 16/11/2016

Horário: 18 horas e 30 minutos

Local: Salão Comunitário da Linha Monte Belo / Chapecó – SC

E, para conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 31 de outubro de 2016.

LUCIANO J. BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 023/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 023/2016

Dispõe sobre normas e critérios para realização da matrícula 2016/2017 na Rede Municipal de Ensino de Chapecó.

O Secretário de Educação do Município Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme Decreto N.º 28.525, de 10 de janeiro de 2014, e de acordo com a Lei Complementar n.º 48/97 e Regimento Unificado da Rede Municipal de Ensino, torna público, pelo presente Edital, as normas e critérios correlatos à realização de matrículas da Rede Municipal de Ensino de Chapecó para o ano letivo de 2017.

CAPÍTULO I

DA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

Art. 1º As matrículas na Rede Municipal de Ensino de Chapecó serão realizadas:

I - Dias 21, 22, 23 e 24 de novembro de 2016 - renovação de matrículas;

II - Dias 06, 07, 08 e 09 de dezembro de 2016 - matrículas para alunos novos (1º período).

III - Dias 06, 07 e 08 de fevereiro de 2017 - matrículas para alunos novos (2º período).

CAPÍTULO II

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 2º Para efetuar a matrícula na Rede Municipal de Ensino deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - Fotocópia da Certidão de Nascimento ou da Carteira de Identidade;

II - Documento escolar que comprove a escolaridade anterior, exceto para a 1ª série do Ensino Fundamental, ou seja, Atestado de Frequência e Histórico Escolar;

III - Comprovante de residência atualizado dos pais e/ou responsáveis;

IV - Apresentação da carteira de vacinação do aluno, com esquema completo de vacinas;

V - Resultado do exame preventivo do câncer de colo de útero da mãe do aluno;

VI - Para matrículas novas na Educação Infantil para vagas de atendimento integral, observar e apresentar os documentos dispostos no Art. 4º do presente Edital;

§ 1º Quando o aluno não possuir a documentação exigida será efetuada a matrícula, concedendo-se prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos referidos documentos, excetuando-se o inciso VI do caput deste artigo.

§ 2º Para os alunos que já frequentam a Instituição de Ensino, será dispensada a apresentação dos documentos previstos nos incisos I e II.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 3º O Município oferecerá vagas em Educação Infantil nas seguintes condições:

I - Em Pré-Escola para crianças de 04 a 05 anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2017, com atendimento de 04 horas diárias, excetuando-se a Escola Parque Cidadã Leonel de Moura Brisola com atendimento em período integral;

II - Em Maternal para crianças de 02 a 03 anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2017, com atendimento em meio período ou período integral, conforme disponibilidade de vagas em cada local observado, no que couber, o disposto em artigo 4º;

III - Em Berçário para crianças de 04 meses completos a 1 ano e 11 meses a completar até 31 de março de 2017, com atendimento em

meio período ou período integral, conforme disponibilidade de vagas em cada local observado, no que couber, o disposto em artigo 4º.

§ 1º As turmas de Educação Infantil serão organizadas conforme os seguintes parâmetros:

I - Pré-Escola: 25 crianças por turma;

II - Maternal: 20 crianças por turma;

III - Berçário: 15 crianças por turma, podendo chegar até 21 crianças, conforme art. 38, § 3º do Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino.

§ 2º Somente serão aceitas matrículas até a capacidade de atendimento de cada Instituição de Ensino.

Art. 4º Para o atendimento em vagas integrais adotar-se-ão os seguintes critérios:

I. Crianças em situação de risco (entende-se a condição de crianças que por suas circunstâncias de vida estão expostas a violências, ao uso de drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem sócio econômica – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990);

II. Famílias que recebem o benefício Bolsa Família, cuja comprovação dar-se-á pela apresentação de Declaração fornecida pela Secretaria de Assistência Social (SEASC) – Setor de Cadastro Único;

III. Crianças em situação de tutela, guarda ou abrigo, mediante comprovação dos órgãos responsáveis;

IV. Pai e/ou Mãe menores de 18 anos regularmente matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, cuja comprovação dar-se-á pela apresentação de atestado de frequência atualizado;

V. Crianças cujos pais e/ou responsáveis legais possuem vínculo empregatício com menor renda per capita, cuja comprovação dar-se-á através de comprovante de trabalho e rendimento.

VI. Crianças da comunidade em geral.

Art. 5º A análise das inscrições para o atendimento em vagas integrais será realizada pela Comissão de Matrícula, que se reunirá com a presença de pelo menos um membro de cada segmento, para fazer cumprir o disposto neste Edital, zelando pela transparência do processo e garantindo o sigilo das informações, respeitando a seguinte formação:

I – Gestor (a) da Instituição de Ensino;

II – Presidente do Conselho Escolar;

III – 01 (um) representante do segmento dos pais e/ou responsáveis representante do Conselho Escolar;

IV – 01 (um) representante do segmento dos professores representante do Conselho Escolar.

Art. 6º Caberá a Comissão de Matrícula: analisar, emitir pareceres e definir as crianças que atendem os critérios para efetivação da matrícula para o ano letivo de 2017.

CAPÍTULO IV

DO ENSINO FUNDAMENTAL INCLUINDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 7º A matrícula no Ensino Fundamental é obrigatória a partir dos 06 anos de idade completos ou a completar até 31 de março de 2017. Parágrafo Único. Para os alunos do Ensino Fundamental que já frequentam a Instituição de Ensino, a renovação da matrícula será garantida, mediante a presença dos pais e/ou responsáveis, no respectivo período das rematrículas.

Art. 8º Para matricular-se na Educação de Jovens e Adultos o aluno deverá possuir a idade mínima de 15 (quinze) anos completos no ato de efetivação da matrícula.

Parágrafo Único. Na Educação de Jovens e Adultos a matrícula somente será efetuada com a presença do aluno ou dos pais e/ou responsáveis.

Art. 9º Conforme previsto no Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino, a organização das turmas terá como parâmetro o número de alunos a seguir:

a) 1ª e 2ª Série: 27 alunos por turma;

b) 3ª a 5ª Série: 30 alunos por turma;

c) 6ª a 9ª Série: 35 alunos por turma;

d) Fases I, II, III, IV, V e VI: 15 a 25 alunos por turma;

e) Educação a Distância: 08 a 15 alunos por turma.

CAPÍTULO V

DO RELATÓRIO

Art. 10 A Instituição de Ensino deverá encaminhar à Secretaria de Educação Relatório de Matrícula Total no dia 13 de dezembro de 2017, utilizando os formulários Anexo I e Anexo II.

CAPÍTULO VI

DO ZONEAMENTO

Art. 11 Para a matrícula será observado o zoneamento da área territorial das Instituições de Ensino.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 12 A Instituição de Ensino deverá informar, através dos formulários Anexo III, Anexo IV e Anexo V, a existência de aluno com deficiência, quando for o caso, para as devidas providências por parte da Secretaria de Educação.

Art. 13 A Instituição de Ensino deverá dar ampla divulgação a este Edital, bem como publicar Edital Específico nas dependências da sua Instituição, o qual deverá respeitar integralmente as disposições editalícias do presente documento.

Art. 14 A Secretaria de Educação poderá solicitar às Instituições de Ensino da Rede Municipal informações e documentos afins no decorrer da Campanha da Matrícula 2016/2017.

Art. 15 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, observando a legislação vigente, em conjunto com as Instituições envolvidas.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário de Educação de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 26 de outubro de 2016.

Igor Antônio Girotto
Secretário de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA A MATRÍCULA NAS EBM's E CEIM's DA REDE MUNICIPAL
– PARA O ANO LETIVO DE 2017 –

As regras para matrícula ano letivo 2017 são aquelas constantes no Edital 023/2017.

As orientações a seguir são para melhor esclarecimento e visam auxiliar na organização das matrículas e formação das turmas.

1. EDUCAÇÃO INFANTIL ORIENTAÇÕES GERAIS

a) A data-corte (31 de março) é válida para todo o ano letivo e deverá ser respeitada, no momento da matrícula, independente do período em que esteja sendo realizada. Diante disso, não será permitido durante o ano letivo transferências de crianças do berçário para o maternal e do maternal para o pré-escolar.

b) Não deverão ser formadas turmas mistas (integral e ½ período), sem autorização prévia da SEDUC. As turmas integrais deverão ser compostas somente por crianças de período integral. A mesma orientação vale para as turmas de ½ período.

c) As crianças não poderão estar matriculadas em duas Instituições de Educação Infantil Municipais.

d) No caso da criança matriculada em período integral, o critério de frequência integral deverá ser respeitado.

REMATRÍCULAS – Dias 21, 22, 23 e 24 de novembro de 2016.

a) Neste período, renovar as matrículas das crianças que já frequentam a Instituição de Ensino.

b) Para rematrícula na Educação Infantil, manter o turno e a carga horária que a criança frequenta. Mudança de turno será por ordem de chegada e conforme disponibilidade de vagas.

c) No dia 28 de novembro de 2016, acontecerão as transferências internas (CEIM's e EBM's), mediante apresentação de atestado de vaga, respeitado a ordem de chegada e conforme a disponibilidade de turno e vaga.

d) Crianças que possuem vaga de ½ (meio) período:

· Poderão fazer opção por mudança de turno, caso haja vaga.

· Poderão pleitear vaga integral realizando inscrição, a qual será analisada pela Comissão de Matrícula.

· Caberá à Instituição de Ensino, no ato da inscrição, informar que a publicação do resultado será 30 de novembro de 2016.

MATRÍCULA PARA ALUNOS NOVOS – Dias 06, 07, 08 e 09 de dezembro de 2016.

a) As vagas para matrículas novas serão oferecidas conforme ordem de chegada e disponibilidade de turno e vagas.

b) Para efetivação de matrículas novas, não deverá haver agendamento por nível (berçário/maternal/pré-escolar).

PARA O ATENDIMENTO EM VAGAS INTEGRAIS

a) A Comissão de Matrícula que analisará as inscrições para o atendimento em vagas integrais deverá ser formada obrigatoriamente pelos seguintes representantes:

1. Gestor (a) da Instituição de Ensino;

2. Presidente do Conselho Escolar;

3. 01 (um) representante do segmento dos pais e/ou responsáveis representante do Conselho Escolar;

4. 01 (um) representante do segmento dos professores representante do Conselho Escolar.

b) As Instituições Educativas que não constituíram Conselho Escolar até a presente data deverão formar a Comissão com a presença do Gestor, 01 (um) representante da Associação de Moradores, 01 (um) representante dos pais e/ou responsáveis e 01 (um) representante dos professores.

c) A Comissão de Matrícula se reunirá para análise, emissão de parecer e definição das crianças que terão direito ao atendimento as vagas em período integral, devendo esta, preencher ficha cadastral (Anexo VI) sendo assinada por todos os membros.

d) Caberá à Instituição de Ensino, no ato da inscrição, informar que a publicação do resultado será 12 de dezembro de 2016.

2. ENSINO FUNDAMENTAL REMATRÍCULAS – Dias 21, 22, 23 e 24 de novembro de 2016.

a) No dia 28 de novembro de 2016, acontecerão as transferências internas (CEIMs e EBM), mediante apresentação de atestado de vaga, respeitado a ordem de chegada e conforme a disponibilidade de turno e vaga.

MATRÍCULA PARA ALUNOS NOVOS – Dias 06, 07, 08 e 09 de dezembro de 2016.

a) As vagas para matrículas novas serão oferecidas conforme ordem de chegada e disponibilidade de vagas.

b) O aluno (pai/mãe) que não conseguir a vaga no EBM, orientar para procurar vaga na EBM mais perto da sua residência ou do seu local de trabalho.

3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS MATRÍCULA PARA ALUNOS NOVOS – Dias 06, 07, 08 e 09 de dezembro de 2016.**ORIENTAÇÕES GERAIS:**

a) O número mínimo para abrir uma turma será de 15 alunos nas fases. Caso o número de alunos venha a reduzir, quando esta redução atingir 50% em relação ao número existente no momento da abertura da turma, os alunos poderão frequentar a modalidade de EAD.

b) O número mínimo para abrir turma de EAD será de 08 (oito) alunos. Caso venha diminuir, os alunos serão encaminhados para outra Instituição de Ensino.

c) As matrículas deverão ser feitas nas EBM. Todas as Instituições de Ensino deverão divulgar na comunidade e ou encaminhar os interessados aos locais onde haverá matrícula.

ESCOLAS SEDE	MODALIDADE OFERTADA
CEJAM Paulo Freire	Todas as Fases + EAD (M, V e N)
EBM Jardim do Lago	Todas as Fases + EAD (N)
EBM Zélia Roque L. Munzi	Todas as Fases + EAD (N)
Extensões CEJAM Paulo Freire	Todas as Fases + EAD (N)

IMPORTANTE:

*Todas as Instituições deverão desenvolver campanha de matrícula junto à Comunidade Escolar e Comunidade em Geral, procurando parcerias para divulgação das datas destinadas a REMATRÍCULAS e MATRÍCULAS NOVAS. A divulgação deverá ser feita junto às Igrejas, Mercados e demais locais públicos disponíveis na comunidade para que possamos realizar o máximo de matrículas neste ano de 2016, evitando transtornos no início de 2017.

*O acesso e a permanência da criança na EBM e/ou CEIM não serão condicionados ao uso obrigatório de uniforme, à contribuição financeira ao Conselho Escolar ou qualquer tipo de procedimento que restrinja esses direitos.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO I – EDITAL Nº 023/2016

RELATÓRIO DE MATRÍCULA PRÉVIA – PLANO DE MATRÍCULA 2017
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

EDUCAÇÃO INFANTIL

ETAPA	INTEGRAL		MATUTINO		VESPERTINO		TOTAL	
	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas	Alunos	Turmas
Berçário								
Maternal								
Pré-Escolar								
TOTAL GERAL								

Chapecó, (SC), em ____/____/2016.

Secretário (a) Gestor(a)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO II – EDITAL Nº 023/2016

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

RELATÓRIO DE MATRÍCULA PRÉVIA – PLANO DE MATRÍCULA 2017

SÉRIE	MATUTINO		VESPERTINO		NOTURNO		TOTAL	
	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas	Alunos	Turmas
1ª Série								
2ª Série								
3ª Série								
4ª Série								
5ª Série								
6ª Série								
7ª Série								
8ª Série								
9ª Série								
TOTAL								
EJA								
Fase I (Alf. e Let.)								
Fase II (2ª a 4ª série)								
Fase III (5ª série)								
Fase IV (6ª série)								
Fase V (7ª série)								
Fase VI (8ª série)								
Ensino a Distância (5ª a 8ª Série)								
TOTAL								
TOTAL GERAL								

Chapecó, (SC), em ____/____/2016.

Secretário (a) Gestor (a)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO III – EDITAL Nº 023/2016

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

Solicitamos que seja informado o número de educandos com deficiência por Etapa e também uma relação contendo o nome completo, Etapa e data de nascimento.

EDUCAÇÃO INFANTIL

ETAPA	Nº EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA
Berçário	
Maternal	
Pré-Escolar	
TOTAL GERAL	

Chapecó, (SC) ____/____/2016.

Secretário (a) Gestor(a)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO IV – EDITAL Nº 023/2016

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

Solicitamos que seja informado o número de educandos com deficiência por Série e também uma relação contendo o nome completo, série e data de nascimento, conforme anexo V.

SÉRIE	NÚMERO DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA
1ª Série	
2ª Série	
3ª Série	

4ª Série	
5ª Série	
6ª Série	
7ª Série	
8ª Série	
9ª Série	
TOTAL	
EJA	
Fase I (Alf. e Let.)	
Fase II (2ª a 4ª série)	
Fase III (5ª série)	
Fase IV (6ª série)	
Fase V (7ª série)	
Fase VI (8ª série)	
Ensino a Distância (5ª a 8ª Série)	
TOTAL	
TOTAL GERAL	

Chapecó, (SC) ____/____/2016.

Secretário (a) Gestor (a)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO V – EDITAL Nº 023/2016

EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA

[illegible]

Chapecó, (SC), ____/____/2016.

Secretário (a) Gestor (a)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO VI – EDITAL Nº 023/2016
FICHA CADASTRAL DA COMISSÃO DE MATRÍCULA

Preencher as informações e anexar cópia dos documentos comprobatórios

1. IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA:

Nome da criança: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos e ____ meses.

Local de Nascimento e Estado: _____

Mora com seus pais: () Sim () Não

Em caso negativo, reside com quem? _____

2. IDENTIFICAÇÃO DOS FAMILIARES E SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA:

Nome da Mãe: _____

Idade: _____ Profissão: _____

Situação Ocupacional: () Aposentado () Pensionista () Autônomo () Carteira Assinada () Trabalho Informal

Renda: _____ Local de Trabalho: _____

Estudante: () Sim () Não Apresentou de atestado de frequência () Sim () Não

Beneficiária Bolsa Família: () Sim () Não Apresentou Declaração da SEASC () Sim () Não

Nome do Pai: _____

Idade: _____ Profissão: _____

Situação Ocupacional: () Aposentado () Pensionista () Autônomo () Carteira Assinada () Trabalho Informal

Renda: _____ Local de Trabalho: _____

Estudante: () Sim () Não Apresentou de atestado de frequência () Sim () Não

Beneficiária Bolsa Família: () Sim () Não Apresentou Declaração da SEASC () Sim () Não

Nome dos Responsáveis Legais: _____

Idade: _____ Profissão: _____

Situação Ocupacional: () Aposentado () Pensionista () Autônomo () Carteira Assinada () Trabalho Informal

Renda: _____ Local de Trabalho: _____

Estudante: () Sim () Não Apresentou de atestado de frequência () Sim () Não

Beneficiária Bolsa Família: () Sim () Não Apresentou Declaração da SEASC () Sim () Não

TOTAL DA RENDA BRUTA FAMILIAR: _____ TOTAL DE DEPENDENTES DA RENDA FAMILIAR: _____

3. DESCREVER SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRA A CRIANÇA (Descrever se a criança encontra-se em situação de risco conforme preconiza Lei 8.069 de 13 de julho de 1990/ em situação de tutela, guarda ou abrigo/ outras situações quando necessárias)

Declaro ainda que as informações acima são verdadeiras e estou ciente de que a omissão ou a apresentação de dados falsos e/ou divergentes implicam em alteração no processo de solicitação e ou ampliação de vaga para turno integral na Educação Infantil. As informações constadas nesta declaração são de minha inteira responsabilidade.

Assinatura legível do declarante: _____ Chapecó, ____ de _____ de 20____.

4. Considerando os critérios estabelecidos no Art. 4º do Edital de Matrícula Nº 023/2016 e considerando as vagas oferecidas de inscritos, a Comissão de Matrícula decidiu por:

() Deferir o atendimento em período integral

() Indeferir o atendimento em período integral

5. PARECER DA COMISSÃO DE MATRÍCULA:**6. NOME E ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO**

Gestor (a) da Instituição de Ensino: _____

Presidente do Conselho Escolar: _____

Representante do segmento dos pais e/ou responsáveis representante do Conselho Escolar: _____

Representante do segmento dos professores representante do Conselho Escolar: _____

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/PMCS/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviço de Comunicação de Internet via Fibra Óptica em 27 pontos distribuídos nas repartições públicas do município de Cocal do Sul, com velocidade de 5 Mbps de download e 3 Mbps de upload em cada ponto, incluídos equipamentos em comodato, instalação, configuração e todas as demais condições constantes do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 18/11/2016.

Abertura: Dia 18/11/2016, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 01 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/FMS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: L. A. DALLA PORTA JUNIOR – EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/FMS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/FMS/2016.

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos de enfermagem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul - SC.

Assinatura: 27/09/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 19.121,00 (dezenove mil e centos e vinte e um reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 378/2014 -PMC

Contrato Nº : 378/2014
Aditivo Nº : 3TA CTR 378/2014/2016
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA ME
Licitação : Inexigibilidade 56/2014
Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.
Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 24/10/2017
Assinatura : 21/10/2016
Valor R\$: 16.887,60 (Dezesseis Mil, Oitocentos e Oitenta e Sete Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 282/2016-PMC

Contrato Nº : 282/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ALERT SEGURANÇA LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 117/2016
Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviços diversos, decoração, vigilância ostensiva, sanitária, locação de palco, som e luz e, apresentação artística, visando à realização do evento Troféu Migrante, instituído pela Lei 3.558/2004, que ocorrerá no dia 11/11/2016 no Restaurante do Parque de Exposições, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 20/12/2016
Assinatura : 21/10/2016
Valor R\$: 200,00 (Duzentos Reais)

Dotação : 162 - 10.001.2038.333903401000000.01000001

Dotação : 162 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

ERRATA DA PUBLICAÇÃO AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
ERRATA DA PUBLICAÇÃO AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2016-PMC

Na publicação do Extrato do AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2016-PMC, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 2087, pág. 151, na data de 22 de setembro de 2016, onde, onde lê-se: "AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2015-PMC"; leia-se: "AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2016-PMC".

Concórdia, SC, 1º de novembro de 2016.

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 208/2016 -PMC

Contrato Nº : 208/2016
Aditivo Nº : 1TA CTR 208/2016/2016
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : DISBRAPLAC LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 87/2016
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de fabricação, fornecimento e implantação de placas metálicas indicativas para orientação vertical nas vias rurais, obedecendo ao que prevê a legislação de trânsito no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 26/10/2016
Assinatura : 21/10/2016
Valor R\$: 11.625,00 (Onze Mil e Seiscentos e Vinte e Cinco Reais)

Dotação : 97 - 07.001.2024.333903044000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 223/2016 -PMC

Contrato Nº : 223/2016
Aditivo Nº : 1TA Ctr 223/2016/2016
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2016
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial de diversas ruas localizadas neste Município, com recursos oriundos de financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SC - BADESC, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo, Projeto e Relação de Lotes, constantes no Anexo "D" e "E" do Edital.
Vigência : Início: 25/10/2016 Término: 17/04/2017
Assinatura : 25/10/2016
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 118 - 08.001.1009.344905198000000.01830000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 231/2016 -PMC

Contrato Nº : 231/2016
Aditivo Nº : 1TA Ctr 231/2016/2016
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 15/2016
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de reaparelhamento asfáltico em CBUQ, de diversas ruas localizadas neste Município, de acordo com os Memoriais Descritivos e Projetos, constantes no Anexo "D" deste Edital.
Vigência : Início: 27/10/2016 Término: 06/02/2017

Assinatura : 27/10/2016
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 406 - 08.001.1009.344905198000000.03390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 245/2016 -PMC

Contrato Nº : 245/2016
Aditivo Nº : 1TA Ctr 245/2016/2016
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 18/2016
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra e equipamentos), para execução de obra de recapeamento asfáltico com CBUQ, de diversas ruas localizadas neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 27/10/2016 Término: 26/12/2016
Assinatura : 27/10/2016
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 363/2014 -PMC

Contrato Nº : 363/2014
Aditivo Nº : 4TA CTR 363/2014/2016
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : FOCO PROPAGANDA LTDA
Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 1/2014
Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia.
Vigência : Início: 27/10/2016 Término: 31/10/2017
Assinatura : 27/10/2016
Valor R\$: 499.293,06 (Quatrocentos e Noventa e Nove Mil, Duzentos e Noventa e Três Reais e Seis Centavos)

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903988000000.01380002

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903988000000.01380003

Dotação : 227 - 13.001.2104.333903988000000.01380004

Dotação : 229 - 13.001.2105.333903988000000.01020000

Dotação : 233 - 14.001.2152.333903988000000.01000001

Dotação : 235 - 14.001.2152.333903988000000.02090000

Dotação : 237 - 14.001.2152.344503988000000.02090000

Dotação : 249 - 15.001.2202.333903988000000.01000001

Dotação : 250 - 15.001.2202.333903988000000.01350004

Dotação : 253 - 15.001.2202.333903988000000.01350009

Dotação : 264 - 15.001.2203.333903988000000.01350002

Dotação : 265 - 15.001.2203.333903988000000.01350003

Dotação : 266 - 15.001.2203.333903988000000.01350011

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903988000000.01000001

Dotação : 300 - 17.001.2453.333903988000000.01000001

Dotação : 316 - 18.001.2503.333903988000000.01000001

Dotação : 324 - 19.001.2601.333903988000000.02030000

Dotação : 354 - 15.001.2202.333903988000000.03350007

Dotação : 361 - 15.001.2203.333903988000000.03350002

Dotação : 385 - 14.001.2152.333903988000000.03000001

Dotação : 424 - 14.001.2152.333903988000000.06000000

Dotação : 426 - 14.001.2152.333903988000000.06090000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 379/2014 -PMC

Contrato Nº : 379/2014
Aditivo Nº : 3TA CTR 379/2014/2016
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME
Licitação : Inexigibilidade 56/2014
Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.
Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 24/10/2017
Assinatura : 21/10/2016
Valor R\$: 15.899,04 (Quinze Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 381/2014 -PMC

Contrato Nº : 381/2014
Aditivo Nº : 4TA CTR 381/2014/2016
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA - EPP
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 12/2014
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e compactáveis gerados dentro dos limites do perímetro urbano do Município de Concórdia, e nas sedes de seus Distritos, até o Aterro Sanitário Municipal, de acordo com o projeto básico, constante no anexo "D" deste Edital.
Vigência : Início: 26/10/2016 Término: 29/10/2017
Assinatura : 26/10/2016
Valor R\$: 546.678,58 (Quinhentos e Quarenta e Seis Mil, Seiscientos e Setenta e Oito Reais e Cinquenta e Oito Centavos)

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903928000000.01000001

Dotação : 128 - 08.001.2030.333903928000000.01000001

Dotação : 431 - 08.001.2030.333903928000000.01390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 65/2016 -PMC

Contrato Nº : 65/2016

Aditivo Nº : 1TA Ctr 65/2016/2016

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LORENZATTO CONSTRUÇOES LTDA ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 21/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão-de-obra) para execução de obra de construção da Escola Básica Municipal Frei Lency, com recursos oriundos do Fundo Nacional da Educação - FNDE, e contrapartida municipal, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 25/10/2016 Término: 27/07/2017

Assinatura : 25/10/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 41 - 06.002.1004.344905198000000.01360000

Dotação : 42 - 06.002.1004.344905198000000.01370004

Dotação : 50 - 06.002.2013.344905198000000.01010000

Dotação : 63 - 06.002.2017.344905198000000.01010000

Dotação : 341 - 06.002.2017.344905198000000.03010000

Dotação : 344 - 06.002.1004.344905198000000.03370004

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 81/2016 -PMC

Contrato Nº : 81/2016

Aditivo Nº : 1TA Ctr 81/2016/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES BALBINOT EIRELI ME

Licitação : Pregão Eletrônico 2/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos e professores das redes Municipal e Estadual de ensino, durante o ano letivo de 2016, com recursos oriundos dos convênios com o Governo Federal (FUNDEB, PNATE, Salário Educação), Governo Estadual e próprio.

Vigência : Início: 25/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 25/10/2016

Valor R\$: 15.610,00 (Quinze Mil e Seiscentos e Dez Reais)

Dotação : 49 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 56 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 89 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 414 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 96/2016 -FMS

Contrato Nº : 93/2016

Aditivo Nº : 1 TA/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA

Contratada : GAP - GRUPO DE APOIO PSQUIÁTRICO S/S - ME

Licitação : Inexigibilidade 7/2016

Objeto : Contratação de serviços de clínica para internação do paciente Fernando Henrique de Moraes Malmann, visando atender liminar de autos nº 0006647-86.2015.8.24.0019.

Vigência : Início: 17/10/2016 Término: 15/01/2017

Assinatura : 14/10/2016

Valor R\$: 31.500,00 (Trinta e Um Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 222 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 53/2016 -FMS

Contrato Nº : 53/2016

Aditivo Nº : 3 TA/2016

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2016

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para construção de edificação destinada a abrigar a Estratégia de Saúde da Família Planalto, neste Município, com recursos oriundos do Governo Federal e recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 05/10/2016 Término: 29/01/2017

Assinatura : 05/10/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 213 - 13.001.2102.344905198000000.01380002

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905198000000.03890000

Dotação : 378 - 13.001.2102.344905198000000.03380002

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 3/2014 -FMS

Contrato Nº : 3/2014

Aditivo Nº : 4 TA/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA

Contratada : SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

Licitação : Pregão Presencial 29/2013

Objeto : Aquisição de medicamentos em farmácia, regulamentados conforme normas da ANVISA, para atendimento de determinações judiciais, Lar Anjo Gabriel, Conselho Tutelar, Recanto do Idoso, Presídio Regional e excepcionalidades, mediante necessidade do Fundo Municipal de Saúde, descritos nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 24/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 24/10/2016

Valor R\$: 103.045,47 (Cento e Três Mil, Quarenta e Cinco Reais e Quarenta e Sete Centavos)

Dotação : 229 - 13.001.2105.333903009000000.01020000

Dotação : 222 - 13.001.2103.333903009000000.01020000

Dotação : 422 - 13.001.2105.333903009000000.01390002

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903009000000.01020000

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 107/2014 -PMC

Contrato Nº : 107/2014

Aditivo Nº : 5TA Ctr 107/2014/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSKUNZLER-TUR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2014

Objeto : Contratação de empresa no ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Estadual do ensino Fundamental, durante o ano letivo de 2014, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 24/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 24/10/2016

Valor R\$: 15.820,00 (Quinze Mil e Oitocentos e Vinte Reais)

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 414 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2016-FMS

Contrato Nº : 116/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 1/2016

Objeto : Contratação de serviços de locação de software de sistema web para controle e registro cadastral de cães e gatos, objetivando registro populacional de animais domésticos.

Vigência : Início: 20/10/2016 Término: 18/04/2017

Assinatura : 20/10/2016

Valor R\$: 3.800,00 (Três Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 400 - 13.001.2104.333903911000000.01020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2016-FMS

Contrato Nº : 117/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CONCÓRDIA LTDA EPP

Licitação : Inexigibilidade 10/2016

Objeto : Credenciamento de prestadores de serviços de saúde, segundo o disposto na Portaria Ministerial nº 2801 de 14 de maio de 1998, Portaria Ministerial nº 35 de 04 e fevereiro de 1999 de Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Vigência : Início: 24/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 24/10/2016

Valor R\$: 6.000,00 (Seis Mil Reais)

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2016-FMS

Contrato Nº : 118/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CRISTIANO NARDI ME

Licitação : Pregão Presencial 21/2016

Objeto : Contratação de serviços de limpeza externa e interna da nova sede que abrigará o Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 24/10/2016 Término: 22/01/2017

Assinatura : 24/10/2016

Valor R\$: 8.500,00 (Oito Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903978000000.01020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2016-FMS

Contrato Nº : 119/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MECÂNICA NAZARÉ EIRELI -EPP

Licitação : Pregão Presencial 22/2016

Objeto : Aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra para conserto de veículo Renault Master, placa MKX1346, sob chassi nº 93YADC1H6DJ274214, ano 2012/2013, lotada no SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 24/10/2016 Término: 22/01/2017

Assinatura : 24/10/2016

Valor R\$: 7.233,16 (Sete Mil, Duzentos e Trinta e Três Reais e Dezesseis Centavos)

Dotação : 222 - 13.001.2103.333903039000000.01020000

Dotação : 222 - 13.001.2103.333903919000000.01020000

Dotação : 408 - 13.001.2103.333903919000000.03380001

Dotação : 421 - 13.001.2103.333903039000000.01390002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2016-PMC

Contrato Nº : 278/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OCTAVIANO ZANDONAI & CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 116/2016

Objeto : Aquisição de cestas alimentação para os servidores públicos municipais ativos e inativos, com base na Lei Complementar Municipal nº 719, de 22 de março de 2016 e Decreto nº 6.100 de 22 de março de 2016, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 20/10/2016 Término: 18/01/2017

Assinatura : 20/10/2016

Valor R\$: 143.110,00 (Cento e Quarenta e Três Mil e Cento e Dez Reais)

Dotação : 9 - 02.001.2002.333903007000000.01000001

Dotação : 16 - 03.001.2006.333903007000000.01000001

Dotação : 21 - 04.001.2007.333903007000000.01000001

Dotação : 36 - 05.001.2010.333903007000000.01000001

Dotação : 71 - 06.004.2018.333903007000000.01010000

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903007000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903007000000.01000001

Dotação : 138 - 09.001.2032.333903007000000.01000001

Dotação : 156 - 10.001.2036.333903007000000.01000001

Dotação : 177 - 11.001.2040.333903007000000.01000001

Dotação : 190 - 12.001.2043.333903007000000.01000001

Dotação : 205 - 13.001.2101.333903007000000.01020000

Dotação : 295 - 17.001.2451.333903007000000.01000001

Dotação : 312 - 18.001.2501.333903007000000.01000001

Dotação : 324 - 19.001.2601.333903007000000.02030000

Dotação : 393 - 06.001.2012.333903007000000.03010000

Dotação : 394 - 06.002.2013.333903007000000.03010000

Dotação : 396 - 06.004.2608.333903007000000.03010000

Dotação : 398 - 16.001.2401.333903007000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2016-PMC

Contrato Nº : 279/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JAIR CARLOS MALTAURO ME

Licitação : Pregão Presencial 117/2016

Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviços diversos, decoração, vigilância ostensiva, sanitária, locação de palco, som e luz e, apresentação artística, visando à realização do evento Troféu Migrante, instituído pela Lei 3.558/2004, que ocorrerá no dia 11/11/2016 no Restaurante do Parque de Exposições, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 20/12/2016

Assinatura : 21/10/2016

Valor R\$: 5.820,00 (Cinco Mil e Oitocentos e Vinte Reais)

Dotação : 162 - 10.001.2038.333903401000000.01000001

Dotação : 162 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 280/2016-PMC

Contrato Nº : 280/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ALERT SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 117/2016

Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviços diversos, decoração, vigilância ostensiva, sanitária, locação de palco, som e luz e, apresentação artística, visando à realização do evento Troféu Migrante, instituído pela Lei 3.558/2004, que ocorrerá no dia 11/11/2016 no Restaurante do Parque de Exposições, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 20/12/2016

Assinatura : 21/10/2016

Valor R\$: 300,00 (Trezentos Reais)

Dotação : 162 - 10.001.2038.333903401000000.01000001

Dotação : 162 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 281/2016-PMC

Contrato Nº : 281/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SONELI ISABEL PIMENTEL COLDEBELLA - ME

Licitação : Pregão Presencial 117/2016

Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviços diversos, decoração, vigilância ostensiva, sanitária, locação de palco, som e luz e, apresentação artística, visando à realização do evento Troféu Migrante, instituído pela Lei 3.558/2004, que ocorrerá no dia 11/11/2016 no Restaurante do Parque de Exposições, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 20/12/2016

Assinatura : 21/10/2016

Valor R\$: 3.200,00 (Três Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 162 - 10.001.2038.333903401000000.01000001

Dotação : 162 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO Nº 85/2016-PMC

Contrato Nº : 85/2016

Aditivo Nº : 2/2016

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DARLAN CARLOS DALMAGRO & CIA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 2/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos e professores das redes Municipal e Estadual de ensino, durante o ano letivo de 2016, com recursos oriundos dos convênios com o Governo Federal (FUNDEB, PNATE, Salário Educação), Governo Estadual e próprio.

Vigência : Início: 19/02/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 20/10/2016

Valor R\$: 20.013,84 (Vinte Mil, Treze Reais e Oitenta e Quatro Centavos)

Dotação : 49 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 56 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 89 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 414 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 582/2016

DECRETO Nº 582/2016

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. MÁRCIA ZANETTE, ocupante do cargo de Assistente de Farmácia, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 583/2016

DECRETO N. 583/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 01 de Novembro de 2016, a servidora Municipal Sra. MICHELE ENDLER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Contabilidade e Planejamento.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de Novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 584/2016

DECRETO Nº584/2016, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder ao servidor Público Sr. ALAN FABIO FAVARETO, ocupante do cargo de Professor do Ensino Fundamental (anos finais) - Matemática, com carga horária de 20 (vinte horas) semanal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, 04 (quatro) dias de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviço no Processo de Eleição em 02/10/2014, que serão usufruídos dias 03, 04, 10 e 11/11/2016.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 01 de novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal Adm. Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 77/2016 - PPRP 34/2016

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 77/2016

Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 34/2016

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR NOVAS E PROTETORES PARA PNEUS NOVOS, PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 16/11/2016.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16/11/2016.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 01 de Novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 78/2016 -
TP 09/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
REALIZAR LEILÕES PÚBLICOS**

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 78/2016.

Tomada de Preço n. 09/2016.

Tipo: Menor Percentual de Cobrança/Arrematante

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 21/11/2016.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 21/11/2016.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 31 de Outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 25/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6

Processo Nº.: 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2016

No dia 28 do mês de Outubro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 25/2016, Processo Licitatório nº. 25/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), INCLUINDO RR1C PARA USO NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10053	CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	06.099.082/0001-50	MARCIO JULIANO SUCHARA DO NASI	040.886.419-22

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), INCLUINDO RR1C PARA USO NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10053 - CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Massa asfáltica - concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) incluindo emulsão RR1C (piche), sendo 08 litros por tonelada (o produto será retirado e transportado pela Prefeitura Municipal de Correia Pinto).	TON	CONSBRITA	400,000	250,000	100.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2016

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2016

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2016

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 28 de Outubro de 2016.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

CNPJ: 06.099.082/0001-50 _____

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3993/16

PORTARIA Nº 3993/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. JOCIELE APARECIDA TRAVASSOS DA SILVA BORGES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, para atender a necessidade de interesse público, até chamamento do concurso público que está em andamento, conforme edital de publicação.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, a SRA. JOCIELE APARECIDA TRAVASSOS DA SILVA BORGES, no CMEI Franz Dorn, estipulado na Portaria nº 3693/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 25 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 12/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 12/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº 001/2015, conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

Os candidatos convocados por este Edital deverão apresentar-se, na Clínica Henry Ey Ltda. - Humana, sito à Rua Vidal Ramos, nº 222, Bairro Centro, próximo a Escola de Educação Básica Teresa Ramos, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, ao 01 dia do mês de novembro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: AUXILIAR DE SETOR

Ordem	Nome	Data	Horário
29º	Raquel Balduino Rosa da Costa	23/11/2016	08:55
30º	Aline de Paula Moura Pererira	23/11/2016	09:00
31º	Flavia Freitas Dias Neves	23/11/2016	09:10
32º	Fabiela Gomes	23/11/2016	09:20

CARGO: INSTRUTOR DE MÚSICA

Ordem	Nome	Data	Horário
01º	Dennis da Silva Fernandes	28/11/2016	14:00

CARGO: TÉCNICO PROCESSAMENTO DADOS

Ordem	Nome	Data	Horário
01º	Leonardo Felipe Aguiar Poerner	28/11/2016	14:10

CARGO: TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO

Ordem	Nome	Data	Horário
01º	Ana Amelia Viturino Pequeno	28/11/2016	14:20

CARGO: MOTORISTA CATEGORIA D

Ordem	Nome	Data	Horário
06º	Valdecir Valdir Gunther	28/11/2016	14:30

PORTARIA Nº 3990/16

PORTARIA Nº 3990/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. EDILAINÉ MARIA DA ROCHA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, para atender a necessidade de interesse público, até chamamento do concurso público que está em andamento, conforme edital de publicação.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, a SRA. EDILAINÉ MARIA DA ROCHA, na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, estipulado na Portaria nº 3699/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 25 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3991/16

PORTARIA Nº 3991/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. ELAINE MARIA DA ROCHA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, para atender a necessidade de interesse público, até chamamento do concurso público que está em andamento, conforme edital de publicação.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, a SRA. ELAINE MARIA DA ROCHA, no CEI Dona Nina, estipulado na Portaria nº 3382/15, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3992/16

PORTARIA Nº 3992/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. FABIANE MICHELE DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, para atender a necessidade de interesse público, até chamamento do concurso público que está em andamento, conforme edital de publicação.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, a SRA. FABIANE MICHELE DOS SANTOS, no CEI Dona Nina, estipulado na Portaria nº 3794/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de outubro de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3994/16

PORTARIA Nº 3994/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. CLARICE MARIA DA SILVEIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em virtude de existir demanda e em substituição da funcionária efetiva Tayná Larissa Eggert, no cargo de Auxiliar de Setor, que está em licença sem remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, a SRA. CLARICE MARIA DA SILVEIRA, no CEI Gertrudes Steffen, estipulado na Portaria nº 3681/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de outubro de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3995/16

PORTARIA Nº 3995/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. LETICIA ALINE BERLATO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em virtude de existir demanda e em substituição da funcionária efetiva Daniela Przygodda Oliari, no cargo de Auxiliar de Setor, que está em licença-maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, a SRA. LETICIA ALINE BERLATO, no CEI Gertrudes Steffen, estipulado na Portaria nº 3682/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de outubro de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3996/16

PORTARIA Nº 3996/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. VANESSA CAMILA OLEWSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em virtude de existir demanda e em substituição da funcionária efetiva Raquel Silmara Klitzke da Veiga, no cargo de Auxiliar de Setor, que está em cargo comissionado de Coordenadora Pedagógica, na Escola Municipal José Pasqualini, até 31 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, a SRA. VANESSA CAMILA OLEWSKI, no CEI Dona Nina, estipulado na Portaria nº 3690/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de outubro de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3997/16

PORTARIA Nº 3997/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. VANESSA CRISTINA PRZEDZIECKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em substituição da funcionária efetiva Iracema Peggau, que está de licença-saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, a SRA. VANESSA CRISTINA PRZEDZIECKI, no CEI Dona Nina, estipulado na Portaria nº 3938/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3998/16

PORTARIA Nº 3998/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. RAQUEL BALDUINO DA ROSA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em substituição da professora ACT Simoni Siqueira Gallo Gessner, que está de licença-maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Professor ACT de Português, a SRA. RAQUEL BALDUINO DA ROSA, na EMEF José Pasqualini, estipulado na Portaria nº 3939/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3999/16

PORTARIA Nº 3999/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. GABRIELLE ENGELHARDT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em virtude da transferência para a Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Epidemiológico. O concurso público tinha apenas dois candidatos aprovados, que não aceitaram o chamamento e desistiram da vaga.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, a SRA. GABRIELLE ENGELHARDT, na Secretaria Municipal de Saúde, estipulado na Portaria nº 3691/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4000/16

PORTARIA Nº 4000/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. AUGUSTO MATHEUS OLIARI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, para atender a necessidade de interesse público, até chamamento do concurso público que está em andamento, conforme edital de publicação.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Instrutor de Música ACT – Teclado/Gaita, o SR. AUGUSTO MATHEUS OLIARI, na Escola de Música Jazz Band Elite, estipulado na Portaria nº 3700/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4001/16

PORTARIA Nº 4001/16

NOMEIA MEMBROS PARA AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PARA FINS DE LEILÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE

Art. 1º - Designar os seguintes funcionários para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Vistoria e Avaliação com o fim especial de vistoriar e avaliar bens inservíveis destinados a Leilão:

I – FÁBIO BERTOLDI;

II – FRIDOLIN SOHN;

III – LOURENÇO PIONTKIEWCZ.

Art. 2º - O exercício de membro da Comissão não será remunerado, sendo considerado como serviço público relevante.

Art. 3º - Cabe à Comissão constituída no art. 1º desta Portaria vistoriar, organizar em lotes e avaliar os bens inservíveis.

Art. 4º - A Comissão se dissolverá com o término do processo de Leilão.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

01 de novembro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGAO PRESENCIAL 055/2016 - REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 055/16

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de horas máquinas para atendimento das necessidades da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC na execução dos serviços em diversas localidades do Município, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09h00min horas do dia 03/11/2016 às 09h00min horas do dia 16/11/2016.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 16/11/2016.

TIPO: Menor Preço por item no lote.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 03 de Novembro de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 009/2016 CMS

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Resolução 009/2016 CMS

RESOLVE:

Considerando que o Relatório Anual de Gestão 2015 foi submetido a apreciação neste Conselho;
Considerando a apresentação detalhada do SIOPS 2015, 6º Bimestre;

Art.1º - Aprovamos o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, relativos ao exercício de 2015.

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá(SC), 16 de fevereiro de 2016

Fernando Gean Lunelli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Curitibanos

PREFEITURA

ADITIVO Nº.....: 104/2016 - CONTRATO Nº: 4/2016

Aditivo Nº : 104/2016 - Contrato Nº: 4/2016
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA
Valor : 210,22 (duzentos e dez reais e vinte e dois centavos)
Vigência : Início: 13/09/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (24)
Objeto : ADITIVO DE REAJUSTE DE VALOR DAS CARGAS DE P13 R\$ 3,90 CADA E P45 R\$ 20,38 CADA NA AQUISIÇÃO DE CARGA E BOTIÃO DE GÁS P 13 E P45 PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ADITIVO Nº.....: 106/2016 - CONTRATO Nº: 270/2015

Aditivo Nº : 106/2016 - Contrato Nº: 270/2015
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: CLINICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA MEDICA KUTZKE LT
Valor : 4.086,95 (quatro mil e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)
Objeto : Aditivo de valor de mais R\$ 4.086,95 para a realização de procedimento eletivo de ortopedia/traumatologia e acompanhamento pós, bem como atendimento pré-cirúrgico e acompanhamento pós-cirúrgico a pacientes encaminhados para cirurgia de ortopedia/traumatologia com internamento hospitalar, a fim de atender as necessidades de usuários do SUS do município de Curitibanos, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

ADITIVO Nº.....: 19/2016 - CONTRATO Nº: 146/2015

Aditivo Nº : 19/2016 - Contrato Nº: 146/2015
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: Sociedade Curitibanense de Cirurgia Ltda
Valor : 297.550,00 (duzentos e noventa e sete mil quinhentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015
Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)
Objeto : Aditivo de Prazo de 01/02/2016 a 31/12/2016 e Valor de mais R\$ 297.550,00 referente a realização de procedimento cirúrgico eletivo e pequenas cirurgias bem como o atendimento pré-cirúrgico e acompanhamento pós-cirurgia a fim de atender as necessidades de usuários do SUS do município de Curitibanos durante o ano de 2016 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

ADITIVO Nº.....: 20/2016 - CONTRATO Nº: 76/2015

Aditivo Nº : 20/2016 - Contrato Nº: 76/2015
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA
Valor : 19.470,00 (dezenove mil quatrocentos e setenta reais)
Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)
Objeto : Aditivo de Prazo de 01/02/2016 a 31/12/2016 e Valor de mais R\$ 19470,00 para a contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e vigilância ostensiva em imóveis que sediam unidades de saúde do município pelo período de 11 meses.

ADITIVO Nº.....: 51/2016 - CONTRATO Nº: 271/2015

Aditivo Nº : 51/2016 - Contrato Nº: 271/2015
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: CLINICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA MEDICA KUTZKE LT
Valor : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)
Objeto : Aditivo de valor de mais R\$ 7.200,00 e prazo até dia 31/12/2016, para a realização de consultas de especialidades médicas na área de ORTOPEDIA a fim de atender as necessidades da população de Curitibanos durante o ano de 2016 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

ADITIVO Nº.....: 52/2016 - CONTRATO Nº: 270/2015

Aditivo Nº : 52/2016 - Contrato Nº: 270/2015
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada...: CLINICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA MEDICA KUTZKE LT
Valor : 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)
Objeto : aditivo de valor de mais R\$ 45.000,00 e prazo pelo período de 31/03/2016 a 31/12/2016, para a realização de procedimento eletivo de ortopedia/traumatologia e acompanhamento pós, bem como atendimento pré-cirúrgico e acompanhamento pós-cirúrgico a pacientes encaminhados para cirurgia de ortopedia/traumatologia com internamento hospitalar, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

ADITIVO Nº.....: 53/2016 - CONTRATO Nº: 273/2015

Aditivo Nº : 53/2016 - Contrato Nº: 273/2015
 Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
 Contratada...: SPR SERVICOS MEDICOS EIRELI - ME
 Valor : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
 Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2015
 Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00 (32)
 Objeto : Aditivo de valor de mais R\$ 7.200,00 e prazo pelo período de 31/03/2016 a 31/12/2016 para realização de consultas de especialidades médicas na área de ORTOPEDIA a fim de atender as necessidades da população de Curitiba durante o ano de 2015 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

ADITIVO Nº.....: 54/2016 - CONTRATO Nº: 272/2015

Aditivo Nº : 54/2016 - Contrato Nº: 272/2015
 Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
 Contratada...: SPR SERVICOS MEDICOS EIRELI - ME
 Valor : 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
 Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 70/2015
 Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (13)
 Objeto : Aditivo de valor de mais R\$ 45.000,00 e prazo pelo período de 31/03/2016 a 31/12/2016, realização de procedimento eletivo de ortopedia/traumatologia e acompanhamento pós, bem como atendimento pré-cirúrgico e acompanhamento pós-cirúrgico a pacientes encaminhados para cirurgia de ortopedia/traumatologia com internamento hospitalar, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

ADITIVO Nº.....: 55/2016 - CONTRATO Nº: 4/2016

Aditivo Nº : 55/2016 - Contrato Nº: 4/2016
 Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
 Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA
 Valor : 994,50 (novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 07/04/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2015
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (24)
 Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 994,50 PARA AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P 45 PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ADITIVO Nº.....: 6/2016 - CONTRATO Nº: 77/2015

Aditivo Nº : 6/2016 - Contrato Nº: 77/2015
 Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 2.878,71 (dois mil oitocentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos)
 Vigência : Início: 12/01/2016 Término: 12/07/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (13)
 Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 2.878,71 PELO PERÍODO DE JANEIRO/2016 A JULHO/2016, PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

ADITIVO Nº.....: 69/2016 - CONTRATO Nº: 22/2016

Aditivo Nº : 69/2016 - Contrato Nº: 22/2016
 Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
 Contratada...: CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 30/06/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 81/2015
 Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00 (7)
 Objeto : Aditivo de prazo pelo período de 30/05/2016 a 30/06/2016 para obra de urbanização e paisagismo da Unidade de Saúde do Bairro Aparecida visando a construção de cercas, muros, rampas e pavimentações a fim de suprir às necessidades dos usuários e comunidade.

ADITIVO Nº.....: 70/2016 - CONTRATO Nº: 4/2016

Aditivo Nº : 70/2016 - Contrato Nº: 4/2016
 Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
 Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA
 Valor : 36,36 (trinta e seis reais e trinta e seis centavos)
 Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2015
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (24)
 Objeto : ADITIVO DE VALOR DA CARGA DE GÁS P45 , DE R\$ 9,09 POR UNIDADE, TENDO EM VISTA O REAJUSTE PELO GOVERNO FEDERAL, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ADITIVO Nº.....: 72/2016 - CONTRATO Nº: 169/2014

Aditivo Nº : 72/2016 - Contrato Nº: 169/2014
 Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
 Contratada...: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
 Valor : 18.372,66 (dezoito mil trezentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos)
 Vigência : Início: 13/06/2016 Término: 31/01/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2014
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (24)
 Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 18.372,66 E PRAZO PELO PERÍODO DE JUNHO/2016 A JANEIRO/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA NA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

ADITIVO Nº.....: 8/2016 - CONTRATO Nº: 259/2015

Aditivo Nº : 8/2016 - Contrato Nº: 259/2015
 Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
 Contratada...: VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA
 Valor : 12.900,00 (doze mil novecentos reais)
 Vigência : Início: 14/01/2016 Término: 31/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 284/2014
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00 (21)
 Objeto : ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 259/2015 DE MAIS 10 MIL QUILOMETROS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2016, CONFORME ANEXO DESTA EDITAL.

CONTRATO Nº.: 1/2016

Contrato Nº.: 1/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada...: ILLO IMOVEIS LTDA

Valor : 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : Locação de um imóvel construído em alvenaria com dois pavimentos, com área total construída de 183m², localizado na rua Maximino de Moraes, 485; esquina com a rua Heraclides Vieira Borges, Centro, em Curitiba - SC, bem como lote de terras onde se localiza o imóvel perfazendo uma área total de 900m², durante o período de janeiro de 2016 até dezembro de 2016, destinada a sediar o Centro de Atenção Psicossocial de Curitiba - CAPS.

CONTRATO Nº.: 10/2016

Contrato Nº.: 10/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Valor : 2.527,82 (dois mil quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos)

Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO CAPS MUNICIPAL.

CONTRATO Nº.: 11/2016

Contrato Nº.: 11/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor : 585,16 (quinhentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos)

Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO CAPS MUNICIPAL.

CONTRATO Nº.: 12/2016

Contrato Nº.: 12/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Valor : 52.036,30 (cinquenta e dois mil e trinta e seis reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO CAPS MUNICIPAL

CONTRATO Nº.: 13/2016

Contrato Nº.: 13/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor : 2.985,56 (dois mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)

Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO CAPS MUNICIPAL.

CONTRATO Nº.: 14/2016

Contrato Nº.: 14/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada...: RR CARNES E FRIOS LTDA

Valor : 823,10 (oitocentos e vinte e três reais e dez centavos)

Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO CAPS MUNICIPAL.

CONTRATO Nº.: 15/2016

Contrato Nº.: 15/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME

Valor : 2.392,37 (dois mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos)

Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO CAPS MUNICIPAL.

CONTRATO Nº.: 16/2016

Contrato Nº.: 16/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA - EPP

Valor : 17.019,65 (dezessete mil e dezenove reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO CAPS MUNICIPAL

CONTRATO Nº.: 17/2016

Contrato Nº.: 17/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: SUPERMERCADO CEREAL LTDA

Valor : 9.087,77 (nove mil e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos)

Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO CAPS MUNICIPAL

CONTRATO Nº.: 18/2016

Contrato Nº.: 18/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: MICHELE KJELLIN COSSA BUCKER - ME

Valor : 85.900,00 (oitenta e cinco mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 28/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 230/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto : CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, HIDRÁULICA E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

CONTRATO Nº.: 2/2016

Contrato Nº.: 2/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: GERHARDT & PELEGRINI LTDA

Valor : 24.376,50 (vinte e quatro mil trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 201/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEL PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATO Nº.: 3/2016

Contrato Nº.: 3/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: JOSE CARLOS ROSA DA SILVA 81423179900

Valor : 21.162,00 (vinte e um mil cento e sessenta e dois reais)

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 195/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATO Nº.: 4/2016

Contrato Nº.: 4/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: I. TRAPP CIA LTDA

Valor : 4.069,00 (quatro mil e sessenta e nove reais)

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto : AQUISIÇÃO DE CARGA E BOTIÃO DE GÁS P 13 PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATO Nº.: 5/2016

Contrato Nº.: 5/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: ANDREIA REGINA BAYER - ME

Valor : 36.828,00 (trinta e seis mil oitocentos e vinte e oito reais)

Vigência : Início: 11/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : A realização de procedimentos de exames clínicos na área de fonoaudiologia com finalidade diagnóstica de exames de emissão otoacustica-teste da orelhinha, processamento auditivo central, audiometria tonal limiar, imitanciometria e campo livre a fim de atender as necessidades da população de Curitiba durante o ano de 2016, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

CONTRATO Nº.: 58/2016

Contrato Nº.: 58/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: ESCRIMATE COM E SERVICOS DE INFORMATICA - EIRELI

Valor : 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 07/04/2016 Término: 07/04/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (24)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE SAUDE E US.

CONTRATO Nº.: 7/2016

Contrato Nº.: 7/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA.

Valor : 9.755,71 (nove mil setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos)

Vigência : Início: 12/01/2016 Término: 12/01/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2016

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto : Contratação para fornecimento de licença de uso de Software de Informatica para orçamentação de peças para veículos durante o período de janeiro/2016 a janeiro/2017. CONFORME LEI 8.666/93, ART 25, CAPUT, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

CONTRATO Nº.: 9/2016

Contrato Nº.: 9/2016

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: SUPERMERCADO CEREAL LTDA

Valor : 5.225,00 (cinco mil duzentos e vinte e cinco reais)

Vigência : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016

O Fundo Municipal de Cultura, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO DE NATAL PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 16/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 09:00 horas do dia 17/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 31 de Outubro de 2016.

Amaury Silva

Presidente do Fundo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2016

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 21/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 22/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 25 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 209/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 209/2016

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 23/11/2016, na Recepção da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 23/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 31 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 210/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 210/2016

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 24/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o apurado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 25/11/2016, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 31 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 16/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 41/2016 - TP
	Processo Administrativo: 41/2016 Processo de Licitação: 41/2016 Data do Processo: 04/10/2016

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEI NORMA BERNECK LOCALIZADO NA RUA HERACLIDES VIEIRA BORGES, BAIRRO BOSQUE. COM ÁREA TOTAL DA EDIFICAÇÃO AMPLIADA 210M² E ÁREA TOTAL DA EDIFICAÇÃO REFORMADA 48M². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 16/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 1 de Novembro de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 41/2016, Licitação nº. 41/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

OCCA ARQUITETURA & CONSTRUÇÃO; FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP; B&P CONSTRUTORA LTDA;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE RECURSO PROTOCOLADO QUANTO À DECISÃO DA CPL, FICA MANTIDA A DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA EMPRESA FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, E HABILITAÇÃO DA EMPRESA OCCA ARQUITETURA & CONSTRUÇÃO. FICA AGENDADA A DATA DE 04/11/2016 ÀS 17:00 HORAS PARA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 1 de Novembro de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL	- - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- - SECRETÁRIA
DANIELLE CRISTINA POZZO DA SILVA	- - 1º MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2016**

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

O Poder Legislativo do Município de Curitiba/SC, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de materiais e serviços para reparos no prédio da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, nos termos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 17/11/2016, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link licitações.

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 16/11/2016, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br.

A partir das 14:30 horas do dia 17/11/2016, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Curitiba, 31 de outubro de 2016.

Márcio Damiani Polleto de Souza
Presidente

Ronaldo Spricigo
Pregoeiro

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Doutor Pedrinho, 01 de novembro de 2016.

Em concordância a Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências, a Prefeitura de Doutor Pedrinho, juntamente com as Secretarias Municipais, e Fundos, realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para a discussão e aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017.

O objetivo desta Audiência Pública é possibilitar a participação popular através de todos os segmentos organizados da Sociedade na definição dos planos e investimentos públicos municipais e a execução dos programas, a partir da votação da LOA 2017.

Assim sendo, a Audiência Pública acontecerá dia 10 de Novembro, às 19:00 horas, na Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, - Localizada na Brasília, 02. Vossa participação é fundamental, não apenas para o cumprimento da lei, mas também para contribuir com a elaboração deste importante instrumento de planejamento e definição dos investimentos possíveis da Administração Municipal.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar os mais elevados votos de estima e consideração, no aguardo da participação de Vossa Senhoria ou de algum membro de Vossa Entidade.

Atenciosamente

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

DECRETO Nº 046/2016

DECRETO Nº 046, de 10 de outubro de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), do Excesso de Arrecadação e Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento -Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

04.001.15.452.0020.2007	SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS		
04.001.15.452.0020.2007	SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS		
04.001.15.452.0020.2007	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00	
	TOTAL	10.000,00	
05.001.12.361.0050.2008	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1360000	SALARIO EDUCAÇÃO	10.000,00	
	TOTAL	10.000,00	
	TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO	20.000,00	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação _____ R\$ 10.000,00

Superavit Financeiro _____ R\$ 10.000,00

Total _____ R\$ 20.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de outubro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 10 de outubro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade

DECRETO Nº 047/2016

DECRETO Nº 047, de 20 de outubro de 2016.
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 37.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

02.001.04.122.0011.2002	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0011.2002	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0011.2002	MANUTENÇÃO ASSESSORIA DE GABINETE	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	22.000,00
TOTAL		22.000,00
05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	
4400000	INVESTIMENTOS	
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITA DE IMPOSTO DA EDUCAÇÃO	5.000,00
TOTAL		5.000,00
08.001.13.392.0050.2004	SEC. MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		37.000,00

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

02.001.04.122.0011.2002	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0011.2002	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0011.2002	MANUTENÇÃO ASSESSORIA DE GABINETE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	22.000,00
TOTAL		22.000,00
05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3000000	DESPESAS CORRENTES	

3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITA DE IMPOSTO DA EDUCAÇÃO	5.000,00
TOTAL		5.000,00
08.001.13.392.0050.2004	SEC. MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		37.000,00

Art.3º- O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de outubro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 20 de outubro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 048/2016

DECRETO Nº 048, de 21 de outubro de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 55.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

04.001.17.512.0020.1011	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.17.512.0020.1011	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.17.512.0020.1011	IMPLAN. DE SANEAMENTO BÁSICO MELHORIAS SISTEMA ÁGUA		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	55.000,00	
TOTAL		55.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		55.000,00	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro____R\$ 55.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de outubro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 21 de outubro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 049/2016

DECRETO nº 049, de 28 de Outubro de 2016.

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP para contratação de serviços e aquisição de bens no âmbito do Município de Doutor Pedrinho/SC.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 11 da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços (SRP) - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - Órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

V - Órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços;

VI - Compra nacional - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, estadual ou municipal, mediante prévia indicação da demanda pelas entidades ou órgãos beneficiados; e

VII - Órgão participante de compra nacional - órgão ou entidade da administração pública que, em razão de participação em programa ou projeto federal, estadual ou federal, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal.

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por

unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II**DA INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

Art. 4º - Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo informatizado, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades da Administração Municipal, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º - A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador.

§ 2º - O disposto neste artigo será regulamentado por norma complementar editada pelo Município, orientado pelos regulamentos expedidos pelos demais órgãos ou entidades da Administração Pública.

§ 3º - Caberá ao órgão gerenciador da Intenção de Registro de Preços - IRP:

I - estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes na IRP em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens; e

III - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.

§ 4º - Os procedimentos constantes dos incisos II e III do § 3º serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos.

§ 5º - Para receber informações a respeito das IRPs disponíveis no Portal de Compras do Governo Municipal, os órgãos e entidades integrantes do SISG se cadastrarão no módulo IRP e inserirão a linha de fornecimento e de serviços de seu interesse.

§ 6º - É facultado aos órgãos e entidades integrantes do SISG, antes de iniciar um processo licitatório, consultar as IRPs em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.

CAPÍTULO III**DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Art. 5º - Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo municipal;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste Decreto;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

XI - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 deste Decreto, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

§ 1º - A ata de registro de preços, disponibilizada no Portal de Compras do Governo municipal, poderá ser assinada por certificação digital.

§ 2º - O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 6º - O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§ 1º - Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 2º - No caso de compra nacional, o órgão gerenciador promoverá a divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município.

§ 3º - Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal, estadual e/ou municipal.

§ 4º - Os entes federados, órgãos ou entidades participantes de compra nacional poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União, do Estado e/ou do Município, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços de compra nacional.

§ 5º - Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º.

§ 6º - Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novas localidades para entrega do bem ou execução do serviço, o órgão participante responsável pela demanda elaborará, ressalvada a hipótese prevista no § 2º, pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais ou regionais.

CAPÍTULO V DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º - O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 8º - O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º - No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º - Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 9º - O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não

participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;

VII – órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º - O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º - Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região, se for o caso.

§ 3º - A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

§ 4º - O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador.

Art. 10 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único - A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 11 - Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

III - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo Municipal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

IV - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º - O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 2º - Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 4º - O anexo que trata o inciso II do caput consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

Art. 12 - O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CAPÍTULO VII

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 13 - Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 14 - A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único - A recusa injustificada de fornecedor classificado

em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 15 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 16 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VIII DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 17 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 18 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 19 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 20 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho

do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 21 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO IX DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 22 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 6º - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 7º - É vedada aos órgãos e entidades da administração pública municipal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 8º - É facultada aos órgãos ou entidades de outros municípios da região ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 - A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e

automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 24 - As atas de registro de preços vigentes, decorrentes de certames realizados antes desta regulamentação, poderão ser utilizadas pelos órgãos gerenciadores e participantes, até o término de sua vigência.

Art. 25 - Até a completa adequação do Portal de Compras do Governo municipal para atendimento ao disposto no § 1º do art. 5º, o órgão gerenciador deverá:

I - providenciar a assinatura da ata de registro de preços e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes; e

II - providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos e entidades participantes.

Art. 26 - Até a completa adequação do Portal de Compras do Governo municipal para atendimento ao disposto nos incisos I e II do caput do art. 11 e no inciso II do § 2º do art. 11, a ata registrará os licitantes vencedores, quantitativos e respectivos preços.

Art. 27 - O Município poderá editar normas complementares a este Decreto.

Art. 28 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 655, de 10/02/2004.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 28 de Outubro de 2016;
28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de Outubro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2016 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2013

EXTRATO DO CONTRATO nº 58/2016

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 33/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Empresa Telefonía Brasil S.A

OBJETO: contratação de serviços de telefonia celular, para as unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Ermo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução previsto na Cláusula Sétima do contrato de origem fica aditado por mais 12 (doze) meses e terá vigência de 09/09/2016 á 09/09/2017.

Data da assinatura: 14/10/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2016 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 59/2016

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 47/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELI -EPP

OBJETO: objeto a contratação de empresa para construção de Praça Pública Municipal com parque com forração em grama sintética, academia ao ar livre, floreiras, e demolição da estrutura existente com formação de palco com extensão de 1.833,30 m2 , conforme projetos e planilha estimativa de quantitativos e custos anexos e proposta do contratado.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução previsto na Cláusula Sétima do contrato de origem fica aditado por mais 7 (sete) meses para a execução da obra.

Data da assinatura: 01/11/2016.

PORTARIA Nº 179, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 179, de 31 de outubro de 2016.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDUARDO SIMÃO LEONARDO, da função de Auxiliar Administrativo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, Admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 141, de 28 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 180, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 180, de 31 de outubro de 2016.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JESUANA APARECIDA LOPES, da função de Auxiliar de Serviços Gerais I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, Admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 132, de 08 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 181, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 181, de 31 de outubro de 2016.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FABIANA PAULINO, da função de Monitor do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, Admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 057, de 07 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 182, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 182, de 31 de outubro de 2016.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RONEI SANTOS DA SILVA SIMÃO, da função de Auxiliar de Serviços Gerais I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, Admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 061, de 21 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 183, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 183, de 31 de outubro de 2016.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VERCIONI CARVALHO, da função de Professor do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, Admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 064, de 08 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 184, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 184, de 31 de outubro de 2016.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LUCIANA PEREIRA, da função de Auxiliar de Serviços Gerais I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, Admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 115, de 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 192, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 192, de 31 de outubro de 2016.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, GEFERSON DA SILVA, da função de Auxiliar de Serviços Gerais II do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, Admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 068, de 21 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 185, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 185, de 31 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JOICE DA SILVA ACÓRDI, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE PESSOAL, Nível DASU-1, dos Cargos de Provedimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado(a) pela Portaria nº. 081, de 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 186, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 186, de 31 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JOÃO OTAVIO DA SILVA, do cargo de DIRETOR DE AGRICULTURA, Nível DASU-2, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado(a) pela Portaria nº. 023, de 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 187, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 187, de 31 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANDREI FRASSETTO DE SOUZA, do cargo de DIRETOR DE ESPORTE E TURISMO, Nível DASU-2, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado(a) pela Portaria nº. 049, de 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 188, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 188, de 31 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANDERSON ANTONIN DA SILVA, do cargo de DIRETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL, Nível DASU-2, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado(a) pela Portaria nº. 144, de 29 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 189, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 189, de 31 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RONILDO DOS SANTOS SOARES, do cargo de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E SAÚDE, Nível DASU-2, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado(a) pela Portaria nº. 025, de 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 190, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 190, de 31 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar STELA SANTOS DE SOUZA, do cargo de CHEFE DIVISÃO SAÚDE, Nível DASU 1, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado(a) pela Portaria nº. 002, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 191, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 191, de 31 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LEILE DENISE LEONARDO, do cargo de DIRETOR DE FINANÇAS, Nível DASU-2, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado(a) pela Portaria nº. 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 31 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PROMULGAÇÃO DOS ANEXOS DA LEI Nº 410

Republicação para Promulgação dos anexos da Lei nº 410, de 06 de outubro de 2016 que Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 e dá Outras Providências. Os anexos foram alterados por Rejeição do Veto do Prefeito Municipal pela Câmara Municipal de Vereadores.



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Página: 1/1
 Data: 01/11/2016

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO 1

Receitas		Valor	Despesas		Valor	
RECEITAS CORRENTES		13.950.516,81	DESPESAS CORRENTES		9.814.525,12	
RECEITA TRIBUTÁRIA		372.785,98	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.389.986,24	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		81.800,96	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		21.200,00	
RECEITA PATRIMONIAL		40.837,56	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.403.338,88	
RECEITA DE SERVIÇOS		102.088,79				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		13.166.987,85				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		186.015,67				
DEDUÇÕES DA RECEITA		-2.339.012,91				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.339.012,91				
			Superavit		1.796.978,78	
Total		11.611.503,90	Total		11.611.503,90	
Superavit do orçamento corrente		1.796.978,78				
RECEITAS DE CAPITAL		387.714,49	DESPESAS DE CAPITAL		2.177.273,27	
ALIENAÇÃO DE BENS		89.960,49	INVESTIMENTOS		2.071.273,27	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		297.754,00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA		106.000,00	
Deficit		1.789.558,78				
Total		2.177.273,27	Total		2.177.273,27	
Resumo						
RECEITAS CORRENTES		13.950.516,81	116,26 %	DESPESAS CORRENTES	9.814.525,12	81,79 %
RECEITAS DE CAPITAL		387.714,49	3,23 %	DESPESAS DE CAPITAL	2.177.273,27	18,15 %
DEDUÇÕES DA RECEITA		-2.339.012,91	-19,49 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	7.420,00	0,06 %
Total		11.999.218,39	100,00 %	Total	11.999.218,39	100,00 %

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO 2 - DESPESAS
Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

 Página: 1/2
 Data: 01/11/2016

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			7.067.009,58
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.776.500,25	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		2.650,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.773.850,25	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		21.200,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		21.200,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.269.309,33	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		183.750,80	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.590,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.083.968,53	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.039.641,14
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.933.641,14	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.590,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.932.051,14	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		106.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		106.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			7.420,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		7.420,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		7.420,00	
Total das despesas:				9.114.070,72
Total da entidade:				9.114.070,72
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.011.515,54
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.069.430,26	
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos		0,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		26.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.042.930,26	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		942.085,28	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		318.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		624.085,28	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			97.632,13
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		97.632,13	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		97.632,13	
Total das despesas:				2.109.147,67
Total da entidade:				2.109.147,67
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			100.700,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100.700,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		100.700,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.300,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.300,00	
Total das despesas:				106.000,00
Total da entidade:				106.000,00
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			635.300,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		544.055,73	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		544.055,73	



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Página: 2/2

Data: 01/11/2016

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		91.244,27	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		91.244,27	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			34.700,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		34.700,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		34.700,00	
Total das despesas:				670.000,00
Total da entidade:				670.000,00
Total geral das transferências:				
				0,00
Total geral das despesas:				11.999.218,39
Total geral:				11.999.218,39

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO 2 - RECEITAS

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 1/3
 Data: 01/11/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			13.476.014,41
4.1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		315.826,30	
4.1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS		109.063,71	
4.1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	71.198,93		
4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	22.543,55		
4.1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	29.307,33		
4.1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	29.307,33		
4.1.1.1.2.08.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	19.348,05		
4.1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	37.864,78		
4.1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	37.864,78		
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS		106.762,59	
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.762,59		
4.1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	6.762,59		
4.1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	100.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	100.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		100.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	100.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		21.602,65	
4.1.2.2.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔM		21.602,65	
4.1.2.2.0.29.00.00.00	Contribuição p/custeio Serv Ilumin Publica	21.602,65		
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		18.768,03	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		18.768,03	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	18.768,03		
4.1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		102.088,79	
4.1.6.0.0.99.00.00.00	Outros Serviços	102.088,79		
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		12.872.420,71	
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		12.872.420,71	
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	7.946.869,31		
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	7.336.771,30		
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.300.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.971,30		
4.1.7.2.1.01.13.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	31.800,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	189.422,75		
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	14.475,60		
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	103.486,19		
4.1.7.2.1.22.90.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	71.460,96		
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	230.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	124.477,40		
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	31.800,00		
4.1.7.2.1.35.02.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.300,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	13.177,40		
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	74.200,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	66.197,86		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	4.408.695,40		
4.1.7.2.2.01.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.323.895,40		
4.1.7.2.2.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.000.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	250.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	73.895,40		
4.1.7.2.2.99.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	84.800,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00	Outras transferencias dos estados Transp escolar	84.800,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	516.856,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	516.856,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		145.307,93	
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		18.744,14	
4.1.9.1.4.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	1.890,14		
4.1.9.1.4.99.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	1.890,14		
4.1.9.1.4.99.01.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	1.890,14		



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 2/3
 Data: 01/11/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	16.854,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	16.854,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.971,75	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.971,75		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	5.971,75		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		30.300,64	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	22.900,85		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	22.900,85		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	7.399,79		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	7.399,79		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	7.399,79		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		90.291,40	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	90.291,40		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			354.054,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		56.300,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		56.300,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	56.300,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		297.754,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		297.754,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	119.101,60		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	119.101,60		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	178.652,40		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	178.652,40		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-2.339.012,91
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.339.012,91	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-2.339.012,91	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.474.233,83		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.460.994,26		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.460.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-994,26		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-13.239,57		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-864.779,08		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-864.779,08		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-800.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-14.779,08		
			Total das receitas:	11.491.055,50
			Total por entidade:	11.491.055,50
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			368.502,40
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		51.659,68	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		45.771,30	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	39.984,16		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	39.984,16		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	39.984,16		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	5.787,14		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.787,14		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		5.888,38	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.101,86		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	4.101,86		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.786,52		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.786,52		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		294.567,14	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		294.567,14	



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 3/3

Data: 01/11/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	276.701,90		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	276.701,90		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	17.865,24		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	17.865,24		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		22.275,58	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.933,02	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.933,02		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.933,02		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		20.342,56	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	20.342,56		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			33.660,49
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		33.660,49	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		33.660,49	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	33.660,49		
Total das receitas:				402.162,89
Total por entidade:				402.162,89
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			106.000,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		5.300,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		5.300,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	5.300,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	5.300,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	5.300,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		60.198,31	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		60.198,31	
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	60.198,31		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		22.069,53	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		22.069,53	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	22.069,53		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		18.432,16	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		18.432,16	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	18.432,16		
Total das receitas:				106.000,00
Total por entidade:				106.000,00
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das receitas:				11.999.218,39
Total geral:				11.999.218,39

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO 5

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Página: 1/1
 Data: 01/11/2016

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Funções		Subfunções
1 Legislativa		31 Ação Legislativa
4 Administração		122 Administração Geral
6 Segurança Pública		181 Policiamento
8 Assistência Social		243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social		244 Assistência Comunitária
10 Saúde		301 Atenção Básica
10 Saúde		302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
12 Educação		306 Alimentação e Nutrição
12 Educação		361 Ensino Fundamental
12 Educação		365 Educação Infantil
12 Educação		366 Educação de Jovens e Adultos
12 Educação		367 Educação Especial
13 Cultura		392 Difusão Cultural
15 Urbanismo		451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo		452 Serviços Urbanos
20 Agricultura		605 Abastecimento
26 Transporte		782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer		812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais		846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência		999 Reserva de Contingência

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO 6

Página: 1/4
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)



Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					9.114.070,72
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		458.765,76	8.422.104,96	233.200,00	9.114.070,72
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO		0,00	270.510,16	0,00	270.510,16
		0,00	270.510,16	0,00	270.510,16
04	Administração		270.510,16		270.510,16
04.122	Administração Geral		270.510,16		270.510,16
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		270.510,16		270.510,16
04.122.0019.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		270.510,16		270.510,16
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	698.641,76	233.200,00	931.841,76
Unidade: 03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	698.641,76	233.200,00	931.841,76
04	Administração		669.877,60		669.877,60
04.122	Administração Geral		669.877,60		669.877,60
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		669.877,60		669.877,60
04.122.0020.2.003	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças		669.877,60		669.877,60
06	Segurança Pública		28.764,16		28.764,16
06.181	Policimento		28.764,16		28.764,16
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR		11.910,16		11.910,16
06.181.0021.2.004	Manutenção do Convênio Policia Militar		11.910,16		11.910,16
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		16.854,00		16.854,00
06.181.0042.2.023	Manutenção do Convênio SSP - Transito		16.854,00		16.854,00
28	Encargos Especiais			233.200,00	233.200,00
28.846	Outros Encargos Especiais			233.200,00	233.200,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS			233.200,00	233.200,00
28.846.0000.0.001	Pasep			233.200,00	233.200,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	775.855,60	0,00	775.855,60
Unidade: 04.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	775.855,60	0,00	775.855,60
20	Agricultura		775.855,60		775.855,60
20.605	Abastecimento		775.855,60		775.855,60
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		775.855,60		775.855,60
20.605.0022.2.005	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		775.855,60		775.855,60

Página: 2/4
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		458.765,76	8.422.104,96	233.200,00	9.114.070,72
Unidade: 05.01 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		30.000,00	3.892.888,60	0,00	3.922.888,60
		30.000,00	3.892.888,60	0,00	3.922.888,60
12	Educação	30.000,00	3.770.333,52		3.800.333,52
12.306	Alimentação e Nutrição		119.177,40		119.177,40
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		119.177,40		119.177,40
12.306.0030.2.012	Aquisição de Merenda Escolar		119.177,40		119.177,40
12.361	Ensino Fundamental		119.177,40		119.177,40
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE		2.815.998,83		2.845.998,83
12.361.0001.1.010	Construção de Núcleo Escolar	30.000,00			30.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	30.000,00			30.000,00
12.361.0026.2.009	Manutenção do Transporte Escolar	30.000,00			30.000,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		338.600,00		338.600,00
12.361.0035.2.008	Manutenção do Ensino Fundamental		338.600,00		338.600,00
12.365	Educação Infantil		2.477.398,83		2.477.398,83
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		2.477.398,83		2.477.398,83
12.365.0025.2.007	Manutenção do Ensino Infantil	691.411,19			691.411,19
12.366	Educação de Jovens e Adultos	691.411,19			691.411,19
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	80.146,10			80.146,10
12.366.0027.2.010	Manutenção do Ensino Supletivo	80.146,10			80.146,10
12.367	Educação Especial	63.600,00			63.600,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	63.600,00			63.600,00
12.367.0031.2.014	Manutenção do Ensino Especial	63.600,00			63.600,00
13	Cultura		27.155,08		27.155,08
13.392	Difusão Cultural		27.155,08		27.155,08
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		27.155,08		27.155,08
13.392.0029.2.013	Manutenção e divulgação da Cultura		27.155,08		27.155,08
27	Desporto e Lazer		27.155,08		27.155,08
27.812	Desporto Comunitário		95.400,00		95.400,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		95.400,00		95.400,00
27.812.0028.2.011	Manutenção do Desporto Amador		95.400,00		95.400,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 3/4
 Data: 01/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 06.00	SECRETARIA DE OBRAS, VIACÃO, TRANSP. E SERV. URBANOS	458.765,76	8.422.104,96	233.200,00	9.114.070,72
Unidade: 06.01	SECRETARIA DE OBRAS, VIACÃO, TRANSP. E SERV. URBANOS	428.765,76	2.172.572,04	0,00	2.601.337,80
		428.765,76	2.172.572,04	0,00	2.601.337,80
15	Urbanismo				609.368,41
15.451	Infra-Estrutura Urbana	428.765,76	180.602,65		428.765,76
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	71.460,96			71.460,96
15.451.0005.1.001	Construção de Pontes e similares	59.550,80			59.550,80
15.451.0005.1.003	Construção de Abrigos de Passageiros	11.910,16			11.910,16
15.451.0012	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	357.304,80			357.304,80
15.451.0012.1.002	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	357.304,80			357.304,80
15.452	Serviços Urbanos		180.602,65		180.602,65
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA		180.602,65		180.602,65
15.452.0032.2.016	Manutenção e Ampliação da Iluminação Publica		180.602,65		180.602,65
26	Transporte				1.991.969,39
26.782	Transporte Rodoviário		1.991.969,39		1.991.969,39
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS		1.991.969,39		1.991.969,39
26.782.0033.2.021	Manut. da Secr. Obras, Viacão, Transp. e Serv. Urbanos		1.991.969,39		1.991.969,39
Órgão: 07.00	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	604.216,80	0,00	604.216,80
Unidade: 07.01	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	604.216,80	0,00	604.216,80
08	Assistência Social				604.216,80
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		17.865,24		17.865,24
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR		17.865,24		17.865,24
08.243.0041.2.022	Manutencao do FIA e Conselho Tutelar		17.865,24		17.865,24
08.244	Assistência Comunitária		586.351,56		586.351,56
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA		59.550,80		59.550,80
08.244.0002.2.053	Contribuicoes Financeiras a Associações Comunitárias		59.550,80		59.550,80
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		526.800,76		526.800,76
08.244.0039.2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		526.800,76		526.800,76

Página: 4/4
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		458.765,76	8.422.104,96	233.200,00	9.114.070,72
Unidade: 99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	7.420,00	0,00	7.420,00
		0,00	7.420,00	0,00	7.420,00
99	Reserva de Contingência		7.420,00		7.420,00
99.999	Reserva de Contingência		7.420,00		7.420,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.420,00		7.420,00
99.999.0999.2.019	Reserva de Contingência		7.420,00		7.420,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO					
Órgão: 09.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	2.109.147,67	0,00	2.109.147,67
Unidade: 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	2.109.147,67	0,00	2.109.147,67
		0,00	2.109.147,67	0,00	2.109.147,67
10	Saúde		2.109.147,67		2.109.147,67
10.301	Atenção Básica		2.109.147,67		2.109.147,67
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		2.109.147,67		2.109.147,67
10.301.0037.2.051	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF		2.109.147,67		2.109.147,67
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO					
Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	106.000,00	0,00	106.000,00
Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	106.000,00	0,00	106.000,00
		0,00	106.000,00	0,00	106.000,00
10	Saúde		106.000,00		106.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		106.000,00		106.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		106.000,00		106.000,00
10.302.0040.2.052	Manutenção do Fundo de Assistência		106.000,00		106.000,00
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 01.00 CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
		0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
01	Legislativa		670.000,00		670.000,00
01.031	Ação Legislativa		670.000,00		670.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		670.000,00		670.000,00
01.031.0018.2.001	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores		670.000,00		670.000,00
Total geral:					11.999.218,39

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO 7

Página: 1/2
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		670.000,00		670.000,00
01.031	Ação Legislativa		670.000,00		670.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		670.000,00		670.000,00
04	Administração		940.387,76		940.387,76
04.122	Administração Geral		940.387,76		940.387,76
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		270.510,16		270.510,16
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		669.877,60		669.877,60
06	Segurança Pública		28.764,16		28.764,16
06.181	Policimento		28.764,16		28.764,16
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR		11.910,16		11.910,16
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		16.854,00		16.854,00
08	Assistência Social		604.216,80		604.216,80
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		17.865,24		17.865,24
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR		17.865,24		17.865,24
08.244	Assistência Comunitária		586.351,56		586.351,56
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA		59.550,80		59.550,80
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		526.800,76		526.800,76
10	Saúde		2.215.147,67		2.215.147,67
10.301	Atenção Básica		2.109.147,67		2.109.147,67
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		2.109.147,67		2.109.147,67
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		106.000,00		106.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		106.000,00		106.000,00
12	Educação		3.770.333,52		3.770.333,52
12.306	Alimentação e Nutrição	30.000,00	119.177,40		119.177,40
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		119.177,40		119.177,40
12.361	Ensino Fundamental	30.000,00	2.815.998,83		2.845.998,83
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	30.000,00			30.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		338.600,00		338.600,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		2.477.398,83		2.477.398,83
12.365	Educação Infantil		691.411,19		691.411,19
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		691.411,19		691.411,19
12.366	Educação de Jovens e Adultos		80.146,10		80.146,10
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO		80.146,10		80.146,10

Página: 2/2
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017



Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	30.000,00	3.770.333,52		3.800.333,52
12.367	Educação Especial		63.600,00		63.600,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL		63.600,00		63.600,00
13	Cultura		27.155,08		27.155,08
13.392	Difusão Cultural		27.155,08		27.155,08
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		27.155,08		27.155,08
15	Urbanismo	428.765,76	180.602,65		609.368,41
15.451	Infra-Estrutura Urbana	428.765,76			428.765,76
15.451.0012	VIAS PÚBLICAS DE QUALIDADE	357.304,80			357.304,80
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	71.460,96			71.460,96
15.452	Serviços Urbanos		180.602,65		180.602,65
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		180.602,65		180.602,65
20	Agricultura		775.855,60		775.855,60
20.605	Abastecimento		775.855,60		775.855,60
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		775.855,60		775.855,60
26	Transporte		1.991.969,39		1.991.969,39
26.782	Transporte Rodoviário		1.991.969,39		1.991.969,39
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP E SERVICOS URBANOS		1.991.969,39		1.991.969,39
27	Desporto e Lazer		95.400,00		95.400,00
27.812	Desporto Comunitário		95.400,00		95.400,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		95.400,00		95.400,00
28	Encargos Especiais			233.200,00	233.200,00
28.846	Outros Encargos Especiais			233.200,00	233.200,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS			233.200,00	233.200,00
99	Reserva de Contingência		7.420,00		7.420,00
99.999	Reserva de Contingência		7.420,00		7.420,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.420,00		7.420,00
Total:		458.765,76	11.307.252,63	233.200,00	11.999.218,39
Total geral:		458.765,76	11.307.252,63	233.200,00	11.999.218,39

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO 8



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 1/2
 Data: 01/11/2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	670.000,00		670.000,00
01.031	Ação Legislativa	670.000,00		670.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	670.000,00		670.000,00
04	Administração	940.387,76		940.387,76
04.122	Administração Geral	940.387,76		940.387,76
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	270.510,16		270.510,16
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	669.877,60		669.877,60
06	Segurança Pública	28.764,16		28.764,16
06.181	Policimento	28.764,16		28.764,16
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	11.910,16		11.910,16
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	16.854,00		16.854,00
08	Assistência Social	374.216,80	230.000,00	604.216,80
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	17.865,24		17.865,24
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	17.865,24		17.865,24
08.244	Assistência Comunitária	356.351,56	230.000,00	586.351,56
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA	59.550,80		59.550,80
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	296.800,76	230.000,00	526.800,76
10	Saúde	1.920.580,53	294.567,14	2.215.147,67
10.301	Atenção Básica	1.814.580,53	294.567,14	2.109.147,67
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	1.814.580,53	294.567,14	2.109.147,67
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	106.000,00		106.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	106.000,00		106.000,00
12	Educação	3.074.200,12	726.133,40	3.800.333,52
12.306	Alimentação e Nutrição	106.000,00	13.177,40	119.177,40
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	106.000,00	13.177,40	119.177,40
12.361	Ensino Fundamental	2.193.042,83	652.956,00	2.845.998,83
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	30.000,00		30.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	179.600,00	159.000,00	338.600,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.983.442,83	493.956,00	2.477.398,83
12.365	Educação Infantil	651.411,19	40.000,00	691.411,19
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	651.411,19	40.000,00	691.411,19
12.366	Educação de Jovens e Adultos	60.146,10	20.000,00	80.146,10
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	60.146,10	20.000,00	80.146,10

Página: 2/2
Data: 01/11/2016



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	3.074.200,12	726.133,40	3.800.333,52
12.367	Educação Especial	63.600,00		63.600,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	63.600,00		63.600,00
13	Cultura	27.155,08		27.155,08
13.392	Difusão Cultural	27.155,08		27.155,08
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	27.155,08		27.155,08
15	Urbanismo	409.113,36	200.255,05	609.368,41
15.451	Infra-Estrutura Urbana	250.113,36	178.652,40	428.765,76
15.451.0012	VIAS PÚBLICAS DE QUALIDADE	178.652,40	178.652,40	357.304,80
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	71.460,96		71.460,96
15.452	Serviços Urbanos	159.000,00	21.602,65	180.602,65
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	159.000,00	21.602,65	180.602,65
20	Agricultura	656.754,00	119.101,60	775.855,60
20.605	Abastecimento	656.754,00	119.101,60	775.855,60
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	656.754,00	119.101,60	775.855,60
26	Transporte	1.842.207,60	149.761,79	1.991.969,39
26.782	Transporte Rodoviário	1.842.207,60	149.761,79	1.991.969,39
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS	1.842.207,60	149.761,79	1.991.969,39
27	Desporto e Lazer	95.400,00		95.400,00
27.812	Desporto Comunitário	95.400,00		95.400,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	95.400,00		95.400,00
28	Encargos Especiais	233.200,00		233.200,00
28.846	Outros Encargos Especiais	233.200,00		233.200,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS	233.200,00		233.200,00
99	Reserva de Contingência			7.420,00
99.999	Reserva de Contingência			7.420,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			7.420,00
Total:		10.279.399,41	1.719.818,98	11.999.218,39
Total geral:		10.279.399,41	1.719.818,98	11.999.218,39

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO 9

Página: 1/20
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	270.510,16	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	669.877,60	0,00	28.764,16
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	940.387,76	0,00	28.764,16



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Página: 2/20
 Data: 01/11/2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800.333,52
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	604.216,80	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	604.216,80	0,00	0,00	0,00	3.800.333,52



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Página: 3/20
 Data: 01/11/2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		27.155,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	609.368,41	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		27.155,08	0,00	609.368,41	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Página: 4/20
 Data: 01/11/2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	775.855,60	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	775.855,60	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Página: 5/20
 Data: 01/11/2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270.510,16
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	233.200,00	0,00	931.841,76
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	775.855,60
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	95.400,00	0,00	0,00	3.922.888,60
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	1.991.969,39	0,00	0,00	0,00	2.601.337,80
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604.216,80
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	7.420,00	7.420,00
Total:		0,00	1.991.969,39	95.400,00	233.200,00	7.420,00	9.114.070,72



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 6/20
 Data: 01/11/2016

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 7/20
 Data: 01/11/2016

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saude	Trabalho	Educação
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	2.109.147,67	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	2.109.147,67	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 8/20
 Data: 01/11/2016

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/20
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/20
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.109.147,67
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.109.147,67



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/20
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/20
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	106.000,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	106.000,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/20
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 14/20
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Página: 15/20
Data: 01/11/2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 16/20
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		670.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		670.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 17/20
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 18/20
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 19/20
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 20/20
 Data: 01/11/2016

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	670.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	670.000,00
	Total geral:						11.999.218,39

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/1
Data: 01/11/2016


Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	11.999.218,39	11.320.017,35	----	12.681.753,47	11.286.715,44	----	13.441.857,83	11.286.005,13	----
Receitas Primárias (I)	11.868.420,34	11.196.622,96	----	12.602.785,54	11.216.434,26	----	13.358.151,82	11.215.724,19	----
Despesa Total	11.999.218,39	11.320.017,35	----	12.654.153,48	11.262.151,55	----	13.416.801,44	11.264.967,37	----
Despesas Primárias (II)	11.872.018,39	11.200.017,35	----	12.519.321,48	11.142.151,55	----	13.273.879,52	11.144.967,78	----
Resultado Primário III = (I-II)	(3.598,05)	(3.394,39)	----	83.464,06	74.282,72	----	84.272,30	70.756,41	----
Resultado Nominal	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----
Dívida Pública Consolidada	120.000,00	113.207,55	----	100.000,00	88.999,64	----	80.000,00	67.169,32	----
Dívida Consolidada Líquida	(20.000,00)	(18.867,92)	----	(20.000,00)	(17.799,93)	----	(20.000,00)	(16.792,33)	----

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2017		2018		2019	
Inflação média (% anual)	6,000		6,000		6,000	

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO II - A

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0018

Objetivo do programa:

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Justificativa do programa:

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3 A	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores	SESSOES LEGISLATIVAS (UND)	45.000	670.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	544.055,73	0,00	544.055,73
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	91.244,27	0,00	91.244,27
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	34.700,00	0,00	34.700,00
Total:			670.000,00	0,00	670.000,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 2/28
 Data: 01/11/2016

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	0019

Objetivo do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Justificativa do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	4	A	Manutenção do Gabinete do Prefeito	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (UND)	2000,000	270.510,16

II - Descrição das Ações

Manutenção do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	116.000,00	0,00	116.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	60.600,00	0,00	60.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	82.000,00	0,00	82.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			270.510,16	0,00	270.510,16

Página: 3/28
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0020

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	5	A	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	SERVIDORES ATENDENDO (UND)	25,000	669.877,60

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	2.650,00	0,00	2.650,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	338.782,36	0,00	338.782,36
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	1.590,00	0,00	1.590,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	307.400,00	0,00	307.400,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	1.590,00	0,00	1.590,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	17.865,24	0,00	17.865,24
Total:			669.877,60	0,00	669.877,60



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 4/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policciamento	181
Programa:	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	0021

Objetivo do programa:

Manutenção do Convênio Policia Militar

Justificativa do programa:

Manutenção do Convênio Policia Militar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	5	A	Manutenção do Convênio Policia Militar	DIAS PATRULHADOS (DIA)	365,000	11.910,16

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convênio Policia Militar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			11.910,16	0,00	11.910,16



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 5/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policciamento	181
Programa:	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	0042

Objetivo do programa:
 CONVENIO SSP-TRANSITO

Justificativa do programa:
 Manutenção do convenio SSP-Transito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	5	A	Manutenção do Convenio SSP - Transito	MULTAS (MUL)	0,000	16.854,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convenio SSP - Transito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0056 - Convenio SSP Transito Prefeitura	16.854,00	0,00	16.854,00
Total:			16.854,00	0,00	16.854,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Página: 6/28
 Data: 01/11/2016

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Pasep

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	5 O	Pasep	PARCELAS MENSAIS (MES)	12,000	233.200,00

II - Descrição das Ações

Pasep

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	21.200,00	0,00	21.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	106.000,00	0,00	106.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	106.000,00	0,00	106.000,00
Total:			233.200,00	0,00	233.200,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 7/28
 Data: 01/11/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Abastecimento	605
Programa:	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0022

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	6	A	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES (UND)	600,000	775.855,60

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	333.200,00	0,00	333.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	237.800,00	0,00	237.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Ou	0,00	119.101,60	119.101,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	85.754,00	0,00	85.754,00
Total:			656.754,00	119.101,60	775.855,60



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 8/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	0030

Objetivo do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Justificativa do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	7 A	Aquisição de Merenda Escolar	ALUNOS (ALU)	227,000	119.177,40

II - Descrição das Ações

Aquisição de Merenda Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação	0,00	13.177,40	13.177,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	106.000,00	0,00	106.000,00
Total:			106.000,00	13.177,40	119.177,40



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 9/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	ENSINO DE QUALIDADE	0001

Objetivo do programa:

Construção e ampliação de Núcleo Escolar

Justificativa do programa:

Construção e ampliação de Núcleo Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	7	P	Construção de Núcleo Escolar	OBRAS (UND)	0,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Núcleo Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Itr	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0022 - Transferencias de Convenios Des	0,00	0,00	0,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 10/28
 Data: 01/11/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0026

Objetivo do programa:

Manutenção do Transporte Escolar

Justificativa do programa:

Manutenção do Transporte Escolar

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	7 A	Manutenção do Transporte Escolar	ALUNOS (ALU)	393,000	338.600,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Transporte Escolar ☐

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	179.600,00	0,00	179.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0010 - RECURSOS DO TESOIRO - TR	0,00	84.800,00	84.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Programa Nac de Apoio Transp E	0,00	74.200,00	74.200,00
Total:			179.600,00	159.000,00	338.600,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 11/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0035

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	7	A	Manutenção do Ensino Fundamental	ALUNOS (ALU)	0,000	2.477.398,83

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	477.000,00	0,00	477.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Fundef 60%	0,00	250.113,60	250.113,60
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019 - Fundef 40%	0,00	206.742,40	206.742,40
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.3.0019 - Superavit do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	741.442,83	0,00	741.442,83
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salário Educação	0,00	31.800,00	31.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0059 - Programa Dinheiro Direto Escola I	0,00	5.300,00	5.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	765.000,00	0,00	765.000,00
Total:			1.983.442,83	493.956,00	2.477.398,83

Página: 12/28
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	0025

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	7	A	Manutenção do Ensino Infantil	ALUNOS (ALLU)	0,000	691.411,19

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	150.011,89	0,00	150.011,89
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Fundef 60%	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	249.000,00	0,00	249.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	252.399,30	0,00	252.399,30
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0022 - Transferencias de Convenios Des	0,00	0,00	0,00
Total:			651.411,19	40.000,00	691.411,19



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 13/28
 Data: 01/11/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	0027

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	7 A	Manutenção do Ensino Supletivo	ALUNOS (ALLU)	50,000	80.146,10

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Supletivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	53.000,00	0,00	53.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Fundef 60%	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	7.146,10	0,00	7.146,10
Total:			60.146,10	20.000,00	80.146,10



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 14/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	0031

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Especial

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Especial

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	7 A	Manutenção do Ensino Especial	ALUNOS (ALU)	10,000	63.600,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	63.600,00	0,00	63.600,00
Total:			63.600,00	0,00	63.600,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 15/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	0029

Objetivo do programa:

Manutenção e divulgação da Cultura

Justificativa do programa:

Manutenção e divulgação da Cultura

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	7	A	Manutenção e divulgação da Cultura	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (UND)	145,000	27.155,08

II - Descrição das Ações

Manutenção e divulgação da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	21.200,00	0,00	21.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	5.955,08	0,00	5.955,08
Total:			27.155,08	0,00	27.155,08



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 16/28
 Data: 01/11/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	0028

Objetivo do programa:

Manutenção do Desporto Amador

Justificativa do programa:

Manutenção do Desporto Amador

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	7 A	Manutenção do Desporto Amador	EVENTOS A REALIZAR (UND)	0,000	95.400,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Desporto Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	53.000,00	0,00	53.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	42.400,00	0,00	42.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Ou	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	0,00	0,00	0,00
Total:			95.400,00	0,00	95.400,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 17/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	0005

Objetivo do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	8	P	Construção de Abrigos de Passageiros	OBRAS (UND)	3,000	11.910,16

II - Descrição das Ações

Construção de Abrigos de Passageiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			11.910,16	0,00	11.910,16



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 18/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	0005

Objetivo do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	8	P	Construção de Pontes e similares	OBRAS (M2)	50,000	59.550,80

II - Descrição das Ações

Construção de Pontes e similares

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	59.550,80	0,00	59.550,80
Total:			59.550,80	0,00	59.550,80



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 19/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	0012

Objetivo do programa:

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Justificativa do programa:

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	8	P	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	PAVIMENTACAO (M2)	7500,000	357.304,80

II - Descrição das Ações

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Ou	0,00	178.652,40	178.652,40
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	178.652,40	0,00	178.652,40
Total:			178.652,40	178.652,40	357.304,80



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 20/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0032

Objetivo do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Justificativa do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	8	A	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	PONTOS DE ILUMINACAO PUBLICA (UND)	700,000	180.602,65

II - Descrição das Ações

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0017 - Contrib p/ Custeio do Serviço de Il	0,00	21.602,65	21.602,65
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	159.000,00	0,00	159.000,00
Total:			159.000,00	21.602,65	180.602,65



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Página: 21/28
 Data: 01/11/2016

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS	0033

Objetivo do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras,Viação, Transportes e Serviços Urbanos

Justificativa do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras,Viação, Transportes e Serviços Urbanos

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	8 A	Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos	ESTRADAS MUNICIPAIS (KM)	0,000	1.991.969,39

II - Descrição das Ações

Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	736.000,00	0,00	736.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0016 - Contribuicao de Intervencao do Dc	0,00	31.800,00	31.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0044 - Fundo Especial do Petroleo	0,00	103.486,19	103.486,19
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0045 - Outras Trans pela exploracao de r	0,00	14.475,60	14.475,60
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	996.907,60	0,00	996.907,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	53.000,00	0,00	53.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0092 - Alienacao de Bens	56.300,00	0,00	56.300,00
Total:			1.842.207,60	149.761,79	1.991.969,39



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 22/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	0041

Objetivo do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar

Justificativa do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	9	A	Manutencao do FIA e Conselho Tutelar	ALUNOS (ALLU)	20,000	17.865,24

II - Descrição das Ações

Manutencao do FIA e Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	17.865,24	0,00	17.865,24
Total:			17.865,24	0,00	17.865,24



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 23/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	COMUNIDADE INTEGRADA	0002

Objetivo do programa:

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Justificativa do programa:

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	9	A	Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS (COM)	10,000	59.550,80

II - Descrição das Ações

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	59.550,80	0,00	59.550,80
Total:			59.550,80	0,00	59.550,80

Página: 24/28
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais



Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0039

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	9	A	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES (UND)	0,000	526.800,76

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	0,00	0,00	0,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0047 - Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	2.300,00	2.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0048 - Programa de Atencao a Crianca P	0,00	11.500,00	11.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0050 - Progr de Erradicação do Trabalho	0,00	115.000,00	115.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0052 - Outras Trans de Rec do Fundo Ne	0,00	80.500,00	80.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0063 - Bolsa Familia	0,00	20.700,00	20.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	190.800,76	0,00	190.800,76
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	106.000,00	0,00	106.000,00
Total:			296.800,76	230.000,00	526.800,76

Página: 25/28
Data: 01/11/2016



Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	0037

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	11 A	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF	HABITANTES (UND)	0,000	2.109.147,67

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	0,00	0,00	0,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	26.500,00	0,00	26.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	881.600,00	0,00	881.600,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	161.330,26	161.330,26
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	318.000,00	0,00	318.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	501.820,04	0,00	501.820,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0023 - Transferências de Convenios Des	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0043 - Transf de Rec do Estado em Saur	0,00	17.865,24	17.865,24
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	104.400,00	104.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	53.000,00	0,00	53.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0023 - Transferências de Convenios Des	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	10.971,64	10.971,64



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 26/28
 Data: 01/11/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0092 - Alienacao de Bens	33.660,49	0,00	33.660,49
Total:			1.814.580,53	294.567,14	2.109.147,67



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 27/28
 Data: 01/11/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	0040

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	12 A	Manutenção do Fundo de Assistência	SERVIDORES VINCULADOS AO SIMAS (UND)	60,000	106.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo de Assistência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	1.325,00	0,00	1.325,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	795,00	0,00	795,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	98.580,00	0,00	98.580,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	5.300,00	0,00	5.300,00
Total:			106.000,00	0,00	106.000,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 28/28
 Data: 01/11/2016

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0999

Objetivo do programa:

Reserva de Contingência

Justificativa do programa:

Reserva de Contingência

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	10	A	Reserva de Contingência	RESERVA DE CONTINGENCIA (UND)	1,000	7.420,00

II - Descrição das Ações

Reserva de Contingência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	7.420,00		7.420,00
Total:			7.420,00		7.420,00

Página: 2/3
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO III-A Discriminação das Receitas
Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2017 (C)



Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	71.460,96	75.748,62	80.293,54
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	276.701,90	283.764,01	300.789,85
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. Social - FNAS	230.000,00	243.800,00	258.428,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	124.477,40	131.946,04	139.862,80
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	31.800,00	33.708,00	35.730,48
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	13.177,40	13.968,04	14.806,12
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	74.200,00	78.652,00	83.371,12
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	66.197,86	70.169,73	74.379,91
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	4.426.560,64	4.692.154,27	4.973.683,53
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.323.895,40	4.583.329,12	4.858.328,87
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.000.000,00	4.240.000,00	4.494.400,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	250.000,00	265.000,00	280.900,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	73.895,40	78.329,12	83.028,87
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	17.865,24	18.937,15	20.073,38
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	84.800,00	89.888,00	95.281,28
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras transferências dos estados Transp escolar	84.800,00	89.888,00	95.281,28
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	516.856,00	547.867,36	580.739,40
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	516.856,00	547.867,36	580.739,40
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	186.015,67	228.976,59	241.914,33
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	18.744,14	19.868,79	21.060,91
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.904,77	8.379,06	8.881,80
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	7.904,77	8.379,06	8.881,80
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	7.904,77	8.379,06	8.881,80
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	30.300,64	32.118,68	34.045,80
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	22.900,85	24.274,90	25.731,39
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	22.900,85	24.274,90	25.731,39
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	7.399,79	7.843,78	8.314,41
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	7.399,79	7.843,78	8.314,41
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	7.399,79	7.843,78	8.314,41
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	129.066,12	168.610,06	177.925,82
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	129.066,12	168.610,06	177.925,82
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	387.714,49	351.299,36	372.377,33
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	89.960,49	35.680,12	37.820,93

Página: 3/3
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO III-A Discriminação das Receitas
Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2017 (C)



Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	89.960,49	35.680,12	37.820,93
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	89.960,49	35.680,12	37.820,93
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	297.754,00	315.619,24	334.556,40
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	297.754,00	315.619,24	334.556,40
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	119.101,60	126.247,70	133.822,56
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	119.101,60	126.247,70	133.822,56
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed. e suas Entid.	178.652,40	189.371,54	200.733,84
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	178.652,40	189.371,54	200.733,84
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.474.233,83	-1.562.687,85	-1.656.449,13
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.460.994,26	-1.548.653,91	-1.641.573,15
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.460.000,00	-1.547.600,00	-1.640.456,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-994,26	-1.053,91	-1.117,15
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-13.239,57	-14.033,94	-14.875,98
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-864.779,08	-916.665,83	-971.665,78
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-864.779,08	-916.665,83	-971.665,78
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-800.000,00	-848.000,00	-898.880,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-50.000,00	-53.000,00	-56.180,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-14.779,08	-15.665,83	-16.605,78
Total geral:		11.999.218,39	12.681.753,47	13.441.857,83

Página: 2/5
Data: 01/11/2016**Natureza Jurídica não encontrada**
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2013	2014	2015			2018	2019
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.7.2.1.01.02.20.02.00	Cota-Parte FPM 1% conforme alínea d 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.20.03.00	Cota-Parte FPM 1% conforme alínea d 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	4.971,30	4.971,30	5.269,58	5.585,75
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rura 25	0,00	0,00	0,00	1.242,83	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rura 15	0,00	0,00	0,00	745,69	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rura 60	0,00	0,00	0,00	2.982,78	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	0,00	0,00	0,00	31.800,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. de Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	0,00	0,00	0,00	189.422,75	189.422,75	200.788,12	212.835,41
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	14.475,60	14.475,60	15.344,14	16.264,79
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	103.486,19	103.486,19	109.695,36	116.277,08
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	0,00	0,00	0,00	71.460,96	71.460,96	75.748,62	80.293,54
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	0,00	0,00	0,00	230.000,00	230.000,00	243.800,00	258.428,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	FNAS - Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	FNAS Prog de Assistência Comunitaria - PAC	0,00	0,00	0,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	FNAS - Peti	0,00	0,00	0,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	FNAS CRAS - Piso Basico Outras Transf assit social	0,00	0,00	0,00	80.500,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	FNAS Bolsa Familia IGD	0,00	0,00	0,00	20.700,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund Nac. Des. Educação -FDNE	0,00	0,00	0,00	124.477,40	124.477,40	131.946,04	139.862,80
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	31.800,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	0,00	0,00	0,00	5.300,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0,00	0,00	0,00	13.177,40	13.177,40	13.968,04	14.806,12
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	0,00	0,00	0,00	74.200,00	74.200,00	78.652,00	83.371,12
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	66.197,86	66.197,86	70.169,73	74.379,91
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 25	0,00	0,00	0,00	16.549,47	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15	0,00	0,00	0,00	9.929,67	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60	0,00	0,00	0,00	39.718,72	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	4.408.695,40	4.408.695,40	4.673.217,12	4.953.610,15
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	0,00	0,00	0,00	4.323.895,40	4.323.895,40	4.583.329,12	4.858.328,87
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.240.000,00	4.494.400,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 25	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 15	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 60	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00	265.000,00	280.900,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 25	0,00	0,00	0,00	62.500,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 15	0,00	0,00	0,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 60	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	73.895,40	73.895,40	78.329,12	83.028,87
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25	0,00	0,00	0,00	18.473,85	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15	0,00	0,00	0,00	11.084,31	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60	0,00	0,00	0,00	44.337,24	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	84.800,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras transferências dos estados Transp escolar	0,00	0,00	0,00	84.800,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	516.856,00	516.856,00	547.867,36	580.739,40
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	516.856,00	516.856,00	547.867,36	580.739,40
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	310.113,60	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	206.742,40	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	75.852,20	145.307,93	185.826,39	196.175,11
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	18.744,14	18.744,14	19.868,79	21.060,91
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	0,00	0,00	0,00	1.890,14	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	0,00	0,00	0,00	1.890,14	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	1.890,14	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	0,00	16.854,00	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	16.854,00	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	5.971,75	5.971,75	6.330,06	6.709,86
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	5.971,75	5.971,75	6.330,06	6.709,86
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	5.971,75	5.971,75	6.330,06	6.709,86
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	30.300,64	30.300,64	32.118,68	34.045,80

Página: 3/5
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)
 Seleção: Alienação em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2013	2014	2015			2018	2019
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	0,00	22.900,85	24.274,90	25.731,39	
Rec. Div. Ativ. do IPTU		0,00	0,00	0,00	22.900,85	24.274,90	25.731,39	
Rec. Div. Ativ. do IPTU 25		0,00	0,00	0,00	5.725,21	0,00	0,00	
Rec. Div. Ativ. do IPTU 15		0,00	0,00	0,00	3.435,13	0,00	0,00	
Rec. Div. Ativ. do IPTU 60		0,00	0,00	0,00	13.740,51	0,00	0,00	
Receita da Dívida Ativa não tributária		0,00	0,00	0,00	7.399,79	7.843,78	8.314,41	
Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Recel.		0,00	0,00	0,00	7.399,79	7.843,78	8.314,41	
Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recelit - Princ		0,00	0,00	0,00	7.399,79	7.843,78	8.314,41	
RECEITAS DIVERSAS		0,00	0,00	0,00	20.835,67	127.508,86	134.358,54	
Outras Recelitas		0,00	0,00	0,00	20.835,67	127.508,86	134.358,54	
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	1.354.054,00	315.619,24	334.556,40	
Outras Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00	0,00	56.300,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00	0,00	56.300,00	0,00	0,00	
Alienação de Outros Bens Móveis		0,00	0,00	0,00	56.300,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	297.754,00	315.619,24	334.556,40	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		0,00	0,00	0,00	297.754,00	315.619,24	334.556,40	
Transf. Convênios da União e de suas Entidades		0,00	0,00	0,00	119.101,60	126.247,70	133.822,56	
Outras Transferências de Convênios da União		0,00	0,00	0,00	119.101,60	126.247,70	133.822,56	
Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.		0,00	0,00	0,00	178.652,40	189.371,54	200.733,84	
Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências de Convênio dos Estados		0,00	0,00	0,00	178.652,40	189.371,54	200.733,84	
DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91	
DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91	
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		0,00	0,00	0,00	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91	
Dedução das Recelitas de Transferências		0,00	0,00	0,00	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91	
Dedução das Recelitas de Transferências da União		0,00	0,00	0,00	-1.474.233,83	-1.562.687,85	-1.656.449,13	
Dedução das Recelitas de Transferências da União		0,00	0,00	0,00	-1.460.994,26	-1.548.653,91	-1.641.573,15	
Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB		0,00	0,00	0,00	-1.460.000,00	-1.547.600,00	-1.640.456,00	
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR		0,00	0,00	0,00	-994,26	-1.053,91	-1.117,15	
Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96		0,00	0,00	0,00	-13.239,57	-14.033,94	-14.875,98	
Dedução das Recelitas de Transferência dos Estados		0,00	0,00	0,00	-864.779,08	-916.665,83	-971.665,78	
Dedução das Recelitas de Transferência dos Estados		0,00	0,00	0,00	-864.779,08	-916.665,83	-971.665,78	
Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	-800.000,00	-848.000,00	-898.880,00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA		0,00	0,00	0,00	-50.000,00	-53.000,00	-56.180,00	
Ded Cota Parte IP-Exp p/ Formação FUNDEB		0,00	0,00	0,00	-14.779,08	-15.665,83	-16.605,78	
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	11.491.055,50	12.152.640,82	12.880.998,41	
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	0,00	393.162,89	416.752,65	441.757,82	
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	359.502,40	381.072,53	403.936,89	
RECEITA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00	0,00	51.659,68	54.759,26	58.044,82	
IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00	45.771,30	48.517,58	51.428,64	
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda		0,00	0,00	0,00	39.984,16	42.383,21	44.926,21	
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza		0,00	0,00	0,00	39.984,16	42.383,21	44.926,21	
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho		0,00	0,00	0,00	39.984,16	42.383,21	44.926,21	
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25		0,00	0,00	0,00	9.996,04	0,00	0,00	
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15		0,00	0,00	0,00	5.997,62	0,00	0,00	
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60		0,00	0,00	0,00	23.990,50	0,00	0,00	
Impostos sobre a Produção e a Circulação		0,00	0,00	0,00	5.787,14	6.134,37	6.502,43	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		0,00	0,00	0,00	5.787,14	6.134,37	6.502,43	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25		0,00	0,00	0,00	1.446,79	0,00	0,00	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15		0,00	0,00	0,00	868,07	0,00	0,00	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60		0,00	0,00	0,00	3.472,28	0,00	0,00	
TAXAS		0,00	0,00	0,00	5.888,38	6.241,68	6.616,18	
Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia		0,00	0,00	0,00	4.101,86	4.347,97	4.608,85	
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária		0,00	0,00	0,00	4.101,86	4.347,97	4.608,85	

Página: 4/5
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2013	2014	2015			2018	2019
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO								
4.1.1.2.2.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	1.786,52	1.786,52	1.893,71	2.007,33
4.1.1.2.2.9.0.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	1.786,52	1.786,52	1.893,71	2.007,33
4.1.3.0.0.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.6.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.6.10.0.00.00.00	Remun.de Dep de Rec Vinculados PAB/SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	285.567,14	294.567,14	302.701,16	320.863,23
4.1.7.2.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	285.567,14	294.567,14	302.701,16	320.863,23
4.1.7.2.1.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	267.701,90	276.701,90	283.764,01	300.789,85
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	267.701,90	276.701,90	283.764,01	300.789,85
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Pab Fixo	0,00	0,00	0,00	76.673,54	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Psf	0,00	0,00	0,00	101.330,26	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Vigilancia Sanitaria	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Epidemiologia	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Pacs	0,00	0,00	0,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00	Saude Bucal	0,00	0,00	0,00	6.698,10	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	17.865,24	17.865,24	18.937,15	20.073,38
4.1.7.2.2.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saude	0,00	0,00	0,00	17.865,24	17.865,24	18.937,15	20.073,38
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	22.275,58	22.275,58	23.612,11	25.028,84
4.1.9.2.0.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.933,02	1.933,02	2.049,00	2.171,94
4.1.9.2.2.0.0.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.933,02	1.933,02	2.049,00	2.171,94
4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	1.933,02	1.933,02	2.049,00	2.171,94
4.1.9.9.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	20.342,56	20.342,56	21.563,11	22.856,90
4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receltas	0,00	0,00	0,00	20.342,56	20.342,56	21.563,11	22.856,90
4.2.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	33.660,49	33.660,49	35.680,12	37.820,93
4.2.2.0.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	33.660,49	33.660,49	35.680,12	37.820,93
4.2.2.1.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00	33.660,49	33.660,49	35.680,12	37.820,93
4.2.2.1.9.0.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	33.660,49	33.660,49	35.680,12	37.820,93
4.2.4.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	393.162,89	402.162,89	416.752,65	441.757,82
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO								
4.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	0,00	106.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
4.1.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	106.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
4.1.1.0.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	5.300,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.1.1.0.0.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	5.300,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.1.1.2.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	5.300,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	5.300,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	5.300,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	1.325,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	795,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	3.180,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	60.198,31	60.198,31	63.810,21	67.638,82
4.1.2.1.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	60.198,31	60.198,31	63.810,21	67.638,82
4.1.2.1.0.99.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	60.198,31	60.198,31	63.810,21	67.638,82
4.1.3.0.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	22.069,53	22.069,53	23.393,70	24.797,32
4.1.3.2.0.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	22.069,53	22.069,53	23.393,70	24.797,32
4.1.3.2.5.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	22.069,53	22.069,53	23.393,70	24.797,32
4.1.3.2.5.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	18.432,16	18.432,16	19.538,09	20.710,38
4.1.9.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	18.432,16	18.432,16	19.538,09	20.710,38
4.1.9.0.99.00.00.00	Outras Receltas	0,00	0,00	0,00	18.432,16	18.432,16	19.538,09	20.710,38

Página: 5/5
Data: 01/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2013	2014	2015			2018	2019
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO								
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	106.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
Total geral:		0,00	0,00	0,00	12.920.762,66	11.999.218,39	12.681.753,47	13.441.857,83

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO III-C

Página: 1/2
Data: 01/11/2016


Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2013	2014	2015	2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	7.130.009,58	7.067.009,58
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	2.827.500,25	2.776.500,25
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	10.650,00	2.650,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	2.816.850,25	2.773.850,25
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	21.200,00	21.200,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	21.200,00	21.200,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	4.281.309,33	4.269.309,33
3.3.35.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	186.750,80	183.750,80
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	36.590,00	1.590,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	4.057.968,53	4.083.968,53
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	3.046.641,14	2.039.641,14
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	2.940.641,14	1.933.641,14
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	8.590,00	1.590,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	2.932.051,14	1.932.051,14
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	106.000,00	106.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	106.000,00	106.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	7.420,00	7.420,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	7.420,00	7.420,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	7.420,00	7.420,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	10.184.070,72	9.114.070,72
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	2.002.515,54	2.011.515,54
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	1.069.430,26	1.069.430,26
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	26.500,00	26.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	1.042.930,26	1.042.930,26
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	933.085,28	942.085,28
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	318.000,00	318.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	615.085,28	624.085,28
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	97.632,13	97.632,13
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	97.632,13	97.632,13
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	97.632,13	97.632,13
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	2.100.147,67	2.109.147,67
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	100.700,00	100.700,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Transferências a Uniao	0,00	0,00	0,00	100.700,00	100.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	100.700,00	100.700,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	5.300,00	5.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	5.300,00	5.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	5.300,00	5.300,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/2
 Data: 01/11/2016

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2013	2014	2015		
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO						
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	106.000,00	106.000,00
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	509.344,27	635.300,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	434.600,00	544.055,73
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	434.600,00	544.055,73
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	74.744,27	91.244,27
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	74.744,27	91.244,27
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	21.200,00	34.700,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	21.200,00	34.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	21.200,00	34.700,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	530.544,27	670.000,00
Total geral:		0,00	0,00	0,00	12.920.762,66	11.999.218,39

PROMULGAÇÃO LDO 2017 - ANEXO VI - RCL**Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE ERMO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 1/1

Data: 01/11/2016

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	13.950.516,81	14.809.807,79	15.697.595,41
Receita Tributária	372.785,98	395.153,14	418.862,34
Receita de Contribuição	81.800,96	86.709,02	91.911,56
Receita Patrimonial	40.837,56	43.287,81	45.885,08
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	102.088,79	108.214,12	114.706,97
Transferências Correntes	13.166.987,85	13.947.467,11	14.784.315,13
Outras Receitas Correntes	186.015,67	228.976,59	241.914,33
DEDUÇÕES (II)	2.340.903,05	2.481.357,23	2.630.238,67
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	2.339.012,91	2.479.353,68	2.628.114,91
M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	1.890,14	2.003,55	2.123,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	11.609.613,76	12.328.450,56	13.067.356,74

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 063/2016

Edital de Concorrência nº 003/2016

Objeto: Outorga de Concessão de direito real de uso de bens imóveis.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 20/12/2016.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

179/2016

Faxinal dos Guedes – SC, 06 de outubro de 2016.

DECRETO nº 0179/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A EXCESSO DE ARRECADUÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 77.948,67 (Setenta e sete mil e novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01.1015 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0064 – 112 - Aplicações Diretas – R\$ 77.948,67

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016 de Recursos Vinculados (00.01.0064 – Transferência Convênios - Estado/Outros) – Especificação TCE 64 – Convênio nº 2016TR000373 – Pavimentação Asfáltica.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENARO COSTA KESKE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

180/2016

Faxinal dos Guedes – SC, 06 de outubro de 2016.

DECRETO nº 0180/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A EXCESSO DE ARRECADUÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01.2017 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0089 – 103 - Aplicações Diretas – R\$ 28.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016 de Recursos Vinculados (00.001.89 – Alienação de Bens) – Especificação TCE 89.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENARO COSTA KESKE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

181/2016

Faxinal dos Guedes – SC, 06 de outubro de 2016.

DECRETO nº 0181/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A EXCESSO DE ARRECADUÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 65.567,10 (Sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e sete reais e dez centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

05.01.1002 – AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0089 – 122 - Aplicações Diretas – R\$ 65.567,10

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016 de Recursos Vinculados (00.001.89 – Alienação de Bens) – Especificação TCE 89.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENARO COSTA KESKE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

182/2016

Faxinal dos Guedes, SC, 06 de outubro de 2016.

DECRETO nº 182/2016.

CRIA E COMPOE A COMISSÃO INTERSETORIAL PARA CONSTRUÇÃO/ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

GENARO COSTA KESKE, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Cria a comissão intersectorial para Discussão e Elaboração do Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, composta, por representantes de:

I – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Governamental: Sirlei Trevisan

Não Governamental: Francieli Serezinha

II – Conselho Tutelar:

Elizangela Santin Berté

III - Conselho Municipal de Assistência Social:

Governamental: Mônica Vaccaro Padovan

Não Governamental: Maria de Lourdes Bender

IV - Conselho Municipal de Saúde:

Governamental: Suzete Ramilo

Não Governamental: Jane Maria de Campos

V- Conselho Municipal de Educação

Governamental: Antenor Sandi Junior

Não Governamental: Denise Sôra Bruchez

VI – Conselho Municipal de Cultura:

Governamental: Luciana Santin

Não Governamental: Alexsandra Santos

VI - Secretaria Municipal De Assistência Social:

Diretora de Assistência Social Fernanda de Campos

VII - Secretaria Municipal De Saúde

Secretária de Saúde Angela Cristina Trindade

VIII – Secretaria Municipal de Educação

Secretário de Educação Odymar Bombassaro

IX – Polícia Militar do Município de Faxinal dos Guedes:

Ademir Vaz

X – Crianças e Adolescentes

Escola Municipal Alexandre Antonioli – Kauani Brito da Silva

Escola Municipal Santa Terezinha – Ana Lúlia Rossi Rebelatto

Escola Municipal Tereza Migliorini – Lucas Marin Davi

Escola Municipal Airo Ozelame – Ana Julia Andrigh

Escola Estadual Prof. Salustiano Antonio Cabreira – Ingridi Gabrieli da Silva

Escola Estadual Tertuliano Turíbio de Lemos – Alex Mendes

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,
em 06 de Outubro de 2016.

GENARO COSTA KESKE

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

183/2016

Faxinal dos Guedes, 13 de setembro de 2016.

DECRETO Nº 0183/2016.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maicon Gehlen, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01.2034 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRANSITO POLÍCIA CIVIL

3.3.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0011 – 67 - Aplicações Diretas – R\$ 2.300,00

Adiciona para a Dotação:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01.2034 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRANSITO POLÍCIA CIVIL

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0011 – 68 - Aplicações Diretas – R\$ 2.300,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maicon Gehlen

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

184/2016

Faxinal dos Guedes, 13 de Setembro de 2016.

DECRETO Nº 0184/2016.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maicon Gehlen, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 2.507,00 (Dois mil e quinhentos e sete reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01.2033 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRANSITO POLÍCIA MILITAR

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0010 – 66 - Aplicações Diretas – R\$ 2.507,00

Adiciona para a Dotação:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
06.01.2033 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRANSITO POLICIA MILITAR
3.3.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0010 – 67 - Aplicações Diretas – R\$ 2.507,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maicon Gehlen
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

185/2016

Faxinal dos Guedes – SC, 20 de outubro de 2016.

DECRETO nº 0185/2016.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maicon Gehlen, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 314.900,00 (Trezentos e quatorze mil e novecentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.02 – DEPARTAMENTO DA CULTURA
05.02.1008 – CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO/CENTRO DE EVENTOS
4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0064 – 116 - Aplicações Diretas – R\$ 314.900,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016 de Recursos Vinculados (00.01.0064 – Transferência Convênios - Estado/Outros) – Especificação TCE 64 – Convênio 2016TR000426 – Mobiliário Centro de Eventos.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maicon Gehlen
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

186/2016

Faxinal dos Guedes – SC, 20 de outubro de 2016.

DECRETO nº 0186/2016.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maicon Gehlen, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 32.011,91 (Trinta e dois mil e onze reais e noventa e um centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
06.01.2033 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRANSITO - POLICIA MILITAR
3.3.90.00.00.00.00.00 – 00.03.0010 – 123 - Aplicações Diretas – R\$ 32.011,91

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superavit Financeiro do Exercício de 2015 de Recursos Vinculados (00.03.0010 – SUPERAVIT TRANSITO – POLICIA MILITAR).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maicon Gehlen
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

187/2016

Faxinal dos Guedes, SC, 20 de Outubro de 2016.

DECRETO nº 187/2016.

FACULTA O PONTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAICON GEHLEN, Prefeito Municipal em exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando o dia do servidor público 28/10/2016 e a economicidade do erário público;
Considerando a continuidade dos serviços públicos essenciais.

DECRETA:

Art. 1º. É facultado o ponto para os servidores nas repartições públicas municipais no dia 28 (sexta-feira) de Outubro do ano de 2016.

Art. 2º. Os serviços de urgência e emergência funcionarão em regime de plantão, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de Outubro de 2016.
MAICON GEHLEN
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

188/2016

Faxinal dos Guedes, 21 de outubro de 2016.

DECRETO Nº 0188/2016.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maicon Gehlen, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 2.507,00 (Dois mil e quinhentos e sete reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
05.03.1010 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
3.1.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0000 – 52 - Aplicações Diretas – R\$ 431,74

Adiciona para a Dotação:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
05.03.1010 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0000 – 54 - Aplicações Diretas – R\$ 431,74

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maicon Gehlen
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

189/2016

Faxinal dos Guedes – SC, 21 de Outubro de 2016.

DECRETO nº 0189/2016.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A OPERAÇÃO DE CRÉDITO NO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maicon Gehlen, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7, Inciso IV da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015 e Lei Municipal Número 2282/2013 de 15/05/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 178.023,53 (Cento e setenta e oito mil e vinte e três reais e cinquenta e três centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
05.03.2.013 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0083 – 101 - Aplicações Diretas – 178.023,53

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso ou Provável Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016, de Operações de Créditos (00.01.0083 – Operações de Créditos Internas – Outros Programas), Relativo a Construção do Centro Esportivo.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maicon Gehlen
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

190/2016

Faxinal dos Guedes, 24 de outubro de 2016.

DECRETO Nº 0190/2016.
DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maicon Gehlen, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01.2022 – MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA
3.3.93.00.00.00.00.00 – 00.00.0002 – 4 - Aplicações Diretas Dec. De Op. Entre Órgãos – R\$ 15.000,00

Adiciona para a Dotação:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01.2022 – MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA
3.3.90.00.00.00.00.00 – 00.00.0002 – 3 - Aplicações Diretas – R\$ 15.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maicon Gehlen
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

191/2016

Faxinal dos Guedes, 24 de outubro de 2016.

DECRETO Nº 0191/2016.
DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maicon Gehlen, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01.2023 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA
3.1.90.00.00.00.00.00 – 00.00.0064 – 6 - Aplicações Diretas – R\$ 8.000,00

Adiciona para a Dotação:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01.2023 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA

3.3.90.00.00.00.00.00 – 00.00.0064 – 7 - Aplicações Diretas – R\$ 8.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maicon Gehlen
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

2.392/2016

LEI nº 2.392/2016

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, autorizado a proceder a baixa do patrimônio do Município dos bens da Secretaria de Fazenda e Administração, Educação e Cultura, Saúde Pública e da Prefeitura Municipal que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa a presente Lei (anexo I), resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais.

Parágrafo único. Os bens inservíveis fazem parte do Patrimônio da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos da Lei, a doar tais bens a entidades sem fins lucrativos, a qual realizará o aproveitamento ou comercialização de tais bens.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,
em 25 de outubro de 2016.

MAICON GEHLEN
Prefeito Municipal em Exercício

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 214/2016

PORTARIA Nº 214/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal FRANCIELI BRUSCO, ocupante do Cargo de Engenheira Agrônoma, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 03/11/2016 a 02/12/2016, relativo ao período aquisitivo 08/15 a 08/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de Novembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 215/2016

PORTARIA Nº 215/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal NILTON DE FREITAS NORONHA, ocupante do Cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano, no período de 03/11/2016 a 02/12/2016, relativo ao período aquisitivo 11/15 a 11/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de Novembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 46/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 23/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de ventiladores, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 22/04/2017
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 65/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 24/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de terraplanagem, transporte de máquinas e materiais, para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 28/04/2017
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 114/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 46/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza (saponáceo cremoso e vassoura de palha) para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para

futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 29/07/2017
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 152/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa RF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, CNPJ/MF nº 13.670.144/0001-05, estabelecida na Rua LUIZ Premoli, 340, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Fritzen, brasileiro, CI 4435112, CPF 037.590.299-65, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 152/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de terraplanagem, transporte de materiais, para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC.

1.1 Os equipamentos deverão ter "Horímetro" funcionando e aferidos para propiciar o controle diário das horas (para os itens hora/máquina).

1.2 A Administração poderá pedir a substituição do equipamento e/ou caminhão que não atenda as especificações mínimas exigidas, ou em mau estado de conservação e operação.

1.3 O transporte das máquinas utilizadas na prestação do serviço será efetuado por conta e risco do detentor da ata.

1.4 Os serviços serão definidos e solicitados de acordo com as necessidades.

1.5 Para cada serviço a ser executado, será expedido uma "Autorização de Fornecimento e Ordem de Serviço", a qual especificará o local e o prazo de execução, com antecedência de 24 (vinte e

quatro) horas.

1.6 Os serviços serão executados em obras a serem executadas dentro dos limites do território do município de Forquilha.

1.7 A distância média a ser percorrida pelos caminhões/viagem será de acordo com o descritivo de cada item licitado.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de execução dos serviços constarão expressamente nas requisições que deverão ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

2. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a Detentora da Ata pela entrega dos serviços em desacordo com as especificações exigidas.

2.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito pela Detentora da Ata num prazo máximo de 02 (dois) dias contados da notificação da não aceitação.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Detentora da Ata pela perfeita execução dos serviços, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da Detentora da Ata não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da Detentora da Ata, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos

fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será até 30 de abril de 2017, sendo a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos serviços aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1. acompanhar e fiscalizar os serviços prestados através do pessoal indicado;

2. programar e determinar os locais de execução e os prazos de início e conclusão dos serviços;

3. exigir a imediata substituição do equipamento utilizado na execução dos serviços, caso não atenda as especificações mínimas exigidas, ou em mau estado de conservação e operação;

4. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

5. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

6. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

7. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

8. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

1. prestar os serviços com equipamentos/caminhões, todos revisados, aptos às condições de trabalho, de maneira a não permitir o retardamento dos serviços contratados;

2. o deslocamento dos equipamentos para as frentes de serviços;

3. utilizar operador e/ou motorista devidamente habilitado, treinado e com experiência, a fim de atingir o máximo de rentabilidade;

4. toda a manutenção, reparo, conservação e fornecimento do combustível;

5. colocar a disposição, um veículo adequado para prontamente fazer a manutenção e abastecimento dos equipamentos;

6. fornecer equipamentos de proteção individual para seus empregados, conforme legislação vigente;

7. responsabilizar-se pela alimentação do pessoal utilizado em serviço, bem como dos outros benefícios previstos na legislação;

8. fornecer aos seus empregados as garantias e medidas indispensáveis de proteção, segurança e higiene do trabalho;

9. segurar o seu pessoal contra risco de acidentes de trabalho compreendendo morte, incapacidade parcial ou total, temporária ou definitiva;

10. ter sob vínculo empregatício exclusivo os empregados, estando em dia com seus encargos trabalhistas, previdenciários e securitários;

11. assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao detentor da ata ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto deste contrato, decorrentes de culpa ou dolo do Município ou de qualquer de seus empregados ou propostos;

12. Não transferir a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte, sem previa e expressa anuência do Detentor da Ata;

13. Durante a vigência do contrato, os equipamentos deverão estar a disposição nas frentes de trabalho, no dia seguinte ao da convocação expedido pela secretaria municipal de obras.

14. atender ao que dispõe o Art. 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII, que assim determina: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos";

15. preservar e manter o Município de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, referente a serviços responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários;

16. recolher todos os encargos sociais e tributos incidentes sobre os serviços prestados.

17. manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

18. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

19. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

20. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

21. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

22. Executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 152/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 01 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal
RF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Rodrigo Fritzen
CPF: 037.590.299-65

DECRETO Nº. 197 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 197 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

1.008 – Aquisição Área, Construção Sedes Esportivas/Quadras Poliesportivas/Implantação de Academias Populares
263 – 4490.00.01.89 – Aplicações Diretas
.....R\$ 5.000,00

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência

2.023 – Auxílio Reforma a Moradia
275 – 3390.00.03.00 – Aplicações Diretas
.....R\$ 20.000,00
TOTAL
.....R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, na despesa 263 será suplementado pelo excesso de arrecadação na rubrica 2.2.2.9.0.00.00 - Alienação de Outros Bens Imóveis, do ano em curso e na despesa 275 será utilizado como fonte de recurso parte do superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 2-0, agência da Caixa Econômica Federal.

TOTAL
.....R\$ 25.000,00

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 13.885,15 (treze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais, quinze centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde

2.057 – Programa Vigilância Epidemiológica
088 – 3390.00.06.66 – Aplicações Diretas
.....R\$ 13.885,15
TOTAL
.....R\$ 13.885,15

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 21.391-8, agência do Banco do Brasil S/A.

TOTAL
.....R\$ 13.885,15

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de novembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de novembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO FMS 64/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 64/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO – contratação de empresas para aquisição de monitor cardíaco, para atendimento da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 13.450,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – 1701.1051.4490 (7); 1701.2050.4490 (22)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 17/FMS/2016

DATA DA ASSINATURA – 17 de outubro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO IPTU 2012 A 2015

PUBLICAÇÃO IPTU 2012 A 2015

A Secretaria de Administração e Fianças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de crédito tributário, pelo lançamento do Imposto Territorial Urbano I.P.T.U e da Contribuição de Melhoria, referente ao exercício fiscal de 2012 a 2015.

29404	28/06/2016	1.418,37	RICARDO DONATO BORGES	IMÓVEL: 18866 – 01.05.079.0191.001
29403	28/06/2016	334,24	PAULO ALBERTO JOSEPHINO LEANDRO	IMÓVEL: 29403 – 01.05.079.0107.001
29402	28/06/2016	752,94	ANDERSON GOULART	IMÓVEL: 18894 – 01.05.076.0268.001
29402	28/06/2016	845,86	NELSON SERAFIM	IMÓVEL: 19055 – 01.05.082.0111.001
29407	28/06/2016	784,69	RAFAEL SHULTER FERNANDES	IMÓVEL: 19133 – 01.05.085.0162.001
29408	28/06/2016	1.386,14	JONATAS PEREIRA	IMÓVEL: 19163 – 01.05.087.0205.001
29439	3/10/2016	309,60	GERVASIO PAVEI	IMÓVEL: 25954 - 01.04.030.0849.001
29440	3/10/2016	1.067,28	RENILDO CARLOS TEODORO	IMÓVEL: 4790 - 01.05.004.0038.001
29441	3/10/2016	1.098,14	NELSI DOS SANTOS	IMÓVEL: 4793 - 01.05.004.0075.001
29442	3/10/2016	1.212,21	EDEVALDO JOSE DARIO	IMÓVEL: 15031 - 01.05.012.0092.001
29443	3/10/2016	1.192,44	LEDIONEI MACHADO	IMÓVEL: 15043 - 01.05.012.0339.001
29445	3/10/2016	2.116,93	ROGERIO FELIS	IMÓVEL: 15010 - 01.05.014.0217.001
29446	3/10/2016	2.389,46	ECOVILLAGE URBANO EMPREENDIMENTO IMBILIARIO LTDA	IMÓVEL: 15014 - 01.05.014.0277.001
29447	3/10/2016	993,57	VALDIR LUIS DOS SANTOS	IMÓVEL: 25479 - 01.05.015.0074.001
29452	3/10/2016	797,01	MARCELO ZEGERINO GONÇALVES	IMÓVEL: 25164 - 01.06.001.1249.001
29453	3/10/2016	981,60	ROSILEIA SOUZA CAVANHOLI	IMÓVEL: 17805 - 01.06.002.0140.001
29454	3/10/2016	983,94	CLAUDETE PEREIRA	IMÓVEL: 17812 - 01.06.002.0256.001
29455	3/10/2016	1.242,88	CLEIA CARVALHO DE BORBA E OUTRO	IMÓVEL: 3846 - 01.06.004.0680.001
29456	3/10/2016	351,46	JONAS DOS SANTOS LUZ	IMÓVEL: 25248 - 01.06.006.0146.001
29457	3/10/2016	1.035,39	JOGLAS BATISTA SANGALETI	IMÓVEL: 25208 - 01.06.008.0014.001
29458	3/10/2016	2.108,95	DELICIO DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 25193 - 01.06.009.0028.001
29459	3/10/2016	1.290,75	LEONIR GERONIMO DA SILVA	IMÓVEL: 25062 - 01.06.013.0214.001
29460	3/10/2016	1.193,05	LEONIR GERONIMO DA SILVA	IMÓVEL: 18368 - 01.06.013.0214.002
29461	3/10/2016	616,41	PAULO JOAO BARBOSA	IMÓVEL: 25029 - 01.06.015.0258.001
29462	3/10/2016	196,79	PAULO JOAO BARBOSA	IMÓVEL: 25030 - 01.06.015.0258.002
29463	3/10/2016	717,86	PAULO JOAO BARBOSA	IMÓVEL: 18276 - 01.06.015.0258.003
29464	3/10/2016	926,59	PAULO JOAO BARBOSA	IMÓVEL: 18277 - 01.06.015.0258.004
29465	3/10/2016	604,42	PAULO JOAO BARBOSA	IMÓVEL: 18278 - 01.06.015.0258.005
29466	3/10/2016	560,70	PAULO JOAO BARBOSA	IMÓVEL: 18279 - 01.06.015.0258.006
29467	3/10/2016	631,05	PAULO JOAO BARBOSA	IMÓVEL: 18280 - 01.06.015.0258.007

29469	3/10/2016	216,25	DENIZE DE S. VIEIRA E DEBORA DE S. VIEIRA	IMÓVEL: 3425 - 01.06.018.0173.001
29470	3/10/2016	275,18	DENIZE DE S. VIEIRA E DEBORA DE S. VIEIRA	IMÓVEL: 3426 - 01.06.018.0220.001
29471	3/10/2016	275,77	DENIZE DE S. VIEIRA E DEBORA DE S. VIEIRA	IMÓVEL: 3427 - 01.06.018.0234.001
29472	3/10/2016	1.225,52	ALEXSANDRO BAIROS SIMÃO	IMÓVEL: 3432 - 01.06.018.0336.001
29473	3/10/2016	1.307,99	ADAO SIMAO	IMÓVEL: 3405 - 01.06.019.0154.001
29474	3/10/2016	2.497,03	ADAO SIMAO	IMÓVEL: 3406 - 01.06.019.0171.001
29475	3/10/2016	3.481,24	LODEMAR BORGES	IMÓVEL: 3384 - 01.06.020.0098.001
29476	3/10/2016	276,84	MARIA APARECIDA MAIATO	IMÓVEL: 3100 - 01.06.032.0079.001
29477	3/10/2016	1.677,96	MARLI DE SOUZA	IMÓVEL: 3081 - 01.06.033.0078.001
29478	3/10/2016	655,24	MARLI DE SOUZA	IMÓVEL: 18435 - 01.06.033.0078.003
29479	3/10/2016	1.867,95	ODALIRA GUIMARAES FRANCA	IMÓVEL: 3882 - 01.06.034.0335.001
29483	3/10/2016	1.793,77	SILVESTRE CUSTODIO VIEIRA	IMÓVEL: 25352 - 01.06.042.0253.001
29484	3/10/2016	886,91	VANDERLEI JULIO JOAO	IMÓVEL: 25286 - 01.06.044.0015.001
29486	3/10/2016	980,81	GEISELAINE DOLVINO	IMÓVEL: 3311 - 01.06.053.0228.001
29488	3/10/2016	2.081,37	JOSE DE SOUZA NETO	IMÓVEL: 3290 - 01.06.055.0217.001
29489	3/10/2016	1.677,79	VANDERLEIA ANA DA SILVA	IMÓVEL: 3268 - 01.06.058.0214.001
29492	3/10/2016	1.287,04	ANTONIO MARCOS VIEIRA	IMÓVEL: 3550 - 01.06.065.0070.001
29493	3/10/2016	73,33	ANTONIO MARCOS VIEIRA	IMÓVEL: 3551 - 01.06.065.0070.002
29494	3/10/2016	1.411,06	ANTONIO MARCOS VIEIRA	IMÓVEL: 3552 - 01.06.065.0070.003
29495	3/10/2016	1.458,19	ROSANGELA EUFRASIO	IMÓVEL: 3548 - 01.06.066.0251.001
29498	3/10/2016	5.187,05	MARCIA MOREIRA MARTINS	IMÓVEL: 17202 - 01.06.074.0058.001
29500	3/10/2016	1.037,80	IDAZILMA CORREIA CORDEIRO CRISTO	IMÓVEL: 3796 - 01.06.090.0248.001
29501	3/10/2016	768,39	JOSE KITIVIANE DE LIMA CANDIDO	IMÓVEL: 3736 - 01.06.093.0092.001
29502	3/10/2016	1.411,97	LENIR VIEIRA	IMÓVEL: 3725 - 01.06.094.0047.001
29503	3/10/2016	299,93	ESTELA DA LUZ DA SILVA	IMÓVEL: 3717 - 01.06.095.0047.001
29508	10/10/2016	21.443,94	ROMOALDO FORGIARINI	IMÓVEL: 4505 - 01.05.018.0247.001
29509	10/10/2016	21.443,94	ROMOALDO FORGIARINI	IMÓVEL: 4505 - 01.05.018.0247.001
29510	10/10/2016	5.398,48	ROMOALDO FORGIARINI	IMÓVEL: 4508 - 01.05.018.0400.001
29512	10/10/2016	1.616,86	EVERALDO FIGUEREDO	IMÓVEL: 4635 - 01.05.020.0161.001
29513	10/10/2016	897,63	VILMAR CARDOSO	IMÓVEL: 4496 - 01.05.023.0208.001
29515	10/10/2016	7.425,00	ROMOALDO FORGIARINI	IMÓVEL: 4386 - 01.05.026.0082.001
29516	10/10/2016	1.118,63	DIEGO ZANETTE VITALI	IMÓVEL: 4415 - 01.05.026.0490.001
29517	10/10/2016	1.033,65	LUIZ CARLOS LUIZ	IMÓVEL: 4463 - 01.05.027.0308.001
29518	10/10/2016	1.526,58	LUCAS DASSOLER VASSOLER	IMÓVEL: 4558 - 01.05.031.0289.001
29519	10/10/2016	4.999,89	NILCEMARA FILISBINO	IMÓVEL: 4303 - 01.05.032.0319.001
29522	10/10/2016	1.598,76	NIVALDO BATISTA DA SILVA	IMÓVEL: 4182 - 01.05.038.0078.001
29523	10/10/2016	1.348,90	VANIO MELLO	IMÓVEL: 4171 - 01.05.039.0229.001
29524	10/10/2016	553,63	AGOSTINHO TRAMONTIM Mouro	IMÓVEL: 18049 - 01.05.044.0576.002
29525	10/10/2016	1.623,92	RODRIGO COELHO	IMÓVEL: 4720 - 01.05.044.1679.001
29526	10/10/2016	1.176,32	JOSE ADEMIR DA SILVA	IMÓVEL: 3996 - 01.05.050.0166.001
29527	10/10/2016	1.410,39	JOSE ADEMIR DA SILVA	IMÓVEL: 18218 - 01.05.050.0166.002
29530	10/10/2016	965,69	GENECI ALVES DA SILVA	IMÓVEL: 15232 - 01.05.055.0147.001
29532	10/10/2016	1.386,27	VILSON MANOEL DA SILVA	IMÓVEL: 4975 - 01.05.061.0331.001
29533	10/10/2016	279,03	LAURO OTACILIO PEDROSO	IMÓVEL: 4927 - 01.05.062.0102.001
29535	10/10/2016	954,15	ANTONIO GOMES DE ALMEIDA	IMÓVEL: 15132 - 01.05.097.0080.001
29536	10/10/2016	568,04	PEDRO PATRICIO	IMÓVEL: 27927 - 01.05.098.0204.001
29539	10/10/2016	764,96	CARLOS ROBERTO NARCISO PEREIRA	IMÓVEL: 15154 - 01.05.107.0288.001
29560	20/10/2016	125,03	NIVALDO MARIANO	IMÓVEL: 15476 - 01.07.012.0250.001
29561	20/10/2016	403,70	MAURICIO DOS SANTOS ORTOLAN	IMÓVEL: 25834 - 01.07.014.0030.001
29562	20/10/2016	265,23	EMOCOL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	IMÓVEL: 15379 - 01.07.017.0425.001
29563	20/10/2016	1.441,97	SARA GROSSMANN GONÇALVES	IMÓVEL: 15683 - 01.07.019.0420.001
29564	20/10/2016	351,91	ROBERTO FABIO PAZETTO	IMÓVEL: 15635 - 01.07.021.0224.001
29566	20/10/2016	856,81	DEJAIR BRAZ	IMÓVEL: 15689 - 01.07.026.0081.001

29567	20/10/2016	1.490,44	IRMA VICENTE RONCHI	IMÓVEL: 15691 - 01.07.026.0107.001
29568	20/10/2016	1.178,79	GENICIO SATURNO	IMÓVEL: 25547 - 01.07.027.0406.001
29569	20/10/2016	1.018,45	EVANDRO MENDES	IMÓVEL: 15787 - 01.07.031.0050.001
29570	20/10/2016	2.316,94	JANETE RODRIGUES	IMÓVEL: 15799 - 01.07.031.0260.001
29571	20/10/2016	149,22	EVANDRO MENDES	IMÓVEL: 15804 - 01.07.031.0323.001
29572	20/10/2016	1.058,15	CRISTINELMA DIAS	IMÓVEL: 15765 - 01.07.032.0075.001
29573	20/10/2016	434,01	PAULO DE OLIVEIRA FRANCISCO	IMÓVEL: 15766 - 01.07.032.0088.001
29574	20/10/2016	211,80	ARILTON ANASTACIO	IMÓVEL: 15840 - 01.07.033.0082.001
29576	20/10/2016	1.338,43	ITAMAR DA ROCHA	IMÓVEL: 15830 - 01.07.034.0287.001
29577	20/10/2016	2.142,40	ADI CARLOS PEREIRA DOS SANTOS	IMÓVEL: 15862 - 01.07.036.0087.001
29578	20/10/2016	562,55	ANTONIO MARTINELLI DE SOUZA	IMÓVEL: 15863 - 01.07.036.0101.001
29579	20/10/2016	57,78	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15894 - 01.07.037.0195.001
29580	20/10/2016	1.068,61	JAIME ROGERIO FERNANDES	IMÓVEL: 15896 - 01.07.037.0208.001
29581	20/10/2016	57,80	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15897 - 01.07.037.0209.001
29582	20/10/2016	321,92	ACIONI LUCIANO	IMÓVEL: 19196 - 01.07.039.0064.001
29583	20/10/2016	101,80	SYBISA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	IMÓVEL: 15887 - 01.08.002.0097.001
29584	20/10/2016	1.440,30	CHARLES RICARDO DA SILVEIRA AMERICO	IMÓVEL: 15949 - 01.08.002.0267.001
29585	20/10/2016	1.413,74	GERION GOMES ARAUJO	IMÓVEL: 16100 - 01.08.004.0285.001
29586	20/10/2016	805,75	ROSANGELA COELHO FERNANDES VIEIRA	IMÓVEL: 16062 - 01.08.005.0201.001
29588	20/10/2016	323,38	GABRIEL ZANETTE ALESSIO	IMÓVEL: 27164 - 01.08.008.0144.002
29589	20/10/2016	1.120,58	SANTILINA LUIZ E OUTRO	IMÓVEL: 18764 - 01.08.008.0321.002
29592	20/10/2016	1.371,84	VERGILIO FERNANDES (ESPOLIO)	IMÓVEL: 16258 - 01.08.011.0321.001
29593	20/10/2016	494,76	ALADIR FERREIRA	IMÓVEL: 16262 - 01.08.011.0361.001
29594	20/10/2016	1.109,49	ANA BEATRIZ BORGES	IMÓVEL: 16224 - 01.08.012.0093.001
29595	20/10/2016	1.420,74	LUIS CARLOS MELO	IMÓVEL: 16225 - 01.08.012.0105.001
29596	20/10/2016	1.362,75	CLAUDET MELO MIGUEL	IMÓVEL: 16226 - 01.08.012.0121.001
29597	20/10/2016	1.601,41	MANOEL MARCOS JACINTO	IMÓVEL: 16286 - 01.08.015.0052.001
29599	20/10/2016	1.077,44	MANOEL DA SILVA - ALINE DA SILVA	IMÓVEL: 16274 - 01.08.016.0171.001
29600	20/10/2016	961,32	VLADIMIR SIMAO DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 16280 - 01.08.016.0308.001
29601	20/10/2016	1.014,60	EVERALDO SILVEIRA	IMÓVEL: 16506 - 01.08.017.1650.001
29602	20/10/2016	957,97	ORAIDE ALMEIDA BOITA	IMÓVEL: 25818 - 01.08.017.1760.001
29603	20/10/2016	1.052,56	JOSE DO PATROCINIO	IMÓVEL: 16516 - 01.08.017.1867.001
29604	20/10/2016	1.496,09	JOSE DO PATROCINIO	IMÓVEL: 16517 - 01.08.017.1898.001
29605	20/10/2016	760,84	JOSE DO PATROCINIO	IMÓVEL: 16518 - 01.08.017.1939.001
29606	20/10/2016	1.360,73	VALDIR FREDERICO DE SOUZA	IMÓVEL: 16334 - 01.08.020.0389.001

Forquilha/SC, 01 de novembro de 2016.

Ademir Brandieli Pedro
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 267/2016

DECRETO Nº 267, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 281.775,00 (duzentos e oitenta e um mil, e setecentos e setenta e cinco reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.1.018 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9278 (304)	R\$	281.775,00
Total	R\$	281.775,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Termo de Repasse 832795/2016 firmado entre A União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto a Aquisição de Patrulha Mecanizada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 268/2016

DECRETO Nº 268, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (25)	R\$	30.000,00
06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0004.2.011 – Manutenção da Secretaria de Finanças		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (37)	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M	R\$	50.000,00
TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1855/2016

PORTARIA Nº 1855, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0024 de 08 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FERNANDA CRESTANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.355.799-78, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de novembro de 2016 até 14 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1856/2016

PORTARIA Nº 1856, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0016 de 24 de junho de 2016 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARICE MARIA ANGOLERI, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 898.664.799-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de novembro de 2016 até 14 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1857/2016

PORTARIA Nº 1857, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora DEBORA LUIZA FELICETI DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 036.181.499-21, nomeada

no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de outubro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1858/2016

PORTARIA Nº 1858 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 64/2016 da Secretaria de Infra-estrutura Urbana;

Considerando que essa contratação se faz necessária devido ao furto de grande monta ocorrido no Escola Arnaldo Frey, a fim de evitar futuras ocorrências.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PAULO CESAR ANTUNES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 636.338.179-72, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de novembro de 2016 até 30 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1859/2016

PORTARIA Nº 1859 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 63/2016 da Secretaria de Infra-estrutura Urbana;

Considerando que estará substituindo ADRIANE APARECIDA RIBEIRO PEPES, lotada na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, que encontra-se em férias no mês de novembro;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOHN NATHAN ANTUNES DE LIMA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 086.488.819-86, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 02 de novembro de 2016 até 30 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1860/2016

PORTARIA Nº 1860 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0014 de 05 de abril de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1296/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais SANDRA MALIKOWSKI PENNING, que está em Auxílio-doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MÁRCIA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 000.181.379-03, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1861/2016

PORTARIA Nº 1861 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0013 de 08 de março de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1302/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará por 40 horas semanais substituindo ELAINE FERREIRA RIBEIRO, que encontra-se em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PAMELA CINTYELLE BARBOSA CAMARGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 095.224.449-79, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1862/2016

PORTARIA Nº 1862, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Determina Abertura de Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Especial.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2012; considerando as informações contidas no Processo Administrativo nº 5094/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público ELIONETE FRANCESCATO KONKOL, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I – JOÃO RUDINEI BELOTTO – Presidente;
II – MARIA APARECIDA DE BARROS BALESTRIN – Membro;
III – ELISANGELA CONTE BARBOSA – Secretária.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2016
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1863/2016

PORTARIA Nº 1863, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Determina abertura de processo administrativo disciplinar e nomeia comissão especial.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2012; considerando as informações contidas no Processo Administrativo nº 7406/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público SIMARA CRISTINA FERREIRA DE DEUS SARTURI, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I – MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL – Presidente;
II – HELENA TEREZINHA LANZARINI BRAZ DE OLIVEIRA – Membro;
III – MERI KEITI GOMES DE CAMPOS – Secretária.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2016
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

BALANCETES 2016 04/10/2016**ANEXO IV****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO TC 28**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
ORDENADOR DA DESPESA: NILCE PINZ				
ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA			CNPJ: 17.757.127/0001-52	
ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA , 975			CEP: 89.580-000	
RESPONSÁVEL: FLÁVIO JOSÉ MARTINS		CPF: 133.199.739-91		
Nota de Empenho:	1596	Data: 02/08/2016	Valor:	1.696.161,83
Ordem de pagamento:	2866	Data: 04/10/2016	Valor:	30.000,00
Ordem de pagamento:	2867	Data: 04/10/2016	Valor:	147.106,92
Projeto Atividade:	2022			
Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00				
Histórico da Finalidade: Transferência voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2016, conforme TACV15PMF0008.				
Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
	4/10/2016	REPASSE DA PREFEITURA	30.000,00	
	4/10/2016	REPASSE DA PREFEITURA	147.106,92	
	4/10/2016	Tarfas Bancárias	107,00	
	7/10/2016	Recursos Próprios - Contrapartida	139,59	
NF 107423	4/10/2016	Luiz Carlos Dalle Cort - Me		152,40
NF 192866	4/10/2016	Cooperativa Central de Cooperativas Unimed RS		255,43
NF 191472	4/10/2016	Cooperativa Central de Cooperativas Unimed RS		341,00
NF 97162	4/10/2016	Cirúrgica Santa Cruz Com. De Produtos Hosp. Ltda		661,07
NF 13469	4/10/2016	Oxigênio Joaçaba Com. De Gases Atmosféricos Ltda		462,00
NF 13771335	4/10/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda.		781,48
NF 324621	4/10/2016	Medilar Importação e Distribuição de Prod. Médico Hosp.		552,63
NF 52108	4/10/2016	Friguzzi Tangará Ltda.		563,09
NF 45400	4/10/2016	Controller Comércio e Serviços Ltda		922,00
NF 2504	4/10/2016	Stra Comércio de Produtos para Saúde Ltda Epp		1.279,50
NF 295	5/10/2016	Sulfiltro Eireli - Me		150,00
NF 336	5/10/2016	Martins Comércio de Cortinas e Persianas Ltda		3.308,50
NF 337	5/10/2016	Martins Comércio de Cortinas e Persianas Ltda		375,00
NF 58333	5/10/2016	Ibf Indústria Brasileira de Filmes S/A		675,00
NF 470	5/10/2016	Hollobyte Informática Ltda - Me		35,00
NF 6041	5/10/2016	Supermercado Zornitta Ltda		89,18
Folha 09/2016	5/10/2016	Adriana Tibes		1.571,38
Folha 09/2016	5/10/2016	Alice Moreira Leite		1.878,73
Folha 09/2016	5/10/2016	Aline Silveira		1.674,40
Folha 09/2016	5/10/2016	Antônio Irineu Vicentin		1.813,25
Folha 09/2016	5/10/2016	Ari Antônio Guindani		6.037,97
Folha 09/2016	5/10/2016	Augusto Ribeiro Antunes		1.990,27
Folha 09/2016	5/10/2016	Bruna Weirich		1.818,71
Folha 09/2016	5/10/2016	Carina Kominkiewicz		1.679,07

Folha 09/2016	5/10/2016	Cintia Marcon	2.002,00
Folha 09/2016	5/10/2016	Claudemir Jose Olivio de Liz	1.628,11
Folha 09/2016	5/10/2016	Cleberson Castanho	2.321,44
Folha 09/2016	5/10/2016	Cristiane Felix Ribeiro	1.325,47
Folha 09/2016	5/10/2016	Daiane Bolzani	1.679,07
Folha 09/2016	5/10/2016	Daniele da Silva Xavier	1.679,07
Folha 09/2016	5/10/2016	Diego Alisson Rosa	3.057,08
Folha 09/2016	5/10/2016	Elaine Aparecida Caregnato	2.499,35
Folha 09/2016	5/10/2016	Elaine Patrícia Maciel	1.508,37
Folha 09/2016	5/10/2016	Eliane da Conceição	2.802,34
Folha 09/2016	5/10/2016	Eliane Inês Tenconi Borges	2.480,99
Folha 09/2016	5/10/2016	Elisângela Busatta de Godoi	1.403,24
Folha 09/2016	5/10/2016	Elizandra Aparecida Schmidt de Paula	1.256,29
Folha 09/2016	5/10/2016	Emilyn Caroline Ribeiro	1.638,84
Folha 09/2016	5/10/2016	Erica Maria Franciosi	1.596,03
Folha 09/2016	5/10/2016	Flaviana Ribeiro de Deus	3.428,72
Folha 09/2016	5/10/2016	Franciane de Souza dos Anjos	1.949,82
Folha 09/2016	5/10/2016	Gorete Maciel	1.283,17
Folha 09/2016	5/10/2016	Ironi Contti de Lima	448,38
Folha 09/2016	5/10/2016	Izabel Ribeiro de Goes Maciel	1.784,43
Folha 09/2016	5/10/2016	Jackson Leandro Marquevski	1.729,00
Folha 09/2016	5/10/2016	Janete de Melo Rodrigues	1.179,71
Folha 09/2016	5/10/2016	Janete Rodrigues Gonçalves	2.579,00
Folha 09/2016	5/10/2016	Joao Henrique Pereira	1.507,36
Folha 09/2016	5/10/2016	Jose Cesar Beher	1.434,32
Folha 09/2016	5/10/2016	Joziele Rubiane Machado da Silva	2.009,38
Folha 09/2016	5/10/2016	Jucelita Campagnaro Dalanol	1.655,91
Folha 09/2016	5/10/2016	Juciane de Fátima Fernandes	1.554,69
Folha 09/2016	5/10/2016	Karina Oliveira da Silva	1.131,09
Folha 09/2016	5/10/2016	Kauana Kuhn	1.679,07
Folha 09/2016	5/10/2016	Klebiana Freitas Bartolomeu	2.433,90
Folha 09/2016	5/10/2016	Luan Carlo Vicente	50,68
Folha 09/2016	5/10/2016	Luciana de Assis	1.589,98
Folha 09/2016	5/10/2016	Luciane Marcondes dos Santos	1.196,19
Folha 09/2016	5/10/2016	Marcio Cruz	1.627,56
Folha 09/2016	5/10/2016	Margarete Rosana dos Santos da Silva	1.197,18
Folha 09/2016	5/10/2016	Maria Ribeiro dos Santos	1.679,07
Folha 09/2016	5/10/2016	Marieli Schissi	1.278,31
Folha 09/2016	5/10/2016	Marilene Aparecida Forteck	1.325,47
Folha 09/2016	5/10/2016	Marines Gomes	1.938,54
Folha 09/2016	5/10/2016	Mariza de Fátima Cluves	1.250,56
Folha 09/2016	5/10/2016	Marizete Gollo	2.022,02
Folha 09/2016	5/10/2016	Maryleize Aparecida Alves	1.758,10
Folha 09/2016	5/10/2016	Mayara Souza do Amaral	1.387,58
Folha 09/2016	5/10/2016	Michele Lazari	1.581,04
Folha 09/2016	5/10/2016	Pâmela Evelyn de Moraes	1.820,00
Folha 09/2016	5/10/2016	Patrícia Moreira de Moura	1.094,51
Folha 09/2016	5/10/2016	Patricia Oldenburg Riegert	2.613,19
Folha 09/2016	5/10/2016	Rosana de Fatima Ribeiro	1.017,82
Folha 09/2016	5/10/2016	Roselani Lima da Rocha	3.507,38
Folha 09/2016	5/10/2016	Rosemeri dos Santos Ferneda	2.066,02
Folha 09/2016	5/10/2016	Rosmari Dias	1.554,69

Folha 09/2016	5/10/2016	Rubiane Zago		3.896,05
Folha 09/2016	5/10/2016	Santa Munaro dos Santos		2.004,04
Folha 09/2016	5/10/2016	Silvana Cláudia Giacomelli de Oliveira		3.401,00
Folha 09/2016	5/10/2016	Simone Bussato		2.896,07
Folha 09/2016	5/10/2016	Solange Leite		1.918,17
Folha 09/2016	5/10/2016	Tailana Paula Tibes de Campos		1.030,51
Folha 09/2016	5/10/2016	Talita Cassia Barbosa Gatti		1.679,07
Folha 09/2016	5/10/2016	Tatiane Ribeiro Cândido Veloso		1.123,70
Folha 09/2016	5/10/2016	Thainan Bernardi Mendes		2.202,91
Folha 09/2016	5/10/2016	Vera Lucia Manfioleti Pitt		1.679,07
Folha 09/2016	5/10/2016	Viviane Siburski de Oliveira		1.636,60
Folha 09/2016	5/10/2016	Volnei Alves Webber		2.066,02
NF 10618	6/10/2016	Althis Com. De Med. E Mat. Médico Hosp. Ltda Epp		419,49
NF 13783120	6/10/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda.		719,56
NF 76320	6/10/2016	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda		1.070,40
NF 123457	6/10/2016	Dimaster Com de Prod. Hosp. Ltda		38,68
NF 123456	6/10/2016	Dimaster Com de Prod. Hosp. Ltda		216,24
NF 26372	6/10/2016	3/S Material para Escritório Ltda Epp		707,30
Férias	6/10/2016	Jucelita Campagnaro Dalanhof		2.161,16
Férias	6/10/2016	Janete de Melo Rodrigues		1.662,17
Férias	6/10/2016	Antônio Irineu Vicentin		2.298,06
NF 1737	7/10/2016	Paulo Doemer Manutenção de Equipamentos Ltda - Epp		3.455,84
NF 274937	7/10/2016	Cremer S/A		114,00
NF 274952	7/10/2016	Cremer S/A		85,50
NF 122256	7/10/2016	Dimaster Com de Prod. Hosp. Ltda		232,64
GRF	7/10/2016	Fgts Comp. 09/2016		12.888,71
NF 44362	10/10/2016	Hbinfo Provedor Ltda - Me		300,00
NF 13558	10/10/2016	Oxigênio Joaçaba Com. De Gases Atmosféricos Ltda		462,00
NF 3195	10/10/2016	Clínica Cardiológica Dr. Morch Ltda - Me		286,05
NF 107677	10/10/2016	Luiz Carlos Dalle Cort - Me		209,40
NF 98810	10/10/2016	Mb Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda		140,00
NF 118986	10/10/2016	Hospitália Cirúrgica Catarinense Ltda		220,00
NF 13763010	10/10/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda.		232,00
NF 121387	10/10/2016	Dimaster Com de Prod. Hosp. Ltda		219,53
NF 124414	10/10/2016	Dimaster Com de Prod. Hosp. Ltda		341,37
NF 6049	10/10/2016	Supermercado Zornitta Ltda		769,84
NF 121386	10/10/2016	Dimaster Com de Prod. Hosp. Ltda		385,39
NF 267	10/10/2016	Farmácia Renovar Ltda - Me		139,00
NF 3678	10/10/2016	Clínica Cardiológica Dr. Morch Ltda - Me		330,86
09/2016	10/10/2016	Associação Empresarial de Fraiburgo		150,00
10/2016	10/10/2016	Oi S/A		238,77
NF 15	10/10/2016	Assessoria Empresarial Gomes Eireli - Me		1.751,20
NF 107773	11/10/2016	Luiz Carlos Dalle Cort - Me		179,55
		Tarifas Bancárias		107,00
			177.353,51	177.353,51

Flávio José Martins - Presidente AFSC

Ari Antônio Guindani - Diretor Geral

Cíntia Marcon Ramos - Responsável

Fraiburgo (SC), 17 de outubro de 2016.

CENTRO CULTURAL EGON FREY 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO TC 28

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS
(Adiantamento, Subvenções, Auxílios, Contribuições, Convênios)

UNIDADE CONCEDENTE: Prefeitura Municipal De Fraiburgo		
ORDENADOR DA DESPESA: Ivo Biazolo		
ENTIDADE BENEFICIADA: CENTRO CULTURAL EGON FREY		
ENDEREÇO: Rua Mar-Ly, 16 - CENTRO		CEP: 89580-000
RESPONSÁVEL: Renato Goetten		CPF: 028.079.609-95
NOTA DE EMPENHO: 72	DATA: 04.01.2016	Valor Total: R\$ 20.000,00
PROJETO ATIVIDADE: 2004-Manutenção das Atividades Culturais		Item/ Fonte: 3.3.50.41.99
ORDENS DE PAGAMENTO: 7814 7815	Data: 06.09.2016	Valor Total: R\$ 3.333,34

Histórico da Finalidade: Tranferência de Recursos ao Conveniente para Custear as Aulas, ensaios, Manutenção das Oficinas de artes e manutenção dos instrumentos e equipamentos destas Oficinas. CV15PMF0010.

Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
7814	06.09.2016	Convênio Prefeitura Municipal de Fraiburgo	1.666,67	
7815	06.09.2016	Convênio Prefeitura Municipal de Fraiburgo	1.666,67	
7563	12.09.2016	Vânia Maria Francheschi Vieira		534,00
7444	16.09.2016	Expressão Criativa		800,00
2100	07.10.2016	Previdência Social		186,00
22	13.10.2016	Adriano Santos		853,34
2100	13.10.2016	Previdência Social		248,00
7640	14.10.2016	Claudio Adriano Franzon		712,00
TOTAL GERAL			3.333,34	3.333,34

FRAIBURGO, 17 de Outubro de 2016

Presidente
RENATO GOETTEN

Frei Rogério**PREFEITURA****CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2017****CONVITE****AUDIÊNCIA PÚBLICA****LOA 2017**

A Prefeitura Municipal de Frei Rogério convida a todos os munícipes para participarem da Audiência Pública para a discussão da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2017, que será realizado dia 04 de Novembro de 2016 nas dependências da Câmara Municipal as 09:00hs.

Frei Rogério, 01 de novembro de 2016.

HIDEKI IWASAKI

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº. 845/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, (SC).

DECRETO Nº. 845/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, (SC).

HIDEKI IWASAKI, Prefeito Municipal de Frei Rogério em Exercício, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 13, § 2º da Lei nº 838/2015 de 26/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.423,45 (um mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	Código	Discriminação	Valor R\$
Orgão	02	Chefia do Executivo	
Und	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	2.042	Manutenção da Iluminação Pública	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.0189	Aplicações Diretas	
	129	Aplicações Diretas	R\$ 1.423,45
	Total		R\$ 1.423,45

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte a fonte 4.1.2.2.0.29.00.00.00.00 Contribuição para Custeio dos serviços de iluminação pública, recurso Próprio no valor R\$ 1.423,45 (um mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos), para as dotações do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 31 de Outubro de 2016.

HIDEKI IWASAKI

Prefeito Municipal em Exercício

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 185/2016

DECRETO N.º 185, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 71.796,71 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 71.796,71 (setenta e um mil, setecentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	46.796,71
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	2.260,00
4.4.90.0.3.15.000049 - Aplicações Diretas	2.260,00
13392281.019 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico	39.442,00
4.4.30.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	39.442,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	5.094,71
3.3.90.0.3.15.000052 - Aplicações Diretas	1.390,95
3.3.90.0.3.22.001003 - Aplicações Diretas	3.703,76
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	25.000,00
3.3.90.0.3.29.000006 - Aplicações Diretas	25.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 71.796,71 (setenta e um mil, setecentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 186/2016

DECRETO N.º 186, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Em virtude do feriado da Proclamação da República, fica decretado ponto facultativo, no dia 14/11/2016 (segunda-feira).

Art. 2º. Aos dirigentes dos diversos órgãos da administração municipal, cabe fazer observar o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2016
FMS

Ata nº. 65/2016; Processo nº 127/2016; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME; DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI ME, L.M LADEIRA & CIA LTDA, DENTAL OESTE EIRELI EPP; DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S/A. Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de materiais odontológicos para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba. Data da Assinatura: 01/11/2016.

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.229, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.229, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA O SERVIDOR VALMOR VIEIRA PARA O CARGO DE SUPERINTENDENTE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o servidor VALMOR VIEIRA, CPF nº 664.608.759-87, para exercer o cargo em comissão de Superintendente do Orçamento Participativo, nível CC, ref. 70, lotado no Gabinete, a partir de 03 de novembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.230, DE 01º DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.230, DE 01º DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 7.204, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Altera o inciso V do artigo 1º do Decreto nº 7.204, de 18 de outubro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

V – Kelli Cristine Silva Santos– Representante do SINTRASPUG.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01º de novembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 065/2016

RESOLUÇÃO Nº 065/2016

INSTITUI COMISSÃO ESPECÍFICA PARA REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DOS BENS DA CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR/SC, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO N.º 062/2016.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas nos artigos 39, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e 31, inciso IX do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a aprovação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN 548, de 24 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO ser necessária a observância dos prazos e procedimentos definidos nos artigos 6º, 7º e 13 da Portaria STN 634, de 19 de novembro de 2013, os quais se encontram no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, de observância obrigatória pelos entes da Federação;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º da Resolução n.º 062/2016, expedida por esta Mesa Diretora, no que concerne à instituição de comissão específica para realização dos procedimentos nela previstos,

Resolve:

Art. 1º Fica instituída, através da presente Resolução, Comissão Específica para realização dos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens da Câmara de Vereadores de Gaspar/SC.

Parágrafo único. A comissão referida no caput tem caráter transitório, devendo ser extinta após a conclusão dos trabalhos para os quais foi instituída.

Art. 2º A comissão instituída nos termos do artigo 1º desta Resolução será formada pelos Servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo Maurélio Soares, Morgana Carina Lenzi e Marcos Alexandre Klitzke.

§1º Os servidores integrantes da comissão específica farão jus ao recebimento da gratificação prevista na Lei Municipal n.º 3.327/2011.

§2º A gratificação será devida tão somente no período de atividade da comissão específica, devendo ser suspenso o seu pagamento após o encerramento dos trabalhos para os quais a comissão foi instituída.

Art. 3º A comissão deverá elaborar laudo técnico que permitirá efetuar os registros de atualização do valor no cadastro dos bens no Sistema de Gestão Patrimonial, gerando os respectivos valores para ajustes no Sistema de Contabilidade, conforme disposto no parágrafo único do artigo 7º da Resolução 062/2016.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de novembro de 2016.

MESA DIRETORA

Giovano Borges	José Amarildo Rampelotti
Presidente	Vice-Presidente
Ciro André Quintino	José Hilário Melato
1º Secretário	2º Secretário

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO 019/2016 - LIMITAÇÃO DE EMPENHOS

DECRETO Nº 019, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE DESPESAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NO EXERCÍCIO DE 2016, CONSTANTES DA LEI MUNICIPAL Nº 2.026, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e no artigo 14 da Lei Municipal nº 2.023, de 09 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, que estabelece os critérios e formas de limitação de empenho;

CONSIDERANDO que as despesas ordinárias empenhadas e liquidadas da Administração Direta (Prefeitura e Fundo da Saúde) até o 4º bimestre, no valor de R\$ 6.792.282,71 (seis milhões, setecentos e noventa e dois mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos), apresentando um déficit em relação às receitas ordinárias arrecadadas no mesmo período, no valor de R\$ 943.685,44 (novecentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), se considerado essa tendência provocará o desequilíbrio orçamentário, não permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, a LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, segundo os critérios fixados no artigo 14 da Lei Municipal nº 1.974, de 29 de outubro de 2014, adiante transcrito, adequando-se a fixação das despesas às receitas realizadas;

“Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observada a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

- I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.”

DECRETA

Art. 1º. Para fins de limitação de empenhos, conforme Lei Orçamentária nº 2.026, de 17 de dezembro de 2015, fica bloqueado o valor de R\$ 8.296.188,89 (oito milhões, duzentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), conforme anexo único deste decreto, correspondentes às despesas, dispostas no artigo 14 da Lei Municipal nº 2.023, de 09 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, excetuadas as despesas correspondentes ao parágrafo único do mesmo artigo.

Parágrafo único. O valor definido poderá ser revisto, a critério da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, se houver alteração significativa no ingresso das receitas dos referidos recursos, em relação à projeção de arrecadação estabelecida para o Exercício.

Art. 2º. São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto os Secretários Municipais.

Parágrafo único. As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda poderá expedir instruções competentes que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
20 de outubro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 20 de outubro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO AO DECRETO 019/2016

RELAÇÃO DE VALORES BLOQUEADOS POR RECURSO – ENTIDADE PREFEITURA		
Recurso	Descrição do Recurso	Valor Bloqueado
0000	Recursos Ordinários	268.134,77
0001	Rec. de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	480,00
0017	Contribuição p/Custeio Iluminação Pública (COSIP)	2.497,85
0022	Transferência de Convênios - Educação - União	2.921.531,50
0024	Transferência de Convênios - União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2.921.718,62
0025	Transferência de Convênios - Estado (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	95.905,49
0044	Fundo Especial do Petróleo - FEP	16.633,14
0045	Outras Transf. Decor. de Comp. Financ. pela Exploração de Recursos Naturais	18.480,06
0049	Programa Pessoa Portadora de Deficiência (PPD)	1.559,20
0053	Transferências de Convênios - União - Assistência Social	101.500,00
0078	FIA Demais Recursos	10.000,00
0083	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	900.000,00
0112	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - EJA	792,50
0115	Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Fundamental	2.642,34
0116	Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Ensino Médio	3.895,00
0146	Transf. de Convênios - Educação - Transporte Escolar Estadual - Médio	20.500,00
0153	Transferências de Convênios - Estado - Assistência Social	50.750,00
0201	Programa de Atenção Integral a Família - Piso Básico Fixo (PBF)	4.500,00
0202	Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD-SUAS	8.800,00
0203	SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	2.601,97
0206	Transferências de Convênios - Estado - Benefícios Eventuais	5.097,48
0207	Transferência de Convênios - Apoio a Creches - Educação - União	18.135,88
Total		7.376.155,80

RELAÇÃO DE DESPESAS BLOQUEADAS – ENTIDADE PREFEITURA			
04.00	SECRETARIA DE PLAN IND COM E DESENVOL URBANO		
04.02	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
1.018	IMPLANTAÇÃO DE PARQUE INDUSTRIAL		
4.4.90.00.00.00.00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	101.500,00
2.007	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO		
3.3.50.00.00.00.00.00.0000	Transf. Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	10.000,00
04.03	DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANOS		
1.002	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E OBRAS DE ARTE		
4.4.90.00.00.00.00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	406.661,51
4.4.90.00.00.00.00.00.0025	Aplicações Diretas	R\$	95.905,49
4.4.90.00.00.00.00.00.0083	Aplicações Diretas	R\$	900.000,00
1.008	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS		
4.4.90.00.00.00.00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	152.250,00
1.015	AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		

4.4.90.00.00.00.00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	253.750,00
2.008	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANO		
3.3.90.00.00.00.00.00.0017	Aplicações Diretas	R\$	2.497,85
3.3.90.00.00.00.00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	22.240,42
2.009	SEGURANÇA DE TRANSITO		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	5.200,00
05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
05.01	DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
1.003	CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA		
4.4.90.00.00.00.00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	507.500,00
2.011	ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
2.012	MANUTENÇÃO DA INTEGRAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL		
3.3.50.00.00.00.00.00.0000	Transf. Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	1.477,95
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
1.004	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO INFANTIL		
4.4.90.00.00.00.00.00.0022	Aplicações Diretas	R\$	1.318.520,00
1.005	AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL		
4.4.90.00.00.00.00.00.0022	Aplicações Diretas	R\$	1.429.491,50
1.013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR		
4.4.90.00.00.00.00.00.0022	Aplicações Diretas	R\$	173.520,00
2.013	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE		
3.3.90.00.00.00.00.00.0207	Aplicações Diretas	R\$	18.135,88
2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.00.00.00.00.00.0115	Aplicações Diretas	R\$	2.642,34
2.018	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO		
3.3.90.00.00.00.00.00.0116	Aplicações Diretas	R\$	3.895,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0146	Aplicações Diretas	R\$	20.500,00
2.019	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	782,50
2.020	MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE SINAIS DE TELEVISÃO		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	1.418,78
2.021	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
2.022	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - FUNDAMENTAL		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112	Aplicações Diretas	R\$	792,50
4.4.90.00.00.00.00.00.0001	Aplicações Diretas	R\$	480,00
2.026	MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO MUNICÍPIO		
3.3.50.00.00.00.00.00.0000	Transf. Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	40.000,00
07.00	SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		
07.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO		
1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE COMPLEXOS ESPORTIVOS		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	670,54
4.4.90.00.00.00.00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	188.336,33
1.016	CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO		
4.4.90.00.00.00.00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	203.000,00
2.027	APOIO AO ESPORTE AMADOR		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
08.00	SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		
08.02	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO		
1.017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		
4.4.90.00.00.00.00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	1.015.000,00
2.048	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA		
3.1.71.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
1.011	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS, PONTES E BUEIROS		
4.4.90.00.00.00.00.00.0024	Aplicações Diretas	R\$	71.480,36
2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00.00.00.00.00.0044	Aplicações Diretas	R\$	16.633,14
3.3.90.00.00.00.00.00.0045	Aplicações Diretas	R\$	18.480,06
11.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
11.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
0.001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA		
3.2.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	90.000,00
0.004	AMORTIZAÇÃO DE PRECATÓRIOS		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		

2.030	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
15.02	DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
1.010	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE MULTIPLO USO E CRAS		
4.4.90.00.00.00.00.00.0053	Aplicações Diretas	R\$	101.500,00
1.027	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO		
4.4.90.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$	50.750,00
2.010	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS AO IDOSO		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0203	Aplicações Diretas	R\$	1.438,79
2.031	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS		
3.3.50.00.00.00.00.00.0000	Transf. Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0201	Aplicações Diretas	R\$	4.500,00
2.032	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS À CRIANÇA E ADOLESCENTE - PETI		
3.3.90.00.00.00.00.00.0203	Aplicações Diretas	R\$	1.163,18
2.044	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
3.3.90.00.00.00.00.00.0202	Aplicações Diretas	R\$	3.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0206	Aplicações Diretas	R\$	5.097,48
4.4.90.00.00.00.00.00.0202	Aplicações Diretas	R\$	5.400,00
15.03	DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		
2.043	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		
3.3.50.00.00.00.00.00.0000	Transf. Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	18.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0049	Transf. Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	1.559,20
16.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		
2.033	MANUTENÇÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	4.085,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0078	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
17.00	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		
17.01	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		
1.001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CASAS POPULARES - COHAB		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	7.500,00

RELAÇÃO DE VALORES BLOQUEADOS POR RECURSO – ENTIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Recurso	Descrição do Recurso	Valores Bloqueados
0002	Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	210.000,00
0023	Transferências de Convênios - Saúde - União	60.000,00
0123	Transferências de Convênios - Saúde - Estado	155.000,00
0088	Alienações de Bens Destinados a Saúde	290,00
0151	Atenção Básica - Pab Fixo	347.528,42
0156	Atenção Básica - Programa Saúde na Escola - PSE	5.111,84

0161	Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Co-Financiamento	27.075,27
0152	Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde - ACS	53.192,00
0157	Atenção Básica - Saúde Bucal - SB	9.020,00
0159	Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF	9.676,97
0158	Atenção Básica - Núcleo Apoio da Família - NASF	7.300,00
0065	Atenção de Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar	8.370,00
0165	Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Estadual	15.626,59
0166	Vigilância Epidemiológica (em Saúde)	1.100,00
0160	Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Farmácia Básica	10.742,00
Total		920.033,09

RELATÓRIO DE DESPESAS BLOQUEADAS – ENTIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
1.009	CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS		
4.4.90.00.00.00.00.00.0023	Aplicações Diretas	R\$	60.000,00
1.019	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UBS E EQUIPAMENTOS PARA SUS MUNICIPAL		
4.4.90.00.00.00.00.00.0123	Aplicações Diretas	R\$	155.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0088	Aplicações Diretas	R\$	290,00
14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.50.00.00.00.00.00.0002	Transf. Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0151	Aplicações Diretas	R\$	347.528,42
3.3.90.00.00.00.00.00.0156	Aplicações Diretas	R\$	5.111,84
3.3.90.00.00.00.00.00.0161	Aplicações Diretas	R\$	11.805,27
4.4.90.00.00.00.00.00.0161	Aplicações Diretas	R\$	15.270,00
2.036	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS		
3.1.90.00.00.00.00.00.0152	Aplicações Diretas	R\$	50.192,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0152	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
2.037	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL		
3.1.90.00.00.00.00.00.0157	Aplicações Diretas	R\$	9.020,00
2.038	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NÚCLEO APOIO À SAÚDE - NASF		
3.3.90.00.00.00.00.00.0159	Aplicações Diretas	R\$	128,97
4.4.90.00.00.00.00.00.0158	Aplicações Diretas	R\$	7.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0159	Aplicações Diretas	R\$	9.548,00
14.03	DEP ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPL AMB E HOSPITALAR		
2.039	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
3.3.50.00.00.00.00.00.0002	Transf. Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0065	Aplicações Diretas	R\$	8.370,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0165	Aplicações Diretas	R\$	15.626,59
14.04	DEPARTAMENTO DA VIGIÂNCIA EM SAÚDE		
2.042	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0166	Aplicações Diretas	R\$	1.100,00

14.05	DEPARTAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.041	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0160	Aplicações Diretas	R\$	10.742,00

DECRETO DF 56/2016 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000056/16 de 1 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO

04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(029)3.3.90.00.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas 15.000,00

Total Suplementação: 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO

04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(028)3.1.90.00.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas 15.000,00

Total Anulação: 15.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 1 de Novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 1 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA RICKEN MAY

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que DISTRIBUIDORA DE LEITE RICKEN MAY LTDA ME, possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando a prestação de serviço, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário a continuidade da prestação de serviço e que essa prestação de serviço contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: DISTRIBUIDORA DE LEITE RICKEN MAY LTDA ME

Ordem de Pagamento: 4805, 4806, 4807, 4808, 4809, 4810, 4811, 4812, 4814, 4815, 4817, 4830.

Valor: R\$ 5.864,20

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 1º de novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 122.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2016

PROCESSO Nº 122/2016 HOMOLOGAÇÃO: 01/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE BARRAS

DE FERRO PARA A CONFECÇÃO DE GRADE PARA BOCA DE

LOBO PARA SEREM UTILIZADAS NA CIDADE, A CONFECÇÃO

SERA NA SECRETARIA DE OBRAS.

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.150,00 (dezesete mil cento e
cinquenta reais)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 23/2016 - PREGÃO 26/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 26/2016
Processo Licitatório: 23/2016
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ENCORDAMENTO E VIOLÃO PARA USO NAS OFICINAS SOCIOASSISTÊNCIAIS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 22/11/2016 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 22/11/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 01 de novembro de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE RP Nº09/2015 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2016 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2016
Objeto: Aquisição de papel higiênico e papel toalha. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º13/2016 - HSA Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n. º05, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: VILLA PAPÉIS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.346.166/0001-80, estabelecida na RUA FRANCISCO HRUSCKA, SÃO LUIZ, município de Jaraguá do Sul/SC Valor: R\$ 7.475,00 (sete mil e quatrocentos e setenta e cinco) Vigência: Início: 27/10/2016 Término: 26/10/2017.
Guaramirim-SC, 01 de novembro de 2016.
CAMILA EMANOELA WARMELING ORSI
GESTORA HSA

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF/FMS 47/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Guarujá do Sul – Pref
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 47/2016 - Pregão Presencial Nº. 33/2016.

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de informática, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, para serem utilizados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Agricultura, Polícia Militar e Secretaria Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 18/11/2016 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 01 de novembro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Rossméri K. Vergutz

Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 11/2016 TA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 11/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: HELENA BATISTA GOMES 09670248973

OBJETO: Fica acrescido a partir de 01 de novembro de 2016, a quilometragem do Trajeto Escolar, conforme tabela abaixo:

Item nº	Objeto da licitação	Dias letivos	km para o ano 2016	Valor Unitário por km	Valor em R\$ do acréscimo km para o ano letivo restante de 2016.
02	Trajeto Escolar Pinheirinho ate Baixo Arara Perfazendo 53,6 km/dia;	32 8 53,6 km dia	32 km/dia 256 km/ano letivo restante	5,64	1.443,84

VALOR TOTAL R\$ 1.443,84

Guarujá do Sul, SC, 01 de novembro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 01 - BRUNA MARIA BARANCELLI ALVES CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora Bruna Maria Barancelli Alves, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 010.035.240-52, aprovada em 33º lugar no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.526/2016, de 01 de junho de 2016, para o Cargo de Professor de Educação Infantil, para assumir vaga de 20h, período vespertino, no GEM Nossa Senhora de Fátima em substituição a Juliana Vaquiria Rosa Taugem ou na EBM Cruz e Sousa em substituição a servidora Marisete Vingla de Matos Schaly.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da publicação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, para assumir a vaga sob pena de entender-se que desiste da mesma, bem como do processo seletivo em questão.

Art. 3º A posse da aprovada, ora convocada, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste (SC) em 01 de novembro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Ciente em ____/____/____
____ Bruna Maria Barancelli Alves

CONVOCAÇÃO Nº 02 - SANDRA MARIA BERTELLI CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora Sandra Maria Bertelli, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 069.220.349-45, aprovada em 32º lugar no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.526/2016, de 01 de junho de 2016, para o Cargo de Professor de Educação Infantil, para assumir vaga de 20h, período vespertino, no GEM Nossa Senhora de Fátima em substituição a Juliana Vaquiria Rosa Taugem ou na EBM Cruz e Sousa em substituição a servidora Marisete Vingla de Matos Schaly.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da publicação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, para assumir a vaga sob pena de entender-se que desiste da mesma, bem como do processo seletivo em questão.

Art. 3º A posse da aprovada, ora convocada, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste (SC) em 01 de novembro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Ciente em ____/____/____
____ Sandra Maria Bertelli

PORTARIA Nº 1223/2016 PORTARIA Nº 1223/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora CRISTIANA DA SILVA DE SOUZA (Matr. 4338), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Monitor Social, Nível – 4/2, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 01 de novembro de 2016, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1224/2016 PORTARIA Nº 1224/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LEILA BOTTEGA DE COL (Matr. 1776), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de janeiro de 2015 e 09 de janeiro de 2016, para serem gozadas a partir de 01 de novembro de 2016 a 30 de novembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de novembro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

ERRATA PRG 031 - 2016 PMI - MAN. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2016 - PMI

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 031/2016 - PMI, que o item abaixo passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

6.4.1 – Atestado (s) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA e acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, “que a empresa comprove a execução dos seguintes”.

a) Execução de manutenção do sistema de iluminação pública em vias, praças e jardins com no mínimo 1500 pontos;

b) Execução de manutenção em rede de energia elétrica energizada em média e/ou alta tensão;

LEIA-SE:

6.4.1 – Atestado (s) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA e acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, “que a empresa comprove a execução dos seguintes”.

a) Execução de manutenção do sistema de iluminação pública em vias, praças e jardins com no mínimo 1500 pontos;

Supre-se o a alínea "b" do item 6.4.1 do edital.

Como a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade de interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 18 de novembro de 2016 às 09:30 horas.

Ilhota, 02 de novembro de 2016.

Alex Miranda
Pregoeiro Oficial

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 167, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO PMI Nº 167, de 31 de outubro de 2016.

Institui Comissão de Transição de Governo e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 93, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de instituir processo de transição governamental para preservação da continuidade dos serviços públicos, visando aos superiores interesses do povo de Imbituba;

CONSIDERANDO, ainda, que a nova gestão administrativa necessita conhecer dados fundamentais, sem os quais dificultar-se-ia a implantação de seus projetos, programas de governo e compromissos de campanha, já a partir do início do exercício do novo mandato;

CONSIDERANDO, finalmente, que os agentes e autoridades administrativas, têm o dever constitucional de pautarem-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficácia, razoabilidade, precaução e transparência;

CONSIDERANDO a reunião realizada no dia 24 de outubro de 2016 entre o Prefeito atual e o Prefeito eleito para o mandato 2017/2020, visando instituir processo de transição governamental;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Transição de Governo.

Parágrafo único. Para efeitos deste Decreto, transição governamental é o processo que objetiva propiciar condições para que o prefeito eleito possa receber do seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do novo governo.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão de Transição de Governo:

I – como representantes da Administração Municipal, os seguintes agentes públicos:

- a) Daniel Vinício Arantes Neto, Procurador Geral do Município;
- b) Andrea Aguiar, Chefe de Gabinete Interina; e
- c) Dorvalino Pedro de Mello Filho, Administrador.

II – como representantes do Prefeito eleito, os seguintes cidadãos:

- a) Orlando Gonçalves Pacheco Júnior;
- b) Jari Luiz Dalbosco; e
- c) Maurina Borges Silvano;

Parágrafo único. Fica designado como Coordenador-Geral da Comissão de Transição de Governo o Dr. Daniel Vinício Arantes Neto e como Coordenador de Transição do Prefeito eleito o Dr. Orlando Gonçalves Pacheco Júnior.

Art. 3º A Comissão de Transição de Governo no âmbito de suas atribuições delegadas por este Decreto, está apta para receber e prover as solicitações de informações da equipe de transição do novo Governo.

Art. 4º As informações e esclarecimentos deverão ser solicitados, exclusivamente, ao Coordenador-Geral da Comissão de Transição de Governo, por vias formais, documentadas e assinadas pelo Prefeito eleito ou pelo Coordenador de Transição do Prefeito eleito.

Parágrafo único. As informações deverão ser prestadas na forma e no prazo que assegurem o cumprimento dos objetivos da transição

governamental.

Art. 5º Os Secretários Municipais deverão, obrigatoriamente, sob pena de ser imputada responsabilidade, encaminhar ao Coordenador-Geral da Comissão de Transição de Governo informações circunstanciadas sobre:

- I – programas realizados e em execução relativos a atual gestão governamental;
- II – assuntos que demandarão ação ou decisão da administração nos 100 (cem) primeiros dias do novo governo;
- III – projetos que aguardam implementação ou que tenham sido interrompidos.

Parágrafo único. Cabe a Chefia do Gabinete do Prefeito:

- a) relacionar os órgãos e entidades com os quais o município tem maior interação, em especial daqueles que integram outros entes federativos, organizações não governamentais e organismos internacionais, com menção aos temas que motivam essa interação.
- b) disponibilizar a legislação e normas regulamentares solicitadas.

Art. 6º Caberá exclusivamente ao Secretário de Administração e Gestão Pública:

a) relacionar o patrimônio:

1. móvel: descrição do bem, número do registro patrimonial, quantidade, localização e valores unitário e total;
2. imóvel: descrição do bem, documento de propriedade, localização e valor atualizado;

b) relacionar os materiais existentes no almoxarifado, com as seguintes informações: descrição dos materiais, unidades respectivas, quantidade em estoque e valores unitário e total;

c) preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo as seguintes relações e informações:

1. quadro de cargos em comissão e funções gratificadas;
 2. quadro de cargos de provimento efetivo;
 3. listagem de contratados por prazo determinado;
 4. relação dos servidores cedidos;
 5. demonstrativo da situação das folhas de pagamento;
 6. desapropriações em andamento: amigáveis e judiciais;
 7. relação dos concursos realizados ainda vigendo e relacionados por cargo;
 8. relação de concursados por ordem de classificação em cada cargo e que ainda não tenham sido admitidos.
- d) chaves dos departamentos, veículos e equipamentos devidamente identificados;
- e) relação atualizada de nomes, endereços, telefones dos principais dirigentes do órgão ou entidade, bem como dos servidores ocupantes de cargos de chefia;

f) estrutura funcional da Administração Pública, com demonstrativo do quadro dos servidores;

g) relação dos atos expedidos no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2016, que importem na concessão de revisão de salários, ou em nomeação, admissão, contratação ou exoneração de ofício, demissão, dispensa, transferência, designação, readaptação ou supressão de vantagens de qualquer espécie do servidor público de carreira ou não;

h) relação dos imóveis que estejam alugados ao Poder Público Municipal, bem como a fotocópia dos respectivos contratos de aluguel;

Art. 7º Caberá exclusivamente ao Secretário da Fazenda:

- a) elaborar o Demonstrativo das Dívidas do Município, por quaisquer formas assumidas, constando: títulos (Restos a Pagar; Serviços da Dívida a Pagar; Depósitos; Débitos de Tesouraria e Dívida

Fundada Interna), nome do credor, natureza, data do vencimento e respectivos valores;

b) elaborar o Demonstrativo dos Créditos do Município, constando: natureza do crédito, nome do devedor, data do vencimento e respectivo valor;

c) relacionar todos os Convênios, constando: órgão concessor, objeto e valores individualizados, do convênio, do quanto foi recebido pela Prefeitura Municipal, do quanto foi executado, bem como daquilo que já foi objeto ou não de prestação de contas;

d) estabelecer data limite para emissão de empenho;

e) elaborar o Termo de Conferência de Caixa, que será lavrado ao final do expediente do último dia útil do mês de dezembro de 2016 e que conterá informações sobre os valores em dinheiro, em cheques e demais documentos, devendo ser assinado pelo Contador e pelo Tesoureiro;

f) elaborar o Boletim de Caixa e Bancos, relativo ao último dia útil do mês de dezembro de 2016, com o saldo transferido para o exercício seguinte, e que será assinado pelo Tesoureiro, pelo responsável pela Contabilidade e pelo Prefeito;

g) elaborar o Demonstrativo das Disponibilidades, relativo ao último dia útil do mês de dezembro, consignando os valores de Caixa, Bancos Conta Movimento e Bancos Conta Vinculada;

h) apresentar os extratos bancários de todas as contas correntes (movimento e vinculadas), acompanhados das respectivas conciliações dos saldos bancários em confronto com os saldos contábeis, se for o caso;

i) preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo as seguintes relações e informações:

1. relação dos créditos não tributários;

2. relação de fundos especiais;

3. demonstrativo analítico da dívida ativa;

4. relação de dívidas;

5. demonstrativo da aplicação de recursos oriundos da venda de ativos;

6. demonstrativo das despesas assumidas nos dois últimos quadrimestres do mandato;

7. demonstrativo do recolhimento de encargos sociais e demais obrigações patronais;

8. demonstrativo do sistema de atendimento à saúde dos servidores (se for o caso), da compensação previdenciária com o RPPS e com o RGPS e fundos próprios de outros Entes;

9. demonstrativo do percentual da receita corrente líquida absorvido pela folha de pagamento.

10. convênios, acordos, consórcios firmados ou dos quais o município participe;

11. as prestações de contas a serem realizadas até o final do exercício e as que devam ser encaminhadas no primeiro trimestre do exercício vindouro;

12. leis Municipais de Incentivos Fiscais e outros;

13. leis Municipais que criem obrigações, cujo cumprimento precisa ser realizado mensalmente ou no primeiro trimestre do exercício;

14. PPA, LDO e LOA (estes últimos do exercício financeiro vindouro);

j) comprovante de regularidade com a previdência social;

k) certidão informando valor da Dívida Ativa;

l) ações, projetos e programas de governo em execução, interrompidos, findos ou que aguardam implementação;

m) detalhamento das fontes de recursos das ações, dos projetos e dos programas realizados e em execução;

n) a situação da prestação de contas das ações, dos projetos e dos programas em andamento e dos realizados com recurso de convênios, contratos de repasse ou financiamento (interno e/ou externo);

o) relatório e respectivas fotocópias de todos os convênios em vigência, realizados por este Município de Imbituba, bem como e principalmente, a relação daqueles que precisam ser renovados imediatamente;

p) relação das dívidas e dos créditos municipais, de qualquer natureza;

Art. 8º Caberá exclusivamente ao Procurador-Geral:

a) relacionar os Contratos e Termos Aditivos, dentro dos prazos de vigência respectivos, constando: contratado, objeto, valor, forma de pagamento e prazo de vigência inicial e final;

b) organizar para entregar à Comissão de Transição de Governo, informações relativas a:

1. Ações cíveis, trabalhistas, e outras, constando: nº do processo, partes e juízo;

2. Precatórios: nº dos processos, partes e respectivo valor;

3. Contratos de obras e serviços firmados e em andamento;

4. Inventário de dívidas e haveres, bem como a indicação de outros assuntos que sejam objeto de processos judiciais ou administrativos;

5. Relatório e respectivas fotocópias de todos os contratos administrativos em vigência realizados por este Município de Imbituba, bem como e principalmente, a relação daqueles que precisam ser renovados imediatamente;

6. Relação e respectivas fotocópias dos TAC's (Termos de Ajustamento de Conduta) firmados com as entidades públicas, principalmente com os órgãos ambientais e o Ministério Público, que estejam em vigência;

7. Da mesma forma, a relação dos TAC's que já foram cumpridos, bem como os respectivos relatórios que comprovam o seu cumprimento, para eventual solicitação da entidade fiscalizadora.

Art. 9º Caberá exclusivamente ao Controlador-Geral o preparo para ser entregue à Comissão de Transição de Governo a relação dos Conselhos Municipais existentes e sua

composição, constando legislação, mandatos, conselheiros titulares e suplentes com sua qualificação, endereços e representação;

Art. 10. Caberá exclusivamente a Secretária de Agricultura, Pesca e Infraestrutura preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos de

transportes, limpeza pública, trânsito, serviços funerários, agricultura, pesca e demais pertinentes a sua área.

Art. 12. Caberá exclusivamente ao Secretário de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos de gestão e fiscalização urbana, entre outros.

Art. 13. Caberá exclusivamente à Secretária da Saúde preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos vinculados a área de saúde pública em geral.

Art. 14. Caberá exclusivamente à Secretária de Assistência Social, Trabalho e Renda preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos vinculados à assistência social, trabalho e renda.

Art. 15. Caberá exclusivamente à Secretária de Educação preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos vinculados à área de educação.

Art. 16. Caberá exclusivamente a Secretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos vinculados ao desenvolvimento econômico, ao meio ambiente, distrito industrial e unidade de conservação do Morro do Mirim.

Art. 17. Caberá exclusivamente ao Secretário de Turismo, Esporte e Cultura preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos vinculados a área de turismo, esporte e cultura, com relatórios dos Programas Procult e Proesporte.

Art. 18. Os principais projetos, programas e ações, executados ou não, elaborados pelos órgãos e entidades durante a gestão em curso, bem como os recursos previstos para as devidas execuções, deverão constar nos relatórios apresentados.

Art. 19. Salvo os casos expressos em Lei, fica vedado a qualquer servidor público a prestação de informações relativas à transição disciplinada neste Decreto, exceto quando expressamente autorizado pelo Coordenador-Geral da Comissão de Transição de Governo.

Art. 20. O período de transição ocorrerá a partir de 1º de novembro de 2016, devendo, todas informações contidas neste Decreto, serem entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do início da transição.

Parágrafo único. Solicitações formais da equipe de transição do novo Governo deverão ser respondidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor em 1º de novembro de 2016.

Imbituba, 31 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe do Departamento de Atos Normativos

EDITAL SEAGP Nº 110/2016

EDITAL SEAGP Nº 110/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 03 de Novembro a 02 de Dezembro de 2016, no horário das 13:30h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela

Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 01 de novembro de 2016.

Gladis Farias Candido

Secretaria Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 110/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Telefonista

Vanessa Soares

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº 11/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 95/2016

DISPENSA Nº 11/2016

Objeto: Aquisição de materiais para atendimento à população atingida pelo evento adverso caracterizado como vendaval ocorrido em 16 de outubro de 2016.

Contratada: Pires Comercio de Materiais de Construção LTDA-ME
Valor Total: R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e Quinhentos Reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 03 de novembro de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal da SEAPI

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.757, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.757, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

Altera o Art. 189 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, que instituiu o Código Tributário do município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Art. 189 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, que instituiu o Código Tributário do município de Imbituba que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 189. Perderá o mandato o membro do Conselho Municipal de Contribuintes que:

I – deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, no mesmo exercício, sem motivo justificado por escrito;

II – usar de meios ou atos de favorecimento, bem como proceder no exercício de suas funções com dolo ou fraude;

III – recusar, omitir ou retardar o exame e o julgamento de processos sem justo motivo;

IV – contrariar normas regulamentares do Conselho.

§ 1º A perda do mandato será precedida de processo administrativo com decisão transitada em julgado ou decisão interlocutória determinando o seu afastamento.

§ 2º O Secretário Municipal da Fazenda ou o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes determinará a apuração dos fatos referidos neste artigo.

§ 3º Em se tratando de conselheiro representante dos Poderes Executivo e Legislativo, o fato constituirá falta de exação no cumprimento do dever e será registrado em sua ficha funcional.

§ 4º Em nenhuma outra hipótese que as constantes da presente Lei, quaisquer dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes serão afastados de seus cargos e do exercício de suas atribuições."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.756, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI Nº 4.756, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

Cria cargo e altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada na estrutura administrativa e funcional da Câmara de Vereadores de Imbituba definida pela Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, a subunidade Administrativa "Diretoria de Relações Institucionais".

Art. 2º Para atender ao disposto no caput do Art. 1º desta Lei Complementar, fica alterada a alínea "c" do Inciso III do Art. 6º da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Os órgãos que compõem a estrutura administrativa, financeira e legislativa da Câmara Municipal de Imbituba são subdivididos nas seguintes unidades administrativas:

[...]

III – Gabinete da Presidência:

a) - Controladoria Interna:

1. Ouvidoria Legislativa.

b) Secretaria Administrativa:

1. Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação;

2. Departamento Administrativo:

2.1. Supervisão de Recursos Humanos e Suprimentos;

2.2. Supervisão de Patrimônio Público;

2.3. Supervisão de Licitações e Contratos;

2.4. Supervisão de Serviços Gerais e de Copa;

2.5. Supervisão de Atendimento ao Público.

3. Departamento Financeiro e Contábil:

3.1. Supervisão de Contabilidade;

4) Departamento Legislativo:

4.1 Supervisão Técnica de Processo Legislativo;

4.2. Supervisão de Expediente e Atos Oficiais;

4.3. Supervisão Técnica de Revisão de Redação Oficial.

5. Departamento Jurídico

c) Secretaria de Gabinete:

1. Diretoria de Relações Institucionais:

1.1. Assessoria de Relações Institucionais;

2. Coordenadoria de Cerimonial e Eventos.

d) Assessoria Jurídica da Presidência."

Parágrafo Único. Os demais dispositivos do Art. 6º da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, permanecem inalterados.

Art. 3º A Diretoria de Relações Institucionais, vinculada ao Órgão "Gabinete da Presidência" e à Unidade Administrativa "Secretaria de Gabinete", tem por objetivo:

I – assistir o Presidente da Câmara de Vereadores no empenho de suas atribuições, e em especial na condução do relacionamento da Câmara Municipal com o Governo Municipal, os partidos e lideranças políticas, com a sociedade, e na interlocução com as demais Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa, bem como com o Governo de outros Municípios, e com os Governos Estadual e Federal; II - planejar e executar as atividades gerais de comunicação social e de relacionamento institucional da Câmara de Vereadores de Imbituba, medindo e gerenciando os resultados alcançados;

III - administrar e coordenar todas as ações e atividades relacionadas à assessoria de imprensa, radiodifusão e novas mídias, comunicação interna, relações públicas, promoção de eventos, cerimoniais e protocolos, marketing social e institucional, e publicidades legal e institucional;

IV - promover a imagem institucional da Câmara de Vereadores de Imbituba perante todos os públicos de interesse, em consonância com a Política da Qualidade ou quaisquer outros princípios estratégicos que venham a ser implementados no âmbito do Poder Legislativo Imbitubense;

V - gerenciar a presença digital da Câmara de Vereadores de Imbituba na internet e na intranet, responsabilizando-se pelas atualizações e inovações que se fizerem necessárias, com o apoio de todas as Diretorias no que lhes couber;

VI - gerenciar e supervisionar todos os contratos firmados com agências de publicidade ou de comunicação social, com empresas de promoção de eventos e de registro e gravação de mídias, zelando pela qualidade dos produtos e serviços, cumprimento de prazos e demais cláusulas contratuais;

VII - planejar e coordenar as visitas institucionais que receber a Câmara de Vereadores de Imbituba, inclusive de comitivas políticas; e VIII – dirigir, coordenar e supervisionar os trabalhos do Assessor(a) de Relações Institucionais.

Art. 4º Para atender ao disposto no Art. 1º desta Lei Complementar, fica criada no Poder Legislativo Municipal 01 vaga de provimento em comissão e a nominata de Função de Representação para o cargo de "Diretor(a) de Relações Institucionais".

Art. 5º Ficam aumentados os valores das Gratificações para as seguintes funções de representação:

I - Secretário(a) de Administrativo - Valor da gratificação: R\$ 1.000,00 (hum mil reais);

II – Secretário(a) de Gabinete - Valor da gratificação: R\$ 1.000,00 (hum mil reais);

III - Chefe de Departamento – Valor da gratificação: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Parágrafo único. Os valores das gratificações das demais Funções de Representação permanecem inalterados.

Art. 6º Fica aumentado o valor da remuneração do cargo de provimento em comissão de Secretário Administrativo que passa a ser R\$ 2.290,34 (dois mil, duzentos e noventa reais e trinta e quatro centavos).

Parágrafo único. Os valores das remunerações dos demais Cargos de Provimento em Comissão permanecem inalterados.

Art. 7º Consoante modificações impostas pelos artigos anteriores desta Lei Complementar, ficam alterados o Anexo I "Nominata de Cargos de Provimento em Comissão", e o Anexo VI "Nominata de Funções de Representação – FR", da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, conforme Anexos A e B desta Lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

ANEXO A

ANEXO I

Art. 18 da Lei Complementar nº 1.145/91

NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	QUANTIDADE	FORMA REMUNERATÓRIA	VALOR DA REMUNERAÇÃO (R\$)
Secretário(a) Administrativo	Secretaria Administrativa	1	Remuneração	2.290,34
Secretário(a) de Gabinete	Secretaria de Gabinete	1	Remuneração	1.990,34
Diretor(a) Executivo da Escola do Legislativo	Escola do Legislativo	1	Remuneração	1.853,00
Diretor(a) do Programa Vereador Mirim	Escola do Legislativo	1	Remuneração	1.753,00
Diretor(a) de Relações Institucionais	Diretoria de Relações Institucionais	1	Remuneração	1.753,00
Coordenador(a) de Cerimonial e Eventos	Coordenadoria de Cerimonial e Eventos	1	Remuneração	1.401,65
Chefe de Departamento	Departamento	5	Remuneração	1.244,55
Assessor(a) Jurídico da Presidência	Assessoria Jurídica da Presidência	2	Remuneração	2.239,14
Assessor(a) de Relações Institucionais	Assessoria de Relações Institucionais	1	Remuneração	870,78
Assessor(a) Parlamentar	Assessoria Parlamentar	13	Remuneração	870,78
Assessor(a) Parlamentar Especial	Assessoria Parlamentar Especial	4	Remuneração	1.244,55
Assistente Parlamentar	Assistência Parlamentar	4	Remuneração	780,00
Controlador(a) Interno	Controladoria Interna	1	Remuneração	2.239,14
Ouvidor(a) Geral	Ouvidoria Legislativa	1	Remuneração	1.168,04
Assessor(a) de Ouvidoria	Ouvidoria Legislativa	1	Remuneração	986,99
	TOTAL	38		

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO

Cargo: Diretor(a) de Relações Institucionais

Descrição das atribuições: Assistir ao Presidente da Câmara de Vereadores no empenho de suas atribuições, e em especial na condução do relacionamento da Câmara Municipal como o Governo Municipal, os partidos e lideranças políticas e com a sociedade e na interlocução com as demais Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa, bem como com o Governo de outros Municípios, e com os Governos Estadual e Federal; Dirigir as atividades do Assessor de Relações Institucionais expedindo orientações e normas quando necessários; propor ao Chefe do Poder Legislativo Municipal diretrizes para a políticas local relativa à função comunicação social; sugerir, apresentar, desenvolver e acompanhar projetos de interesse do Gabinete da Presidência; desenvolver contato sistemático com a imprensa, com o objetivo de prestar informações sobre as atividades da Câmara Municipal; organizar e coordenar todas as ações necessárias à realização de solenidades externas ou comunicações internas, mediante prévia autorização do(a) Secretário(a) de Gabinete ou diretamente do Presidente; providenciar a execução de campanhas publicitárias sobre temas de interesse da Câmara Municipal, mediante prévia autorização do(a) Secretário(a) de Gabinete ou diretamente do Presidente; providenciar a impressão e distribuição de relatórios, boletins e outros impressos informativos da Câmara Municipal; organizar entrevistas, conferências e debates através dos meios apropriados para divulgação de assuntos de interesse da Câmara Municipal; propor, ao Presidente, ações que melhorem a imagem institucional da Câmara Municipal junto ao público e os municípios; recepcionar e ciceronear visitas e autoridades; preparar a correspondência e qualquer matéria destinada à divulgação midiática e

programação visual da Câmara Municipal; analisar textos, notícias, cartazes, impressos, fotos, gravações e vídeos de campanhas publicitárias e sobre eles emitir parecer; supervisionar a gravação de vídeos e filmagens; coordenar a representação social do Presidente; exercer atividades pertinentes à área de relações públicas e de cerimonial; executar outras atividades, que lhe forem designadas por seus superiores.

Cargo: Assessor(a) de Relações Institucionais

Descrição das atribuições: promover a divulgação de matérias e outros assuntos julgados de interesse público e das atividades desenvolvidas na Câmara de Vereadores de Imbituba; promover o relacionamento entre o Poder Legislativo e os veículos de comunicação social; executar outras tarefas que lhe sejam cometidas pela Diretoria de Relações Institucionais, acompanhar as sessões da Câmara, produzir notícias e fotos das Sessões, dos eventos e solenidades relacionadas com a atividade legislativa, realizar a função de relações públicas, sob a orientação e supervisão da Assessoria de Relações Institucionais, desempenhar outras atribuições determinadas pela Presidência ou Diretora de Relações Institucionais.

ANEXO B

ANEXO VI

Art. 22 da Lei Complementar nº 1.145/91

NOMINATA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG

DENOMINAÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	QUANTIDADE	VALOR DA GRATIFICAÇÃO (R\$)
Supervisor(a)	Supervisão	9	200,00

NOMINATA DE FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO – FR

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	FORMA REMUNERATÓRIA	VALOR DA GRATIFICAÇÃO (R\$)
Secretário(a) Administrativo	1	Gratificação	1.000,00
Secretário(a) de Gabinete	1	Gratificação	1.000,00
Controlador(a) Interno	1	Gratificação	1.900,00
Diretor(a) Executivo da Escola do Legislativo	1	Gratificação	800,00
Diretor(a) do Programa Vereador Mirim	1	Gratificação	500,00
Diretor(a) de Relações Institucionais	1	Gratificação	500,00
Chefe de Departamento	5	Gratificação	800,00
Assessor(a) Jurídico da Presidência	2	Gratificação	1.500,00
Coordenador(a) de Cerimonial	1	Gratificação	300,00
Assessor(a) Parlamentar Especial	2	Gratificação	600,00
TOTAL	16		

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 041, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 041, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/GGP Nº 501, de 31 de agosto de 2016, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 20870/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Manoel Florentino Machado, em direção ao canto da praia da Vila, Centro, Imbituba/SC, ao Sr. JAQTON LUIZ NUNES TAVARES, inscrito no CNPJ sob o nº 23.143.283/0001-26, residente na Rua João de Oliveira Filho, nº 157, Vila Alvorada, Imbituba/SC, para serviços ambulante de alimentação (Trailer churrasquinho e bebidas), semanalmente, das 08:00h às 24:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 31 de Dezembro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de Novembro de 2016.

GLADIS FARIAS CÂNDIDO

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interina)

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2016

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Guilherme Santos Souza, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Dorlin Nunes Júnior, COMUNICAM aos interessados que farão realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA visando colher subsídios e informações adicionais junto à sociedade civil para as discussões sobre o Projeto de Lei nº 4.868/2016 que Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2017.

A audiência ocorrerá no dia 10 de novembro de 2016, quinta-feira, às 18h00min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

Imbituba/SC, 25 de outubro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Dorlin Nunes Júnior

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO nº 143-2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Pettters.

Licitação nº 143/2016

Pregão Presencial nº 004/2016-28983

Objeto: Aquisição de um veículo tipo van.

Entrega dos envelopes: 18/11/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 18/11/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Rogério Wilson Theiss

Responsável pela Diretoria Executiva

Irineópolis

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2016 - ADITIVO - PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2016

2º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 01/2016, de fornecimento que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, estabelecida na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84600000, CNPJ 78.695.996/0001-94, pelo seu representante, Sr. José Ravanello, sob nº de CPF 057.306.009-68 e RG 906.157, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 32/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 59/2015, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea "b", parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada e Clausula Quinta da Ata de Registro de Preços nº 01/2016, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 01/2016.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 122.825,00 (Cento e vinte e dois mil oitocentos e vinte e cinco reais) conforme abaixo discriminado:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor máximo unitário R\$	Valor máximo total R\$
01	42.500	Litro	Óleo Diesel S10	2,89	122.825,00
TOTAL					122.825,00

CLAUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 31 de outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ RAVANELLO

CERES – COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Testemunhas:

Nome: Valdir Marafigo

CPF: 017.851.289-30

Nome: Géssica Greschechen

CPF: 072.218.599-57

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº48/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 48/2016
TOMADA DE PREÇOS N.º 24/2016
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 22 de novembro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DA ÁREA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO".

O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 01 de novembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 04/2016 - FMAS

CONTRATO Nº 04/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2015

1º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 11/2015, que entre si celebram o Fundo Municipal de Assistência de Irineópolis e o Sr. Fermiano Coelho Neto.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC, neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a Rua Caetano Valões, 110, no Centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade nº 827.405-SC e de ora em diante denominado Contratante, e o proponente Fermiano Coelho Neto, estabelecido na rua Maranhão, nº 640, Bairro Valões, Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, sob nº de CPF 023.783.279-86 e RG 3.770.080 SSPSC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 07/2015, modalidade Tomada de Preços para compras e serviços, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Terceira do Contrato nº 11/2015, de acordo com o ofício nº 029/2016/CRAS, da Senhora Rosana Marcia Perciak Pereira Piekarszewicz, Coordenadora do CRAS, e deferido pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, Prefeito Municipal em 15 de agosto de 2016, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 26.10.2017.

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 27 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS	FERMIANO COELHO NETO
JULIANO POZZI PEREIRA	
Contratante	Contratado
Testemunhas:	
Nome: Valdir Marafio CPF: 017.851.289-30	Nome: Gessica Grechechen CPF: 072.218.599-57

DECRETO Nº 3091/2016

Decreto nº 3.091/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.1.90.00.00.00.00.00.0252 (52)	Aplicações Diretas	R\$ 18.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 252 – Recursos SAMU.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3092/2016

D E C R E T O Nº 3.092/16

“Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o nº 21.169, com a área de 5.531,15 m² (cinco mil, quinhentos e trinta e um metros, e quinze decímetros quadrados), localizado na Rua Goiás, quadra nº 14, Centro, de propriedade de

ELIZIANE SUCHEK, ficando com as seguintes características: LOTE Gleba A, com área de 310,25,00 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.14.0.0070.0.000: Inicia-se no marco denominado 04, de coordenadas N 7097366.081 m e E 519939.442 m, daí segue acompanhando a RUA GOIÁS com o seguinte rumo e distância: 38°33'49"NE e 12.41 metros, até o marco 05, de coordenadas N 7097376.019 m e E 519946.930 m, daí segue confrontando com a GLEBA B com os seguintes rumos e distâncias: 56°29'47"SE e 25.00 metros até o marco 06, de coordenadas N 7097362.449 m e E 519968.007 m, 38°33'49"SO e 12.41 metros até o marco 07, de coordenadas N 7097352.511 m e E 519960.519 m, 56°29'47"NO e 25.00 metros até o marco 04, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, Coordenadas Plano Retangulares, DATUM SIRGAS-2000. LOTE Gleba B, com área de 5.220,90,00 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.14.0.0090.0.001: Inicia-se no marco denominado 00, de coordenadas N 7097391.993 m e E 519958.966 m, daí segue confrontando com terreno de ERNANI JOSÉ GERALDI com rumo e distância: 56°29'47"SE e 60.00 metros até o marco 01, de coordenadas N 7097359.137 m e E 520009.996; daí segue confrontando com terreno de JOSÉ CARNEIRO DE CAMPOS SOBRINHO com rumo e distância: 35°12'49"SO e 80,14 metros até o marco 02, de coordenadas N 7097292.238 m e E 519965.359 m; daí segue confrontando com terreno de DJALMA SCHAPIEVSKI com rumo e distância: 70°34'12"NO e 68,22 metros até o marco 03, de coordenadas N 7097315.243 m e E 519901.135 m; daí segue acompanhando a RUA GOIÁS com rumo e distância: 38°33'49"NE e 97,07 metros até o marco 00, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, Coordenadas Plano Retangulares, DATUM SIRGAS-2000.

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 31 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3093/2016

Decreto nº 3.093/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0251 (6)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
--------------------------------	--------------------	----------------

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 31 de outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 243/2016

PORTARIA Nº 243/2016.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 30/12/2016, os efeitos da Portaria nº 272/2015 de 03/08/2015, com redação dada pela Portaria nº 168/2016, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora DANIELE PAVARIN, para exercer as atividades de Agente Comunitária de Saúde (40h/sem).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 27 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 244/2016

PORTARIA Nº 244/2016.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, até a data de 30/12/2016, os efeitos da Portaria nº 273/2015 de 03/08/2015, com redação dada pela Portaria nº 169/2016, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora NEUSA STÜBER IARROCHESKI, para exercer as atividades de Agente Comunitária de Saúde (40h/sem).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 27 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 245/2016

PORTARIA N º. 245/2016.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, até a data de 30/12/2017, os efeitos da Portaria 174/2016 de 02/08/2016, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora DALET CAMBOIM BIZERRA, nascida em 10/06/1986, portadora do CPF nº 056.411.399-98 RG. n º 5.152.758 SESP/SC, para exercer as atividades de Médica para ESF (40h/sem), conforme Contrato Administrativo Temporário nº 009/2016, visando o atendimento temporário e excepcional na área da saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 31 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 17 de novembro de 2016, para a contratação de empresa para sonorização da Avenida e Concha Acústica para realização dos eventos Brilha Itá e Show da Virada. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 17 de novembro de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 27 de outubro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

pacotes, maçã vermelha 250Kg, ovos de galinha 37 dúzias, pimentão verde 10Kg;

VIGÊNCIA: Início: 11/10/2016 Término: 31/12/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO ADITIVOS CREDENCIAMENTO SAÚDE E RECISÕES

Rescisão do Contrato Nº.: 308/2011

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: PACHECO E FINGER LTDA

Objeto : Prestação de serviço médico veterinário.

Data: 31/10/2016

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Rescisão do Contrato Nº.: 051/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITA

Contratada.: PATRICIA REGINA DOS SANTOS REALI ME

Objeto : Prestação de serviço de fisioterapia (sessões de fisioterapia).

Data: 27/10/2016

MARILIA FRANKE - GESTORA

EXTRATO ADITIVO ATAS MERENDA ESCOLAR

2º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 047/2016, PL 042/2016

PARTES: Município de Itá e Cristian Martini EIRELI ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 027/2016

OBJETO: Aditivo de até 25% nos produtos abaixo citados.

PRODUTO ADITADO: arroz branco 07 unidades, bebida láctea 250 unidades, queijo mussarela 25 Kg;

VIGÊNCIA: Início: 11/10/2016 Término: 31/12/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

Aditivo Nº : 3AD 159/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITA

Contratada.: CONSULTORIO BARZOTTO LTDA.

Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : Aditivo de prazo ao aditivo vigente devido encerramento do

prazo e a necessidade de continuação do serviço prestado.

Contratada.: CONSULTORIO BARZOTTO LTDA.

Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016

MARILIA FRANKE - GESTORA

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 043/2016, PL 042/2016

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 027/2016

OBJETO: Aditivo de até 25% nos produtos abaixo citados.

PRODUTO ADITADO: arroz parboilizado 17 unidades;

VIGÊNCIA: Início: 11/10/2016 Término: 31/12/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

Aditivo Nº : 3AD 143/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITA

Contratada.: STUMPF - CLÍNICA MÉDICA LTDA

Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2013

Objeto : Aditivo de prazo ao aditivo vigente devido encerramento do

prazo e a necessidade de continuação do serviço prestado.

MARILIA FRANKE - GESTORA

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 044/2016, PL 042/2016

PARTES: Município de Itá e Odila Grando ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 027/2016

OBJETO: Aditivo de até 25% nos produtos abaixo citados.

PRODUTO ADITADO: biscoito rosquinha chocolate 87 pacotes, biscoito rosquinha coco 87 pacotes, biscoito rosquinha leite 87 pacotes, salsicha 37 unidades;

VIGÊNCIA: Início: 11/10/2016 Término: 31/12/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

Aditivo Nº : 1AD 52/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITA

Contratada.: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA

Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : Aditivo de prazo ao aditivo vigente devido encerramento do

prazo e a necessidade de continuação do serviço prestado.

Contratada.: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA

Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016

MARILIA FRANKE - GESTORA

2º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 046/2016, PL 042/2016

PARTES: Município de Itá e Terezinha de Oliveira Luz ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 027/2016

OBJETO: Aditivo de até 25% nos produtos abaixo citados.

PRODUTO ADITADO: abacaxi perola 25Kg, alho 05Kg, batata inglesa 112Kg, bolacha salgada 150 pacotes, cebola 112Kg, cenoura 50Kg, chuchu 37 Kg, couve flor 37 unidades, leite em pó 250

Aditivo Nº : 1AD 81/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITA

Contratada.: ELZIO PUTZEL

Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016
Objeto : Aditivo de prazo ao aditivo vigente devido encerramento do
prazo e a necessidade de continuação do serviço prestado.
Contratada...: ELZIO PUTZEL
Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 3AD 147/2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: ANDREIA HELENA HALL
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016
Objeto : Aditivo de prazo ao aditivo vigente devido encerramento do
prazo e a necessidade de continuação do serviço prestado.
Contratada...: ANDREIA HELENA HALL
Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 3AD 148/2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: EDITE TEREZINHA MARCANZONI
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016
Objeto : Aditivo de prazo ao aditivo vigente devido encerramento do
prazo e a necessidade de continuação do serviço prestado.
Contratada...: EDITE TEREZINHA MARCANZONI
Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 3AD 5/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: NADIA MARTELLO
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016
Objeto : Aditivo de prazo ao aditivo vigente devido encerramento do
prazo e a necessidade de continuação do serviço prestado.
Contratada...: NADIA MARTELLO
Vigência : Início: 28/10/2016 Término: 31/12/2016
MARILIA FRANKE - GESTORA

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 177 / 2016 – CHAMADA PÚBLICA Nº. 001.2016 OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PREVISÃO DA LEI Nº. 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº. 026/2013, RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº. 004/2015.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 177 / 2016 – Chamada Pública nº. 001.2016

Objeto: Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar, conforme previsão da Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 026/2013, Resolução/FNDE/CD nº. 004/2015.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – chamamento / doação – 001.2016” ou pessoalmente no Paço Municipal, Diretoria de Compras, Contratos e Licitações sito à Av. Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema / SC.

Entrega dos Documentos e Projeto de Venda: Até as 14:00(quatorze) horas do dia 23 de novembro de 2016.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 01 de novembro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações.

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 212 E 213/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2016

4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Herta Ana Vogt - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015

OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 10 do prego para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.

VALOR: R\$ 1.455,40

VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 01 de novembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2016

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2016

PARTES: Município de Itapiranga e AP Oeste Distribuidora E Comércio De Alimentos Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 021/2016

OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 09 do prego para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.

VALOR: R\$ 2.832,00

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 01 de novembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 3.052, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 3.052, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir até o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

06.01 –Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 – Manut. e Desenv. das Atividades da Educação do Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
..... R\$ 261.176,60

06.02 –Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desporto – Educação Infantil

12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas

..... R\$ 104.214,24

Total: 365.390,84

Art. 2º - Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação total das seguintes dotações:

06.01 –Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.1020 – Aquisição de Veículos, Equipamento e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0108 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.053,00

12.361.0066.1029 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais

44.90.00.00.00.00.00.0108 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.123,60

12.361.0066.2029 – Manut. e Desenv. das Atividades da Educação do Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.0108 – Aplicações Diretas
..... R\$ 250.000,00

06.02 –Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desporto – Educação Infantil

12.365.0070.1021 – Construção e Manutenção de Escolas de Educação Infantil

44.90.00.00.00.00.00.0108 – Aplicações Diretas
..... R\$ 618,00

12.365.0070.1022 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0108 – Aplicações Diretas
..... R\$ 11.236,00

12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0108 – Aplicações Diretas
..... R\$ 92.360,24

Total: 365.390,84

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretaria Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.054, DE 1º NOVEMBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 3.054, DE 1º NOVEMBRO DE 2016.

Autoriza doar exemplares do documentário denominado "Resgate da gastronomia - 90 anos de colonização de Itapiranga SC" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a confeccionar e doar 5.000 exemplares do documentário denominado "Resgate da gastronomia - 90 anos de colonização de Itapiranga SC".

Art. 2º A doação do documentário mencionado no artigo anterior será feita para escolas da rede estadual e municipal, biblioteca pública municipal, instituições legalmente constituídas, e famílias residentes no município de Itapiranga SC.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretaria Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.053, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 3.053, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

02.01 – Gabinete do Prefeito
04.122.0140.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

03.01 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos
04.122.0010.2004 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 250.221,50
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

04.181.0014.2007 – Convênios de Trânsito
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

03.02 – Secretaria Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Saneamento
17.512.0079.2010 – Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 380.000,00

03.03 – Secretaria Munic. Adm. Obras, Serviços Urbanos - Urbanismo
15.451.0076.1006 – Construção e Manutenção de Asfalto, Calçamento, Passeios
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 135.000,00

15.452.0076.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

04.01 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento
04.123.0018.2013 – Manutenção das Atividades da Secret. da Fazenda
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 180.000,00

06.03 – Secretaria Mun. Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes
27.812.0073.2022 – Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esporte
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 236.000,00
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

13.01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
16.482.0077.1004 – Construção e Reforma de Casas Populares/Banheiros
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

14.01 – Secretaria Munic. da Indústria, Comércio, Prest. de Serviços e Turismo
22.661.0131.2011 – Manutenção das Atividades da Secret. da Ind. Com. Prest. Serv. Tur.
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Total: R\$ 1.537.221,50

Art. 2º - Serve de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial ou total da seguinte dotação:

03.01 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos
04.122.0010.1034 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 23.519,00

04.122.0163.1036 – Humanização de Centros Comunitários
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.618,00

04.123.0076.1003 – Aquisição de Imóveis
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 11.236,00

03.02 – Secretaria Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Saneamento
17.512.0079.1007 – Aquisição de Veículos, Equip. Material Permanente – Set. Saneamento
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 24.999,71

03.03 – Secretaria Munic. Adm. Obras, Serviços Urbanos - Urbanismo
04.122.0076.1015 – Construção do Anel Viário
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 280,90

15.451.0076.1005 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 36.354,00

15.452.0076.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

04.01 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento
04.123.0018.1017 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.719,67

28.843.0128.8001 – Amortização da Dívida Contratada, Juros e Encargos da Dívida Pública, Pasep e Contratos e Precatórios
32.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 130.000,00
46.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 290.000,00

06.01 – Secretaria Mun. Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental
12.362.0068.2035 – Manutenção do Ensino Médio
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 18.090,00

06.03 - Secretaria Mun. Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes
12.364.0142.2048 – Manutenção do Ensino Superior
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 22.472,00

13.392.0073.1014 – Construção do Centro da Cultura
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 280,90

13.392.0153.2036 – Manutenção da Biblioteca Municipal e Museu Público Municipal
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.988,80

27.812.0073.1013 – Construção e Reforma de Ginásios de Esportes
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 16.619,16
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

..... R\$ 64.199,81

27.812.0073.2022 – Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esporte
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

27.812.0161.1031 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 11.236,00

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0149.1032 – Ampliação e Reforma da Garagem e Oficina
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 44.944,00

26.782.0149.2043 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 400.000,00

26.782.0151.1028 – Construção de Abrigos de Passageiros
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.618,00

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
20.606.0107.2008 – Preservação e Conservação Ambiental
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 854,00
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 618,00

20.606.0107.2038 – Manutenção das Atividades da Secretaria
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00
33.71.00.00.00.00.00.0104 – Transf. a Consórcios Públicos
..... R\$ 15.161,40

20.606.0147.1025 – Construção, Ampliação e Reforma do Viveiro de Mudanças e Construção da Casa do Agricultor
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 16.854,00

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.1010 – Construção do CRAS
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.123,60

08.244.0042.1011 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 16.053,23

11.01 – Fundo da Infância e Adolescência de Itapiranga
08.243.0047.1012 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.448,52

08.243.0047.2021 – Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 95.000,00

13.01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
16.482.0077.1004 – Construção e Reforma de Casas Populares/Banheiros
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

..... R\$ 53.932,80

Total: R\$ 1.537.221,50

Art. 3º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 138/2016

Portaria nº 138 de 1º de novembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30 de Outubro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Dário Kaiser, matrícula nº 4977/06, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor Responsável por Áreas de Lazer Públicas, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 1º de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 139/2016

Portaria nº 139 de 1º de novembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30 de Outubro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Alexandre da Silva Siqueira, matrícula nº 14904/02, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor da Indústria, Comércio, Prestação de Serviços e Turismo, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 1º de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 140/2016

Portaria nº 140 de 1º de novembro de 2016.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Tatiane Rods Leite Habitzreiter matrícula nº 14191/18, a partir de 2/11/2016, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 1º de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 164/2016, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e materiais diversos, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 16 de novembro de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 01 de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 163/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E

SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 163/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 163/2016, cujo objeto é a execução em regime de empreitada global por preço unitário (com fornecimento de materiais e mão de obra), do projeto para construção do muro de contenção na Escola de Santo Antônio. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 18 de novembro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone: (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 01 de novembro de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR CICLONES - MARÉS DE TEMPESTADES (RESSACAS), COBRADE 13112, CONFORME IN/MI 01/2012

DECRETO MUNICIPAL Nº 2908/2016

Data: 31 de outubro de 2016.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR CICLONES - MARÉS DE TEMPESTADES (RESSACAS), COBRADE 13112, CONFORME IN/MI 01/2012.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de ITAPOÁ/SC, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e

Considerando os efeitos provocados pela Maré de Tempestade (Ressacas), ocasionada pelo Ciclone Extratropical, ocorrida nos dias 29 e 30 do mês de outubro, ocasionando graves prejuízos de ordem econômica, ambiental e paisagística, do patrimônio público e privado;

Considerando a recomendação através do parecer técnico nº 01/2016 da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil:

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Ciclones - Marés de Tempestades (ressacas), conforme IN/MI nº 01/2012. Cobrade 13112.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedado a prorrogação dos contratos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período, até completar um máximo de 180 dias.

Itapoá (SC), 31 de outubro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ituporanga

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 414/2016

PORTARIA Nº 414, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

EXONERAR

O servidor MARCOS ALENCAR WIGGERS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico da Mesa Diretora, nomeado pela Portaria nº 404/2016.

Ituporanga – SC, 24 de outubro de 2016.

José Gervásio Tholl

Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processos:

33195/2016 – Fernando Fagundes EPP - Recurso em 1ª Instância
33724/2016 – JRD Representações, Serviços E Treinamentos LTDA.
- ME - Impugnação

Assunto: Pregão Presencial nº 51/2016-FC, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de vigilância armada e desarmada, e serviços de brigadistas para a 28ª Schützenfest – edição 2016 em conformidade com o Anexo IX – Cronograma dos Serviços e Anexo X– Termo de Referência, anexos do edital.

Recorrente/Recurso: Fernando Fagundes EPP

Contrarrrazões: JRD Representações, Serviços e Treinamentos LTDA. - ME

O Relatório:

Trata-se de recurso interposto por Fernando Fagundes – Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 19.276.809/000179, com sede na Rua João Pessoa, 989 – Sala 01, Bairro Velha, Blumenau – SC, diante da sua inabilitação no certame, haja vista que, conforme consta na Ata de fls. 195/196, as atividades constantes no objeto social da empresa não correspondem ao item serviço licitado. O certame ocorreu no dia onze de outubro de dois mil e dezesseis, com início às oito horas e trinta e cinco minutos, na sala de reuniões da Fundação Cultural, em seu prédio-sede na Avenida Getúlio Vargas, 405, centro, Jaraguá do Sul.

Em 14 de outubro de 2016, a empresa Fernando Fagundes – Me, protocolou junto ao setor de protocolo na Prefeitura, Recurso em 1ª Instância, sob o nº 33195/2016. O Processo seguiu tramite e chegou a Fundação Cultural em 18 de outubro de 2016.

No dia 20 de outubro de 2016, a empresa JRD Representações, Serviços e Treinamentos LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 23.228.689/0001-01, com sede na Rua Pedreira, 70, Sala 01, Bairro Passo Manso, município de Blumenau – SC, protocolou junto ao setor de Protocolo na Prefeitura Municipal, a impugnação, ou seja suas contrarrrazões ao Recurso em 1ª Instância da empresa Fernando Fagundes – Me, sob o nº 33724/2016, o processo seguiu o trâmite e chegou a Fundação Cultural dia 20 de outubro de 2016.

No dia 21 de outubro de 2016, o processo foi encaminhado a Comissão Permanente de Licitação na Modalidade Pregão, que por sua vez encaminhou e solicitou análise e parecer jurídico para andamento do processo.

A decisão

Após análise da documentação, e conforme Ofício 1548/2016/PGM – DCA, de 25 de outubro de 2016, a Procuradoria evidenciou que o recurso interposto foi tempestivamente protocolado, em 14 de outubro de 2016, pela empresa Fernando Fagundes Epp, e registra ainda as contrarrrazões apresentadas pela empresa JRD Representações, Serviços e Treinamentos Ltda. - ME, em 20 de outubro de 2016.

Prefacialmente, com relação a inabilitação da empresa Fernando Fagundes EPP, no certame, cumpre trazer à baila a disposição editalícia expressa no item II subitem 2.3.5., qual seja II – DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO – Conforme LC 147/2014 2.3. Não poderão participar deste PREGÃO: [...] 2.3.5. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste PREGÃO.

Sobre a necessidade de compatibilidade entre o objeto social da empresa e o objeto licitado, colacionamos o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, que no Acórdão 642/2014 – Plenário, decidiu no seguinte sentido: Para fins de habilitação jurídica nas licitações, faz-se necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes. Para fins de habilitação técnica nas licitações, os atestados apresentados devem não apenas demonstrar uma situação de fato, mas, necessariamente, demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato social das empresas licitantes.

Ocorre que o art. 28, inciso III, da Lei 8.666/1993 inclui o contrato social, devidamente registrado, entre os documentos exigíveis para fins de comprovação da habilitação jurídica. Tal exigência visa justamente à comprovação de que a licitante tem a atividade comercial compatível com o objeto licitado.

O objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular. E nesse ponto a Administração deve sempre prestigiar a legalidade. Não basta que a licitante detenha a capacidade comercial de fato, faz-se necessário que ela esteja em conformidade com a lei.

E desta feita o objeto licitado o qual é o objeto de recurso refere-se a prestação de serviços de brigadista para a 28ª Schützenfest. E a empresa recorrente como bem assinalado pelo pregoeiro, não possui em seu contrato social ou mesmo dentre as atividades consignadas em seu comprovante de Inscrição e Situação Cadastral junto a Receita Federal (cartão de CNPJ) a previsão de tal atividade, ou atividade compatível com o objeto do certame, conforme os documentos de credenciamento por ela apresentados, onde constatou-se que o objeto social da ora recorrente conforme documento de fls. 118, consiste em prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem, instalação e manutenção elétrica, reformas e os serviços de pintura em edifícios. Não apresentando, desta forma, nenhuma compatibilidade com o edital.

Ante o exposto ratifica-se a decisão do Pregoeiro que está em consonância com a doutrina e jurisprudência pátria, bem como em respeito ao princípio da legalidade, isonomia, julgamento e vinculação ao instrumento convocatório, mantendo inalterada a decisão proferida pelo pregoeiro, no que tange a habilitação da empresa JDR Representações, Serviços e Treinamentos Ltda. - ME, e mantendo a inabilitação da empresa FERNANDO FAGUNDES EPP.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2016

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2016

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de empresa jurídica para prestação de serviços de mão de obra para manutenção e conserto de ruas pavimentadas com lajotas e/ou paralelepípedos, em diversas ruas deste Município, sem fornecimento de materiais, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla item para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 08:45 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 25 de outubro de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2016-FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXCLUSIVO ME/EPP

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:15 hs do dia 22 de novembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 08:30 do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 113.223,44 (cento e treze mil duzentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 20 de outubro de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário de Administração

DALTON FERNANDO FISCHER

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2016-FC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2016-FC

PROCESSO: origem: Edital 52/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: DRIAL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA. , pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Desembargador Westphalen, 1818, Bairro Rebouças, na cidade de Curitiba, estado de PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.409.611/0001-02

Objeto: O presente instrumento consiste na contratação de serviços de locação de tendas, stands, pavilhão e contêiner, com fornecimento dos materiais, equipamentos, estruturas e serviços técnicos necessários para a instalação/montagem, bem como assistência técnica durante a realização da "28ª Schützenfest – Edição 2016", em conformidade com os Anexos I e X do Edital, do item a seguir discriminado:

Item	Qtd	Descrição	Valor unitário	Valor Total
06	01	Item para participação exclusiva ME/EPP, conforme LC 147/2014 CONTAINER DEPÓSITO 20 PES (6m)- Contêiner marítimo, em chapa de aço cortem com 2 mm de espessura, com assoalho em madeira tipo compensado naval, em perfeito estado de conservação sem furos ou infiltração, nacionalizado, obrigatório apresentação da DI (documento de importação) dos equipamentos. Montagem: das 7h30min do dia 25/10/2016 até as 17h do dia 01/11/2016. Desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016.	R\$ 3.550,00	R\$ 3.550,00

DO PAGAMENTO: A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará à CONTRATADA, o valor de R\$ 3.550,00 (três mil e quinhentos reais) pelo item 6. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução total dos serviços e a finalização do evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2016, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	28	080 – Recursos próprios
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	29	0427 – Recursos arrecadados
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	50	1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	52	2537 – FUNTURISMO
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	53	0537 – FUNTURISMO

DO PRAZO: DO PRAZO PARA INSTALAÇÃO/ E DESMONTAGEM: deverão seguir RIGOROSAMENTE os prazos abaixo definidos: PARA O ITEM: 6: Período para instalação: a partir das 7h30min do dia 25/10/2016 até as 17h do dia 01/11/2016. Período de desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016. LOCAL DA INSTALAÇÃO: No Parque Municipal de Eventos de Jaraguá do Sul, na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha, no município de Jaraguá do Sul.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste contrato é igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2016

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Aluisio de Almeida Vieira

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2016-FC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2016-FC

PROCESSO: origem: Edital 51/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: WEBER SEGURANÇA LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Angelo Guardini, 86, bairro São Jorge no município de São Miguel do Oeste, Estado de SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.544.527/0001-26

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de vigilância armada e desarmada, e serviços de brigadistas para a 28ª Schützenfest – edição 2016 em conformidade com o Anexo IX – Cronograma dos Serviços e Anexo X– Termo de Referência, anexos do edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor Máximo unitário hora	Valor Máximo total
01	3.283	H	Prestação de serviços especializados de vigilância desarmada	R\$ 25,70	R\$ 84.373,10
02	598	H	Prestação de serviços especializados de vigilância armada	R\$ 28,90	R\$ 17.282,20
Valor Máximo dos Serviços					R\$ 101.655,30

DO PAGAMENTO: A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará à CONTRATADA, o valor de R\$ 84.373,10 (oitenta e quatro mil, trezentos e setenta e três reais e dez centavos) por hora trabalhada na vigilância desarmada e R\$ 17.282,20 (dezessete mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte centavos), por hora trabalhada na vigilância armada, totalizando R\$ 101.655,30 (cento e um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos) pela execução total do contrato. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução total dos serviços e a finalização do

evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas provenientes do objeto deste edital correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	28	080 – Recursos próprios
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	29	0427 – Recursos arrecadados
2701.13.392.1100.4.115 Realização da Festa do Atirador-Schützenfest 3.3.90 – Aplicações Diretas 50 1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores				
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	52	2537 – FUNTURISMO
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	53	0537 – FUNTURISMO

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços de vigilância desarmada serão prestados no período de 09 a 21 de novembro de 2016 compreendendo o total de 3.283 (três mil, duzentos e oitenta e três horas) horas, os serviços de vigilância armada através de 02 (dois) seguranças serão prestados no período de 09 a 21 de novembro de 2016, durante 24h, compreendendo 598 (quinhentas e noventa e oito reais) horas em conformidade com os Anexos IX e X deste edital.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste contrato é igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2016

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Ademir Eugênio Weber

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2016-FC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2016-FC

PROCESSO: origem: Edital 51/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: JRD REPRESENTAÇÕES, SERVIÇOS E TREINAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua da Pedreira, 70, sala 01, bairro Passo Manso, no município de Blumenau, Estado de SC, inscrita no CNPJ sob o nº 23.228.689/0001-01

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de vigilância armada e desarmada, e serviços de brigadistas para a 28ª Schützenfest – edição 2016 em conformidade com o Anexo IX – Cronograma dos Serviços e Anexo X – Termo de Referência, anexos do edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor Máximo unitário hora	Valor Máximo total
03	352	H	Prestação de serviços de brigadista	31,00	R\$ 10.912,00

DO PAGAMENTO: A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará à CONTRATADA, o valor de R\$ 10.912,00 (dez mil, novecentos e doze reais) pelo serviço de brigadista e pela execução total do contrato. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução total dos serviços e a finalização do evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos orçamentários para o exercício de 2016 serão os seguintes:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	28	080 – Recursos próprios
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	29	0427 – Recursos arrecadados
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	50	1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	52	2537 – FUNTURISMO
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	53	0537 – FUNTURISMO

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços de brigadistas, serão prestados no período de 10 a 20 de novembro de 2016, perfazendo 352 (trezentas e cinquenta e duas) horas, em conformidade com os Anexos IX e X deste edital.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste contrato é igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2016

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Jan Ricardo Dickmann

FC - RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 53/2016/FC – TIPO MAIOR OFERTA**RESULTADO DE JULGAMENTO****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 53/2016/FC – TIPO MAIOR OFERTA**

A Presidente da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 37/2016-FC comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 53/2016-FC, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA - TIPO MAIOR OFERTA, cujo objeto é a Outorga de Permissão de Uso Remunerado de Espaços e Áreas do "Parque Municipal de Eventos", situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de Ponto de Alimentação, no período de 10 a 20 de novembro de 2016, durante a realização da 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, de acordo com as exigências e condições previstas no Edital e seus anexos, RESTOU DESERTA, ante a ausência de interessados.

Jaraguá do Sul, SC, 27 de outubro de 2016.

Vera de Tofol

Presidente Comissão Licitação

FC - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITA 53**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo analisado a Ata e Julgamento da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 53/2016/FC – TIPO MAIOR OFERTA, da FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, efetuada pela Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, designada pela Portaria 37/2015-FC, constatee total regularidade nos procedimentos tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas, considerando que restou o presente certame deserto.

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, determinando ainda que seja publicado no Jornal do Município para a devida publicidade. Jaraguá do Sul (SC), 27 de outubro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

FC - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 51/2016-FC**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL 51/2016-FC**

Tendo analisado a Ata do Pregão nº 51/2016 cujo objeto é a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de vigilância armada e desarmada, e serviços de brigadistas para a 28ª Schützenfest – edição 2016, da FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, efetuada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 10.069/2014 alterado pelo Decreto 10.393/2015, constatee total regularidade no procedimento do Pregoeiro, tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas, declarando as seguintes empresas vencedoras:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário/h	Valor total	Empresa Vencedora
01	3.283	H	Prestação de serviços especializados de vigilância desarmada	R\$ 25,70	R\$ 84.373,10	WEBER SEGURANÇA LTDA-ME
02	598	H	Prestação de serviços especializados de vigilância armada	28,90	R\$ 17.282,20	WEBER SEGURANÇA LTDA-ME
03	352	H	Prestação de serviços de brigadista	31,00	R\$ 10.912,00	JRD REPRESENTAÇÕES, SERVIÇOS E TREINAMENTOS LTDA-ME

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, determinando ainda que seja dada ciência aos participantes. Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

FC - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 52/2016-FC**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL 52/2016-FC**

Tendo analisado a Ata e Julgamento do Pregão nº 52/2016, a seleção de propostas, visando a locação de tendas, stands, pavilhão e contêiner, com fornecimento dos materiais, equipamentos, estruturas e serviços técnicos necessários para a instalação/montagem, bem como assistência técnica durante a realização da "28ª Schützenfest – Edição 2016, da FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, efetuada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 10.069/2014 alterado pelo Decreto 10.393/2015, constatee total regularidade no procedimento do Pregoeiro, tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas, declarando a seguinte empresa vencedora:

Item	Qtd	Descrição dos serviços	Valor Un.	Valor Total
06	01	Item para participação exclusiva ME/EPP, conforme LC 147/2014 CONTAINER DEPÓSITO 20 PES (6m)- Contêiner marítimo, em chapa de aço cortem com 2 mm de espessura, com assoalho em madeira tipo compensado naval, em perfeito estado de conservação sem furos ou infiltração, nacionalizado, obrigatório apresentação da DI (documento de importação) dos equipamentos. Montagem: das 7h30min do dia 25/10/2016 até as 17h do dia 01/11/2016. Desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016.	R\$ 3.550,00	R\$ 3.550,00

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, determinando ainda que seja dada ciência aos participantes. Jaraguá do Sul (SC), 27 de outubro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

ISSEM - PORTARIA Nº 650/2016

PORTARIA Nº 650/2016-ISSEM

De 25.10.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 765.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. IVANILDA KOMGENSKI, inscrita no CPF sob nº 468.834.959-91, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, matriculada sob o nº 7456-0, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 01, Letra "G", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento) e carga horária de 40 horas semanais/200 horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 07.11.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora-Presidente do Issem

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 651/2016

PORTARIA Nº 651/2016 – ISSEM

De 25.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. EUNICE APARECIDA ZOZ, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.10.2016 a 17.11.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 652/2016

PORTARIA Nº 652/2016 – ISSEM

De 25.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MAIRA CRISTINA LIPINSKI STEINDEL, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.10.2016 a 02.12.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 653/2016

PORTARIA Nº 653/2016 – ISSEM

De 25.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SUELEN MARTINS HENNING, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.10.2016 a 06.11.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 654/2016

PORTARIA Nº 654/2016 – ISSEM

De 25.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CARLA VARGAS BECCON, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.10.2016 a 30.10.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 655/2016

PORTARIA Nº 655/2016 – ISSEM

De 25.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SUZANA MARCIA MARTENECHEN, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.10.2016 a 18.11.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 656/2016

PORTARIA Nº 656/2016 – ISSEM

De 25.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CLAUDIA MARIA COSTA, lotada na Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, no período de 20.10.2016 a 03.12.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 657/2016

PORTARIA Nº 657/2016 – ISSEM

De 25.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARILEIA MARCELINO, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.10.2016 a 04.12.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 658/2016

PORTARIA Nº 658/2016-ISSEM

De 26.10.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 781.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. CASSIA ZOBOLI, inscrita no CPF sob nº 384.154.379-00, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, matriculada sob o nº 4566-7, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 05, Letra "H", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento) e carga horária de 40 horas semanais/200 horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 07.11.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora-Presidente do Issem
Portaria nº 701/2014

PORTARIA SAMAEJSU Nº 261/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 261/2016

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando 640/2016, de 18 de Outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pelo senhor Joacir Gonçalves de Jesus e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 069/2016 de 18/03/2016, prorrogada pela Portaria SAMAEJSU nº 173/2016 de 21/06/2016, prorrogada pela Portaria SAMAEJSU nº 235/2016 de 14/09/2016, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de Outubro de 2016.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 262/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 262/2016

Instaura Sindicância Administrativa.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL- SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 123/2012 e alterações posteriores e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014;

CONSIDERANDO as informações contidas no Memorando nº. 504/2016;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública apurar fatos que contenham indícios de irregularidades no serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa para apurar a veracidade e autoria, bem como eventuais responsabilidades funcionais pelos fatos relatados no Memorando nº. 504/2016.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela Portaria nº. 175/2014 de 10/09/2014, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art.3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, respeitando-se os ditames constitucionais.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de Outubro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2016 – FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 44/2016 – FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATO DE CONVALIDAÇÃO DE RATIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do Fundo Municipal de Saúde, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Dieter Janssen e o Sr. Dalton Fernando Fischer, CONVALIDA A RATIFICAÇÃO da aquisição a seguir, suprimindo com eficácia retroativa, a providência que à época deveria ter sido adotada, relativamente a ratificação e publicação oficial, em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 "Lei de Licitações", e alterações posteriores, restaurando-se a legalidade de atuação administrativa: Processo de Dispensa de Licitação n.º 44/2016-FMS, com fundamento no inciso IV do artigo 24, do referido Diploma Legal; OBJETO: Aquisição do medicamento Zytiga (Acetato de Abiraterona) 250mg, num total de 02 caixas, destinados ao paciente Sr. Alfredo Ribeiro da Silva, decorrente do deferimento do pedido de antecipação de tutela concedida pelo Exmo. Senhor Juiz de Direito da Vara da Fazenda da Comarca de Jaraguá do Sul Sr. Marlon Negri nos autos nº 0307960-21.2016.8.24.0036/SC; DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em única parcela, considerando o valor total de R\$ 16.951,20 (dezesesse mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), sendo o valor unitário de R\$ 8.475,60 (oito mil quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos) caixa com 120 comprimidos do medicamento Zytiga (Acetato de Abiraterona) 250mg. O CONTRATANTE se compromete pagar em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do medicamento; RECURSO ORÇAMENTÁRIO: A despesa do objeto desta Dispensa de Licitação correrá por conta do recurso consignado no orçamento de 2016; PRAZO DE ENTREGA: Até 05(cinco) dias corridos após recebimento da Autorização de Fornecimento.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2016.

Dalton Fernando Fischer Dieter Janssen

Gestor do Fundo Municipal de Saúde Prefeito Municipal

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 171/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 171/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DECORAÇÃO E LOCAÇÃO DE PALCO, CADEIRAS, SISTEMA DE SOM, LUZ, TRAVE DE ALUMÍNIO E TELÃO PARA A FORMATURA DO PROEVA

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 03/11/2016, das 8:00 h às

12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 16/11/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMASCRI - PORTARIA Nº 23/2016

PORTARIA Nº 23/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 028/2013/SEMASCRI/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 02 de novembro de 2016, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, ELUCILENE MARI STINGHEN KUSZ, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Cuidadora Social junto a sede do Abrigo Provisório para Crianças e Adolescentes.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 046/2014 no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2016.

Jean Carlo Leutprecht

Secretário Municipal da Assistência Social,

Criança e Adolescente

SEMSA - PORTARIA Nº 096/2016

PORTARIANº 096/2016/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2014;

RESOLVE :

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 084/2016/Semsa, de 1º de setembro de 2016, que alterou o horário de expediente de servidores dos setores de Almoxarifado, Manutenção, Informática, Zeladoria, Transporte e Judicialização da Diretoria Administrativo-Financeira e de servidores Motoristas da Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER

Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 097/2016

PORTARIA Nº 097/2016/Semsa

Dispõe Sobre o Horário de Expediente de servidores dos setores de Almoxarifado, Informática, Zeladoria, Transporte e Judicialização da Diretoria Administrativo-Financeira e de Motoristas da Diretoria de Atenção Básica, da Secretaria Municipal da Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal regular dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, observada a Lei;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter os serviços e ações de relevante interesse público para o desenvolvimento e manutenção dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde e por servidores lotados na sede da citada Secretaria;

CONSIDERANDO a grande demanda por entrega de materiais pelo setor de Almoxarifado da Diretoria Administrativo-Financeira, da Secretaria Municipal da Saúde, às Unidades de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de permanência de alguns servidores do setor de informática como apoio para resolução de qualquer eventualidade às Unidades de Saúde, que estarão executando suas atividades na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO a necessidade de manter um servidor da zeladoria para suporte na higienização e organização dos setores da Secretaria Municipal da Saúde, em razão de que alguns setores da Secretaria Municipal da Saúde permanecerão com a carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO a grande demanda por transporte de pacientes dos serviços de TFD (Tratamento Fora de Domicílio), SAD (Serviço de Atenção Domiciliar) e outros serviços de transporte (exames, medicamentos, etc.), realizados pelo setor de Transportes da Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de manter um funcionário para atendimento contínuo aos serviços do setor de Judicialização da Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal da Saúde, em razão da importância de manutenção do acesso ao atendimento aos municípios e as demandas judiciais;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o suporte às Unidades Básicas de Saúde, cujo expediente é de 40 (quarenta) horas semanais, realizado pelos motoristas da Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da alteração do horário de expediente de servidores dos setores de Almoxarifado, Informática, Zeladoria, Transporte e Judicialização da Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal da Saúde e de servidores Motoristas da Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde, para atender à natureza específica dos serviços a serem prestados, nos termos do artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013;

CONSIDERANDO que os serviços afetos à Secretaria Municipal da Saúde são considerados essenciais e devem ser desenvolvidos de forma continuada;

RESOLVE :

Art.1º Observadas as determinações dos Decretos Municipais Nºs 10.999/2016, de 26/08/2016, e 10.365/2015, de 16/04/2015, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 10.582/2015 de 1º/10/2015, e 10.964/2016 de 28/07/2016, a partir de 10 de outubro de 2016, os servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Diretoria Administrativo-Financeira e Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde, cumprirão a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira:

I - Rafael Cordeiro Martins;

II - Reginaldo Panstein ;

III - Ricardo Ferrari;

IV - Arilson Roderval Rotter;

V - Igor Cassiano Menin;

VI - Edgar Roberto Lemke;

VII - Sumara Castilho Hreczuck;

VIII - Marli de Paula Ortiz;

IX - Luiz Norberto da Costa Nunes;

X - Rodrigo da Silva Bueno;

XI - Luis Carlos Malheiro;

XII - Rogerio Kanzler;

XIII - Daniel de Mello Rosa;

XIV - Marcelo Odinei Klitzke ;

XV - Jaime Luis Oecksler;

XVI - Nilson Mattos do Nascimento;

XVII - Alberto Frotscher;

XVIII - Emerson Luis de Mira;

XIX - Mauro de Oliveira;

XX - Andre Luis Viegas Medeiros;

XXI - Elemar Kohler;

XXII - Marcus Antonio Neumann;

XXIII - Carlos Frederico de Oliveira Teixeira;

XXIV - Luiz Fernando Saboia Pitta Gonçalves;

XXV - Fabiano Luiz Guaresma;

XXVI - Gilberto João Feiten;

XXVII - Décio Werner Ludewig;

XXVIII - Milton Guimarães.

Art.2º Ficam vedadas atividades funcionais após o expediente fixado no artigo 1º, o labor extraordinário, exceto em casos emergenciais comprovados, mediante autorização expressa do Secretário da pasta.

Art.3º Ficam mantidos os dispositivos constantes do inciso I, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2016.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 098/2016

PORTARIANº 098/2016/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2016.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR, LUCIANA PELEGRINO VIEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Médica Especialista em Pediatria, a partir de 10 de outubro de 2016 até 07 de abril de 2017, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Dr. Álvaro Batalha (Vila Lalau)	100 horas/mês
Unidade Básica de Saúde Adilson Bassani (Vila Nova)	
Unidade Básica de Saúde Germana Sacht (João Pessoa)	

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 099/2016

PORTARIANº 099/2016/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2016.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR, GUILHERME ROZZA, para em Caráter Temporário atuar como Médico Clínico Geral, a partir de 17 de outubro de 2016 até 14 de abril de 2017, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Ricardo Roeder (Rio Cerro II)	100 horas/mês

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de outubro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.018 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.018 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, II DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 24.311,00 (vinte e quatro mil, trezentos e onze reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.073 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.035.0 - R\$ 12.000,00 (14)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.071 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.035.0 - R\$ 6.000,00 (7)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.076 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ABRIGO
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 911,00 (20)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.119 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 5.400,00 (36)

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.073 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.035.0 - R\$ 12.000,00 (12)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.071 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.035.0 - R\$ 6.000,00 (5)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL

Proj./Atividade: 2.076 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ABRIGO
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 911,00 (25)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.119 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 5.400,00 (39)

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 01 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

238/2015 PMJ RECISÃO

TER MO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 238/2015/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao contrato firmado com a empresa APPORTI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.179.797/0001-52, estabelecida na AV. RIO BRANCO, 404 – SALA 1203, Bairro CENTRO, no Município de FLORIANÓPOLIS/SC, doravante denominada CONTRATADA, conforme cláusulas a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido, em conformidade com o disposto nos artigos 78, III da Lei nº 8.666/93 e alterações, o contrato nº 238/2015/PMJ, celebrado com a CONTRATADA em 08 de abril de 2015, decorrente do Processo de Licitação nº 17/2015/PMJ – Edital PP nº 08/2015/PMJ cujo objeto era o fornecimento pela CONTRATADA de licença de uso dos Sistemas descritos na cláusula quarta deste instrumento, para a Administração Municipal de Joaçaba, SC, incluindo os serviços de instalação, ajustes de funcionalidades, consultoria, treinamento, suporte operacional, atualizações legais e tecnológicas, necessários ao perfeito funcionamento da solução contratada, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

Joaçaba (SC), 31 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - Prefeito

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

EXTRATO CONTRATO 97/2016/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 97/2016/FMS

PL 23/2016/PMJ – TP 1/2016/PMJ

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA.
CONTRATADA: ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA-ME
OBJETO: A prestação pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a conclusão da obra de construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro São Brás, neste Município.

VALOR CONTRATADO: R\$ 205.346,01 (duzentos e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais e um centavo)

VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.065 – BLINV – REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: Denir Narciso Zulian

DATA DE ASSINATURA: 26.10.2016

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretária Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PL 23/2016/FMS - TP 1/2016/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015/FMS

A Secretária de Saúde Paula Giovana Kleber, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 23/2016/FMS – TP 1/2016/FMS, nos seguintes termos:

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a conclusão da obra de construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro São Brás, neste Município. Empresa Vencedora:

ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA (07.624.275/0001-45).

Valor total contratado: R\$ 205.346,01 (duzentos e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais e um centavo), sendo:

R\$ 151.151,27 (cento e cinquenta e um mil, cento e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

R\$ 54.194.74 (cinquenta e quatro mil, cento e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos), correspondente aos serviços.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 26 de outubro de 2016.

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretária- FMS

PORTARIA N.º 6648

PORTARIA Nº 6.648 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

“EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) ISIDORO JOSE BRANCHER NETO, Gerente de Meio Ambiente, nível CC-3, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de outubro de 2016, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 31 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6649

PORTARIA Nº 6.649 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

“ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) ZENAIDE CORREIA BRASIL DAMIN, Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 03 de outubro de 2016, de acordo com o memorando interno n.º 305/2016 da Secretaria Municipal de Educação, para substituição da Sra. Janete I. Quioca afastada em tratamento médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de outubro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 31 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6650

PORTARIA Nº 6.650 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANDRESSA SANTANA REGINATTO, Cirurgião Dentista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 657/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 25 de maio de 2015 a 24 de maio de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de novembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de novembro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6651

PORTARIA Nº 6.651 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FABIO JUNIOR ZANIN, Fiscal de Vigilância Sanitária, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 657/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de novembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de novembro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6652

PORTARIA Nº 6.652 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições

que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DENISE DALLA LANA LAZAROTTO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.583/2016 de 24 de fevereiro de 2016, referente aos períodos de 14 de março de 2012 a 13 de março de 2013 (12 dias) e 14 de março de 2013 a 13 de março de 2014 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 11 de abril de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de abril de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 21 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6653

PORTARIA Nº 6.653 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) CATIA APARECIDA WIEST, Professor Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.644/2016 de 26 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 30 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 30 de maio de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

HOMOLOGAÇÃO PL 23/2016/FMS - TP 01/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2016 - TP Processo Administrativo: 23/2016 Processo de Licitação: 23/2016 Data do Processo: 15/08/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 23/2016
b) Licitação Nr.: 1/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 26/10/2016
e) Data da Adjudicação: 26/10/2016 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a conclusão da obra de construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro São Brás, neste Município.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Total do Item
					Qtidade	Descto (%)
					Preço Unitário	
<u>ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA. LTDA - ME (7280)</u>						
1	Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a conclusão da obra de construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro São Brás, neste Município.	VB	1	-	205.346,01	205.346,01
Total do Fornecedor:						205.346,01
Total Geral:						205.346,01

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.065.4.4.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 335.407,30

Joaçaba, 26 de Outubro de 2016.

GESTOR FMS

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO 04/2016 - ONSSEG**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DO CONTRATO NR. 04/2016

PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 016/2016

PREGÃO PRESENCIAL NR. 006/2016

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: ONSSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância eletrônica com fornecimento, instalação, manutenção e monitoramento 24h, em sistema de comodato, com pronto atendimento de ocorrências para a sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 600,00 (seiscentos reais) para um período de 02 meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA:

2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas

Joaçaba (SC), 19 de outubro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

PL 018 - DISPENSA 012 - LETRAS PARA PLENÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 018/2016

DISPENSA NR. 012/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor JUCELINO JORGE FERRAZ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº. 8.666/1993, torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO referente à confecção aplicação de letras em acrílico espelhado, formando a frase: "Plenário Claudino Morandini", no Plenário da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC. FORNECEDOR: MAISVOCE PUBLICIDADE LTDA - ME.

VALOR: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, inciso II da Lei nº. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução desta dispensa correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA 01.01.2.001.3.3.90.00.0 0.00.00.00-MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO COMPLEM.: 3.3.90.39.44.00.00.00 FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Joaçaba (SC), 01 de novembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Licitações

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 293/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 293/2016 DE 25.10.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12(doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Andréa Reisdorfer Camaroto, Desenhista/Projetista, conforme requerimento protocolado sob nº 3056/2016 de 20 de Outubro de 2016, referente ao período aquisitivo de 01.01.2015 à 31.12.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 25 de Outubro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 294/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 294/2016 DE 25.10.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Júlio Cezar Francener, Auxiliar de Operação, conforme requerimento protocolado sob nº 3046/2016 de 19 de outubro de 2016, referente ao período aquisitivo de 01.01.2015 à 31.12.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 25 de Outubro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 295/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 295/2016 DE 01.11.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Valmor Ribeiro de Campos (Matr. 75), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-3, Ref.B-7, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.07.2015 a 02.07.2016, para serem fruídas no período de 07 a 26.11.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de Novembro de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 296/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 296/2016 DE 01.11.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Darci de Lima (Matr. 62), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-2, Ref.J-8, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08.11.2015 a 07.11.2016, para serem fruídas no período de 28.11.2016 a 17.12.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 28 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de Novembro de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 297/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 297/2016 DE 01.11.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao

Servidor Vanderlei Pratto (Matr. 11), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref.J-10, referente ao período aquisitivo compreendido entre 20.08.2015 a 19.08.2016, para serem fruídas no período de 07 a 26.11.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de Novembro de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 298/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 298/2016 DE 01.11.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Orlando Lino (Matr. 38), ocupante do Cargo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref. I-6, referente ao período aquisitivo de 20.06.2015 à 19.06.2016, para serem fruídas no período de 09 à 23.11.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 09 de Novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de Novembro de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 299/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 299/2016 DE 01.11.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Fabiola Fritzen Pellizzaro (Matr. 148), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. E-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14.05.2015 a 13.05.2016, para serem fruídas no período de 16 a 25.11.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de Novembro de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 300/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 300/2016 DE 01.11.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Reginaldo da Silva (Matr. 119), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. H-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.06.2015 a 01.06.2016, para serem fruídas no período de 16.11.2016 a 15.12.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de Novembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 306/2016

PORTARIA SIMAE JHL – 306/2016 DE 01/11/2016

ALUIR FLEMMING, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Com fundamento no Parágrafo Único, do artigo 140, da Lei Complementar n. 76/2003 e diante dos termos da Portaria JHL n. 271/2016 de 29 de setembro de 2016, resolve PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, a validade da Portaria n. 271/2016, a partir de 03 de novembro de 2016, sendo a validade prorrogada até 02 de dezembro de 2016.

Joaçaba-SC, 01 de novembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 307/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 307/2016 DE 01.11.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Otiel Rezende de Arruda (Matr. 177), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, P-5, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo de 23.10.2015 à 22.10.2016, para serem fruídas no período de 16.11.2016 a 15.12.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de Novembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0082/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0082/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0044/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2016

PROTOCOLO Nº 2696/2016

Data assinatura: 31/10/2016

Objeto: Aquisição de equipamento de GPS para a área técnica do SIMAE.

Contratado: SANTIAGO & CINTRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Valor Contratado: R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.062

Elemento De Despesa: 4.4.90.52.04.00.00.00

Prazo de vigência: 31/10/2016 a 31/12/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0083/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0083/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0045/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2016

PROTOCOLO Nº 2697/2016

Data assinatura: 31/10/2016

Objeto: Aquisição de motor elétrico a ser utilizado (em conjunto com a bomba centrífuga) no recalque de água tratada no sistema de abastecimento de água (SAA) da EAT 002 do SIMAE.

Contratado: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP.

Valor Contratado: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.30.26.00.00.01

Prazo de vigência: 31/10/2016 a 28/02/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0084/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0084/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0045/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2016

PROTOCOLO Nº 2697/2016

Data assinatura: 31/10/2016

Objeto: Aquisição de motores elétricos a serem utilizados (em conjunto com a bomba centrífuga) na captação de água bruta do SIMAE.

Contratado: ELETROTÉCNICA JARAGUÁ LTDA.

Valor Contratado: R\$ 65.900,00 (sessenta e cinco mil e novecentos reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.30.26.00.00.01

Prazo de vigência: 31/10/2016 a 28/02/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0085/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0085/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0039/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2016

PROTOCOLO Nº 2540/2016

Data assinatura: 31/10/2016

Objeto: Aquisição de quadro de comando de motores para utilização na Elevatória de Água Tratada denominada EAT 002 do SIMAE.

Contratado: SANEAUT DO BRASIL LTDA.

Valor Contratado: R\$ 53.900,00 (cinquenta e três mil e novecentos reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 1.051

Elemento De Despesa: 4.4.90.52.39.00.00.00

Prazo de vigência: 31/10/2016 a 31/12/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0086/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO JHL 0086/2016

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0020/2016

TOMADA DE PREÇOS JHL 0015/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N 0081/2015

PROTOCOLO Nº 3416/2015

Data: 01/11/2016

Objeto: Com fundamento no artigo 57, parágrafo 1º, inciso I da Lei 8666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência e de execução do objeto do contrato aditado em 60 (sessenta) dias consecutivos.

Contratado: FK ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

VALOR: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

PROGRAMA: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

ELEMENTO: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

Prazo de vigência: 12/12/2016 a 09/02/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

HOMOLOGAÇÃO PR 0045/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 45/2016 - PR
	Processo Administrativo: 60/2016 Processo de Licitação: 60/2016 Data do Processo: 16/09/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 60/2016
b) Licitação Nr.: 45/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 31/10/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS A SER UTILIZADO (EM CONJUNTO COM BOMBA CENTRÍFUGA) NO RECALQUE DE ÁGUA TRATADA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) DA EAT 002 E NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP (8470)

1	MOTOR ELÉTRICO DE INDUÇÃO TRIFÁSICA CORRENTE ALTERNADA. "POTÊNCIA NOMINAL DE 75 KW / 100CV; "TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 380 VCA; "CORRENTE NOMINAL APROXIMADAMENTE 135 A. "ROTAÇÃO NOMINAL 3600 RPM (II POLOS); "FREQUÊNCIA NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 60 HZ; "MOTOR DE ALTO RENDIMENTO (MAIOR QUE 95,2 % ENTRE 75 % E 100 % DA CARGA NOMINAL), "IP 55; "CLASSE DE ISOLAÇÃO F; "FATOR DE SERVIÇO 1,25; "REGIME DE TRABALHO S1; "CATEGORIA N; "TEMPERATURA AMBIENTE: -20°C A + 40°C; "CAIXA DE LIGAÇÃO NO LADO DIREITO; "CARCAÇA (250 S/M). CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: WEG	UN	1,00	0,0000	21.000,00	21.000,00
---	---	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 21.000,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 45/2016 - PR	
	Processo Administrativo: 60/2016 Processo de Licitação: 60/2016 Data do Processo: 16/09/2016	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ELETRORTECNICA JARAGUA LTDA (8471)

2 MOTOR ELÉTRICO DE INDUÇÃO TRIFÁSICA CORRENTE ALTERNADA. "POTÊNCIA NOMINAL DE 55 KW / 75CV; "TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 380 VCA; "CORRENTE NOMINAL APROXIMADAMENTE 102 A. "ROTAÇÃO NOMINAL 1780 RPM (IV POLOS); "FREQUÊNCIA NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 60 HZ; "MOTOR DE ALTO RENDIMENTO (MAIOR QUE 95,2 % ENTRE 75 % E 100 % DA CARGA NOMINAL), "IP 55; "CLASSE DE ISOLAÇÃO F; "FATOR DE SERVIÇO 1,25; "REGIME DE TRABALHO S1; "CATEGORIA N; "TEMPERATURA AMBIENTE: -20°C A + 40°C; "FLANGE FF. TRABALHO NA POSIÇÃO VERTICAL EIXO PARA BAIXO; "CARCAÇA (225 S/M). CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: WEG	UN	1,00	0,0000	19.500,00	19.500,00
3 MOTOR ELÉTRICO DE INDUÇÃO TRIFÁSICA CORRENTE ALTERNADA. "POTÊNCIA NOMINAL DE 75 KW / 100 CV; "TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 380 VCA; "CORRENTE NOMINAL APROXIMADAMENTE 135 A. "ROTAÇÃO NOMINAL 1780 RPM (IV POLOS); "FREQUÊNCIA NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 60 HZ; "MOTOR DE ALTO RENDIMENTO (MAIOR QUE 95,2 % ENTRE 75 % E 100 % DA CARGA NOMINAL), "IP 55; "CLASSE DE ISOLAÇÃO F; "FATOR DE SERVIÇO 1,25; "REGIME DE TRABALHO S1; "CATEGORIA N; "TEMPERATURA AMBIENTE: -20°C A + 40°C; "FLANGE FF. TRABALHO NA POSIÇÃO VERTICAL EIXO PARA BAIXO; "CARCAÇA (250 S/M). CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: WEG	UN	2,00	0,0000	23.200,00	46.400,00

Total do Fornecedor: 65.900,00

Total Geral: 86.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (30)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 2º ADT 339/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 339/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MIRIAM DOLORES CANOVA OGLIARIA inscrito no CPF n.º 382.828.950-91, com sede a Rua Rui Barbosa, 21 – Centro – CEP 88.501-170 – Lages/SC.

resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 339/2015, conforme parecer jurídico nº 946/2016, Processo Licitatório nº 216/2015, correlato à Dispensa de Licitação 74/2015 homologada em 24/07/2015, consoante às seguintes alterações:

Com base na cláusula 3.2 do contrato 339/2015 e com parecer jurídico nº 946/2016 favorável, fica reajustado em, 12,4212900% Índice (IGP-M FGV), passando de R\$ 1500,00 (um mil e quinhentos reais) para R\$ 1.686,32 (um mil seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos). Retroagindo a data de aniversário do contrato dia 24/06/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 26 de outubro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 96/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 96/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: VERA LUCIA LETTI LERMEN inscrito no CPF n.º 944.871.119-00, com sede a Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 29 – Centro – CEP 88.502.230 – Lages/SC.

resolvem celebrar este 2º Termo Aditivo ao Contrato 96/2015 Conforme parecer jurídico nº 946/2016, Processo Licitatório nº 64/2015, correlato à Dispensa de Licitação 12/2015 homologada em 24/07/2015, consoante às seguintes cláusulas:

Com base na cláusula 3.2 do contrato 96/2015 e com parecer jurídico nº 946/2016 favorável, fica reajustado em, 12,4212900% Índice (IGP-M FGV), passando de R\$ 1500,00 (um mil e quinhentos reais) para R\$ 1.686,32 (um mil seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos). Retroagindo a data de aniversário do contrato dia 24/06/2016

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 22 de dezembro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte .

Prefeito Municipal

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 064/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 064/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA SOLOFIX LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 04.298.054/0001-36, com sede a Rua Pedro Ivo Campos, - Bairro Araucária, Lages/SC.

Resolvem celebrar este 9º Termo Aditivo ao Contrato 064/2015, conforme parecer jurídico n. 895/2016, Processo Licitatório nº 79/2014, correlato à Tomada de Preços nº 10/2014, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 28/04/2014 e homologada em 07/05/2014 consoante as seguintes alterações:

Conforme solicitação de PRORROGAÇÃO DE PRAZO e SUPRESSÃO, efetuado pela secretaria OFÍCIO Nº 814/2016, e com parecer jurídico PROGEM n. 895/2016 FAVORÁVEL, fica aditivado da seguinte forma;

SUPRESSÃO: R\$ 14.246,60 (catorze mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos);

PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E EXECUÇÃO: Fica Prorrogado por mais 90 (noventa) dias

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 05 de setembro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 25-A/2016 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

PROCESSO Nº 27/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Alimentos e Materiais de Limpeza para Diversos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O Valor Registrado é de R\$ 15.415,50 (quinze mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos), sendo:

ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA – CNPJ 09.276.894/0001-11 RUA CARLOS BARETTA, 343 BAIRRO AMÉRICA FARROUPILHA/RS CEP 95.180-000.

Lages, 27 de outubro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 25-B/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25-B/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016
PROCESSO Nº 27/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Alimentos e Materiais de Limpeza para Diversos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O Valor Registrado é de R\$ 12.720,00 (doze mil setecentos e vinte reais), sendo:

CELIA REGINA W SANI - ME, INSCRITA NO CNPJ: 04.195.853/0001-87 COM SEDE A AVENIDA BEIRA RIO, 730 – BAIRRO CENTRO – CEP 88450-000 – ALFREDO WAGNER/SC.

Lages, 27 de outubro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 25-C/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25-C/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016
PROCESSO Nº 27/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Alimentos e Materiais de Limpeza para Diversos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O Valor Registrado é de R\$ 11.374,30 (onze mil trezentos e setenta e quatro reais e trinta centavos), sendo:

JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 13.965.228/0001-68, ESTABELECIDNA AV. 24 DE OUTUBRO, S/ Nº - CENTRO, BOM RETIRO/SC – CEP. 88.680-000.

Lages, 27 de outubro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 25-D/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25-D/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016
PROCESSO Nº 27/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Alimentos e Materiais de Limpeza para Diversos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O Valor Registrado é de R\$ 14.550,10 (catorze mil quinhentos e cinquenta reais e dez centavos), sendo:

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME INSCRITA NO CNPJ Nº 82.894.718/0001-33, COM SEDE MARIO RIBEIRO RAMOS, 242 – SÃO CRISTÓVÃO – LAGE/SC CEP 88.509-3400

Lages, 27 de outubro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 25-E/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25-E/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016
PROCESSO Nº 27/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Alimentos e Materiais de Limpeza para Diversos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O Valor Registrado é de R\$ 14.054,10 (catorze mil e cinquenta e quatro reais e dez centavos), sendo:

SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME – 09.196.745/0001-42 – RUA TREZE DE JUNHO Nº 795 – FLOR DE NÁPOLIS – SÃO JOSÉ/SC

Lages, 27 de outubro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 25-F/2016 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25-F/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

PROCESSO Nº 27/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Alimentos e Materiais de Limpeza para Diversos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O Valor Registrado é de R\$ 37.845,00 (trinta e sete mil oitocentos e quarenta e cinco reais), sendo:

SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 83.197277/0001-83, ESTABELECIDNA RUA. ARACI PAIM, 19 – ARAUCÁRIA, LAGES/SC – CEP. 88.512-680

Lages, 27 de outubro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

CHAMADA CREDENCIAMENTO 01/2016 PMLM

CHAMADA CREDENCIAMENTO 01/2016 PMLM

PROCESSO 69/2016 PMLM

Comunicamos as empresas interessadas que no dia 10/11/2016 as 9 horas e 30 minutos a comissão de licitação se reunirá com espoco de realizar o sorteio das empresas (física ou jurídica) credenciadas para realização de posterior processo de contratação para realização de leilão.

Lauro Muller, 1 de novembro de 2016

JAIR F MADEIRA

Presidente da Comissão de Licitação

DECRETO Nº 120/2016

DECRETO Nº 120/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI, II da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a resolução CONANDA nº 137 de 21 de janeiro de 2010, Lei Municipal nº 968/1996 de 18/04/96,

DECRETA

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento nomeada como gestora/ordenadora de despesa do FIA – Fundo dos Direitos da Infância e Adolescência do município de Lauro Müller/SC, autoridade de cujos atos resultarão emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 038/2016 de 02/04/2016.

LAURO MÜLLER, 31 DE OUTUBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

TOMADA DE PREÇO Nº 72/2016 – PMLM

TOMADA DE PREÇO Nº 72/2016 – PMLM

PROCESSO Nº72/2016

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 18 de novembro de 2016 às 09:30 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação através de empresas do ramo pertinente para execução de serviços especializados para elaboração do processo seletivo. O edital na íntegra está disponível no site oficial do município www.lauromuller.sc.gov.br .

Lauro Muller 1 de novembro de 2016

JAIR F MADEIRA

PRESIDENTE DA COMISSAO DE LICITACAO

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.828/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.828/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.
EXONERA DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul,
no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2004, de 02 de
fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a senhora NELSIRA LOSS FIORENTIN, ocu-
pante do cargo de Diretora Municipal do Centro de Educação Infan-
til, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão,
a partir de 25 de outubro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Edison Domingos Giron
Auxiliar de Técnico

PORTARIA Nº 284/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 284/2016, de 13 de Outubro de 2016.
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚ-
BLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul –
Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são confe-
ridas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei
Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

I - Conceder, ao Servidor Público Municipal Edson Carlos Conte,
ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, o Adicional
por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do
cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aq-
uisitivo de 16 de Agosto de 2013 a 15 de Agosto de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retro-
agindo seus efeitos a partir de 16 de agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 13 de Outubro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 285/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 285/2016, de 13 de Outubro de 2016.
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚ-
BLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul –
Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são confe-
ridas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei
Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

I - Conceder, a Servidora Pública Municipal Jane Aparecida Klein
Grasel, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, o
Adicional por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos ven-
cimentos do cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente
ao período aquisitivo de 17 de Agosto de 2013 a 16 de Agosto de
2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retro-
agindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 13 de Outubro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 286/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 286/2016, de 13 de Outubro de 2016.
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚ-
BLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul –
Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são confe-
ridas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei
Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

I - Conceder, ao Servidor Público Municipal Gilson Antonio Pruinelli,
ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, o Adicional
por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do
cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aq-
uisitivo de 03 de Agosto de 2013 a 02 de Agosto de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retro-
agindo seus efeitos a partir de 02 de agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 13 de Outubro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 287/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 287/2016, de 13 de Outubro de 2016.
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

I - Conceder, a Servidora Pública Municipal Nelsa Baldessar Pruinelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, o Adicional por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aquisitivo de 10 de Setembro de 2013 a 09 de Setembro de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Setembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 13 de Outubro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 288/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 288/2016, de 13 de Outubro de 2016.
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

I - Conceder, ao Servidor Público Municipal Robson Luiz da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, o Adicional por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aquisitivo de 19 de Agosto de 2013 a 18 de Agosto de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 13 de Outubro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 289/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 289/2016, de 13 de Outubro de 2016.
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

I - Conceder, ao Servidor Público Municipal Vivaldo Rodrigues da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional, o Adicional por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aquisitivo de 19 de Agosto de 2013 a 18 de Agosto de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 13 de Outubro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 290/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 290/2016, de 13 de Outubro de 2016.
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Delires Venancio Capelari, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, o Adicional por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aquisitivo de 09 de Outubro de 2013 a 08 de Outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 13 de Outubro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 291/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 291/2016, de 14 de Outubro de 2016.

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Edna Cristina Kappke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, o Adicional por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aquisitivo de 14 de Outubro de 2013 a 13 de Outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 14 de Outubro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 292/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 292/2016, de 14 de Outubro de 2016.

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Roselei Solange Galon, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Educação, o Adicional por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aquisitivo de 07 de Outubro de 2013 a 06 de Outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 14 de Outubro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 293/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 293/2016, de 14 de Outubro de 2016.

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pelo Servidor;

RESOLVE:

I - Interromper, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 271/2016, de 19 de Setembro de 2016, ao Servidor Público Municipal Luiz Eberton Gabrielli, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, pelo período de 15 (quinze) dias, compreendidos entre os dias 27 de setembro de 2016 a 11 de Outubro de 2016, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

II- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de Setembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 14 de Outubro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 294/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 294/2016, de 14 de Outubro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Dinara Signor Kiekow, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Psicóloga, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 12 (doze) dias de férias, a contar de 24 de Outubro de 2016, relativas a Portaria nº 012/2016, de 15 de Janeiro de 2016, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 039/2016, de 04 de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 14 de Outubro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2278

DECRETO Nº 2278 de 01 de novembro de 2016.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1473 de 01 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Projeto: 08.001.12.361.0031.1032 - Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares

Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 23.000,00

Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados as dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 20.000,00

Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.001.15.452.0061.2055 - Manutenção da Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 3.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de novembro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EDITAL CONSELHO LOCAL DE SAÚDE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados todos os moradores acima de 18 anos das comunidades pertencentes a Estratégia de Saúde da Família do Bairro São Francisco e da Vila Alemanha, em conformidade com a Lei nº 1255 de 12 de agosto de 2014, para comporem o Conselho Local de Saúde, que elegerá em Assembléia convocada para esta

finalidade 04 representantes das comunidades pertencentes ao ESF São Francisco e 04 pessoas pertencentes ao ESF Vila Alemanha, biênio 2016/2018. Os Conselhos Locais de Saúde são instâncias colegiadas, autônomas, de caráter permanente e deliberativo, com a finalidade de garantir a participação dos profissionais de saúde e usuários da área de abrangência da Unidade Básica de Saúde. Serão credenciadas as pessoas que preencherem os seguintes requisitos: Possuir idade maior de 18 anos; não ser membro do Conselho Municipal de Saúde; Residir no Município e na comunidade pertencente ao ESF. Os representantes que se candidatarem, ao se inscreverem, deverão apresentar: ficha de inscrição preenchida com dados pessoais e comprovante de endereço. As fichas de inscrições deverão ser preenchidas e entregues impreterivelmente até o dia 29 de novembro de 2016, na recepção de cada ESF, ou se preferir, com a Secretária dos Conselhos, Tatiane.

Matheus Luiz Geuster Adiles Beal

Presidente CLS - São Francisco Presidente CLS - Vila Alemanha

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 091/2016 - PP 062/2016 - PLANO DE SAÚDE - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 091/2016 - PML

Pregão nº 062/2016 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 091/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Plano de Assistência à Saúde, na modalidade pré-pagamento registrado na ANS, de abrangência em todo estado de Santa Catarina, regime ambulatorial, hospitalar e obstetrícia em acomodação enfermaria, com participação em procedimentos ambulatoriais, exceto serviço odontológicos, para os servidores ativos e inativos do Município de Luzerna/SC e seus dependentes, na forma e condições descritas neste Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

- Valor total: R\$ 2.359,10

Luzerna (SC), 31 de outubro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

LEI 1473

LEI Nº 1473 de 01 de novembro de 2016.

“AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, nas dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Projeto: 08.001.12.361.0031.1032 - Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares

Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 23.000,00

Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação até os limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 20.000,00

Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.001.15.452.0061.2055 - Manutenção da Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 3.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de novembro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1474

LEI Nº 1474 de 01 de novembro de 2016.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) A FIRMAR CONVÊNIO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL - NDL DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE CONVÊNIO com a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL - NDL de Luzerna, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.590.728/0001-00, com sede na Av. XV de Novembro, 371, Edifício Ermacenter, 8º andar, Centro, no Município de Joaçaba(SC).

Art.2º- O objeto do Convênio de que trata o artigo anterior é a cooperação financeira do Município, destinado a pagamento de despesas para organização do evento "NATAL DE LUZ", conforme

Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Art.3º- A participação do Município consistirá no repasse de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a serem pagos conforme a disponibilidade financeira do Município.

Parágrafo Único - A entidade deverá apresentar todos os documentos constantes do art. 2º do Decreto nº 1889 de 18/09/2014 para a celebração do respectivo Convênio e repasses dos recursos.

Art.4º- A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada até 31 de janeiro de 2017, constando os documentos previstos nas normas definidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º - Para atender as despesas decorrentes da presente lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos da seguinte rubrica orçamentária: Secretaria de Desenvolvimento Econômico - 1501.23.691.0100.2048 - Programação de Natal - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências Financeiras a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de novembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 096/2016 - PP 064/2016 - COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA E GERAÇÃO DE ORTOFOTOS (PMAT) - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 096/2016 - PML

Pregão Presencial nº 064/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para cobertura aerofotogramétrica e geração de ortofotos, a serem executados no perímetro urbano do Município de Luzerna/SC, conforme as especificações constantes no Anexo I, parte integrante deste.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 14 de novembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h15min do dia 14 de novembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 01.795.373/0001-69

PAPELARIA COPIATIC LTDA ME

Nota Fiscal nº. 5254 R\$ 43.700,00

Valor Total: R\$ 43.700,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de mobiliário e materiais de expediente necessários para dar continuidade aos serviços prestados pelas Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 03 de novembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de 01 (um) veículo novo O Km destinado a Secretaria Municipal de Agricultura referente ao contrato de repasse nº 1.033.387-49/SICOV 833640/2016/MAPA – Fomento ao Setor Agropecuário – Estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 18/11/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelo Fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 01 de novembro de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2016 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2016

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada para realização de seguro com cobertura contra terceiros e seguro total para os veículos FIAT UNO ATTRACTIVE placa QHP-7686/QHN-3767/QHN-3947 e QHP-7766, FIAT UNO ATTRACTIVE placa QHY-5422/QHW-9565, PALIO ESSENCE placa QHX-0255, DOBLO ESSENCE placa QHC-8289/QIT-2865 e ONIBUS VW/EUROBUS placa QHV-6774 da frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 23/11/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 23 de setembro de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

RESULTADO FINAL DO PP 02/2016 - CÂMARA DE VEREADORES DE MARACAJA

Estado de Santa Catarina
Município de Maracajá
camara de vereadores de maracaja

Resultado do Pregão Presencial nº 02/2016

A Câmara de Vereadores de Maracaja, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 02/2016 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, referente contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal, no período de 48 meses, de sistemas para gestão pública, bem como, a implantação, o treinamento, e serviços técnicos, que gerou o seguinte resultado: Lote – 01, adjudicado para a empresa Betha Sistemas Ltda, valor Adjudicado R\$ 91.525,00 (noventa e um mil quinhentos e vinte e cinco reais) Valor Total Adjudicado R\$ 91.525,00 (noventa e um mil quinhentos e vinte e cinco reais).

Maracajá/SC, 31 de outubro de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa

Pregoeiro

TERMO DE CONTRATO 09/2016 - CÂMARA DE VEREADORES DE MARACAJA

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
CAMARA DE VEREADORES DE MARACAJA

Termo de Contrato nº 09/2016

Contratante: Câmara de Vereadores de Maracajá,

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto Contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal, no período de 48 meses, de sistemas para gestão pública, bem como, a implantação, o treinamento, e serviços técnicos.

Valor: R\$ 91.525,00 (noventa e um mil quinhentos e vinte e cinco reais)

Vigência: 48 meses

Maracajá, 01 de novembro de 2016.

Alacide Luiz Rocha

Contratante

Ernesto Muniz de Souza Jr.

Contratada

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO 65/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Rescisão Contrato nº 65/2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado ELIENE REUS DAROS - MEI

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão Unilateral do Contrato nº 65/2016, cujo objeto é a prestação de serviço de monitor do projeto de Corte e Custura Industrial, para mulheres e adolescentes do município inseridos no Programa Bolsa Família, celebrado em 11 de maio de 2016

Vigência: 03/10/2016.

Maracajá, 03/10/2016.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal.

Marema

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 032/2016

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 032/2016 - Pregão Presencial n. 022/2016 na Modalidade de Pregão Presencial, para levantamento patrimonial junto ao Poder Executivo Municipal de Marema SC. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 17/11/2016, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 17/11/2016 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h00min às 13h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 01 de Novembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

CO 54.2016 - HENRIQUE TOLEDO VICENTINI

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: HENRIQUE TOLEDO VICENTINI

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 102,07 (cento e dois reais e sete centavos) por hora plantão.

VIGÊNCIA: 01 DE NOVEMBRO DE 2016 À 31 DE DEZEMBRO DE 2016

MASSARANDUBA, 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VANDERLEI SASSE – PREFEITO INTERINO

DECRETO Nº. 3363 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3363 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1779 de 25 de Outubro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 1.515.845,63 (Um Milhão Quinhentos e quinze Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta e Três Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0301 – GERÊNCIA DE PESSOAL
0301.004.122.0031.2011 – Administração dos Recursos Humanos
0301 – 31900000 – Aplicações Diretas
0301 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00
0302 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
0302.004.122.0032.2014 – Administração do Patrimônio
0302 – 31900000 – Aplicações Diretas
0302 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 4.000,00
0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.004.123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis
0304 – 31900000 – Aplicações Diretas
0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 19.000,00

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.452.0054.2025 – Conservação dos Serviços Urbanos
0401 – 31900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários

..... R\$ 25.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0080.2033 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério) R\$ 200.000,00

0501 – 10100 – Receitas de Impostos – Educação R\$ 200.000,00

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação R\$ 20.000,00

0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação R\$ 124.000,00

0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação R\$ 25.000,00

0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério) R\$ 32.000,00

0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação R\$ 50.000,00

0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério) R\$ 57.800,00

0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação R\$ 200.000,00

0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério) R\$ 387.325,00

0501.012.366.0100.2056 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 53.000,00

0501.012.367.0110.2059 – Apoio a Educação Especial

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 19.000,00

0506 – GERÊNCIA DE ESPORTES

0501.027.812.0132.2068 – Manutenção do Complexo Esportivo Municipal

0506 – 31900000 – Aplicações Diretas

0506 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 6.200,00

0506 – 33900000 – Aplicações Diretas

0506 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 3.000,00

0801 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
0801 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
0801.004.121.0070.2070 – Manutenção da Secretaria de Planeja-
mento
0801 – 31900000 – Aplicações Diretas
0801 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 25.000,00

0901 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural
0901 – 31900000 – Aplicações Diretas
0901 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 24.520,63
0901.020.609.0151.2076 – Apoio a Produção Agropecuária
0901 – 31900000 – Aplicações Diretas
0901 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 16.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 1.515.845,63 (Um Milhão Quinhentos e quinze Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta e Três Centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0201 – GABINETE DO PREFEITO
0201 – GABINETE DO PREFEITO
0201.004.122.0022.2007 – Manutenção do Gabinete do Vice Pre-
feito
0201 – 31900000 – Aplicações Diretas
0201 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 49.200,00
0201.004.124.0024.2009 – Gerenciamento do Controle Interno
0201 – 31900000 – Aplicações Diretas
0201 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 9.000,00
0201.004.182.0025.2010 – Atendimento a Emergências
0201 – 33900000 – Aplicações Diretas
0201 – 33290000 – Aplicações Diretas
0201 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 19.400,00

0304 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.004.123.0033.0080 – Manutenção dos Serviços Contábeis
0304 – 44900000 – Aplicações Diretas
0304 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 50.000,00

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRA E SERVIÇOS URBANOS
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.451.0050.1020 – Pavimentação de Vias
0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 400.000,00
0401.026.782.0060.1030 – Construção de Pontes e Galerias
0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 29.160,00
0401.015.452.0054.2025 – Conservação dos Serviços Urbanos
0401 – 345900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 95.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TU-
RISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0081.1036 – Aquisição de Veículos para Educação
0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 120.000,00
0501.012.361.0081.1037 – Apoio Tecnológico ao Ensino Funda-
mental
0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 246.000,00
0501.012.361.0081.1038 – Reforma de Escolas
0501 – 44900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 25.425,00
0501.012.365.0091.1048 – Reforma de Prés Escolares
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 50.000,00
0501.012.365.0097.1055 – Reforma de Unidades Escolares da
Educação Infantil
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação
..... R\$ 10.391,94
0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 95.700,00
0501.012.361.0081.2040 – Apoio a Formação de Professores
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
..... R\$ 7.386,39
0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar
Fundamental
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 50.000,00
0501.012.363.0085.2046 – Apoio a Parcerias em Cursos Técnicos
e Profissional
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 15.460,65
0501.012.365.0091.2050 – Apoio a Formação de Professores
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação
..... R\$ 10.000,00
0501.012.363.0085.2046 – Apoio a Parcerias em Cursos Técnicos
e Profissional
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 15.460,65
0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré
-Escola
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
..... R\$ 3.000,00
0501.012.365.0091.2050 – Apoio a Formação de Professores
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
..... R\$ 10.000,00
0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 30.000,00
0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Cre-
che
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação
..... R\$ 20.000,00
0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)

..... R\$ 60.000,00
 0505 – GERÊNCIA DE CULTURA
 0505.013.392.0120.2061 – Incentivo a Cultura
 0505 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0505 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 40.000,00
 0506 – GERÊNCIA DE ESPORTES
 0506.027.812.0131.1067 – Reforma e Climatização de Pavilhões
 0506 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0506 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.511,00

0901 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
 0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.609.0153.1075 – Aquisição de Equipamentos para a Patrulha Agrícola
 0901 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 51.750,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 25 DE OUTUBRO DE 2016.
 VANDERLEI SASSE
 Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3364 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3364 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016
 Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1780 de 25 de Outubro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 161.502,50 (Cento e Sessenta e Um Mil Quinhentos e Dois Reais e Cinquenta Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE SAÚDE
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 59.502,50
 0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 50.000,00
 0602.010.304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 23.000,00
 0602.010.305.0192.2105 – Promoção do Controle Epidemiológico
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 29.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 161.502,50 (Cento e Sessenta e Um Mil Quinhentos e Dois Reais e Cinquenta Centavos),

dos programas e verbas abaixo discriminados:

0601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE
 0601.010.301.0190.2094 – Manutenção da Secretaria de Saúde
 0601 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 13.700,00
 0601.017.512.0195.1107 – Melhoria da Drenagem Pluvial
 0601 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.012,50
 0601.017.512.0195.1108 – Implantação da Rede de Esgoto Sani-
 tário
 0601 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 1.290,00

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.1097 – Aquisição de Equipamentos para a Saúde Básica
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 20.000,00
 0602.010.301.0190.1109 – Construção da Secretaria de Saúde
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 43.500,00
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção dos Serviços de Atendimento a População
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 30.000,00
 0602.010.305.0191.1102 – Aquisição de Equipamentos para o Hospital
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 25 DE OUTUBRO DE 2016.
 VANDERLEI SASSE
 Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3365 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3365 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016
 Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1781 de 25 de Outubro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 50.838,00 (Cinquenta Mil Oitocentos e Trinta e Oito Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social as Famílias Carentes
 0701 – 31900000 – Aplicações Diretas

0701 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 20.000,00
 0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do CRAS
 0701 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 30.838,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.838,00 (Cinquenta Mil Oitocentos e Trinta e Oito Reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.242.0180.2086 – Apoio a Proteção Especial
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.200,00
 0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social as Famílias Carentes
 0701 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.000,00
 0701.008.244.0180.2090 – Manutenção do Tele Centro Casa da Juventude
 0701 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.000,00
 0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do CRAS
 0701 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 5.000,00
 0702 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCENCIA
 0702.008.243.0181.2092 – Orientação e Apoio Socio familiar
 0702 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0702 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 5.000,00

0702.008.243.0181.2093 – Gestão do FIA
 0702 – 33500000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 0702 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 16.638,00
 0702 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0702 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 25 DE OUTUBRO DE 2016.
 VANDERELEI SASSE
 Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1779 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº. 1779 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 1.515.845,63 (Um

Milhão Quinhentos e quinze Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta e Três Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0301 – GERÊNCIA DE PESSOAL
 0301.004.122.0031.2011 – Administração dos Recursos Humanos
 0301 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0301 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 15.000,00
 0302 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
 0302.004.122.0032.2014 – Administração do Patrimônio
 0302 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0302 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 4.000,00
 0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis
 0304 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0304 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 19.000,00

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.015.452.0054.2025 – Conservação dos Serviços Urbanos
 0401 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 25.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.306.0080.2033 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00
 0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)
 R\$ 200.000,00
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos – Educação
 R\$ 200.000,00
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação
 R\$ 20.000,00
 0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação
 R\$ 124.000,00

0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação
 R\$ 25.000,00
 0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)
 R\$ 32.000,00
 0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação
 R\$ 50.000,00
 0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)
 R\$ 57.800,00
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação

..... R\$ 200.000,00
 0501 - 11800 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)
 R\$ 387.325,00
 0501.012.366.0100.2056 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA
 0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 53.000,00
 0501.012.367.0110.2059 - Apoio a Educação Especial
 0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 19.000,00
 0506 - GERÊNCIA DE ESPORTES
 0501.027.812.0132.2068 - Manutenção do Complexo Esportivo Municipal
 0506 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0506 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 6.200,00
 0506 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0506 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 3.000,00

 0801 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
 0801 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
 0801.004.121.0070.2070 - Manutenção da Secretaria de Planejamento
 0801 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0801 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 25.000,00

 0901 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
 0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.606.0151.2078 - Assistência ao Produtor Rural
 0901 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0901 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 24.520,63
 0901.020.609.0151.2076 - Apoio a Produção Agropecuária
 0901 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0901 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 16.000,00

 Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 1.515.845,63 (Um Milhão Quinhentos e quinze Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta e Três Centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

 0201 - GABINETE DO PREFEITO
 0201 - GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.122.0022.2007 - Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito
 0201 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 49.200,00
 0201.004.124.0024.2009 - Gerenciamento do Controle Interno
 0201 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 9.000,00
 0201.004.182.0025.2010 - Atendimento a Emergências
 0201 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0201 - 33290000 - Aplicações Diretas
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 19.400,00

 0304 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.123.0033.0080 - Manutenção dos Serviços Contábeis
 0304 - 44900000 - Aplicações Diretas
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários

..... R\$ 50.000,00

 0401 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRA E SERVIÇOS URBANOS
 0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.015.451.0050.1020 - Pavimentação de Vias
 0401 - 44900000 - Aplicações Diretas
 0401 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 400.000,00
 0401.026.782.0060.1030 - Construção de Pontes e Galerias
 0401 - 44900000 - Aplicações Diretas
 0401 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 29.160,00
 0401.015.452.0054.2025 - Conservação dos Serviços Urbanos
 0401 - 345900000 - Aplicações Diretas
 0401 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 95.000,00

 0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0081.1036 - Aquisição de Veículos para Educação
 0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 11900 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
 R\$ 120.000,00
 0501.012.361.0081.1037 - Apoio Tecnológico ao Ensino Fundamental
 0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 11900 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
 R\$ 246.000,00
 0501.012.361.0081.1038 - Reforma de Escolas
 0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

 0501 - 11900 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
 R\$ 25.425,00
 0501.012.365.0091.1048 - Reforma de Prés Escolares
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 11900 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
 R\$ 50.000,00
 0501.012.365.0097.1055 - Reforma de Unidades Escolares da Educação Infantil
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 10100 - Receita de Impostos - Educação
 R\$ 10.391,94
 0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 11900 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
 R\$ 95.700,00
 0501.012.361.0081.2040 - Apoio a Formação de Professores
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 10100 - Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 7.386,39
 0501.012.361.0083.2043 - Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 11900 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
 R\$ 50.000,00
 0501.012.363.0085.2046 - Apoio a Parcerias em Cursos Técnicos e Profissional
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 15.460,65
 0501.012.365.0091.2050 - Apoio a Formação de Professores
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 10100 - Receita de Impostos - Educação
 R\$ 10.000,00
 0501.012.363.0085.2046 - Apoio a Parcerias em Cursos Técnicos e Profissional
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 10000 - Recursos Ordinários

..... R\$ 15.460,65
 0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 3.000,00
 0501.012.365.0091.2050 – Apoio a Formação de Professores
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 10.000,00
 0501 – 11900 –Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
 R\$ 30.000,00
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação
 R\$ 20.000,00
 0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 –Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
 R\$ 60.000,00
 0505 – GERÊNCIA DE CULTURA
 0505.013.392.0120.2061 – Incentivo a Cultura
 0505 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0505 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 40.000,00
 0506 – GERÊNCIA DE ESPORTES
 0506.027.812.0131.1067 – Reforma e Climatização de Pavilhões
 0506 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0506 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.511,00

 0901 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
 0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.609.0153.1075 – Aquisição de Equipamentos para a Partrilha Agrícola
 0901 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 –Recursos Ordinários
 R\$ 51.750,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 25 DE OUTUBRO DE 2016.
 VANDERLEI SASSE
 Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1780 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº. 1780 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016
 Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 161.502,50 (Cento e Sessenta e Um Mil Quinhentos e Dois Reais e Cinquenta Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE SAÚDE
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 59.502,50
 0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 50.000,00
 0602.010.304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 23.000,00
 0602.010.305.0192.2105 – Promoção do Controle Epidemiológico
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 29.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 161.502,50 (Cento e Sessenta e Um Mil Quinhentos e Dois Reais e Cinquenta Centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE
 0601.010.301.0190.2094 – Manutenção da Secretaria de Saúde
 0601 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 13.700,00
 0601.017.512.0195.1107 – Melhoria da Drenagem Pluvial
 0601 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.012,50
 0601.017.512.0195.1108 – Implantação da Rede de Esgoto Sanitário
 0601 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 1.290,00

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.1097 – Aquisição de Equipamentos para a Saúde Básica
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos – Saúde
 R\$ 20.000,00
 0602.010.301.0190.1109 – Construção da Secretaria de Saúde
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos – Saúde
 R\$ 43.500,00
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção dos Serviços de Atendimento a População
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 30.000,00
 0602.010.305.0191.1102 – Aquisição de Equipamentos para o Hospital
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 25 DE OUTUBRO DE 2016.
 VANDERLEI SASSE
 Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1781 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº. 1781 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 50.838,00 (Cinquenta Mil Oitocentos e Trinta e Oito Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social as Famílias Carentes
0701 – 31900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 20.000,00
0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do CRAS
0701 – 31900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 30.838,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.838,00 (Cinquenta Mil Oitocentos e Trinta e Oito Reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.242.0180.2086 – Apoio a Proteção Especial
0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 3.200,00
0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social as Famílias Carentes
0701 – 44900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 3.000,00
0701.008.244.0180.2090 – Manutenção do Tele Centro Casa da Juventude
0701 – 44900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 3.000,00
0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do CRAS
0701 – 44900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 5.000,00
0702 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCENCIA
0702.008.243.0181.2092 – Orientação e Apoio Socio familiar
0702 – 33900000 – Aplicações Diretas
0702 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 5.000,00

0702.008.243.0181.2093 – Gestão do FIA
0702 – 33500000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
0702 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 16.638,00
0702 – 33900000 – Aplicações Diretas
0702 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 25 DE OUTUBRO DE 2016.
VANDERLEI SASSE
Prefeito Interino

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº508-2016

PORTARIA n.º 508/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei 1505/2011, de 20 Julho de 2011, Lei 1517/2011, 1682/2015 e 1699/2015 de 24 de Novembro de 2015, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º À servidora LUCIANA FAUSTINO, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a licença maternidade por 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 31/10/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Novembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

1023.2016 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ISENÇÃO JURO E MULTA IPTU

Lei Complementar nº 1023, de 31 de outubro de 2016.

CONCEDE ANISTIA, PARCELAMENTO E BENEFÍCIOS PARA O PAGAMENTO DE DÉBITOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSMAR MARQUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Fazenda Pública do Município de Monte Carlo autorizada a conceder anistia, parcelamento e benefícios, para o pagamento à vista ou parcelado de débitos tributários ou não tributários inscritos ou não em dívida ativa, executados ou não judicialmente de acordo com as normas, prazos e condições fixadas por esta Lei Complementar.

Art. 2º A anistia e os benefícios concedidos por esta Lei Complementar se aplicam a todos os débitos administrados pelo Município de Monte Carlo, de origem tributária ou não tributária, incluindo-se o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Alvarás, Taxas, Tarifas de Água, Tarifas de Coleta de Lixo, Contribuições sobre Segurança contra Sinistros (FUNREBON), débitos decorrentes de processos administrativos disciplinares, multas administrativas, dentre outros débitos administrados pelo Município.

Art. 3º No pagamento dos débitos anistiados e abrangidos por esta Lei Complementar, em Processo Administrativo ou Processo Judicial, serão concedidos os seguintes benefícios e descontos:

I - os contribuintes que realizarem o pagamento do Débito Administrado pelo Município e dos encargos à vista terão desconto de 100% (cem por cento) nos juros de mora e multa incidentes sobre o mesmo;

II - os contribuintes que aderirem ao parcelamento e realizarem o pagamento do Débito Administrado pelo Município e dos encargos em até 05 (cinco) parcelas terão desconto de 80% (oitenta por cento) nos juros de mora e multa incidentes sobre o mesmo;

III - os contribuintes que aderirem ao parcelamento e realizarem o pagamento do Débito Administrado pelo Município e dos encargos entre 06 (seis) até 10 (dez) parcelas terão desconto de 60% (sessenta por cento) nos juros de mora e multa incidentes sobre o mesmo; IV - os contribuintes que aderirem ao parcelamento e realizarem o pagamento do Débito Administrado pelo Município e dos encargos entre 11 (onze) até 15 (quinze) parcelas terão desconto de 40% (quarenta por cento) nos juros de mora e multa incidentes sobre o mesmo;

V - os contribuintes que aderirem ao parcelamento e realizarem o pagamento do pagamento do Débito Administrado pelo Município e dos encargos entre 16 (dezesesseis) até 20 (vinte) parcelas terão desconto de 20% (vinte por cento) nos juros de mora e multa incidentes sobre o mesmo;

VI - os contribuintes que aderirem ao parcelamento e realizarem o pagamento do pagamento do Débito Administrado pelo Município e dos encargos entre 21 (vinte e uma) até 36 (trinta e seis) parcelas não terão desconto nos juros de mora e multa incidentes sobre o mesmo.

Art. 4º A opção pelo Parcelamento sujeita o contribuinte a:

I - confissão irrevogável e irretroatável dos débitos referidos no art.

2º;

II - aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos com vencimento posterior à data de opção pelo parcelamento.

Art. 5º O pagamento parcelado dos débitos tributários lançados em dívida ativa e anistiados por esta lei, em Processos Administrativos Fiscais ou em Processos de Ação de Execução Fiscal, deverá atender os seguintes critérios, condições e prazos:

I - o parcelamento será concedido, após o requerimento formal do contribuinte interessado, apresentado e protocolado junto ao Setor de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal;

II - somente serão deferidos os parcelamentos mediante o pagamento do valor correspondente à primeira parcela;

III - o prazo máximo do parcelamento será de 36 (trinta e seis) meses;

IV - para o parcelamento em até 20 (vinte) meses o valor mínimo de cada parcela será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da Unidade Fiscal do Município – UFM;

V - para parcelamento superior a 20 (vinte) meses e inferior a 36 (trinta e seis) meses, o valor mínimo de cada parcela será correspondente a 2 (duas) vezes o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM;

VI - para parcelamento superior a 36 (trinta e seis) meses, o valor mínimo de cada parcela será correspondente a 3 (três) vezes o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM;

VII - o parcelamento poderá ser concedido, mediante acordo judicial celebrado entre o Contribuinte Devedor Executado e a Fazenda Pública Municipal Exequente, devidamente homologado em Juízo;

Parágrafo único. Nos acordos celebrados nos Processos Judiciais de Execução Fiscal, a critério dos advogados procuradores do município, poderão ser concedidos descontos sobre os valores fixados pelo Juiz a título de honorários advocatícios, por ocasião do despacho proferido na petição inicial.

Art. 6º Os contribuintes devedores interessados em obter os benefícios concedidos por esta lei, cujos débitos ainda não foram executados judicialmente, deverão protocolar seus requerimentos e efetuar o pagamento do débito à vista ou da primeira parcela, no período compreendido entre 1º de outubro e 15 de dezembro de 2016.

Art. 7º Os contribuintes devedores interessados em obter os benefícios da anistia fiscal concedida por esta lei, cujos débitos já se encontram executados judicialmente, deverão através de seus procuradores ou pessoalmente se não tiverem procurador constituído estabelecer contato e procurar os serviços de Procuradoria e Assessoria Jurídica do município, com o objetivo de formalizar os respectivos acordos, para o pagamento do débito à vista ou da primeira parcela, no período compreendido entre a data de publicação de desta lei até o dia 30 de novembro de 2016.

Art. 8º Ficam a Fazenda Pública Municipal e o Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, autorizados a promoverem o parcelamento dos débitos tributários relacionados no Artigo 2º desta Lei Complementar, de acordo com as normas, critérios e condições nela fixadas, bem como a receber, mediante requerimento e protocolo, os pedidos de parcelamento formulados pelos contribuintes devedores interessados, no período de vigência dos

benefícios fiscais concedidos por esta Lei Complementar.

Art. 9º Ficam os serviços de Procuradoria e Assessoria Jurídica do município, autorizados a promoverem a celebração de acordos judiciais nos Processos de Execução Fiscal já aforados, visando o recebimento dos débitos tributários relacionados no art. 2º desta Lei Complementar, de acordo com as normas, critérios e condições nela fixadas, no período de vigência da anistia fiscal concedida.

Art. 10. O contribuinte optante pelo parcelamento previsto nessa Lei Complementar será dele excluído na hipótese de inadimplência por três meses consecutivos ou por quatro meses alternados, relativamente a qualquer das parcelas.

Parágrafo único. A exclusão do contribuinte do Parcelamento implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da dívida, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 11. Os valores correspondentes às parcelas estabelecidas nos acordos celebrados nos Processos Administrativos Fiscais e nos Processos de execução Fiscal, serão recolhidos mediante emissão de Guia de Recolhimento a ser quitada nas instituições bancárias credenciadas.

Art. 12. A Guia de Recolhimento deverá especificar os seguintes dados:

- I - número do Processo Administrativo Fiscal ou Certidão de Dívida Ativa ou Processo Judicial de Execução Fiscal, quando existentes;
- II - número do Imóvel ou do Cadastro Econômico, conforme o caso;
- III - número da parcela que está sendo quitada e seu respectivo valor;
- IV - nome do contribuinte e respectivo endereço;
- V - data do vencimento;
- VI - tributo a que se refere e o exercício financeiro de competência.

Art. 13. O contribuinte beneficiado por esta Lei Complementar, que requerer o pagamento parcelado dos débitos e tornar-se inadimplente, dando causa à exclusão do parcelamento, somente poderá requerer novo parcelamento ou reparcelamento da mesma dívida, se por ocasião do Requerimento do parcelamento ou reparcelamento promover o pagamento de pelo menos 15% (quinze por cento) do total da dívida apurada no momento do protocolo do requerimento.

Art. 14. O contribuinte que pretender o parcelamento de dívida incluída em parcelamento anterior, somente poderá requerer novo parcelamento ou reparcelamento da mesma dívida, se por ocasião do Requerimento do parcelamento ou reparcelamento promover o pagamento de pelo menos 15% (quinze por cento) do total da dívida apurada no momento do protocolo do requerimento.

Art. 15. A Fazenda Pública Municipal e o Departamento de Tributação e Fiscalização do Município de Monte Carlo, deverão promover ampla divulgação da anistia e dos benefícios fiscais concedidos por esta Lei Complementar, em todos os meios de comunicação social do município.

Art. 16. Fica a Fazenda Pública Municipal autorizada a proceder, mediante regular processo administrativo, a revisão e ao cancelamento da dívida ativa, nas seguintes hipóteses:

- I – declaradas prescritas ou nulas por sentença com trânsito em julgado;
- II – cuja prescrição tenha se operado;
- III – relativamente a qualquer tributo ou taxa administrada pelo Município quando, por decisão de repercussão geral proferida por

Tribunal Superior, reste reconhecida a ilegalidade ou inconstitucionalidade da exação.

Art. 17. Objetivando afastar prejuízos ao erário Municipal com o ingresso de ações antieconômicas, fica a Fazenda Pública do Município dispensada de cobrar judicialmente créditos de valor inferior a 01 (um) salário mínimo vigente, nos termos da Lei Estadual nº 14.266, de 21 de dezembro de 2007.

§ 1º. Fica autorizada a baixa de processos judiciais cujo crédito não atinja as especificações mínimas contidas no caput deste artigo.

§ 2º No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no caput deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.

§ 3º Os valores dos débitos para com a Fazenda Pública Municipal inferiores a 1 (um) salário mínimo serão cobrados administrativamente pelo Poder Público Municipal.

Art. 18. Nos termos do art. 1º, da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e do Provimento nº 67/99 da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina, fica instituído no âmbito da Administração Pública Municipal, o protesto da Certidão de Dívida Ativa.

Art. 19. A adoção das medidas previstas nesta Lei não afasta a incidência de atualização monetária e juros de mora, nem elide a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Municipal, quando prevista em lei.

Art. 20. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Monte Carlo, 31 de outubro de 2016.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL 02.2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2016

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. OSMAR MARQUES DA SILVA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 07:00 horas do dia 26/outubro/2016 até às 08:45 horas do dia 09/novembro/2016. Abertura da sessão no dia 09/novembro/2016 às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR LOTE. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais.

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de MATERIAL

DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016 e 2017.

OBSERVAÇÃO: AS EMPRESAS QUE DESEJAREM PARTICIPAR DO PRESENTE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÃO BAIXAR O ARQUIVO BETHAAUTOCOTAÇÃO, BEM COMO DEVERÃO APRESENTAR A PROPOSTA NA FORMA SALVA EM PEN DRIVE, BEM COMO NA FORMA IMPRESSA E ASSINADA. OS PEN DRIVES SERÃO DEVOLVIDOS NO FINAL DA SESSÃO.

O ARQUIVO CONTENDO A PLANILHA DE ITENS DO PRESENTE REGISTRO DE PREÇO ESTARÁ DISPONÍVEL A TODOS NA PAGINA OFICIAL DO MUNICÍPIO.

ONDE SE LER:

2.12 – A participação neste Processo Licitatório é reservada única e exclusivamente de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

LEIA-SE:

3.12– A participação neste Processo Licitatório está aberta para empresas de qualquer porte.

0.1 – As outras cláusulas, regras e condições permanecem inalteradas na forma original do presente edital.

Monte Carlo, SC, 01 de novembro de 2016.

OSMAR MARQUES DA SILVA

PREFEITO

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 80/2016

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO nº 80/2016

Contrato Público de Prestação de Serviços de Assessoria e assistência técnica de informática, que fazem entre si, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, com sede à Rodovia SC 452 Km 25, Nº 1551, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito, OSMAR MARQUES DA SILVA, denominado CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA: JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 17.400.428/0001-24, situada na Rua João Antonio Dalla Rosa – 163, Bairro Aldo Arioli, no Município de Erechim – RS, CEP 99700-000, neste ato representada por JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, brasileiro, CPF nº 007.842.740-10, residente e domiciliada na Rua João Antonio Dalla Rosa – 163, Bairro Aldo Arioli, no Município de Erechim – RS, CEP 99700-000, mediante as seguintes cláusulas:

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, considerando os expedientes constantes do processo nº 108/2016, no qual se justifica a dispensa de procedimento licitatório, com base no que dispõe o inciso II, do art. 24 da Lei nº 8666/93, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO

Cláusula 1ª Contratação de empresa especializada para concerto e manutenção das persianas das Escolas do Municípios.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cláusula 2ª. A CONTRATANTE deverá:

- Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente ao objeto contratado, em conformidade com a Cláusula 8 e seguintes;
- Indicar o servidor que será responsável pelo gerenciamento deste termo e contato com a CONTRATADA.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula 3ª. A CONTRATADA é responsável por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas ao pessoal que empregar para a execução do objeto do presente termo.

Cláusula 4ª. A CONTRATADA obriga-se a atender ao disposto no inciso V, do art. 27 da Lei 8.666/93, ou seja: proibindo de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Cláusula 5ª. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art.65 da Lei 8.666/93.

DO PREÇO

Cláusula 6ª O Preço para o presente ajuste é de R\$ 7.820,00 (sete mil , oitocentos e vinte reais), com pagamento até o décimo dia útil do mês subsequente ao da entrega dos objetos.

DO PAGAMENTO

Cláusula 7ª. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal, referente ao fornecimento do objeto, tendo a CONTRATANTE o prazo de até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente para efetuar o pagamento.

Parágrafo único. No caso de irregularidade na emissão da nota fiscal por parte da CONTRATADA, o prazo de pagamento será contado a partir de sua apresentação, desde que devidamente regularizados.

DA EXECUÇÃO, ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO OU RESCISÃO

Cláusula 8ª. O presente contrato regular-se-á no que concerne à sua execução, inexecução ou rescisão pelas disposições da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, observadas suas posteriores alterações, por suas cláusulas e pelos preceitos e princípios do direito público.

DO PRAZO

Cláusula 9ª. O prazo de vigência do contrato será, a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016.

DAS PENALIDADES

Cláusula 10ª. Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas na proposta ou no contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 11ª. A despesa referente aos serviços objeto do presente contrato será empenhada na dotação orçamentária específica para o exercício de 2016, sendo:

Entidade: 01 – Órgão: 07 – Unidade: 01 – Projeto/Atividade: 2.011 – Dotação: 62 – Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.00 0000

DO FORO

Cláusula 12ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Contrato, as partes elegem o foro da comarca de Fraiburgo-SC. Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Monte Carlo – SC, 27 de outubro de 2016

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA.

Testemunhas:

NOME:

Cpf:

Nome:

Cpf:

Morro da Fumaça

PREFEITURA

PORTARIAS 419-471/2016

Portaria	Data	Ementa
419	03/10/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ROSIMERI DOS REIS SALVALAIO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
420	03/10/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 517/2010 DE 02/08/2010 QUE NOMEOU CELIO TEIXEIRA PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
421	03/10/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 262/2011 DE 01/04/2011 QUE NOMEOU CINTYA SARTOR PELLEGRIN PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
422	03/10/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 060/2013 DE 23/01/2013 QUE NOMEOU MONIKE GUOLLO PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I
423	03/10/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 516/2010 DE 02/08/2010 QUE NOMEOU RANGEL SERAFIN DE FAVERI PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
424	03/10/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 356/2012 DE 26/06/2012 QUE NOMEOU VIVIANY GUOLLO DELUCA PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
425	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 424/2014 DE 28/07/2014 QUE NOMEOU ANDERSON RODRIGUES SALVADOR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
426	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 290/2015 DE 06/04/2015 QUE NOMEOU BIBIANA MARAGNO CARDOSO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
427	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 161/2014 DE 10/02/2014 QUE NOMEOU JOELMA FELICIO FERNANDES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
428	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 297/2012 DE 21/05/2012 QUE NOMEOU MARCELO SOTERO GARCIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
429	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 328/2014 DE 02/06/2014 QUE NOMEOU REALDO ANTONIO BORTOLIN FILHO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
430	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 468/2013 DE 01/07/2013 QUE NOMEOU RODRIGO DAGOSTIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
431	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 308/2012 DE 28/05/2012 QUE NOMEOU BARBARA DANDOLINI DE ROCHI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
432	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 202/2016 DE 17/02/2016 QUE NOMEOU GESSICA PADOIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
433	03/10/2016	EXONERA CAIO MARCELO FARIAS DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
434	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 253/2014 DE 19/03/2014 QUE NOMEOU MARINELZA MACCARI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
435	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 278/2014 DE 02/04/2014 QUE NOMEOU RONALDO OTHEMAR TEIXEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
436	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 318/2012 DE 11/06/2012 QUE NOMEOU CRISTIANE TEODORO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
437	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 351/2016 DE 27/06/2016 QUE NOMEOU DANDARA BERTAN GUOLLO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
438	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 081/2015 DE 03/02/2015 QUE NOMEOU FLAVIA MARIA JUNG FOGAÇA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
439	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 352/2016 DE 30/06/2016 QUE NOMEOU FRANCIELLY SARTOR DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
440	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 080/2015 DE 03/02/2015 QUE NOMEOU VIVIANE INÁCIO DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
441	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 246/2014 DE 17/03/2014 QUE NOMEOU SAMUEL DOS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
442	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 271/2015 DE 01/04/2015 QUE NOMEOU CESAR ANTONIO PAGNAN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
443	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 268/2015 DE 23/03/2015 QUE NOMEOU DEIZINELE ZACCARON DAROLT PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
444	03/10/2016	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA ALINE SALVAN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
445	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 321/2015 DE 04/05/2015 QUE NOMEOU DIEGO JEREMIAS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
446	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 263/2015 DE 18/03/2015 QUE NOMEOU RENAN GONÇALVES SEBASTIÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.

447	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 497/2013 DE 19/07/2013 QUE NOMEOU MARIO ALVES PEREIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
448	03/10/2016	ALTERA A PORTARIA 004/2013 DE 02/01/2013 QUE NOMEOU ZENIR BEZ FONTANA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
449	03/10/2016	EXONERA JORGIA GUGLIELMI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
450	03/10/2016	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA CHEILA CASADRANDE SMANIA, OCUPANTE DO CARGO DE NUTRICIONISTA.
451	03/10/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JEFFERSON SOARES BUKASKI, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.
452	03/10/2016	CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR LUIZ DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
453	04/10/2016	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA GIZELLI KEMPER, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
454	05/10/2016	EXONERA EMILY RAICIKI SIMONI, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR 20H.
455	05/10/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 394/2016 DE 19/08/2016 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, SILVIA ROSINETE MIGUEL, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
456	06/10/2016	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ROGÉRIA DE SOUZA GHISI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
457	10/10/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ALINI CARDOSO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
458	10/10/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 402/2016 DE 01/09/2016 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, SANDRA ANACRETA DE SOUZA DELA VEDOVA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
459	10/10/2016	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA SANDRA ANACRETA DE SOUZA DELA VEDOVA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
460	18/10/2016	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR ELOI RICARDO DE ALMEIDA, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.
461	21/10/2016	CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR CESAR ANTONIO PAGNAN, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR I.
462	26/10/2016	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR MACIEL BENTO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.
463	26/10/2016	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA BARBARA DANDOLINI DE ROCHI MENEGHEL, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO.
464	26/10/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE MARLI DA SILVA GOULART, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA EM VIRTUDE DE SEU FALECIMENTO.
465	31/10/2016	EXONERA O SERVIDOR RENAN GONÇALVES SEBASTIÃO, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV.
466	31/10/2016	EXONERA A SERVIDORA SONIA DE FATIMA DE SOUZA DORNELLES, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV.
467	31/10/2016	EXONERA A SERVIDORA CLARI GOULART PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV.
468	31/10/2016	EXONERA A SERVIDORA IEDA CARDOSO MILAK, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV.
469	31/10/2016	CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR ANTONIO CESAR DA SOLER, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO.
470	31/10/2016	CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA MARIA INÊS SIMON CECHINEL, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
471	31/10/2016	EXONERA A SERVIDORA ZENIR BEZ FONTANA, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV.
472	31/10/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 279/2016 DE 06/04/2016 QUE NOMEOU CRISTINA PEREIRA MACCARI PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE

REGISTRO DE PREÇOS 093/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 093/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA PROJETOS E ENCADERNAÇÕES, conforme anexo I. Data: 16/11/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO - PP 03/2016 FMV

AVISO – ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 FMV

O município de Navegantes informa:

Data/horário da abertura dos envelopes: 16/11/2016 – 10h.

Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes.

Comissão de Licitação.

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO AMOSTRAS 2º E 3º COLOCADOS PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 FMV

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS DOS 2º E 3º COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016 - FMV, CONFORME SEGUE:

ITENS	2º E 3º COLOCADO
1	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME
2	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
3	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
4	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
5	BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA - ME
7	BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA - ME
8	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
10	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP
11	HELIO OLINDO BERNARDES EIRELI LTDA ME
12	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
13	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME
14	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME
15	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME
16	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
17	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP
18	HELIO OLINDO BERNARDES EIRELI LTDA ME
19	HELIO OLINDO BERNARDES EIRELI LTDA ME
20	HELIO OLINDO BERNARDES EIRELI LTDA ME
21	HELIO OLINDO BERNARDES EIRELI LTDA ME
22	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
23	ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA
24	BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA – ME
26	PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME
27	ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA

29

HELIO OLINDO BERNARDES EIRELI - ME

NAVEGANTES, 28 SETEMBRO DE 2016

EXTRATO CONTRATUAL Nº 219/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº. 219/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada...: CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA EPP.

CNPJ: 10.786.502/0001-43.

Vigência.: Início.:19/10/2016 Término: 17/11/2016.

Licitação: Tomada de Preço nº 37/2016.

Recursos: Dotação.:1.019 4.4.90.00.00

Objeto: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 092/2016, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IZILDA REISER MAFRA, LOCALIZADA NO BAIRRO VOLTA GRANDE NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Tomada de Preço nº 30/2016.

Navegantes, 17 de outubro de 2016.

EXTRATO DA ATA Nº 55/2016 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2016 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 55/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 55/2016 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS GLP (P13 E P45) E VASILHAMES PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Conforme Pregão Presencial nº 55/2016 PMN.

Fornecedor: Cia Ultragaz S/A

Valor: R\$ 167.000,00

Fornecedor: Pj Serviços e Comércio Eireli

Valor: R\$ 125.428,00

Vigência: 31/12/2016

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO 42/2015-3

Contrato Nº: 42/2015-3

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: MONICA MARQUES MACHADO

Valor Original: R\$ 51.727,50 (cinquenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos)

Valor do Aditivo: R\$ 13.530,54 (treze mil, quinhentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos)

Orleans, 14 de Outubro de 2016.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

MONICA MARQUES MACHADO – P. CONTRATADA

PROCESSO 87/2016

PROCESSO Nº 87/2016

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 13/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO PORTAL TURÍSTICO COM CENTRO DE INFORMAÇÕES AO TURISTA NA RUA PROFESSOR MAYA., CONFORME CONTRATO DE REPASSE 806530/2014 – PROCESSO 1016922-93/2014, CONVÊNIO APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/MINISTÉRIO DO TURISMO E O MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 22/11/2016 às 14h00min.

Abertura das Propostas: dia 22/11/2016, às 14h30min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 01 de Novembro de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

REVOGAÇÃO PROCESSO 83/2016

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 83/2016

TOMADA DE PREÇO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº. 10/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO, AVALIAÇÃO, BAIXA, DEPRECIAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E OUTRAS ATIVIDADES CONGÊNERES, DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PARA REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME A NOVA CONTABILIDADE, ATENDIMENTO DA EXIGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBCASP), BEM COMO, IMPLANTAR ROTINAS DE CONTROLE, COM TREINAMENTO PARA QUE O CONTROLE SEJA MANTIDO.

MOTIVO: CONFORME PARECER JURÍDICO E DECISÃO ADMINISTRATIVA

Orleans - SC, 01 de Novembro de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.069, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.069, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

HORAS EXTRAS. Dispõe sobre regulamentação das horas extraordinárias no âmbito da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições,

Considerando que a despesa total com o pagamento dos servidores não poderá exceder os percentuais, da Receita Corrente Líquida do Município, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que as horas extraordinárias estão elevando o custo das despesas com pessoal, aproximando-se do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando a redução dos repasses Federais e Estaduais, em função da atual situação financeiro-econômica do país, e a necessidade de adequação dos gastos com salários e encargos;

Considerando o dever do gestor em zelar pelos recursos públicos e observar, restritamente, a legislação pertinente de modo a evitar a violação dos princípios da Administração Pública,

Considerando a necessidade de regulamentar os artigos 128, 129, 130 e 131 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e os artigos 152, 153, 154 e 155 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica regulamentada a realização de serviço extraordinário e a compensação de jornada de trabalho dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Palhoça/SC, na forma deste Decreto.

§ 1º A realização de horas extras dependerá de requerimento e justificativa do titular da pasta e prévia aprovação do Comitê Gestor de Governo, na forma do parágrafo abaixo;

§ 2º O pedido deverá ser realizado, de forma individual (por servidor), com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência;

§ 3º A autorização expedida pelo Comitê Gestor de Governo terá validade de no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 2º Fica vedada a realização de horas extras sem a observância das formalidades deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto é aplicável aos servidores admitidos em caráter temporário, bem como àqueles ocupantes de emprego público com jornada diária ou semanal reduzida.

Art. 4º As horas excedentes à jornada diária/semanal normal do servidor, aprovadas de acordo com este Decreto, serão compensadas através de banco de horas e computadas como horas créditos.

§ 1º As horas créditos de que trata este artigo, quando aprovada, serão compensadas na proporção de uma hora trabalhada por uma

hora de folga;

§ 2º As horas extraordinárias registradas em banco de horas deverão ser compensadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar de sua realização;

§ 3º Extrapolando o prazo de compensação, previsto no parágrafo anterior, serão compulsoriamente extintas do banco de horas;

§ 4º As horas folgas serão concedidas mediante solicitação prévia de 48 (quarenta e oito) horas, devendo ser efetuada formalmente pelo servidor e autorizada expressamente pela chefia imediata, com a devida comunicação à Diretoria Geral de Gestão de Pessoas para registro e controle, visando evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º Não será compensada a jornada de trabalho sem o prévio aviso, que deverá observar o § 4º do artigo anterior, sob pena de ser computada falta a servidor.

Art. 6º No tocante a hora plantão deverá ser observada a regra prevista no Decreto 2.063, de 19 de outubro de 2016, dependendo de prévia aprovação do Comitê Gestor de Governo.

Parágrafo Único. O titular da pasta deverá requerer e justificar, de forma individual (por servidor), a realização de hora plantão ao Comitê Gestor de Governo, com no mínimo 03 (três) dias de antecedência.

Art. 7º Para fins de pagamento da hora plantão, disciplinada no artigo anterior, deverá ser encaminhado relatório circunstanciado e individual (por servidor) à Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, acompanhado do ponto digital, sob pena de não ser efetivado o pagamento.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Palhoça, 31 de outubro de 2016
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 2.071, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

decreto Nº 2.071, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) na dotação orçamentária abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.039 - Functo e Manutenção do Fundo - FMAS R\$ 45.000,00
100 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1310213 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste decreto correrá por conta das anulação da dotação orçamentária abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.004 - Contribuição a Entidades não Governamentais e Privadas R\$ 16.000,00
069 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1310213 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00
2.039 - Functo e Manutenção do Fundo - FMAS R\$ 29.000,00
067 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1310213 - Aplicações Diretas R\$ 29.000,00
SOMA R\$ 45.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Palhoça, 01 de novembro de 2016.
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL 138/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 17 de novembro de 2016, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de bicicletas para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 01 de novembro de 2016. PREGOEIRA.

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO Nº 118/2016

Decreto nº 118, de 27 de outubro de 2016.

FICA DETERMINADA A ABERTURA DA CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ DURANTE O CALENDÁRIO DE FÉRIAS ESCOLARES

O Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, Sr. Domingos Lírio Locatelli, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, especialmente:

CONSIDERANDO que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; nos termos do artigo 203 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

CONSIDERANDO que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu artigo 3º que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

CONSIDERANDO que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

CONSIDERANDO que a garantia de prioridade compreende precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

CONSIDERANDO que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

CONSIDERANDO que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a abertura das inscrições para a Creche Municipal Criança Feliz, no bairro Ossani, durante o período das férias escolares, em regime de plantão, entre os dias 15 e 22 de dezembro de 2016, e a partir do dia 03 de janeiro de 2017 até o término do calendário de férias escolares do município, de modo a garantir o atendimento às crianças de zero aos três anos de idade. Parágrafo Único: A creche municipal funcionará, no período compreendido no caput, entre às 07:00 horas e às 18:30 horas, sem fechar ao meio-dia.

Art. 2º. Para fins do disposto no artigo 1º, deverão os pais ou os representantes legais da criança comprovar, mediante apresentação documental idônea e avaliação da Secretaria de Assistência Social, que a manutenção da criança na creche se mostra imprescindível

pela hipossuficiência econômica, de modo a acarretar grave prejuízo ou dano irreparável ao emprego ou ao sustento familiar, bem como a inexistência ou impossibilidade de pessoas pertencentes ao núcleo familiar e a família extensa aptas ou capazes de permanecer no período com a criança.

Parágrafo único: Para fins do disposto no caput, entender-se-á como hipossuficiência econômica aquela família cuja a situação econômica não lhe permita custear eventuais cuidadoras ou estabelecimento particular de cuidados a criança sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Art. 3º. Os pais ou os representantes legais da criança deverão apresentar para fins de inscrição da criança na creche no período de plantão o registro em carteira de trabalho atualizado ou; cadastro de microempreendedor individual (MEI) ou; comprovante de contribuição como autônomo; comprovante de trabalho dos pais/responsáveis legais nos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017; comprovante do período em que tira férias do trabalho; ou declaração do empregador registrando a data de início e fim de férias do pai, mãe ou responsáveis legais.

Art. 4º. Será deferida a inscrição da criança mediante parecer da Secretaria de Assistência Social, que indicará, fundamentadamente, as necessidades da família, dos pais ou representantes legais, permitindo o gozo da criança em tempo integral na creche Municipal Criança Feliz durante o período compreendido pelo artigo 1º deste Decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de hoje, revogadas as disposições em contrário.

Palma Sola, 27 de outubro de 2016

DOMINGOS LÍRIO LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

Valdemar Gritti,

Secretário de Administração

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 092/2016

DECRETO Nº. 092, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA, JOSE REMI PEREIRA RODRIGUES DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Jose Remi Pereira Rodrigues do cargo de Secretário Municipal de Agricultura.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Penha

PREFEITURA

EDITAL Nº 01/216 - SEPLAN

EDITAL Nº. 001/2016 - SEPLAN

DISCIPLINA O COMÉRCIO AMBULANTE E EVENTUAL NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO – TEMPORADA DE VERÃO 2016/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA (SC), através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, sito à Avenida Antonio Joaquim Tavares, nº 169 – Centro, faz saber a quem possa interessar, que estará recebendo inscrições para a prática do Comércio Ambulante e Eventual, nas modalidades que constam do Objeto deste Edital, para a Temporada de Verão de 2016/2017.

1 – OBJETO

1.1 - Comércio eventual – Ponto Semi-Fixo:

- a) Caiques e Stand-Up;
- b) Banana "boat";
- c) Tenda: Cadeira de praia e guarda-sol;
- d) Tenda: milho verde, coco verde, caldo de cana, suco de frutas naturais, água, refrigerante e cerveja em lata, salgadinhos, e outros quando autorizados pela Secretaria do Planejamento;
- e) Churros;
- f) Diversos: Quando autorizados pela Secretaria de Planejamento.

1.2 – Comércio ambulante:

- a) Caixa térmica - carrinho para venda de: água, refrigerante e cerveja em lata;
- b) Carrinho: coquetel e água de coco;
- c) Carrinho: picolé e sorvetes (Empresas Jurídicas fabricantes ou seu representante direto).
- d) Redes, chapéus, cangas e similares;
- e) Outros, autorizados pela Secretaria do Planejamento.

1.3 – Serviços Eventuais:

- a) Estacionamento
- b) "camping"
- c) Propaganda Sonora
- d) Escola de "Surf"
- e) Atividades de esporte e recreação
- f) Outros, autorizados pela Secretaria do Planejamento.

2 - CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - Para os efeitos deste Edital, os terrenos de Marinha e seus acrescidos, bem como outras áreas pertencentes à União, Estado e Município serão considerados como área pública, exceto, quando legalmente ocupadas por particulares.

2.2 - As praias e número de vagas para o exercício do comércio ambulante são os constantes dos anexos I e II, deste Edital e os locais definidos pela Secretaria Municipal Planejamento.

2.3 – Em relação às atividades previstas no item 1.2, "c", do Objeto, poderão participar apenas pessoas jurídicas, fabricantes ou seus representantes legais, que efetivamente exercerão a atividade pretendida.

2.4 - É permitida uma só inscrição por pessoa ou cônjuge.

2.5 - Todo aquele que for classificado deverá apresentar atestado de saúde para ter o alvará de licença liberado pela Secretaria do Planejamento, exceto para as atividades descritas no item 1.1, alíneas "a", "b" e "c", e no item 1.2, alínea "d", do objeto;

2.6 - A inscrição e o alvará são pessoais e intransferíveis.

2.7 - As tendas e outros utensílios obedecerão aos padrões definidos no Código Municipal de Posturas. A ausência de disposição será disciplinada pela Secretaria do Planejamento.

3 - PRAZO

3.1 – O prazo de duração das autorizações emitidas para os proponentes classificados segundo os critérios do presente Edital será de 120 (cento e vinte) dias.

3.2 – O período oficial da temporada de verão, para os efeitos da autorização de que trata o inciso anterior, é de 120 (cento e vinte) dias, iniciando-se em 01 de dezembro de 2016, com término em 31 de março de 2017, podendo ser prorrogado até a Páscoa (se for o caso).

4 - DA INSCRIÇÃO

4.1 – Os interessados deverão ingressar com Pedido de Inscrição, no período de 16 de novembro a 25 de novembro de 2016, das 13:00h às 18:00, protocolado na Secretaria do Planejamento, sito à Avenida Antonio Joaquim Tavares, nº 101, Centro, munidos de cópia de toda a documentação exigida para a atividade pretendida, prevista no objeto do presente Edital.

5 – DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. Para o objeto 1.1, alíneas "a", "b" e "c":

a) De apresentação obrigatória

- 1) Cópia do CPF, RG, Título de Eleitor e 2 (duas) fotos 3 x 4;
- 2) Comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone ou contrato de locação);
- 3) Termo de responsabilidade da Marinha (específico para as atividades "Banana boat");
- 4) Seguro obrigatório de danos pessoais (específico para as atividades "Caiaque" e "Banana boat");
- 5) Documentação da lancha e do motor (específico para as atividades "Banana boat");
- 6) Habilitação do condutor e tripulação (específico para as atividades "Banana boat");
- 7) Documentação do barco de apoio (específico para as atividades "Banana boat");
- 8) Termo de Responsabilidade da instalação de raia e bóia sinalizadora conforme normas estabelecidas pela Marinha do Brasil;
- 9) Certidão negativa de débitos municipais junto à Prefeitura Municipal de Penha.

b) De apresentação Opcional:

- 1) Certificado de participação em cursos de atendimento ao público e relações humanas;
- 2) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que consta a atividade licenciada e local.

5.2 Para o objeto 1.1, alíneas "d", "e" e "f":

a) De apresentação obrigatória:

- 1) Cópia do CPF, RG, Título de Eleitor e 2 (duas) fotos 3 x 4;
- 2) Comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone ou contrato de locação);
- 3) Alvará Sanitário;
- 4) Certidão negativa de débitos municipais junto à Prefeitura Municipal de Penha.

b) De apresentação opcional:

- 1) Certificado de participação em cursos de atendimento ao público e relações humanas;
- 2) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que consta a atividade licenciada e local.

5.3 Para o objeto 1.2 – alíneas "a", "b", "c", "d" e "e":

a) De apresentação obrigatória:

- 1) Cópia do CPF, RG e 2 (duas) fotos 3 x 4;
- 2) Comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone ou contrato de locação);

- 3) Alvará Sanitário (exceto para atividade "d" e "e");
4) Certidão negativa de débitos municipais junto à Prefeitura Municipal de Penha.
b) De apresentação Opcional:
1) Certificado de participação em cursos de atendimento ao público e relações humanas;
2) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que consta a atividade licenciada e local.

5.4 Para o objeto 1.3, alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f":

- a) De apresentação obrigatória:
1) Cópia do CPF, RG e 2 (duas) fotos 3 x4;
2) Comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone ou contrato de locação);
3) Alvará Sanitário (exceto para atividade descrita na alínea "c");
4) Certidão negativa de débitos municipais junto à Prefeitura Municipal de Penha;
5) Contrato, recibo, ou escritura do terreno (específico para a atividade de estacionamento e "camping");
b) De apresentação Opcional:
1) Certificado de participação em cursos de atendimento ao público e relações humanas;
2) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que consta a atividade licenciada e local.

6 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO.

6.1 - À comissão julgadora compete a análise e julgamento dos processos, eliminando os que não atendem as disposições do presente Edital.

6.2 - A comissão julgadora analisará e atribuirá pontuação através das informações e documentos apresentados no processo de inscrição.

6.3 - Estarão classificados os proponentes inscritos que obtiverem a maior pontuação até o preenchimento das vagas previstas nos anexos I e II, exceto para o objeto 1.2, cujo controle das vagas fica a cargo da Secretaria de Planejamento.

6.4 - No caso de empate, será classificado aquele que alcançar maior pontuação nos seguintes itens, isolada ou conjuntamente:

- a) tempo de trabalho em temporadas anteriores, no Município de Penha;
b) certificado de participação em curso de atendimento ao público;
c) certificado de participação em curso de relações humanas; e
d) certificado de participação em curso de manipulação de alimentos.

6.4.a. Persistindo o empate será classificado o candidato de maior idade.

6.5 - Para pontuação serão extraídas as informações contidas na documentação dos seguintes itens:

6.5.1 – Cópia do(s) alvará(s) de temporadas anteriores para a mesma atividade, (por temporada) (0,5) Pontos

6.5.1.1 - Cópia do alvará da temporada anterior para a mesma atividade 2015/2016 (1,0) Ponto

6.5.2 – Cópia do(s) alvará(s) de temporadas anterior para atividade diferente (por temporada) (0,25) Ponto

6.5.3 - Cópia de Certificado de Curso de Qualidade no Atendimento ao Público e Turismo, (por certificado) (1,0) Ponto.

6.5.4 – Cópia do Certificado de Curso de Manipulação de Alimentos (1,0) Ponto.

6.5.5 - Residente fora do Município de Penha (1,0) Ponto.

6.5.6- Residente no Município de Penha (5,0) Pontos

6.5.7 - Infrações cometidas em temporadas anteriores (mercadorias apreendidas, autos de infração) (-1,0) Um ponto negativo

6.5.8 – Pais que tenham filhos deficientes físicos sob sua guarda (1.0) Ponto

6.6 – A listagem dos classificados será divulgada no dia 01 de dezembro de 2016, a partir das 12:00h, no Mural da Secretaria de Planejamento.

6.7 – A classificação dos participantes inscritos para as atividades do item 1.1, alíneas "a", "b" e "c", por praia, será realizada de

acordo com a pontuação apurada no forma do item 6.6, e será divulgada no dia 01 de dezembro de 2016.

6.8 – Na hipótese do não preenchimento do número de vagas estabelecidas neste Edital pelos candidatos inscritos, as vagas excedentes serão disponibilizadas para novos candidatos que atenderem os requisitos do item 5, pela ordem de inscrição.

6.9 – Para os itens 6.5.1 e 6.5.2, só será atribuída pontuação para os alvarás à temporada 2015/2016.

7 - DOS RECURSOS

7.1. – As pessoas que não concordarem com sua pontuação após a divulgação da listagem poderão solicitar a revisão do processo de julgamento, no prazo máximo de 3 (três) dias, após a divulgação, junto ao Protocolo Geral da Prefeitura (Secretaria da Fazenda).

8 - OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES

8.1 - Manter a área em torno de seu ponto de venda em permanente estado de asseio e limpeza, utilizando cesto de lixo coberto e sacos padrão para armazenagem de detritos, e após o expediente transportar até os locais indicados pela Secretaria do Planejamento.

8.2 - É obrigatória a utilização uniforme conforme exigência da Vigilância Sanitária.

8.3 - É obrigatória a exposição permanente do crachá de identificação da liberação para funcionamento da atividade, em modelo oficial disponibilizado pela Secretaria do Planejamento.

8.4 - Os carrinhos e instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança, os períodos de funcionamento pré-determinados, e adequarem-se ao modelo padronizado fornecido pelo Município.

8.4.1 – Todos os pontos semi-fixos estabelecidos na praia (areia) deverão ser padronizados com as seguintes medidas: tendas estilo gazebo medindo 3m x 3m, com tablado de madeira ao fundo da estrutura.

8.5 - É proibido alterar o local de instalação do equipamento.

8.6 - É proibido depositar caixas ou quaisquer objetos na área externa da tenda.

8.7 - É obrigatória a remoção dos carrinhos e tendas ao término do trabalho diário.

8.8 - Somente poderá operar a pessoa física classificada, sendo vedada a locação, sub – locação ou venda do ponto ou da licença.

8.9 – É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre o solo (utilizar suporte com mínimo 30 cm de altura).

8.10 - A ocorrência de infração sanitária grave ou gravíssima acarretará na perda imediata da autorização de venda. A venda de produtos não autorizados será considerada infração sanitária gravíssima.

8.11 - Somente será permitida a utilização de utensílios (copos, pratos e congêneres) de material descartável.

8.12 - Os alimentos deverão estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos).

8.13 - Deverá haver disponibilidade de água potável em quantidade suficiente, sendo admitido o uso de bombonas com torneiras e recipiente para coletar a água utilizada.

8.14 - O atestado de saúde deverá estar à disposição da Vigilância Sanitária, no local de funcionamento.

9 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. - O comércio de característica sazonal, decorrente da adjudicação dos proponentes vendedores, ficará sujeito à Fiscalização Federal, Estadual e Municipal.

9.2.- Os manipuladores de alimentos deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos da Saúde Federal, Estadual e Municipal.

9.3 - As autorizações e alvarás, decorrentes do presente processo não poderão ser transferidos a terceiros e devem ser apresentados à Fiscalização Municipal sempre que solicitado.

9.4 - A Prefeitura Municipal de Penha reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos

previstos em Lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

9.5 - Aplicam-se ao presente processo toda a legislação vigente à matéria.

9.6 - Somente poderá iniciar a atividade, o interessado classificado que tiver em seu poder o devido alvará de licença e ter recolhido à Fazenda Municipal as taxas referentes ao Comércio Ambulante e de Licença de Utilização de Logradouro Público; e, quando for o caso, o imposto sobre serviços de qualquer natureza -ISS, previstas na Lei Complementar Municipal nº. 013/2009 (Código Tributário Municipal).

9.7 - Caso o participante classificado não retire o alvará até o dia 06 de janeiro de 2017, o mesmo será automaticamente desclassificado.

9.8- Todos os adjudicatários que ferirem o presente Edital ou as Normas de Posturas Municipais, além de terem imediatamente cassadas as suas licenças não poderão participar de novas convocações com a mesma finalidade.

9.9 - Após processo de inscrição protocolado não será mais permitida entrega de documentos.

9.10 – Não será permitida a ligação de energia elétrica e água nas tendas.

9.11 Os carrinhos de tração ou propulsão humana utilizados para realização do comércio ambulante no Município deverão ter, no máximo as dimensões abaixo estabelecidas, e ficarão sujeitos a multa e à apreensão juntamente com as mercadorias, se tais medidas não forem observadas:

a) comprimento máximo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

b) largura máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

c) altura máxima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros)

Penha, 27 de outubro de 2016.

Evaldo Eredos dos Navegantes
Secretário Municipal de Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 46ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos dezessete de outubro de 2016. Presentes todos os Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou com o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida determinou a abertura do Grande Expediente conforme Art. 180 R.I. fazendo uso da Tribuna o Vereador Adriano de Souza que cumprimentou a todos e parabenizou os candidatos eleitos. Agradeceu ao apoio recebido na sua caminhada eleitoral. Pediu que os candidatos eleitos tanto na vereança quanto na administração do Município de Penha, tenham comprometimento, que cumpram as promessas de campanha e os anseios da população. Pediu aparte o Vereador Jesuel Francisco Capela, parabenizou o amigo Vereador pela campanha realizada, e afirmou que será um Vereador coerente no próximo mandato mesmo sendo da oposição. O Orador finalizou agradecendo a todos e disse estar com a sensação de dever cumprido. O Vereador Jefferson Ademir Custódio pediu dispensa do seu tempo na tribuna. Seguiu com a palavra a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, saudou e parabenizou os professores pela passagem do seu dia. Discursou sobre o que tem ocorrido na rede municipal de ensino, onde o atual Prefeito demitiu diversos professores, deixando assim escolas em defasagem, vários projetos cancelados, citando o Projeto Musicar como exemplo. Afirmou que os contratos venceriam somente dia 16 de dezembro de 2016 e o que foi feito é uma injustiça, por motivo de revanchismo político, e então fizeram denúncia ao Ministério Público para assegurar os direitos desses trabalhadores. Leu em Plenário um trecho do despacho do Promotor e reafirmou que os professores precisam permanecer nas escolas. A oradora foi aclamada ao final do seu discurso pelos professores e público presentes na Câmara de Vereadores de Penha. O Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi faz a leitura de um convite do Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador José Antônio Torres Marques, que tem a honra de convidar vossas excelências para a solenidade de instalação do Centro Judiciário de solução de conflitos e cidadania da Comarca de Balneário Piçarras, que será no dia 20 de outubro de 2016. O Vereador Claudinei Ruduitte Pressi pediu dispensa do uso da tribuna. Com a palavra, o Vereador Sérgio de Mello, cumprimentou seus colegas de bancada e parabenizou em especial

os professores presentes. Aparte o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi parabenizou os professores e pediu a compreensão dos presentes pois ele precisa cumprir o regimento interno da Casa sendo responsável pela mesma. Vereador Sérgio de Mello prossegue dizendo que como vereador assume o papel de representante de todas as classes do Município, sente-se preocupado com a situação da educação. Portanto foi ao Fórum, juntamente com sua colega de bancada Vereadora Professora Juraci e entraram com pedido de renúncia e levaram várias provas para anexar ao documento protocolado. Relatou que o Prefeito já foi notificado e afirmou que ele poderá ser afastado do seu cargo se não cumprir o que a lei determina. Citou o relato de uma cidadã que estava com a consulta agendada com Médico Cardiologista antes das eleições e por causa do cancelamento com o Instituto Adonhiran perdeu esse direito. Finalizou mostrando números de despesas e gastos da Prefeitura nos últimos meses. O Vereador Jesuel Francisco Capela pediu dispensa do uso da tribuna. Dando prosseguimento, o Vereador Felipe Rebello Schmidt fez uso da palavra discursando a cerca da sua campanha eleitoral, confirmou que foi candidato com a intenção mais transparente possível. Citou que nunca na Casa se contrapôs a oposição, porém se manifestou sempre que acreditou ver uma injustiça acontecendo, como esse caso de demissões em massa pelo governo logo após as eleições. Indicou que os prejudicados com essa ação busquem seus direitos, pois a lei determina que os contratados que tem estabilidade eleitoral, não podem ser demitidos. Concluiu se colocando a disposição para o que for necessário, afirmando que todos devem procurar seus direitos e buscar informações necessárias para garantir suas conquistas. Como orador seguinte, o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho relatou sua indignação com o abandono do Pronto Atendimento, que está trabalhando sem materiais, sem medicamentos, tendo a população que ir à farmácia comprar o medicamento. Cumprimentou e mostrou apoio aos professores presentes, afirmando que concorda com a manifestação e que trabalha em prol da melhoria da educação e da saúde do Município, independente do partido político. Encerrou afirmando que seu trabalho é a favor do povo, que vai lutar para que o exercício da cidadania seja garantido. Em seguida o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi determinou a leitura dos expedientes recebidos: INDICAÇÕES nº 461 e 462/2016 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 463, 464 E 465/2016 dos Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO. Nº 466 E 468/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Requerimento Nº 150/2016 do Vereador ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Pedido de Informação Nº 23/2016 dos

Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO. Pedido de Informação nº 24/2016 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Pedido de Informação Nº 25/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Moção Nº 95/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Leitura da Emenda Modificativa Nº 01/2016 de autoria da Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária Nº 25/2016 de autoria do Poder Executivo. Iniciou a ORDEM DO DIA – Art. 182 R.I. Em discussão e votação única a Moção de Aplauso aos Professores Nº 95/2016 da Vereadora Maria Juraci Alexandrino. Moção APROVADA por unanimidade. Em 2ª Discussão e Votação o Projeto de Emenda a LOM Nº 02/2016: Altera redação do inciso XVI do artigo 34 da LOM. Projeto APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia vinte e quatro de outubro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Exped. Ten. Milton Fonseca, em 17 de outubro de 2016. CLÓVIS BERGAMASCHI
Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO
1º Secretário

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 47ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos vinte e quatro de outubro de 2016. Ausente o Vereador Adriano de Souza, presentes os demais Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou com o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida determinou a leitura dos expedientes recebidos: INDICAÇÕES nº 470/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 471 E 472/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 473/2016 do Vereador CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI. Nº 474/2016 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 475, 476 E 477/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Moção Nº 96/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Pedido de Informação Nº 26/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Pedido de Informação Nº 27/2016 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Pedido de Informação Nº 28/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Pedido de Informação Nº 29/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 27/2016 de autoria do Vereador Isac Hamilton da Costa. Leitura do Parecer da Comissão Legislativa Permanente de Assuntos Gerais, favorável ao Projeto de Lei Ordinária Nº 26/2016, de autoria da Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro. Leitura do Balancete da Câmara de Vereadores de Penha. Determinou a abertura do Grande Expediente conforme Art. 180 R.I. fazendo uso da Tribuna a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, saudou os presentes, cumprimentou em especial os professores da rede pública de ensino e os parabenizou por lutar e reivindicar seus direitos. Abordou a questão da rescisão de contrato de mais de quarenta professores e confirmou que estará encaminhando uma ação coletiva ao Ministério Público para que o Prefeito responda por seus atos. Afirmou que o rompimento dos contratos dos professores mexeu com toda a rede de ensino, já que crianças com necessidades especiais estão sem o professor que os acompanhava em sala de aula, assim como professores que atendiam na hora atividade e hora do soninho, entre outros. Garantiu seu apoio aos professores, explanando que a luta pela educação

não pode parar. Mostrou preocupação quanto a Colônia de Férias. O Vereador Jesuel Francisco Capela pediu aparte, sugeriu que a presente Vereadora coloque na pauta da equipe de transição do governo essa questão. A oradora confirmou que a questão já consta na pauta, porém é preciso discutir em Plenário, pois a Colônia de Férias deve começar ainda na gestão do atual Prefeito, assim como o Projeto Praia Limpa que também deve ter início esse ano. Seguiu com a palavra o Vereador Sérgio de Mello, discursou sobre o seu Pedido de Informação encaminhado ao Plenário na presente noite, na qual relata sobre o Leilão da Prefeitura que ocorreu mesmo existindo um mandato de segurança que o impedia, pois existiam indícios de irregularidades. Relatou que os itens irregulares dizem respeito a bens que tiveram manutenção e após foram para Pregão presencial a valores muito reduzidos. Encerrou sugerindo que ele e os demais vereadores abram uma CPI na Câmara de Vereadores para investigar esse caso. Com a palavra, o Vereador Jefferson Ademir Custódio, relatou sobre a construção do trevo em desnível do viaduto para passagem dos Bairros São Cristóvão e São Nicolau, que são comunidades isoladas do centro da cidade. Contou que com muita luta, o referido projeto foi retirado do papel, as obras foram iniciadas no ano passado, porém encontram-se paralisadas no momento. O orador acredita que essa obra é um legado deixado para a comunidade e afirmou que buscará respostas sobre o porquê da mesma estar parada. Relatando outro caso ocorrido, pediu que a fiscalização da Prefeitura tomasse conhecimento sobre áreas cercadas na Praia de São Miguel por moradores sem a documentação necessária. O Vereador Isac Hamilton da Costa pediu dispensa do uso da tribuna. Dando prosseguimento, o Vereador Felipe Rebello Schmidt fez uso da palavra discursando sobre sua presença representando a Câmara de vereadores de Penha na inauguração do Centro Judiciário de solução de conflitos e cidadania da Comarca de Balneário Piçarras. Relatou que acredita ser essa uma ferramenta para auxiliar positivamente as desavenças do dia a dia, onde o Juiz poderá intervir de forma mais eficiente. Discursou ainda que existem muitos desafios a serem cumpridos no presente mandato, como os convênios conquistados, onde o vereador se encaminhou até Florianópolis e conseguiu liberação de verbas, que servirão para que o próximo governo tenha recursos para cumprir seus planos de governo, sendo esse um dinheiro que já foi conquistado o direito do Município receber. Aparte o Vereador Jesuel Francisco Capela relatou que também esteve em Florianópolis para conseguir verba para o calçamento de uma Rua no Bairro São Nicolau. O orador sugeriu que os demais vereadores busquem essas captações ainda esse ano. Relatou que de acordo com o secretário de Estado, a Penha receberá uma Ambulância zero quilômetro neste ano de 2016. Como orador seguinte, o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi relatou que esteve na Assembleia Legislativa do Estado, onde foi protocolada no mês de Junho a solicitação através de Projeto com convênio de fundo social, uma emenda parlamentar para fazer o calçamento da Rua São Miguel, porém ainda não foi depositada a primeira parcela para ser viabilizado o início da obra. Fez então a cobrança para que ainda esse ano o Município seja contemplado com essa obra, ambas no Bairro Gravatá. Lembrou alguns feitos realizados nesse governo como melhorias na Educação, dizendo que professores foram valorizados, vagas nas creches foram oferecidas em maior escala, entre outros. Encerrou desejando que o próximo governo trabalhe em favor da cidade, e que os problemas existentes sejam solucionados com sucesso pelos candidatos eleitos. Iniciou a ORDEM DO DIA – Art. 182 R.I. Em discussão e votação única a Moção de Aplauso Nº 96/2016 do Vereador Jesuel Francisco Capela. Moção APROVADA por unanimidade. Retirada a Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária nº 26/2016 do Legislativo. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia trinta e um de outubro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Exp. Tenente Milton

Fonseca, em vinte e quatro de outubro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

1º Secretário

Peritiba

PREFEITURA

ERRATA LICITAÇÃO 56/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 31/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

ERRATA PL 56/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 31/2016

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 56/2016 – Pregão Presencial 31/2016.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição peças para manutenção e conservação das Ensiladeiras (Colhedora de forragens, acoplável a trator agrícola) do Município de Peritiba.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 18/11/2016.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 18/11/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal de Peritiba

EXTRATO DE CONTRATO 90 2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 52/2016, Pregão Presencial nº 27/2016

Objeto: Aquisição de artigos e materiais de decoração para ornamentação natalina.

Valor: R\$ 3.138,50 (Três mil, cento e trinta e oito reais e cinquenta centavos)

Dados do Contrato: 90/2016

CNPJ: 12.672.462/0001-34

Contratado: ELISANDRO FIORESE00571696910

Data de Vigência: 01/11/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 01 de Novembro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 91 2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 52/2016, Pregão Presencial nº 27/2016

Objeto: Aquisição de artigos e materiais de decoração para ornamentação natalina.

Valor: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)

Dados do Contrato: 91/2016

CNPJ: 07.894.379/0001-70

Contratado: EKIPAR LICIT INFORMÁTICA LTDA ME

Data de Vigência: 01/11/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 01 de Novembro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 083/2016

DECRETO Nº. 083, de 24 de Outubro de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (17) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0154 – Recursos CRAS R\$ 5.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (9) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0154 – Recursos CRAS R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 24 de Outubro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA N.º 0005/2016 CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELAINE TIMM DUARTE.

PORTARIA N.º 0005/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELAINE TIMM DUARTE.

BERNARDETE PASETTO FARINA, Presidente do IPREPI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto, nomeada pelo Decreto n.º 4.305, de 13 de novembro de 2015, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 41 da Lei Complementar nº 81, de 12 de novembro de 1999, artigo 40, da Constituição Federal, artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 1º da Lei nº 10.887/04, à

ELAINE TIMM DUARTE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.283,12 (dois mil duzentos e oitenta e três reais e doze centavos), a partir de 01 de novembro de 2016, conforme Processo n.º 046 de 27/09/2016.

Pinheiro Preto, 01 de novembro de 2016.

BERNARDETE PASETTO FARINA

Presidente

RESOLUÇÃO N.º 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA e ADOLESCENTE- PINHEIRO PRETO
Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX:(49) 3562-2007
email: cmdca@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 04/2016 Pinheiro Preto, 27 de outubro de 2016.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DA ADESÃO/SOLICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SC PARA A IMPLANTAÇÃO DO SIPIA SINASE-MEIO ABERTO.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de sua Presidente, JURCELEI BERTHA, no uso de suas atribuições legais, conforme prevista na Lei nº 1.454, de 26 de novembro de 2010 e pelo Decreto nº 4.263, de 18 de agosto de 2015,

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visa deliberar, fiscalizar, formular, acompanhar, definir, e regulamentar os serviços sociais e a rede de proteção desenvolvidos na área da assistência social no município de Pinheiro Preto, objetivando atender os usuários da Política de Assistência Social.

RESOLVE:

Art.º. 1º. Aprovar a Adesão/Solicitação do Município de Pinheiro Preto para a Implantação do SIPIS SINASE- Meio Aberto.

Art.º 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 27 de outubro de 2016.

JURCELEI BERTHA

Presidente do CMDCA

Planalto Alegre

PREFEITURA

ED_041/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO DE EDITAL	
Processo Adm. Nº. 041/2016	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016	
Tipo: Menor Preço/Por Item	
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E ATIVIDADES DIVERSAS.	
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 17 de Novembro de 2016.	
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 17 de Novembro de 2016.	
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br	
PLANALTO ALEGRE, 01 de Novembro de 2016.	
PLINIO DALLACORTE	
Prefeito	

Pomerode

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2016 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 015 / 2016.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE PÊNSIL A SER CONSTRUÍDA SOBRE O RIO DO TESTO, LIGANDO A RUA JOHANES ROEDEL COM A RUA HERMANN WEEGE - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prorrogação – 150 dias – prazo final – 28/11/2016.
Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 150 (cento e cinquenta) dias, devido ao atraso na realização da obra de drenagem pelo Município de Pomerode, bem como alterações no projeto licitado, conforme justificativa anexa e CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 006 / 2016.

Pomerode / SC, 20 de Junho de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015 / 2016 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 023 / 2016.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 004 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO NA RUA DOS ATIRADORES SOBRE O RIBEIRÃO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 179,40 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE

SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prorrogação – 60 dias – prazo final – 04/11/2016.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 60 (sessenta) dias, devido as interferências causadas e atribuídas a greve dos funcionários da CELESC, impedindo a programação de desligamento temporário de energia para que guindastes pudessem fazer a montagem das vigas pré-moldadas do futuro tabuleiro da ponte, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 015/2016.

Pomerode / SC, 24 de Agosto de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023 / 2016 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 032 / 2016.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 006 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PONTE DE CONCRETO NA RUA OTTO MULLER SOBRE O RIBEIRÃO WUNDERWALD, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 166,40 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU / SDR - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000017498.

Prorrogação – 60 dias – prazo final – 27/11/2016.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 60 (sessenta) dias, em virtude da não liberação dos recursos do Convênio firmado junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau / SDR em período eleitoral, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 023 / 2016.

Pomerode / SC, 16 de Setembro de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

**1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
N.º 024 / 2016 PRAZO**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 033 / 2016.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 007 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA - EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO DA RUA HILDA AUGUSTA GUILHERMINA VOLKMANN - BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE PAVIMENTAÇÃO DE 2.035,20 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU / SDR - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000016651.

Prorrogação – 150 dias – prazo final – 28/12/2016.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 150 (cento e cinquenta) dias, em virtude de alterações no projeto licitado, bem como a não liberação dos recursos do Convênio firmado junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau / SDR em período eleitoral, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 024 / 2016.

Pomerode / SC, 19 de Julho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
N.º 049 / 2015 PRORROGAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2015
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 083 / 2015.

Pregão Presencial n.º 042 / 2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: INTELLIBR SISTEMAS LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO EDUCACIONAL WEB, ESTANDO INCLUSO A CONVERSÃO DA BASE DE DADOS ATUAL, IMPLANTAÇÃO, ADEQUAÇÕES, CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS, LICENÇA, SUPORTE E MANUTENÇÃO MENSAL PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor mensal pago pela licença, suporte e manutenção do sistema de gestão educacional – reajuste INPC – R\$2.900,00 (dois mil e

novecentos reais).

Valor Total Prorrogação – 12 meses – R\$34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 12 meses, com reajuste pelo INPC do valor mensal pago pela licença, suporte e manutenção do sistema de gestão educacional, em conformidade com as Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato Administrativo n.º 049/2015 e artigo 57, IV da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 30 de Setembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
N.º 024 / 2015 ACRÉSCIMO**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024 / 2015
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 032 / 2015.

Pregão Presencial n.º 015 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: RUDIPEL – RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Acréscimo quantitativo / valor de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens do Lote 01 – ÓLEO DIESEL COMUM S500 e ÓLEO DIESEL S10, no valor estimado de R\$289.102,50 (duzentos e oitenta e nove mil, cento e dois reais e cinquenta centavos), permanecendo inalterados os valores unitários por litro.

Justificativa: Em conformidade com o artigo 65, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93 e a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 024 / 2015, o presente contrato terá um ACRÉSCIMO quantitativo / valor de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens do Lote 01.

Pomerode / SC, 23 de Setembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
N.º 040 / 2014 PRORROGAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 040 / 2014
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 062 / 2014.

Convite p/ Compras e Serviços n.º 018 / 2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: CONECTEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA

LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE LINKS DE INTERNET BANDA LARGA, COM 4,0 (QUATRO) MBPS PARA DOWNLOAD E 1,0 (UM) MBPS PARA UPLOAD, NOS PONTOS ATENDIDOS VIA RÁDIO E 10,0 (DEZ) MBPS PARA DOWNLOAD E 1,0 (UM) MBPS PARA UPLOAD, NOS PONTOS ATENDIDOS VIA FIBRA ÓPTICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Permanece inalterado o valor unitário e mensal pago por Link de internet banda larga – R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Valor Total 26 Links – 12 meses – R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses por tratar-se de utilização de sistemas e programas de informática, em conformidade com o artigo 57, IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 040/2014, permanecendo inalterado o valor unitário e mensal pago por Link de internet banda larga.

Pomerode / SC, 19 de Agosto de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010 / 2016

Processo Administrativo n.º 015 / 2016.

Pregão Presencial n.º 008 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITA-LARES EIRELI ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CARDIOVERSORES BIFÁSICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM A FINALIDADE DE OFERECER MELHOR ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS USUÁRIOS SUS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO CONVÊNIO N.º 2016TR000938, FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE POMERODE / SC.

Valor total contratado: R\$124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), sendo o valor unitário por equipamento de R\$15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).

Prazo de vigência de 26/09/2016 à 31/12/2016 – Os equipamentos devem ser entregues no prazo de 20 (vinte) dias corridos, após o recebimento da ordem de compra e possuir garantia de no mínimo 12 (doze) meses, considerando o período de garantia contratual, que começará a correr findo o prazo de 90 (noventa) dias da garantia legal de que trata a Lei n.º 8.078/90, no qual a licitante se obriga a reparar ou substituir quaisquer peças que venham a apresentar defeitos de fabricação, sem qualquer ônus à administração.

Pomerode / SC, 23 de Setembro de 2016.

WALTRAUD HINKELDEY

Secretária Municipal de Saúde

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 58/2016

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC
Processo licitatório nº 058/2016 Dispensa de Licitação nº 12/2016.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CEIS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
CONTRATADO: NELTO CARLOS BAGATINI & CIA LTDA
Endereço: ARATIBA-RS CEP: 99.770-000
CNPJ: 08.371.637/0001-04
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93
VALOR R\$ 7.291,50 (Sete mil duzentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: 30/11/2016
Ponte Serrada/SC, 01 de novembro de 2016.
EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 59/2016

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC
Processo licitatório nº 059/2016 Dispensa de Licitação nº 13/2016.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIGAR O PADRÃO DE ENERGIA TRIFÁSICO NA QUADRA ESCOLAR, LOCALIZADA NA RUA ADÃO TOBIAS, VILA POUSO DOS TROPEIROS, PONTE SERRADA/SC.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
CONTRATADO: NELCI CAGLIARI PAGLIA
Endereço: PONTE SERRADA SC CEP: 89.683-000
CNPJ: 05.556.903/0001-77
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93
VALOR R\$ 6.789,03 (Seis mil setecentos e oitenta e nove reais e três centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2016
Ponte Serrada/SC, 01 de novembro de 2016.
EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO 44/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 016.703.799/0001-12
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo o reajuste do contrato 115/2015 processo licitatório 044/2015, conforme solicitação e parecer do setor de engenharia.
Ponte Serrada-SC 01 novembro de 2016
Eduardo Coppini
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 115/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 016.703.799/0001-12
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo o reajuste do contrato 115/2015 processo licitatório 044/2015, conforme

solicitação e parecer do setor de engenharia.
Ponte Serrada-SC 31 de outubro de 2016
Eduardo Coppini
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 34/2016

CONTRATO Nº 034/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: PORTAL OESTE MAIS LTDA ME
CNPJ: 15.264.097/0001-17
OBJETO: REATIVAÇÃO DO CONTRATO
EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma dos artigos 58, 77 à 80 da Lei 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis a espécie e em conformidade com o contrato firmado entre as partes DETERMINA o resgate do contrato tendo em vista a necessidade do serviço público.
Ponte Serrada-SC 27 outubro de 2016
Eduardo Coppini
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 45/2016

CONTRATO Nº 133/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: RÁDIO NAMBÁ
CNPJ: 83.014.803/0001-22
OBJETO: REATIVAÇÃO DO CONTRATO
EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma dos artigos 58, 77 à 80 da Lei 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis a espécie e em conformidade com o contrato firmado entre as partes DETERMINA o resgate do contrato tendo em vista a necessidade do serviço público.
Ponte Serrada-SC 27 outubro de 2016
Eduardo Coppini
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 72/2015

CONTRATO Nº 072/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: VAGNER VISOLI ME
CNPJ: 17.3952.149/0001-66
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a rescisão contratual, proposta pela pelo Contratante e com anuência do Contratado, sem ônus a Administração Pública.
Ponte Serrada-SC 31 DE outubro de 2016.
Eduardo Coppini
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

PORTARIA FAMAP Nº 001/2016, DE 11/10/2016

PORTARIA FAMAP Nº 001/2016, de 11/10/2016

Aprova o Plano de Manejo da

Área de Proteção Ambiental - APA da Ponta do Araçá (APA do Araçá).

A Diretora de Educação Ambiental, Parques e Reservas da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Porto Belo – FAMAP, Lúcia Margarida Currin Japp, no uso das atribuições estabelecidas pelos incisos XXXVII e XXXVIII, da Lei Municipal 1950, de 17 de outubro de 2011 e

CONSIDERANDO:

a) que a Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, incumbindo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, nos termos do seu artigo 225;

b) que a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelece, em seu artigo 27, que todas as Unidades de Conservação devem dispor de Plano de Manejo;

c) que o Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, dispõe, em seu artigo 12, que o Plano de Manejo da unidade de conservação, elaborado pelo órgão gestor, será aprovado em portaria do órgão executor;

d) que a criação, instituição, implantação e administração de espaços territoriais especialmente protegidos, no Município de Porto Belo, estão previstas nos artigos 44, 45 e 46, da Lei Municipal nº 1.947, de 17 de outubro de 2011, que estabelece a Política Municipal do Meio Ambiente;

e) que o Decreto Municipal nº 395, de 30 de abril de 2008, criou a Área de Proteção Ambiental - APA da Ponta do Araçá – APA do Araçá;

f) que a APA do Araçá está localizada em Zona Especial de Conservação Ambiental - ZECA, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Complementar Municipal 33/2011 (Plano Diretor), o qual determina, em seu anexo III, que os parâmetros urbanísticos das ZECAs serão definidos nos Planos de Manejo.

g) que o Plano de Manejo da APA do Araçá, após longo e detalhado processo de discussão e análise, foi aprovado pelo seu Conselho Gestor, na reunião ordinária de 5 de agosto de 2016, conforme previsto no artigo 5º do Decreto Municipal nº 395/2008.

h) que há representação do Ministério Público Federal para a Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Belo/SC, pela adoção de providências visando ao ajuizamento de ação com pedido de medida cautelar para a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 2.413, de 19 de julho de 2016, que determina a aprovação ou revisão de plano de manejo em unidades de conservação municipais por ato do Poder Legislativo.

i) que o Conselho Gestor da APA Municipal da Ponta do Araçá aprovou, na reunião ordinária de 10 de outubro de 2016, a emissão imediata da Portaria de Aprovação do seu Plano de Manejo, entendendo pela inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 2.413/2016.

j) que o artigo 16, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor;

Resolve:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano de Manejo da APA Municipal da Ponta do Araçá, com execução imediata, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º - O Plano de Manejo da APA Municipal da Ponta do Araçá é composto de quatro volumes: a) Plano Básico; b) Planejamento e Encartes Temáticos; c) Relatório Antropológico; d) Zoneamento e Normas para o Uso e Ocupação do Solo.

Art. 3º - O texto completo do Plano de Manejo da APA Municipal da Ponta do Araçá estará disponível para consulta pública nos seguintes locais: na sede da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Porto Belo - FAMAP, na Coordenação dos Conselhos de Porto Belo e no sítio da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 11 de outubro de 2016

Lúcia Margarida Currin Japp

Diretora de Educação Ambiental, Parques e Reservas

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA Nº 033/2016

PORTARIA Nº 033, de 25 de outubro de 2016.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela Portaria nº 013, de 19 de maio de 2016;

CONSIDERANDO que a servidora incorreu em infração determinada no Artigo 214, Inciso XII da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994 e deixou de cumprir o determinado no Artigo 213, Inciso VI, do mesmo Diploma Legal;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO a decisão final do Prefeito Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º APLICAR à Servidora Pública Municipal GIOVANA MULLER a penalidade de Demissão (Exoneração), com fundamento nos Artigos 222, Inciso III e Artigo 227, Inciso I e IV da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994.

Art. 2º IMPOR à Servidora a devolução aos cofres públicos dos valores apurados pela comissão conforme Processo.

Art. 3º ENCAMINHAR cópia do processo ao Ministério Público, para que sejam tomadas as providências que entenderem cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 25 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Nereu

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 32/2016

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão - 32/2016

O Prefeito Municipal Antonio Francisco Comandoli, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

ADJUDICAR o processo de licitação - Pregão - 32/2016, consoante ata de julgamento.

AQUISICAO DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA MANUTENCAO DE PONTES

Fornecedores e Itens Vencedores:

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
JOAO DA SILVA O MARCENEIRO ME	00001	500,00000	MT	60,0000	30.000,00
JOAO DA SILVA O MARCENEIRO ME	00002	150,00000	M3	525,0000	78.750,00
JOAO DA SILVA O MARCENEIRO ME	00003	100,00000	M3	525,0000	52.500,00

PRESIDENTE NEREU - SC, 01 de novembro de 2016

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 103/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 103, de 25 de outubro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.33900000000000.01350200 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :

R\$20.000,00 (vinte mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.00000000000000.01350200 20.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 25 de outubro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN

Contadora

Princesa

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 92/2016-PM - PREGÃO PRESENCIAL 65/2016 - CAMISETAS PROERD

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 92/2016-PM
Pregão Presencial 65/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "Aquisição de CAMISETAS para serem distribuídas a alunos do 5º ano do Ensino Fundamental que frequentam as aulas do Programa Educacional para Resistir às Drogas e à Violência - PROERD.". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 16 de novembro de 2016, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 01 de novembro de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5608, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5608, de 31 de outubro de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL. ”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas até o limite de R\$ 162.220,05 (cento e sessenta e dois mil, duzentos e vinte reais e cinco centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.093	Blatb – Ações Agente Comunitários de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01380200	Agentes Comunitário de Saúde	R\$	131.226,03
2.096	Blatb – Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01380500	NASF Federal	R\$	25.252,63
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01380900	Farmácia Básica Popular	R\$	5.741,39
	TOTAL	R\$	162.220,05

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 162.220,05 (cento e sessenta e dois mil, duzentos e vinte reais e cinco centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.093	Blatb – Ações Agente Comunitários de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01380200	Agentes Comunitário de Saúde	R\$	131.226,03
2.096	Blatb – Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01380500	NASF Federal	R\$	25.252,63
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01380900	Farmácia Básica Popular	R\$	5.741,39
	TOTAL	R\$	162.220,05

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
31 de outubro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5609, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5609, de 31 de outubro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL. ”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 11.669,60 (onze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.694/2015, visando a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	21,89
2.133	Fundo Municipal de Cultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	11.647,71
	TOTAL	R\$	11.669,60

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
31 de outubro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 1233/RH

PORTARIA N. 1233/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o Afastamento Preventivo da servidora pública municipal Erika Ribeiro Schmoegel de Alcantara, matrícula n. 215937-5, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, com fundamento no Art. 202, da Lei complementar n. 309/2015, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 03 de novembro de 2016, com término em 01 de janeiro de 2017, sem prejuízo da remuneração, em face do pedido da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2016, por meio do Ofício SMA nº 004/P.A.D. 020/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

RESOLUÇÃO Nº 06.2016 SME
RESOLUÇÃO Nº 06/2016

Fixa normas para a Educação Especial no âmbito do Sistema Municipal de Ensino no município de Rio do Sul – Santa Catarina.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, e conforme inciso VI do art. 3º do Regimento Interno, com fundamento na Constituição Federal da República Federativa de 1988, na Lei nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, na Lei nº 5.614, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências, na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência), na Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação, no Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, no Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, no Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver Sem Limite, na Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, na Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, e considerando o deliberado na Sessão Plenária do dia 20 de outubro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Resolução, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e altas habilidades/superdotação.

Art. 2º Educandos com deficiência são aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas:

I – educandos com deficiência auditiva são aqueles com perda parcial ou total, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido:

- a) leve: perda auditiva de 25 a 40 dB.
- b) moderada: perda auditiva de 41 a 60 dB.
- c) severa: perda auditiva de 61 a 90 dB.
- d) profunda: perda auditiva acima de 90 dB.

II – educandos com deficiência visual são aqueles que apresentam redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção óptica:

- a) cegueira: acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.
- b) baixa visão: acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

III – educandos com deficiência física são aqueles que apresentam alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física,

apresentando-se sob a forma de paraplegia, paresia, monoplegia, monoparesia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou a ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

IV – educandos com deficiência múltipla são aqueles que apresentam associação de duas ou mais deficiências primárias associadas;

V – educandos com surdocegueira são aqueles que apresentam perdas visual e auditiva concomitantemente, de modo que essa condição leva o educando surdocego a ter necessidade de formas específicas e singulares de comunicação para ter acesso ao currículo;

VI – educandos com deficiência intelectual são aqueles que apresentam déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático, com início no período do desenvolvimento;

VII – transtornos específicos da aprendizagem (dislexia, discalculia, disgrafia, disortografia);

VIII – educandos com transtorno do espectro autista caracterizam-se por apresentar déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits persistentes na reciprocidade social, em comportamentos não verbais, de comunicação usada para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, de modo que além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades;

IX – educandos com transtorno do déficit de atenção/hiperatividade caracterizam-se por apresentar níveis prejudiciais de desatenção, desorganização e ou hiperatividade/impulsividade:

- a) desatenção/desorganização envolvem incapacidade em permanecer em uma tarefa, aparência de não ouvir e perda de materiais em níveis inconsistentes com a idade ou nível de desenvolvimento.
- b) hiperatividade/impulsividade implicam atividade excessiva, inquietação, incapacidade de permanecer sentado, intromissão em atividades de outros e incapacidade de aguardar – sintomas que são excessivos para a idade ou nível de desenvolvimento.

X – educandos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Art. 3º O atendimento escolar desses educandos terá início na Educação Infantil, em classes comuns do ensino regular e/ou instituições especializadas, assegurando-lhes os serviços de Educação Especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e parecer emitido por equipe técnica, a necessidade de atendimento educacional especializado.

§ 1º O Atendimento Educacional Especializado (AEE) disponibilizado na rede regular de ensino pública ou instituições conveniadas, no contra turno, tem o objetivo de complementar ou suplementar o processo de aprendizagem dos educandos especificados nesta Resolução, não configurando como ensino substitutivo nem como reforço escolar, salvo os casos previstos no art. 19.

§ 2º As diretrizes de funcionamento dos serviços especializados em Educação Especial deverão levar ao conhecimento da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, as prerrogativas e convênios a que estão articulados.

§ 3º A implantação e assessoria dos serviços especializados em Educação Especial nas escolas da rede pública municipal ou instituições conveniadas, dependerá de parecer da Secretaria Municipal de Educação e aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º A equipe técnica é compreendida pela composição de pedagogos, professores especializados das salas de recursos multifuncionais, assessorados por psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e assistentes sociais, de modo que a avaliação deve contemplar a condição do educando quanto às atividades de vida cotidiana e aquisição dos conhecimentos acadêmicos nas áreas

cognitiva, social e motora.

Art. 5º Por Educação Especial, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades específicas e apoios intermitentes, limitados, extensivos ou generalizados, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Art. 6º Como modalidade da Educação Básica, a Educação Especial considerará as situações singulares, os perfis dos educandos, suas características biopsicossociais e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:

I – a dignidade humana e a observância do direito de cada educando de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II – a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, saberes e conhecimentos;

III – o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

IV – o incentivo, sempre que possível, à participação do educando nas ações que prevê esta Resolução, respeitando à pessoa com deficiência o seu direito ao protagonismo.

Art. 7º Para a identificação das necessidades pedagógicas dos educandos público da Educação Especial e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a coordenação da escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do educando no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

I – a experiência de seu corpo docente, diretores, pedagogos, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II – equipe técnica das instituições;

III – articulação com as políticas setoriais dos serviços de Saúde, Assistência Social e instituições de Educação Especial;

IV – a participação da família.

Art. 8º As instituições do sistema municipal de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I – professores das classes comuns e, quando avaliada a necessidade por equipe técnica das instituições, profissionais de apoio para o atendimento às necessidades educacionais dos educandos;

II – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos educandos público da educação especial que apresentam necessidades específicas, em consonância com o projeto político pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

III – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado nas classes comuns, mediante:

a) assessoria ao professor da classe comum pelo professor da sala de recursos multifuncionais;

b) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

IV – serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos multifuncionais, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

V – oferta de formação continuada, possibilitando a reflexão e a elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VI – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

VII – temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de educandos da educação especial, de forma que possam concluir em tempo maior ou menor o currículo previsto para o ano/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino e avaliação da equipe pedagógica em conjunto com equipe técnica;

VIII – atividades que favoreçam, ao educando que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em menor tempo, do ano ou etapa escolar, nos termos do art. 24, V, “c”, da Lei nº 9.394/96.

Art. 9º No ensino regular, quando houver matrícula de educandos de que trata esta Resolução, será respeitado um número proporcional por turma, considerando o espaço físico regulamentado em normativa específica e a avaliação prévia de equipe técnica, de modo a assegurar o processo de ensino aprendizagem de todos os educandos, podendo para tanto ser deliberada a necessidade de profissionais de apoio, bem como, desdobramento de turma, assegurando a inclusão, tendo como parâmetro:

I – Educação Infantil:

a) 0 a 1 ano – 5 crianças (mais a inclusão de 01 criança).

b) 1 a 2 anos – 10 crianças (mais a inclusão de 02 crianças).

c) 2 a 3 anos – 16 crianças (mais a inclusão de 02 crianças).

d) 4 a 6 anos – 23 crianças (mais a inclusão de 02 crianças).

II – Ensino Fundamental:

a) 1º ao 3º ano – 23 a 28 educandos (mais a inclusão de 02 educandos).

b) 4º e 5º ano – 28 a 33 educandos (mais a inclusão de 02 educandos).

c) 6º ao 9º ano - até 33 educandos (mais inclusão de 02 educandos).

Parágrafo único. Os casos omissos e acima de dois laudos e/ou com parecer técnico, far-se-á avaliação de redução de educandos por turma, realizada pela equipe técnica.

Art. 10. Os educandos público da Educação Especial que requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais públicas, privadas ou entidades conveniadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho, Assistência Social entre outros serviços ofertados pela rede interseccional.

Art. 11. O Sistema Municipal de Ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde e assistência social, deve organizar o atendimento educacional especializado a estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

§ 1º As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de educandos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar.

§ 2º Nos casos de que trata o caput deste artigo, a certificação de frequência deve ser realizada com base no relatório elaborado pelo professor especializado que atende aos educandos.

Art. 12. No Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, Centros de Educação Infantil e Instituições Especializadas do Sistema Municipal de Ensino, deverá prever a institucionalização da oferta

do Atendimento Educacional Especializado (AEE), predizendo sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no Atendimento Educacional Especializado dos educandos da própria escola ou de outra escola atendida;

III – cronograma de atendimento aos educandos;

IV – elaboração do Plano Individual de Atendimento, observando as necessidades e potencialidades dos educandos, definindo os recursos necessários e atividades a serem desenvolvidas;

V – professores especializados para o atendimento na sala de recursos multifuncionais;

VI – profissionais de apoio para educandos com necessidade de auxílio em atividades de vida diária e acessibilidade nas comunicações e informações, quando necessário;

VII – articulação entre professores da educação especial e do ensino regular, bem como a formação continuada de toda equipe escolar;

VIII – participação da família e interface com os demais serviços públicos de saúde, assistência, entre outros necessários;

IX – registro anual no Censo escolar MEC/INEP das matrículas no Atendimento Educacional Especializado considerando o duplo câmpulo.

Parágrafo único. Os profissionais de apoio de que trata este artigo são definidos como estagiários, intérprete de libras, professor dois e/ou auxiliar de sala.

Art. 13. Os educandos público da educação especial, receberão atendimento em sala de recursos multifuncionais e/ou estimulação essencial, preferencialmente em contra turno, duas vezes por semana.

Parágrafo único. Para serem atendidos nesses serviços, os educandos deverão apresentar laudo diagnóstico e/ou parecer técnico, e os educandos que apresentam significativa dificuldade de aprendizagem, mas não possuem laudo ou parecer, deverão passar por avaliação biopsicossocial.

Art. 14. Para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter preferencialmente graduação em Educação Especial e/ou Pedagogia com complementação ou especialização em Educação Especial, reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 15. O professor de Atendimento Educacional Especializado tem como função realizar o atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades, valores, saberes, atitudes e as necessidades educacionais específicas dos educandos de que trata esta Resolução.

Art. 16. As atribuições do professor de Atendimento Educacional Especializado contemplam:

I – elaboração, execução e avaliação do plano individual de atendimento do educando e da turma atendida no Atendimento Educacional Especializado;

II – definição do cronograma e das atividades específicas do educando;

III – organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;

IV – acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e demais ambientes escolares;

V – articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;

VI – orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre a aplicabilidade e funcionalidade dos recursos utilizados pelo educando;

VII – interface e articulação dos serviços entre as áreas da saúde, assistência social, trabalho e outras.

Art. 17. Para atuar como profissional de apoio, na modalidade estagiários, poderão ser contratados acadêmicos dos cursos de Psicologia, Pedagogia e demais Licenciaturas, e excepcionalmente estudantes de outros cursos de graduação.

Art. 18. As atribuições conferidas aos profissionais de apoio são:

I – auxiliar educandos público da educação especial que apresentem limitações em atividades de vida cotidiana (uso de banheiro, alimentação, locomoção, troca de fraldas etc.);

II – auxiliar o(s) educando(s) que apresentam necessidades educacionais especiais da respectiva sala de aula a desenvolver as atividades adaptadas produzidas pelos professores;

III – promover a integração social do educando público da educação especial no contexto escolar;

IV – auxiliar o professor com a turma enquanto este presta atendimento ao educando público da Educação Especial.

Art. 19. A frequência exclusiva de educandos com idade entre 06 (seis) e 17 (dezessete) anos em Centros de Atendimento Educacional Especializados e/ou instituições conveniadas, é autorizada nos casos de educandos com deficiência intelectual/múltipla e/ou transtorno do espectro autista, com baixa funcionalidade.

Parágrafo único. Os educandos de que trata o caput deste artigo poderão frequentar exclusivamente Centros de Atendimento Educacional Especializado ou instituições conveniadas, quando o laudo emitido por equipe multiprofissional prescrever que a permanência no ensino regular importa em graves prejuízos ao educando.

Art. 20. Os Centros de Atendimento Educacional Especializado e as Instituições Especializadas/Conveniadas, devem ser compreendidas como serviços voltados ao atendimento das necessidades específicas dos educandos, mediante:

I – serviço de prevenção: visa proporcionar o acesso à informações e o conhecimento de métodos preventivos;

II – serviço de avaliação diagnóstica: desenvolvido por equipe multiprofissional e interdisciplinar, de forma biopsicossocial, fundamentados na concepção funcional e multidimensional, que permite o acesso ao laudo diagnóstico e a elaboração de propostas de intervenção e encaminhamentos;

III – serviço pedagógico: desenvolvido para atender as especificidades dos educandos da educação especial, com idade inferior ou superior à faixa etária de escolarização, de forma articulada entre as áreas da educação, saúde e assistência social, de modo a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

IV – serviço de estimulação essencial: abordagem de caráter sistemática e sequencial, que utiliza técnicas, recursos terapêuticos e pedagógicos, capazes de estimular todos os domínios que interferem na maturação da criança, de forma a favorecer o desenvolvimento cognitivo, motor, sensorial, linguístico e social, evitando ou amenizando eventuais prejuízos.

V – serviço de assistência social: desenvolvido em caráter complementar, através de programas de orientação, apoio socioassistencial às famílias e de garantia e defesa de direitos, por meio da articulação entre as áreas de educação e saúde.

VI – serviço de educação profissional: desenvolvido nas etapas de iniciação e/ou qualificação para possível inclusão no mundo do trabalho, com o intuito de orientação para a vida e para a inclusão social.

VII – serviço de saúde, habilitação e reabilitação: desenvolvido para atender as necessidades de habilitação e reabilitação específica dos educandos, combinada nas demais áreas física, auditiva, motora e visual.

Art. 21. Os educandos que necessitam de atendimento em qualquer nível de complexidade deverão ter garantido o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), com atenção integral à saúde e respeitando os princípios básicos deste sistema.

Art. 22. As ações e serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar:

I – diagnóstico e avaliação biopsicossocial precoce, realizados por equipe multiprofissional e interdisciplinar;

II – serviços de habilitação e reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida;

III – atendimento domiciliar, tratamento ambulatorial e/ou internação, quando necessário, por equipe multiprofissional e interdisciplinar;

IV – atendimento psicológico, inclusive para familiares e atendentes

peçoais, quando se fizer necessário;

V – atendimento fonoaudiológico, em terapias ocupacionais, fisio-terápico;

Art. 23. Os educandos que necessitam de atendimento clínico, pediátrico, neuropediátrico ou psiquiátrico deverão ter garantido o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), com atenção integral à saúde e respeitando os princípios básicos deste sistema.

Art. 24. Os educandos de que trata esta Resolução, os quais possuem matrícula com duplo cômputo nas salas de recursos multifuncionais, terão cronograma de atendimentos, exigindo-se, portanto, a frequência de comparecimentos aos atendimentos marcados.

Parágrafo único. O controle de frequência dos educandos será registrado em formulário próprio elaborado pela escola, sendo registrados os comparecimentos e as ausências, bem como as faltas justificadas.

Art. 25. Os Centros de Atendimento Educacional Especializados e/ou Instituições Conveniadas que atuam na área da deficiência intelectual e/ou transtornos do espectro autista, poderão manter “Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial”, ou “Escolas Especiais”, para atender aos educandos com diagnóstico de deficiência intelectual grave ou severa e com baixa funcionalidade.

Art. 26. As adequações curriculares constituem possibilidades educacionais de atuar frente as dificuldades dos educandos, e pressupõe que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos educandos com necessidades especiais, não implicando em um novo currículo, mas em um currículo dinâmico, alterável e passível de ampliação, na planificação pedagógica e ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

I – o que o educando deve aprender;

II – como e quando aprender;

III – que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;

IV – como e quando avaliar.

Art. 27. As adequações curriculares podem ser de pequeno e grande porte:

I – As organizações de pequeno porte referem-se à:

a) organização de espaço (disposição física dos mobiliários e materiais didáticos), agrupamentos de educandos que favoreçam a aprendizagem e previsão do tempo para desenvolver atividades diversificadas.

b) adequações relativas aos conteúdos pedagógicos, devendo-se priorizar áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidade e que sejam essenciais e instrumentais para aprendizagens posteriores (habilidades de leitura, escrita e cálculos);

c) sequência pormenorizada de conteúdos que requeiram processos gradativos de menor para maior complexidade das tarefas, atendendo à sequência de passos, à ordenação da aprendizagem, reforço e retomada de determinados conteúdos para garantir seu domínio e consolidação;

d) eliminação de conteúdos menos relevantes, secundários para dar enfoque mais intensivo e prolongado a conteúdos considerados básicos e essenciais no currículo (simplificar um problema matemático, excluindo a necessidade de alguns cálculos, é um exemplo);

e) oferecer recursos de apoio, sejam visuais, auditivos, gráficos, materiais manipulativos, concretos, entre outros.

f) alteração na seleção de materiais e adaptações de materiais (uso de máquinas Braille, calculadoras científicas para os educandos com altas habilidades etc.).

II – As adequações curriculares de grande porte referem-se a:

a) mudanças significativas no planejamento quanto aos objetivos definidos, substituindo objetivos básicos quando estes extrapolam as condições do educando para atingi-lo, temporária ou permanentemente;

b) introdução de objetivos específicos complementares e/ou alternativos, não previstos para os demais educandos, mas que podem ser incluídos em substituição a outros que não podem ser alcançados, temporária ou permanentemente;

c) introdução de novos conteúdos não previstos para os demais educandos, mas essenciais para alguns, em particular;

d) eliminação de conteúdos que, embora essenciais no currículo, sejam inviáveis de aquisição por parte do educando.

e) adequações relativas à metodologia, introduzindo métodos muito específicos para atender às necessidades particulares dos educandos, alteração de procedimentos didáticos e organização significativamente diferenciada da sala de aula (orientados por professor especializado);

f) adequações significativas na temporalidade de modo a proporcionar que o educando adquira conhecimentos e habilidades ao seu alcance, mas que dependam do ritmo próprio ou do desenvolvimento de um repertório anterior que seja indispensável para novas aprendizagens.

Art. 28. As decisões curriculares devem envolver a equipe da escola ao que se refere a adequações curriculares, de objetivos e conteúdos, de avaliações, de identificação das necessidades especiais. Compreende-se equipe da escola: professor de sala, professor especializado de sala de recursos multifuncionais, pedagogos e diretores.

Art. 29. As adequações no processo de avaliação estão vinculadas às alterações nos objetivos e conteúdos que foram acrescidos ou eliminados, podendo ser adequações simples ou elaboradas, e implicam na seleção de técnicas e instrumentos que atendam às peculiaridades dos educandos (prova oral, uso de material concreto, calculadora, máquina Braille, lupas, provas com fontes maiores, utilização de material para pesquisa, espaços alternativos etc.).

§ 1º O processo de avaliação dos educandos com necessidades especiais deve esclarecer seus aspectos individuais, suas limitações e potencialidades, identificar avanços obtidos, conhecimentos adquiridos a partir das adaptações curriculares e metodológicas, quando estas se fizerem presentes, qualitativamente, através de relatórios.

§ 2º Em casos em que os educandos, mesmo com diagnósticos de que trata esta Resolução, não possuam dificuldades de aprendizagem e, portanto, não necessitem de adaptação de objetivos e conteúdos, estes poderão ser avaliados de acordo como os demais educandos, quantitativamente, através de notas.

Art. 30. Os educandos de que trata esta Resolução poderão necessitar de adequações significativas na temporalidade, ou seja, alteração do tempo previsto para conclusão dos anos escolares, de modo a alcançar e concluir com aproveitamento o currículo e objetivos planejados para o educando, sendo necessária uma criteriosa avaliação do educando e do contexto escolar e familiar, pois poderá resultar em um prolongamento ou redução (para educandos com altas habilidades/superdotação) significativo do tempo de escolarização.

Parágrafo único. Em casos que os educandos apresentem significativas peculiaridades e necessidade de elaboradas adequações de currículo e conteúdos, a temporalidade e sequência das disciplinas do curso poderão ser alteradas, ou seja, cursar menos ou mais disciplinas durante o ano letivo e, desse modo, estender ou reduzir o período de duração do curso, ano ou ciclo que frequenta.

Art. 31. Os espaços físicos das unidades educacionais devem assegurar o acesso do educando com deficiência, mediante remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônicos, de ambientação de interior que atendam as necessidades de educandos com deficiências.

Parágrafo único. O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral, e na hipótese em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido, deve ser adotada adaptação razoável.

Art. 32. A autorização de funcionamento das “Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial”, ou “Escolas Especiais”, dependerá de aprovação do Conselho Estadual de Educação, com base na legislação vigente.

Art. 33. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 01/2008, de 04 de março de 2008.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2016.
MARIA LENIR STÜPP
Presidente do Conselho Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº 8/2016

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016

REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016.

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Mario Miguel, resolve Registrar os preços da Empresa Blu Distribuidora de Papelaria Eireli Me, neste ato representada pelo Sr. Eraldo Salvador. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente e de processamento de dados para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul, referente aos Lotes 1 e 2 do Pregão Presencial CMRS/SC nº 6/2016. Conforme abaixo discriminado:

LOTES 1 E 2 - MATERIAIS DE EXPEDIENTE

LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	UNID.	PRODUTO	PREÇO REG. UNID.	PREÇO REG. TOTAL
1	1	5	Unidade	Apontador para Lápis, Confeccionado em Plástico, com 1 (um) Furo, Lamina em Aço Inox, Sem Depósito.	1,50	7,50
1	2	5	Unidade	Borracha Apagadora Escrita, Medindo 42 mm (milímetros), 21mm (milímetros), 11mm (milímetros), Macia, Branca, com Capa Plástica Protetora de vinil.	2,50	12,50
1	3	4	Caixas com 50 unidades	Caneta Esferográfica Azul, com Escrita Média, e Ponteira Especial para Evitar Rachaduras. Deverão ter Corpo Transparente, Tampa Antiasfixiante na Cor da Tinta, Carga Completa, Capacidade para Escrita Contínua, sem Borrões e Falhas até o Final da Carga, Aprovada pelo INMETRO.	50,00	200,00
1	4	1	Caixas com 50 unidades	Caneta Esferográfica Vermelha, com Escrita Média, e Ponteira Especial para Evitar Rachaduras. Deverão ter Corpo Transparente, Tampa Antiasfixiante na Cor da Tinta, Carga Completa, Capacidade para Escrita Contínua, sem Borrões e Falhas até o Final da Carga, Aprovada pelo INMETRO.	50,00	50,00
1	5	1	Caixas com 50 unidades	Caneta Esferográfica Preta, com Escrita Média, e Ponteira Especial para Evitar Rachaduras. Deverão ter Corpo Transparente, Tampa Antiasfixiante na Cor da Tinta, Carga Completa, Capacidade para Escrita Contínua, sem Borrões e Falhas até o Final da Carga, Aprovada pelo INMETRO.	50,00	50,00
1	6	3	Caixas com 12 unidades	Caneta Marca-Texto, Material Plástico, Tipo Ponta Fluorescente, Cor Amarela.	36,00	108,00
1	7	5	Caixas com 810 unidades	Clipes Niquelado Nº 1/0, Metal, Paralelo.	9,10	45,50
1	8	35	unidades	Cola, Cor Branca, Aplicação Papel, Características Adicionais Atóxica, Tipo Bastão, Contendo no Mínimo 8g (gramas). Em Embalagem Original com Data de Validade.	3,97	138,95
1	9	7	unidades	Fita Adesiva Transparente, Material Celofane Transparente, Tipo Monoface, Polietileno, Cor Incolor, Largura 12mm (milímetros), Comprimento 30m (metros).	1,99	13,93
1	10	5	unidades	Estilete com Lâmina Retrátil de 18 mm (milímetros) de Largura, Corpo Plástico, Lâmina em Aço com Tratamento Anti-Ferrugem e Trava de Segurança.	4,68	23,40

LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	UNID.	PRODUTO	PREÇO REG. UNID.	PREÇO REG. TOTAL	
1	11	4	unidades	Extrator de Grampos, em Aço Niquelado, Tipo Espátula, medindo 150mm (milímetros) de comprimento por 15mm (milímetros) de largura.	2,50	10,00	
1	12	5	Caixas com 50 unidades	Grampo trilho plástico para pastas 80mm (milímetros).	9,86	49,30	
1	13	6	Caixas com 50 unidades	Grampo Trilho Metálico para Pastas 80mm (milímetros).	8,60	51,60	
1	14	5	Caixas c/ 5.000 unidades	Grampo Grampeador, Material Metal, Tratamento Superficial Niquelado, Tamanho 26/6.	5,28	26,40	
1	15	15	unidades	Corretivo líquido multiuso secagem rápida, Tipo Caneta. À base de água e pigmentos com alto poder de cobertura, atóxico, lavável, não inflamável e inodoro, embalagem plástica.	9,00	135,00	
1	16	2	Caixas com 12 unidades	Lápis Preto, Material Corpo Madeira, nº 2, de Boa Qualidade.	12,10	24,20	
1	17	60	unidades	Pasta A-Z OF-LL. Tamanho: 28,5 x 34,5 x 8,0 cm. Cor: Preta.	14,20	852,00	
1	18	35	unidades	Pasta Transparente, em Plástico Polipropileno 340 altura x 245 largura x 30 dorso mm (milímetros), com Elástico, Material Leve, Atóxico e Resistente.	3,85	134,75	
1	19	3	unidades com 12g	Umedecedor de dedos cremoso para manuseio de papeis, base e tampa em plástico rígido, não mancha, não tóxico, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. Peso líquido 12 gramas.	3,99	11,97	
1	20	200	unidades	Disco Compacto CD-R, Capacidade de 700 MB, Tempo Duração 80 minutos, Tipo Gravável, Característica Adicional Velocidade de Gravação 52X.	1,40	280,00	
1	21	200	unidades	DVD-R, Capacidade de 4,7 GB, Tempo de Duração 120 minutos, Aplicação Gravação, Característica Adicional Velocidade de Gravação 8X.	1,85	370,00	
PREÇO REGISTRADO TOTAL DO LOTE 1						R\$ 2.595,00	
2	1	170	resmas	Papel A4, Material Papel Alcalino, Comprimento 297 mm (milímetros), largura 210 mm (milímetros), Gramatura 75 g/m2. Extra Branco, com Mesma Textura em Ambas as Faces, Embalado em Material Resistente e Contra Umidade.	18,70	3.179,00	
PREÇO REGISTRADO TOTAL DO LOTE 2						R\$ 3.179,00	

O prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

MARIO MIGUEL
Presidente da Câmara

ERALDO SALVADOR Blu Distribuidora de Papelaria Eireli Me

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº 9/2016

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2016
REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016.

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Mario Miguel, resolve Registrar os preços da Empresa Império do Papel Comércio de Papéis Ltda, neste ato representada pelo Sr. Helton Bilk. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente e de processamento de dados para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul, referente ao Lote 3 do Pregão Presencial CMRS/SC nº 6/2016. Conforme abaixo discriminado:

LOTE 3 – MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	PRODUTO	VALOR MÁXIMO UNIDADE	PREÇO REGISTRADO
3	1	60	TONER para impressora HpLaserjet– Compatível com 35A, 36A, 78A e 85A. 100% novo. Compatível.	57,00	3.420,00
3	2	3	TONER para impressora HpLaserjet-Ref. 51A. 100% novo. Compatível.	108,00	324,00
3	3	24	Cartucho preto para impressora HP Multifuncional – Ref. 60. Original.	90,00	2.160,00
3	4	20	Cartucho color para imp. HP Multif. – Ref. 60. Original.	97,00	1.940,00
3	5	16	Cartucho preto para imp. Canon Pixma E481 – Ref. Pg44XL Original.	94,00	1.504,00
3	6	12	Cartucho color para imp. Canon Pixma E481 – Ref. CI54XL Original.	94,00	1.128,00
3	7	12	Refil de tinta para imp. Epson Ecotank L575 – PRETO – T664120-AL Genuíno.	74,00	888,00
3	8	8	Refil de tinta para imp. Epson Ecotank L575 – MAGENTA – T664320-AL Genuíno.	74,00	592,00
3	9	8	Refil de tinta para imp. Epson Ecotank L575- CIANO- T664220-AL Genuíno.	74,00	592,00
3	10	8	Refil de tinta para imp. Epson Ecotank L575-AMARELO- T664420-AL Genuíno.	74,00	592,00
3	11	40	Cartucho Samsung MLT D111s – 100% novo. Compatível.	114,00	4.560,00
PREÇO MÁXIMO TOTAL REGISTADO					R\$ 17.700,00

O prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

MARIO MIGUEL
Presidente da Câmara

HELTON BILK Império do Papel Comércio de Papéis Ltda

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.767

DECRETO Nº 3.767/2016

NOMEIA O TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeado o Senhor MILTON AIMI, ocupante do cargo de Agente Financeiro, para desempenhar as atribuições de TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC, no período de 03 de novembro de 2016 a 18 de novembro de 2016, em que a titular, senhora NEIDE MARTA GIOTTO KUHN, encontra-se em gozo de licença para tratamento de saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 01 de novembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

DARIZ GENZ

Auxiliar Movimento Econômico

DECRETO 3.768/2016

DECRETO Nº 3.768/2016

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI

DECRETA:

Art.1º - Fica pelo presente Decreto fixado o horário de expediente da Secretaria de Obras e Transportes das 07h00min as 13h00min, no período de 07 de Novembro de 2016 à 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, 01 de novembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

Santa Cecilia

PREFEITURA

CANCELAMENTO PP47/2016

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2016

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santa Cecília/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a constatação de inconsistências no instrumento convocatório do Processo Pregão Presencial n.º 47/2016 (Aquisição parcelada de materiais elétricos para manutenção da iluminação Pública (COSIP) através da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme anexos do presente edital), AVISA aos interessados que o referido certame licitatório, com abertura prevista para o dia 08 de Novembro de 2016, às 14:00h, foi CANCELADO, tendo em vista a necessidade de serem feitas modificações no respectivo Edital.

IVANDO ANTONIO ZANINI
Pregoeiro

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1018, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI Nº 1018, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Autoriza a alienação dos bens móveis que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante Leilão, os bens imóveis a seguir descritos, de propriedade do Município de Santa Rosa do Sul/SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01 (Um) Ônibus Volvo B 58, Ano 1987/1987, diesel, placas AFV 7588, RENAVAL 521214912, cor branca, 46 lugares. - AVALIAÇÃO: R\$ 10.000,00.

LOTE 02: 01 (Um) Automóvel FIAT Palio EDX, Ano 1997/1997, Placas CID 2584, RENAVAL 671979299, Cor Verde. AVALIAÇÃO: R\$ 2.500,00.

LOTE 03: 01 (Um) Automóvel GM/Vectra GL, Ano 1999/1999, Placas KEA 6575, RENAVAL 718538579, Cor Branca. AVALIAÇÃO: R\$ 2.000,00.

LOTE 04: 01 (Um) Automóvel Siena ELX FLEX, Ano 2009/2009, Placas ARE 4655, RENAVAL 134437462, Cor Preta. AVALIAÇÃO: R\$ 3.500,00.

LOTE 05: 01 (Um) Automóvel VW/GOL 1.0, Ano 2007/2008, Alcool/Gasolina, Placas ARG 6175, RENAVAL 936436840, Cor Branca. AVALIAÇÃO: R\$ 7.500,00.

LOTE 06: 01 (Um) Automóvel CHEVROLET/CLASSIC LS, Ano 2011/2011, Alcool/Gasolina, Placas MIM 9842, RENAVAL 313245690, Cor Branca. AVALIAÇÃO: R\$ 7.000,00.

LOTE 07: 01 (Um) Automóvel GM/VECTRA SD EXPRESSION, Ano 2011/2011, Alcool/Gasolina, Placas MIW 0515, RENAVAL 313228299, Cor Prata. AVALIAÇÃO: R\$ 15.000,00.

LOTE 08: 01 (Uma) Ensiladeira BRAVA. AVALIAÇÃO: R\$ 500,00.

Art. 2º Os preços mínimos de venda de cada lote relacionados no Art. 1º, serão fixados pela Comissão de Avaliação, designada pelo Prefeito Municipal, pelo Decreto nº 063, de 07 de outubro de 2016, e conforme Termo de Inservibilidade 002/2016, que será anexado a Licitação e que fará parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 31 de outubro de 2016.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI Nº 1019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Autoriza a alienação dos bens móveis do SAMAE deste Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante Leilão, os bens imóveis a seguir descritos, de propriedade do SAMAE deste Município de Santa Rosa do Sul/SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01 (Uma) Motocicleta YAMAHA/FACTOR YBR125E, Ano 2008/2009, placas MGF 2273, RENAVAL 126089795, cor Azul - AVALIAÇÃO: R\$ 1.500,00.

LOTE 02: 01 (Um) Automóvel FIAT/FIORINO FLEX, Caminhonete/Furgão, Ano 2008/2008, Placas MFJ 1245, Renavam 981879799 Cor Branca. AVALIAÇÃO: R\$ 5.000,00.

LOTE 03: 02 (Duas) Moto Bomba SCHNEIDER , Modelo BC 20, motor WEG 20 CV, 220/380 V. AVALIAÇÃO: R\$ 1.300,00.

LOTE 04: 15 (Quinze) Moto Bomba SCHNEIDER , Modelo BC 91, motor WEG 1 CV, 220/380 V. AVALIAÇÃO: R\$ 1.200,00.

LOTE 05: 15 (Quinze) Moto Bomba SCHNEIDER , Modelo BC 92, motor WEG 2 CV, 220/380 V. AVALIAÇÃO: R\$ 1.200,00.

Art. 2º Os preços mínimos de venda de cada lote relacionados no Art. 1º, serão fixados pela Comissão de Avaliação, designada pelo Prefeito Municipal, pelo Decreto nº 064, de 07 de outubro de 2016, e conforme Termo de Inservibilidade 001/2016, que será anexado a Licitação e que fará parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 31 de outubro de 2016.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1020 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI Nº 1020 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Suplementa e anula dotações do orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a suplementar no valor de R\$ 1.260.000,00 (Um milhão e duzentos e sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0.002 – Proventos a Inativos e Pensionistas
07 3.1.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações DiretasR\$ 18.500,00
0.003 – Contribuição ao PASEP
08 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas ...R\$ 20.000,00
2.002 – Manutenção da Secretária de Administração e Finanças
11 3.1.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
14 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
2.004 – Contribuição Previdenciária ao INSS
19 3.1.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
2.028 – Manutenção do Conselho Tutelar
27 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas ...R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
01 –DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
2.008 – Programa da Alimentação Escolar
40 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 24.100,00
2.014 – Manutenção do Esporte Amador
69 3.1.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas ...R\$ 5.000,00
70 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas ...R\$ 40.000,00
2.010 – Manutenção do Ensino Fundamental
50 3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..R\$ 60.000,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E DO BEM ESTAR SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.016 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde
78 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00
81 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.021 – Manutenção das Atividades de Assistência Social
110 3.1.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
113 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
03 – FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
2.029 – Apoio a Criança e Adolescente em Situação de Risco
129 3.3.50.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 37.400,00

06 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2.030 – Manutenção da Secretaria de V. O. S. P.
147 3.1.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00
2.031 – Manutenção da Rede Viária Municipal
150 3.1.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
154 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
2.032 – Conservação e Limpeza de Logradouros Públicos
156 3.1.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 1.260.000,00

Art. 2º Para suplementar as dotações acima, fica o Poder Executivo, autorizado a anular parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0.001 – Amortização e Encargos da Dívida Pública
04 3.2.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações diretas.... ..R\$ 126.000,00
06 4.6.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações diretas.... ..R\$ 129.000,00
0.004 – Encargos Gerais do Município
09 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações diretas.... ..R\$ 40.000,00
2.003 – Contribuição a Entidades Municipalistas
18 3.3.50.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações diretas.... ..R\$ 15.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
01 –DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
0.005 – Amortização e Encargos de Financiamento de ônibus
31 3.2.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..R\$ 17.000,00
1.001 – Construção, Ampliação e Reforma- Ensino Fundamental
33 4.4.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..R\$ 60.000,00
1.002 – Construção, Ampliação e Reforma- Ensino Infantil
34 4.4.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..R\$ 20.000,00
1.003 – Aquisição de Veículos - Educação
35 4.4.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..R\$ 5.000,00
2.007 – Manutenção do Departamento de Educação
36 3.1.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..R\$ 25.000,00
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil
55 3.1.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..R\$ 60.000,00
58 3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..R\$ 60.000,00
2.012 – Manutenção do Ensino Superior
61 3.3.50.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..R\$ 30.000,00

02-DEPARTAMENTO DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
1.014 – Construção do Parque Municipal de Eventos
62 4.4.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
1.015 – Construção do Complexo Esportivo
63 4.4.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
2.013 – Manutenção das Atividades de Promoção da Cultura
64 3.1.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
65 3.3.50.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
68 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 43.000,00
2.015 – Manutenção das Atividades Promoção do Turismo
73 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

05- SECRETARIA DA SAÚDE E DO BEM ESTAR SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1.004 – Construção, Ampliação e Reforma - Saúde
74 4.4.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
1.005 – Aquisição de veículos - Saúde
76 4.4.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
2.020 – Manutenção dos Serviços de vigilância em Saúde
102 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.006 – Construção de Unidades Habitacionais
107 4.4.90.00.00.00.00.01.00.80– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
1.007 – Construção de Unidades Sanitárias Domiciliares
109 4.4.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.022 – Manutenção das atividades da Terceira Idade
116 3.3.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 38.000,00
2.025 – Auxílio Eventuais a Pessoas Carentes
120 3.3.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
2.026 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
121 3.1.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
122 3.3.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

06 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
1.009 – Construção de Abrigos de Passageiros
136 4.4.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
1.010 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Rodovi-
ários
139 4.4.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
1.013 – Construção de Centro Municipal de Triagem
141 4.4.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
1.019 – Construção de Praças, Jardins e Passeio Público
142 4.4.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
1.020 – Ampliação da Rede de Distribuição de Água
144 4.4.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
1.022 – Implantação e Ampliação da Rede de Esgoto Sanitário
146 4.4.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
01 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA
1.011 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agrícolas
166 4.4.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00
02 – DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1.018 – Aquisição de Terreno Para Implantação do Parque Indus-
trial
170 4.4.90.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 1.260.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 31 de outubro de 2016.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 75/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 88/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 75/2016.
Objeto: Aquisição de bolas para aulas de educação física de alunos das Escolas Municipais.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 16 de novembro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 16 de novembro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 31 de outubro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 171/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 171/2016

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Chefe de Gabinete, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 18 de novembro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A REFORMA DO TELHADO DOS FUNDOS E DA GARAGEM LATERAL DO QUARTEL CENTRAL DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, SITUADO A RUA BARÃO DO RIO BRANCO Nº 405, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2016.

PEDRO IVO DIENER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1488/2016

DECRETO Nº 1488, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,9314, a partir de 01 de novembro de 2016, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de novembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor MELO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA, CNPJ 85.313.302/0001-72 referente aos empenhos nºs. 3162/2016 e 4120/2016, com a apresentação das Notas Fiscais nºs 2161 em 05/10/2016 e 2190 em 10/10/2016, no valor total de R\$ 50.600,00 (cinquenta mil e seiscentos reais). O pagamento refere-se à aquisição de gás de cozinha (GLP 30 e 45) necessários para preparação da alimentação escolar nas Unidades da Educação Infantil e Fundamental. Por se tratar de manutenção de serviços essenciais à Educação justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado, conforme solicitado pela Secretária de Educação através do Memorando n. 0232/2016.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Bento do Sul/SC, 01 de novembro de 2016.

Fernando Tureck

Prefeito Municipal

Auriene Roepke
Secretária de Finanças

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 51/2016

Pregão Presencial nº 51/2016
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 51/2016
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 17 de novembro de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de produtos químicos utilizados nos diversos serviços de tratamento de água e esgoto do SAMAE.
Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 01 de novembro de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE LICITAÇÃO Nº 50/2016

Pregão Presencial nº 50/2016
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 50/2016
MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 16 de novembro de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de uniformes para os servidores do SAMAE.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Orçamentarias: (10) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor Administrativo
Orçamentárias: (32) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água
Orçamentárias: (56) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 01 de novembro de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Cristóvão do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

LICITAÇÃO Nº01/2016

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2016,
DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Objeto: A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC, inscrita no CNPJ sob nº 09.087.219/0001-44, neste ato representado por seu Presidente, senhor JOÃO CARLOS GROBE DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização de CONCURSO PÚBLICO DE PROVA ESCRITA, para preenchimento de vagas no Poder Legislativo Municipal, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 125/2016, pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislações vigentes, bem como será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Dr. Maruri, nº 1.204, sala A, Centro, no Município de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. Das inscrições: estarão abertas no período de 4 de novembro a 5 de dezembro de 2016, somente via internet, no site www.assconpp.com.br.

2. Das vagas: Os candidatos concorrerão às seguintes vagas:

Cargo/Local de atuação	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade ¹
Agente Administrativo	1	40h	R\$ 1.505,28	Certificado de conclusão do ensino médio
Agente de Limpeza e Serviços Gerais	1	40h	R\$ 1.095,52	Certificado de conclusão do ensino fundamental
Assistente Legislativo	1	40h	R\$ 2.359,60	Certificado de conclusão de curso superior
Contador	1	10h	R\$ 1.207,55	Certificado de conclusão de curso superior de Ciências Contábeis e inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/SC

3. A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Câmara Municipal de Vereadores de São Cristóvão do Sul e nos sites www.assconpp.com.br e www.camarascscs.gov.br.

São Cristóvão do Sul, SC, 31 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS GROBE DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de
Vereadores de São Cristóvão do Sul

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 126/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 126/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 035/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 16 de novembro de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados visando eventual futura AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS NATALINAS, MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE ADEREÇOS NATALINOS, FOGOS DE ARTIFÍCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 27 de outubro de 2016.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 14/2016-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para a aquisição de climatizador 12.000BTUS, para manutenção das atividades do CRAS do município de São João do Oeste, com recursos federais do IGD/SUAS.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 18 de novembro de 2016 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 03 de novembro de 2.016.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 15/2016-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para a contratação de empresa para realização de curso de reaproveitamento de alimentos, para integrantes do CRAS do município de São João do Oeste, com recursos estaduais do FEAS-Conta custeio.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 10:00 horas do dia 18 de novembro de 2016 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 03 de novembro de 2.016.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 16/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para a contratação de empresa para realização de pacote turístico, para deslocamento até São Miguel do Oeste, para acompanhar sessão de cinema, para integrantes do CRAS do município de São João do Oeste, com recursos estaduais do FEAS-Conta custeio.

Tipo: menor preço por lote.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 18 de novembro de 2016 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 03 de novembro de 2.016.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 7091/2016

DECRETO Nº 7091/2016
INSTITUI PONTO FACULTATIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO no dia 14 de novembro de 2016 (segunda-feira), para os órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Ficam excluídos do horário estabelecido por este Decreto os serviços considerados essenciais ao interesse público, bem como aqueles atinentes à reposição do calendário escolar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7093/2016

DECRETO Nº 7093/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora PAULA REGINA DOS S. DA ROSA do cargo de Assessor Técnico em Desenvolvimento Econômico – CCM 8, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7094/2016

DECRETO Nº 7094/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado FRANCISCO FERNANDES para o cargo em comissão de Assessor Técnico em Desenvolvimento Econômico – CCM 8, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7095/2016

DECRETO Nº 7095/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor DILMO MIRANDA do cargo de Assessor II Administrativo – CCM2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7096/2016

DECRETO Nº 7096/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ARNALDO EMILIO DA SILVA do cargo de Diretor de Atividades Econômicas – CCM-7, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7097/2016

DECRETO Nº 7097/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado WILLIAN QUADROS DA SILVA para o cargo em comissão de Diretor de Atividades Econômicas – CCM-7, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7098/2016

DECRETO Nº 7098/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ALEXANDRE DE SOUZA do cargo de Secretário Adjunto da Assistência Social – SMA, com lotação na Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7099/2016

DECRETO Nº 7099/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO do cargo de Secretária da Assistência Social – SM, com lotação na Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7100/2016

DECRETO Nº 7100/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada NORMA WARMLING para exercer o cargo de Secretária da Assistência Social – SM, com lotação na Secretaria da Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7101/2016

DECRETO Nº 7101/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO para exercer o cargo de Secretária Adjunta da Assistência Social – SMA, com lotação na Secretaria da Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7102/2016

DECRETO Nº 7102/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ALEXANDRE DE SOUZA para o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Urbano – CCM 8, com lotação no Gabinete da Prefeita, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7103/2016

DECRETO Nº 7103/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JOSÉ ROCHA NETO do cargo de Assessor I – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7113/2016

DECRETO Nº 7113/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ALINE DE ATHAYDE GOULART do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro – CCM 7, com lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7114/2016

DECRETO Nº 7114/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ANTÔNIO AVALÍDIO RAIMUNDO do cargo de Secretário Adjunto da Administração – SMA, com lotação na Secretaria da Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7116/2016

DECRETO Nº 7116/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ANTÔNIO AVALÍDIO RAIMUNDO para exercer o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro – CCM 7, com lotação na Secretaria de Administração, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7118/2016

DECRETO Nº 7118/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor LUIZ BEIRITH do cargo de Secretário Adjunto do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SMA, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7119/2016

DECRETO Nº 7119/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor FRANCISCO ALFREDO LEAL DE MACEDO CAMPOS do cargo de Procurador Geral Adjunto – SMA, com lotação na Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7120/2016

DECRETO Nº 7120/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JULIANA DAMIANI DA SILVA do cargo de Assessor Técnico Jurídico – CCM8, com lotação na Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7121/2016

DECRETO Nº 7121/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor DIEGO DE MESQUITA ANDRADE do cargo de Assessor Técnico Jurídico – CCM8, com lotação na Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7123/2016

DECRETO Nº 7123/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora BEATRIZ SOARES GERALDI do cargo de Diretor I de Centro de Saúde – CCM 4, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7124/2016

DECRETO Nº 7124/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ELIZABETH ESPÍNDOLA CÚRCIO do cargo de Assessor II – ADMINISTRATIVO - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7125/2016

DECRETO Nº 7125/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que

lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora PALOMA OLIVEIRA LUIZ do cargo de Assessor II – ADMINISTRATIVO - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7126/2016

DECRETO Nº 7126/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor LUIZ ROBERTO AZAMBUJA do cargo de Assessor Pedagógico – CCM1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7128/2016

DECRETO Nº 7128/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor LUIZ ROBERTO AZAMBUJA do cargo de Assessor Pedagógico – CCM1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7129/2016

DECRETO Nº 7129/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora EMILY DA SILVA do cargo

de Diretor Administrativo e Operacional – CCM 7, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7130/2016

DECRETO Nº 7130/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor MILTON ÁLVARO BENTO do cargo de Assessor Pedagógico – CCM1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7131/2016

DECRETO Nº 7131/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor HUDSON DOUGLAS DA SILVA do cargo de Direção II de Centros de Saúde – CCM 05, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7132/2016

DECRETO Nº 7132/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora SUZE MARIA D'AVILA do cargo de Assessor Pedagógico Escolar – CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7133/2016

DECRETO Nº 7133/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ANCELMO DALANLHO do cargo de Coordenador de CPD – CCM 5, com lotação na Secretaria da Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7134/2016

DECRETO Nº 7134/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GILMAR JOSÉ FAVA do cargo de Assessor I – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7135/2016

DECRETO Nº 7135/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MARIA DAS GRAÇAS PASTOR BARBOSA do cargo de Coordenador de Cemitérios – CCM5, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7136/2016

DECRETO Nº 7136/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora NAHDJA ANDERSON DOS SANTOS do cargo de Assessor VI Administrativo – CCM6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7137/2016

DECRETO Nº 7137/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor KLAUS CÚRCIO do cargo de Supervisor Operacional – CCM6, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7138/2016

DECRETO Nº 7138/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ANTÔNIO ALFREDO TORQUATO do cargo de Assessor V Administrativo – CCM 5, com lotação Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7139/2016

DECRETO Nº 7139/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GUILHERME SANTOS DE OLIVEIRA do cargo de Assessor Pedagógico I – CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7140/2016

DECRETO Nº 7140/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JOÃO PINHEIRO do cargo de Assessor I – Administrativo – CCM1, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7142/2016

DECRETO Nº 7142/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ALLAN FRANCISCO DE SOUZA do cargo de Assessor II – CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7143/2016

DECRETO Nº 7143/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor MIGUEL TIMOTEO MULLER WENDHAUSEN do cargo de Coordenador de Trabalho e Renda – CCM 5, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7144/2016

DECRETO Nº 7144/2016
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora PATRICIA CARLOS OLIVEIRA, matrícula: 418030, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 24 de outubro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7146/2016

DECRETO Nº 7146/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor OSAIR AZEVEDO ROSA JÚNIOR do cargo de Assessor Técnico de Engenharia – CCM8, com lotação na Secretaria Executiva de Projetos Especiais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7147/2016

DECRETO Nº 7147/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JOSÉ PULCENO do cargo de Supervisor de Modernização Qualidade – CCM6, com lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7148/2016

DECRETO Nº 7148/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor WILIAN JUNKES do cargo de Assessor III Administrativo – CCM4, com lotação na Secretaria da Receita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7149/2016

DECRETO Nº 7149/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DUANE CARLOS CENCI do cargo de Chefe da Biblioteca Pública Municipal – CCM 3, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7150/2016

DECRETO Nº 7150/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor RAFAEL ROSA do cargo de Coordenador de Tuberculose – CCM 05, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7151/2016

DECRETO Nº 7151/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ANA PAULA LEMOS SOUZA do cargo de Diretor de Fiscalização e Acompanhamento - CCM7, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7153/2016

DECRETO Nº 7153/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor SÉRGIO OLAVO TOBIAS FERNANDES do cargo de Assessor I Escolar – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7154/2016

DECRETO Nº 7154/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor EDUARDO PÓVOAS COSTA do cargo de Assessor II Administrativo – CCM2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PORTARIA - SA - Nº 1058/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1058/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) LUCIA MARIA LEOPOLDO, matrícula n.º 13904-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 10.09.2016 a 08.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1049/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1049/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) LUCIA MARIA LEOPOLDO, matrícula n.º 23731-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 10.09.2016 a 08.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1050/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1050/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARY GRACIELA LAFUENTE, matrícula n.º 13823-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 29.08.2016 a 27.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Agosto de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1051/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1051/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ADRIANA CHAGAS, matrícula n.º 13691-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 19.09.2016 a 18.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1052/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1052/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) FABIOLA VIEIRA DA ROSA, matrícula n.º 35776-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 31.08.2016 a 29.09.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de Agosto de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1053/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1053/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) RAQUEL MARTINS, matrícula n.º 426057-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 19.09.2016 a 18.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1054/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1054/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ANGELA MARIA DOS SANTOS ALVES, matrícula n.º 39800-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 23.09.2016 a 21.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1055/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1055/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) VICENTE ELPIDIO CURCIO, matrícula n.º 13506-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 07.09.2016 a 05.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1056/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1056/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) LOURDES MARIA CANAZARO DALLA VECHIA, matrícula n.º 21770-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 03.09.2016 a 01.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1057/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1057/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) CLEIDE FELDBERG SILVESTRE, matrícula n.º 1772-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 05.09.2016 a 03.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1059/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1059/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) FERNANDA ROCHA PEREIRA BARCELOS, matrícula n.º 16509-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 20.09.2016 a 18.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1060/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1060/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ELIETI BEATRIZ NAGEL PEREIRA, matrícula n.º 13869-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 09.09.2016 a 07.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1061/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1061/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) TANIA REGINA PEREIRA, matrícula n.º 21663-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 13.09.2016 a 11.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1062/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1062/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARGARI MARIA COMPARSI, matrícula n.º 10857-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 23.09.2016 a 21.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1063/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1063/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA GORETE LIVRAMENTO, matrícula n.º 15182-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 14.09.2016 a 13.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1064/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1064/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ESTER LUIZA DE ARAUJO E SILVA SOSA, matrícula n.º 13757-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 16.09.2016 a 15.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1065/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1065/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) SUZANA DIAS AQUINO, matrícula n.º 35809-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 16.09.2016 a 15.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1066/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1066/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA ISABEL SCHMITT DA SILVA, matrícula n.º 39817-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 31 (trinta e um) dias, de 18.09.2016 a 18.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1067/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1067/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) KATHLEEN BICCA FRANCO, matrícula n.º 10816-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 25 (vinete e cinco) dias, de 28.09.2016 a 22.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1068/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1068/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) EVALDETE HAMES GELSELEUSTER, matrícula n.º 10756-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 18 (dezoito) dias, de 13.09.2016 a 30.09.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA- Nº 1187/2016

portaria nº 1187 de 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Finanças e Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito,

conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Tatiana Gabriela Bonzini Oliveira
- b) Deiko Lima e Silva

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de Outubro de 2016, revogando a portaria nº 1133/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 31 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 049/2016

PORTARIA Nº 049/2016

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO PROGRAMA DE FORNECIMENTO DE VALES CASTRAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO JOSÉ/SC E SEUS ÓRGÃOS

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, IV,

CONSIDERANDO o art. 197 da Constituição Federal de 1988 que estabelece como de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle através de seus gestores; CONSIDERANDO o art. 200 da Constituição de 1988 o qual aduz que compete ao sistema único de saúde em cada esfera de atuação administrativa, além de outras atribuições nos termos da lei, controlar e fiscalizar procedimentos de interesse para a saúde executando as ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, que informam a atuação da administração pública no cumprimento concernente ao princípio da eficiência em especial na otimização dos recursos públicos na área de saúde;

CONSIDERANDO o princípio da economicidade o qual está expressamente previsto no art. 70 da Constituição Federal de 1988 e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados como o menor custo possível tendo em vista a essencialidade;

CONSIDERANDO o princípio da efetividade e da eficiência segundo os quais verificam se os objetivos, "missões pretendidas" estão sendo alcançadas, ou seja, se as ações implementadas e suas metas estão produzindo os efeitos desejados.;

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspenso a partir do dia 1º de novembro de 2016 o fornecimento de vales castração no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São José, o qual se fazia através da Vigilância Sanitária Municipal.

Parágrafo único – A suspensão tem como fundamento a reavaliação do programa no que concerne ao atendimento de suas finalidades em confronto com o dispêndio de verbas públicas, tendo a suspensão caráter de tempo indeterminado

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

São José (SC), 24 de outubro de 2016.

Sinara Regina Landt Simioni

Secretária Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 050/GAB/SMS

PORTARIA Nº 050/GAB/SMS

Designa Diretor Clínico da Odontologia eleito e dá outras Providências.

A Secretária da Saúde no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto no Art. 66 § Único inciso IV da Lei Orgânica;

Considerando a prerrogativa do uso do Poder Discricionário, que lhe é conferido pelo Direito Administrativo, o qual concede à Administração Pública a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo; Considerando o princípio da impessoalidade primado pelo Art. 37 da CFB/88 e o exercício de Gestão democrática e participativa;

Resolve:

Art. 1º - Designar o Servidor Rodrigo Elias Monteiro para assumir a função sem remuneração de Diretor Clínico da Odontologia.

Parágrafo 1º - O Diretor supramencionado foi escolhido pela prática do sufrágio, entre seus pares, em eleição organizada pela Coordenação de Saúde Bucal e Comissão Eleitoral constituída para essa finalidade.

Parágrafo 2º - O prazo do exercício da função mencionada no art. 1º será de 1 (um) ano.

Art. 2º - O Diretor Clínico contribuirá, junto a Coordenação de Saúde Bucal para a formulação de políticas públicas, voltadas para área afim, que melhor atendam a população, tendo as seguintes atribuições:

I - Recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à Servidor no exercício da função, bem como a apuração de ameaça ou à violação a esse exercício;

a - Coordenar Comissão Sindicante se o caso ensejar.

II - Fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à implantação de novos serviços, que venham a melhorar o atendimento odontológico à população;

III – Exercer e verificar se as atividades relativas aos profissionais da odontologia estão sendo feitas de forma:

a) Humanizada;

b) Ética;

c) Proba;

d) Com Cooperação e;

e) Qualidade.

IV - Sugerir ao Gestor da Saúde, juntamente com a Coordenação de Saúde Bucal, as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional na rede municipal de saúde;

V – Colaborar na elaboração e publicação de relatórios anuais, diagnósticos de saúde, orçamento, entre outros.

Art. 3º - O Diretor Clínico é competente para prestar consultoria, assessoramento e emitir parecer técnico em matéria relacionada à atividade odontológica, sempre que requisitado pelo Coordenador de Saúde Bucal ou pelo Gestor da Saúde.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para a data da eleição para o exercício da função, revogando as disposições em contrário.

São José, 27 de outubro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária da Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.178/2015**

PORTARIA Nº 178/2016

NOMEIA O SERVIDOR RUAN VIEIRA PORTON PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I – CCV 3.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Ruan Vieira Porton para o cargo em comissão de Coordenador Parlamentar I – CCV3, vinculado ao gabinete da vereador Michel da Silva Schlemper, conforme Lei nº 4.752 de 25 de março de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2016.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 01 de novembro de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 179/2016

PORTARIA Nº 179/2016

CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR DIOCELES JOÃO VIEIRA, A PARTIR DO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias ao servidor Diocelles João Vieira, a partir do dia 01 de novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 01 de novembro de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 180/2016

PORTARIA Nº 180/2016

CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR MARCONDES MOREIRA DE OLIVEIRA, A PARTIR DO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias ao servidor Marcondes Moreira de Oliveira, a partir do dia 01 de novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 01 de novembro de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 113.2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº113/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº113/2016, Edital de Pregão Nº113/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE COLCHÕES DE BEBÊ, DATA SHOW E LIVROS INFANTIS PARA USO DAS CRECHES MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, COM RECURSOS DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 18/11/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 18/11/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura www.prefcedro.sc.gov.br
Antônio Plínio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 115.2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº115/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº115/2016, Edital de Pregão Nº115/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ENFEITES NATALINOS (MANGUEIRA LED, TUBOS SNOWFALL E GLOBOS BRILHANTES), CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA EFETUAR AS LIGAÇÕES, BEM COMO PACOTINHOS DE NATAL, PACOTES DE BALAS E PIRULITOS. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 16/11/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 16/11/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:00hrs às 13:00hrs, site da Prefeitura www.prefcedro.sc.gov.br Antônio Plínio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 114.2016

MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC.
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº114/2016.

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 114/2016, Edital de Tomada de Preço Nº 114/2016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR REPAROS NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO TRECHO DA RUA ODILO ANTONIO LINK, O QUAL SOFREU INTERVENÇÃO COM OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL EXTREMAMENTE NECESSÁRIA PARA EVITAR PONTOS DE ALAGAMENTOS NESTA ÁREA DE NOSSO MUNICÍPIO, e CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE 05 REDUTORES DE VELOCIDADE, TIPO LOMBADA, EM ASFALTO, A SEREM EXECUTADOS NA RUA ODILO ANTONIO LINK, NA RUA SANTO ANTONIO E RUA HERMÍNIO CONTE. Recebimento das propostas até às 11:00 horas do dia 18/11/2016. Abertura dos envelopes às 11:00 horas do dia 18/11/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail– compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016 - PR Nº 005/2016 - ICSL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/11/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BALAS MASTIGÁVEIS, ÁRVORES NATALINAS E FESTÃO DECORATIVO ARAMADO, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO NATAL 2016 ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de novembro de 2016.
EVERTON LUIZ LOVERA
Presidente da Autarquia do ICSL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2016 - TP Nº 001/2016 - ICSL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 18/11/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENG. Nº 001/2016, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO NATAL 2016 ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de novembro de 2016.
EVERTON LUIZ LOVERA
Presidente da Autarquia do ICSL

DECRETO Nº 5.515, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.515, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 18 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.01.0001	51 Aplicação Direta	R\$ 20.000,0
--	---------------------	--------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 18 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.01.0001	49 Aplicação Direta	R\$ 20.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de novembro de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.516, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.516, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Designa membros para compor a Equipe de Transição de Governo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de instituir a Equipe de Transição de Governo para preservar a manutenção do planejamento, dos projetos e programas governamentais e para a continuidade das ações públicas de maneira eficiente, eficaz e transparente, visando os interesses da população lourenciana;

CONSIDERANDO que a Transição de Governo é o processo que objetiva propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do programa do novo governo, desde a data de sua posse;

CONSIDERANDO, por fim, que o encerramento de cada exercício financeiro, principalmente no último ano de mandato, exige uma série de providências a serem adotadas e uma maior atenção de todos aqueles que lidam com a Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros, a seguir relacionados, para comporem a Equipe de Transição de Governo:

I - Representantes da Gestão Administrativa de 2013/2016:

- a) Reinaldo Francisco Guerra Júnior, servidor público municipal, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, matrícula nº 3007/01;
- b) Antônio Jocenei Waiss dos Santos, servidor público municipal, ocupante do cargo de Contador, matrícula nº 3205/01, lotado na Contadoria Geral do Município;
- c) João Eduardo Linhares, servidor público municipal, ocupante do cargo de Analista de Controle Interno, matrícula nº 222/03; e
- d) Elisabeth Redivo, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Procuradora Geral do Município, matrícula nº 1710/01.

II - Representantes da Gestão Administrativa para 2017/2020:

- a) Eduardo Rizzotto;
- b) Ivan Régis Zien;
- c) Jorge Matiotti Neto;
- d) Sezarlei Ferreira Bueno; e
- e) Walmor José Pederssetti.

Parágrafo único. Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados.

Art. 2º São princípios da transição governamental, além daqueles estabelecidos no art. 37, caput, da Constituição Federal:

- I - colaboração entre o governo atual e o governo eleito;
- II - transparência da gestão pública;
- III - planejamento da ação governamental;
- IV - continuidade dos serviços prestados à sociedade;
- V - supremacia do interesse público; e
- VI - boa-fé e executoriedade dos atos administrativos.

Art. 3º A Comissão deverá coordenar os trabalhos de transição de governo, no município de São Lourenço do Oeste - Santa Catarina no período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até a data de 31 de dezembro de 2016.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de novembro de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.517, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.517, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Altera o Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016, que dispõe sobre a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, artigo 55, inciso VII e;

CONSIDERANDO o requerimento de reclassificação para o último lugar dos classificados, apresentado pela candidata Elizângela Justino Féo, inscrita no CPF sob o nº 008.351.909-27, aprovada no Concurso Público nº 001/2016, para o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO a previsão do subitem 9.3.1., do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2016, acrescentado pelo Edital nº 001.7/2016, de 28 de março de 2016;

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I, do Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de novembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.517, de 1º de novembro de 2016)

ANEXO I

(Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016)

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

TÉCNICO EM ENFERMAGEM										
Inscrição	Candidato	C. GERAIS	PORT	MAT	ESP	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
60	SOLANGE HERBERTS	2,50	0,75	0,75	3,75	7,75	7,75	APROVADO(A)	1º	30/01/1986
204	JAIRSON LAZAROTTO	1,75	0,75	1,25	3,25	7,00	7,00	APROVADO(A)	2º	30/10/1969
196	MARIZIELI LAZZAROTTO MENDES	1,75	0,50	1,00	3,25	6,50	6,50	APROVADO(A)	3º	30/06/1990
290	ROSMARI SALETE DANELUZ	2,25	0,50	0,50	2,50	5,75	5,75	APROVADO(A)	4º	19/11/1965
372	CLAIZA HELENA GARDA	2,00	0,50	0,75	2,50	5,75	5,75	APROVADO(A)	5º	10/03/1977
338	AMARILDE LUNKES	1,25	0,75	0,50	3,00	5,50	5,50	APROVADO(A)	6º	22/11/1987
715	MAICON ADRIANO LAUTÉRIO	1,75	0,50	0,50	2,75	5,50	5,50	APROVADO(A)	7º	07/08/1988
314	IONE LUCIA GRANELLA BENDER	1,50	0,25	0,75	2,75	5,25	5,25	APROVADO(A)	8º	18/07/1980
26	FABIANE VIERA CARNEIRO	1,50	1,00	0,50	2,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	9º	20/02/1993
17	ANDRESSA MUNZLINGER DA MOTA	2,25	0,50	0,75	1,50	5,00	5,00	APROVADO(A)	10º	31/07/1992
287	MARCIA COLI TREVELIN HOFFMANN	2,25	0,75	1,00	2,25	6,25	6,25	APROVADO(A)	11º	19/05/1983
281	NOELY DE OLIVEIRA	1,75	0,25	0,50	3,50	6,00	6,00	APROVADO(A)	12º	01/12/1968
312	ANDREIA COLET DALLACORT	2,25	0,50	0,50	3,25	6,50	6,50	APROVADO(A)	13º	10/10/1990
756	JOSIELI DALLA SANTA	1,50	0,50	0,25	3,00	5,25	5,25	APROVADO(A)	14º	03/07/1990
718	IZIQUIEL JOSE DOS SANTOS	1,50	1,00	0,25	2,50	5,25	5,25	APROVADO(A)	15º	14/04/1995
27	ELIZANGELA JUSTINO FÉO	2,00	0,75	0,50	1,75	5,00	5,00	APROVADO(A)	16º	28/07/1981

.....". (NR)

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de novembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 53/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de peças para concerto de veículos e máquinas da Municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 0845 horas do dia 17/10/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 03 de novembro de 2016. GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº021/2016-ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA CHAMADA PÚBLICA PARA O CARGO DE PROFESSOR DE CIÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº021/2016
ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA CHAMADA PÚBLICA PARA O CARGO DE PROFESSOR DE CIÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que não há mais candidatos aprovados no Processo Seletivo n. 001/2015 em fila de espera interessados na vaga, abre inscrições e baixa normas para Chamada Pública aos interessados como Professor de Ciências do Serviço Público Municipal, para compor cadastro de reserva para contratação por tempo determinado, para substituir servidores efetivos em licença, férias ou investidos em função de confiança, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, e na forma do Termo de Ajustamento de Conduta n. 06.2011.00003208-5, que prevê a contratação de professores por chamada pública em conformidade com regulamentação do presente Edital e,

Considerando que não se pode interromper as aulas uma vez que se trata de direito fundamental dos estudantes o acesso à educação.

01 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Chamada Pública é destinada aos interessados em atuar como Professor de Ciências nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.

02 – DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

a) Da Inscrição: A inscrição deverá ser realizada nos dias 03 e 04 de novembro de 2016, horário de expediente, das 07h00min às 13h00min, na Secretaria de Educação, sito à Rua Guilherme Missen, Nº 289, Prédio Centro Empresarial Inovar, Quarto Andar.

b) Dos Requisitos: Professor com licenciatura em Ciências/Biologia ou cursando Licenciatura em Ciências/Biologia.

c) Da Documentação: É necessário apresentar via original e cópia dos seguintes documentos:

- Certificado de Especialização em Ciências/Biologia;
- Certificado de Especialização na área de Educação;
- Certificado de Licenciatura em Ciências/Biologia;
- Comprovante de matrícula e integralização curricular do curso de Licenciatura em Ciências/Biologia;
- Carteira de Identidade e CPF;
- Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento dos filhos, menores de 15 anos.

03 - DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

a) Dos Critérios: Na classificação serão observados os seguintes critérios:

Títulos	Nº Máximo de Títulos	Valor do Título
Especialização em Ciências/Biologia	01	1
Especialização na área de Educação		0,8
Licenciatura em Ciências/Biologia	01	0,7

b) Como critério de desempate será considerado:

- Integralização da matriz curricular (para graduando);
- Idade superior;
- Maior número de filhos menores de 15 anos.

c) Da Classificação: A classificação será publicada no mural da Secretaria de Educação e site da prefeitura de São Miguel do Oeste, no dia 07 de novembro de 2016, a partir das 08h00min.

04- DAS VAGAS

a. Das vagas: As vagas são para preenchimento de cadastro de reserva da Secretaria de Educação de São Miguel do Oeste/SC, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

b. Da Escolha: A escolha acontecerá conforme a necessidade de contratação, com comunicado para o candidato pela Secretaria de Educação do Município de São Miguel do Oeste, sito à Rua Guilherme Missen, Nº 289, Prédio Centro Empresarial Inovar, Quarto Andar.

05- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

a) O candidato que prestar declarações falsas ou apresentar documentos adulterados será desclassificado.

b) Preenchida a ficha de inscrição, o candidato deverá revisá-la, ficando após a sua assinatura, inteiramente responsável pelas informações nela contidas.

c) O candidato que estiver impossibilitado de realizar a sua inscrição pessoalmente, poderá fazê-la por procuração, desde que devidamente preenchida, assinada e com firma reconhecida.

d) Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação do Município de São Miguel do Oeste.

Prefeitura do Município de São Miguel do Oeste.

Em, 31 de outubro de 2016.

João Carlos Valar

Prefeito Municipal

ILIONE VANDA DE OLIVEIRA PEDROZO

Secretária de Educação

EXT. RESCISÃO CONTRATO 03.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 03/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O

ANEXO I DO EDITAL - aula de teclado.
CONTRATADO: TADEU FERNANDO BORTOLINI MEI
RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: TADEU FERNANDO BORTOLINI
São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016.

EXT. RESCISÃO CONTRATO 04.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016
CONTRATO Nº 04/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula pintura em tela, vidro e tecido.
CONTRATADO: MARINEI FATIMA SCHUCH GRAZZIOLLA MEI
RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: MARINEI FATIMA SCHUCH GRAZZIOLLA
São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016.

EXT. RESCISÃO CONTRATO 05.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016
CONTRATO Nº 05/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula patchwork.
CONTRATADO: GISELA GAUSMANN MEI
RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: GISELA GAUSMANN
São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 06.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016
CONTRATO Nº 06/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula teatro.
CONTRATADO: JOCELI SALETE PACHECO MAURER MEI
RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: JOCELI SALETE PACHECO MAURER
São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 07.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016
CONTRATO Nº 07/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula de decoupage.
CONTRATADO: PRISCILA LORENZETTI MEI
RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: PRISCILA LORENZETTI
São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 08.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016
CONTRATO Nº 08/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula de artesanato.
CONTRATADO: SILVANIRA FERREIRA GOMES MEI
RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: SILVANIRA FERREIRA GOMES
São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 09.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016
CONTRATO Nº 09/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula de piano.
CONTRATADO: MAIARA LAIS MARCON MEI
RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: MAIARA LAIS MARCON
São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 10.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 10/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula de percussão.

CONTRATADO: SIDNEI DE CARVALHO MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: SIDNEI DE CARVALHO

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 11.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 11/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula de artesanato-biscuit.

CONTRATADO: SIRLEI ADRIANA REBELATO TUMELEIRO MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: SIRLEI ADRIANA REBELATO TUMELEIRO

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 12.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 12/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula de técnica vocal.

CONTRATADO: MARCIONEI DE ABREU MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: MARCIONEI DE ABREU

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 13.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 13/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula de dança livre.

CONTRATADO: PATRICE SANTOS DE OLIVEIRA MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: PATRICE SANTOS DE OLIVEIRA

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 14.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 14/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - reger a banda municipal.

CONTRATADO: ADEMAR MEURER MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: ADEMAR MEURER

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 15.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 15/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aulas de violão popular e aula de dança de salão.

CONTRATADO: DANÇA GAÚCHA EIRELI - ME

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: CARLOS ALEXANDRE ALVES PINHEIRO

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 17.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 17/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aulas de dança alemã e aula de coral infantil.

CONTRATADO: CECILIA HAMMERSCHMITT MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: CECILIA HAMMERSCHMITT

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 18.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 18/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - aula de capoeira.

CONTRATADO: ALEXANDRE CAMPOS CAMARGO MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: ALEXANDRE CAMPOS CAMARGO

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 19.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 19/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - de coral para idosos.

CONTRATADO: NAIR STAUDT MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: NAIR STAUDT

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 20.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 20/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - de gaita de boca.

CONTRATADO: ALEXANDRE GASPODINI MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: ALEXANDRE GASPODINI

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

EXT. RESCISÃO CONTRATO 21.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

CONTRATO Nº 21/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - profissional responsável técnico.

CONTRATADO: ADINAN PATRIK DE CAMPOS MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: ADINAN PATRIK DE CAMPOS

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 127/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Aquisição de móveis sob medida para a secretaria e recepção da 13ª Ciretran, conforme Convênio nº 2016TN001765 e Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com memorial Descritivo, Projeto e Anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 10h45min do dia 18 de novembro de 2016.

Abertura: às 11hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 01 de novembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 61/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Aquisição de mobiliário sob medida destinado a Sala de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o Projeto e anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 17 de novembro de 2016.

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 31 de outubro de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 332/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 332/2016

Concede férias à servidora ROSEANE ROSÉLIA VERLICH.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSEANE ROSÉLIA VERLICH, ocupante do cargo de Agente de Saúde - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/11/2016 a 02/12/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de novembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 333/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 333/2016

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor SENITO PARANHOS DE PAULA, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor SENITO PARANHOS DE PAULA, pelo período de 10 (dez) dias, a contar da data de 19/10/2016, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/10/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de novembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

RESOLUÇÃO CMS/SPA/SC Nº 006/2016

RESOLUÇÃO CMS/SPA/SC Nº 006/2016

Dispõe sobre a Aprovação da aquisição de veículos para atenção básica - 2016.

O Conselho Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara/SC nos termos da Lei Municipal nº 1.023/2015, baixa a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Aprovar a aquisição de dois veículos utilitários para a Atenção Básica,, conforme consta na Programação Anual, aprovada através da Resolução CMS/SPA/SC nº 003, de 29 de fevereiro, de 2016.

§ 1º Fica autorizado a compra de veículos, cada um automóvel até R\$100.000,00 (cem mil reais), valor unitário, utilizando o recurso do co-financiamento e se necessário recurso do bloco de atenção básica e próprio.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

São Pedro de Alcântara, 31 de outubro de 2016.

Tamires Veber

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara/SC

RESOLUÇÃO Nº01/2016

RESOLUÇÃO Nº01/2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, resolve:

Art. 1º - O ingresso na Educação Infantil será permitido somente para crianças que os pais ou responsáveis residam no município, comprovando sua residência mediante apresentação de talão atualizado de luz, telefone ou contrato de aluguel.

Art. 2º - Será permitido o ingresso da criança na Educação Infantil, de pais que trabalham na prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara – SC.

Art. 3º - No Ensino Fundamental terá prioridade de matrícula as crianças que residam no município de São Pedro de Alcântara – SC e/ou que os pais trabalham na Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara SC.

Art. 4º - Será permitido o ingresso de crianças que residam em outros municípios no Ensino Fundamental, desde que haja vaga na turma a ser matriculada, conforme o quadro de vagas a ser estabelecido e divulgado, antes do período reservado a matrículas novas nas unidades de Ensino Fundamental, pelo CME de São Pedro de Alcântara – SC.

Art. 5º - Revoga-se a Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 03/2014.

São Pedro de Alcântara, 27 de outubro de 2016.

PAULO HENRIQUE LOHN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº02/2016 EDITAL DE MATRÍCULA Nº 01/2016

RESOLUÇÃO Nº02/2016

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 01/2016

O Presidente do Conselho Municipal de Educação e o Secretário de Educação Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS e com fundamento na Constituição Federal/88, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96; nas Leis Federais nº 11.114/05, nº11.274/06 e Normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010; Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009/Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Resolução CNE/CEB nº 1/2010 e na Resolução nº 6/2010; na Lei nº 8069/90 que dispõe sobre o ECA; Lei Federal nº 12796, de 04 de abril de 2013, Regimento Interno do Conselho Municipal de São Pedro de Alcântara, a partir do presente Edital:

REGULAMENTAM O PLANO DE MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, para as escolas da Rede Municipal de Ensino, Educação Infantil e Ensino Fundamental, o Plano de Matrículas para o ano letivo de 2017.

2. DA APRESENTAÇÃO

Art. 2º - O Conselho e a Secretaria de Educação Municipal de Educação, como parte integrante das atividades programadas, estabelecem por meio do presente edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2017, conforme Resolução nº 01/2016 do Conselho Municipal de Educação:

I - Com o processo de matrícula para o ano de 2017, espera-se garantir a oferta do Ensino Fundamental, priorizando o acesso à escola para as crianças do município, na faixa etária a partir dos 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2017. Sendo que os alunos que frequentaram o Pré-Escolar II, no ano de 2016, deverão ser matriculados no 1º ano do ensino.

II - Matrículas nos Centros de Educação Infantil em período integral ou parcial, para crianças de 04 (quatro) meses até as crianças que completarem 05 (cinco) anos de idade;

III - Os pais e/ou responsáveis legais das crianças matriculadas na Educação Infantil, na etapa compreendida creche, deverão comprovar vínculo empregatício;

IV - As matrículas nas turmas dos Centros de Educação Infantil estão destinadas somente para crianças que residam no município;

V - As crianças na faixa etária a partir de 04 (quatro) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2017 serão matriculadas no Pré-Escolar I, no período de 6 (seis horas). Sendo que as crianças que frequentaram o Maternal II no ano de 2016, deverão ser matriculadas no Pré-Escolar I.

VI - As crianças na faixa etária a partir de 05 (cinco) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2017 serão matriculadas no Pré-Escolar II, no período de 4 (quatro horas). Sendo que as crianças que frequentaram o Pré - Escolar I no ano de 2016 deverão ser matriculadas no Pré-Escolar II.

3. DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O Plano de Regulamentação de Matrículas tem por objetivo:

§1º - GERAL

Assegurar o direito a matrícula na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental a todas as crianças e adolescentes na Rede Municipal de Ensino, para crianças que residam no município.

§2º - ESPECÍFICOS

I - Efetuar a rematrícula automática dos educandos que já frequentam o Ensino Fundamental;

II - Renovar a matrícula das crianças que frequentam a Educação Infantil, nos Centros de Educação Infantil;

III - Classificar por zoneamento e matricular todas as crianças que completam seis anos até o dia 31 de março de 2017 no primeiro ano do ensino fundamental, e matricular todas as crianças que completam quatro anos até o dia 31 de março de 2017 no pré-escolar I;

IV - Efetuar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios deste Edital;

V - Garantir matrícula à criança/educando que comprove residência próxima ao Centro de Educação Infantil e à Escola de Ensino Fundamental;

VI - Efetuar a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais;

VII - Reconduzir à Escola o aluno evadido;

VIII - Organizar a distribuição de vagas disponíveis nos Centros de Educação Infantil e nas Escolas, de acordo com o número de crianças/alunos previsto neste Edital.

4. DAS CARACTERÍSTICAS**4.1 ENSINO FUNDAMENTAL**

Art. 4º - A prioridade de matrícula será para os educandos do Ensino Fundamental que residam no município, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria, garantindo a inclusão de todos.

Art. 5º - Para o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos, serão realizada as matrículas dos educandos que completem 6 (seis) até o dia 31 de março de 2017, respeitando o critério de classificação pelo zoneamento. Sendo que as crianças que frequentaram o Pré-Escolar II, no ano de 2016, deverão ser matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental.

4.1.1 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO PELO ZONEAMENTO

I - Para o primeiro ano do Ensino Fundamental, terão preferência pela vaga as crianças que estiverem matriculadas e frequentando o Centro de Educação Infantil Frei Ático, no ano letivo de 2016.

II - Terá preferência o educando que tiver residência mais próxima da Unidade Escolar, e proximidade da escola com o local de trabalho dos pais ou responsáveis.

4.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 6º - O ingresso de crianças, independente das condições físicas, mentais e sensoriais, nas classes de creche e pré-escola, constituir-se-á de:

4.2.1 CRECHES

- a) Berçário – 04 meses a 01 ano e 6 meses
- b) Maternal I – 01 ano e 6 meses a 03 anos
- c) Maternal II – 03 anos a 04 anos

I - Observar-se-ão os seguintes critérios no processo de matrícula das crianças para creches:

- a) Serão oferecidas vagas às crianças que não estiverem matriculadas em outra unidade escolar da rede de ensino pública ou privada;
- b) Filhos de famílias hipossuficientes economicamente, ou que estejam recebendo o Bolsa Família, ou que sejam acompanhados e encaminhados por técnicos sociais e educacionais que possuem residência no município (respeitando o zoneamento);
- c) Filhos de funcionários que possuem vínculo empregatício na prefeitura municipal de São Pedro de Alcântara, caso haja vaga;
- d) Filhos de mães que comprovem vínculo empregatício e que possuem residência no município (respeitando zoneamento).

Parágrafo Único: Para as matrículas novas, o Conselho Municipal de Educação, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, irá divulgar previamente, por meio de Resolução, a quantidade de vaga em cada turma da Educação Infantil.

II - Durante o ano letivo, se houver necessidade, nas turmas da Educação Infantil, (Berçário, Maternal I, Maternal II, Pré-Escolar I e Pré-Escolar II), quando houver vaga, poderá haver o ingresso de crianças, respeitando a idade correspondente da turma.

4.2.2 PRÉ-ESCOLA

a) Pré - Escolar I – 04 (quatro) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2017. Sendo que os alunos que frequentaram o Maternal II, no ano de 2016, deverão ser matriculados no Pré-Escolar I.

b) Pré-Escolar II – 05 (cinco) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2017. Sendo que os alunos que frequentaram o Pré-Escolar I, no ano de 2016, deverão ser matriculados no Pré-Escolar II.

I – As crianças que completarem 04 anos até o dia 31 de março de 2017, serão matriculadas na Pré-Escolar I, e serão atendidas nos Centros de Educação Infantil.

II – As crianças que completarem 05 anos até o dia 31 de março de 2017, serão matriculadas no Pré-Escolar II, e serão atendidas na E. B. M. Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho e no Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener.

Parágrafo Único: Para as matrículas novas, o Conselho Municipal de Educação, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, irá divulgar previamente, por meio de Resolução, a quantidade de vaga em cada turma de Pré-Escola.

5. DIRETRIZES BÁSICAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MATRÍCULAS

Art. 7º - As diretrizes básicas para a execução do plano de matrículas são as seguintes:

5.1 DA MATRÍCULA AUTOMÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

a) O sistema de matrícula automática destina-se a garantir vaga ao educando regularmente matriculado no Ensino Fundamental de nove anos, mediante a confirmação dos pais ou responsável pelo educando.

b) Matrículas automáticas para o Ensino Fundamental de nove anos serão efetuadas no ano indicado, conforme o resultado do processo de avaliação em vigor.

c) Cabe à escola efetuar a matrícula automática de todos os seus educandos já matriculados no Ensino Fundamental de nove anos, de acordo com a ficha de confirmação de matrícula para o ano letivo de 2017.

d) Será de compromisso da família, enviar a documentação complementar solicitada pela escola.

5.2 DA MATRÍCULA DE NOVOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

a) A matrícula de alunos novos somente será permitida se houver vaga na respectiva turma;

b) A matrícula deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis legais do educando, por meio do preenchimento da ficha de matrícula;

c) O educando evadido, que não possuir documentos comprobatórios de seu grau de escolarização, será submetido a teste de verificação de aprendizagem e será matriculado no Ensino Fundamental, de acordo com o seu desempenho na verificação (Lei nº 9.394/96, art. 24, inciso II, alínea C);

d) Em caso de não existência de vaga na unidade escolar, os pais ou responsáveis serão orientados a buscar vaga em outro estabelecimento de ensino mais próximo.

Parágrafo Único: Para as matrículas novas, o Conselho Municipal de Educação, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, irá divulgar previamente, por meio de Resolução, a quantidade de vaga em cada turma do Ensino Fundamental.

6. DA ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES

As classes/turmas ficarão assim constituídas:

A) ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

1ºs Ano	20 educandos por turma
2ºs Ano	20 educandos por turma
3ºs Ano	20 educandos por turma
4ºs Ano	25 educandos por turma
5ºs Ano	25 educandos por turma
6ºs Ano	25 educandos por turma
7ºs Ano	25 educandos por turma
8ºs Ano	25 educandos por turma
9ºs Ano	25 educandos por turma

I - Será criada uma nova classe quando o número de educandos matriculados exceder 20% da quantidade estipulada acima, conforme Resolução do CME. Também serão observadas a existência de espaço físico adequado e a avaliação da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

B) ESCOLA MUNICIPAL MULTISERIADA

Turma de 15 educandos por sala.

Sendo que o atendimento será para alunos do 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental.

C) EDUCAÇÃO INFANTIL

C.1) Centro de Educação Infantil Frei Ático

Berçário – 14 crianças

Maternal I – 20 crianças

Maternal II – 25 crianças

Pré-Escolar I – 20 educandos

C.2) Escola Básica Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho

Pré-Escolar II – 20 educandos

C.3) Centro de Educação Infantil Professora Leonida Vieira Francener

Berçário – 14 crianças

Maternal I – 24 crianças

Maternal II – 25 crianças

Pré-Escolar I – 20 educandos

Pré-Escolar II – 20 educandos

7. DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 8º - A documentação exigida no ato da matrícula será a seguinte:

7.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

7.1.1 CRECHE

- carteira de vacinação da criança (cópia);
- cartão nacional do SUS;
- cópia da certidão de nascimento da criança;
- comprovante de residência mês de outubro de 2016 (luz, telefone);
- Comprovante de renda dos pais do último mês (outubro/2016) e/ou comprovante de recebimento do Bolsa Família; atestado de trabalho da mãe, e/ou responsável, fornecido pelo empregador, ou declaração registrada em cartório acompanhada de alvará comprovando a atividade como autônomo;

7.1.2 PRÉ-ESCOLAR I e II

- Atestado de frequência;
- Histórico escolar;
- Cópia da certidão de nascimento ou cópia de Identidade (RG), para os que já possuem;
- Carteira de vacinação;
- cartão nacional do SUS;
- Comprovante de residência (do mês de outubro de 2016).
- Cópia do CPF dos responsáveis;
- 2 fotos 3x4.

7.2 ENSINO FUNDAMENTAL

- Atestado de frequência;
- Histórico escolar;
- Cópia da certidão de nascimento ou cópia de Identidade (RG), para os que já possuem;
- Carteira de vacinação;
- Cartão nacional do SUS;
- Comprovante de residência (do mês de outubro de 2016).
- Cópia do CPF dos responsáveis;
- 2 fotos 3x4.

§1º - No caso de alunos em transferência durante o ano letivo, o responsável deverá encaminhar à escola toda a documentação acima citada e mais toda documentação complementar, julgada necessária pela Secretária Escolar.

§2º - A Escola deverá manter o registro da vida escolar do educando, porém se, no ato da matrícula, o educando não apresentar a documentação exigida, terá o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo.

§3º - Se o educando não possuir documentação, a unidade escolar o encaminhará aos órgãos competentes, objetivando auxiliar aos pais ou responsáveis na regularização de sua documentação.

8. DO CRONOGRAMA E DO LOCAL

8.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 9º - De 31 de Outubro a 04 de Novembro de 2016, será feita a rematrícula de todas as crianças que já frequentam o Centro de Educação Infantil, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Art. 10 – De 16 de Novembro a 18 de Novembro de 2016, serão realizadas as matrículas de crianças que ainda não frequentam a Educação Infantil, para o ano letivo, que inicia em 13 de fevereiro de 2017, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, e das normas estabelecidas neste Edital.

Art. 11 - De 01 de Fevereiro a 03 de Fevereiro de 2017, serão realizadas as matrículas de crianças que ainda não frequentam a Educação Infantil, para o ano letivo, que inicia em 13 de fevereiro de 2017, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, e das normas estabelecidas

neste Edital.

8.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 12 – De 31 de Outubro a 04 de Novembro de 2016, ocorrerá a confirmação de matrículas dos educandos que estão frequentando, para o ano letivo de 2016.

Art. 13 – De 16 de Novembro a 18 de Novembro de 2016, serão realizadas as matrículas de novos alunos, para o ano letivo de 2016, das 8h às 11h e das 13h30min às 16h30min.

Art.14 - De 01 de Fevereiro a 03 de Fevereiro de 2017, serão realizadas as matrículas de novos alunos, para o ano letivo de 2017, das 8h às 11h e das 13h30min às 16h30min.

9. DA DIVULGAÇÃO

Art. 15 - A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto pelo Conselho Municipal de Educação e a Secretaria de Educação.

I – O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria de Educação e as unidades de ensino serão responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16- As unidades de ensino deverão envolver todas as entidades organizadas das comunidades para a divulgação, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

Art. 17 - Em função da demanda de matrículas o Conselho Municipal de Educação e Secretaria de Educação, reservam-se o direito de aplicar o critério de matrículas pelo zoneamento nas unidades escolares da zona urbana e rural.

Parágrafo único – Para a definição do espaço geográfico para o zoneamento, será observada a orientação do mapa geográfico, priorizando a maior proximidade.

Art. 18- Ficam sujeitas às presentes diretrizes, todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 19 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de outubro de 2016.

PAULO HENRIQUE LOHN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

ANEXO I – Educação Infantil

Turmas para 2017, obedecendo a data corte - março de 2017.

Berçário	Maternal I	Maternal II	Pré I	Pré II
10/16 12/15	03/15	03/14	03/13	03/12
09/16 11/15	02/15	02/14	02/13	02/12
08/16 10/15	01/15	01/14	01/13	01/12
07/16 09/15	12/14	12/13	12/12	12/11
06/16 08/15	11/14	11/13	11/12	11/11
05/16 07/15	10/14	10/13	10/12	10/11
04/16 06/15	09/14	09/13	09/12	09/11
03/16 05/15	08/14	08/13	08/12	08/11
02/16 04/15	07/14	07/13	07/12	07/11
01/16	06/14	06/13	06/12	06/11
	05/14	05/13	05/12	05/11
	04/14	04/13	04/12	04/11

RESOLUÇÃO Nº03/2016

RESOLUÇÃO Nº03/2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º Fica instituído para o ano de 2017, a Colônia de Férias.

§1º No período de 04 de janeiro a 03 de fevereiro de 2017;

§2º Serão atendidas as crianças que estão frequentando os Centros de Educação Infantil no ano de 2016;

§3º Terá direito a frequentar a colônia de férias, as crianças matriculadas regularmente no ano de 2016, nas turmas berçário, maternal I e maternal II.

Art. 2º Serão atendidas as crianças cujas mães comprovem vínculo empregatício no período.

Parágrafo Único – A mãe deverá entregar uma declaração, da empresa onde possui vínculo empregatício, como estará trabalhando no período em que será ofertada a colônia de férias.

Art. 3º O período das entregas das declarações e solicitação de vaga na colônia de férias será: de 31 de Outubro a 04 de Novembro de 2016.

Art. 4º A criança que estiver matriculada na colônia de férias e não comparecer, não terá direito a vaga na colônia de férias do próximo ano. Conforme termo de compromisso no anexo I.

Art. 5º O atendimento da Colônia de Férias será realizado no Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener.

São Pedro de Alcântara, 27 de outubro de 2016.

Paulo Henrique Lohn

Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente em _____, responsável pela criança _____,

nascida em _____, assumo o compromisso com o Art. 4 da Resolução 03/2016 do Conselho Municipal de Educação: "A criança que estiver matriculada na colônia de férias e não comparecer, não terá direito a vaga na colônia de férias do próximo ano".

Diante do exposto, declaro minha inteira responsabilidade pelo presente termo.

São Pedro de Alcântara, ____/____/201__.

Assinatura do Responsável.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.929/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.929/2016 de 31 de outubro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0164 - Obras e Instalacoes R\$ 20.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 31 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.716/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.716/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Karolline Lins de Carvalho Ananias, com efeitos retroativos a partir de 29 de outubro de 2016, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 31 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.717/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.717/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Cristiani Feustel, com efeitos retroativos a partir de 30 de outubro de 2016, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 31 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.718/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.718/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do servidor, Sr. Franklin Jones Vieira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 31 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.719/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.719/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Marli Schrank de Oliveira, com efeitos retroativos a partir de 28 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 31 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.720/2016, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.720/2016, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Grasielle Santos de Oliveira Ribeiro, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.721/2016, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.721/2016, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Ademir Rech, do cargo comissionado de Assessor de Educação, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A03/2016 – FAS

TERMO ADITIVO Nº. A03/2016 – FAS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2014-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 95.836.771/0001-20, estabelecida na Rua Içara nº. 151, lote 07, Itoupava, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.030-170, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Alexandre Hwizdaleck inscrito no CPF sob o nº. 636.465.959-49, portador da carteira de identidade nº. 2.173.335-0-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 12/2014-FAS, celebrado em 02 de julho de 2014, decorrente Processo de licitação nº. 10/2014 – FAS, Modalidade Pregão Presencial nº. 04/2014- FAS, para contratação de empresa para fornecimento de sistema para gestão da Política Pública de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Assistência Social para aditivar o prazo de vigência do contrato de 01 de janeiro de 2017 até dia 31 de dezembro de 2017, com o valor total de R\$ 21.751,91 (Vinte e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos).

Considerando o disposto no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” no item 1.1, para o período de 01 de janeiro de 2017 até dia 31 de dezembro de 2017, totalizando o valor aditivado em R\$ 21.751,91 (Vinte e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos), e Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, alterando o valor total do contrato para R\$ 85.008,78 (oitenta e cinco mil, e oito reais e setenta e oito centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REAJUSTADO	VALOR R\$ TOTAL
02	LICENÇA DE USO Suporte técnico ao usuário, hospedagem e manutenção corretiva e evolutiva do sistema de gestão de Assistência Social.	12	Meses	1.131,58	13.578,96
03	Valor Hora Técnico após implantação inicial, para Conversão de Dados, Parametrização, Prestação de serviços remota para instalação e atualização (incluindo Treinamento e Suporte in loco)	40	Horas	136,99	5.479,60
04	Deslocamento	2000	Km	0,90	1.800,00
05	Diárias e Refeições	5	Unidade	178,67	893,35
VALOR TOTAL R\$					21.751,91

Cláusula 2ª – Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Quarta “da Vigência” no item 14.1 do contrato nº 12/2014-FAS, prorrogando-se o a vigência do contrato de 01 de janeiro de 2017 até dia 31 de dezembro de 2017.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 12/2014-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 01 de novembro de 2016.
CONTRATADA:

PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA.
Alexandre Hwizdaleck
CPF nº. 636.465.959-49
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A3/2016 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A3/2016 – FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2016 – FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: OLOS TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 85.260.354/0001-28, estabelecida na Rua Tufie Mahfud, nº 210, salas 301, 303 e 304, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-080, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Alfredo Roeder Junior, inscrito no CPF sob o nº 516.083.089-87, portador da carteira de identidade nº 1.041.162-3-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 35/2016-FMS, celebrado em 14 de julho de 2016, proveniente Processo Licitatório nº. 44/2016-FMS, Pregão Presencial nº. 19/2016-FMS, para contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de processamento de dados para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante do Contrato, como se transcrito, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, II c/c e 65, I ambos da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde do Município de Schroeder de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 44.377,92 (quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), no item 03, o valor mensal de R\$ 3.698,16 (três mil, seiscentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos), par ao período de 12 (doze) meses, totalizando o valor de R\$ 44.377,92 (quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), e na cláusula Décima Quarta “da vigência”, alterando o item 14.1 para o novo período de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo descrito:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REAJUSTADO	VALOR R\$ TOTAL
03	Serviço mensal de processamento de dados, incluindo Assessoramento, gerenciamento do banco de dados (conforme especificação técnica anexo).	12	MESES	3.698,16	44.377,92
TOTAL R\$					44.377,92

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 44.377,92 (quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 68.705,93 (sessenta e oito mil, setecentos e cinco reais e noventa e três centavos).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 35/2016-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 01 de novembro de 2016.

CONTRATADA:

OLOS TECNOLOGIA LTDA

Alfredo Roeder Junior

CPF nº 516.083.089-87

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A4/2016 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A4/2016 – FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2016– FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Osmair Rogério Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 936.754.109-00.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 26/2016-FMS, celebrado em 25 de maio de 2016, proveniente do Processo de licitação nº. 14/2016–FMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 01/2016–FMS, para contratação de empresa especializada para execução de edificação de Unidade Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 253,06m² de área, na Rua Marechal Castelo Branco s/n, Bairro Bracinho, neste Município de Schroeder/SC, de acordo com Programa de Transferência 20160004947 do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que se enquadra no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde, frente à prorrogação do prazo de execução da obra de até 31 de março de 2017, e da vigência do contrato de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, devido a necessidade de análise e execução de aditivo de serviços necessários para finalização da obra.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SC A60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme parecer em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.2 e Clausula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4, do contrato nº 26/2016-FMS, prorrogando-se o prazo de execução da obra até 31 de março de 2017.

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Sexta “da vigência” no item 16.1, prorrogando-se a vigência do contrato para o período de 1º. de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 26/2016-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 01 de novembro de 2016.

CONTRATADA:

OMVS CONSTRUTORA LTDA.

Osmair Rogério Marquez

CPF nº. 936.754.109-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A67/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A67/2016 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 249/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 95.887.295/0001-76, estabelecida na Rua Koesa, nº 298, sala 606, Kobrasol, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.102-310, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Marcelo Oliveira da Silva, inscrito no CPF sob o nº 619.144.109-63, portador da Carteira de Identidade no 1.668.779-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 249/2014-PMS, celebrado em 07 de novembro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 171/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 81/2014-PMS, para contratação de empresa especializada na Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, no o valor de R\$ 232.928,56 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivado nos itens as quantidades abaixo descritas, totalizando o valor de R\$ 232.928,56 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Locação, suporte técnico de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto	12	Meses	2.836,53	34.038,36
03	Leitura informatizada com emissão e entrega simultânea de fatura.	60.000	Unidade	1,79	107.400,00
04	Entrega de documentos e aviso de corte.	8.500	Unidade	1,57	13.345,00
05	Corte de abastecimento de água.	2.500	Unidade	6,30	15.750,00
06	Liberação do abastecimento.	2.500	Unidade	6,30	15.750,00
07	Serviço de fiscalização	12	Meses	3.887,10	46.645,20
TOTAL R\$					232.928,56

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 232.928,56 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 676.237,62 (seiscentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos).

Cláusula 3ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017 a vigência do contrato.

Cláusula 4ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 249/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 01 de novembro de 2016.

CONTRATADA:

SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA.

Marcelo Oliveira da Silva

CPF nº 619.144.109-63

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
 Nome: Ivandra de Souza
 CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
 Nome: Daniela Samulescki
 CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A68/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A68/2016 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2016-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottkar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Odair José Mannrich, inscrito no CPF sob o nº 348.090.589-72 e Carteira de Identidade nº 8/R 592.121-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 42/2016-PMS, celebrado em 18 de abril de 2016, proveniente do Processo de licitação nº. 38/2016-PMS, Modalidade Concorrência nº. 02/2016 – PMS, para contratação da empresa especializada em serviços de limpeza pública, do ramo de Engenharia Sanitária, para executar a Gestão dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais produzidos pelo município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante do Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, no o valor de R\$ 1.615.266,24 (um milhão seiscentos e quinze mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivado nos itens as quantidades abaixo descritas, totalizando o valor de R\$ 1.615.266,24 (um milhão seiscentos e quinze mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	COLETA MANUAL E MECANIZADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS COMPACTÁVEIS NA ÁREA URBANA E RURAL COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE, CONFORME ROTEIRO FORNECIDO. (toneladas estimada/ano).	2.520	toneladas	333,03	839.235,60
02	TRANSPORTE COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS COLETADOS EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO.	2.520	toneladas	176,10	443.772,00
03	COLETA MANUAL E MECANIZADA, ATRAVÉS DO SISTEMA PORTA A PORTA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL EM LOCAL LICENCIADO, DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE.	12	Equipes	23.815,07	285.780,84
04	COLETA DIFERENCIADA TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS CLASSIFICAÇÕES DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PRODUZIDOS NOS AMBULATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO.	12	Equipes	3.873,15	46.477,80
TOTAL R\$					1.615.266,24

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 1.615.266,24 (um milhão seiscentos e quinze mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 3.230.532,48 (três milhões, duzentos e trinta mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos).

Cláusula 3ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017 a vigência do contrato.

Cláusula 4ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2016-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para

único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 01 de novembro de 2016.
CONTRATADA:

SERRANA ENGENHARIA LTDA
Odair José Mannrich
CPF nº 348.090.589-72
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A69/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A69/2016 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 282/2014 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Bairro Andorinha, na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.220-000, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CPF nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 282/2014-PMS, celebrado em 01 de dezembro de 2014, proveniente do Processo nº. 241/2014 – PMS, Inexigibilidade de Licitação nº. 07/2014 – PMS, para a cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais, de efeito externo, do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos) por este fornecidos, dispostos no site LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica da Prefeitura, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como expressa disposição contratual, prevista nos termos da cláusula 5ª do respectivo contrato, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita de aditivo pela Procuradoria Municipal frente à prorrogação da vigência do contrato para o ano de 2017, justificando a referida prorrogação do respectivo contrato administrativo para manter a publicidade dos atos oficiais, com a importante ferramenta de busca de leis por termos de forma a garantir a transparência e acesso à informação pela população de Schroeder.

Considerando a solicitação de aditivo feita pela Procuradoria Municipal o valor trimestral atual é de R\$ 3.145,03 (três mil cento e quarenta e cinco reais e três centavos), devendo haver a revisão do IGPM no período conforme cálculos apresentados, que passa a ser de R\$ 3.480,85 (três mil e quatrocentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos) pagos trimestralmente, e com vigência para o ano de 2017.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Quarta - do prazo do contrato, prorrogando-se a vigência do contrato para 01 de janeiro de 2017 até dia 31 de dezembro de 2017.

Cláusula 2ª – Fica alterada a partir deste, a Cláusula Quinta - do pagamento, encargos e reajustes, passando a vigorar com o valor global de R\$ 13.923,40 (treze mil, novecentos e vinte e três reais e quarenta centavos), que corresponde a 04 (quatro) parcelas trimestrais no valor de R\$ 3.480,85 (três mil e quatrocentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos), repassados no período de vigência desse contrato.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 282/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 01 de novembro de 2016.
CONTRATADA:

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA
Carlito Mello de Liz
Sócio-Administrador
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A70/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A70/2016 – PMS

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 232/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getulio Vargas, nº 470, Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Cristiane Longhi Tortelli inscrita no CPF sob o nº. 924.808.370-68.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 232/2014-PMS, celebrado em 17 de outubro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 153/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 73/2014–PMS, para contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância humana desarmada e em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, PROCON, Defesa Civil, sala de musica (antiga Biblioteca) e Setor de Esportes (no Ginásio de esportes) do Município de Schroeder/SC.

Considerando o pedido de reajuste protocolado pela empresa CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA e o parecer Jurídico nº. 141/2016-PROJUR.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65, paragrafo 8º. da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 4ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o período de 02 meses, sendo o valor do aditivo de reajuste de R\$ 899,14 (oitocentos e noventa e nove reais e quatorze centavos), referente a 02 meses do item 01.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” reajustado o valor no item 01, para o período de 02 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	SALDO DA LICITAÇÃO	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REAJUSTADO	VALOR R\$ TOTAL
01	1 (Um) posto de vigilância humana 24 horas de segunda a segunda-feira, com sistema de rádio comunicação, com dispositivo de ronda eletrônica, sendo inclusos todos os custos referente a este item.	02	Mês	22.508,22	45.015,44

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 899,14 (oitocentos e noventa e nove reais e quatorze centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 569.536,27 (quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos).

Cláusula 3ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 232/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 01 de novembro de 2016.
CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
Cristiane Longhi Tortelli
CPF nº. 924.808.370-68
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

ATA PREGÃO PRESENCIAL 25/2016-FMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 25/2016 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 62/2016 Data do Processo: 22/09/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 51/2016 (Sequência: 3)

Ao(s) 1 de Janeiro de 2016, às 11:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6631/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 62/2016, Licitação nº 25/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento da CND Estadual da empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP conforme determinado na ata 50/2016 (sequência 01) do dia 26 de outubro de 2016, cujo documento foi rubricado pela pregoeira e pela equipe de apoio. Constatando que a empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes.

Participante: 6852 - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	Esfigmomanômetro OBESO completo, braçadeira em nylon com fecho de velcro, circunferência de 35 a 51 cm aproximadamente. Manômetro com fácil visualização com faixa de medição: 0 - 300 mmHg; Manguito e pera em látex.Válvula: Fabricada em latão cromado, usada para comandar a entrada e saída do ar. Aferido pelo Inmetro com selo de verificação inicial.	UN	12,00		0,0000	68,50	822,00

Total do Participante ———> 822,00

Participante: 13238 - OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALAR

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Braçadeira para injeção endovenosa, estofada, coluna inferior em tubo redondo pintado na cor branca, haste superior em tubo cromado, concha em aço inoxidável com acabamento boleado estofada revestida em couro na cor preta, movimento regulável, base em tripé de ferro, altura regulável mínima de 0,85 e máxima de 1,25m.	UN	2,00	OLIMEDIC	0,0000	88,50	177,00
6	Escada com dois degraus fabricada em tubos de aço pintados na cor branca, pés protegidos com ponteiros plásticos, degraus antiderrapantes.	UN	9,00	OLIMEDIC	0,0000	54,50	490,50
11	Maca clínica para exames armação tubular pintada na cor branca, leito estofado em espuma revestido em couro (preto) e cabeceira reclinável. Dimensões aproximadas: 1.80 comprimento x 0,60 de largura x 0,80 de altura.	UN	4,00	OLIMEDIC	0,0000	260,50	1.042,00

Total do Participante ———> 1.709,50

Participante: 13472 - CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Biombo triplo com rodízios, construído em tubos de aço pintado na cor branca, revestido em tecido branco. Tamanho aproximado 1,70 x 1,80 m.	UN	6,00	METALIC	0,0000	169,50	1.017,00
4	Carro para curativos em inox com balde e bacia, confeccionado com armação tubular, tampo e prateleira em aço inox, rodízios de 3", acompanha balde e bacia. Tamanho aproximado: 75 x 45 x 80cm (C x L x A).	UN	5,00	METALIC	0,0000	600,00	3.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 25/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 62/2016
 Data do Processo: 22/09/2016

Folha: 2/2

Participante: 13472 - CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	Esfigmomanômetro ADULTO completo, braçadeira em nylon com fecho de velcro, circunferência de 18 a 35 cm aproximadamente. Manômetro com fácil visualização com faixa de medição: 0 - 300 mmHg; Manguito e pera em látex.Válvula: Fabricada em latão cromado, usada para comandar a entrada e saída do ar. Aferido pelo Inmetro com selo de verificação inicial.	UN	12,00	PREMIUM	0,0000	50,00	600,00
9	Esfigmomanômetro INFANTIL completo, braçadeira em nylon com fecho de velcro, circunferência de 10 a 23 cm aproximadamente. Manômetro com fácil visualização com faixa de medição: 0 - 300 mmHg; Manguito e pera em látex.Válvula: Fabricada em latão cromado, usada para comandar a entrada e saída do ar. Aferido pelo Inmetro com selo de verificação inicial.	UN	12,00	PREMIUM	0,0000	50,00	600,00
10	Estetoscópio duplo, auscultador duplo em aço inox, tubo em PVC. Olivas rígidas.	UN	24,00	ADVANTIVE	0,0000	12,00	288,00
13	Nebulizador com design compacto, com uma prática alça para transporte. Ruído baixo; prático suporte que evita o desperdício de medicamento; máscaras ultra macias de silicone.(incluso máscara adulto e infantil); Bivolt110/220; Gera partículas nebulizadas menores e torna mais eficaz a absorção do medicamento.	UN	7,00	DARU	0,0000	130,00	910,00
14	Foco de luz auxiliar para exames clínicos e ginecológicos, lâmpada de Led, haste superior flexível e cromada, pedestal com haste inferior pintada e base do pedestal com rodízios, proporcionando maior sustentação e segurança ao equipamento, altura variável aproximadamente entre 100 a 160 cm. Alimentação elétrica 220 v, 60 Hz.	UN	3,00	METALIC	0,0000	248,00	744,00

Total do Participante ———> 7.159,00

Participante: 13473 - STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	"Negatoscópio de parede um corpo em chapa de aço esmaltado, frente em acrílico, 220 volts com reator eletrônico de partida rápida. Dimensões aproximadas: 0,38 x 0,50M."	UN	2,00	Conkast CNK 1500	0,0000	170,00	340,00

Total do Participante ———> 340,00

Total Geral ———> 10.030,50

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 1 de Janeiro de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki - - Pregoeiro(a)
 Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
 Andreia Nass Friedemann - - Equipe de Apoio
 Valderi Rocha de Camargo - - Equipe de Apoio
 Eloir José Wendt - - Equipe de Apoio

Página: 1/6

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 25/2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2016

Número do Registro de Preços: 20/2016 **Data do Registro:** 01/11/2016 **Válido até:** 01/11/2017
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Biombo triplo com rodízios, construído em tubos de aço pintado na cor branca, revestido em tecido branco. Tamanho aproximado 1,70 x 1,80 m.	UN	CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	METALIC	0	169,5000	1
			OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALAR (13238)	OLIMEDIC	0	170,0000	2
			STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP (13473)	Conkast CNK	0	236,2500	3
3	Bracadeira para injeção endovenosa, estofada, coluna inferior em tubo redondo pintado na cor branca, haste superior em tubo cromado, concha em aço inoxidável com acabamento boleado estofada revestida em couro na cor preta, movimento regulável, base em tripé de ferro, altura regulável mínima de 0,85 e máxima de 1,25m.	UN	OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALAR (13238)	OLIMEDIC	0	88,5000	1
			CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	METALIC	0	88,9000	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	89,0000	3
4	Carro para curativos em inox com balde e bacia, confeccionado com armação tubular, tampo e prateleira em aço inox, rodízios de 3", acompanhando balde e bacia. Tamanho aproximado: 75 x 45 x 80cm (C x L x A).	UN	CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	METALIC	0	600,0000	1
			STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP (13473)	Conkast CNK	0	729,0000	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	820,0000	3
6	Escada com dois degraus fabricada em tubos de aço pintados na cor branca, pés protegidos com ponteiros plásticos, degraus antiderrapantes.	UN	OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALAR (13238)	OLIMEDIC	0	54,5000	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	OLIMEDIC/OLI	0	54,6000	2

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2016

Número do Registro de Preços: 20/2016 Data do Registro: 01/11/2016 Válido até: 01/11/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	METALIC	0	62.0000	3
7	Estigmonômetro OBESO completo, bracedeira em nylon com fecho de velcro, circunferência de 35 a 51 cm aproximadamente. Manômetro com fácil visualização com faixa de medição: 0 - 300 mmHg; Manguito e pera em látex; Válvula: Fabricada em latão cromado, usada para comandar a entrada e saída do ar. Afertido pelo Inmetro com selo de verificação inicial.	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (8852)		0	68.5000	1
			CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	PREMIUM	0	69.0000	2
			STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP (13473)	Premium	0	72.0000	3
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	PREMIUM	0	83.8200	4
8	Estigmonômetro ADULTO completo, bracedeira em nylon com fecho de velcro, circunferência de 18 a 35 cm aproximadamente. Manômetro com fácil visualização com faixa de medição: 0 - 300 mmHg; Manguito e pera em látex; Válvula: Fabricada em latão cromado, usada para comandar a entrada e saída do ar. Afertido pelo Inmetro com selo de verificação inicial.	UN	CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	PREMIUM	0	50.0000	1
			STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP (13473)	Premium	0	68.5300	2
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	PREMIUM	0	71.4500	3
9	Estigmonômetro INFANTIL completo, bracedeira em nylon com fecho de velcro, circunferência de 10 a 23 cm aproximadamente. Manômetro com fácil visualização com faixa de medição: 0 - 300 mmHg; Manguito e pera em látex; Válvula: Fabricada em latão cromado, usada para comandar a entrada e saída do ar. Afertido pelo Inmetro com selo de verificação inicial.	UN	CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	PREMIUM	0	50.0000	1
			STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP (13473)	Premium	0	68.5300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2016

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 20/2016 Data do Registro: 01/11/2016 Válido até: 01/11/2017						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	PREMIUM	0	71,4500
10	Estetoscópio duplo, auscultador duplo em aço inox, tubo em PVC. Orlas rígidas.	UN	CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	ADVANTIVE	0	12,0000
			STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP (13473)	Premium	0	17,5000
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	23,0000
11	Maca clínica para exames armazón tubular pintada na cor branca, leito estofado em espuma revestido em couro (preto) e cabeceira reclinável. Dimensões aproximadas: 1,80 comprimento x 0,60 de largura x 0,80 de altura.	UN	OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALAR (13238)	OLIMEDIC	0	280,5000
			CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	METALIC	0	281,0000
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	OLIMEDICOLI	0	299,9000
12	"Negatoscópio de parede um corpo em chapa de aço esmaltado, frente em acrílico, 220 volts com reator eletrônico de partida rápida. Dimensões aproximadas: 0,38 x 0,50m."	UN	STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP (13473)	Contast CNK	0	170,0000
			CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	METALIC	0	171,9000
			OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALAR (13238)	OLIMEDIC	0	173,0000
13	Nebulizador com design compacto, com uma prática alça para transporte. Ruído baixo; prático suporte que evita o desperdício de medicamento; máscaras ultra macias de silicone (incluindo máscara adulto e infantil); Bivolt 110/220; Gera partículas nebulizadas menores e torna mais eficaz a absorção do medicamento.	UN	CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	DARU	0	130,0000

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2016

Número do Registro de Preços: 20/2016		Data do Registro: 01/11/2016		Válido até: 01/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Foco de luz auxiliar para exames clínicos e ginecológicos, lâmpada de Led, haste superior flexível e cromada, pedestal com haste inferior pintada e base do pedestal com rodízios, proporcionando maior sustentação e segurança ao equipamento, altura variável aproximadamente entre 100 a 160 cm. Alimentação elétrica 220 v, 60 Hz.	UN	STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP (13473)	Medicate MD11	0	143,5500	2
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	G-TECHNEBC	0	147,9500	3
			CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI (13472)	METALIC	0	248,0000	1
			MF DE ALMEIDA E CIA LTDA (11821)	ARTMED/MOIC	0	248,8000	2

Página: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 20/2016

Número do Registro de Preços: 20/2016		Data do Registro: 01/11/2016		Válido até: 01/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP (13473)	Conkast CNK	0	270,0000	3

Página: 6/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2016

Número do Registro de Preços: 20/2016		Data do Registro: 01/11/2016		Válido até: 01/11/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016
PROCESSO Nº 62/2016

- (6852) - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD
- (11821) - MF DE ALMEIDA E CIA LTDA
- (13238) - OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALAR
- (13472) - CIRUPAR - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGI
- (13473) - STRAFER PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP

Schroeder, 1 de Novembro de 2016.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 78/2016

Página: 1/6

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 96/2016-PMS

Número do Registro de Preços: 78/2016 **Data do Registro:** 01/11/2016 **Válido até:** 01/11/2017
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de desgaste (lâminas, dentes, pino trava, parafusos, porcas, facas de aço) para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, C

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Dente , concha traseira - retroscavadeira CAT 416E	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	16,0000	1
2	Dente para caçamba dianteira - retroscavadeira CAT 416E	UN	BRASTRAK INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTA (13475)		0	25,0000	2
3	Pino trava para dente concha traseira - Cat 415E	UN	G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)	COLINA	0	5,7000	1
4	Parafuso com porca de aço para dente de caçamba - retroscavadeira CAT 416E	UN	G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)		0	2,0900	1
5	Parafuso 5/8 X 2,5" , com porca 20 mm de altura (lâmina moto niveladora)	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	2,3400	2
6	Parafuso com porca 3/4 X 3,5 para dente de carregadeira	UN	G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)		0	1,9000	1
7	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	1,9500	2
8	Canto de lâmina com charrinho para trator esteira komatsu D30, com dureza mínima de 400 a 500 HD	UN	G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)		0	3,3500	1
		UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	3,5000	2
		UN	G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)		0	1,9000	1
		UN	G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)		0	99,0000	1
		UN	BRASTRAK INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTA (13475)		0	100,0000	2

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 78/2016

Número do Registro de Preços: 78/2016 **Data do Registro: 01/11/2016** **Válido até: 01/11/2017**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de desgaste (lâminas, dentes, pino trava, parafusos, porcas, facas de aço) para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, C

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	140,0000	3
9	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2" , para retro, dente caçamba dianteiro	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)		0	1,7500	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	1,8500	2
			BRASTRAK INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTA (13475)		0	2,5000	3
10	8282270N - Parafuso de aço p/ lâmina 20 X 50 - esteria D130	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)		0	5,9900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	9,3500	2
11	72204481 - Kit pino trava de aço - escavadeira E 215B	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FENIX	0	19,5000	1
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)		0	19,9000	2
			BRASTRAK INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTA (13475)		0	25,0000	3
12	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira E 215B	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	168,0000	1
			BRASTRAK INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTA (13475)		0	250,0000	2
13	12575121 - Porca de aço - escavadeira E215B	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)		0	3,9000	1
			BRASTRAK INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTA (13475)		0	4,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 78/2016

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 78/2016 Data do Registro: 01/11/2016 Válido até: 01/11/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de desgaste (lâminas, dentes, pino trava, parafusos, porcas, facas de aço) para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, C

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	4,2500	3
14	7526979 - faca lâmina de aço esteira D130	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)		0	367,6500	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	484,5000	2
15	Faca de Lâmina 7 furos para trator esteira komatsu, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)		0	283,1000	1
			BRASTRAK INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTA (13475)		0	350,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	354,0000	3
16	Lâmina 13 furos para moto niveladora 3/4, curva com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	391,0000	1
			BRASTRAK INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTA (13475)		0	430,0000	2
17	Dente para concha de carregadeira michigan 75 HD com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)		0	122,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	130,0000	2
18	Ponta de dente com número 6329 gravado, concha traseira retro	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	16,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)		0	16,9000	2
19	Dente para retro - caçamba dianteira, dureza mínima 400 a 500 HB	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)		0	32,7000	1

Página: 4/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 78/2016

Número do Registro de Preços: 78/2016		Data do Registro: 01/11/2016		Válido até: 01/11/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de desgaste (lâminas, dentes, pino trava, parafusos, porcas, facas de aço) para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, C		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
20	72205063 - dente de aço p/ caçamba escavadeira E215B	UN	G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)					
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	NBLF	0	39,0000	2	
			G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)			57,9500	1	
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	62,0000	2	
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	169,0000	1	
			G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)			169,8000	2	
			G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)			163,5000	1	
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	195,5000	2	
			G.MANOCHI E CIA LTDA (6122)			185,2500	1	

Página: 5/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 78/2016

Número do Registro de Preços: 78/2016		Data do Registro: 01/11/2016		Válido até: 01/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de desgaste (lâminas, dentes, pino trava, parafusos, porcas, facas de aço) para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, C					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	195.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 78/2016

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 78/2016		Data do Registro: 01/11/2016		Válido até: 01/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de desgaste (lâminas, dentes, pino trava, parafusos, porcas, fcas de aço) para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, C					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2016

PROCESSO Nº 176/2016

- (6122) - G.MAIOCHI E CIA.LTDA
- (12475) - JULIO SILVESTRI FILHO - ME
- (13475) - BRASTRAK INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTA

Schroeder, 1 de Novembro de 2016.

INEXIGIBILIDADE 05/2016-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2016 - IL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 195/2016 Data: 27/10/2016
Folha: 1/2	

Fornecedor: VIAÇÃO CANARINHO LTDA Endereço: RUA ROBERTO ZIEMANN, 460 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 84.438.209/0001-21	Código: 6320 Inscrição Estadual: 251767345
Objeto da Compra: Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para os servidores do Município de Schroeder.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	"Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de créditos para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Jaraguá do Sul)"	UN	43.800,00	43.800,00
2	1,00	"Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de créditos para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Schroeder)"	UN	88.350,00	88.350,00
3	1,00	"Contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de créditos para os servidores do Município de Schroeder (Jaraguá do Sul x Guaramirim)"	UN	16.425,00	16.425,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

JUSTIFICATIVA

Solicita-se a contratação da empresa especializada em transporte coletivo para suprir a necessidade de locomoção dos servidores do Município de Schroeder, sendo que atualmente a empresa Viação Canarinho é a única empresa que fornece o transporte coletivo entre as Cidades de Jaraguá do Sul, Schroeder e Guaramirim. As solicitações serão feitas de acordo com a demanda do Município, abrangendo as seguintes secretarias: Sec. Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Sec. Planejamento, Gestão e Finanças; Sec. Saúde; Sec. Assistência Social; Sec. Agricultura, Indústria, comércio e Turismo; Sec. de Obras e serviços Urbanos; Sec. de Saneamento e Gestão Ambiental; Gabinete do Prefeito.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 27 de Outubro de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 5/2016 - IL**

Processo Nr.: 195/2016
Data: 27/10/2016

Folha: 2/2

26/10/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 26 de Outubro de 2016

Valor da Despesa:

148.575,00 (cento e quarenta e oito mil quinhentos e setenta e cinco reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 25/2016				ANEXO I DECRETO 39/2009			
NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS							
LACI GRIGOLO, Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:							
Período/Data da Liberação dos Recursos:					17 a 31 de Outubro de 2016		
ATO LEGAL		CONCEDENTE				VALOR LIBERADO	
		TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS				123.178,18	
Programa		• Atenção Básica - PAB Fixo					
Programa		• SUS - Estado					
Programa		• Saúde da Família - PSF				26.260,00	
Programa		• Saúde da Família - NASF				20.000,00	
Programa		• Agentes Comunitários de Saúde - PACs				43.602,00	
Programa		• Epidimiologia e Controle de Doenças					
Programa		• Farmácia Básica - União					
Programa		• Farmácia Básica - Estado					
Programa		• Saúde Bucal				11.150,00	
Programa		• Teto Municipal da Média e Alta Compl. Amb. e Hosp					
Programa		• Incentivo Hospitalar - SUS Estado					
Programa		• Melhora do Acesso e Qualidade - PMAQ					
Programa		• PMAQ - Atenção Basica					
Programa		• SAMU - União				21.919,00	
Programa		• Media e Alta Complexidade - Mamografia					
Programa		• Piso Fixo - Promoção Saúde PFVPS					
Programa		Transf SUS Investimento Equip.Mat.Permanente					
Programa		• MAC - AMB Hospitalar - FAEC					
Programa		• SUS - Estado Co - Financiamento					
Programa		• Teto Municipal Rede Brasil s/ miséria (BSOR-SM)					
Programa		• Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)					
Programa		• Transferencia SUS Cirurgias Eletivas					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Prog. Nac. Imunização				-	
Programa		• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte ANVISA				247,18	
Programa		• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte FNS					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Inventivo Hospitalar					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Co-Financiamento					
Programa		• Atenção Básica - Saúde da Família				-	
Programa		• CAPS - Centro de Atenção psicossocial					
Programa		• Qualificação das ações Vigilância Saúde (PVVS)				-	

Programa	• MAC- FAEC AIH - Cirurgias Eletivas Compn. Único	
Programa	• Assistencia Financeira Complementar ACE - 95%	
Programa	• Forta. Das Políticas Afetivas da Estrat. ACE - 5%	
Programa	• Incentivo Pontuais Ações de Serviços Vigila. Saude	-
Programa	Prog de Qualif.das Ações de Vig.em Saúde (PVVS)	
Programa	• Transf. SUS/Estado - Prótese Dentária	
Programa	Transf SUS/Estado-Oxigenação Domiciliar	
Programa	• FAEC SAI - Mamografia ras. (RCA -RCAN PO 0008	
	TRANSF. FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL - FNAS	-
Programa	• Piso Básico Fixo FMAS- PBFI	-
Programa	• Piso de Transição de Média Complexidade FNAS - PTMC	-
Programa	• Piso Variável de Média Complexidade FNAS - PVMC	-
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família FNAS - IGD/PBF	-
Programa	• FEAS - Invetimentos	-
Programa	• FEAS - Custeio	-
Programa	• Transferencia FNAS - PBF / PAIF	-
Programa	• Transferencia FNAS / BL GBF	
Programa	• Transferencia FNAS - CPBF	-
Programa	• Transferencia FNAS - BPC	-
Programa	• FMAS Piso Basico - SC FV	-
Programa	• FMAS ACESSUAS	-
Programa	• FEMAS Benefícios Eventuais	-
Programa	Tranferencias FNAS/BL GSUAS	
Programa	Transferencias FNAS/BL PSB	
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social FNAS - IGDSUAS	-
	TRANSF. FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE	44.096,11
Programa	• Alimentação Escolar - PNAE	
Programa	• Transporte Escolar - PNATE	
Programa	• Alimentação Escolar Ensino Infantil - PNAC	
Programa	• Salário Educação	
Programa	• Alimentação Escolar Creche	-
Programa	• Alimentação Escolar EJA	-
Programa	• Alimentação Escolar - PNATE	
Programa	• Transporte Escolar - Estado	44.096,11
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO/UNIÃO	-
Convenio	• Conv MEC/FNDE Quadra Escola Deolindo Zilio	
Convenio	Minist.Int.Nacional Proc.59050.001232/2014-46	
Convenio	ADR/Seara - Construção Centro de Idosos B. Industri	
Convenio	• SDR - Seara - (TR) 241/2016 EFAICS	-
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO/DATA.....R\$:		167.274,29

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Prefeitura Municipal de Seara, situada na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, ou pelo telefone (49) 3452-8300.

Seara-SC,	em 01 de Novembro 2016						
Laci Grigolo							
Prefeita Municipal							
Adriana Cê Verza							
Consultora Controle Interno							
	Registra-se e Publica-se,						
	Em, 01 de Novembro de 2016						
	Claudiomar Garghetti						
	Secretário Adjunto						

PORTARIAS 543/2016 E 545/2016

Portaria nº. 543/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve, Nomear por Concurso Público, Jéssica Vanessa Cavalheiro, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da lei complementar nº. 56/2012, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo V da mesma lei, na Educação Infantil, lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2016. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 01 de novembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de novembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 544/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Exonerar a pedido, Arlei Lucia De Col, do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal da Fazenda – SECR, da Secretaria Municipal da Fazenda, anexo I-D, da Lei Complementar nº 024/2006, a partir de 01 de novembro de 2016. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 01 de novembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de novembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 545/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, resolve, Conceder, a servidora Roseli Fatima Golo Dalle Laste - matrícula 237001, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Professor, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 31 de outubro a 14 de novembro de 2016, mediante remuneração pelo Município e a partir de 15 de novembro de 2016, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS. Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara, SC., 01 de novembro de 2016.
Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 01 de novembro de 2016.
Ademir Verza
Secretário da Administração

Serra Alta

PREFEITURA

ERRATA Nº 009/2016

ERRATA Nº. 009/2016 DO DECRETO Nº188/2016, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 188/2016 de 26/10/2016 - Dispõe sobre Escala de Férias dos Servidores Públicos Municipais referente ao Exercício de 2016."

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal em Exercício de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC, RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 188/2016 de 26/10/2016, na forma e nas condições abaixo relacionadas, ONDE SE LEU:

NELI SEGALIN ONGHERO	01/01/2016 A 31/12/2016	20/12/2016 A 19/01/2017	30 DIAS
----------------------	-------------------------	-------------------------	---------

LEIA-SE

NELI SEGALIN ONGHERO	01/01/2016 A 31/12/2016	20/12/2016 A 18/01/2017	30 DIAS
----------------------	-------------------------	-------------------------	---------

ONDE SE LEU:

PAMELA T. ROSSIGNOLLO	01/01/2016 A 31/12/2016	20/12/2016 A 19/01/2017	30 DIAS
-----------------------	-------------------------	-------------------------	---------

LEIA-SE

PAMELA T. ROSSIGNOLLO	01/01/2016 A 31/12/2016	20/12/2016 A 18/01/2017	30 DIAS
-----------------------	-------------------------	-------------------------	---------

ONDE SE LEU:

RENATO ODAIR DE ALMEIDA	01/01/2016 A 31/12/2016	01/05/2017 A 30/05/2017	30 DIAS
-------------------------	-------------------------	-------------------------	---------

LEIA-SE

RENATO ODAIR DE ALMEIDA	01/01/2016 A 31/12/2016	02/05/2017 A 31/05/2017	30 DIAS
-------------------------	-------------------------	-------------------------	---------

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 188/2016 de 26/10/2016 ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata do Decreto 188/2016 entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 01 de Novembro de 2016.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretario de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº. 32, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES CONSOLIDADAS OU EM EXECUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a regularização de edificações concluídas ou em execução com no mínimo as fundações executadas e a estrutura iniciada, desde que comprovadamente iniciadas em data anterior a aprovação da presente Lei Complementar, e apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade, para as seguintes irregularidades:

I - quando em edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares:

- a) recuos;
- b) afastamentos;
- c) taxa de ocupação;
- d) índices de Aproveitamento;
- e) projeção de sacadas e pavimentos sobre recuo e logradouro público;
- f) dimensões de cômodos;
- g) área de ventilação, com tolerância de até 30 % da dimensão mínima do vão, ou apresentada uma alternativa mecânica ou por duto para a ventilação do cômodo;
- h) área de iluminação, com tolerância de até 30 % da dimensão mínima do vão;
- i) sistema de tratamento de esgoto conforme previsto na legislação.

II - quando em edificações de uso mistos residenciais/comerciais/serviços:

- a) recuos;
- b) afastamentos;
- c) taxa de ocupação;
- d) índices de Aproveitamento;
- e) projeção de sacadas e pavimentos sobre recuo e logradouro público;
- f) dimensões de cômodos;
- g) pé direto, com tolerância de até 15% (quinze por cento) menor do mínimo exigido;
- h) área de ventilação, com tolerância de até 30 % da dimensão mínima do vão, ou apresentada uma alternativa mecânica ou por duto para a ventilação do cômodo;
- i) sistema de tratamento de esgoto conforme previsto na legislação;
- j) área de iluminação, com tolerância de até 30 % da dimensão mínima do vão;
- k) número de box/abrigos para estacionamento, com tolerância de até 30%(trinta por cento) menor do mínimo exigido;
- l) número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de até 50% (cinquenta por cento) menor do mínimo exigido;
- m) sistema de tratamento de esgoto conforme previsto na legislação.

II - quando em edificações de uso industrial, depósito, galpões e telheiros:

- a) recuos;
- b) afastamentos;
- c) taxas de ocupação;
- d) índice de aproveitamento;
- e) área de ventilação, desde que apresentada uma alternativa mecânica ou por duto para a ventilação do cômodo;
- f) número lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de até 50% (cinquenta por cento) menor do mínimo exigido;
- g) sistema de tratamento de esgoto conforme previsto na legislação.

§ 1º Sempre que a regularização tratar de recuo e projeção de sacada ou pavimento sobre recuo e logradouro público, o proprietário do imóvel deverá firmar termo de compromisso com o Poder Público Municipal, onde o mesmo compromete-se a demolir a parte edificada sobre o recuo, quando solicitado pelo Município, abstendo-se da indenização da parte da obra construída irregularmente sobre o lote, mesmo que pago a multa correspondente para a regularização prevista na presente Lei Complementar.

§ 2º Sempre que a regularização tratar de afastamento, o proprietário deverá apresentar termo, com firma reconhecida em cartório, dos vizinhos lindeiros, onde os mesmos não se opõem pela irregularidade apresentada na edificação, isentando o Município de qualquer ação judicial futura, relativo ao direito de ventilação e iluminação da edificação existente ou da futura edificação.

§ 3º Não serão passíveis de regularização as edificações que apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar nem as que avançarem sobre logradouros públicos, exceto as projeções de sacadas e pavimentos sobre logradouro público;

§ 4º Para regularização, a edificação deverá atender critérios e parâmetros técnicos às condições de acessibilidade a edificação, exceto para edificações residenciais unifamiliares.

Art. 2º Para a regularização das edificações previstas no artigo 1º da presente Lei Complementar, o proprietário deverá apresentar a seguinte documentação:

I - requerimento, solicitando vistoria prévia, alinhamento e regularização da obra edificada, contendo a qualificação do requerente, localização da obra e comprovante que a obra é habitada com data anterior a aprovação da presente Lei Complementar, não sendo aceito comprovantes de luz e água do tipo provisória e ou de laudo do Departamento de Fiscalização do Município, para os casos de obras em execução conforme previsto no "caput" 1º da presente Lei Complementar;

II - cópia do Registro de Imóvel;

III - negativa de tributos Municipais relativos ao imóvel;

IV - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pela regularização da obra;

V - projeto arquitetônico da edificação, constando:

- a) planta de situação;
- b) planta de locação, constando no mínimo as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;
- c) planta baixa de todos os pavimentos das edificações;
- d) para edificações que não sejam unifamiliares, dois cortes no mínimo, passando por locais que melhor identifique toda a edificação;
- e) para edificações que não sejam unifamiliares o requerente deverá apresentar projeto preventivo de incêndio aprovado junto ao Corpo de Bombeiros.

VI – Laudo Técnico informando as condições da edificação, quanto a sua estrutura, instalação elétrica e hidráulica. No caso de reparos e irregularidades, informar desde já às ações que precisam ser tomadas;

VII – Para edificações industriais o requerente deverá apresentar Licença do órgão ambiental competente.

Art. 3º As regularizações, para qualquer tipo de edificação, que dizem respeito a recuo, taxa de ocupação e índice aproveitamento e projeção de sacadas e pavimentos sobre o recuo ou logradouros públicos, somente serão passíveis de regularização, mediante o pagamento de multa equivalente ao valor venal praticado pelo Município, para efeitos de cálculo de IPTU, relativo a área construída a maior, obedecidos os seguintes critérios:

I - tratando-se de edificações construídas irregularmente sobre o recuo com tolerância de até 50% da área prevista regularmente do recuo, isenção de cobrança de multa. Para os demais casos 10% (dez por cento) do valor venal correspondente a área construída irregularmente;

II - tratando-se de edificações com Taxa de Ocupação maior que o previsto na legislação com tolerância de até 15% da Taxa de Ocupação prevista regularmente, isenção de cobrança de multa. Para os demais casos 10% (dez por cento) do valor venal correspondente a área construída irregularmente;

III - tratando-se de edificações com Índice de Aproveitamento maior que o previsto na legislação, 10% (dez por cento) do valor venal correspondente a área construída irregularmente;

IV - tratando-se de edificações com projeção de sacadas e pavimentos sobre o recuo ou sobre logradouro público, 10% (dez por cento) do valor venal correspondente a área construída irregularmente;

§ 1º Em caso de incidência de mais de uma das irregularidades acima, a multa será a praticada sobre o item de maior incidência e de mais 20% (vinte por cento) da multa sobre os demais itens construídos irregularmente.

Art. 4º O valor venal da construção, terá como base de cálculo, a mesma base de cálculo do valor venal dos imóveis para fins de IPTU, precedido de vistoria "in loco", por fiscal do Município.

Art. 5º A presente Lei Complementar exime o Município de Serra Alta de toda e qualquer responsabilidade passada, presente ou futura, no tocante a quaisquer direitos a propriedade de imóvel, posse de domínio útil, ou a qualquer título, inclusive por acessão física.

Art. 6º Fica autorizado, ao Poder Executivo Municipal, a parcelar o valor da multa em até 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 7º A regularização em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público municipal, dependerá de prévia regularização do parcelamento do solo, obedecendo a legislação Municipal que dispõe sobre a matéria.

Art. 8º Todas as obras construídas em áreas de preservação permanente, obras de fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

Art. 9º Para todos os casos de regularização previsto na presente Lei Complementar, deverá constar no selo de identificação das pranchas do projeto a indicação de regularização de obra.

Art. 10 A presente Lei Complementar terá vigência até 31 de dezembro de 2017.

Art. 11 Os recursos provenientes das multas da presente Lei deverão ser aplicados nas áreas de habitação e regularização fundiária.

Art. 12 Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 13 Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º, da Lei Municipal nº 958/2013.

Art. 14 Fica revoga a Lei Complementar nº 15/2013 e Lei Complementar nº 029/2015

Serra Alta/SC, 01 de novembro de 2016
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita Municipal em exercício

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1.068/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1.068, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Serra Alta – SC (Lei 1.050/2015 de 10/12/2015) Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais), para a inclusão no seguinte programa:

ENTIDADE 3:

Órgão: 01.00 – CÂMARA DE VEREADORES
Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara de Vereadores
Projeto/Atividade: 2.100 – Manutenção da Câmara de Vereadores
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 42.900,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais), serão reduzidos das seguintes dotações orçamentárias:

ENTIDADE 3:

Órgão: 01.00 – CÂMARA DE VEREADORES
Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara de Vereadores
Projeto/Atividade: 2.100 – Manutenção da Câmara de Vereadores
Natureza da Despesa: 3.3.50.00 – Transferências a Entidades Municipalistas
R\$ 12.900,00
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

TOTAL DAS DEDUÇÕESR\$ 42.900,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 03 de novembro de 2016
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de administração

Sombrio

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO 0049/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 049/2016

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

Pelo presente Edital, O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, vem a público convocar os candidatos aprovados no Concurso Público – Edital nº 001/2015 (Administração) para os cargos de: Agente de Controle Interno e Técnico de Enfermagem, abaixo relacionados, sendo que os referidos candidatos deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munidos dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

AGENTE DE CONTROLE INTERNO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2	99935	Julio Cesar de Oliveira

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
5	99739	Patricia Martins de Oliveira Gomes

Município de Sombrio - SC 01 de novembro de 2016

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

EDITAL CONVOCAÇÃO 050/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 050/2016

PROCESSO SELETIVO - ACT - EDITAL 001/2016 (ADMINISTRAÇÃO)

Pelo presente Edital, o Prefeito Municipal de Sombrio, Sr. ZÊNIO CARDOSO, vem a público convocar o candidato aprovado no Processo Seletivo – ACT - 001/2016, (Administração), para o cargos de: Odontólogo, abaixo relacionado, sendo que o referido candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital de Processo Seletivo – ACT - Edital nº. 001/2016, (Administração), para contratação imediata:

DISCIPLINA: 18 – ODONTÓLOGO

Nome do Candidato	Classificação
Rafaela Maria Diniz	1

Município de Sombrio- SC, 01 de novembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 227/2016

DECRETO Nº. 227 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBERTO ORSO BUGALHO, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001 e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, o Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, ROBERTO ORSO BUGALHO, portador do CPF nº 046.906.689-06 RG nº 4042896 SSP/SC, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, com Lotação na Secretaria de Agricultura.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),

01 de novembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

PORTARIA 041/2016

PORTARIA Nº 041, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal GERI MARCOS SIGNOR, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes de 11 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 18.02.2015 a 17.02.2016, a serem gozadas no período de 01.11.2016 a 11.11.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

01 de novembro de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe De Gabinete

PORTARIA 042/2016

PORTARIA Nº, 042 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal ARI ARCENIO HILLESHEIM, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes, de 15 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06.09.2014 a 05.09.2015 a serem gozadas no período de 01.11.2016 a 15.11.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

01 de novembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

PORTARIA 043/2016

PORTARIA Nº, 042 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal ARI ARCENIO HILLESHEIM, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes, de 15 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06.09.2014 a 05.09.2015 a serem gozadas no período de 01.11.2016 a 15.11.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

01 de novembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 186/2016; EXONERA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO COMISSIONADO

DECRETO Nº. 186, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam exonerados os Servidores abaixo identificados do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Nome	Matrícula	Cargo
Fernando da Rocha Pacheco	2972	Chefe do Serviço de Análise e Licenciamento Ambiental
Lorena Vitoria Nuernberg Goulart	3113	Chefe do Serviço da Criança, do Adolescente e Idoso
Ronaldo Pelizzari Sacoman	3044	Diretor do Departamento de Compras

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 01 de novembro de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 76/2016; CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS

PORTARIA Nº. 76, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificados, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 01/11/2016 a 30/11/2016.

Nome	Matrícula	Cargo	Período Aquisitivo
Lourdes Stecanella de Souza	2949	Auxiliar de Serviços Gerais I	14/05/2015 a 13/05/2016
Maria Genoefa Dal Pont	2752	Auxiliar de Serviços Gerais II	04/12/2014 a 03/12/2015
Marli Crepaldi Aléssio	2701	Auxiliar de Serviços Gerais I	02/04/2015 a 01/04/2016
Valmir de Souza	2521	Operador de Equipamentos II	07/06/2015 a 06/06/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 01 de novembro de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

SAMAE - TIMBÉ DO SUL**CONTRATO 2_06/2014**

CONTRATO N. 2_06/2014

PROCESSO N. 10/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 06/2014, CELEBRADO ENTRE O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÉ DO SUL/SC E LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA EM JUIZO E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA CONTÍNUA NA PRÁTICA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, de um lado a autarquia SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.820.076/0001-90, com sede à Rua Carlos Savi, 365 - Centro - Timbé do Sul/SC, neste ato representada pelo seu Diretor, Sr. Amarildo Scursel Alexandre, inscrito no CPF sob nº 501.858.109-34, denominada CONTRATANTE, e de outro lado LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na OAB/SC sob n.º 135/94 e no CNPJ sob n.º 00.532.330/0001-28, com sede à Rua Vitor Konder, 125, sala 405 - Centro - Florianópolis/ SC, neste ato representada pelo seu sócio administrador Milton Laske, inscrito na OAB/SC sob n.º 1.276 e no CPF sob n.º 105.676.749-91, denominada CONTRATADA, tem justos e contratados o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o estabelecido no caput da Cláusula III do contrato aditado e conforme a variação do índice INPC dos últimos 12 meses (9,1548 %), a partir de 01/11/2016 o valor mensal fica reajustado para R\$ 399,50 (trezentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente instrumento terá vigência de 01 de Novembro de 2016 a 31 de Outubro de 2017, podendo ser renovado até o limite máximo de tempo autorizado pela Lei n.º 8.666/93, e podendo a qualquer tempo ser alterado mediante assinatura de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes do presente Contrato, de 01/novembro a 31/dezembro/2016 correrão por conta do orçamento de 2016 e as de 01/janeiro a 31/outubro/2017 correrão por conta do orçamento de 2017, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Órgão: 17 (SAMAE)
Unidade: 01 (Sistema de Água e Esgoto)
Função: 17 (Saneamento)
Programa: 111 (Água e Saneamento para Todos)
Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)
Recurso: 01 (Recursos Ordinários)
Projeto/Atividade: 2.030 (Gerenciamento e Manutenção da Estrut. Administrativa)
Elemento: (10) 3.3.90.35.01.00.00.00 (Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica)

CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas do contrato aditado permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Turvo/SC, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem de acordo, lavram o presente Termo do Segundo Aditivo ao Contrato n.º 06/2014, em 03 (três) vias de igual teor, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

Timbé do Sul, 01 de Novembro de 2016.

Amarildo Scursel	Alexandre Milton Laske
DIRETOR DO SAMAE	Laske & Feyh S/S de Advocacia

TESTEMUNHAS:

Juciana Carlessi Burin	Rogério Urbano Feyh
CPF: 669.450.709-72	CPF: 983.377.429-68

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N.º 79 2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 79/2016 - PMT

Às oito horas e dez minutos, do primeiro dia, do mês de novembro de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, e, representando as empresas CLEUDENICE DA SILVA BARBOSA GATTO ME, Sr.André Luciano Gatto e METALÚRGICA KOEHLER LTDA ME, Sr.Diego Fernando Koehler, para abertura dos envelopes de Habilitação da Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia nº 79/2016 – PMT.

Protocolaram tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta de Preços, as empresas CLEUDENICE DA SILVA BARBOSA GATTO ME, FERREIRA AMARAL CONSTRUTORA LTDA ME e METALÚRGICA KOEHLER LTDA ME.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes de Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise e encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise e parecer, em especial do item 7.1.4 – Qualificação Econômico-Financeira, do edital. Os envelopes de PROPOSTA DE PREÇOS deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Os representantes presentes retiraram-se da sessão antes da finalização da ata, e nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 91 2016 PTM - MANUTENÇÃO DA FROTA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 91/2016 PMT

OBJETO: contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários destinados à frota de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas e implementos agrícolas da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquia. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 18 de novembro de 2016. ABER-TURA: dia 18 de novembro de 2016 às 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 03/11/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 11 2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2016 – FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, as licitantes BLUMEDICA PROD. MED. CIRURG. LTDA, CNPJ nº 01.470.743/0001-98; TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA, CNPJ nº 06.555.143/0001-46; SILMES COM. PROD. ODONTOLOGICOS LTDA. ME, CNPJ nº 04.989.294/0001-87; DENTARIA E DISTR. HOSP. PORTO ALEGRENSE EPP, CNPJ nº 91.083.212/0001-35; JEFFERSON DUWE - ME, CNPJ nº 13.749.658/0001-42; ASSUNÇÃO & MORETTO LTDA EPP, CNPJ nº 08.219.262/0001-53 e DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI ME, CNPJ nº 21.504.525/0001-34 a comparecer para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 10/11/2016

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 01 de novembro de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 08 2016 SAMAE

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2016 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto

- SAMAE

OBJETO: Registro de preços para aquisição de registro de gavetas, para reposição de estoque do almoxarifado, em atendimento às necessidades do setor de manutenção do SAMAE.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Fernandes Mana Materiais e Equipamentos Ltda Me e CCK Comercial Eireli - Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 18.250,00 (dezoito mil e duzentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 02/08/2017

Timbó, 02/08/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1826/2016

Decreto nº 1826/2016 de 03 de novembro de 2016.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 49.995,30 (Quarenta e nove mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015;

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 49.995,30 (Quarenta e nove mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade:	06.01	TRANSPORTE NA SEDE DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR	
Proj./Ativ	26.782.0015.1.017	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos Rodoviários	
4.4.90.00.00.00.00.1141	Aplicações Diretas (203)		49.995,30

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação, decorrente de Convênio, causado nesta fonte de recursos no valor de R\$ 49.995,30 (Quarenta e nove mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 03 de novembro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 54/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Adm. Nº.: 54/2016	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2016	
Tipo : Menor Preço/Por item	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.	
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 18 de novembro de 2016.	
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 18 de novembro de 2016.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br	
União do Oeste - SC, 01 de Novembro de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 37, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determinam os incisos VIII e XXIII, do art. 38, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 37, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

NOMEIA WILSON ADRIANI JOAQUIM AO CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE IMPRENSA (PC-03) DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º. Nomeia WILSON ADRIANI JOAQUIM, portador do RG nº 3.325.045-6, inscrito no CPF sob o nº 918.429.139-72, ao cargo de provimento comissionado de Assessor de Imprensa (Símbolo PC-03) da Câmara Municipal de Urussanga, a partir desta data.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 1º de novembro de 2016.

Vereadora Vanir Z. M. Cacciatori
Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Vice-Presidente

Vereadora Izolete D. V. Gastaldon
Primeira Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 1º de novembro de 2016.

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Videira

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 129/2016

Termo Aditivo nº 129/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 32/2016

Processo: PR nº 15/2016-PMV

Contratado: NC COMUNICAÇÕES S.A.

Objeto: Alterar o nome da empresa RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 92.821.701/0002-90, passando a ser denominada NC Comunicações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 79.227.963/0001-82, conforme alteração contratual apresentada.

Data: 1º/11/2016.

TERMO ADITIVO Nº 130/2016

Termo Aditivo nº 130/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 110/2016

Processo: TP nº 06/2016-PMV

Contratado: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA.

Objeto: Adequar material e mão-de-obra, conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando supressões no valor de R\$ 26.551,46 (vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 13,864% do valor originalmente contratado.

Valor: R\$ 26.551,46 (supressão)

Data: 1º/11/2016.

TERMO ADITIVO Nº 131/2016

Termo Aditivo nº 131/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 231/2014

Processo: PR nº 140/2014-PMV

Contratado: FORMATTO NET LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 231/2014 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2016 até o dia 10 de novembro de 2017, e reajustar os valores previstos na Cláusula 2ª, por meio do IPC-A (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (outubro/2015 a setembro/2016), no percentual de 8,4763900%, conforme solicitação e justificativa apresentada pelas áreas requisitantes e pela Contratada.

Valor: R\$ 81.471,00

Data: 1º/11/2016.

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 002/2016 AO CONTRATO Nº 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Extrato de Termo Aditivo nº 002/2016 ao contrato nº 04/2016.

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira publica o que segue:

CONTRATADA: MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP.

OBJETO: Aditivo de acréscimo correspondente a 12,5% do valor do contrato original nº 04/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para prestar serviços técnicos, na área de engenharia e arquitetura, para a reforma da Câmara Municipal de Vereadores de Videira e posterior fiscalização dos serviços, visando adequar e melhorar a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Valor: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

ASSINATURA: 01/11/2016.

Videira, 01 de novembro de 2016.

RAFAEL BALESTRIN

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2014

TERMO ADITIVO DE CONTRATO

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 022/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA.

Pelo presente termo, de um lado o Município de Vitor Meireles/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 79.372.520/0001-85, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LOURIVAL LUNELLI, e de outro lado à empresa A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65 representada pelo Sr. LAERCIO MENDES, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo Contrato nº 022/2014 fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 2ª.- DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (47) Quarenta e sete dias, com início em 14/11/2016 e término em 31/12/2016, devido aos fatores abaixo:

- Adequação dos Projetos com o Orçamento, análise e aprovação do aditivo.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor. E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vitor Meireles (SC), 01 de Novembro de 2016.

LAERCIO MENDES
SÓCIO GERENTE - A.R.G. INDUSTRIAL LTDA
Contratado

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

Testemunhas:

BRENO VILHALBA PAMPLONA
Engenheiro Civil
CPF: 060.352.509-12

SANDRO LUNELLI
Agente Administrativo e Operacional
CPF: 064.162.869-20

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0091/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0091/2016, tendo como objeto a Aquisição de um Veículo Automotor zero Km, fabricação nacional, modelo mínimo 2016, destinado a 1ª Companhia de Bombeiros Militar, 14º Batalhão de Bombeiros Militar SC. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 17 de novembro de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 01 de novembro de 2016. Ademir José Gasparini- Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AJG 202/2016

DECRETO Nº AJG 202/2016

CREDENCIA E DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESADAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando o disposto no Ofício nº 0235/2016, de 27 de outubro de 2016, e Ofício nº 240/2016 da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda.;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam credenciadas as monitoras da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME CPF IDENTIDADE

Nivia Cristina da Costa Lima 066.866.233-69 046.034.282.012-8
Daniela de Lima 093.197.079-28 10.476.464-9

Art.2º. Ficam descredenciados os seguintes monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados:

NOME CPF IDENTIDADE

Alexsander Venceslau Bay 100.289.129-93 5.448.829
Angelica Wisnieski 093.898.569-81 6.570.834

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 1º de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 203/2016

DECRETO Nº AJG 203/2016

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Enfermeiro no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/15;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Adriana Tonett, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 025.531.469-81, portadora da Cédula de Identidade nº 3.698.464, expedida pela SSP/SC, Coren-SC nº 160.841, para o cargo de ENFERMEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 1º de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 204/2016

DECRETO Nº AJG 204/2016

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Técnico em Enfermagem no Concurso Público Municipal, edital nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 097/2015, de 11/05/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Maria Regina Ribeiro, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Faxinal dos Guedes, SC, inscrita no CPF sob nº 082.963.039-22, portadora da Cédula de Identidade 5.873.885, expedida pela SSP/SC, COREN/SC nº 985.056, para o cargo de TÉCNICA EM EMFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 1º de novembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3877/2016

LEI Nº AJG 3877/2016

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 023/2016)

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2017, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I – As metas e prioridades da administração municipal;
- II - A estrutura e organização do orçamento;
- III - As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - As disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - Das metas fiscais; e
- VII - Das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas contera, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta

um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa;
- IV - Programa de Trabalho;
- V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;
- VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;
- VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;
- IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;
- XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;
- XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);
- Fundo Municipal da Criança e Adolescência (centralizado);
- Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (descentralizado);
- Fundo Municipal da Habitação (descentralizado);
- Fundo Municipal de Esportes (centralizado);

Art. 6º - Mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2013 a 2015, fixada para 2016 e projetada para 2017 a 2019;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2015 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2017 a 2019;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2013 a 2015;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2017;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2013 a 2015, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2017 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2017, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2017 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2017.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2017, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2017, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 19- As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 20 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 21 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 22 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2017, a preços correntes.

Art. 23 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 24 - Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA

Art. 25 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 26 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 27 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 28 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 29 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a

remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 30 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 31 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 33 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 34 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 36 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 39 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 40 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2017, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 41 - Até o dia 31 de outubro de 2016, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2017.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 43 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais

- do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 44 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

26 de Outubro de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 384/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 384/2016

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.776/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 01.11.2016, a Servidora Pública Municipal a Sra NAZARE AMARA DE ANDRADE RAUEN, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da Cédula de Identidade nº 573032 e CPF nº 533.199.749-04, nomeada conforme Decreto nº BLB 040/2010 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 174703464-6 Espécie 57.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 385/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 385/2016

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 01.11.2016, o Servidor Pública Municipal a Sr. EDGAR JOSÉ TOLDO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – SC., portador da Cédula de Identidade nº 352.870 e CPF nº 250.888.829-04, nomeado conforme Decreto nº AJG 102/2016 no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria de Municipal de Saúde, Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 1716013590, Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº AJG 200/2016, PUBLICADO NO DOM NA DATA DE 01/11/2016

DECRETO Nº AJG 200/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no artigo 4º e no artigo 5º do Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos e Infrações – JARI, aprovado pelo Decreto nº AJG 199/2016, de 27 de outubro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI do Município de Xanxerê, composta pelos seguintes membros:

I – 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade:

JOACIR FRANCISCON (titular);

LUANA GEDOZ ORTIZ (suplente).

II – 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade:

FERNANDO DAL ZOT (titular);

KELIN REGINA BIANCHI (suplente).

III – 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito:

ANTÔNIO ALCIDES ROCHA (titular);

MAURO RIBEIRO (suplente).

Art. 2º - A JARI terá como competências e atribuições àquelas estabelecidas no Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes à matéria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 27 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

TERMO DE POSSE PREFEITO DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA

Termo de Posse

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 18 (dezoito) horas, reuniram-se nas dependências do Gabinete do Prefeito, neste município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, nos termos do Artigo 110, §1º da Lei Orgânica Municipal, com base na Resolução Administrativa 001, da Câmara Municipal de Vereadores e Ata nº010 da mesma casa, foram empossados em decorrência de Eleição Indireta realizada pela Câmara de Vereadores, na data de 24 (vinte e quatro) de outubro de 2016, (dois mil e dezesseis) o Prefeito Municipal Sr. Domingos Luis Zanandrea e Vice Prefeito Municipal Sr. Adelar Gabiatti, prestando o seguinte compromisso: "Prometo Manter, Defender, Cumprir e Fazer Cumprir a Constituição Federal, Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município e observar as Leis, promover o Bem Estar Geral e Desempenhar o meu Cargo Honrada, Leal e Patrioticamente". Xavantina, (SC), 31 de outubro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº004

DECRETO nº 004/2016

"DESIGNA OS RESPONSÁVEIS PELO ACESSO E MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLAUDI BABINSKI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, IV, "f", do Regimento Interno:

Considerando a existência de contas bancárias em nome da Câmara de Vereadores de Xavantina, mais precisamente no Banco do Brasil S/A.;

Considerando a necessidade de indicação de pessoas autorizadas para acessar e movimentar referidas contas bancárias em nome da Câmara de Vereadores de Xavantina;

DECRETA

Art. 1º - Ficam designados como responsáveis pelo acesso e movimentação da conta bancária geral Nº45558-X, agência 4601-9 do Banco do Brasil S/A., o Presidente e o 1º Secretário do Poder Legislativo Municipal, Srs. CLAUDI BABINSKI, RG, inscrito no RG, sob o número 2.322.522, e CPF sob o nº 573.537.279-34 como Presidente e EUGENIO JOÃO COMIN, inscrito no RG, sob o nº 2.697.681-1, e CPF sob o nº 825.035.249-15. como 1ºSecretario respectivamente, os quais ficam dotados de plenos poderes para assinarem, em conjunto ou separadamente, todos os documentos bancários pertinentes, inclusive os títulos de crédito;

Art. 2º - Ficam designados como responsáveis pelo acesso e movimentação da conta bancária de adiantamento Nº48.085-1, agência 4601-9 do Banco do Brasil S/A., o Presidente e a Coordenadora Geral Administrativa do Poder Legislativo Municipal, Srs. CLAUDI BABINSKI RG, sob o número 2.322.522, e CPF sob o número 573.537.279-34 e LEONORA BRANDELERO KIPPER, inscrita no CPF sob o nº732.408.509-15, respectivamente, os quais ficam dotados de plenos poderes para assinarem em conjunto todos os documentos bancários pertinentes, inclusive títulos de crédito;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 01 de Novembro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Presidente

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 356

DECRETO Nº. 356/2016

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2015. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 127.205,34 (Cento e vinte e sete mil, duzentos e cinco reais e trinta e quatro centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.36	39.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	71.000,00
4.4.90.00.00	01.37	17.205,34

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.36	39.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	30.000,00
3.3.90.00.00	01.00	41.000,00
3.3.90.00.00	01.37	17.205,34

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 21 de Outubro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 358

DECRETO Nº. 358/2016

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2015. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.045 – Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde Epidemiológica
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.38	50.000,00
3.3.90.00.00	01.38	50.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.045 – Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde Epidemiológica
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.38	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 21 de Outubro de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra
Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 359

DECRETO Nº. 359/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2015. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 33.051,39 (Trinta e três mil, e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	10.37	33.051,39

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos do Provável Excesso de Arrecadação, na Fonte de Recurso 01.37, referente ao Programa Brasil Carinhos, do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 21 de Outubro de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra
Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 361

DECRETO Nº. 361/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4227/2016 de 31 de Outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	2.028 – Manutenção de Serviços Urbanos.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	300.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	300.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 31 de Outubro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 362

DECRETO Nº. 362/2016.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e considerando aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS sob numero do beneficio 167.239.000-9.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 01 de novembro de 2016, a servidora municipal ELENILCE SALETE WISOSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, portadora da matrícula 5161, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de novembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Consórcios

AGIR

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2016

CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2016

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR e o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, no uso das atribuições legais, vêm, com base no Regimento Interno da AGIR e considerando a demanda apresentada, comunicar que foi prorrogado o prazo para o envio de contribuições para Consulta Pública nº 002/2016, referentes às minutas das propostas das Resoluções nº 006/2016; 007/2016; 008/2016 e 009/2016 que estabelecem respectivamente sobre: I (006/2016) - Procedimentos para coleta, sistematização de dados e cálculo de indicadores, para avaliação da evolução de desempenho da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios regulados pela AGIR; II (007/2016) - Procedimentos e metodologia de cálculo de reajuste das tarifas e preços públicos a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dos municípios consorciados à AGIR, quando do reajuste das tarifas e preços públicos de água e esgoto; III (008/2016) - Procedimentos e metodologia de revisão tarifária a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dos municípios consorciados à AGIR, quando da revisão das tarifas de água e esgoto; e IV (009/2016) – Procedimentos de ouvidoria para instituição do relatório trimestral de atendimento das ouvidorias e dos serviços de atendimento ao consumidor (SAC) dos prestadores de serviços de saneamento básico. O prazo foi prorrogado até às 23:00 horas do dia 20.11.2016, mediante o intercâmbio de documentos e sugestões através do site www.agir.sc.gov.br.

O Regulamento, Termo Aditivo e a documentação da Consulta Pública nº 002/2016 podem ser obtidos no endereço eletrônico www.agir.sc.gov.br, na sede da AGIR localizada na Rua: Alberto Stein, nº 466 – Bairro: Velha, CEP: 89-036-200 - Blumenau/SC, ou através do e-mail: secretaria@agir.sc.gov.br.

Blumenau (SC), em 01 de novembro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA

Presidente do Comitê de Regulação da AGIR.

CONTRATO CL Nº 008/2016 - AGIR

CONTRATO CL Nº 008/2016

DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA DIGITAL PARA RELACIONAMENTO ENTRE A AGIR, PRESTADORES DE SERVIÇOS E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COM ACESSO PELA INTERNET E POR APLICATIVOS PARA SMARTPHONES COM SISTEMAS IOS E ANDROID.

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de consórcio público, dotado de independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto nº 6.017/07, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-87, que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa RICARDO LIMA GONÇALVES ME, pessoa jurídica de direito privado/empresária individual inscrita no CNPJ sob o nº 22.055.914/0001-92, estabelecida na cidade de Blumenau/SC, na Araucária, nº 609, Bairro Velha, neste ato representada pela sua titular o Senhor RICARDO LIMA GONÇALVES, portador da cédula de identidade nº 118330836, emitida pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro (SECC/RJ), inscrito no CPF sob nº 104.487.287-02, que também subscreve, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 009/2016, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, regido pela Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, nas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Objeto e Preço

1.1 Constitui objeto do Contrato representado neste instrumento a prestação pela CONTRATADA o desenvolvimento de plataforma digital para relacionamento entre a AGIR, prestadores de serviços e usuários dos serviços de saneamento básico, com acesso pela internet e por aplicativos para smartphones com sistemas IOS e Android.

§ 1º O plano de trabalho para desenvolvimento do objeto deste Termo de Referência será dividido em 4 (quatro) etapas:

1ª) Versão de protótipo (versão Alpha) que contará com as funcionalidades básicas do projeto. Esta versão deverá ser acessada no servidor de desenvolvimento para teste de funcionalidades e por aplicativo Android.

2ª) Versão Beta, que deverá ser desenvolvida para utilização por aplicativo Android.

3ª) Versão para lançamento, com suporte na plataforma web por aplicativo Android, com versão Beta do aplicativo IOS.

4ª) Versão final, após a aprovação da versão de lançamento.

§ 2º A prestação dos serviços descritos no caput desta cláusula seguirá o cronograma de etapas contido na Requisição de Serviços – Termo de Referência, anexo ao Processo de Dispensa de Licitação nº 005/2016, o qual passa a fazer integrante deste contrato.

VERSÃO	ETAPA	PRAZO
Alpha	1ª	30 (trinta) dias após contratação do objeto
Beta	2ª	30 (trinta) dias após a aprovação da Versão Alpha
Lançamento	3ª	15 (quinze) dias após aprovação da Versão Beta
Final	4ª	15 (quinze) dias após aprovação da Versão de Lançamento

§ 3º A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

§ 4º O pagamento pela prestação dos serviços de desenvolvimento de plataforma digital para relacionamento entre a AGIR, prestadores de serviços e usuários, com acesso pela internet e por aplicativos para smartphones com sistemas IOS e Android, será feito da seguinte maneira:

- 20 (vinte) % do valor total do objeto, no ato da contratação;
- 20 (vinte) % do valor total do objeto, na entrega da Versão Alpha;
- 40 (vinte) % do valor total do objeto, na entrega da Versão Beta; e
- 20 (vinte) % do valor total do objeto, na entrega da Versão de Lançamento.

§ 5º No preço constante desta contratação já estão inclusos todos os tributos e encargos, não existindo qualquer vínculo de trabalho entre as partes ou entre a CONTRATANTE e os sócios da CONTRATADA.

§ 6º Para o desembolso financeiro, além dos requisitos acima, só será liberado após o recebimento do objeto desta contratação, da lavratura de nota fiscal e do aceite do Diretor Geral da AGIR acerca do trabalho, observando ainda Cláusula Terceira – Condições De Pagamento.

Cláusula Segunda – REGIME de Execução

2.1 A execução do objeto deste contrato pela CONTRATADA deverá ser efetuada dentro dos requisitos da técnica, qualidade, sigilo e eficiência, em conformidade com as condições constantes deste Contrato e dos demais termos anexos ao Processo de Dispensa de Licitação nº 009/2016.

§ 1º. Deve a CONTRATADA observar os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE na solicitação de informações, estudos e trabalhos, bem como a confidencialidade dos mesmos, sendo proibido, em qualquer hipótese, o fornecimento de documentos e informações aos prestadores dos serviços públicos regulados pela CONTRATANTE.

Cláusula Terceira – Condições De Pagamento

3.1 A CONTRATADA deverá expedir, subsequentemente a entrega do serviço, Nota Fiscal em nome da CONTRATANTE, com a identificação do número do presente Contrato e a discriminação dos serviços prestados, e encaminhá-lo à CONTRATANTE, para a realização do pagamento.

§ 1º Para o desembolso financeiro, além dos requisitos acima, só serão liberados os valores após a entrega das etapas previstas no exposto no parágrafo § 4º do item 1.1 deste contrato, da lavratura de nota fiscal e do aceite do Diretor Geral da AGIR acerca do trabalho, observando ainda a Cláusula Terceira – Condições De Pagamento.

§ 2º As Notas Fiscais referentes à cada etapa deverão ser encaminhadas aos cuidados da CONTRATANTE juntamente com o serviço prestado em referência, no endereço constante no preâmbulo deste Contrato.

§ 3º O pagamento do serviço contratado, de acordo com cada etapa de conclusão, será realizado em até 20 (vinte) dias, após a aprovação do Diretor Geral da CONTRATANTE, devendo esta atestar a Nota Fiscal.

§ 4º A apresentação da Nota Fiscal não exime a CONTRATADA da exibição de outros documentos e informações que sejam necessários para atestar a regularidade da prestação dos serviços.

§ 5º O Cronograma de desembolso financeiro, mediante a entrega dos serviços, se dará da seguinte forma:

Etapas de entrega	Remuneração pelo serviço	Valor
Etapas 1	20 (vinte) % do valor total do objeto, no ato da contratação;	R\$ 2.700,00
Etapas 2	20 (vinte) % do valor total do objeto, na entrega da Versão Alpha;	R\$ 2.700,0
Etapas 3	40 (vinte) % do valor total do objeto, na entrega da Versão Beta; e	R\$ 5.400,00
Etapas 4	20 (vinte) % do valor total do objeto, na entrega da Versão de Lançamento.	R\$ 2.700,00
	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 13.500,00

§ 6º A apresentação das notas fiscais de serviço em nome da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA da exibição de outros documentos e informações que sejam necessários para atestar a regularidade da prestação dos serviços, em especial de Certidões Negativas de Débitos Municipais, Estaduais e Federais.

Cláusula Quarta – Vigência do Contrato e do Prazo de Entrega dos Serviços

4.1 O prazo de vigência terá início com a assinatura do contrato e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

4.2 A presente contratação terá a duração de 90 (noventa) dias para conclusão de todas as etapas. O prazo informado será contado a partir da assinatura deste Contrato entre as partes, devendo seguir o cronograma de trabalho estabelecido no Termo de Referência, podendo o prazo ser prorrogado a critério da Direção Geral da AGIR

4.3 Caso ocorram motivos de força maior ou as partes julguem necessário ao melhor atendimento dos objetivos deste Contrato, esse prazo poderá ser alterado de comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, desde que devidamente justificado.

Cláusula Quinta – Das Obrigações da Contratada

5.1 Além das obrigações naturais decorrentes deste instrumento são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- I – Promover a organização técnica e administrativa do objeto do presente Contrato, de modo a obter eficiência na sua execução, de acordo com as condições técnicas e de habilitação;
- II – Conduzir os serviços em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal;
- III – Responsabilizar-se total e integralmente, direta e indiretamente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes

de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;

IV – Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Dispensa de Licitação;

V – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;

VI – Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo ou que não atenda a finalidade;

VII – Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no presente contrato;

VIII – Não subcontratar o objeto deste contrato, devendo os serviços ser prestados pelos profissionais da CONTRATADA;

IX – Cumprir todas as datas, horários e compromissos estabelecidos formalmente pela CONTRATANTE;

X – Arcar com eventuais danos causados a terceiros, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus contratados, obrigando-se a substituí-los ou indenizando a CONTRATANTE pelo prejuízo causado;

XI – A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados por esta Agência; e

XII – A existência e atuação de fiscalização por parte da CONTRATANTE em nada restringe as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste contrato.

Cláusula Sexta – Das Obrigações da contratante

6.1 Além das obrigações naturais decorrentes do presente contrato constituem obrigações da CONTRATANTE:

I – Pagar o valor devido no prazo avençado;

II – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto em todas as suas etapas;

III – Proceder a todas as diligências necessárias à perfeita execução do serviço; e

IV – Publicar no Diário Oficial dos Municípios o extrato deste Contrato e todas suas alterações.

Cláusula Sétima - Das Penalidades

7.1 A CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento de multa, no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em razão do inadimplemento contratual, devidamente verificado e confirmado pela CONTRATANTE, com a ciência da CONTRATADA, através do devido processo de penalidade.

Cláusula Oitava - Da Rescisão

8.1 O presente instrumento contratual poderá ser rescindido:

I – A critério da CONTRATANTE, quando a CONTRATADA:

a) subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato;

b) não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer obrigação contratual;

c) falir, dissolver a sociedade ou modificar sua finalidade de modo que prejudique a execução do contrato;

d) outras hipóteses previstas no Artigo 78 da Lei nº. 8666/93.

II – Pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE inadimplir quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste contrato.

§ 1º. Poderá o presente contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA o valor pela execução do objeto até a data da rescisão, excluída, sempre, qualquer indenização por parte da CONTRATANTE.

§ 2º. Quando a rescisão se der pelo motivo previsto no item II, persistirá a responsabilidade da CONTRATANTE pelo pagamento do objeto executado e não pago.

§ 3º. Quando o CONTRATADA der causa à rescisão do contrato, além da multa prevista neste instrumento, ficará sujeita às seguintes sanções previstas na Lei nº. 8666/93.

Cláusula Nona - Das Despesas Orçamentárias

9.1 Os recursos correrão por conta da Dotação: Projeto atividade 4.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades da AGIR. Elemento de despesa: 4.4.9.0.00 – Aplicação Direta, cujo saldo disponível foi conferido junto ao Departamento de Contabilidade da AMMVI e apresenta-se suficiente.

Cláusula Décima - Do Foro

10.1 As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste instrumento contratual, perante o Foro da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Blumenau (SC), em 01 de novembro de 2016.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral

- CONTRATANTE -

Empresa RICARDO LIMA GONÇALVES ME (CNPJ nº 22.055.914/0001-92)

CONTRATADA

RICARDO LIMA GONÇALVES

Titular/Representante legal – CPF nº 104.487.287-02

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN Agente Administrativo CPF nº 071.611.199-36	VANESSA FERNANDA SCHMITT Diretora Administrativa da AGIR CPF nº 038.188.129-69
--	--

EXTRATO CONTRATO CL Nº 008/2016 - AGIR

E X T R A T O

CONTRATO CL Nº 008/2016

- EXTRATOS CONTRATOS / 2016

NÚMERO DO CONTRATO: 008/2016

DATA VIGÊNCIA: 01/11/2016.

NÚMERO DO PROCESSO: 009/2016 – MODALIDADE: DISPENSA POR VALOR

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADA: RICARDO LIMA GONÇALVES ME. (CNPJ nº 22.055.914/0001-92)

OBJETO: Desenvolvimento de plataforma digital para relacionamento entre a AGIR, prestadores de serviços e usuários dos serviços de saneamento básico, com acesso pela internet e por aplicativos para smartphones com sistemas IOS e Android.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Blumenau (SC), em 01 de novembro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016 - AGIR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

DATA: 19/07/2016. HORÁRIO: 9h00min.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 008/2016.

OBJETO: Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, com início às nove horas, realizou-se na sala de reuniões, no prédio da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, situado na Rua Alberto Stein, 466, Velha, em Blumenau, Santa Catarina, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 008/2016, Registro de Preços nº 01/2016, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos, conforme especificações e exigências constantes no Anexo I (Projeto básico) e Anexo VI (Proposta de Preços Modelo) do Edital Pregão Presencial nº 008/2016.

Item	Unid. medida Material/Serviço	Valor Estimado para 12 meses	Valor Registrado Por Transação
1	Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.	R\$ 50.000	R\$ 0,00

Classificadas	Licitante	Valor R\$	Situação	Data
1ª colocada	DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME (09.193.294/0001-90)	0,00	1º Menor preço	19/07/2016
2ª colocada	C. ALVES DE MELO – ME. (18.016.280/0001-91)	0,00	2º Menor preço	19/07/2016
3ª colocada	NOAR TURISMO LTDA. – ME. (18.780.623/0001-90)	10,00	3º Menor preço	19/07/2016

As empresas DS Travel Tur Agência de Viagens e Turismo Ltda. – ME e C. Alves de Melo – ME apresentaram proposta de R\$ 0,00, ficando, portanto, empatadas. Foi realizado sorteio na presente sessão pública de licitação entre as duas licitantes acima citadas, onde restou sorteada e tida como vencedora do item a empresa DS Travel Tur Agência de Viagens e Turismo Ltda. - ME (09.193.294/0001-90), com o valor de R\$ 0,00 (zero reais).

1.2 A licitante registrada para prestação dos serviços é a seguinte:

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME (09.193.294/0001-90)

1.3 Este instrumento não obriga a AGIR a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas, para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 O valor por transação registrado manter-se-á inalterado pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 008/2016 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará, a partir da data de assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da AGIR.

4.2 Os serviços serão prestados nas dependências da própria contratada, que manterá contato com a AGIR por meio eletrônico (e-mail) e/ou telefônico.

4.3 A contratada fornecerá a AGIR, sistema eletrônico de consulta para a compra de passagens a fim de auxiliar no controle da quantidade emitida e igualmente, na agilidade em relação à compra dos bilhetes.

4.4 Após efetuada a solicitação por meio de sistema, as passagens deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas via correio eletrônico, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

4.5 Os bilhetes/passagens deverão ser encaminhados a AGIR. Após o envio do bilhete/passagem a proponente deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do Responsável.

4.6 Os bilhetes que forem recusados, por irregularidade ou por estarem em desacordo com a solicitação, deverão ser corrigidos ou reemitidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à agência, sem qualquer ônus para a AGIR.

4.7 Não sanada a irregularidade no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

4.8 O recebimento dos bilhetes/passagens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

4.9 Os documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA deverão corresponder exatamente aos serviços autorizados pela AGIR, acrescido do valor por transação previsto na proposta comercial, ficando a CONTRATADA, caso contrário, com o ônus excedente.

4.10 Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente a AGIR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

4.11 A AGIR não arcará com seguros especiais, despesas, serviços e taxas extras, bem como com eventuais acréscimos estabelecidos nos documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA que não estiverem previstos nos comprovantes fiscais de seus fornecedores. 4.12 A CONTRATADA deverá reembolsar à AGIR os valores respectivos em caso de não utilização de quaisquer serviços reservados, observadas as políticas de reembolso de cada empresa em questão, podendo ser deduzidas desse reembolso as multas e diferenças de tarifas praticadas pelas companhias de transportes, no caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens solicitados pela AGIR.

4.13 A AGIR deverá suportar as multas e as diferenças de tarifas praticadas pelas companhias de transporte aéreo, no caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens solicitadas pela AGIR.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Serão pagos pela AGIR os valores dos serviços solicitados por esta, acrescidos do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA, observadas todas as demais condições previstas neste Termo de Referência.

5.2 Para efeito de pagamento, será considerado o valor de taxa de transação, em função do tipo de serviço prestado conforme preço proposto, para qualquer serviços de emissão nacional ou internacional de bilhete aéreo de ida e volta por uma mesma companhia (já incluídas as conexões), emissão de bilhete aéreo de ida e volta por companhias diferentes, nessa condição considera-se uma transação por cada trecho (incluídas as conexões) emissão de bilhete aéreo somente de ida ou somente de volta (incluídas as conexões), reemissão de bilhete decorrente de remarcação de bilhete não utilizado (não voado) e cancelamento de passagens.

5.2.1 Considera-se ida ou volta todo o trecho entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou de serem utilizadas mais de uma companhia.

5.3 Constitui encargo da CONTRATADA o adiantamento aos seus fornecedores das despesas necessárias à prestação dos serviços objeto da licitação, as quais lhe serão reembolsadas pela AGIR nos termos definidos nos subitens seguintes.

5.4 A AGIR pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, os preços estipulados pelos fornecedores desta última, constantes das tabelas desses fornecedores e vigentes à época da solicitação dos serviços, acrescido, quando for o caso, do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA.

5.5 O pagamento será efetuado, pela AGIR, após a prestação dos serviços e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar de sua aceitação definitiva pelo Departamento Administrativo da AGIR, por meio de depósito bancário ou por outro meio que vier a ser acordado entre as partes, mediante entrega da correspondente nota fiscal/fatura (corretamente preenchida) ao Departamento Administrativo da AGIR, acompanhada da seguinte documentação:

- a) documentos que comprovem a emissão das passagens aéreas, nos preços correspondentes aos serviços faturados;
- b) relatórios de emissões, comprovando a data da emissão das passagens, o nome da companhia aérea, o número do voo, o nome do passageiro, o preço da tarifa praticada, o valor por transação previsto na proposta comercial, as taxas de embarque e o valor final das passagens;
- c) comprovante de documentação da companhia aérea respectiva quanto à política por ela adotada relativamente a cancelamento, reemissão

e remarcação de passagens aéreas, quando houver esse tipo de ocorrência no período referente à nota fiscal/fatura;

5.5.1 O pagamento à CONTRATADA não será efetivado caso esta não encaminhe a AGIR a nota fiscal/fatura (corretamente preenchida).

5.6 Em caso de irregularidade nos documentos citados no subitem 5.3, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

5.6.1 O atraso da CONTRATADA no envio da documentação implicará na sua responsabilização pelo ônus decorrente das multas e correções aplicadas em razão do não recolhimento de encargos e outras obrigações em tempo hábil, nada podendo ser repassado a AGIR.

5.7 A AGIR, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, especialmente no que tange a preços e quantitativos dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias.

5.8 Nos preços dos serviços já deverão estar incluídos todos e quaisquer ônus incidentes sobre os mesmos, inclusive os de caráter previdenciário, social, trabalhista, tributário e fiscal, sendo que nenhum outro pagamento será devido pela AGIR à CONTRATADA, seja a que título for direta ou indiretamente.

5.9 A AGIR pagará à CONTRATADA somente os serviços efetivamente demandados e prestados durante a vigência do contrato, não se comprometendo a garantir a realização de serviços ou o pagamento de valores mínimos.

5.10 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrado da CONTRATADA.

5.11 O pagamento efetuado não implica reconhecimento pela AGIR de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações devidas por esta última, nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações do contrato.

5.12 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.12 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.13 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento da AGIR, existentes na seguinte dotação: Projeto atividade 4.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades da AGIR. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta. 10008 – Recursos Ordinários – AGIR - Taxas.

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A agência de viagens responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a AGIR ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pela AGIR.

6.2 A Agência é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A Agência é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5 A empresa registrada autoriza a AGIR a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações da agência de viagens:

a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos bilhetes ou passagens emitidas;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os bilhetes ou passagens que apresentarem irregularidades ou, ainda, que estejam em desacordo com as solicitações.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1 A AGIR poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a AGIR não aceitar a sua justificativa;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

e) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela AGIR.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a AGIR fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 A empresa que não cumprir as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor anual estimado da contratação, pela recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do Contrato.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a

fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

9.2 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

9.3 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A prestadora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata.

10.2 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Blumenau (SC), em 26 de julho de 2016.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral
- CONTRATANTE -

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME
(CNPJ nº 09.193.294/0001-90)

- CONTRATADA – CRISTIANE CARLIN BENDER
Titular/Representante legal – CPF nº 001.643.740/35

TERMO ADITIVO AO REGULAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2016

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO
REGULAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2016

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR e o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, no uso das atribuições legais, vêm, com base no Regimento Interno da AGIR e considerando a demanda apresentada, tornar público o TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2016, tendo como objeto a minuta, respectivamente, das propostas das Resoluções nº 006/2016; 007/2016; 008/2016 e 009/2016, as quais versam sobre:

I (006/2016) - Procedimentos para coleta, sistematização de dados e cálculo de indicadores, para avaliação da evolução de desempenho da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios regulados pela AGIR;

II (007/2016) - Procedimentos e metodologia de cálculo de reajuste das tarifas e preços públicos a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dos municípios consorciados à AGIR, quando do reajuste das tarifas e preços públicos de água e esgoto; III (008/2016) - Procedimentos e metodologia de revisão tarifária a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dos municípios consorciados à AGIR, quando da revisão das tarifas de água e esgoto;

IV (009/2016) – Procedimentos de ouvidoria para instituição do relatório trimestral de atendimento das ouvidorias e dos serviços de atendimento ao consumidor (SAC) dos prestadores de serviços de saneamento básico.

O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar o item 2 - Início e encerramento da Consulta Pública, passando a vigorar com a seguinte redação:

2. Início e encerramento da Consulta Pública

A consulta pública das propostas das Resoluções acima evidenciadas iniciar-se-ão às 08:00 horas do dia 30.09.2016 e terminarão às 23:00 horas do dia 20.11.2016, mediante o intercâmbio de documentos e sugestões através do sítio eletrônico da AGIR www.agir.sc.gov.br. A documentação objeto da Consulta Pública nº 002/2016, ou seja, as minutas das propostas das Resoluções nº 006/2016, 007/2016, 008/2016 e 009/2016 podem ser obtidas no endereço eletrônico acima mencionado ou na sede da AGIR, localizada na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, Blumenau/SC ou ainda através do e-mail: secretaria@agir.sc.gov.br. Todas as sugestões e contribuições serão devidamente analisadas pela equipe técnica da AGIR.

Permanecem inalteradas e em vigor os demais itens do REGULAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 02/2016.

Blumenau (SC), em 01 de novembro de 2016.
HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR.

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA
Presidente do Comitê de Regulação da AGIR.

CIMCATARINA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0009-2016 - FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL Nº 0009/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0273/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Fraldas Geriátricas e Infantis, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 16/11/2016 e serão recebidas até 31/12/2016 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 01 de novembro de 2016.

Elói Rönna – Diretor Executivo

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0029/2016 - TIRAS PARA TESTE DE GLICOSE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0029/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0029/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Tiras para teste de glicose, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Itá, Lebon Régis, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 02 de janeiro de 2017 à 29 de dezembro de 2017. JULGAMENTO: Menor Preço POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03/11/2016 até às 09:00 horas do dia 18/11/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 18/11/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 18/11/2016. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bllcompras.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 01 de novembro de 2016.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0030/2016 - CURATIVOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0030/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0030/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de curativos para tratamento de feridas e correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Curitiba, Frei Rogério, Ibiam, Lebon Régis, Luzerna, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira e o Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 02 de janeiro de 2017 à 30 de junho de 2017. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03/11/2016 até às 09:00 horas do dia 18/11/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 18/11/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 18/11/2016. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bllcompras.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 01 de novembro de 2016.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0044_2016

Resolução nº 0044/2016

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0273/2016, Edital nº 0009/2016-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0273/2016, Edital nº 0009/2016-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Sandra Zonta – CIMCATARINA - Presidente;

II – Mauro Marcelo Cizeski – CIMCATARINA – Membro;

III – Nádia De Lorenzi – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 018/2016 - PREGÃO PRESENCIAL - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 018/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial para contratação de serviços de impressão gráfica de materiais, do tipo Menor Preço por item.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados na sede do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 17 de novembro de 2016, às 09h00min na sede do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 09h10min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 21/10/2016

Hartwig Persuhn

Presidente

CONTRATO Nº 2016/008 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 2016/008

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Ladehoff Comercio e Serviços de Terraplanagem Ltda EPP

OBJETO: Aditamento do objeto em mais 375 m³ (trezentos e setenta e cinco metros cúbicos).

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 01 de Novembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 36ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Timbó, 01 de novembro de 2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, no uso de suas atribuições, CONVOCA os consorciados para a 36ª Assembleia Geral Extraordinária a acontecer no dia 04.11.2016 (quatro de novembro – sexta-feira), às 09h00min, tendo por local o Auditório do SAMAE, sito à Rua Duque de Caxias, nº 56 – Centro, cidade de Timbó - SC.

ORDEM DO DIA

1. Apreciação do projeto final de alteração do Protocolo de Intenções e Estatuto do CIMVI.

Hartwig Persuhn

Presidente

CIS-AMAVI**RESOLUÇÃO Nº 56 DE 12 DE AGOSTO DE 2016**

Resolução Nº 056, de 12 de agosto de 2016

DEFINE A DATA BASE E O ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA PARA A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – CIS-AMAVI.

SILVIO VENTURI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, no exercício de suas atribuições legais previstas no inciso X do parágrafo 4º da Cláusula 12ª do Contrato de Consórcio Público, em atendimento à deliberação da Assembléia Geral, ocorrida em reunião realizada no dia 12 de agosto de 2016, conforme disposto na respectiva Ata Assemblear,

RESOLVE:

Art. 1º Nos termos do § 8º da Cláusula Décima Sétima do Contrato de Consórcio Público do CIS-AMAVI, fica definido o dia 1º de janeiro de cada ano como dada base da revisão geral anual dos vencimentos estabelecidos no seu Anexo, e o índice de correção monetária anual é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, ou outro que o substituir.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de agosto de 2016.

SILVIO VENTURI

Presidente do CIS-AMAVI

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em ____ de agosto de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 57 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Resolução Nº 057 de 12 de agosto de 2016.

REGULA CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO PARA DESPESAS COM VIAGENS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

SILVIO VENTURI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, no exercício de suas atribuições legais previstas no inciso X do parágrafo 4º da Cláusula 12ª do Contrato de Consórcio Público, em atendimento à deliberação da Assembléia Geral, ocorrida em reunião realizada no dia 12 de agosto de 2016, conforme disposto na respectiva Ata Assemblear,

Art 1º. As despesas com viagens de funcionários e servidores vinculados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí – CIS-AMAVI, devidamente autorizados, serão custeados na forma desta resolução.

Art. 2º A concessão de recursos para atendimento de despesas com viagens, quando destinadas a atender os interesses do CIS-AMAVI, serão realizadas através da concessão de Adiantamentos.

Art. 3º O Diretor Executivo do CIS-AMAVI deverá designar, em ato formal, o servidor responsável pela realização de despesas sob o regime de adiantamento, nos termos do que prevê o Capítulo II da Resolução nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º As despesas com viagens compreenderão as despesas relativas ao transporte, alimentação e hospedagem.

Art. 5º. Quando o deslocamento se der através de veículo particular,

de propriedade do servidor do Consórcio, fica autorizado a indenização das despesas à proporção de 30% (trinta por cento) do preço do litro do combustível por quilometro efetivamente rodado, devidamente comprovado através do controle específico, a serem pagos diretamente ao proprietário.

Parágrafo único: Somente serão indenizadas despesas de veículos previamente cadastrados no CIS-AMAVI, que comprovem possuir seguro total contra sinistros, demonstrado através de apólice de seguro válida e vigente e carteira de habilitação do motorista.

Art. 6º As despesas de alimentação ficarão limitadas ao valor de R\$ 100,00 por dia, desde que superior a 10 horas e de R\$ 50,00 por período inferior a 10 horas.

Art. 7º Caso o valor da despesa devidamente comprovada seja inferior ao limite máximo estabelecido no art. anterior, o custeamento da despesa de natureza alimentícia será o constante das notas fiscais.

Art. 8º As despesas com hospedagem serão previamente autorizadas pelo Diretor Executivo do CIS-AMAVI através da comprovação de reserva e do custo da hospedagem.

Art 9º A Prestação de Contas de recursos concedidos a título de adiantamento deverá conter os documentos discriminados no anexo I da presente Resolução.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de agosto de 2016.

SILVIO VENTURI

Presidente do CIS-AMAVI

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em ____ de agosto de 2016.

ANEXO I

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO:

I Documentos de requisição;

II Balancete de prestação de contas;

III Nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver;

IV Extrato da conta bancária com a movimentação completa do período;

V Documentos comprobatórios das despesas;

VI Comprovantes das transações bancárias ou fotocópias dos cheques;

VII Guia de recolhimento do saldo não utilizado, se houver.

VIII Relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa fundamentada da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesas em espécie.

CIS/AMURES

COMPARATIVO SETEMBRO 2016

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Setembro

Página 1 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
 Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	3.488.415,46
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	3.488.415,46
01.01.10	Saúde		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	3.488.415,46
01.01.10.122	Administração Geral		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	3.488.415,46
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	3.488.415,46
10.122.0001.1.001	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES		1.384.184,32	0,00	0,00	1.384.184,32	109.563,49	979.321,91
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	719.736,36	0,00	0,00	719.736,36	61.144,91	591.464,98
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0080					45.439,48	439.119,79
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0080					15.705,43	152.345,19
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0080					3.579,77	41.548,41
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0080					12.125,66	110.796,78
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	654.306,88	0,00	0,00	654.306,88	46.539,58	383.745,93
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0080					1.400,00	10.500,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0080					1.400,00	10.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080					4.474,48	34.180,52
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0080					87,00	1.288,72
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0080					0,00	700,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0080					304,82	2.351,15
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	0080					0,00	294,30
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	0080					0,00	1.600,00
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	0080					0,00	225,00
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0080					100,35	3.725,99
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0080					210,00	1.426,80
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Cozinha	0080					26,60	362,43
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiene	0080					462,16	4.551,07
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Acessórios	0080					325,53	325,53
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0080					361,50	4.117,28
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0080					0,00	78,00
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0080					0,00	6.511,71
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	0080					2.596,52	6.032,54
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0080					0,00	150,00
3.3.90.30.47.00.00.00	Aquisição de Softwares de Base	0080					0,00	460,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0080					270,00	776,00
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0080					270,00	776,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0080					0,00	510,98
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0080					0,00	510,98
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0080					500,00	4.500,00
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	0080					500,00	4.500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0080					1.200,00	11.710,48
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0080					0,00	7.710,48
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0080					1.200,00	4.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	0080					1.447,75	25.417,59
3.3.90.37.07.00.00.00	Estágios	0080					1.447,75	25.417,59
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					37.247,35	296.131,36
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anúncios	0080					0,00	712,00
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	0080					872,87	8.057,97
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0080					8.000,00	53.610,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0080					9.590,81	63.475,88
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0080					574,73	5.212,06
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0080					300,00	5.630,00
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0080					160,00	400,00
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	0080					0,00	4.040,00
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	0080					0,00	148,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Setembro
Página 2 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE							
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE							
01.01.10	Saúde							
01.01.10.122	Administração Geral							
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE							
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES							
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	0080	6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	3.488.415,46
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0080	6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0080	6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0080	6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0080	6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0080	6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0080	6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0080	6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0080	6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	0080	1.384.184,32	0,00	0,00	1.384.184,32	109.563,49	979.321,91
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	0080					115,00	924,00
3.3.90.39.71.00.00.00	Confecção de Material de Acondicionamento e Embal	0080					6.226,36	50.587,54
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0080					896,40	7.399,17
3.3.90.39.73.00.00.00	Transporte de Servidores	0080					292,12	3.771,13
3.3.90.39.74.00.00.00	Fretes e Transportes de Encomendas	0080					0,00	194,40
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0080					1.645,16	7.642,50
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	0080					0,00	4.940,00
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	0080					697,63	7.616,32
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0080					0,00	763,38
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0080					2.400,00	2.400,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					879,43	11.316,47
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0080					0,00	1.200,00
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	0080					0,00	2.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080					142,80	1.275,21
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0080					0,00	896,00
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	0080					3.463,22	15.432,14
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	0080					125,82	1.050,75
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0080					0,00	123,60
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0080					865,00	13.142,52
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES						19,00	19,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	10.141,08	0,00	0,00	10.141,08	1.879,00	4.111,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080					1.879,00	4.111,00
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	0080					1.049,00	1.645,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0080					0,00	306,00
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0080					830,00	1.660,00
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0080					0,00	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					337.500,19	2.509.093,55
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0080					337.500,19	2.509.093,55
			4.741.254,00	0,00	0,00	4.741.254,00	569,30	2.232.160,45
			4.741.254,00	0,00	0,00	4.741.254,00	5.883,05	2.232.160,45
							569,30	5.883,05
							9.926,36	52.145,32
							0,00	2.222,08
							9.926,36	49.923,24
							327.004,54	2.451.065,18
							327.004,54	2.450.130,18

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Setembro
Página 3 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA-AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	3.488.415,46
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
01.01.10	Saúde		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
01.01.10.122	Administração Geral		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES		6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080	4.741.254,00	0,00	0,00	4.741.254,00	337.500,19	2.232.160,45
							0,00	935,00
Total por Entidade :			6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86
Total Geral :			6.130.438,32	0,00	0,00	6.130.438,32	447.063,68	2.642.022,86

LAGES , 31/10/2016

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Edilson José de Souza
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

DEMONSTRATIVO SETEMBRO 2016

Betha Sistemas

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Exercício de 2016

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Setembro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	
1.0.0.0.00.00.00.00.00		419.899,75 3.495.065,25
1.3.0.0.00.00.00.00.00		419.899,75 3.495.065,25
1.3.2.0.00.00.00.00.00		832,74 10.775,31
1.3.2.5.00.00.00.00.00		832,74 10.775,31
1.3.2.5.02.00.00.00.00		832,74 10.775,31
1.3.2.5.02.03.00.00.00		832,74 10.775,31
1.6.0.0.00.00.00.00.00		340.171,71 2.627.441,86
1.6.0.0.05.00.00.00.00		340.171,71 2.627.441,86
1.6.0.0.05.99.00.00.00		340.171,71 2.627.441,86
1.6.0.0.05.99.01.00.00		0,00 115.950,69
1.6.0.0.05.99.02.00.00		11.554,54 83.115,21
1.6.0.0.05.99.03.00.00		15.346,81 133.941,19
1.6.0.0.05.99.04.00.00		13.686,69 131.421,07
1.6.0.0.05.99.05.00.00		24.026,34 148.645,53
1.6.0.0.05.99.06.00.00		0,00 225.919,30
1.6.0.0.05.99.07.00.00		7.618,87 72.641,07
1.6.0.0.05.99.08.00.00		14.653,56 57.658,19
1.6.0.0.05.99.09.00.00		16.720,73 105.782,18
1.6.0.0.05.99.10.00.00		7.413,09 128.570,77
1.6.0.0.05.99.11.00.00		36.791,48 226.787,47
1.6.0.0.05.99.12.00.00		26.355,27 143.708,71
1.6.0.0.05.99.13.00.00		23.047,80 106.864,48
1.6.0.0.05.99.14.00.00		16.906,60 115.161,69
1.6.0.0.05.99.15.00.00		5.654,10 47.207,60
1.6.0.0.05.99.16.00.00		6.486,93 65.984,35
1.6.0.0.05.99.17.00.00		42.319,31 253.583,42
1.6.0.0.05.99.18.00.00		20.486,94 117.551,96
1.6.0.0.05.99.19.00.00		3.656,96 44.147,79
1.6.0.0.05.99.20.00.00		12.343,42 99.185,12
1.6.0.0.05.99.21.00.00		22.971,29 59.924,41
1.6.0.0.05.99.22.00.00		9.231,02 97.149,73
1.6.0.0.05.99.23.00.00		2.899,96 32.146,63
1.6.0.0.05.99.24.00.00		0,00 14.393,30
1.7.0.0.00.00.00.00.00		78.895,30 817.748,68
1.7.2.0.00.00.00.00.00		78.895,30 817.748,68
1.7.2.3.00.00.00.00.00		78.895,30 817.748,68
1.7.2.3.37.00.00.00.00		78.895,30 817.748,68
1.7.2.3.37.01.00.00.00		0,00 34.104,48
1.7.2.3.37.01.01.00.00		0,00 17.669,58
1.7.2.3.37.01.02.00.00		0,00 16.185,96
1.7.2.3.37.01.03.00.00		0,00 248,94
1.7.2.3.37.02.00.00.00		3.044,63 24.357,04
1.7.2.3.37.02.01.00.00		1.577,42 12.619,36
1.7.2.3.37.02.02.00.00		1.444,98 11.559,84
1.7.2.3.37.02.03.00.00		22,23 177,84
1.7.2.3.37.03.00.00.00		4.896,87 43.999,65
1.7.2.3.37.03.01.00.00		2.537,07 22.796,23
1.7.2.3.37.03.02.00.00		2.324,05 20.882,20
1.7.2.3.37.03.03.00.00		35,75 321,22
1.7.2.3.37.04.00.00.00		6.807,00 60.514,40
1.7.2.3.37.04.01.00.00		3.526,71 31.352,53
1.7.2.3.37.04.02.00.00		3.230,60 28.720,12
1.7.2.3.37.04.03.00.00		49,69 441,75
1.7.2.3.37.05.00.00.00		0,00 46.167,18
1.7.2.3.37.05.01.00.00		0,00 23.919,18
1.7.2.3.37.05.02.00.00		0,00 21.910,96
1.7.2.3.37.05.03.00.00		0,00 337,04
1.7.2.3.37.06.00.00.00		0,00 38.005,80
1.7.2.3.37.06.01.00.00		0,00 19.690,86
1.7.2.3.37.06.02.00.00		0,00 18.037,53
1.7.2.3.37.06.03.00.00		0,00 277,41
1.7.2.3.37.07.00.00.00		2.211,12 19.594,60
1.7.2.3.37.07.01.00.00		1.145,58 10.151,95
1.7.2.3.37.07.02.00.00		1.049,40 9.299,62
1.7.2.3.37.07.03.00.00		16,14 143,03

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício de 2016

Setembro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta

Espécie		Recebido		
		No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias		Recurso	419.899,75	3.495.065,25
1.7.2.3.37.08.00.00.00	CERRO NEGRO		2.986,75	26.846,09
1.7.2.3.37.08.01.00.00	CERRO NEGRO - PESSOAL	0081	1.547,44	13.909,00
1.7.2.3.37.08.02.00.00	CERRO NEGRO - CONSUMO	0082	1.417,51	12.741,14
1.7.2.3.37.08.03.00.00	CERRO NEGRO - INVESTIMENTO	0083	21,80	195,95
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CORREIA PINTO		5.429,40	43.435,19
1.7.2.3.37.09.01.00.00	CORREIA PINTO - PESSOAL	0081	2.812,98	22.503,83
1.7.2.3.37.09.02.00.00	CORREIA PINTO - CONSUMO	0082	2.576,79	20.614,32
1.7.2.3.37.09.03.00.00	CORREIA PINTO - INVESTIMENTO	0083	39,63	317,04
1.7.2.3.37.10.00.00.00	LAGES		0,00	9.066,64
1.7.2.3.37.10.01.00.00	LAGES - PESSOAL	0081	0,00	4.697,42
1.7.2.3.37.10.02.00.00	LAGES - CONSUMO	0082	0,00	4.303,03
1.7.2.3.37.10.03.00.00	LAGES - INVESTIMENTO	0083	0,00	66,19
1.7.2.3.37.11.00.00.00	OTACILIO COSTA		7.675,24	69.784,54
1.7.2.3.37.11.01.00.00	OTACILIO COSTA - PESSOAL	0081	3.976,54	36.155,36
1.7.2.3.37.11.02.00.00	OTACILIO COSTA - CONSUMO	0082	3.642,67	33.119,75
1.7.2.3.37.11.03.00.00	OTACILIO COSTA - INVESTIMENTO	0083	56,03	509,43
1.7.2.3.37.12.00.00.00	PAINEL		3.310,89	29.847,64
1.7.2.3.37.12.01.00.00	PAINEL - PESSOAL	0081	1.715,37	15.464,05
1.7.2.3.37.12.02.00.00	PAINEL - CONSUMO	0082	1.571,35	14.165,70
1.7.2.3.37.12.03.00.00	PAINEL - INVESTIMENTO	0083	24,17	217,89
1.7.2.3.37.13.00.00.00	PALMEIRA		3.820,26	30.562,08
1.7.2.3.37.13.01.00.00	PALMEIRA - PESSOAL	0081	1.979,27	15.834,16
1.7.2.3.37.13.02.00.00	PALMEIRA - CONSUMO	0082	1.813,10	14.504,80
1.7.2.3.37.13.03.00.00	PALMEIRA - INVESTIMENTO	0083	27,89	223,12
1.7.2.3.37.14.00.00.00	PONTE ALTA		5.070,52	40.564,16
1.7.2.3.37.14.01.00.00	PONTE ALTA - PESSOAL	0081	2.627,04	21.016,32
1.7.2.3.37.14.02.00.00	PONTE ALTA - CONSUMO	0082	2.406,47	19.251,76
1.7.2.3.37.14.03.00.00	PONTE ALTA - INVESTIMENTO	0083	37,01	296,08
1.7.2.3.37.15.00.00.00	PONTE ALTA DO NORTE		2.211,12	19.638,66
1.7.2.3.37.15.01.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - PESSOAL	0081	1.145,58	10.174,78
1.7.2.3.37.15.02.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - CONSUMO	0082	1.049,40	9.320,53
1.7.2.3.37.15.03.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - INVESTIMENTO	0083	16,14	143,35
1.7.2.3.37.16.00.00.00	RIO RUFINO		2.766,79	27.443,68
1.7.2.3.37.16.01.00.00	RIO RUFINO - PESSOAL	0081	1.433,47	14.218,54
1.7.2.3.37.16.02.00.00	RIO RUFINO - CONSUMO	0082	1.313,12	13.024,78
1.7.2.3.37.16.03.00.00	RIO RUFINO - INVESTIMENTO	0083	20,20	200,36
1.7.2.3.37.17.00.00.00	SÃO JOAQUIM		11.716,66	93.733,28
1.7.2.3.37.17.01.00.00	SÃO JOAQUIM - PESSOAL	0081	6.070,40	48.563,20
1.7.2.3.37.17.02.00.00	SÃO JOAQUIM - CONSUMO	0082	5.560,73	44.485,84
1.7.2.3.37.17.03.00.00	SÃO JOAQUIM - INVESTIMENTO	0083	85,53	684,24
1.7.2.3.37.18.00.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO		5.973,49	57.244,20
1.7.2.3.37.18.01.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - PESSOAL	0081	3.094,86	29.658,20
1.7.2.3.37.18.02.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - CONSUMO	0082	2.835,02	27.168,10
1.7.2.3.37.18.03.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - INVESTIMENTO	0083	43,61	417,90
1.7.2.3.37.19.00.00.00	SANTA CECILIA		1.643,87	14.263,50
1.7.2.3.37.19.01.00.00	SANTA CECILIA - PESSOAL	0081	851,69	7.389,93
1.7.2.3.37.19.02.00.00	SANTA CECILIA - CONSUMO	0082	780,18	6.769,45
1.7.2.3.37.19.03.00.00	SANTA CECILIA - INVESTIMENTO	0083	12,00	104,12
1.7.2.3.37.20.00.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL		1.690,17	14.799,13
1.7.2.3.37.20.01.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - PESSOAL	0081	875,68	7.667,45
1.7.2.3.37.20.02.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - CONSUMO	0082	802,15	7.023,63
1.7.2.3.37.20.03.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - INVESTIMENTO	0083	12,34	108,05
1.7.2.3.37.21.00.00.00	URUBICI		3.854,99	28.191,06
1.7.2.3.37.21.01.00.00	URUBICI - PESSOAL	0081	1.997,27	14.605,79
1.7.2.3.37.21.02.00.00	URUBICI - CONSUMO	0082	1.829,58	13.379,48
1.7.2.3.37.21.03.00.00	URUBICI - INVESTIMENTO	0083	28,14	205,79
1.7.2.3.37.22.00.00.00	URUPEMA		2.500,53	22.471,66
1.7.2.3.37.22.01.00.00	URUPEMA - PESSOAL	0081	1.295,53	11.642,61
1.7.2.3.37.22.02.00.00	URUPEMA - CONSUMO	0082	1.186,75	10.665,04
1.7.2.3.37.22.03.00.00	URUPEMA - INVESTIMENTO	0083	18,25	164,01
1.7.2.3.37.23.00.00.00	FREI ROGERIO		1.238,69	11.286,43
1.7.2.3.37.23.01.00.00	FREI ROGERIO - PESSOAL	0081	641,77	5.847,54
1.7.2.3.37.23.02.00.00	FREI ROGERIO - CONSUMO	0082	587,88	5.356,52
1.7.2.3.37.23.03.00.00	FREI ROGERIO - INVESTIMENTO	0083	9,04	82,37
1.7.2.3.37.24.00.00.00	MONTE CARLO		0,00	11.368,99
1.7.2.3.37.24.01.00.00	MONTE CARLO - PESSOAL	0081	0,00	5.890,26

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Setembro

SANTA CATARINA - CONSORCIO**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta

Espécie		Recebido		
			No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias		Recurso	419.899,75	3.495.065,25
1.7.2.3.37.24.02.00.00	MONTE CARLO - CONSUMO	0082	0,00	5.395,71
1.7.2.3.37.24.03.00.00	MONTE CARLO - INVESTIMENTO	0083	0,00	83,02
1.7.2.3.37.25.00.00.00	VARGEM		46,31	458,60
1.7.2.3.37.25.01.00.00	VARGEM - PESSOAL	0081	23,99	237,58
1.7.2.3.37.25.02.00.00	VARGEM - CONSUMO	0082	21,98	217,66
1.7.2.3.37.25.03.00.00	VARGEM - INVESTIMENTO	0083	0,34	3,36
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	39.099,40
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		0,00	39.099,40
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0080	0,00	39.099,40
Receita Extra Orçamentária		Recurso	0,00	0,00
Total Geral :			419.899,75	3.495.065,25